



Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento
de Pessoal de Nível Superior/CAPES
Ministério da Educação

Relatório de Gestão do exercício de 2012

Brasília, 28 de março de 2013

Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento
de Pessoal de Nível Superior/CAPES
Ministério da Educação

Relatório de Gestão do exercício de 2012

Presidente

Jorge Almeida Guimarães

Diretor de Gestão

Fábio de Paiva Vaz

Diretor de Programas e Bolsas no País

Marcio de Castro Silva Filho

Diretor de Avaliação

Lívio Amaral

Diretora de Relações Internacionais

Denise de Menezes Neddermeyer

Diretora de Formação de Professores da Educação Básica

Carmen Moreira de Castro Neves

Diretor de Educação à Distância

João Carlos Teatini de Souza Clímaco

Diretor de Tecnologia da Informação

Sérgio da Costa Cortes

Auditor-Chefe

Marcos Mendonça da Silva

Procurador-Chefe

José Tavares dos Santos

Relatório de Gestão do exercício de 2012 apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da IN TCU nº 63/2010, da DN TCU nº 124/2012, da Portaria TCU nº 150/2012 e das orientações do órgão de controle interno constantes da Portaria CGU nº 133/2012.

Brasília, 28 de março de 2012

SUMÁRIO

1. IDENTIFICAÇÃO E ATRIBUTOS.....	11
1.1. IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE JURISDICIONADA.....	11
1.1.1. Relatório de Gestão Individual.....	11
1.2. FINALIDADE E COMPETÊNCIAS INSTITUCIONAIS DA CAPES.....	12
1.3. ORGANOGRAMA FUNCIONAL.....	17
1.4. MACROPROCESSOS FINALÍSTICOS.....	18
1.5. MACROPROCESSOS DE APOIO.....	29
1.6. PRINCIPAIS PARCEIROS.....	30
2. PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO, PLANO DE METAS E DE AÇÕES.....	42
2.1. PLANEJAMENTO DAS AÇÕES DA CAPES.....	42
2.2. ESTRATÉGIAS DE ATUAÇÃO FRENTE AOS OBJETIVOS ESTRATÉGICOS.....	54
2.3. EXECUÇÃO DO PLANO DE METAS OU DE AÇÕES.....	62
2.3.1. Programa 2030 - Educação Básica (Ministério da Educação).....	62
Ação 20RO – Concessão de Bolsas de Apoio à Educação Básica.....	62
Ação 20RJ – Apoio à Capacitação e Formação Inicial e Continuada de Professores, Profissionais, Funcionários e Gestores para a Educação Básica.....	74
2.3.2. Programa 2032 - Educação Superior.....	85
Ação 0935 - Concessão de Bolsas de Estudos no Exterior.....	85
Ação 20RN - Avaliação da Educação Superior e da Pós-Graduação.....	110
Ação 2317 - Acesso à Informação Científica e Tecnológica.....	122
Ação 0487 – Concessão de Bolsas de Estudos no País.....	143
Ação 4019 – Fomento à Pós-Graduação.....	217
2.3.3. Programa 2109 – Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação.....	226
Ação 2000 – Administração da Unidade.....	226
Ação 12TS - Aquisição e Adequação do Prédio-Sede da CAPES - No Distrito Federal.....	246
Ação 20TP - Pagamento de Pessoal Ativo da União – No Distrito Federal.....	247
Ação 2010 - Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores e Empregados – No Distrito Federal.....	247
Ação 2011 - Auxílio-Transporte aos Servidores e Empregados.....	248
Ação 2012 - Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados – No Distrito Federal.....	248
Ação 09HB - Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais – Nacional.....	249
Ação 4572 - Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação.....	250
Ação 20CW - Assistência Médica e aos Servidores e Empregados – Exames Periódicos – No Distrito Federal.....	254
2.4. INDICADORES.....	255
3. ESTRUTURA DE GOVERNANÇA E DE AUTOCONTROLE DA GESTÃO.....	260
3.1. ESTRUTURA DE GOVERNANÇA.....	260
3.2. AVALIAÇÃO DO FUNCIONAMENTO DOS CONTROLES INTERNOS.....	265
3.3. REMUNERAÇÃO PAGA A ADMINISTRADORES.....	267
3.4. SISTEMA DE CORREIÇÃO.....	268
3.5. CUMPRIMENTO PELA INSTÂNCIA DE CORREIÇÃO DA PORTARIA Nº 1.043/2007 DA CGU.....	269
4. PROGRAMAÇÃO E EXECUÇÃO DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA.....	270
4.1. INFORMAÇÕES SOBRE PROGRAMAS DO PPA DE RESPONSABILIDADE DA CAPES.....	270
4.2. INFORMAÇÕES SOBRE A EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA DA DESPESA.....	271
4.2.1. Identificação das Unidades Orçamentárias da CAPES.....	271
4.2.2. Programação de Despesas.....	272
4.2.2.1. Programação de Despesas Correntes.....	272
4.2.2.2. Programação de Despesas de Capital.....	273
4.2.2.3. Resumo da Programação de Despesas e da Reserva de Contingência.....	274
4.2.2.4. Análise Crítica.....	274
4.2.3. Movimentação de Créditos Interna e Externa.....	275
4.2.4. Execução Orçamentária da Despesa.....	289
4.2.4.1. Execução da Despesa Com Créditos Originários.....	289
4.2.4.2. Execução Orçamentária de Créditos Recebidos pela UJ por Movimentação.....	292
5. TÓPICOS ESPECIAIS DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA.....	295
5.1. RECONHECIMENTO DE PASSIVOS.....	295
5.1.1. Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de Créditos ou Recursos.....	295

5.2.	PAGAMENTOS E CANCELAMENTOS DE RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	296
5.2.1.	Pagamentos e Cancelamentos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores	296
5.2.2.	Análise Crítica	297
5.3.	TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS	298
5.3.1.	Relação dos Instrumentos de Transferência Vigentes no Exercício.....	298
5.3.2.	Quantidade de Instrumentos de Transferências Celebrados e Valores Repassados nos Três Últimos Exercícios	299
5.3.3.	Informações sobre o Conjunto de Instrumentos de Transferências que permanecerão vigentes no Exercício de 2013 e seguintes.....	300
5.3.4.	Informações sobre a Prestação de Contas Relativas aos Convênios, Termos de Cooperação e Contratos de Repasse	301
5.3.5.	Informações sobre a Análise das Prestações de Contas de Convênios e de Contratos de Repasse	302
5.3.6.	Análise Crítica	303
5.4.	SUPRIMENTO DE FUNDOS.....	304
5.5.	RENÚNCIAS TRIBUTÁRIAS SOB A GESTÃO DA UJ	305
6.	GESTÃO DE PESSOAS, TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA E CUSTOS RELACIONADOS...	306
6.1.	COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE SERVIDORES ATIVOS	306
6.1.1.	Demonstração da Força de Trabalho à Disposição da CAPES	306
6.1.1.1.	Situações que Reduzem a Força de Trabalho Efetiva da CAPES	307
6.1.2.	Qualificação da Força de Trabalho	308
6.1.2.1.	Qualificação do Quadro de Pessoal da CAPES Segundo a Idade.....	309
6.1.2.2.	Qualificação do Quadro de Pessoal da Unidade Jurisdicionada Segundo a Escolaridade	310
6.1.3.	Demonstração dos Custos de Pessoal da CAPES	311
6.1.4.	Composição do Quadro de Servidores Inativos e Pensionistas.....	312
6.1.4.1.	Classificação do Quadro de Servidores Inativos da CAPES Segundo o Regime de Proventos e de Aposentadoria.....	312
6.1.4.2.	Demonstração das Origens das Pensões Pagas pela Unidade Jurisdicionada	313
6.1.5.	Acumulação Indevida de Cargos, Funções e Empregos Públicos.....	314
6.1.6.	Providências Adotadas nos Casos de Acumulação Indevida de Cargos, Funções e Empregos Públicos.....	315
6.1.7.	Informações Sobre os Atos de Pessoal Sujeitos a Registros e Comunicação.....	316
6.1.7.1.	Atos Sujeitos à Comunicação ao Tribunal por intermédio do SISAC	316
6.1.7.2.	Atos Sujeitos à Remessa ao TCU em meio físico	318
6.1.7.3.	Informações da Atuação do Órgão de Controle Interno (OCI) Sobre os Atos	319
6.1.8.	Indicadores Gerenciais Sobre Recursos Humanos	320
6.2.	TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA EMPREGADA E CONTRATAÇÃO DE ESTAGIÁRIOS.....	323
6.2.1.	Informações sobre Terceirização de Cargos e Atividades do Plano de Cargos do Órgão.....	323
6.2.2.	Informações sobre a Substituição de Terceirizados em Decorrência da Realização de Concurso Público	324
6.2.3.	Autorizações Expedidas pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão para Realização de Concursos Públicos para Substituição de Terceirizados.....	325
6.2.4.	Informações sobre a Contratação de Serviços de Limpeza, Higiene e Vigilância Ostensiva pela Unidade Jurisdicionada	326
6.2.5.	Informações sobre Locação de Mão de Obra para Atividades não Abrangidas pelo Plano de Cargos do Órgão 327	
6.2.6.	Composição do Quadro de Estagiários	329
7.	GESTÃO DO PATRIMÔNIO MOBILIÁRIO E IMOBILIÁRIO.....	330
7.1.	GESTÃO DA FROTA DE VEÍCULOS PRÓPRIOS E CONTRATADOS DE TERCEIROS	330
7.2.	GESTÃO DO PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIO	333
7.2.1.	Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial	334
7.2.2.	Distribuição Espacial dos Bens Imóveis Locados de Terceiros	335
7.2.3.	Discriminação dos Bens Imóveis Sob a Responsabilidade da CAPES	336
8.	GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E GESTÃO DO CONHECIMENTO.....	337
8.1.	GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (TI).....	337
8.2.	ANÁLISE CRÍTICA	339
9.	GESTÃO DO USO DOS RECURSOS RENOVÁVEIS E SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL.....	340
9.1.	GESTÃO AMBIENTAL E LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS.....	340
9.2.	CONSUMO DE PAPEL, ENERGIA ELÉTRICA E ÁGUA.....	342
10.	CONFORMIDADE E TRATAMENTO DE DISPOSIÇÕES LEGAIS E NORMATIVAS.....	343
10.1.	DELIBERAÇÕES DO TCU E DO OCI ATENDIDAS NO EXERCÍCIO	343
10.1.1.	Deliberações do TCU Atendidas no Exercício	343

10.1.2.	Deliberações do TCU Pendentes de Atendimento ao Final do Exercício.....	347
10.1.3.	Recomendações do OCI Atendidas no Exercício	348
10.1.4.	Recomendações do OCI Pendentes de Atendimento ao Final do Exercício.....	355
10.2.	INFORMAÇÕES SOBRE A ATUAÇÃO DA UNIDADE DE AUDITORIA INTERNA	360
10.3.	DECLARAÇÃO DE BENS E RENDAS ESTABELECIDAS NA LEI Nº 8.730/93.....	361
10.4.	DECLARAÇÃO DE ATUALIZAÇÃO DE DADOS NO SIASG E SICONV	363
11.	INFORMAÇÕES CONTÁBEIS.....	364
11.1.	INFORMAÇÕES SOBRE A ADOÇÃO DE CRITÉRIOS E PROCEDIMENTOS ESTABELECIDOS PELAS NORMAS BRASILEIRAS DE CONTABILIDADE APLICADAS AO SETOR PÚBLICO	364
11.1.1	Depreciação, Amortização, Exaustão e Mensuração de Ativos e Passivos.....	364
11.2.	DECLARAÇÃO DO CONTADOR ATESTANDO A CONFORMIDADE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS.....	365
12.	INFORMAÇÕES SOBRE AS CONTRATAÇÕES DE CONSULTORES NA MODALIDADE “PRODUTO” NO ÂMBITO DOS PROJETOS DE COOPERAÇÃO TÉCNICA COM ORGANISMOS INTERNACIONAIS	366
13.	ANEXO 1 – IES PARTICIPANTES DO SISTEMA UAB.....	369
14.	ANEXO 2 – POLOS INTEGRANTES DO SISTEMA UAB (EM 31/12/2012)	374
15.	ANEXO 3: RELAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES USUÁRIAS DO PORTAL DE PERIÓDICOS DA CAPES - 2012.....	401
16.	ANEXO 4: NÚMERO DE E-MAILS RECEBIDOS NO FALE CONOSCO DO PORTAL DE PERIÓDICOS DA CAPES POR ASSUNTO EM 2012.....	413
17.	ANEXO 5 – CRITÉRIOS PARA CONCESSÃO ADICIONAL DE BOLSAS – DPB/CAPES.....	415
18.	ANEXO 6 - QUADRO A.5.3 – CARACTERIZAÇÃO DOS INSTRUMENTOS DE TRANSFERÊNCIAS VIGENTES NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA	417
19.	ANEXO 7 – TERMOS DE COOPERAÇÃO.....	437
20.	ANEXO 8 – DECLARAÇÃO SIASG E SICONV.....	449
21.	ANEXO 9 – DECLARAÇÃO DO CONTADOR.....	452

LISTA DE QUADROS/FIGURAS/TABELAS/GRÁFICOS

Quadro A.1.1 - Identificação da CAPES – Relatório de Gestão Individual	11
Figura 1: Estrutura da Diretoria de Educação a Distância	21
Gráfico 1. DEB: IES parceiras por região, 2012	31
Gráfico 2. Distribuição das IES parceiras por região e estados, 2012.....	31
Gráfico 3. IES parceiras, percentual por região, 2012	31
Gráfico 4. IES parceiras - total, todos os programas, por dependência administrativa, 2012.....	32
Gráfico 5. DEB: IES parceiras, todos os programas, ... por região e dependência administrativa, 2012	32
Tabela 1. DEB: Distribuição das IES parcerias por estado, ... região e esfera administrativa, 2012.....	32
Gráfico 6. Nº de IES parceiras por programas, 2012	33
Gráfico 7. IES parceiras nos programas, por região, 2012	34
Gráfico 8. Parcerias com as IES: todos os programas, ... percentual de atendimento às regiões, 2012	34
Tabela 2. Detalhamento dos repasses feitos pela DRI aos parceiros da CAPES no exterior no ano de 2012	36
Tabela 3 – Repasse do Setor Produtivo – Programa Ciências sem Fronteiras	39
Gráfico 9. DEB: parcerias estabelecidas, todos os programas, 2012.	43
Gráfico 10. DEB: IES parceiras, total, por dependência administrativa, 2012	43
Figura 2 – Sistema de Avaliação conduzido pela Capes.....	47
Tabela 4 – Distribuição de programas e cursos no SNPG 2009-2011	47
Tabela 5. Comparação do número de programas em 2009 e 2011 por região brasileira.....	48
Figura 3. Distribuição dos programas de pós-graduação por UF em 2011	48
Figura 4 – Avaliação das propostas de Cursos Novos	49
Figura 5 – Avaliação Periódica	49
Tabela 6 – Indicadores e Metas do Sistema UAB.....	56
Gráfico 11. Pibid: crescimento do número de bolsistas, 2009-2012.....	63
Gráfico 12. Pibid: bolsas concedidas, por modalidade, 2012.....	63
Gráfico 13. Pibid: bolsistas por região e UF, 2012	64
Gráfico 14. Pibid: Distribuição percentual dos bolsistas, 2012.....	64
Gráfico 15. Pibid: IES por estado e região, 2012.....	64
Tabela 7. Pibid: IES, campi e subprojetos, por região, 2012	65
Gráfico 16. Parfor: distribuição regional das matrículas, 2012	66
Gráfico 17. Parfor: Alunos cursando, por UF e região, 2012.....	67
Tabela 8. Relação entre cursistas e professores em exercício, em UFs com maior número de matrículas no Parfor, 2012	67
Gráfico 18. Parfor: IES participantes, por região, 2012	67
Gráfico 19. Parfor: Nº de municípios participantes, po UF, 2012.....	68
Figura 6. Pibid e Parfor: capilaridade.....	69
Gráfico 20. Obeduc: bolsas vigentes, por modalidade, 2012	70
Gráfico 21. Obeduc: Organização dos Núcleos de Pesquisa, 2012.....	70
Gráfico 22. Obeduc: tipos de projetos por edital.....	70
Gráfico 23.Obeduc: número de propostas por UF, Edital 49/2012	71
Gráfico 24. Life: esfera administrativa das IES selecionadas, 2012	76
Gráfico 25. Life: projetos por UF e região, 2012	76
Gráfico 26. Prodocência: projetos em execução em 2012	77
Gráfico 27. IES participantes de Projetos Especiais, 2012	77
Tabela 9 – Quadro Resumo do Alunado por Tipo de Curso	80
Tabela 10 – Dados do PROFMAT relativos aos anos de 2011 e 2012	81
Figura 7 – Situação Atualizada dos polos UAB.....	81
Tabela 11 – Situação Atualizada da Distribuição dos polos por UF.....	81
Figura 8 – Evolução mensal da situação dos polos UAB.....	82
Tabela 12 - Bolsas Pagas em 2012*.....	82
Figura 9 - Evolução dos Valores de Bolsas Pagas ao Ano.....	83
Tabela 13 - Evolução da Dotação Orçamentária 2006 a 2012 – Fomento Custeio	84
Quadro 1 - Plano de Ação da Diretoria de Relações Internacionais da CAPES – 2012	86
Quadro 2 – Quadro de Indicadores da DRI - 2012.....	87
Figura 10: Bolsas ativas no exterior, programas de bolsas e cooperação internacional, 2004 a 2012.	88
Figura 11. Distribuição percentual dos bolsistas no exterior por país de destino em 2012.....	89
Figura 12 Representação da evolução do número de projetos e parcerias da DRI entre os anos de 2004 e 2012.....	89

Figura 13. Representação da distribuição de bolsas individuais, por modalidade, da DRI em 2012.	91
Figura 14. Representação da distribuição da área do conhecimento dos bolsistas PDSE/PDEE da DRI em 2012.....	96
Figura 15. Representação da distribuição dos países de destino dos bolsistas PDSE/PDEE da DRI em 2012.	97
Figura 16. Representação da distribuição dos principais países de destino do PAEX em 2012.	97
Tabela 14. Metas detalhadas do programa Ciência sem Fronteiras para a Capes	108
Tabela 15 - Detalhamento da execução física e financeira	111
Tabela 16 - Quantidade de atividades de avaliação desenvolvidas ao longo de 2012.....	112
Tabela 17: Cursos novos de pós-graduação submetidos (Subm) pelas IES e recomendados (Recom) pela CAPES no ano de 2012.....	112
Figura 17. Evolução do número de cursos de mestrado profissional	114
Figura 18 – Avaliação de Projetos Minter/Dinter	115
Figura 19. Propostas Minter/Dinter submetidas e recomendadas em 2012.....	116
Figura 20 - Distribuição Geográfica das Propostas de Minter/Dinter - 2012.....	116
Tabela 18. Número de cursos de pós-graduação por Grande Área	118
Gráfico 28 (Ação 2317) – Evolução do número de periódicos disponíveis no Portal de Periódicos da CAPES - 2004-2012	124
Gráfico 29 (Ação 2317) – Representatividade dos títulos disponíveis no Portal de Periódicos da Capes por área do conhecimento – 2012	125
Gráfico 30 (Ação 2317) – Teses e dissertações incluídas no Banco de Teses da Capes - 2004-2011	126
Gráfico 31 (Ação 2317) – Custo do Portal de Periódicos em Milhões US\$ - 2004-2012.....	127
Gráfico 32 (Ação 2317) – Evolução do número de instituições atendidas pelo Portal de Periódicos da CAPES - 2004-2012	128
Figura 21 (Ação 2317) – Etapas envolvidas no processo de atualização de IP.....	128
Tabela 19 (Ação 2317) – Bases de dados em Saúde Baseada em Evidências	129
Gráfico 33 (Ação 2317) – Evolução do Número de Downloads - 2004-2012	130
Gráfico 34 (Ação 2317) – Custo do acesso às bases de dados em texto completo e referenciais com resumos- 2004-2012	131
Gráfico 35 (Ação 2317) – Acesso por Mobile - jan-dez 2012	131
Gráfico 36 (Ação 2317) – Acesso total por Mobile - 2012.....	132
Figura 22 (Ação 2317) – Representação das IES com Capes WebTV, no mapa do Brasil – 2012.....	134
Tabela 20 (Ação 2317) – Novas aquisições em 2012	135
Gráfico 37 (Ação 2317) – Representação das novas aquisições: texto completo e bases referenciais – 2012.....	136
Tabela 21 (Ação 2317) – Renovações para 2012: texto completo	137
Tabela 22 (Ação 2317) – Renovações para 2012: resumos	140
Gráfico 38(Ação 2317) – Representação dos custos de renovação de bases de dados: texto completo e bases referenciais – 2012	140
Gráfico 39 (Ação 2317) – Representação do custo total do Portal de Periódicos: novas aquisições e renovações (US\$) – 2012	141
Tabela 23 (Ação 0487) – Distribuição de bolsas de mestrado e doutorado do programa DS por região geográfica, em 2012.	145
Tabela 24 (Ação 0487) – Distribuição de bolsas de mestrado e doutorado do programa DS por UF, em 2012.	146
Tabela 25 (Ação 0487) – Distribuição de bolsas de mestrado e doutorado do programa DS por grande área do conhecimento, em 2012.	147
Tabela 26 (Ação 0487) – Distribuição de bolsas de mestrado e doutorado do programa DS por IES, em 2012.	147
Tabela 27 (Ação 0487) – Distribuição de bolsas de mestrado e doutorado do programa DS por status jurídico da IES, em 2012.....	152
Tabela 28 (Ação 0487) – Recursos financeiros concedidos às IES beneficiadas pelo PROAP por região geográfica, em 2012.	153
Tabela 29 (Ação 0487) – Distribuição do PROAP por IES em 2012.	153
Tabela 30 (Ação 0487) – Distribuição dos recursos do PROAP por status jurídico, em 2012.	154
Tabela 31 (Ação 0487) – Distribuição de bolsas de mestrado e doutorado do PROSUP por região geográfica, em 2012.	155
Tabela 32 (Ação 0487) – Distribuição de bolsas de mestrado e doutorado do PROSUP por UF, em 2012.	155
Tabela 33 (Ação 0487) – Distribuição de bolsas de mestrado e doutorado do PROSUP por grande área do conhecimento, em 2012.	156
Tabela 34 (Ação 0487) – Distribuição de bolsas de mestrado e doutorado do PROSUP por IES apoiada, em 2012.	156
Tabela 35 (Ação 0487) – Distribuição de bolsas de mestrado e doutorado do PROSUP/Cursos Novos por região geográfica, em 2012.....	157
Tabela 36 (Ação 0487) – Distribuição de bolsas de mestrado e doutorado do PROSUP/Cursos Novos por grande área do conhecimento, em 2012.	158

Tabela 37 (Ação 0487) – Distribuição das bolsas de mestrado e doutorado do PROEX por região geográfica, em 2012.	159
Tabela 38 (Ação 0487) – Distribuição das bolsas de mestrado e doutorado do PROEX por grande área do conhecimento, em 2012.	160
Tabela 39 (Ação 0487) – Distribuição das bolsas de mestrado e doutorado do PROEX por <i>status</i> jurídico, em 2012.	160
Tabela 40 (Ação 0487) – Distribuição de projetos/bolsas do PRODOC por região geográfica, em 2012.	161
Tabela 41 (Ação 0487) – Distribuição de projetos/bolsas do PRODOC por grande área do conhecimento, em 2012.	161
Tabela 42 (Ação 0487) – Concessão de bolsas do programa PVNS por região geográfica, em 2012.	162
Tabela 43 (Ação 0487) – Concessão de bolsas do Prodoutoral, por região geográfica, em 2012 (considerando as IFES de origem).	163
Tabela 44 (Ação 0487) – Concessão de bolsas do Prodoutoral por grande área do conhecimento, em 2012.	164
Tabela 45 (Ação 0487) – Concessão de bolsas do PIQDTEC por grande área do conhecimento, em 2012.	165
Tabela 46 (Ação 0487) – Concessão de bolsas do programa Minter e Dinter CAPES/SETEC por região geográfica, em 2012 (considerando as instituições receptoras).	165
Tabela 47 (Ação 0487) – Concessão de bolsas do programa Minter e Dinter CAPES/SETEC por grande área do conhecimento, em 2012.	166
Tabela 48 (Ação 0487) – Concessão de bolsas do programa REUNI por região geográfica, em 2012.	167
Tabela 49 (Ação 0487) – Concessão de bolsas do programa REUNI por grande área do conhecimento, em 2012.	167
Tabela 50 (Ação 0487) – Concessão de bolsas do Procad por região geográfica, em 2012.	168
Tabela 51 (Ação 0487) – Concessão de bolsas do Procad por UF, em 2012.	169
Tabela 52 (Ação 0487) – Concessão de bolsas do Procad por grande área do conhecimento, em 2012.	170
Tabela 53 (Ação 0487) – Concessão de bolsas do Prêmio CAPES de Tese por região geográfica, em que estão sendo realizados os estágios pós-doutorais, em 2012.	170
Tabela 54 (Ação 0487) – Concessão de bolsas do Prêmio CAPES de Tese por UF, em que estão sendo realizados os estágios pós-doutorais, em 2012.	171
Tabela 55 (Ação 0487) – Concessão de bolsas do Prêmio CAPES de Tese por grande área do conhecimento, em que estão sendo realizados os estágios pós-doutorais, em 2012.	171
Tabela 56 (Ação 0487) – Concessão de bolsas do PROESP por região geográfica, em 2012.	172
Tabela 57 (Ação 0487) – Concessão de bolsas do PROESP por grande área do conhecimento, em 2012.	172
Tabela 58 (Ação 0487) – Concessão de bolsas do PNADB por região geográfica, em 2012.	173
Tabela 59 (Ação 0487) – Concessão de bolsas do PNADB por grande área do conhecimento, em 2012.	173
Tabela 60 (Ação 0487) – Concessão de bolsas do RH-TVD por região geográfica, em 2012.	174
Tabela 61 (Ação 0487) – Concessão de bolsas do RH-TVD por UF, em 2012.	174
Tabela 62 (Ação 0487) – Concessão de bolsas do RH-TVD por grande área do conhecimento, em 2012.	174
Tabela 63 (Ação 0487) – Concessão de bolsas do Pró-defesa por região geográfica, em 2012.	175
Tabela 64 (Ação 0487) – Concessão de bolsas do Pró-defesa por UF, em 2012.	175
Tabela 65 (Ação 0487) – Concessão de bolsas do Pró-defesa por grande área do conhecimento, em 2012.	176
Tabela 66 (Ação 0487) – Concessão de bolsas do Pró-defesa por <i>status</i> jurídico, em 2012.	176
Tabela 67 (Ação 0487) – Concessão de bolsas do Pró-engenharias por região geográfica, em 2012.	177
Tabela 68 (Ação 0487) – Concessão de bolsas do Pró-engenharias por UF, em 2012.	177
Tabela 69 (Ação 0487) – Concessão de bolsas do Pró-engenharias por grande área do conhecimento, em 2012.	178
Tabela 70 (Ação 0487) – Concessão de bolsas do Edital Pró-administração por região, em 2012.	178
Tabela 71 (Ação 0487) – Concessão de bolsas do Edital Pró-administração por UF, em 2012.	179
Tabela 72 (Ação 0487) – Concessão de bolsas do Edital Pró-administração por grande área do conhecimento, em 2012.	179
Tabela 73 (Ação 0487) – Concessão de bolsas do Edital Pró-administração por <i>status</i> jurídico, em 2012.	179
Tabela 74 (Ação 0487) – Concessão de bolsas do Pró-cultura por região geográfica, em 2012.	180
Tabela 75 (Ação 0487) – Concessão de bolsas do Pró-cultura por UF, em 2012.	180
Tabela 76 (Ação 0487) – Concessão de bolsas do Pró-cultura por grande área do conhecimento, em 2012.	181
Tabela 77 (Ação 0487) – Concessão de bolsas do Pró-cultura por <i>status</i> jurídico, em 2012.	181
Tabela 78 (Ação 0487) – Concessão de bolsas do Pós-doc SUS por região geográfica em 2012.	182
Tabela 79 (Ação 0487) – Concessão de bolsas do Pós-doc SUS por UF, em 2012.	182
Tabela 80 (Ação 0487) – Concessão de bolsas do Pós-doc SUS por grande área do conhecimento, em 2012.	182
Tabela 81 (Ação 0487) – Concessão de bolsas do Edital Rede Nanobiotec-Brasil por região geográfica, em 2012.	183
Tabela 82 (Ação 0487) – Concessão de bolsas do Edital Rede Nanobiotec-Brasil por UF, em 2012.	183
Tabela 83 (Ação 0487) – Concessão de bolsas do Edital Rede Nanobiotec-Brasil por grande área do conhecimento, em 2012.	184
Tabela 84 (Ação 0487) – Concessão de bolsas do PBE-DPM por região geográfica, em 2012.	184
Tabela 85 (Ação 0487) – Concessão de bolsas do PBE-DPM por UF, em 2012.	185
Tabela 86 (Ação 0487) – Concessão de bolsas do PBE-DPM por grande área do conhecimento, em 2012.	185
Tabela 87 (Ação 0487) – Concessão de bolsas do Edital Ciências do Mar por região geográfica, em 2012.	186

Tabela 88 (Ação 0487) – Concessão de bolsas do Edital Ciências do Mar por UF, em 2012.	186
Tabela 89 (Ação 0487) – Concessão de bolsas do Edital Ciências do Mar por grande área do conhecimento, em 2012.	187
Tabela 90 (Ação 0487) – Concessão de bolsas do Pró-Ensino na Saúde por região geográfica, em 2012.	187
Tabela 91 (Ação 0487) – Concessão de bolsas do Pró-Ensino na Saúde por UF, em 2012.	188
Tabela 92 (Ação 0487) – Concessão de bolsas do Pró-Ensino na Saúde por grande área do conhecimento, em 2012.	188
Tabela 93 (Ação 0487) – Concessão de bolsas do Pró-Ensino na Saúde por <i>status</i> jurídico, em 2012.	188
Tabela 94 (Ação 0487) – Concessão de bolsas do Toxinologia por região geográfica, em 2012.	189
Tabela 95 (Ação 0487) – Concessão de bolsas do Toxinologia por UF, em 2012.	189
Tabela 96 (Ação 0487) – Concessão de bolsas do Toxinologia por grande área do conhecimento, em 2012.	190
Tabela 97 (Ação 0487) – Concessão de bolsas do Toxinologia por <i>status</i> jurídico, em 2012.	190
Tabela 98 (Ação 0487) – Concessão de bolsas do Parasitologia Básica por região geográfica, em 2012.	190
Tabela 99 (Ação 0487) – Concessão de bolsas do Parasitologia Básica por UF, em 2012.	191
Tabela 100 (Ação 0487) – Concessão de bolsas do Parasitologia Básica por grande área do conhecimento, em 2012.	191
Tabela 101 (Ação 0487) – Concessão de bolsas do Parasitologia Básica por <i>status</i> jurídico, em 2012.	191
Tabela 102 (Ação 0487) – Concessão de bolsas do Repensa por região geográfica, em 2012.	192
Tabela 103 (Ação 0487) – Concessão de bolsas do Repensa por UF, em 2012.	193
Tabela 104 (Ação 0487) – Concessão de bolsas do Repensa por grande área do conhecimento, em 2012.	193
Tabela 105 (Ação 0487) – Concessão de bolsas do Repensa por <i>status</i> jurídico, em 2012.	194
Tabela 106 (Ação 0487) – Concessão de bolsas do Sisbiota por região geográfica, em 2012.	194
Tabela 107 (Ação 0487) – Concessão de bolsas do Sisbiota por UF, em 2012.	195
Tabela 108 (Ação 0487) – Concessão de bolsas do Sisbiota por grande área do conhecimento, em 2012.	195
Tabela 109 (Ação 0487) – Concessão de bolsas do Sisbiota por <i>status</i> jurídico, em 2012.	196
Tabela 110 (Ação 0487) – Concessão de bolsas do Reflora por região geográfica, em 2012.	196
Tabela 111 (Ação 0487) – Concessão de bolsas do Reflora por UF, em 2012.	197
Tabela 112 (Ação 0487) – Concessão de bolsas do Reflora por grande área do conhecimento, em 2012.	197
Tabela 113 (Ação 0487) – Concessão de bolsas do Reflora por <i>status</i> jurídico, em 2012.	197
Tabela 114 (Ação 0487) – Concessão de bolsas do Protax por região geográfica, em 2012.	198
Tabela 115 (Ação 0487) – Concessão de bolsas do Protax por UF, em 2012.	198
Tabela 116 (Ação 0487) – Concessão de bolsas do Protax por grande área do conhecimento, em 2012.	198
Tabela 117 (Ação 0487) – Concessão de bolsas do Protax por <i>status</i> jurídico, em 2012.	199
Tabela 118 (Ação 0487) – Concessão de bolsas do Pró-Centro-Oeste por grande área do conhecimento, em 2012.	199
Tabela 119 (Ação 0487) – Concessão de bolsas do Pró-Centro-Oeste por <i>status</i> jurídico, em 2012.	199
Tabela 120 (Ação 0487) – Concessão de bolsas do programa INCT por região geográfica, em 2012.	200
Tabela 121 (Ação 0487) – Concessão de bolsas do programa INCT por UF, em 2012.	201
Tabela 122 (Ação 0487) – Concessão de bolsas do programa INCT por grande área do conhecimento, em 2012.	201
Tabela 123 (Ação 0487) – Concessão de bolsas do Acordo CAPES/EMBRAPA por região geográfica, em 2012.	202
Tabela 124 (Ação 0487) – Concessão de bolsas do Acordo CAPES/EMBRAPA por UF, em 2012.	202
Tabela 125 (Ação 0487) – Concessão de bolsas do Acordo CAPES/EMBRAPA por grande área do conhecimento, em 2012.	203
Tabela 126 (Ação 0487) – Concessão de bolsas do Pró-Estratégia por região geográfica, em 2012.	204
Tabela 127 (Ação 0487) – Concessão de bolsas do Pró-Estratégia por grande área do conhecimento, em 2012.	204
Tabela 128 (Ação 0487) – Concessão de bolsas do Pró-Estratégia por <i>status</i> jurídico, em 2012.	204
Tabela 129 (Ação 0487) – Concessão de bolsas do Edital CNJ/Acadêmico por região geográfica, em 2012.	205
Tabela 130 (Ação 0487) – Concessão de bolsas do Edital CNJ/Acadêmico por UF, em 2012.	205
Tabela 131 (Ação 0487) – Concessão de bolsas do Edital CNJ/Acadêmico por grande área do conhecimento, em 2012.	205
Tabela 132 (Ação 0487) – Concessão de bolsas do Edital CNJ/Acadêmico por <i>status</i> jurídico, em 2012.	206
Tabela 133 (Ação 0487) – Concessão de bolsas das Parcerias com as FAP's por região geográfica, em 2012.	207
Tabela 134 (Ação 0487) – Concessão de bolsas das Parcerias com as FAP's por UF, em 2012.	207
Tabela 135 (Ação 0487) – Concessão de bolsas das Parcerias com as FAP's por grande área do conhecimento, em 2012.	208
Tabela 136 (Ação 0487) – Concessão de bolsas das parcerias com as FAP's por <i>status jurídico</i> da IES, em 2012.	208
Tabela 137 (Ação 0487) – Concessão de bolsas do programa Dinter por região geográfica, em 2012 (considerando as IES receptoras).	209
Tabela 138 (Ação 0487) – Distribuição, por região geográfica, das IES promotoras e receptoras.	210
Tabela 139 (Ação 0487) – Concessão de bolsas do Procad-NF por região geográfica, em 2012.	211
Tabela 140 (Ação 0487) – Concessão de bolsas do Procad-NF por grande área do conhecimento, em 2012.	211
Tabela 141 (Ação 0487) – Distribuição das bolsas do PNPD/Editais por grande área do conhecimento, em 2012.	212
Tabela 142 (Ação 0487) – Distribuição das bolsas do PNPD-Institucional, por grande área do conhecimento, em 2012.	213

Tabela 143 (Ação 4019) – Recursos e apoio a propostas, por região geográfica, no Edital 24/2012 Pró-Equipamentos Institucional, em 2012.....	218
Tabela 144 (Ação 4019) – Distribuição dos valores aprovados pelo Pró-equipamentos por UF, em 2012.	219
Tabela 145 (Ação 4019) – Distribuição dos valores aprovados pelo Pró-equipamentos por <i>status</i> jurídico, em 2012...	220
Gráfico 40 (Ação 4019) – Evolução dos recursos concedidos pelo Pró-Equipamentos de 2007 a 2012.	220
Gráfico 41 (Ação 4019) – Evolução dos recursos concedidos e do número de eventos apoiados pelo PAEP de 2004 a 2012.	221
Tabela 146 (Ação 4019) – Distribuição de eventos apoiados e recursos concedidos pelo PAEP por região geográfica, em 2012.....	221
Tabela 147 (Ação 4019) – Distribuição de eventos apoiados e recursos concedidos pelo PAEP por grande área de conhecimento, em 2012.	222
Figura 22 (ação 2000): contratações em 2012 por modalidade de licitação.....	226
Quadro 3 (ação 2000) - Contratações do exercício de 2012	227
Quadro 4 (ação 2000) – Contratos renovados/alterados.....	230
Quadro 5 (ação 2000).....	232
Gráfico 42. Estatística dos chamados.....	236
Tabela 148 (ação 4572): Cursos de curta duração por área temática	251
Tabela 149 (ação 4572): Comparativo de cursos de curta duração nos anos de 2010, 2011 e 2012.....	251
Tabela 150 (ação 4572): Comparativo entre a quantidade de servidores capacitados que possuem ou não cargo comissionado – DAS.....	252
Tabela 151 (ação 4572): Quantitativo de ações de capacitação por tipo de instituição.	252
Tabela 152 (ação 4572): Média de carga horária anual de treinamento por servidor capacitado.....	253
Tabela 153 (ação 4572): Quantitativo de ações de aperfeiçoamento por local de realização	253
Tabela 154 (ação 4572): Comparativo de cursos de idiomas nos anos de 2010, 2011 e 2012	253
Tabela 155 (ação 4572): Quantitativo de participação em cursos de Educação Formal no ano de 2012.....	254
Tabela 156. Número de Titulados no mestrado e no doutorado por 100.000 habitantes. Brasil: 2007-2012*.....	255
Gráfico 43. Número de Mestres Titulados. Brasil: 2000 – 2012*.....	255
Gráfico 44. Número de Doutores Titulados. Brasil: 2002 – 2012*.....	256
Tabela 157. Produção científica indexada 2000 a 2012	256
Tabela 158. Produção científica indexada comparada por 100.000 mil habitantes 2000 a 2012	257
Tabela 159. Evolução do número de acessos do Portal de periódicos - 2001 a 2012	257
Tabela 160. Evolução do número de bolsistas ativos por ano com bolsa no exterior 2000 a 2012.....	258
Tabela 161. Evolução do número de matriculados ao final do ano - 2000 a 2012*.....	259
Tabela 162. Evolução do número de titulados ao final do ano - 2002 a 2012*.....	259
Quadro A.3.1 – Avaliação do Sistema de Controles Internos da UJ.....	265
Quadro A.4.7 – Identificação das Unidades Orçamentárias da UJ.....	271
Quadro A.4.8 – Programação de Despesas Correntes	272
Quadro A.4.9 – Programação de Despesas de Capital	273
Quadro A.4.10 – Quadro Resumo da Programação de Despesas e da Reserva de Contingência.....	274
Quadro A.4.11 – Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa	275
Quadro A.4.12 – Despesas por Modalidade de Contratação – Créditos Originários	289
Quadro A.4.13 – Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – créditos originários	290
Quadro A.4.14 – Despesas por Modalidade de Contratação – Créditos de movimentação	292
Quadro A.4.15 – Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – créditos DE MOVIMENTAÇÃO.....	293
Quadro A.5.2 - Situação dos Restos a Pagar de exercícios anteriores	296
Quadro A.5.4 – Resumo dos instrumentos celebrados pela UJ nos três últimos exercícios.....	299
Quadro A.5.5 – Resumo dos instrumentos de transferência que vigoram em 2013 e exercícios seguintes	300
Quadro A.5.6 – Resumo da prestação de contas sobre transferências concedidas pela UJ na modalidade de convênio, termo de cooperação e de contratos de repasse.	301
Quadro A.5.7 - Visão Geral da análise das prestações de contas de Convênios e Contratos de Repasse	302
Quadro A.6.2 – Situações que reduzem a força de trabalho da UJ	307
Situação em 31/12.....	307
Quadro A.6.3 – Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UJ (Situação em 31 de dezembro)	308
Quadro A.6.4 – Quantidade de servidores da UJ por faixa etária – Situação apurada em 31/12	309
Quadro A.6.5 – Quantidade de servidores da UJ por nível de escolaridade - Situação apurada em 31/12	310
Quadro A.6.6 – Quadro de custos de pessoal no exercício de referência e nos dois anteriores.....	311
Quadro A.6.7 – Composição do Quadro de Servidores Inativos - Situação apurada em 31 de dezembro.....	312
Quadro A.6.8 - Instituidores de Pensão - Situação apurada em 31/12	313
Quadro A.6.9 – Atos Sujeitos ao Registro do TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007)	316
Quadro A.6.10 – Atos Sujeitos à Comunicação ao TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007)	316

Quadro A.6.11 – Regularidade do cadastro dos atos no Sisac	317
Quadro A.6.12 – Atos sujeitos à remessa física ao TCU (Art. 14 da IN TCU 55/2007).....	318
Quadro A.6.13 – Atuação do OCI sobre os atos submetidos a registro	319
Quadro 6 – Atestados apresentados	320
Quadro 7 - Rotatividade mensal para os cargos de provimento efetivo da UJ no exercício de 2011.....	321
Quadro 8 - Absenteísmo mensal para os cargos de provimento efetivo da UJ no exercício de 2011.	322
Quadro A.6.17 - Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva.....	326
Quadro A.6.18 - Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra	327
Quadro A.7.1 – Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União.....	334
Quadro A.7.2 – Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial Locados de Terceiros.....	335
Quadro A.7.3 – Discriminação dos Bens Imóveis de Propriedade da União sob responsabilidade da UJ.....	336
Quadro A.8.1 – Gestão Da Tecnologia da Informação da Unidade Jurisdicionada	337
Quadro A.9.2 – Consumo de Papel, Energia Elétrica e Água	342
Quadro A.10.1 - Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício	343
Quadro A.10.3 - Relatório de cumprimento das recomendações do OCI	348
Quadro A.10.5 – Demonstrativo do cumprimento, por autoridades e servidores da UJ, da obrigação de entregar a DBR	361
Quadro 9 - Consultores Contratados na Modalidade “Produto” no Âmbito dos Projetos de Cooperação Técnica com Organismos Internacionais.....	366

1. IDENTIFICAÇÃO E ATRIBUTOS

1.1. Identificação da Unidade Jurisdicionada

1.1.1. Relatório de Gestão Individual

Quadro A.1.1 - Identificação da CAPES – Relatório de Gestão Individual

Poder e Órgão de Vinculação			
Poder: Executivo			
Órgão de Vinculação: Ministério da Educação			Código SIORG: 000244
Identificação da Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa: Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior			
Denominação Abreviada: CAPES			
Código SIORG: 000250	Código LOA: 26291		Código SIAFI: 26291
Situação: Ativa			
Natureza Jurídica: Fundação			CNPJ: 00.889.834/0001-08
Principal Atividade: Educação Superior – Pós-Graduação e Extensão			Código CNAE: 8533-3/00
Telefones/Fax de contato:	(061) 2022-6004	(061) 2022-6003	(061) 2022-6001
Endereço Eletrônico: pr@capes.gov.br			
Página na Internet: http://www.capes.gov.br			
Endereço Postal: Setor Bancário Norte, Quadra 2, Bloco L, Lote 06, CEP 70040-020 – Brasília, DF			
Normas Relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Normas de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada			
Lei nº 8.405, de 9 de janeiro de 1992 (D.O.U de 10.01.92);			
Lei nº 11.502, de 11 de julho de 2007 (D.O.U de 11.07.07).			
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada			
Decreto nº 524, de 19 de maio de 1992 (D.O.U de 20.5.1992);			
Decreto nº 6.316, de 20 de Dezembro de 2007 (D.O.U de 21.12.2007);			
Portaria nº 609, de 20 de maio de 2008 do Ministro de Estado da Educação (D.O.U de 21.05.2008).			
Decreto nº 7.692, de 02 de março de 2012 (DOU de 6.3.2012)			
Manuais e publicações relacionadas às atividades da Unidade Jurisdicionada			
As normas relacionadas às atividades da Unidade Jurisdicionada encontram-se no sítio da http://www.capes.gov.br/sobre-a-/legislacao			
Unidades Gestoras e Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Unidades Gestoras Relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Código SIAFI	Nome		
154003	FU/DF		
154004	FU/DF		
Gestões Relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Código SIAFI	Nome		
15279	FUND. COORD. DE APERF. DE PESSOAL NÍVEL SUPERIOR		
Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões			
Código SIAFI da Unidade Gestora		Código SIAFI da Gestão	
154003		15279	
154004		15279	

1.2. Finalidade e Competências Institucionais da Capes

Competência Institucional

Tendo como objetivo, subsidiar o Ministério da Educação na formulação de políticas para a área de pós-graduação, coordenar e avaliar os cursos desse nível no País e estimular, mediante bolsas de estudo, auxílios e outros mecanismos, a formação de recursos humanos altamente qualificados para a docência de grau superior, a pesquisa e o atendimento da demanda dos setores públicos e privado, a Lei n.º 8.405/1992 autorizou o Poder Executivo a instituir como fundação pública a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

Em julho de 2007, a Lei nº 11.502 modificou as competências e a estrutura organizacional da CAPES, trazendo como nova finalidade da instituição induzir e fomentar a formação inicial e continuada de profissionais de magistério, além de permanecer inalterada a sua missão original no que concerne à pós-graduação.

A missão institucional da CAPES foi consubstanciada por intermédio de três seguimentos principais de atuação, os quais representam atualmente seus objetivos estratégicos: a) investimentos na formação de recursos humanos pós-graduados e na formação de professores e profissionais para a Educação Básica; b) fomento às atividades voltadas para o desenvolvimento institucional acadêmico educacional, bem como à melhoria da qualidade da educação brasileira; e c) avaliação dos cursos de pós-graduação com vistas a manter e expandir a excelência da pesquisa acadêmica, científica e tecnológica do País.

Objetivos Estratégicos

O Mapa Estratégico da instituição, contém trinta e três objetivos estratégicos distribuídos em quatro perspectivas: “Sociedade”, “Beneficiários”, “Processos Internos” e “Aprendizagem e Crescimento”. Esses objetivos foram, então, desdobrados em indicadores e metas de desempenho. A CAPES tem se estruturado para sistematizar a coleta das informações dos indicadores e acompanhar o atingimento das metas. A seguir são apresentados os principais objetivos estratégicos e uma breve descrição das realizações conquistadas na maioria deles ao longo do exercício, que certamente serão continuadas nos anos seguintes.

1. Sociedade:

- 1.1. Promover a qualidade da educação básica e da pós-graduação;
- 1.2. Contribuir para a redução das assimetrias regionais;
- 1.3. Promover a inovação e o desenvolvimento educacional, científico e tecnológico;
- 1.4. Estimular a valorização do magistério em todos os níveis e modalidades;
- 1.5. Contribuir para as políticas de desenvolvimento

2. Beneficiários

- 2.1. Expandir o fomento a programas de Pós-Graduação;

A política de bolsas no país executada pela Capes teve grande impulso nos últimos anos, tanto em termos do quantitativo de bolsas, como na recomposição dos valores unitários pagos. Tal política permitiu a consolidação da Capes como a principal agência de fomento da pós-graduação

brasileira. O total de bolsas de pós-graduação concedidas em 2004 era de 27.847 e elevou-se para 77.904 em 2012, o que representou um aumento de 180% no período.

Uma grande conquista refere-se aos sucessivos reajustes dos valores das bolsas no país. No período 2004-2012, foram realizados quatro reajustes nos valores das bolsas de estudo no país, sendo que o último, em julho de 2012, elevou os valores das bolsas de mestrado de R\$ 1.200,00 para R\$ 1.350,00, de doutorado de R\$ 1.800 para R\$ 2.000,00 e de pós-doutorado de R\$ 3.300,00 para 3.700,00. Assim, nesse período, os valores das bolsas de mestrado e doutorado tiveram aumentos de 82% e 86%, respectivamente, enquanto as bolsas de pós-doutorado foram reajustadas em 67%

2.2. Estimular a criação de programas de pós-graduação em áreas estratégicas

Ressaltam-se como marcos inovadores as diversas ações indutivas para suporte ao desenvolvimento de projetos com formação de recursos humanos em áreas consideradas estratégicas para o país: Nanobiotecnologia, TV Digital, Defesa Nacional, Engenharias, Cultura, Administração, Saúde e Ciências do Mar. Para estimular cooperação entre pesquisadores no país, foram lançados os editais de Toxinologia e Parasitologia Básica que visam ao desenvolvimento de projetos de pesquisa científica e tecnológica, contemplando a formação de recursos humanos pós-graduados nessas áreas, além do edital conjunto CAPES-Embrapa voltado para temas estratégicos para o Sistema Nacional de Pesquisa Agropecuária.

2.3. Promover a inserção internacional da pós-graduação brasileira;

No ano de 2012 o programa Ciência sem Fronteiras, que possui como objetivo a formação de recursos humanos altamente qualificados nas melhores universidades e instituições de pesquisa estrangeiras, com vistas a promover a internacionalização da ciência e tecnologia nacional, estimular pesquisas que gerem inovação e, conseqüentemente, aumentar a competitividade das empresas brasileiras. Concedeu ao todo 22.474 bolsas, dessas 10.574 concedidas pela CAPES.

2.4. Expandir o fomento à formação de professores e profissionais para a educação básica;

Para responder ao compromisso de investir na formação e na valorização de professores da educação básica, a CAPES induz e fomenta um conjunto de ações articuladas ao sistema nacional de pós-graduação e às políticas do MEC de melhoria de qualidade da educação brasileira. Destaca-se o **Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência – Pibid** que representa um forte investimento na formação inicial de professores. Desde sua origem, lançou cinco editais entre 2007 e 2011. De um total de 3.088 bolsistas ano em dezembro de 2009, o programa cresceu em 2012 para 49.321 bolsistas ano. Atualmente, são 195 IES participantes e 4.160 escolas beneficiadas pela ação dos bolsistas. A avaliação qualitativa do programa mostra articulação entre teoria e prática, diálogo entre instituições de ensino superior e escolas da rede pública, elevação da autoestima dos licenciandos, renovação dos currículos das licenciaturas e oportunidade de educação continuada para coordenadores e supervisores.

O **Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica – Parfor** é uma ação emergencial destinada a promover o acesso dos professores em exercício na rede pública de educação básica à formação exigida pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação. No segundo semestre de 2009, quando o programa iniciou suas atividades, havia 32 IES com turmas especiais implantadas. No ano de 2012, o Parfor contava com a participação de 92 IES. Em 2009 o número

de matrículas no Parfor era de 4.273 e subiu para 61.006 matriculados em 2012, distribuídos em 1.718 turmas.

O **Programa de Consolidação das Licenciaturas – Prodocência** está voltado para o fomento à inovação e à qualidade dos cursos de formação de professores para a Educação Básica e configura-se, também, como uma oportunidade de aperfeiçoamento para os formadores dos futuros professores. O Prodocência, pelo edital de 2008, fomentou 47 projetos, e em de 2010, foram aprovados 73 projetos institucionais.

O **Observatório da Educação** foi criado com a finalidade de fomentar a produção de estudos e pesquisas e a formação de recursos pós-graduados em educação, em nível de mestrado e doutorado. Os resultados satisfatórios ampliaram o escopo do programa para envolver nas pesquisas também alunos de licenciatura e professores de escolas públicas de educação básica.

O **Programa Novos Talentos** apoia atividades extracurriculares para professores e alunos das escolas públicas que ocorram no período de férias e/ou em horário que não interfira na frequência escolar. No ano de 2012 o programa conta com projetos de 61 instituições federais de educação superior que englobam 181 subprojetos e 982 atividades desenvolvidas.

- 2.5. Estimular a criação e a expansão de cursos de formação de professores e profissionais para a educação básica em regiões com déficit de pessoal qualificado;

O Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB) consolidou-se como um efetivo instrumento de ampliação e interiorização da oferta de cursos de educação superior no Brasil, particularmente na formação de professores. Integrado por 101 Instituições Públicas de Ensino Superior (IPES) e 778 polos de apoio presencial ativos, distribuídos nos 26 estados brasileiros e Distrito Federal, a UAB conta hoje com mais de 260 mil alunos matriculados.

- 2.6. Ampliar a cooperação internacional na área de formação de professores e profissionais para educação básica

No marco do Programa de Cooperação Internacional para a Educação Básica, a CAPES já vem desenvolvendo e apoiando um conjunto de ações visando a formação de professores e estudantes da educação básica. Estão em andamento o Programa Certificação nos EUA para Professores de Língua Inglesa, o Programa de Ensino de Inglês como Língua Estrangeira, Programa CAPES e Comissão Fulbright, que seleciona professores americanos para atuarem como assistentes de ensino de língua inglesa, com intuito de contribuir para a elevação da qualidade dos cursos de bacharelado e/ou licenciatura em Letras, Língua Inglesa. O Programa de Licenciaturas Internacionais, PLI, objetiva a capacitação de graduandos em licenciaturas através da dupla titulação, em parceria com o Grupo Coimbra e a Universidade de Coimbra nas áreas de Física, Química, Biologia, Matemática, Português, Educação Física e em Música e Teatro. O programa já está em seu segundo edital, totalizando 102 projetos e 684 bolsistas.

- 2.7. Estimular a integração da pós-graduação com a Educação Básica;

A Diretoria de Educação Básica tem trabalhado com o fomento e a indução de programas estratégicos para a valorização do magistério e para a integração entre pós-graduação, cursos de formação de docentes e escolas da rede pública de educação básica. A equipe da Diretoria está investindo em um modelo de acompanhamento e avaliação para que a possa apreender toda a

riqueza gerada pelos programas, o que está se buscando com a implementação do Portal Comunidades

2.8. Estimular a articulação da Academia com o setor empresarial;

Do total de bolsas previstas pelo programa Ciência sem Fronteiras, 26 mil serão financiadas pelo setor produtivo. A participação do setor empresarial será importante para a aproximação com o meio acadêmico, pois haverá maior investimento em pesquisa e desenvolvimento, maior possibilidade de absorção de mão-de-obra qualificada e, consequentemente, maior aproveitamento da ciência e tecnologia desenvolvida.

2.9. Disseminar a informação científica, tecnológica e educacional nacional e internacional;

O Portal de Periódicos como instrumento de política pública tem proporcionado o acesso à informação científica e tecnológica a usuários de 407 instituições públicas e privadas, entre universidades, centros de pesquisa e órgãos de governo. Disponibilizando mais de 33 mil periódicos em textos completos. Foi registrado um montante de 81 milhões de acessos. O investimento do Portal foi da ordem de US\$ 87 milhões.

2.10. Fomentar a capacitação de recursos humanos em áreas consideradas de alto interesse público

O programa Ciência sem Fronteiras prevê a complementação da formação do ponto de vista técnico em áreas consideradas como prioritárias e estratégicas para o Brasil, especialmente aquelas voltadas para as tecnológicas e as engenharias.

3. Aprendizagem e Conhecimento

3.1. Fomentar e desenvolver talentos internos;

As capacitações dos servidores foram realizadas com o apoio do Programa Institucional de Desenvolvimento de Recursos Humanos – PIDRH da CAPES, de acordo com as demandas constantes no Plano Anual de Capacitação de Recursos Humanos para os exercícios de 2012, sendo oferecidas as seguintes modalidades de capacitação: cursos de curta duração, incentivo à ampliação do domínio de idiomas, à graduação e pós-graduação lato sensu e stricto sensu. No ano de 2012, foram realizados 52 cursos com a participação de 214 servidores.

3.2. Fortalecimento e eficácia organizacional;

Os gestores da CAPES entendem a importância da melhoria do ambiente institucional e do bem-estar dos servidores e o impacto positivo que isso traz para sua vida profissional e pessoal. Portanto, atenta a essas demandas, a Instituição investiu no fortalecimento do seu programa “QUALIDADE DE VIDA DOS SERVIDORES DA CAPES”, com o objetivo de melhor envolver pessoas com seu trabalho e com sua instituição, buscando o bem-estar e a integração dos servidores e, consequentemente, maior eficácia organizacional.

Em 2012 foi iniciada a Campanha permanente de Antitabagismo “CAPES SEM TABACO”, cujo objetivo consiste em auxiliar e prestar informações úteis aos fumantes e não fumantes quanto aos riscos e males do cigarro, cessação do vício de fumar, sinalização e prerrogativas legais quanto ao fumo. No mesmo ano, foi instituído na CAPES, por meio da Portaria CAPES n. 099, de 11 de julho de 2012, o Programa “Pensando 50 ou mais”, com vistas a promover, no âmbito da CAPES, ações de acompanhamento aos servidores que estão em fase de aposentadoria. Tais ações de acompanhamento consistem na realização de oficinas, cursos, parcerias, trocas de informações com servidores já aposentados, entre outros meios para prepará-los para um planejamento futuro.

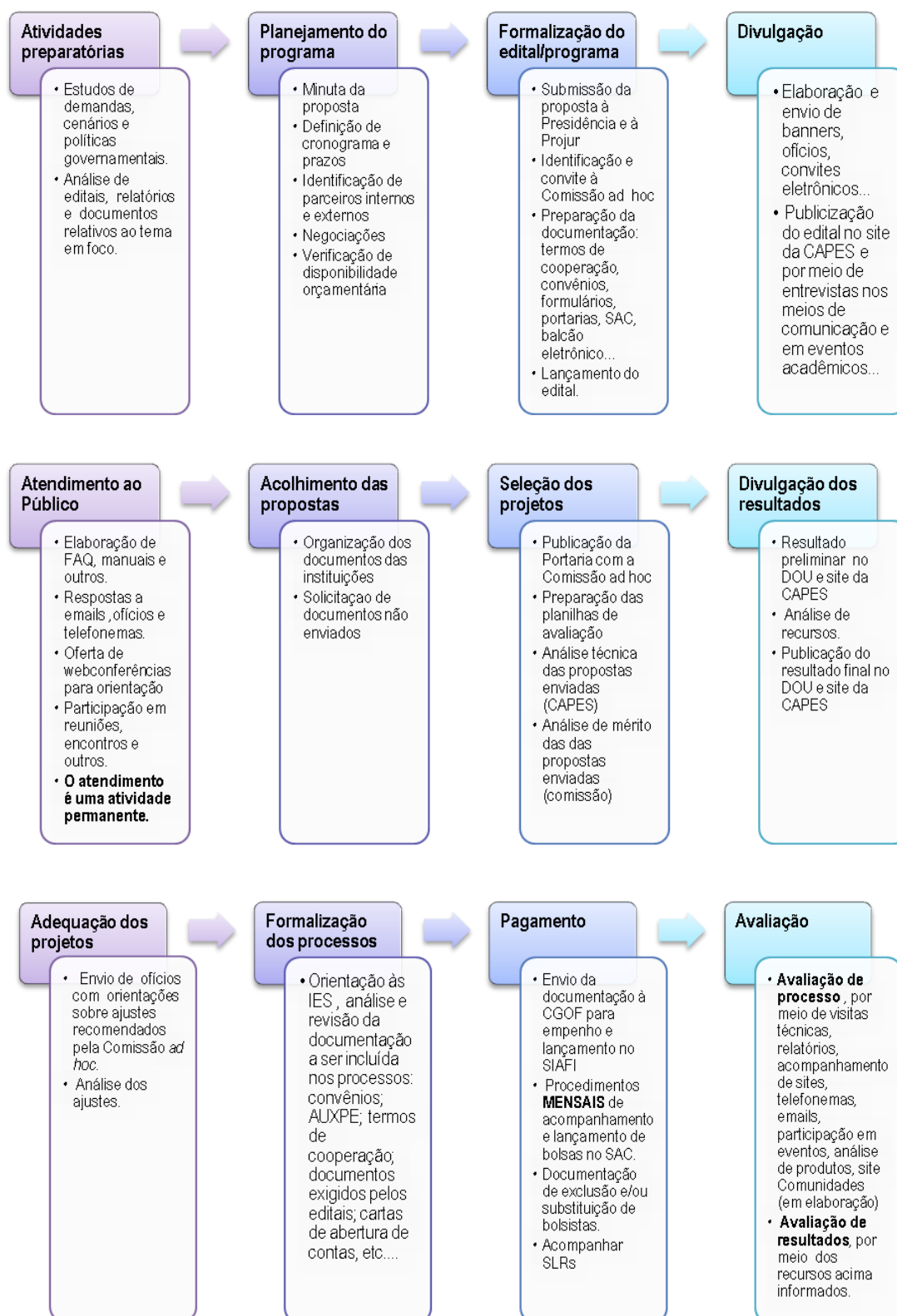
1.3. Organograma Funcional

O organograma funcional foi definido pelo Decreto nº 7.692, de 02 de março de 2012, conforme o seu Anexo, Estatuto da Capes, disponível no site desta Fundação, aba “Acesso à Informação – Institucional”.

1.4. Macroprocessos Finalísticos

Diretoria de Formação de Professores da Educação Básica (DEB)

A síntese dos macroprocessos finalísticos envolvidos nas inúmeras atividades decorrentes da implementação e da gestão dos programas que envolvem a equipe da Diretoria de Formação de Professores da Educação Básica – DEB é apresentada a seguir.



Ao longo de 2012, a DEB trabalhou no sentido de aumentar a eficiência dos fluxos de atividades que permitem a implementação e a gestão dos Programas da Diretoria. Buscou-se a redução no tempo de atendimento das demandas internas e externas, a melhoria da qualidade da informação e a criação de sistemas de informação que permitissem um melhor acompanhamento dos recursos aplicados nos programas da Capes voltados à educação básica.

Uma das iniciativas que trouxe benefícios concretos para a gestão de programas foi o aprimoramento da **Plataforma Freire**, utilizada pelo Programa Parfor. Esse sistema foi criado pelo MEC para realizar a gestão dos cursos de formação inicial e continuada, nas modalidades presencial e a distância ofertados no âmbito da Política Nacional de Formação dos Profissionais da Educação Básica estabelecida pelo Decreto 6.755/2009.

Até abril de 2012, o sistema era administrado pela equipe da Diretoria de Tecnologia e Informação - DTI do MEC. Ao ficar definido que a gestão da oferta de cursos de formação inicial seria de competência da Capes, a gestão da Plataforma Freire foi transferida para a DEB em conjunto com a DED da Capes.

A partir de então, a DEB, em parceria com a Diretoria de Tecnologia da Capes, vem desenvolvendo novos módulos e introduzindo mudanças na ferramenta para torná-la mais interativa e eficiente no processo de acompanhamento e gestão do Programa.

Mudanças e novas funcionalidades introduzidas na Plataforma Freire:

- a) Módulo Matrícula – função que permite realizar a gestão e o acompanhamento das turmas efetivamente implantadas e da matrícula dos alunos em cada turma. Nesse módulo as IES informam os dados da turma (período da oferta; nome e duração do curso; local, tipo e data de início e fim da turma da turma) e da situação da matrícula de cada aluno (nome, CPF e número de matrícula do aluno e a situação da matrícula).
As informações inseridas, para serem confirmadas, devem atender às regras do Programa para a formação de turmas. Concluído o processo de matrícula, as IES podem realizar automaticamente o envio do Quadro Resumo, contendo a relação das turmas implantadas para a DEB/Capes, que procederá ao repasse dos recursos. Também nesse módulo as IES podem consultar o relatório de pré-inscritos validados para realizar o processo de seleção.
- b) Módulo Demanda – permite a participação efetiva das secretarias de educação municipais e contribuiu para aperfeiçoar o planejamento estratégico do estado. Nele os gestores das redes de ensino informam eletronicamente a demanda por curso e vagas. Os dados da demanda ficam disponíveis online para os Fóruns e as IES que podem definir a oferta a partir do que foi solicitado pelas redes estaduais e municipais de educação básica.
- c) Inclusão do perfil Fórum- a inclusão destina-se a permitir que os Fóruns possam tomar conhecimento da demanda realizada pelas secretarias estaduais e municipais bem como da oferta de cursos e vagas efetuada pelas instituições. A partir dessas informações, a entidade pode articular o Mapa da oferta de cursos e vagas no Estado sob sua jurisdição.
- d) Inclusão do perfil Undime – O perfil Undime foi criado para permitir que as secretarias municipais de educação possam acompanhar as atividades e o desenvolvimento do Programa no âmbito de suas redes.
- e) Integração da Plataforma Freire com os sistema e-MEC e Educacenso - essa ação confere maior segurança à gestão do Programa. A integração com o e-MEC visa assegurar que as turmas estão sendo implementadas por IES com IGC válido e em cursos ativos e regulares.

A integração com o Educacenso tem por objetivo garantir que as vagas sejam destinadas exclusivamente aos docentes em exercício na rede pública de educação básica.

- f) Inserção do Termo de Adesão para secretarias de educação estaduais e municipais - o Termo de Adesão é o documento que elenca as obrigações das secretarias estaduais e municipais e da Capes no âmbito do Programa. As secretarias devem ler e aceitar as condições de participação no momento da validação.
- g) Inserção do Termo de Aceite - Esse documento explicita as condições para a participação dos professores no Programa. Para realizar a pré-inscrição o solicitante deve ler e aceitar essas condições.

Em parceria com a Diretoria de Tecnologia da Informação da Capes – DTI/Capes, está sendo desenvolvido o Sistema Integrado Capes – SICAPES. É uma ação estruturante, posto que, esse sistema foi concebido com a ambição de estruturar os **principais macroprocessos de fomento — candidatura, análise técnica e de mérito, divulgação dos resultados, implementação dos projetos e programas, monitoramento, acompanhamento, prestação de contas e avaliação da política pública implementada**. No entanto, os módulos que foram efetivamente implementados ainda não correspondem à totalidade demandada.

A DEB, em 2012, utilizou nos novos Editais dos programas Pibid, Novos Talentos e Observatório da Educação os módulos de candidatura e o de análise técnica e de mérito do SICAPES, que apresentaram diversos problemas de ordem operacional. Embora o SICAPES seja conceitualmente bem elaborado, ainda necessita ser finalizado e de diversos ajustes. Até lá, os programas continuarão sendo geridos de forma individualizada e de maneira não integrada.

A DEB está trabalhando no sentido de integrar as ações de seus diferentes programas, articulando-se melhor com seus parceiros. Os macroprocessos deverão refletir essa ação integradora.

Diretoria de Educação a Distância (DED)

A Lei nº 11.502, de 11 de julho de 2007, e o Decreto nº 6.755, de 29 de janeiro de 2009, atribuíram a CAPES, no âmbito do MEC, a nova missão de induzir, fomentar e coordenar ações focadas na formação inicial e continuada e na valorização dos professores da educação básica pública. Reconhecida, nacional e internacionalmente, por seu papel na expansão e consolidação do Sistema Nacional de Pós Graduação (SNPG), a CAPES retoma, assim, o ideal de Anísio Teixeira de um compromisso efetivo do ensino superior e da pós-graduação brasileiros com a formação de profissionais da educação e de uma visão sistêmica de educação.

Nesse novo contexto legal, foram criadas duas diretorias: a Diretoria de Formação de Professores da Educação Básica– DEB e a Diretoria de Educação a Distância – DED.

Este Relatório refere-se à Diretoria de Educação a Distância cujas atribuições estão definidas no art. 24 do Estatuto da CAPES, aprovado pelo Decreto nº 7.692, de 2 de março de 2012, que estabelece:

Art. 25. À Diretoria de Educação a Distância compete:

I - fomentar as instituições de ensino superior integrantes do Sistema Universidade Aberta do Brasil – UAB e os respectivos polos de apoio presencial, para desenvolvimento da educação na modalidade a distância;

II – articular as instituições de ensino superior integrantes da UAB aos polos de apoio presencial;

III – subsidiar as políticas de formação inicial e continuada de professores, potencializando o uso da modalidade de educação a distância, especialmente no âmbito da UAB;

IV – apoiar a formação inicial e continuada de profissionais da educação básica, mediante concessão de bolsas e auxílios para docentes e profissionais do magistério nas instituições de ensino superior integrantes da UAB e nos respectivos polos de apoio presencial; e

V – planejar, coordenar, fomentar e avaliar a oferta de cursos superiores na modalidade a distância pelas instituições integrantes da UAB e a infraestrutura física e de pessoal dos polos de apoio presencial, em apoio à formação inicial e continuada de professores para a educação básica.

A DED está assim estruturada:

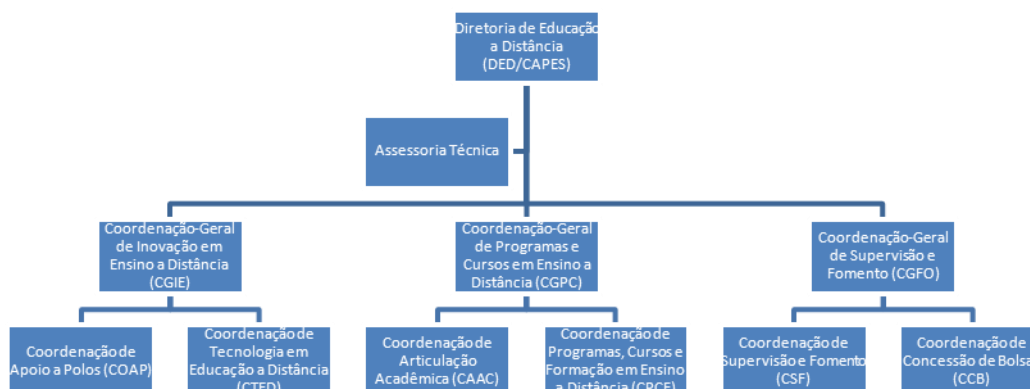


Figura 1: Estrutura da Diretoria de Educação a Distância

A Diretoria de Educação a Distância - DED é responsável na CAPES pela operacionalização das ações de articulação, aprovação, implantação, coordenação, fomento e monitoramento dos programas e cursos gratuitos de nível superior na modalidade a distância ministrados pelas Instituições de Ensino Superior - IES integrantes do Sistema Universidade Aberta do Brasil – UAB. As atividades presenciais exigidas são realizadas em polos mantidos em regime de colaboração por unidades federativas.

A DED/CAPES passou por uma mudança de gestão no período 2011-2012, que veio introduzir uma linha de ação de continuidade dos programas, mas com um direcionamento marcante quanto à identidade e visão da DED sobre o Sistema UAB e a relevância da modalidade a distância no País. Uma abordagem especial refere-se às prioridades na formação de professores em exercício, de futuros docentes da educação básica e de profissionais para a gestão pública, bem como à ampliação do acesso à educação superior gratuita e de qualidade, contribuindo para a redução das desigualdades no País, com ênfase no desenvolvimento sustentável e nas vocações regionais.

O Sistema UAB, instituído pelo Decreto nº 5.800, de 8 de junho de 2006, tem por objetivo o desenvolvimento da modalidade a distância, com sua operacionalização a cargo da CAPES, em conformidade com a Portaria MEC nº. 318, de 02 de abril de 2009. Dispõe Art. 1º do Decreto nº 5.800/2006 que a finalidade da UAB é “expandir e interiorizar a oferta de cursos e programas de educação superior no País” e também:

Parágrafo Único. São objetivos do Sistema UAB:

I – oferecer, prioritariamente, cursos de licenciatura e de formação inicial e continuada de professores da educação básica;

II - oferecer cursos superiores para capacitação de dirigentes, gestores e trabalhadores em educação básica dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;

III - oferecer cursos superiores nas diferentes áreas do conhecimento;

IV - ampliar o acesso à educação superior pública;

V - reduzir as desigualdades de oferta de ensino superior entre as diferentes regiões do País;

VI - estabelecer amplo sistema nacional de educação superior a distância; e

VII - fomentar o desenvolvimento institucional para a modalidade de educação a distância, bem como a pesquisa em metodologias inovadoras de ensino superior apoiadas em tecnologias de informação e comunicação.

O Sistema UAB fomenta cursos de aperfeiçoamento, bacharelado, especialização, extensão, formação pedagógica, licenciatura, mestrado, sequencial e tecnólogo ofertados por Instituições Públicas de Ensino Superior (IPES) integrantes da UAB.

Os cursos são ofertados para públicos diversos, ressaltando que se deve, de acordo com o Parágrafo Único do Art. 1º do Decreto nº 5.800/2006:

I – oferecer, prioritariamente, cursos de licenciatura e de formação inicial e continuada de professores da educação básica;

A publicação do Decreto nº 6.755, de 29 de janeiro de 2009, que institui a Política Nacional de Formação do Magistério da Educação Básica e disciplina a atuação da CAPES no fomento a programas de formação inicial e continuada, reforçou essa disposição.

Diretoria de Relações Internacionais (DRI)

A Diretoria de Relações Internacionais tem quatro macroprocessos a saber:

- a) Negociação de acordos e lançamentos de editais. Esse macroprocesso compreende desde a negociação com os parceiros até o lançamento de algum programa específico ou de um edital. No ano de 2012 a DRI assinou novos acordos com os países Alemanha, Austrália, Bélgica, China, Cingapura, Colômbia, Coréia do Sul, Dinamarca, Espanha, Israel, Itália, Portugal, Suécia, Canadá, Reino Unido, Irlanda, Japão, dentre outros. Alguns desses foram no âmbito do programa Ciência Sem Fronteiras e os demais relacionam-se aos programas tradicionais de cooperação internacional da CAPES;
- b) Processo seletivo das inscrições. Esse macroprocesso compreende desde a elaboração do formulário de inscrição pela DRI até a liberação do resultado do processo seletivo e implementação dos primeiros benefícios da bolsa, passando pelo recebimento das candidaturas, análise documental, análise de mérito e emissão das cartas de concessão das bolsas. Em 2012 procurou-se otimizar esses procedimentos para diminuir a burocracia envolvida nesses processos, como diminuição do número de documentos exigidos e maior proximidade dos parceiros e das IES no processo de seleção dos bolsistas do CsF;
- c) Acompanhamento e pagamento dos bolsistas no exterior. Esse macroprocesso compreende desde a implementação dos primeiros benefícios da bolsa como, auxílio instalação, auxílio deslocamento de ida até o pagamento dos últimos benefícios, no exterior, antes do final do período de concessão da bolsa. Nessa etapa os técnicos da DRI ficam à disposição dos bolsistas para qualquer apoio necessário ou para sanar dúvidas sobre os procedimentos a serem realizados. Em 2012 tentou-se dar maior agilidade aos pagamentos no exterior como a antecipação do pagamento de três mensalidades ainda no Brasil, além da implementação do Cartão do Bolsista no final desse ano;

- d) Prestação de contas e acompanhamento de egressos. Nessa etapa é esperado que o ex-bolsista envie a documentação necessária para o encerramento do processo que comprove a utilização e a finalidade do recurso empregado, como relatório de atividades e cartão de embarque utilizado.

Diretoria de Avaliação (DAV)

Os macroprocessos finalísticos de responsabilidade da Diretoria de Avaliação são:

1. Planejamento das atividades de avaliação da Pós-graduação

Compreende as atividades que vão desde a obtenção das condições iniciais para a elaboração do calendário referente às atividades que deverão ser realizadas naquele ciclo, até a divulgação da Portaria que o formaliza, na página da Capes e no DOU. Em 2012, foi publicada a Portaria CAPES nº 5, de 27 de janeiro, que estabeleceu o calendário da Diretoria de Avaliação e pautou todas as atividades do ano.

2. Análise e recomendação das Propostas e Projetos

Abrange os processos de acompanhamento do recebimento das propostas e projetos e análise técnica dos documentos. Após essa etapa, é realizada a análise de mérito pelas comissões de área de avaliação e posteriormente pelo Conselho Técnico Científico da Educação Superior (CTC-ES), bem como a realização de diligências, quando se faz necessário.

No ano de 2012, foram submetidas à Diretoria de Avaliação um total de 688 propostas de cursos novos, acadêmicos e profissionais. Dessas, foram recomendadas 238, sendo 83 mestrados acadêmicos, 83 doutorados acadêmicos e 72 mestrados profissionais. Além disso, foram considerados aptos à avaliação de mérito 107 projetos de Mestrados e Doutorados interinstitucionais (Minter e Dinter), dos quais 75 foram recomendados.

3. Acompanhamento de PPGs

Abrange os processos de acompanhamento do recebimento de informações dos programas de pós-graduação através do sistema Coleta de Dados, tratamento dos dados seguido de geração de material para análise pelas comissões de área de avaliação. No ano de 2012, foram recebidos e processados 3126 arquivos do Coleta referentes aos programas ativos no Sistema Nacional de Pós-Graduação. Como parte do processo de avaliação, foram processadas as informações referentes a produção intelectual dos programas de pós-graduação, para que as áreas pudessem realizar a respectiva classificação e gerar o instrumento denominado Qualis para a Avaliação Trienal. Por fim, foram gerados os cadernos de indicadores a partir das informações do Coleta para subsidiar as análises de desempenho anual dos programas pelas comissões de área de avaliação.

4. Avaliação Periódica de PPGs

Abrange os processos de planejamento da Avaliação Periódica; consolidação de informações do período de análise; elaboração dos documentos de área que orientam a avaliação; realização da avaliação e a homologação dos resultados pelo CTC-ES. Esse macroprocesso atualmente ocorre a cada três anos e se caracteriza como a Avaliação Trienal, que está programada para ser realizada em 2013. No ano de referência desse relatório, foram tomadas algumas providências iniciais que abrangeram o levantamento de necessidades de materiais e uma revisão preliminar dos instrumentos normativos.

5. Divulgação do Resultado e Pedido de Reconsideração

Compreende as atividades de divulgação do resultado no sítio da CAPES e a abertura do prazo para pedido de reconsideração do resultado. Finaliza com o envio da lista de cursos

recomendados ao Conselho Nacional de Educação (CNE/MEC) para reconhecimento. Em 2012, foram divulgados os resultados dos cursos recomendados após cada uma das 10 reuniões do CTC-ES realizadas no ano.

6. Reconhecimento/ Renovação/ Descredenciamento

Compreende as atividades que vão desde a análise pelo CNE até a publicação da portaria pelo Ministro da Educação. Esse macroprocesso ocorre fora da Capes, porém a decisão de reconhecimento ou não condiciona as ações posteriores empreendidas pela Capes. Em 2012, a Diretoria de Avaliação acompanhou a publicação das portarias de reconhecimento ou descredenciamento no DOU e procedeu à atualização do Sistema Nacional de Pós-graduação (SNPG).

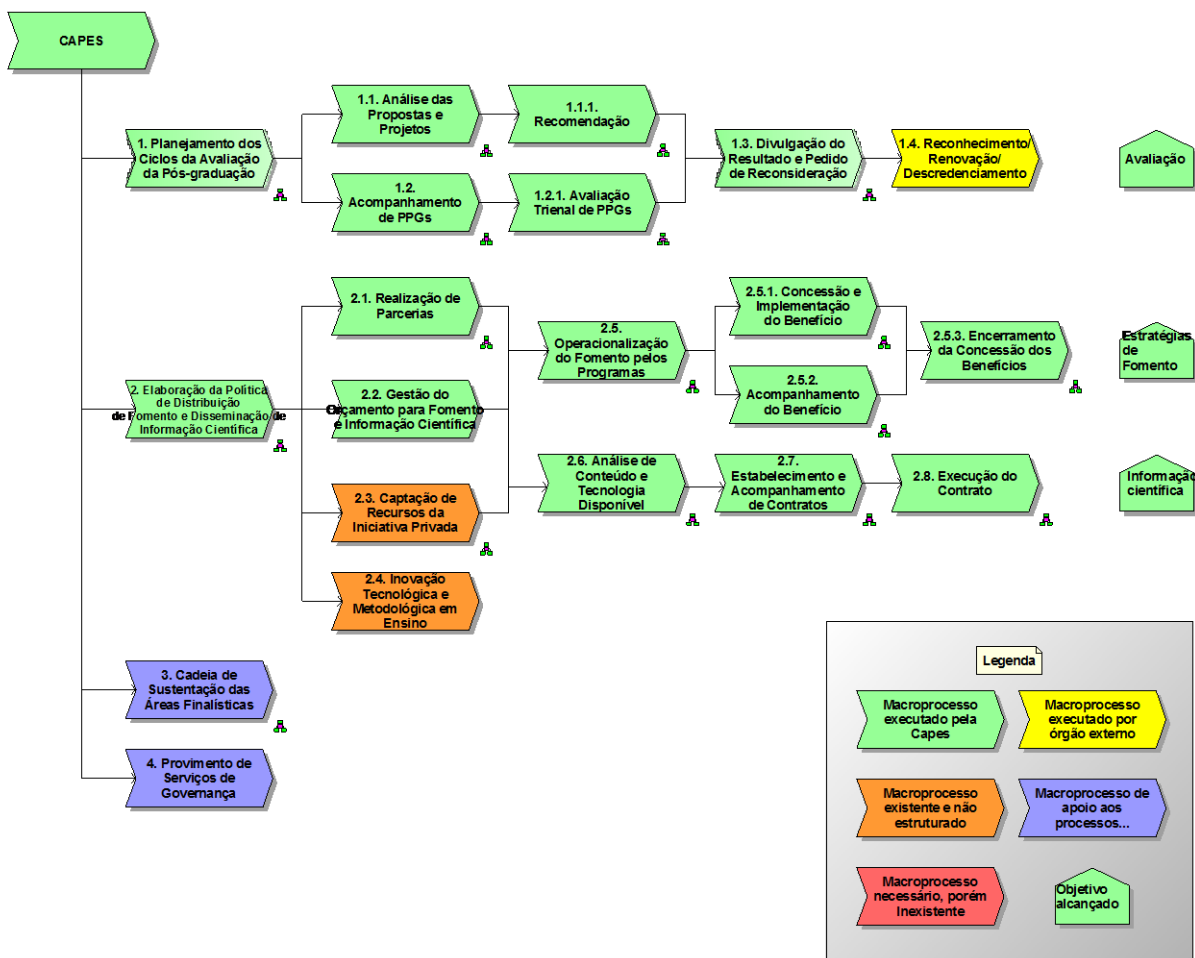
Diretoria de Programas e Bolsas no País (DPB)

As atividades desenvolvidas pela Diretoria de Programas e Bolsas no País – DPB podem ser classificadas em dois tipos de macroprocessos.

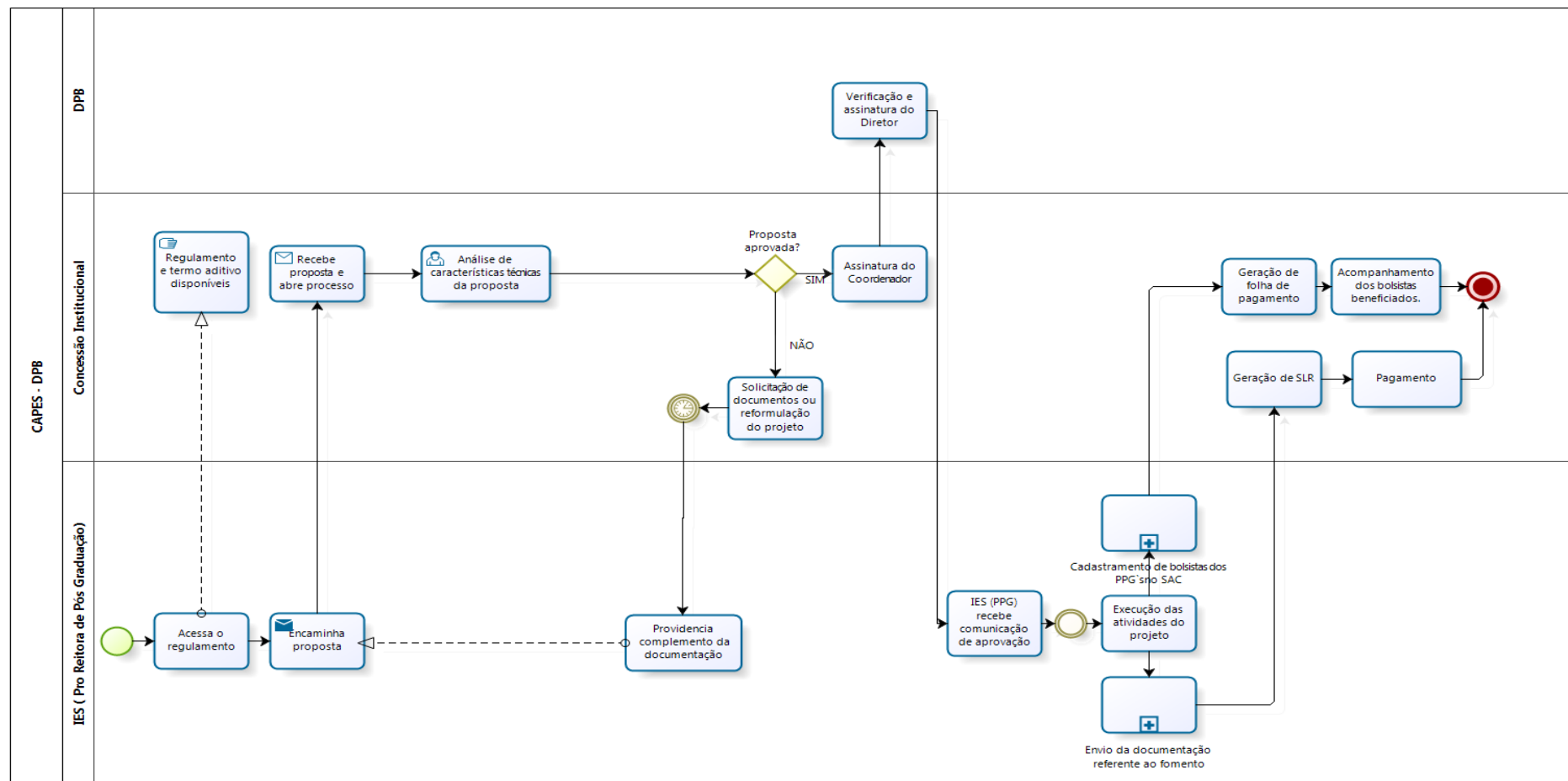
- 1) Programas que são implementados em fluxo contínuo
 - a. Portal de Periódicos
 - b. Programas institucionais de bolsas e fomento
- 2) Programas que implementados por meio de editais
 - a. Programas institucionais de bolsas e fomento
 - b. Programas Especiais
 - c. Programas de Indução e Inovação

A seguir estão representados graficamente os macroprocessos elencados nos acima.

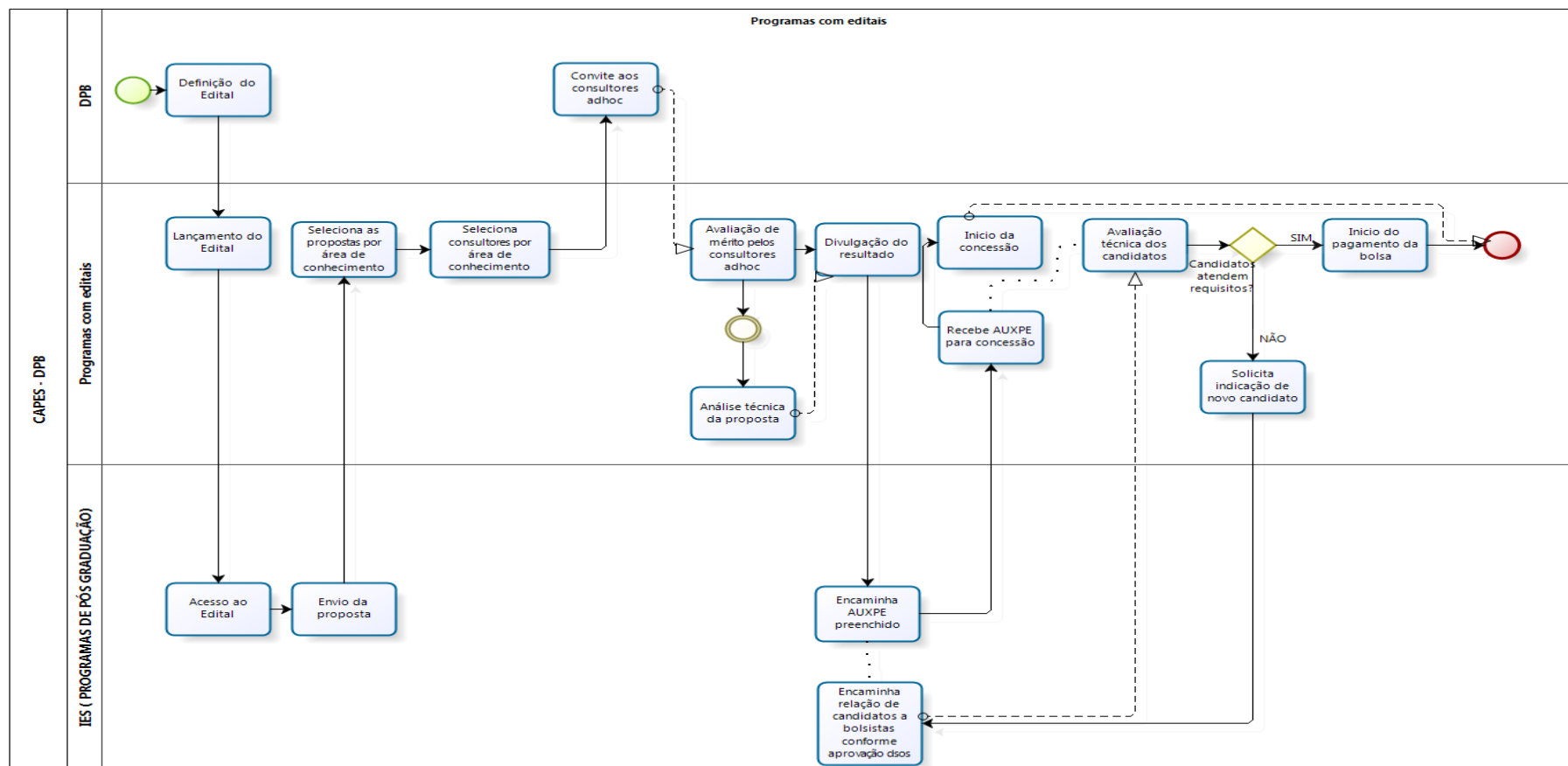
Portal de Periódicos



Programas institucionais de bolsas e fomento



Programas institucionais de bolsas e fomento
Programas Especiais
Programas de Indução e Inovação



A DPB, em 2012, aprimorou os processos de trabalho por meio da simplificação dos fluxos e a informatização de atividades ligadas ao acompanhamento e pagamento das bolsas. Neste sentido, investiu-se na inclusão de diversos programas no Sistema de Acompanhamento de Concessões (SAC), o que proporcionou maior agilidade e confiabilidade nos pagamentos das bolsas concedidas, resultando na melhoria na gestão dos programas da CAPES. Além da inclusão de programas no SAC, foi introduzida outra importante mudança para conferir maior segurança nos procedimentos de pagamentos dos bolsistas, com a criação da Certificação Digital. Essa certificação permitiu a economicidade nos processos de pagamento na medida em que dispensa a impressão dos lotes gerados além de proporcionar a rastreabilidade de todos os atos praticados pelo ordenador de despesa com a garantia da Autoridade Certificadora (SERPRO).

Outra iniciativa que trouxe benefícios para a gestão de programas foi o desenvolvimento do Sistema Integrado Capes – SICAPES, em parceria com a Diretoria de Tecnologia da Informação (DTI), que começou a ser utilizado em 2012 pelos programas Pró-Equipamentos e Programa de Apoio a Eventos no País (PAEP). Esse sistema foi criado para viabilizar a operacionalização dos macroprocessos de fomento - candidatura, análise técnica e de mérito, divulgação dos resultados, implementação dos projetos e programas, pagamento, monitoramento, acompanhamento, prestação de contas e avaliação da política pública. O sistema ainda não foi implementados em sua totalidade, pois apenas os módulos: candidatura, análise técnica e análise de mérito no âmbito do Programa Pró-Equipamentos e apenas a candidatura no caso da PAEP. Em 2013, espera-se concluir os demais módulos do SICAPES e expandir para os demais programas da diretoria.

Ainda nesta linha de atuação conjunta com a DTI foi instituído um novo procedimento de verificação de acúmulo de bolsas no âmbito de programas da CAPES permitindo identificar previamente os beneficiários que, porventura, receberiam em duplicidade. Assim, esta inovação diminuiu os processos de apuração e cobrança junto às instituições.

1.5. Macroprocessos de Apoio

Os macroprocessos de apoio, abaixo transcritos, estão indicados no planejamento estratégico da CAPES¹, com os respectivos mapas de fluxos e processos.

- pagamento
- prestação de contas
- compras
- contratos

¹ http://intranet.capes.gov.br/planejamentoestrategico/html/mapas_fluxos.html

1.6. Principais Parceiros

Diretoria de Formação de Professores da Educação Básica (DEB)

A DEB trabalha no sentido de integrar suas ações a de outros agentes internos e externos que promovam a melhoria da educação básica. Os programas sob responsabilidade da Diretoria são desenvolvidos com base no respeito à autonomia das universidades e das redes de ensino; no diálogo com as instituições parceiras; na responsabilidade compartilhada entre os envolvidos; na abertura à inovação, a novas propostas e ao aperfeiçoamento dos processos; na disseminação das boas práticas e do conhecimento produzido.

Internamente, a DEB articula-se com o Conselho Técnico-Científico da Educação Básica na elaboração das políticas e diretrizes específicas de atuação da Capes no tocante à formação inicial e continuada de profissionais do magistério da educação básica e à construção de um sistema nacional de formação de professores. Visando fomentar projetos e programas voltados à Educação Básica são estabelecidas parcerias com as Diretorias de Educação a Distância – DED, a Diretoria de Programas e Bolsas – DPB e a Diretoria de Relações Internacionais – DRI.

Externamente, a DEB articula-se com órgãos e associações de classe que desenvolvam políticas, programas e avaliação da formação e valorização da carreira docente, dentre eles a Secretaria de Educação Básica, o Conselho Nacional de Educação - CNE, o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais – INEP, o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE, o Conselho Nacional de Secretários de Educação – Consed e a União de Dirigentes Municipais de Educação - Undime.

Com as Fundações de Amparo à Pesquisa – FAP, órgãos estaduais, firmam-se parcerias para o desenvolvimento de projetos e programas voltados à educação básica no âmbito dos estados.

A raiz do sucesso dos programas da DEB está na profícua parceria estabelecida com as Instituições de Ensino Superior – IES, que são responsáveis pela execução na ponta dos projetos e programas fomentados.

Em 2012, a DEB alcançou o número de 233 IES, somados todos os programas sob responsabilidade da Diretoria. Algumas participam de todos; outras, todavia, como é o caso das privadas sem fins lucrativos, não podem concorrer, ainda, a todos os programas, por força de limites nos editais.

Das 233 IES parceiras, 98 são federais, 42 estaduais, 14 municipais e 79 são privadas sem fins lucrativos. Na região Norte, há um total de 19 IES; no Nordeste, 43; na região Centro-Oeste, 13; na Sudeste, 72 e na Sul, 48.

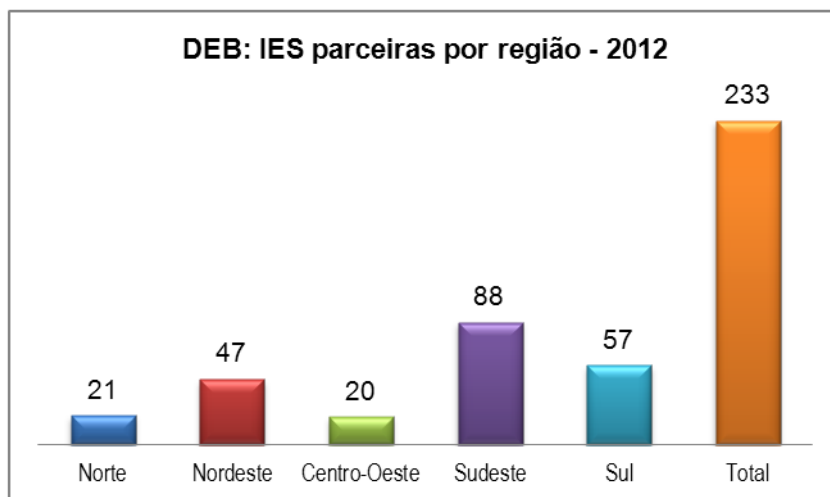


Gráfico 1. DEB: IES parceiras por região, 2012

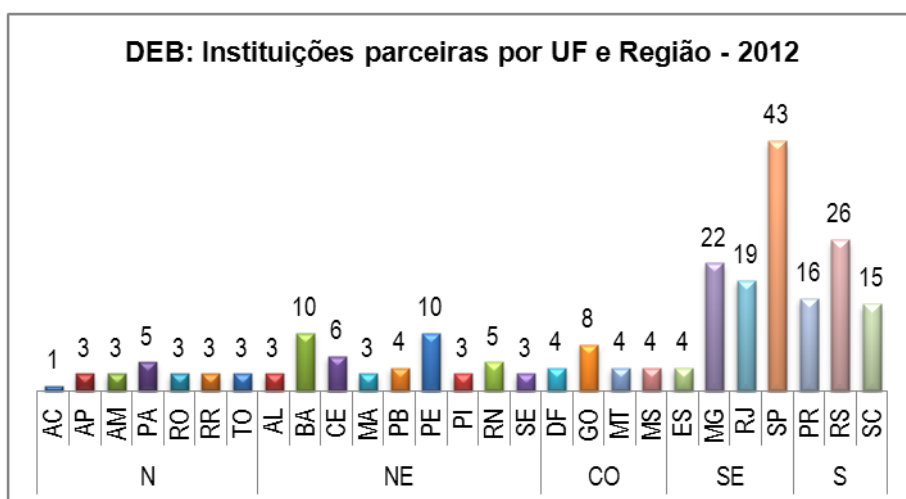


Gráfico 2. Distribuição das IES parceiras por região e estados, 2012

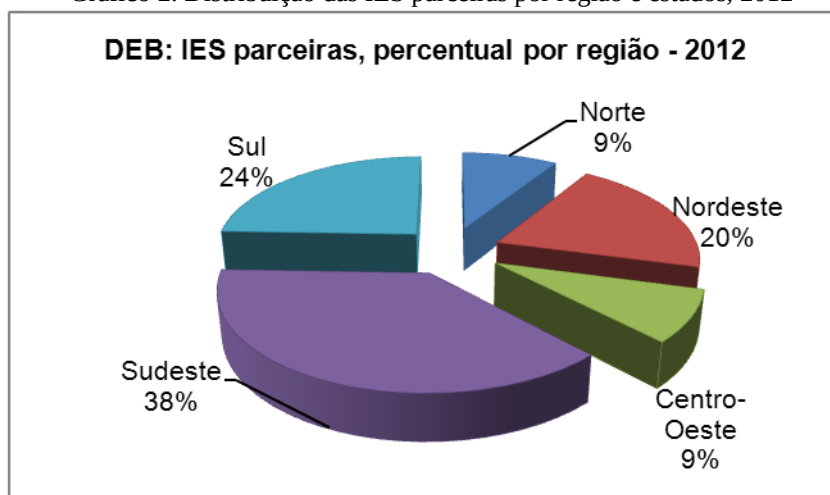


Gráfico 3. IES parceiras, percentual por região, 2012

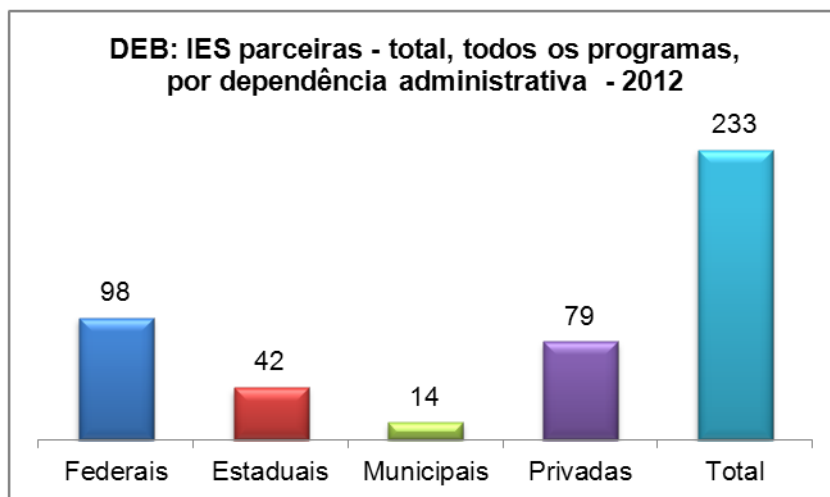


Gráfico 4. IES parceiras - total, todos os programas, por dependência administrativa, 2012

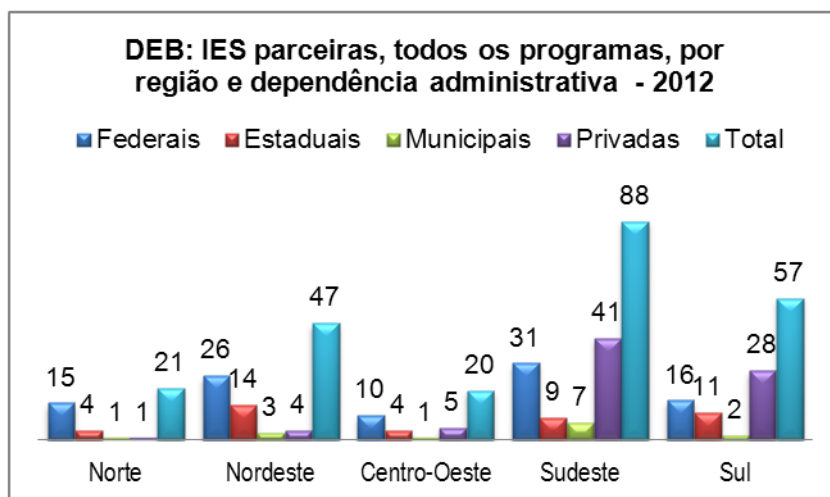


Gráfico 5. DEB: IES parceiras, todos os programas, por região e dependência administrativa, 2012

A Tabela discriminando as informações acima está a seguir:

Tabela 1. DEB: Distribuição das IES parcerias por estado, região e esfera administrativa, 2012

	UF	Total	Federais	Estaduais	Municipais	Privadas sem fins lucrativos
	Total	233	98	42	14	79
N	AC	1	1	0	0	0
	AP	3	2	1	0	0
	AM	3	2	1	0	0
	PA	5	4	1	0	0
	RO	3	2	0	0	1
	RR	3	2	1	0	0
	TO	3	2	0	1	0
NE	AL	3	2	1	0	0
	BA	9	4	4	0	1
	CE	6	3	3	0	0
	MA	3	2	1	0	0
	PB	4	3	1	0	0
	PE	11	5	1	3	2
	PI	3	2	1	0	0

	RN	5	3	2	0	0
	SE	3	2	0	0	1
CO	DF	4	3	0	0	1
	GO	8	3	2	1	2
	MT	4	2	1	0	1
	MS	4	2	1	0	1
	ES	4	2	0	0	2
SE	MG	22	17	2	0	3
	RJ	19	8	3	0	8
	SP	43	4	4	7	28
	PR	16	4	9	0	3
S	RS	26	9	1	0	16
	SC	15	3	1	2	9

As 233 IES parceiras podem ter vários grupos envolvidos com os diferentes programas. No caso do Observatório da Educação, por exemplo, em uma mesma IES, podem participar vários programas de pós-graduação (ver capítulo V, sobre o Observatório da Educação), porém a IES é contabilizada uma só vez.

Nos gráficos a seguir, apresenta-se a quantidade de IES, por programa e sua distribuição por regiões. A soma alcança 604 oportunidades de parceria, ampliando a capilaridade dos programas e abrindo espaços para importantes ações de sinergia de atividades formativas. Detalhamento dos números serão encontrados nos capítulos sobre cada um dos programas.

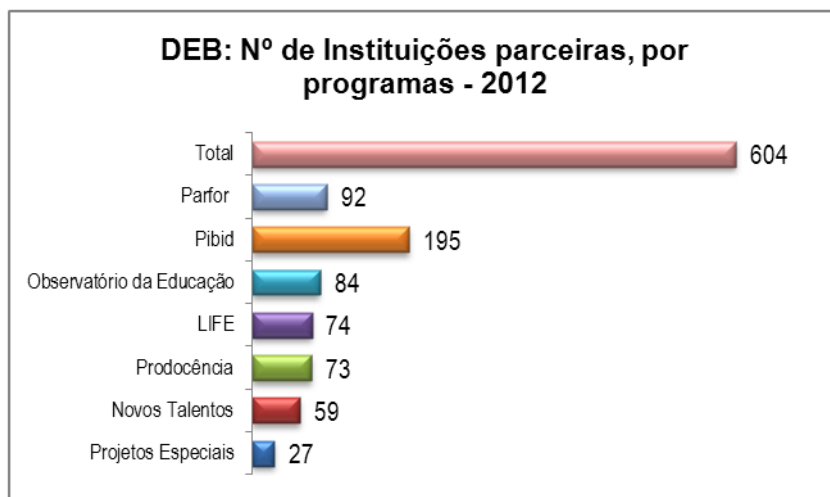


Gráfico 6. N° de IES parceiras por programas, 2012

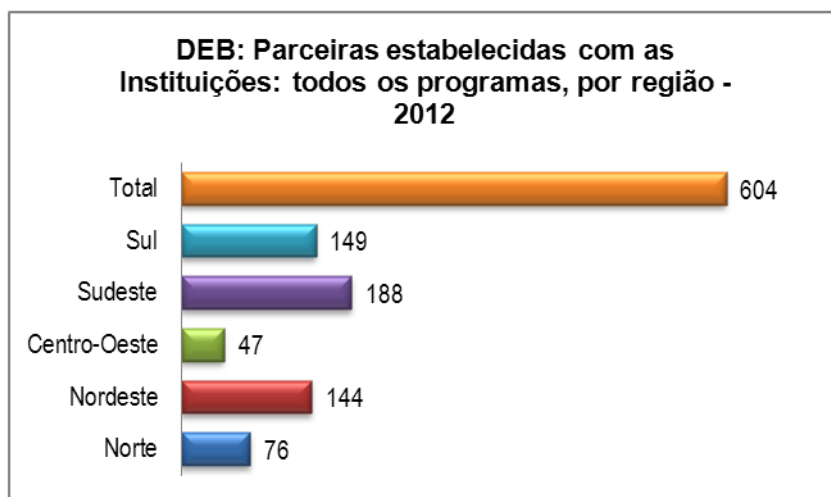


Gráfico 7. IES parceiras nos programas, por região, 2012

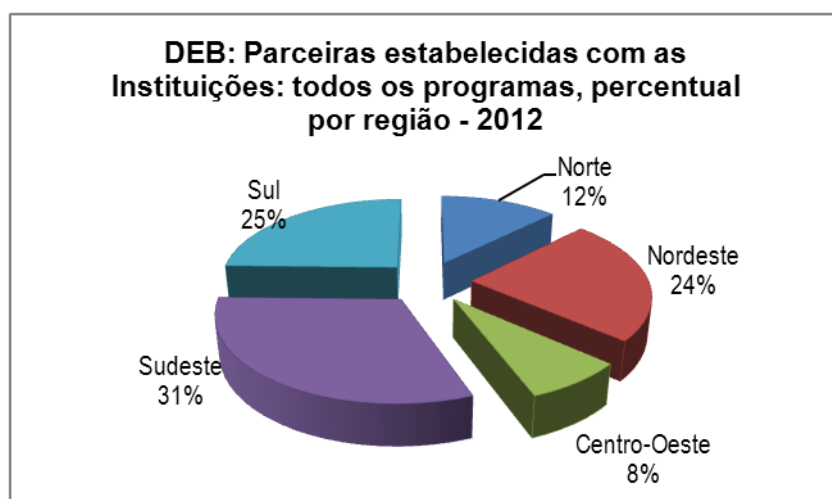


Gráfico 8. Parcerias com as IES: todos os programas, percentual de atendimento às regiões, 2012

Diretoria de Educação a Distância (DED)

Uma das principais ações empreendidas pela DED tem como foco a disponibilização de recursos tecnológicos para os alunos atendidos nos polos UAB. Com uma visão de EaD mediada por tecnologia da informação e comunicação, entende-se que o polo deve dispor de infraestrutura tecnológica capaz de suportar as demandas por este tipo de recurso com vistas ao atendimento das necessidades dos alunos. Com este propósito, a DED tem realizado parcerias com o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE e com a Rede Nacional de Ensino e Pesquisa - RNP para ampliação dos recursos tecnológicos disponíveis nos polos.

Nos Anexos 1 e 2, estão apresentadas as IES, responsáveis pela oferta e realização dos cursos do Sistema UAB, e os Polos UAB, onde há suporte para o desenvolvimento de atividades.

Diretoria de Relações Internacionais (DRI)

A Diretoria de Relações Internacionais - DRI é a responsável pelos programas de bolsas no exterior e cooperação internacional da CAPES, atuando por meio de associações com agências congêneres de outros países. O objetivo dessas associações é a concessão de bolsas e apoio a projetos em parcerias e de maneira induzida a partir da demanda de grupos de pesquisas ou governamentais, além das solicitações individuais dos pleiteantes. A forma de execução da Cooperação Internacional se dá por intermédio do financiamento de projetos conjuntos de pesquisa, de parcerias universitárias, programas especiais, concessão de bolsas de estudos individuais e vinculadas aos projetos e parcerias no exterior e no país.

A CAPES, por intermédio da DRI, tem uma série de parceiros que auxiliam na concessão das bolsas, seleção dos projetos de pesquisa, alocação dos bolsistas em instituições de ensino no exterior ou até o alojamento e o seguro saúde desses bolsistas. A partir da assinatura do Acordo de Cooperação, a DRI operacionaliza o programa fruto da proposta assinada, juntamente com o parceiro. Os repasses de valores para esses parceiros são variados, a depender do montante acordado ou da forma de execução. Por exemplo, o repasse pode ser feito por meio de parcelas pré-acordadas ou um valor fixo por bolsista ou projeto. Na tabela 2 constam os repasses feitos para a DRI para esses parceiros internacionais no ano de 2012.

Tabela 2. Detalhamento dos repasses feitos pela DRI aos parceiros da CAPES no exterior no ano de 2012

PAGAMENTOS AOS PARCEIROS ENCAMINHADOS PELO FINANCEIRO DA CAPES EM 2012					
OFÍCIO	US\$	R\$	BENEFICIÁRIO	FINALIDADE	DATA
1882/11	\$ 19.993,00	R\$ 34.769,83	AMERICAN FILM INSTITUTE	MASTER OF FINE ARTS DE CESAR TURIM	5-jan-12
68/12	\$ 7.049,25	R\$ 12.259,35	BC TRADING INTERNATIONAL LTD	PARTICIPAÇÃO DA CAPES NA CONFERÊNCIA GOING GLOBAL EM 2012	18-jan-12
111/12	\$ 5.132,00	R\$ 8.925,06	COLUMBIA UNIVERSITY	MASTER OF FINE ARTS DE MARCELO STAROBINAS	31-jan-12
112/12	\$ 14.893,00	R\$ 25.900,42	BOSTON UNIVERSITY	MASTER OF FINE ARTS DE PAULA KNUDSEN	31-jan-12
388/12	\$ 405.375,00	R\$ 738.390,56	UNIVERSITIES UK	CUSTOS OPERACIONAIS E ADMINISTRATIVOS - PROGRAMA CIÊNCIAS SEM FRONTEIRAS	1-mar-12
397/12	\$ 5.132,00	R\$ 9.347,94	COLUMBIA UNIVERSITY	MASTER OF FINE ARTS DE MARCELOS STAROBINAS	7-mar-12
398/12	\$ 12.142,00	R\$ 22.116,65	NORTHWESTERN UNIVERITY	MASTER OF FINE ARTS DE FRANCISCO VARGAS MOTTOSO	7-mar-12
399/12	\$ 24.779,00	R\$ 45.134,95	COLUMBIA UNIVERSITY	MASTER OF FINE ARTS DE DENISON ROBERTO RAMALHO	7-mar-12
444/12	\$ 8.928,00	R\$ 16.262,35	LOYOLA MARYMOUNT UNIVERSITY	MASTER OF FINE ARTS DE DENIS PATANE	19-mar-12
476/12	\$ 2.559,04	R\$ 4.661,29	DIMENSION HOUSE (CGCI)	PARTICIPAÇÃO DA CAPES NA CONFERÊNCIA GOING GLOBAL 2012	14-mar-12
477/12	\$ 2.203,05	R\$ 4.012,86	BC TRADING INTERNATIONAL LTD (CGCI)	PARTICIPAÇÃO DA CAPES NA CONFERÊNCIA GOING GLOBAL 2012	15-mar-12
478/12	\$ 364,34	R\$ 663,65	BC TRADING INTERNATIONAL LTD (CGCI)	PARTICIPAÇÃO DA CAPES NA CONFERÊNCIA GOING GLOBAL 2012	14-mar-12
611/12	\$ 955.209,00	R\$ 1.807.064,39	FULBRIGHT COMMISSION (CGCI)	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AO ACORDO CAPES/FULBRIGHT - 2012	6-abr-12
1044/12	\$ 43.626.256,44	R\$ 88.155.576,39	FULBRIGHT COMISSION	BOLSAS PARA GRADUANDOS NOS EUA - PROGRAMA CIÊNCIAS SEM FRONTEIRAS	11-jun-12
1104/12	\$ 159.561,49	R\$ 322.425,90	INSTITUTE OF EDUCATION – UNIVERSITY OF LONDON	TAXAS DE 30 BOLSISTAS DO PROGRAMA TEACHING ENGLISH AS A FOREIGN LANGUAGE	26-jun-12
1167/12	\$ 120.000,00	R\$ 245.928,00	FULBRIGHT COMISSION/	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AO CONVÊNIO CAPES/COMISSÃO FULBRIGHT	3-jul-12
1220/12	\$ 12.142,00	R\$ 24.883,81	NORTHWESTERN UNIVERDITY	MASTER OF FINE ARTS DE FRANCISCO VARGAS MATTOSO	10-jul-12
1248/12	\$ 1.440.673,50	R\$ 2.952.516,27	CAMPUS FRANCE	CUSTOS OPERACIONAIS E ADMINISTRATIVOS - PROGRAMA CIÊNCIAS SEM FRONTEIRAS	18-jul-12
1249/12	\$ 200,00	R\$ 409,88	THE UNIVERSITY OF IOWA	ACESSO ÀS INSTALAÇÕES DA UNIVERSIDADE - BOLSISTA ALICE GABRIELLE DE SOUSA COSTA	17-jul-12
1382/12	\$ 26.000,00	R\$ 52.951,60	LASPAU -ACADEMIC AND PROFESSIONAL PROGRAMS FOR THE AMERICAS	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AO ACORDO CAPES/LASPAU	13-ago-12

1383/12	\$ 1.095.172,65	R\$ 2.230.428,62	DEUTSCHER AKADEMISCHER AUSTAUSCH DIENST - DAAD	CUSTOS OPERACIONAIS E ADMINISTRATIVOS - PROGRAMA CIÊNCIAS SEM FRONTEIRAS	13-ago-12
1447/12	\$ 25.194,50	R\$ 51.311,12	AMERICAN FILME INSTITUTE	TAXAS ESCOLARES FALL 2012, PROGRAMA CAPES/FULBRIGHT - MFA	28-ago-12
1448/12	\$ 17.860,50	R\$ 36.374,69	UNIVERSITY OF SOUTHERN CALIFORNIA	TAXAS ESCOLARES FALL 2012, PROGRAMA CAPES/FULBRIGHT - MFA	28-ago-12
1449/12	\$ 1.248.194,85	R\$ 2.542.073,63	ACCC - ASSOCIATION OF CANADIAN COMMUNITY	CUSTOS OPERACIONAIS E ADMINISTRATIVOS - PROGRAMA CIÊNCIAS SEM FRONTEIRAS	28-ago-12
1485/12	\$ 131.416,84	R\$ 267.643,54	MITACS - MATHEMATICS OF INFORMATION TECHNOLOGY	CUSTOS OPERACIONAIS E ADMINISTRATIVOS - PROGRAMA CIÊNCIAS SEM FRONTEIRAS	30-ago-12
1505/12	\$ 1.040.000,00	R\$ 2.118.064,00	US EMBASSY - FULBRIGHT COMISSION	BOLSAS DE ESTUDO (GRADUAÇÃO SANDUÍCHE) NOS EUA DO ACORDO CAPES/FULBRIGHT	29-ago-12
1581/12	\$ 17.415,00	R\$ 35.352,45	NORTHWESTERN UNIVERSITY	MASTER OF FINE ARTS DE FRANCISCO VARGAS MATTOSO	17-set-12
1582/12	\$ 1.590,53	R\$ 3.228,78	INSTITUTE OF EDUCATION – UNIVERSTY OF LONDON	TAXAS ESCOLARES – MATERILA DEVELOPMENT FOR LANGUAGE TEACHING DE MARIA ISABEL RIO	18-set-12
1665/12	\$ 238.230,72	R\$ 483.918,06	CAMPUS FRANCE	CUSTOS OPERACIONAIS E ADMINISTRATIVOS DO PROGRAMA CIÊNCIA SEM FRONTEIRAS	1-out-12
1734/12	\$ 11.782.973,66	R\$ 23.934.754,40	UNIVERSITIES UK	CUSTOS OPERACIONAIS E ADMINISTRATIVOS DO PROGRAMA CIÊNCIA SEM FRONTEIRAS	5-out-12
1848/12	\$ 26.050,00	R\$ 52.915,37	COLUMBIA UNIVERSITY	MASTER OF FINE ARST FABIO MONTANARI	11-out-12
1849/12	\$ 5.263,00	R\$ 10.690,73	COLUMBIA UNIVERSITY	MASTER OF FINE ARST DENISON RAMALHO	11-out-12
1930/12	\$ 12.672,50	R\$ 26.698,42	NORTHWESTERN UNIVERSITY	MASTER OF FINE ARTSRODRIGO FERNANDO	19-out-12
1942/12	\$ 9.463,00	R\$ 19.936,65	LOYALOA MARYMOUNT UNIVERSITY	MASTER OF FINE ARTS DENIS PATANE	1-nov-12
1943/12	\$ 18.918.993,73	R\$ 39.858.535,99	FULBRIGHT COMISSION	CONVÊNIO CAPES/COMISSÃO FULBRIGHT PARA IMPLEMENTAÇÃO DE BOLSAS PARA GRADUANDOS - CSF	1-nov-12
1966/12	\$ 129.519,60	R\$ 272.871,89	UNIVERSIDADE DE BOLONHA - UNIBO	CIÊNCIA SEM FRONTEIRAS	9-nov-13
1996/12	\$ 9.000.000,00	R\$ 18.961.200,00	NOVA - COMMUNITY COLEGE CONSORTIUM	RECURSOS PARA IMPLEMENTAÇÃO DE BOLSAS PARA GRADUANDOS NOS EUA	14-nov-12
2073/12	\$ 162.553,40	R\$ 332.177,87	INSTITUTE OF EDUCATION - UNIV. OF LONDON	TAXAS DO PROGRAMA TEACHING ENGLISH AS A FOREING LANGUAGE	3-dez-12
2086/12	\$ 1.650.000,00	R\$ 3.371.775,00	HAVARD UNIVERSITY	BOLSA DE ESTUDOS PARA GRADUANDOSCIENCIA SEM FRONTEIRAS	3-dez-13
2095/12	\$ 10.669.320,00	R\$ 21.802.755,42	FULBRIGHT COMISSION	PROGRAMA DE APERFEIÇOAMENTO DE PROFESSORES DA LÍNGUA INGLESAS NOS EUA	13-dez-12
2109/12	\$ 42.867.908,45	R\$ 87.600.570,92	FULBRIGHT COMISSION	IMPLEMENTAÇÃO DE BOLSA DE ESTUDOS PARA GRADUANDOS NOS EUA	13-dez-12
2134/12	\$ 9.000.000,00	R\$ 18.391.500,00	NORTHEN VIRGINIA COMMUNITY COLLEGE	INVOICE CAPES 2012 2016 0001	12-dez-12
2136/12	\$ 2.854.470,00	R\$ 5.833.109,45	FULBRIGHT COMISSION	ALOCACAO E ACOMPANHAMENTOS DE GRADUANDOS	12-dez-12
2137/12	\$ 1.120.000,00	R\$ 2.288.720,00	FULBRIGHT COMISSION	BOLSA DE ESTUDOS PROFESSORES ESTADOSUNIDENSES NO BRASIL	12-dez-12

2138/12	\$ 720.000,00	R\$ 1.471.320,00	LASPAU	INVOICE 20120343	12-dez-12
2139/12	\$ 133.835,00	R\$ 273.491,82	LASPAU	INVOICE 20120345	12-dez-12
2140/12	\$ 66.008,52	R\$ 134.888,41	LASPAU	INVOICE 20120342	12-dez-12
2190/12	\$ 5.597.014,93	R\$ 11.437.500,01	FULBRIGHT COMISSION	TESTES DE PROFICIENCIA DE LINGUA INGLES	21-dez-12
2206/12	\$ 12.816,00	R\$ 26.189,50	NORTHWEST UNIVERSITY	MASTER OF FINE ARTSRODRIGO FERNANDO	21-dez-12

O programa Ciência Sem Fronteiras prevê a parceria das agências CAPES e CNPq com o setor privado afim de firmar acordos financeiros. A finalidade desses acordos é de apoiar e complementar esse programa, possibilitando a formação e a capacitação de profissionais e pesquisadores em universidades, instituições de educação profissional e tecnológica, e centros de pesquisa estrangeiros de excelência, além de atrair para o Brasil jovens talentos e pesquisadores estrangeiros de elevada qualificação. Na tabela 3 estão listadas as empresas e o montante repassado para a CAPES no ano de 2.

Tabela 3 – Repasse do Setor Produtivo – Programa Ciências sem Fronteiras

Repases do Setor Produtivo - Programa Ciência sem Fronteiras		
Empresa	Data do Repasse	Valores Repassados em 2012 (R\$)*
VALE	12/11/2012	R\$ 8.899.357,50
FEBRABAN	25/9/2012	R\$ 36.596.045,22
ELETROBRÁS	12/11/2012	R\$ 11.304.115,99
Total		R\$ 56.799.518,71

* Valores em reais.

Foi assinado o acordo com a empresa HYUNDAI com a previsão de repasse de aproximadamente R\$ 500.000,00. Entretanto, esse valor será repassado em parcelas futuras.

Diretoria de Avaliação

- Fórum Nacional de Pró-Reitores (FOPROP), que consolida e apresenta à CAPES, por meio do seu representante no CTC-ES, as demandas das instituições expressas por seus Pró-Reitores. Em 2012, a CAPES participou do Encontro Nacional de Pró-Reitores (ENPROP), prestando esclarecimentos a respeito do processo de avaliação e de fomento, além de discutir e avaliar a possibilidade de atendimento às demandas trazidas pela comunidade acadêmica.
- Conselho Nacional de Educação/MEC, que analisa e homologa a recomendação feita pela CAPES para fins de reconhecimento, renovação de reconhecimento ou descredenciamento de programas de pós-graduação.
- Consultores ad-hoc, que realizam em conjunto com a Diretoria de Avaliação, os processos de análise de mérito, de acompanhamento e de recomendação dos programas de pós-graduação, além de contribuir com deliberações a respeito de políticas da avaliação e da pós-graduação. Todas essas atividades são coordenadas por 48 docentes e pesquisadores de várias instituições do país, que figuram como coordenadores de área de avaliação durante um mandato de três anos.

Diretoria de Programas e Bolsas no País (DPB)

No âmbito da DPB, os objetivos elencados no PNPG e no PPA 2012-2015 tem sido alcançados por meio da pactuação de acordos de cooperação com vistas a estimular, por meio de editais específicos, o incremento de projetos de pesquisa em áreas estratégicas. A seguir estão listados os principais parceiros:

- Ministério da Defesa: tem por objetivo estimular no país a produção de pesquisas científicas e tecnológicas e a formação de recursos humanos pós-graduados em Defesa Nacional.
- Ministério da Cultura: tem por objetivo estimular no país a realização de projetos conjuntos de pesquisa, a articulação e o diálogo entre pesquisadores e grupos de pesquisas que atuam no campo de estudos da cultura.
- Ministério da Saúde: tem como objetivo estimular a produção de pesquisas científicas e tecnológicas e a formação de mestres, doutores e estágio pós-doutoral na área da Saúde.
- Ministério da Integração: tem como objetivo o fomento à pesquisa de grupos voltados ao desenvolvimento de projetos de pesquisas acadêmicas em áreas de interesse para o Desenvolvimento Regional Brasileiro.
- Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência – SAE: tem como objetivo fomentar a cooperação entre instituições de excelência na formação de recursos humanos e na produção científica e tecnológicas em áreas relativas à defesa, ao desenvolvimento e a outros temas estratégicos de interesse nacional.
- Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – EMBRAPA: estimular e apoiar a realização de projetos conjuntos de pesquisa científica e tecnológica entre diferentes IES e unidades de pesquisa da Embrapa, contemplando a formação de recursos humanos pós-graduados em Ciências Agrárias e áreas correlatas.
- Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz): a acordo Capes/Fiocruz possui duas ações, sendo que a primeira visa à formação de recursos humanos e treinamento avançado em inovação tecnológica em Saúde e a segunda tem como objetivo apoiar as atividades de pesquisa e ensino dos programas de pós-graduação *stricto sensu* da Fiocruz recomendados pela Capes, ampliando assim a formação de recursos humanos de alto nível em áreas estratégicas para alcançar as metas do Plano Brasil sem Miséria (CAPES/Fiocruz BSM).
- Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia – Inmetro: tem como objetivo a formação de recursos humanos, em diferentes níveis, para atuarem nas áreas de Metrologia, Qualidade, Acreditação, Pesquisa Regulatória, Pesquisa Científica, Inovação, Ensino da Metrologia, Qualidade, Biotecnologia e Ciências Biomédicas.
- Conselho Nacional de Justiça – CNJ: tem como objetivo fomentar projetos conjuntos de pesquisa em áreas de interesse para o Poder Judiciário.
- Jardim Botânico do Rio de Janeiro – JBRJ: visa fortalecer o Programa de pós-graduação em Botânica da Escola Nacional de Botânica Tropical (ENBT) por meio da concessão de bolsas em nível de pós-graduação *stricto sensu* e na modalidade pós-doutorado, financiadas pelo Jardim Botânico.
- Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq: em parceria com o CNPq foram lançados os editais: Repensa (Redes em Agrobiodiversidade e Sustentabilidade Agropecuária); Sisbiota (Sistema Nacional de Pesquisa em Biodiversidade); Re flora (Plantas do Brasil: Resgate Histórico e Herbário Virtual para o Conhecimento e Conservação da Flora Brasileira); Protax (Programa de Capacitação em Taxonomia); Rede Pró-Centro-Oeste (Rede Centro-Oeste de Pós-Graduação, Pesquisa e Inovação); Casadinho/Procad (Chamada Pública MCTI/CNPq/MEC/CAPES); Editoração CAPES/CNPq (Apoio à Editoração e Publicação de Periódicos Científicos Brasileiros) e o Edital Humanas (Edital MCT/CNPq/MEC/CAPES Ciências Humanas).

- Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica – SETEC: visa possibilitar, em nível de mestrado e doutorado no país, a formação, em bloco, de docentes e técnicos administrativos integrantes do quadro de pessoal permanente das instituições pertencentes à Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica.
- Hospital de Clínicas de Porto Alegre – HCPA: tem como objetivo o financiamento de bolsas de pós-doutorado para absorção temporária de jovens doutores que atuarão em projetos de pesquisa científica como ação da política de formação e capacitação de recursos humanos na área de saúde.
- Fundo de Financiamento de Estudos de Projetos e Programas – FINEP: tem como objetivo manter e aprimorar o fomento das atividades de pesquisa científica, tecnológica e de inovação para a absorção temporária de jovens doutores, para atuarem em projetos de pesquisa científica, formação de recursos humanos e de inovação tecnológica, em apoio à PDP.
- Secretaria de Educação Superior – SESu/MEC: tem como objetivo a implementação das bolsas de mestrado, doutorado e pós-doutorado concedidas às Instituições Federais de Ensino Superior participantes do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI.
- Fundações de Amparo à Pesquisa dos Estados – FAPs: tem como objetivo aumentar a disponibilidade de bolsas de estudo bem como recursos de custeio aos programas de pós-graduação em cada Estado envolvido.

Nome das Fundações	Sigla das Fundações	UF
Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas	FAPEAM	AM
Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Goiás	FAPEG	GO
Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Mato Grosso	FAPEMAT	MT
Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro	FAPERJ	RJ
Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais	FAPEMIG	MG
Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Alagoas	FAPEAL	AL
Fundação de Amparo à Pesquisa e à Inovação Tecnológica do Estado de Sergipe	FAPITEC	SE
Fundação de Amparo à Ciência e Tecnologia do Estado de Pernambuco	FACEPE	PE
Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico	FUNCAP	CE
Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul	FAPERGS	RS
Fundação Araucária de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Paraná	Araucária	PR

2. PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO, PLANO DE METAS E DE AÇÕES

2.1. Planejamento das Ações da CAPES

Diretoria de Formação de Professores da Educação Básica (DEB)

Na Ação 20RO ocorre a execução orçamentária das bolsas pagas aos programas Pibid, Parfor, Observatório da Educação e Projetos Especiais no âmbito da DEB. Esses programas estão inseridos no objetivo 0597 do PPA 2012 – 2015 e são implementados por meio da iniciativa 02BQ.

As leis nºs 11.502/2007 e 12.695/2012 modificaram a Lei nº. 8.405/92, ampliando as competências e a estrutura organizacional da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Capes para a agência assumir - além do suporte ao Sistema Nacional de Pós-Graduação (SNPG) e ao desenvolvimento científico e tecnológico do País – a indução e o fomento a ações de formação e valorização dos profissionais do magistério da educação básica pública. Para responder pelas novas atribuições, foram criadas duas diretorias: a Diretoria de Educação a Distância – DED e a Diretoria de Educação Básica Presencial, atualmente denominada Diretoria de Formação de Professores da Educação Básica - DEB (Decreto 7.692/2012).

Ao elaborar o PPA 2012-2015, a DEB analisou dados educacionais e buscou sintonia com o Planejamento Estratégico da Capes, com o Plano Nacional de Pós-Graduação 2011-2020, com os programas de valorização da educação básica do MEC e com o Plano Nacional de Educação (PNE). Em 2012, respondendo ao desafio de investir na qualidade e equidade da formação de docentes, a Capes assegurou a continuidade dos programas que deram início à sua ação no que se refere à formação de profissionais do magistério da educação básica e ampliou-os, além de lançar novas propostas muito bem acolhidas pela comunidade acadêmica. Os programas induzidos e fomentados pela DEB podem ser organizados em três grandes grupos:

- 1) **Formação inicial**, onde se inserem o Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica – PARFOR, o Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência – PIBID e o Programa de Consolidação das Licenciaturas – Prodocência;
- 2) **Formação continuada e extensão**, com o Programa Novos Talentos; o Projeto-piloto Residência Docente no Colégio Pedro II; o apoio a Projetos Especiais - como a Rede Nacional de Educação e Ciência e a Rede Regional de Ciências; o Programa de Desenvolvimento Profissional de Professores da Educação Básica, no âmbito da cooperação internacional;
- 3) **Formação em Pesquisa e Divulgação Científica**, onde se incluem o Observatório da Educação (inclusive o Observatório da Educação Escolar Indígena) e os editais de Feiras de Ciências e Mostras Científicas e de Apoio a Olimpíadas Científicas, estes em parceria com o CNPq.

De forma transversal às três linhas, em 2012 foi lançado o programa Laboratórios Interdisciplinares de Formação de Educadores – LIFE.

A Ação 20RJ, em várias de suas ações, deve ser vista em conjunto com a Ação 20RO que representa a concessão de bolsas. A 20RJ representa as atividades vinculadas aos programas que, em conjunto com as bolsas, viabilizam o dia-a-dia dos projetos institucionais. Em programas onde não há concessão de bolsas, a Ação 20RJ engloba a totalidade das atividades a serem induzidas e fomentadas. Esses programas estão inseridos no objetivo 0597 do PPA 2012 – 2015 e são implementados por meio da iniciativa 02BQ.

Assim, o custeio e o capital do Parfor, do Pibid, do Observatório da Educação e o custeio dos processos formativos decorrentes das Olimpíadas de Química e do Programa Residência Docente no Colégio Pedro II são pagos com recursos desta Ação.

Os programas Novos Talentos, Laboratórios Interdisciplinares de Formação de Educadores - LIFE, Programa de Consolidação das Licenciaturas - Prodocência, a Rede Nacional de Educação e Ciência e os Projetos Especiais de Apoio à Educação Básica são viabilizados com recursos da Ação 20RJ.

Todos são programas finalísticos, ou seja, estão alinhados aos objetivos e à missão da Capes e às macropolíticas traçadas pelo MEC para o setor e destinam-se à formação dos profissionais do magistério da educação básica. Estão embasados nos documentos já identificados na Ação 20RO e adotam uma visão sistêmica e abrangente que engloba a formação continuada, a extensão, a pesquisa em educação e a divulgação científica protagonizada pelos docentes e seus alunos. Os programas têm como princípios comuns: (a) equidade e excelência na formação; (b) integração entre programas de pós-graduação, cursos de formação de docentes e escolas públicas de educação básica; e (c) a disseminação das boas práticas e do conhecimento produzido.

Os impactos positivos dos programas podem ser comprovados pela ampliação do número de IES parceiras da diretoria e pela demanda de novas propostas que chegam mensalmente ao grupo gestor da DEB. Uma mesma IES pode participar de mais de um programa, o que amplia o número de parcerias firmadas. Ver dados a seguir.

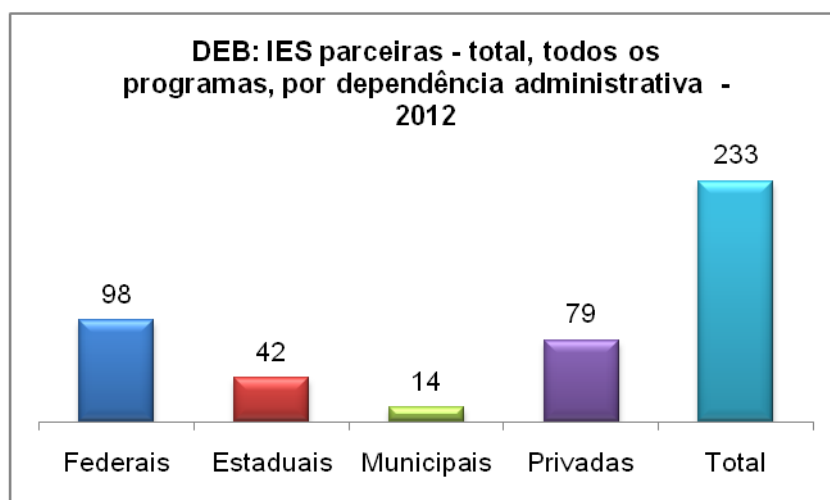


Gráfico 10. DEB: IES parceiras, total, por dependência administrativa, 2012

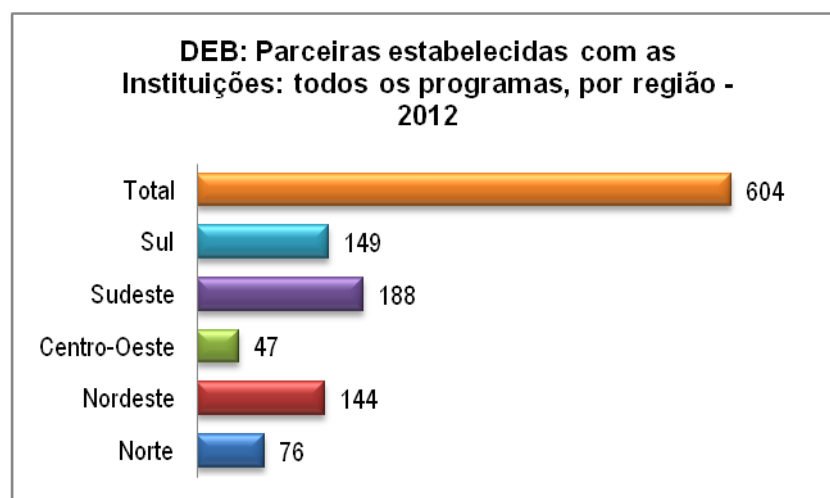


Gráfico 9. DEB: parcerias estabelecidas, todos os programas, 2012.

Diretoria de Educação a Distância (DED)

A missão da CAPES é “Promover a formação de pessoal qualificado para a melhoria da educação básica e da educação superior para o fortalecimento e crescimento da ciência, da tecnologia e da inovação, visando o desenvolvimento sustentável do Brasil”.

A Lei nº 11.502, de 2007, e o Decreto nº 6.755, de 2009, atribuíram à CAPES, no âmbito do MEC, a nova missão de induzir, fomentar e coordenar ações focadas na formação inicial e continuada e na valorização dos professores da educação básica pública.

Nesse novo contexto legal, foram criadas duas diretorias: a Diretoria de Formação de Professores da Educação Básica– DEB e a Diretoria de Educação a Distância – DED.

Art. 25. À Diretoria de Educação a Distância compete:

I - fomentar as instituições de ensino superior integrantes do Sistema Universidade Aberta do Brasil – UAB e os respectivos polos de apoio presencial, para desenvolvimento da educação na modalidade a distância;

II – articular as instituições de ensino superior integrantes da UAB aos polos de apoio presencial;

III – subsidiar as políticas de formação inicial e continuada de professores, potencializando o uso da modalidade de educação a distância, especialmente no âmbito da UAB;

IV – apoiar a formação inicial e continuada de profissionais da educação básica, mediante concessão de bolsas e auxílios para docentes e profissionais do magistério nas instituições de ensino superior integrantes da UAB e nos respectivos polos de apoio presencial; e

V – planejar, coordenar, fomentar e avaliar a oferta de cursos superiores na modalidade a distância pelas instituições integrantes da UAB e a infraestrutura física e de pessoal dos polos de apoio presencial, em apoio à formação inicial e continuada de professores para a educação básica.

Diante disso, o desafio é a qualidade e equidade na formação de professores da educação básica. Tal desafio se deve ao fato de:

- A formação de professores ser fator estratégico para a melhoria do ensino na Educação Básica, na Superior e na Pós-Graduação;
- Existem, aproximadamente, 530 mil professores sem formação superior no Brasil, em desacordo ao art. 62 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB;
- O número de egressos de cursos de licenciatura é insuficiente para suprir o déficit de professores;
- A necessidade de articulação da Pós-Graduação com a Educação Básica.

O Plano Plurianual (PPA) 2012-2015 congrega esse planejamento em:

OBJETIVO: 0597 – Promover, em articulação com os sistemas de ensino estaduais e municipais, a valorização dos profissionais da educação, apoiando e estimulando a formação inicial e continuada, a estruturação de planos de carreira e remuneração, a atenção à saúde e à integridade e as relações democráticas de trabalho.

Que possui as seguintes Metas para o período 2012-2015, no tocante à missão da CAPES:

- Elevar o percentual de professores da educação básica que possuem formação específica de nível superior obtida em curso de licenciatura na área do conhecimento em que atuam, de forma a alcançar a meta do PNE 2011-2020;
- Formar professores da educação básica em nível de pós-graduação *lato* e *stricto sensu*, de forma a alcançar a meta do PNE 2011-2020.

E como Iniciativa:

02BQ – Consolidação da política nacional de formação, promovendo a formação inicial e continuada de profissionais da educação básica com apoio técnico, financeiro e pedagógico, nas modalidades presencial e a distância, considerando programas específicos, como para professores indígenas, do campo e quilombolas, a formação para a docência intercultural, a educação bilíngue, o ensino da história e cultura indígena, afro-brasileira e africana, o atendimento educacional especializado, a educação em tempo integral, a educação de jovens e adultos, a educação em direitos humanos, a sustentabilidade socioambiental, as relações etnicorraciais, de gênero, diversidade sexual e direitos da criança e do adolescente.

Diretoria de Relações Internacionais (DRI)

O plano estratégico da Diretoria de Relações Internacionais – DRI – está subsumido ao planejamento de toda a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES – que foi elaborado em 2011, com período de abrangência para os anos de 2011 a 2015. Esse documento coaduna-se com diretriz importante do Plano Plurianual 2012 – 2015 – Estímulo e Valorização da Educação, da Ciência e da Tecnologia – e busca cumprir os objetivos definidos no Programa Temático: Educação Superior – Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão.

O documento Agenda Estratégica – Gestão para Resultados na CAPES, de julho de 2011, fundamenta as informações sobre o planejamento das ações da DRI para 2012, em conformidade com as competências da diretoria.

De acordo com o Decreto nº 7.692, de 2 de MARÇO de 2012, que aprovou o estatuto e o quadro dos cargos em comissão da CAPES mais recentes, compete à Diretoria de Relações Internacionais da CAPES promover a internacionalização da pós-graduação articulada com outros níveis de ensino e coordenar a concessão de bolsas de estudos e de auxílios no exterior, entre outras atribuições. Na consecução desses propósitos o planejamento das ações da DRI, no âmbito da Gestão para Resultados na CAPES, lançou o seguinte objetivo estratégico: Promover a Inserção Internacional da Educação Superior Brasileira.

Cumprir observar que as atribuições da DRI descritas no Decreto Nº 7.692/2012 mantiveram-se similares às atribuições informadas no Decreto Nº 6.316, de 20 de DEZEMBRO de 2007, vigente na época da elaboração do planejamento estratégico da CAPES, corroborando o referido objetivo estratégico definido no plano de ação da DRI.

Contudo, o Decreto Nº 7.692, de 2 de MARÇO de 2012 modificou a estrutura de cargos em comissão da DRI, criando a Coordenação Geral de Acompanhamento e Monitoramento de Resultados, com o propósito de seguir amiúde o desenrolar das atividades relacionadas aos programas da DRI.

A incorporação do Programa Ciência sem Fronteiras, instituído pelo Decreto 7.642 de 13 de dezembro de 2011, às atividades da DRI, ao longo de 2012, trouxe modificações no volume de concessões de bolsas no exterior, com todas as consequências associadas: volume de inscritos, de candidatos, de implementações de bolsas, além da quantidade de demandas e solicitações de candidatos, bolsistas, coordenadores, parceiros etc. Essas modificações repercutiram nas tarefas e nas atividades desempenhadas pelos servidores e funcionários da DRI, que ainda tiveram de dar sequência nos programas tradicionais da agência.

Não obstante, o corpo técnico da DRI logrou atingir boa parte das metas instituídas, tanto no planejamento estratégico quanto no plano informado pelo Programa Ciência sem Fronteiras, ressaltando-se que alguns resultados se aproximaram das metas e outros ultrapassaram as metas planejadas.

Diretoria de Avaliação (DAV)

A avaliação e o acompanhamento da pós-graduação *stricto sensu* nacional, na maneira como conduzida pela CAPES, pautam-se por **dois grandes fundamentos** estabelecidos no Planejamento Estratégico e monitorados pelo Plano Plurianual 2011-2015, a saber:

- Certificação da qualidade da pós-graduação brasileira: referência para a distribuição de bolsas, auxílios e apoio financeiro para aquisição de equipamentos por parte de programas de pós-graduação *stricto sensu*, numa modalidade própria de fomento à formação qualificada de recursos humanos, à pesquisa e à inovação;
- Identificação das assimetrias regionais e da necessidade de áreas estratégicas do conhecimento para orientar a indução na criação e expansão mais racional dos programas de pós-graduação no território nacional.

No PPA 2011-2015, estes fundamentos foram estabelecidos por meio da **Ação 20RN.26291.0001 - Avaliação da Educação Superior e da Pós-Graduação nas seguintes finalidades:**

- Realizar a avaliação periódica e o acompanhamento anual dos programas de pós-graduação *stricto sensu* em funcionamento no Sistema Nacional de Pós-Graduação do País.
- Realizar o processo de avaliação de propostas submetidas à CAPES de acordo com o calendário anual para abertura de novos cursos de mestrado e doutorado no território nacional.
- Realizar o processo de avaliação dos projetos de Mestrado Interinstitucional e de Doutorado Interinstitucional, submetidos à CAPES por programas de pós-graduação consolidados e de acordo com o calendário anual, para abertura de turmas de alunos em instituições receptoras fora dos grandes centros de pesquisa e pós-graduação do país.

No âmbito da CAPES, é a Diretoria de Avaliação a unidade que responde por esta Ação por meio da execução das seguintes atividades avaliativas:

- Organizar, coordenar e fazer a manutenção de um amplo sistema de acompanhamento anual e de avaliação periódica dos cursos de pós-graduação *stricto sensu* em funcionamento e de análise de cada nova proposta ou projeto de curso ou programa de mestrado e doutorado com o intuito de ser oferecido no País.
- Organizar, coordenar e fazer a manutenção do sistema de avaliação com vistas a subsidiar as ações de fomento da CAPES.

A avaliação é realizada por comissões compostas por consultores e por servidores, incidindo sobre esta atividade custos de consultoria, tecnologias da informação (TI), diárias, hospedagem, passagens, transporte, contratação de serviços e despesas acessórias.

I Em linhas gerais, o sistema de avaliação e as atividades conduzidas pela Diretoria de Avaliação têm reflexo sobre a consolidação e a ampliação do Sistema Nacional de Pós-Graduação, conforme descrito a seguir:

1. Sistema de Avaliação

A Avaliação do Sistema Nacional de Pós-Graduação, estabelecida e orientada pela Diretoria de Avaliação/Capes e realizada com a participação da comunidade acadêmico-científica por meio

de consultores *ad hoc*, é atividade essencial para assegurar e manter a qualidade dos cursos de mestrado profissional, mestrado acadêmico e doutorado e induzir a expansão do sistema.

A avaliação é organizada em consonância com **48 áreas de avaliação**, número vigente em 2012, e segue uma mesma sistemática e conjunto de quesitos básicos estabelecidos no Conselho Técnico Científico da Educação Superior (CTC-ES).

O **Sistema de Avaliação** administrado pela DAV/CAPES divide-se em dois processos distintos que se referem à entrada e permanência dos cursos de mestrado profissional (MP), mestrado acadêmico (ME) e doutorado (DO) no SNPG (ver **Figura 2**):



Figura 2 – Sistema de Avaliação conduzido pela Capes

Ambos os processos, entrada e permanência, são conduzidos com base nos mesmos fundamentos, a saber:

- Reconhecimento e Confiabilidade fundados na qualidade assegurada pela análise dos pares;
- Critérios debatidos e atualizados pela comunidade acadêmico-científica a cada período avaliativo;
- Transparência: ampla divulgação das decisões, ações e resultados:
 - no portal da CAPES;
 - nas subpáginas das áreas de avaliação (www.capes.gov.br/avaliacao/areas-paginas)

2. Situação atual do Sistema Nacional de Pós-Graduação

Dados atuais apontam para uma dimensão do SNPG da ordem de, aproximadamente, 66 mil docentes e 188 mil discentes distribuídos em 4.650 cursos de mestrado profissional, mestrado acadêmico e doutorado acadêmico.

A Tabela 4 apresenta dados comparativos do período de 2009 (dados estabelecidos na Avaliação Trienal 2010) a 2011, mostrando um crescimento de 14% no número de programas. O prazo para preenchimento do Coleta de Dados relativo ao ano de 2012 vai até o dia 25 de abril de 2013; portanto, ainda não há dados disponíveis para gerar informações atualizadas para o ano de referência deste relatório.

Tabela 4 – Distribuição de programas e cursos no SNPG 2009-2011

Nível		2009	2010	2011	Cresc 2009/2011
Programas*		2.718	2.840	3.096	14%
Cursos	Mestrado	2.435	2.544	2.715	11%
	Doutorado	1.421	1.502	1.606	13%
	Mestrado Profissional	243	247	329	35%
Cursos - Total		4.099	4.293	4.650	13%

*Cada programa pode ter mais de um nível

2.1. Assimetrias entre unidades da federação

A expansão da pós-graduação no período registra também tendência de redução das assimetrias regionais. Embora, evidentemente, seja predominante a concentração de PPGs nas regiões Sudeste-Sul, fato decorrente do processo histórico das últimas cinco décadas, no período analisado o aumento percentual do número de programas foi maior nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, conforme pode ser verificado na Tabela 5.

Tabela 5. Comparação do número de programas em 2009 e 2011 por região brasileira

Região	2009	2011	Cresc (2009- 2011)
CENTRO-OESTE	195	237	22%
NORDESTE	492	603	23%
NORTE	121	148	22%
SUDESTE	1363	1.474	8%
SUL	547	634	16%
Total Geral	2.718	3.096	14%

Fonte: GEOCAPES

Com relação aos Estados que mais concentram programas de pós-graduação destaca-se São Paulo com 23%, seguido de Rio de Janeiro (12%), Minas Gerais (10%), Rio Grande do Sul (9%) e Paraná (7%) (Figura 3).

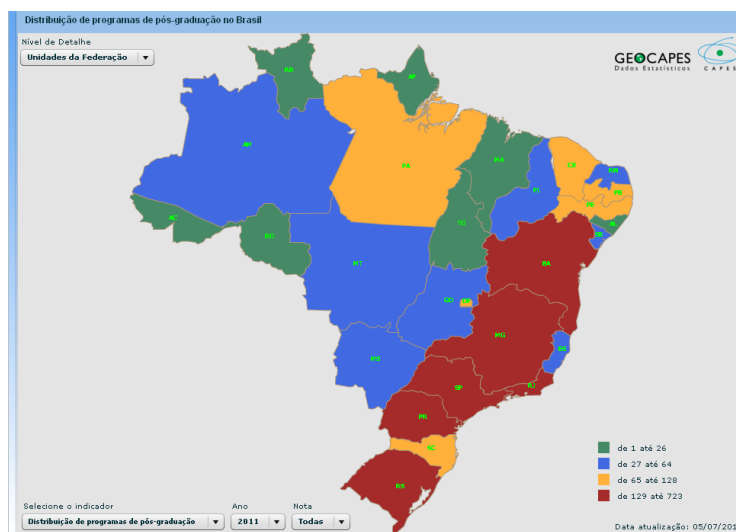


Figura 3. Distribuição dos programas de pós-graduação por UF em 2011

Fonte: GEOCAPES

3. Sistema de Avaliação – Entrada no SNPG

3.1. Avaliação de Cursos Novos

A Avaliação das Propostas de Cursos Novos de Pós-Graduação é parte do rito estabelecido para a admissão de novos programas e cursos ao Sistema Nacional de Pós-Graduação – SNPG. Ao avaliar as propostas de cursos novos, a CAPES verifica se elas atendem ao padrão de qualidade requerido nesse nível de formação e encaminha os resultados desse processo para, nos termos da

legislação vigente, fundamentar a deliberação do CNE/MEC sobre o reconhecimento de tais cursos e sua incorporação ao SNPG.

A Figura 4 apresenta uma síntese dos procedimentos adotados na avaliação de propostas de cursos novos.

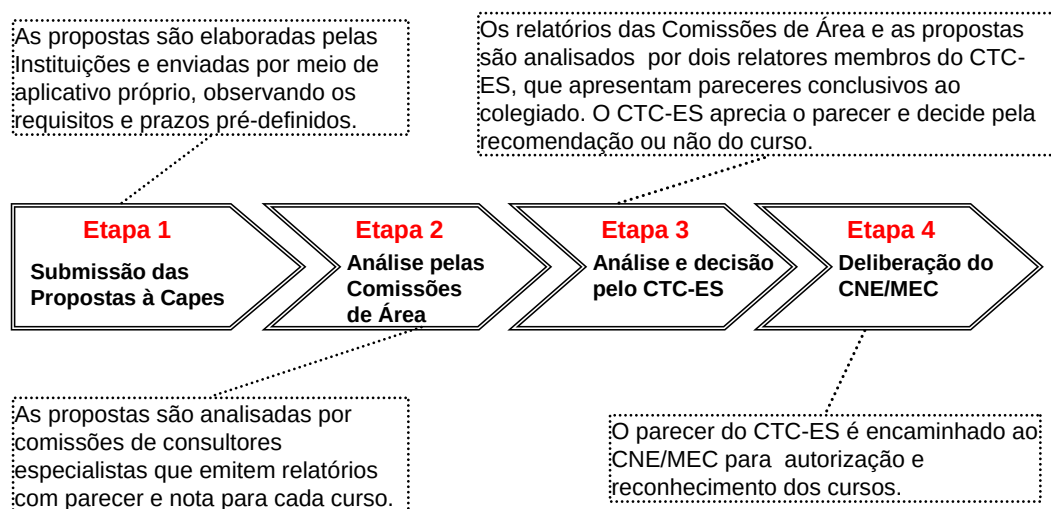


Figura 4 – Avaliação das propostas de Cursos Novos

4. Sistema de Avaliação – Permanência no SNPG

4.1. Avaliação Periódica

A Avaliação Periódica, no momento realizada a cada três anos, resulta em notas numa escala de 1 a 7 atribuídas aos mestrados profissionais, mestrados acadêmicos e doutorados que são homologadas pelo CTC-ES. Os resultados da avaliação conduzida pela DAV fundamentam a deliberação do Conselho Nacional de Educação - CNE/MEC sobre quais cursos obterão a renovação de reconhecimento para darem continuidade a suas atividades no período subsequente. A **Figura** apresenta uma síntese dos procedimentos adotados na avaliação periódica.

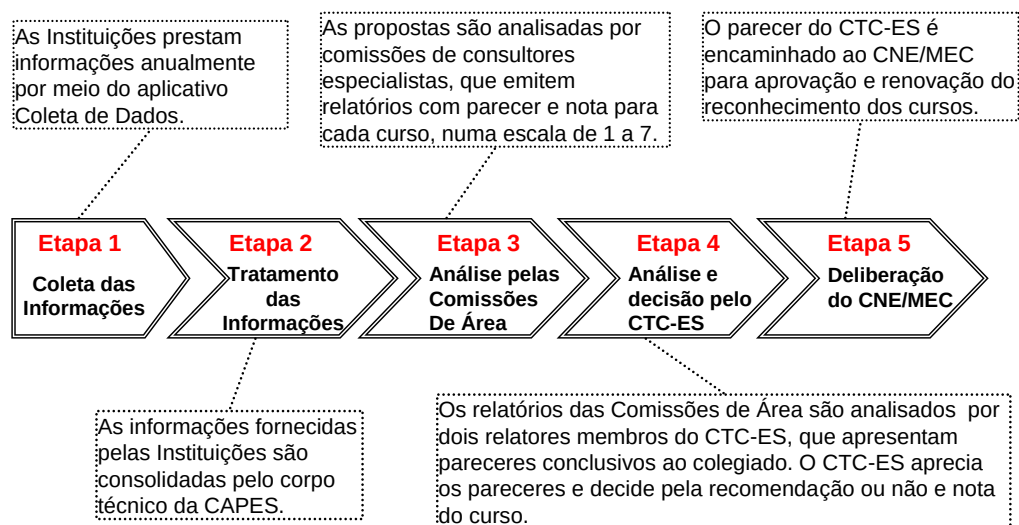


Figura 5 – Avaliação Periódica

4.2. Acompanhamento

O objetivo desta atividade é monitorar o desempenho dos programas ao longo do intervalo entre as avaliações periódicas. Essa atividade abrange a realização de diligências documentais, visitas de consultores a cursos de mestrado e doutorado e seminários promovidos pelas áreas de avaliação com os coordenadores de programas de pós-graduação para apresentações de dados seguidas de análises, debates e orientações.

II. Alinhamento das atividades da pós-graduação com os instrumentos de planejamento

O PNPG 2011-2020, especificamente para o sistema de avaliação, estabeleceu orientações gerais com vistas à expansão qualificada do sistema de pós-graduação. Essas orientações podem ser traduzidas em dois eixos norteadores para o processo de avaliação: estabilidade e inovação.

- Estabilidade diz respeito à preservação do sistema de avaliação de qualidade da pós-graduação como um sistema de certificação e referência para distribuição de bolsas e recursos;
- Inovação refere-se à adoção de estratégias e desenvolvimento de ações que assegurem a superação dos bloqueios e deficiências do sistema de avaliação. Em linhas gerais, foi preconizada: a inclusão de novos indicadores, de modo a orientar a formação de recursos humanos e a pesquisa na direção das fronteiras do conhecimento e das prioridades estratégicas do país; a introdução da avaliação de produtos até hoje não avaliados adequada e sistematicamente, como patentes e produtos tecnológicos; a diversificação do sistema de avaliação para possibilitar a análise de diferentes formas e arranjos de pós-graduação; o fortalecimento das atuais atribuições das coordenações de área da CAPES; a inclusão de indicadores relativos à expressão do impacto social de atuação dos programas de pós-graduação.

O Planejamento Estratégico elaborado pela CAPES buscou criar mecanismos por meio de iniciativas e planos de ação e metas para operacionalizar as diretrizes estabelecidas no PNPG, levando-se em conta também metas físicas e orçamentárias previstas pelo PPA 2011-2015. Algumas ações promovidas no âmbito da Diretoria de Avaliação podem ser destacadas como resultado dessa estratégia:

(a) Tendência de redução das assimetrias regionais em duas frentes: (i) aumento percentual do número de programas de pós-graduação *stricto sensu* nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste ao longo dos últimos 4 anos; e (ii) valorização da estratégia de formação de recursos humanos em nível de pós-graduação *stricto sensu* fora dos grandes centros de ensino e pesquisa por meio da análise de mérito e aprovação de Projetos de Mestrados e Doutorados Interinstitucionais - Minter e Dinter, os quais preveem uma forma de parceria entre uma instituição promotora com curso já devidamente reconhecido e consolidado e uma instituição receptora.

(b) Busca de maior articulação da pós-graduação com a formação de professores da educação básica e com o incremento de atividades voltadas para o desenvolvimento desse nível de ensino, concretizada na avaliação e recomendação para entrada em funcionamento de cursos de mestrado profissional em rede que visam atender professores em exercício no ensino básico das áreas de Matemática, Letras e Física, especialmente na escola pública. Destaca-se, ainda, que outras áreas também estão se mobilizando para estimular a estruturação de cursos com caráter semelhante.

(c) Estímulo à criação, ao fortalecimento e à ampliação de determinadas áreas de concentração em programas de pós-graduação, associado a demandas estratégicas da comunidade acadêmica e de órgãos públicos;

(d) Realização de seminários de acompanhamento com o objetivo de promover a interação entre os programas de pós-graduação em cada área de avaliação, assim como o esclarecimento sobre os critérios e as questões relativas ao processo de avaliação. Em 2012, esta ação envolveu

mais de 3.000 coordenadores de programas de pós-graduação, sob a liderança dos 48 coordenadores de área.

(e) Realização de reuniões e/ou visitas de acompanhamento individualizado a programas que obtiveram nota 3 nas três últimas avaliações trienais, com o objetivo de orientação para o aprimoramento de fatores que impactam no aumento da nota do programa.

(f) Revisão da sistemática de avaliação, incluindo aprimoramento do marco regulatório e dos aplicativos e instrumentos, além de melhoria de acesso à informação.

III. Desafios da Avaliação

Para responder à crescente complexidade e à expansão do SNPG, o sistema de avaliação da pós-graduação no Brasil vem se aperfeiçoando gradualmente e, a cada ano, são incorporados novos elementos, tanto do ponto de vista instrumental quanto conceitual. No que se refere ao modelo baseado na análise por pares, vêm sendo realizados ajustes para que o sistema possa captar as necessidades de mudanças sinalizadas pela comunidade acadêmico-científica e as decorrentes da própria natureza do processo de produção do conhecimento.

No que tange aos sistemas informatizados que suportam as atividades de avaliação, cabe destacar a necessidade de:

- a) Desenvolvimento de módulos complementares no Coleta de Dados para o acompanhamento das atividades de Minter/Dinter, que permitam aferir a qualidade da realização dos projetos;
- b) Mudança conceitual e operacional do aplicativo Coleta de Dados CAPES, que é um sistema informatizado desenvolvido com o objetivo de coletar informações dos cursos de mestrado, doutorado e mestrado profissional integrantes do Sistema Nacional de Pós-Graduação;
- c) Adequação do WebQualis, aplicativo utilizado na classificação de periódicos e da produção artística dos programas de pós-graduação, de modo a tornar mais ágil e segura as ações que impactam na sua utilização, mas que atualmente são realizadas quase artesanalmente, por meio de planilhas;
- d) Aperfeiçoamento dos aplicativos que apóiam o Sistema Nacional de Pós-Graduação: i) SNPG/Recomendação; e ii) SNPG/Acompanhamento;
- e) Elaboração de instrumentos de apoio mais amigáveis à análise dos dados considerados na atividade de avaliação, tanto no âmbito da entrada quanto da permanência dos programas no SNPG;
- f) Elaboração de instrumentos e plataformas que aumentem a transparência dos dados, procedimentos operacionais e orientações conceituais do processo de avaliação;
- g) Aprimoramento do marco regulatório específico das atividades de avaliação;
- h) Desenvolvimento de aplicativos que permitam vincular de forma sistêmica a produção intelectual de natureza diversa, tal como produção em livro e de natureza técnica, como é feito atualmente com os periódicos e com a produção artística.

No tópico a seguir que trata da execução do plano de metas ou de ações, serão detalhadas as providências que já estão em andamento para lidar com esses desafios.

Diretoria de Programas e Bolsas no País (DPB)

Em 2012, seguindo as recomendações do Planejamento Estratégico da Capes, a Diretoria de Programas e Bolsas no País, por meio das Ações 0487, 4019 e 2317, expandiu o fomento à pós-graduação, ampliando a concessão de bolsas de estudos no país e de recursos financeiros destinados à:

- a) formação de pessoal qualificado em nível superior;

- b) melhoria da infraestrutura de ensino e de pesquisa;
- c) aquisição de insumos para laboratórios;
- d) realização de eventos científicos; e
- e) democratização do acesso à informação científica e tecnológica.

Em 2012 foram concedidas 77.904 bolsas de estudo, sendo 46.505 de mestrado, 27.589 de doutorado, 3.663 de pós-doutorado e 147 para professores visitantes seniores, ampliando assim o apoio à formação de pessoal qualificado em nível superior para fortalecer o Sistema Nacional de Pós-Graduação – SNPG e o crescimento da ciência, da tecnologia e da inovação, conforme preconizado no Programa Temático 2032 do Plano Plurianual 2012-2015. Essa concessão representou um crescimento de 8,06% em relação ao ano anterior. Além desse expressivo crescimento, outra grande conquista de 2012 foi o reajuste dos valores das bolsas de estudo no país. As bolsas de mestrado passaram de R\$ 1.200,00 para R\$ 1.350,00, as de doutorado de R\$ 1.800,00 para R\$ 2.000,00 e as de pós-doutorado de R\$ 3.300,00 para 3.700,00.

A expansão do apoio a pós-graduação requer ações voltadas ao combate às assimetrias existentes no SNPG. O Plano Nacional de Pós-Graduação (PNPG) 2011-2020 enfatizou que as assimetrias existentes no SNPG (entre regiões, instituições na mesma região, áreas do conhecimento etc) exigirão diretrizes específicas em seu equacionamento, envolvendo diferentes órgãos do governo federal e a parceria com as Fundações de Amparo à Pesquisa dos Estados. O referido plano sugeriu a implementação das seguintes medidas:

- a) indução de programas de pós-graduação em áreas de interesse nacional e regional, em especial a Amazônia e o Mar (Amazônia Azul);
- b) estímulo à formação centros de excelência e de redes de pesquisa e pós-graduação, para a formação regional de recursos humanos e aumento da massa crítica de pesquisa, com ênfase no desenvolvimento regional e superação das desigualdades socioeconômicas;
- c) atração e fixação de pessoal qualificado nas regiões necessitadas, com programas de “enxoval” e contratação de grupos de pesquisa, e não apenas pesquisadores individuais e formação de pessoal local;
- d) adoção de um conjunto de mecanismos para corrigir as distorções existentes em regiões geográficas, em áreas do conhecimento e no sistema de ensino.

Em consonância com o PNPG 2011-2020 e com o Planejamento Estratégico da Capes, foi dispensada especial atenção às regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, pois mais de 24,6 mil bolsas de estudos concedidas no país em 2012 (31,6% do total) foram destinadas a programas de pós-graduação localizados nestas regiões. Convém ressaltar que as assimetrias regionais constatadas no SNPG vêm sendo combatidas, no âmbito da DPB, por meio de políticas de incentivos e indução que visam acelerar o desenvolvimento da pesquisa científica e tecnológica e a formação de recursos humanos em regiões onde a pós-graduação é ainda incipiente, buscando promover o desenvolvimento mais harmonioso da pós-graduação e da pesquisa nacional. Entre as ações que visam promover um desenvolvimento socioeconômico mais equilibrado entre as regiões brasileiras destacam-se os programas Procad (Programa Nacional de Cooperação Acadêmica) e Dinter (Programa de Doutorado Interinstitucional).

Além disso, a DPB deu prosseguimento às ações indutoras, com o objetivo de reduzir as assimetrias entre as áreas do conhecimento, buscando incentivar a criação, o fortalecimento e/ou a expansão do SNPG em áreas estratégicas para o desenvolvimento nacional. Dentre as mais importantes, destacam-se os programas nas áreas de Nanobiotecnologia, Toxinologia, Parasitologia, TV Digital, Defesa Nacional, Engenharias, Saúde e Ciências do Mar, além de acordos com órgãos governamentais tais como Inmetro, Fiocruz e Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência – SAE. Dando continuidade às parcerias com os governos estaduais, foi ampliada a cooperação com as Fundações de Amparo a Pesquisa dos Estados, chegando a um total de 15 acordos de cooperação firmados e 1.067 bolsas concedidas.

Outra diretriz do PPA 2012-2015 é promover o desenvolvimento da pós-graduação nacional mediante a melhoria das condições de funcionamento dos programas de pós-graduação, por meio da concessão de recursos financeiros destinados à melhoria da infraestrutura de ensino e de pesquisa, à aquisição de insumos para laboratórios e ao apoio à realização de eventos científicos no país. Seguindo essa diretriz, em 2012, o programa Pró-Equipamentos Institucional apoiou 112 projetos, com um investimento no valor de 101 milhões de reais. Por meio deste programa são concedidos recursos para a aquisição de equipamentos de pequeno ou de médio porte, de uso compartilhado, necessários para a viabilização de planos institucionais de desenvolvimento da pós-graduação. Nesta mesma direção, o Programa de Apoio a Eventos no País – PAEP, impulsionou a realização de eventos científicos, tecnológicos e culturais de curta duração, de abrangência local, estadual, regional, nacional e/ou internacional, apoiando, em 2012, 1.445 eventos no Brasil (congressos, workshops e seminários científicos), totalizando um investimento no valor de mais de 38 milhões de reais.

Complementando as ações consoantes às diretrizes do Plano Plurianual 2012-2015, de fomento ao desenvolvimento da pós-graduação, a Capes promoveu a democratização do acesso à informação científica e tecnológica, por meio do Portal de Periódicos. Essa ferramenta disponibiliza aos professores, pesquisadores e alunos das instituições usuárias, de forma rápida e eficaz, um conjunto de informações científicas e tecnológicas atuais publicadas em periódicos indexados, visando proporcionar os subsídios necessários aos estudos e às pesquisas desenvolvidos no país, contribuindo para o desenvolvimento da pesquisa nacional e para o crescimento da inserção científica brasileira no exterior. Em 2012, o investimento para a manutenção e desenvolvimento da coleção do Portal de Periódicos foi da ordem de 87,2 milhões de dólares americanos. O número de instituições beneficiadas cresceu 24,85%, atingindo a marca de 407 instituições de ensino superior e de pesquisa com acesso gratuito ao conteúdo assinado. A Capes disponibilizou aos seus usuários o acesso às informações localizadas em mais de 33 mil títulos de periódicos e em bases referenciais e de resumos, contando com um total de 84,6 milhões de acessos, o que equivale a 231,3 mil acessos diários.

2.2. Estratégias de Atuação Frente aos Objetivos Estratégicos

Diretoria de Formação de Professores da Educação Básica (DEB)

O conjunto de programas tem como objetivos estratégicos comuns promover a qualidade e a equidade da formação de professores da educação básica; estimular o ingresso na carreira docente e a valorização do magistério em todos os níveis e modalidades; promover a inovação e o desenvolvimento educacional; contribuir para a redução das assimetrias regionais e para as políticas de desenvolvimento e justiça social.

O contexto que influenciou as decisões da Diretoria são dados e estudos nacionais e internacionais que mostram a necessidade de investimento na formação do professor – um ator essencial para a qualidade da educação básica e para o sistema educacional como um todo.

Na Ação 20RO, destacam-se como estratégia de atuação o Parfor, o Pibid, o Observatório da Educação, três programas que hoje já estão entre os maiores e mais relevantes da Capes, com amplo reconhecimento na comunidade acadêmica. Ainda nessa Ação, o investimento nos processos formativos decorrentes das Olimpíadas de Química e no Programa Residência Docente no Colégio Pedro II, embora menores em termos numéricos e financeiros, mostram-se promissores no sentido de elevar a qualidade da formação docente e da educação básica pública.

Os bons resultados dos programas estão sendo reconhecidos pelas instituições parceiras e há um crescente movimento de demanda por ampliação. Registre-se o compromisso do presidente da Capes com a melhoria da educação básica, o que favorece a implementação e o desenho de propostas formativas inovadoras. A meta estabelecida para o Pibid foi ultrapassada. O edital do Observatório da Educação - 2012, planejado para acolher 80 projetos, teve uma demanda de 256 programas de pós-graduação. Na Plataforma Freire, as pré-inscrições para o Parfor alcançam 354.868 professores para uma oferta de aproximadamente 33.000 vagas por parte das IES. A DEB trabalhou em 2012 com 233 instituições formadoras parceiras, muitas delas atuando em mais de um programa, o que significa parceria com 604 diferentes grupos de formação inicial, continuada e pesquisa.

A falta de pessoal é o principal fator restritivo à diretoria, uma vez que todos os processos relativos à formulação, implantação, acompanhamento e avaliação do programa, em toda a sua complexidade e abrangência, são feitos por uma equipe pequena para a demanda. Essa situação é agravada pela deficiência ou ausência de sistemas informatizados para simplificação dos processos de formalização, análise de propostas e prestação de contas e para publicização dos produtos educativos gerados pelos programas, o que dificulta o monitoramento e avaliação das ações implementadas. Outras limitações para um crescimento ainda maior estão relacionadas a (1) limites e contingenciamento que impedem um fluxo regular de execução orçamentária e (2) capacidade das IES de terem um crescimento na mesma proporção que a DEB.

No seu espaço de atuação, a diretoria tomou providências possíveis em relação a essas limitações. Espera-se que a questão de pessoal possa ser resolvida com a chegada de novos concursados em 2013. Os limites orçamentários estão sendo negociados com a Secretaria Executiva do MEC que reconhece a capacidade de execução da diretoria. Os sistemas informatizados estão em desenvolvimento pela área responsável na Capes. A capacidade de as IES ampliarem tão intensamente sua atuação precisa ser reconhecida com bolsas de produtividade em docência, a exemplo do que faz o CNPq que concede bolsas de produtividade em pesquisa, fato que colocou o Brasil em 13º lugar na produção científica no mundo. A diretoria redigiu proposta de regulamentação das bolsas concedidas pela Capes, esperando organizar os programas que implementa. Aguarda-se sua análise pela Projur. Em paralelo a essa iniciativa e em articulação com o Conselho Técnico-Científico da Educação Básica, da Capes, a DEB trabalha no sentido de destacar e elevar a produção e o envolvimento com a docência e a escola pública nas avaliações dos programas da pós-graduação conduzidas pela Capes, de modo a

não penalizar os professores das instituições de ensino superior que se dedicam a formar profissionais do magistério da educação básica.

O contexto que influencia a atuação da DEB é uma janela de oportunidade que une todo o Brasil em relação à importância da educação básica. Os desafios e os gargalos identificados ao desenvolvimento, à competitividade, à empregabilidade, à capacidade industrial e tecnológica do País alertam para os Índices de Desenvolvimento da Educação Básica - IDEB, muito baixos para uma nação que deseja a sustentabilidade econômica, socialmente justa e equitativa.

O crescimento do orçamento da Capes, ancorado na legitimidade da Agência perante a comunidade acadêmica e a sociedade brasileira, permitem o desenho de programas que têm o potencial de renovar a formação inicial e continuada daquele que é agente fundamental de mudança: o professor.

Na Ação 20RJ, destacam-se como estratégia de atuação os programas Novos Talentos, Laboratórios Interdisciplinares de Formação de Educadores - LIFE, Programa de Consolidação das Licenciaturas - Prodocência, e os Projetos Especiais de Apoio à Educação Básica. A ação inclui, ainda o custeio ao Parfor, Pibid, Observatório da Educação, processos formativos decorrentes da Olimpíada Nacional de Química e o Programa Residência Docente no Colégio Pedro II.

Da mesma forma que registrado na Ação 20RO, os bons resultados dos programas estão sendo reconhecidos pelas instituições parceiras e há um crescente movimento de demanda por ampliação. O apoio do dirigente máximo da Capes é decisivo para um crescimento exponencial da ação da Diretoria.

A visibilidade que a Capes está alcançando, decorrente das ações que induz e fomenta, aliada à mudança de dirigentes municipais e à proximidade de eleições majoritárias fez crescer a procura pelos programas existentes e por propostas personalizadas. Nem sempre as IES locais têm a agilidade para atender à customização demandada e o papel de indução e fomento da Capes está limitado pela falta de pessoal - o principal fator restritivo à diretoria, uma vez que todos os processos relativos à formulação, implantação, acompanhamento e avaliação do programa, em toda a sua complexidade e abrangência, são feitos por uma equipe pequena para a procura.

Repetem-se nesta Ação outras limitações já citadas na Ação 20RO: (1) limites no orçamento e (2) deficiência ou ausência de sistemas informatizados para simplificação dos processos de formalização, análise de propostas e prestação de contas e para publicização dos produtos educativos gerados pelos programas. O uso do SICONV tem sido um fator de morosidade na liberação de convênios.

Como registrado, no seu espaço de atuação, a diretoria fez articulações e tomou as providências possíveis em relação a essas limitações. Espera-se que a questão de pessoal possa ser resolvida com a chegada de novos concursados em 2013. Os limites orçamentários estão sendo negociados com a Secretaria Executiva do MEC que reconhece a capacidade de execução da diretoria. Os sistemas informatizados estão em desenvolvimento pela área responsável na Capes. As propostas customizadas estão sendo priorizadas, conforme seu impacto educacional.

Diretoria de Educação a Distância (DED)

A DED tem como ações estratégicas:

- Induzir e fomentar a formação inicial de professores da Educação Básica;
- Induzir e fomentar cursos de formação continuada associados ao ensino, à pesquisa, à extensão e à iniciação científica.

Que se desdobram em:

- Expansão das vagas dos cursos de licenciatura e mestrado profissional do Sistema UAB;
- Expansão de programas de formação continuada associada ao ensino/pesquisa/extensão/iniciação;
- A implantação de turmas e cursos do Sistema UAB em articulação com as ações do MEC;

- Consolidação dos programas de cooperação internacional para os professores da Educação Básica;
 - Acompanhamento e, quando for o caso, avaliação dos cursos e egressos.
- Dessa forma, foram definidos os seguintes indicadores e metas:

Tabela 6 – Indicadores e Metas do Sistema UAB

Indicador	Ano	Matrículas	Bolsas
UAB - Matrículas e Bolsas	2012	148.000	25.000
	2013	163.000	27.500
	2014	171.000	30.000

Indicador	Ano	Matrículas
Professores da EB/Mestrado Profissional	2012	2.800
	2013	4.200
	2014	6.300

Indicador	Ano	Matrículas
Professores EB em cursos e programas de formação continuada	2012	2.600
	2013	10.200
	2014	19.100

Para que essas metas sejam alcançadas, há alguns pontos críticos a serem considerados:

- A pouca articulação do MEC com o CNE, com os Fóruns Estaduais Permanentes de Apoio à Formação Docente, com o Consed e com a Undime;
- A baixa valorização da carreira docente com a consequente baixa atratividade para novos docentes;
- A falta de institucionalização da EaD nas IES públicas;
- A necessidade de melhor aproveitamento do elevado potencial e da capacidade de articulação do CTC/EB;
- A restrição do acesso à internet banda larga nos polos do Sistema UAB.

Devido à mudança na gestão da DED no período de 2011 e com vistas à alcançar as metas e diminuir os impactos dos pontos críticos, diversas ações foram tomadas, entre elas:

- Acompanhamento da gestão dos recursos nas IES, incluindo visitas de treinamento e capacitação para utilização dos sistemas da CAPES;
- Mudança do comportamento organizacional (pessoas, relações e processos) interno e externo;
- Acompanhamento rígido da gestão financeira;
- Definição de um calendário anual para solicitação de ofertas de novos cursos;
- Desenvolvimento, em conjunto com a equipe da DTI/CAPES, de um módulo no SisUAB para inclusão *online* e análise das ofertas de novos cursos;
- Alteração completa do monitoramento de polos, incluindo visitas *in loco* a todos os polos, nova forma de classificação (AA - Apto, AP – Apto com Pendências, NA – Não Apto e FR – em Fase de Regularização) e impedimento de proposição de novas ofertas em polos cuja classificação não seja AA;
- Monitoramento *online* e em tempo real da velocidade de banda de internet nos polos AA.

Diretoria de Relações Internacionais (DRI)

Os esforços empreendidos, ao longo de 2012, na Diretoria de Relações Internacionais, estiveram em plena consonância com uma diretriz importante do Plano Plurianual 2012 – 2015: Estímulo e Valorização da Educação, da Ciência e da Tecnologia. Na busca dessa diretriz, o corpo técnico da DRI empenhou-se em desenvolver o objetivo estratégico traçado para a diretoria no Planejamento Estratégico da CAPES: Promover a Inserção Internacional da Educação Superior Brasileira; pois, tendo esse objetivo como linha mestra, a DRI estaria igualmente contribuindo para o fortalecimento da educação, da ciência e da tecnologia.

Entre as iniciativas estratégicas desenvolvidas pela diretoria para atingir esse objetivo estratégico destaca-se: Expandir a mobilidade internacional por meio do Programa Ciência sem Fronteiras. Essa iniciativa liderou os esforços do corpo técnico da DRI, em virtude da grande quantidade de novas bolsas no exterior que o programa Ciência sem Fronteiras reconhecidamente carrou para a CAPES em 2012. Somente nesse ano, a meta realizada de bolsas concedidas somente no referido programa somava 7.058 (fonte: SISREL/DTI/CAPES; 2012).

Para alcançar essa meta, a DRI lançou mão das seguintes ações, todas previstas no Planejamento Estratégico da CAPES:

- a) Criação de um comitê gestor para o Programa Ciência sem Fronteiras;
- b) Ampliação do número de estudantes em universidades estrangeiras de excelência nas áreas especificadas pelo programa;
- c) Aumento do número de bolsas de pós-graduação, focando principalmente nas modalidades "*sanduíche*";
- d) Aumento do número de bolsas de pós-doutorado;
- e) Facilitação do envio de brasileiros para o exterior e da vinda de professores e estudantes estrangeiros, instituindo-se um "*fast track*" que permitisse reduzir o tempo, a burocracia e custos administrativos, para maior agilidade no "*placement*";
- f) Negociação com as instituições parceiras para cursos de imersão do idioma local;
- g) Elaboração e implementação da sistemática de acompanhamento e de avaliação do programa.

Ressalta-se desse rol de ações, até pela publicidade resultante, o acordo com a embaixada americana que propiciou um mutirão de expedições de vistos para estudantes brasileiros que se destinaram a universidades americanas em 2012.

Além dessas ações estratégicas, a grande repercussão do CsF acarretou também a necessidade de maior amplitude de atuação da DRI. Assim a diretoria adotou como estratégia a negociação de acordos com diversos países, que trouxe abrangência geográfica para envio de grande número de bolsistas, a negociação de parcerias com o setor produtivo, que trouxe maior volume de recursos para o programa.

Não obstante os efeitos de encadeamento e os impactos trazidos pela necessidade de alcançar as metas ambiciosas do Programa Ciências sem Fronteiras, a DRI não abriu mão de executar e manter seus programas tradicionais. A iniciativa estratégica Propiciar maior visibilidade à produção acadêmica e científica brasileira no cenário internacional, também prevista no Planejamento Estratégico da CAPES, foi desenvolvida por meio das seguintes ações estratégicas:

- a) Consolidação e expansão das parcerias mais sólidas e produtivas com países prioritários em áreas consideradas estratégicas pela CAPES;
- b) Aumento do fluxo de estudantes estrangeiros às universidades brasileiras;
- c) Expansão do fluxo de estudantes de graduação, pós-graduação, pós-doutorado e de profissionais da educação básica a universidades e centros de pesquisa estrangeiros de excelência;
- d) Ampliação do número de cátedras da CAPES em instituições estrangeiras de reconhecida qualidade;

- e) Estimulo à publicação de artigos em periódicos de circulação internacional indexados, oriundos de projetos de cooperação apoiados pela CAPES; e
- f) Aumento do fluxo de professores visitantes estrangeiros no Brasil e brasileiros no exterior.

Como destaque desse conjunto de ações, podem-se apontar as atividades desenvolvidas no âmbito do Programa de Licenciaturas Internacionais - PLI – em consonância com os objetivos do PPA 2012 – 2015, buscando-se a qualidade da graduação. Ademais, a superação dos desafios apresentados em 2012 alinharam os esforços da DRI aos eixos norteadores do Plano Nacional de Educação 2011 – 2020, sobretudo o aumento da qualidade da educação e a promoção do desenvolvimento social e econômico, refletidos nas Parcerias Universitárias e nos Projetos Especiais, respectivamente.

Essas ações estratégicas não ocorreram sem que se empreendesse grande esforço na diretoria, atingindo até mesmo sua estrutura administrativa. Em 2012, a DRI passou por reestruturação de suas coordenações e chefias a fim de que o planejamento ambicioso pudesse lograr êxito. No balanço final dessa reestruturação, foi adicionada à organização da DRI a Coordenação Geral de Acompanhamento e Monitoramento de Resultados, cujo objetivo central é estabelecer uma sistemática de acompanhamento e de avaliação dos programas da DRI/CAPES, em conformidade com as boas práticas de gestão, estimuladas pelos órgãos de controle da Administração Pública Federal.

Observa-se, assim, que as ações estratégicas culminaram na execução de grande parte das metas da DRI/CAPES e que essa execução corroborou de forma importante para o alcance das metas do Programa Temático Educação Superior – Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão do Plano Plurianual 2012 – 2015, elevando o número de mestres e doutores titulados, concedendo bolsas, auxílios e outros mecanismos (como projetos conjuntos) para a formação e capacitação de recursos humanos, promovendo a cooperação internacional no Sistema Nacional de Pós-Graduação, em áreas de interesse nacional (inclusive formação de professores), fomentando o desenvolvimento científico e tecnológico, com apoio à pesquisa, à inovação e, com isso, contribuindo para o estímulo e a valorização da educação, da ciência e da tecnologia.

Diretoria de Avaliação (DAV)

Verificou-se como risco que poderia prejudicar o cumprimento dos objetivos estratégicos a necessidade de aprimoramento do marco regulatório específico das atividades de avaliação. No ano de 2012, foi feita uma revisão de normativas utilizadas pela Diretoria de Avaliação, porém ainda há a necessidade de centrar esforços em algumas questões específicas. Uma ação importante a ser feita é o aprimoramento da legislação referente à submissão e ao acompanhamento dos projetos de Mestrado e Doutorado interinstitucionais – Minter/Dinter, para que não haja impacto negativo sobre a iniciativa estratégica de apoio à criação de programas de pós-graduação em regiões com déficit de pessoal qualificado.

I. Alteração da forma de submissão e análise de propostas de Mestrado Profissional

Em termos da revisão de macroprocessos internos da unidade, foram feitas alterações em 2012 com relação à forma de submissão de propostas de Mestrado Profissional, que passaram a ser protocoladas junto a CAPES em formulário próprio e avaliadas pelas áreas e pelo CTC-ES seguindo calendário específico e separadamente das propostas acadêmicas. Essa modificação, com objetivo de contemplar as especificidades desses projetos, visa à expansão qualificada dos mestrados profissionais, apontada como um dos objetivos do PNPG 2011-2020.

Nesse sentido, a Diretoria de Avaliação passou por reestruturação organizacional, resultado do Decreto nº 7.692, de 2 de março de 2012, quando foi criada a Coordenação-Geral de Avaliação e Acompanhamento do Mestrado Profissional. Esse setor está sendo estruturado para um efetivo

acompanhamento dessa modalidade e proposição de normativas e procedimentos específicos, visando a consolidação dos cursos para a formação adequada de recursos humanos para setores não acadêmicos.

II. Revisão da sistemática da avaliação

Para dar cumprimento às orientações do PNPG e do Planejamento Estratégico da CAPES, que preconizaram a revisão da sistemática de avaliação, vale destacar os seguintes esforços nesse sentido:

- Introdução e aperfeiçoamento das ferramentas de classificação da produção intelectual da pós-graduação, no sentido de incluir produtos na forma de livros, eventos e produtos técnicos/tecnológicos.

- Revisão dos aplicativos existentes e construção de novos aplicativos para a Avaliação de Programas de Pós-Graduação. Nesse sentido, foi aprimorado o aplicativo para recebimento de propostas de Mestrado e Doutorado Interinstitucionais, permitindo maior agilidade e confiabilidade em todo o processo, que foi feito integralmente de forma online, desde a inscrição até a análise pelas comissões de área e conclusão do Edital. Este aplicativo incluiu um tutorial *online* no qual existia um roteiro com definições, tipologias e orientações sobre cada um dos campos de preenchimento da proposta. Além disso, a Diretoria de Avaliação, em parceria com a Universidade Federal do Rio Grande do Norte, está desenvolvendo o novo sistema de avaliação integrado, denominado Plataforma Sucupira, que será um marco importante para a avaliação e acompanhamento de programas. A plataforma tem o objetivo de modernização da avaliação da pós-graduação, promovendo melhorias nos processos de trabalho e a utilização de sistemas de informações de apoio às atividades gerenciais. Ela permitirá a unificação de todos os sistemas utilizados no processo de avaliação e a realização da coleta de dados de forma contínua e *online*. Com o mesmo objetivo, foram feitas melhorias no aplicativo WebQualis, em função do crescente volume da produção científica dos programas e da necessidade de normalização e atualização da classificação dos periódicos, condizentes com os padrões internacionais de indexação. O sistema reformulado oferecerá a vantagem de uma classificação mais ágil, segura e eficiente e possibilitará aos consultores realizar as operações inerentes à classificação de periódicos em sistema *online*. Está sendo incluída ainda a geração automática de estatísticas atualizadas sobre periódicos classificados. Além disso, o aplicativo melhora a divulgação da classificação de periódicos, na medida em que disponibiliza as informações para consulta direta no portal eletrônico da CAPES.

- Disponibilizar online as informações da Avaliação, integrando as informações sobre as atividades das áreas. No ano de 2012, toda a divulgação das atividades das coordenações das áreas, das atividades e decisões do CTC-ES e de outras atividades de interesse para a comunidade acadêmica, foi feita por meio das subpáginas das áreas de avaliação. O acesso direto aos conteúdos destas subpáginas insere-se no objetivo maior de estabelecer uma prática de divulgação transparente das atividades, orientações e determinações que sejam estabelecidas pelas áreas em conjunto com a Diretoria de Avaliação. O intuito é possibilitar um acompanhamento continuado e direto por parte dos diversos atores do sistema de avaliação, assim como uma participação melhor qualificada por parte daqueles diretamente envolvidos.

- Revisão das normativas com objetivo de aprimoramento do processo avaliativo. Foram feitas modificações nas regras de apresentação e avaliação de propostas de cursos novos de mestrado e doutorado, além da regulamentação da atuação das diferentes categorias de docentes nos programas e cursos de pós-graduação. Por fim, alterou-se as normas para enquadramento em área básica e área de avaliação de propostas de cursos de mestrado ou doutorado e de programas de pós-graduação.

No ano de 2012, os servidores estiveram envolvidos com atividades decorrentes do Planejamento Estratégico, tais como mapeamento de processos, discussão de melhorias nos processos, proposição de indicadores para avaliação de desempenho individual e revisão do regimento interno.

Diretoria de Programas e Bolsas no País (DPB)

A Diretoria de Programas e Bolsas no País, ao longo de 2012, desenvolveu ações que estiveram em plena consonância com as diretrizes do Plano Plurianual 2012 – 2015, quais sejam, apoiar a formação de pessoal qualificado em nível superior para fortalecer o Sistema Nacional de Pós-Graduação – SNPG e promover o crescimento da ciência, da tecnologia e da inovação. Na busca desses objetivos, a DPB empenhou-se em atingir as metas previstas no Planejamento Estratégico da CAPES: expandir o fomento a programas de pós-graduação, contribuir para a redução das assimetrias regionais e promover a inovação e o desenvolvimento educacional científico e tecnológico.

Entre as iniciativas desenvolvidas pela Diretoria para atingir os objetivos estratégicos acima citados, destacam-se:

- Intensificação da atuação da CAPES junto às FAPs para a pactuação e celebração de acordos de cooperação técnica com vistas a propiciar aumento do número de bolsas no sistema e de recursos de fomento aos programas de programas de pós-graduação, principalmente nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste.

- Melhoria na gestão dos programas da CAPES por meio do aprimoramento do Sistema de Acompanhamento de Concessões (SAC) efetuado em conjunto com a Diretoria de Tecnologia da Informação da Capes (DTI/CAPES). A possibilidade de inclusão dos programas da Coordenação Geral de Programas Estratégicos (CGPE) proporcionou maior agilidade e confiabilidade nos pagamentos das bolsas concedidas. Cabe ressaltar que as mudanças continuam sendo efetuadas na ferramenta de modo a torná-la mais interativa e eficiente no processo de acompanhamento e gestão dos programas.

- Com o objetivo de estruturar os principais macroprocessos de fomento - candidatura, análise técnica e de mérito, divulgação dos resultados, implementação dos projetos e programas, monitoramento, acompanhamento, prestação de contas e avaliação da política pública está sendo desenvolvido, em parceria com a DTI/CAPES, o Sistema Integrado Capes – SICAPES. No entanto, os únicos módulos efetivamente implementados são candidatura, análise técnica e análise de mérito no âmbito do Programa Pró-Equipamentos.

Essas ações estratégicas não ocorreram sem que se empreendesse grande esforço na diretoria, atingindo até mesmo sua estrutura administrativa. Em 2012, a DPB passou por reestruturação de suas coordenações e chefias a fim de que o planejamento pudesse lograr êxito. No balanço final dessa reestruturação, foi adicionada à organização da DPB a Coordenação Geral de Acompanhamento de Programas e Supervisão de Resultados – CGSR, cujo objetivo central é estabelecer uma sistemática de acompanhamento e de avaliação dos programas da diretoria, em conformidade com as boas práticas de gestão, estimuladas pelos órgãos de controle da Administração Pública Federal.

Observa-se, assim, que as ações estratégicas culminaram na execução de grande parte das metas da DPB e que essa execução corroborou de forma importante para o alcance das metas do **Programa Temático Educação Superior – Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão** do Plano Plurianual 2012 – 2015, elevando o número de mestres e doutores titulados, concedendo bolsas, auxílios e outros mecanismos (como projetos conjuntos) para a formação e capacitação de recursos humanos, em áreas de interesse nacional (inclusive formação de professores), fomentando o desenvolvimento científico e tecnológico, com apoio à pesquisa, à inovação e, com isso, contribuindo para o estímulo e a valorização da educação, da ciência e da tecnologia.

2.3. Execução do Plano de Metas ou de Ações

2.3.1. Programa 2030 - Educação Básica (Ministério da Educação)

Ação 20RO – Concessão de Bolsas de Apoio à Educação Básica

Ação 20RO	Concessão de Bolsas de Apoio à Educação Básica
Tipo	Atividade
Finalidade	Estimular a iniciação à docência e a formação de professores para a educação básica, visando à melhoria da qualidade do ensino.
Descrição	Concessão de bolsas para formação profissional, qualificação e atualização de professores participantes de projetos de pesquisa e desenvolvimento de metodologias de ensino, assim como para estudantes de licenciatura, incentivando a formação inicial e continuada de professores para a Educação Básica, inclusive do Sistema Universidade Aberta do Brasil, e o intercâmbio entre instituições formadoras de educação superior.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Diretoria de Formação de Professores da Educação Básica - DEB e Diretoria de Educação a Distância - DED
Coordenador nacional da ação	Carmen Moreira de Castro Neves (Diretora de Formação de Professores da Educação Básica) e João Carlos Teatini de Souza Clímaco (Diretor de Educação a Distância)
Unidades executoras	Diretoria de Formação de Professores da Educação Básica - DEB e Diretoria de Educação a Distância - DED

A DEB concretiza o compromisso da Capes com a formação dos profissionais do magistério com o desenvolvimento de vários programas que apresenta a seguir.

Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência.

O Pibid é atualmente o segundo maior programa da Capes em número de bolsistas. Desde sua origem, em 2007, foram lançados seis editais. De um total de 3.088 bolsas em dezembro de 2009, o programa cresceu em 2012 para 49.321 bolsas, assim distribuídas: 40.092 bolsas de iniciação à docência para alunos de licenciatura, 3.052 bolsas para coordenadores institucionais e de área e 6.177 para supervisores (professores de escolas públicas envolvidos com as atividades pedagógicas do PIBID). Atualmente, são 195 IES participantes (49 iniciaram a participação no Pibid em 2012), distribuídas em 667 campi e 2.500 subprojetos. São 4.160 as escolas beneficiadas pela ação dos bolsistas.

O Pibid atende à política de redução das assimetrias regionais. O maior percentual de bolsistas está na região Nordeste: 29%. Na sequência, aparecem a região Sudeste – 27%, a Sul – 24%, a Norte – 11% e a Centro-Oeste, com 9% de bolsistas.

Para um programa que ainda pode ser considerado novo, esses resultados são representativos. Os depoimentos de todos os envolvidos mostram o acerto deste que se configura

como um verdadeiro programa de Estado, capaz de influenciar decisivamente na melhoria da formação de professores. Os dados a seguir foram extraídos do Relatório de Gestão 2009-2012, da DEB e ilustram os principais números do PIBID:

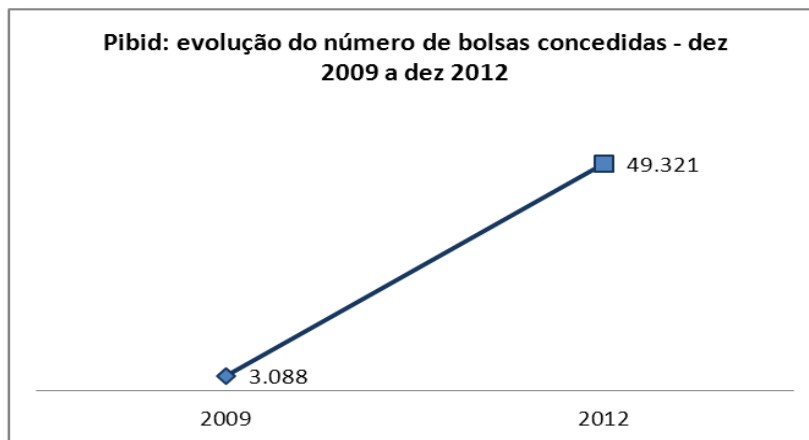


Gráfico 11. Pibid: crescimento do número de bolsistas, 2009-2012

A tabela e gráficos abaixo mostram a distribuição e abrangência do Pibid nas regiões do Brasil, apresentando as Instituições de Ensino Superior participantes e as bolsas concedidas. Os subprojetos correspondem às diferentes disciplinas e/ou licenciaturas em que atuam os bolsistas nas escolas básicas da rede pública.

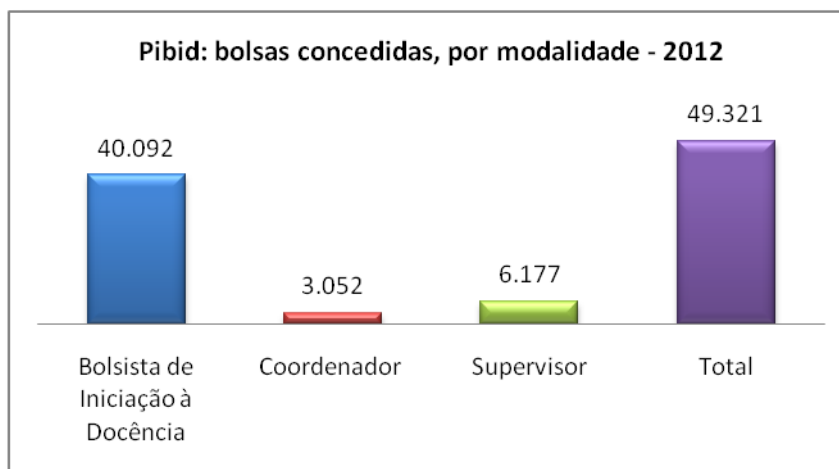


Gráfico 12. Pibid: bolsas concedidas, por modalidade, 2012

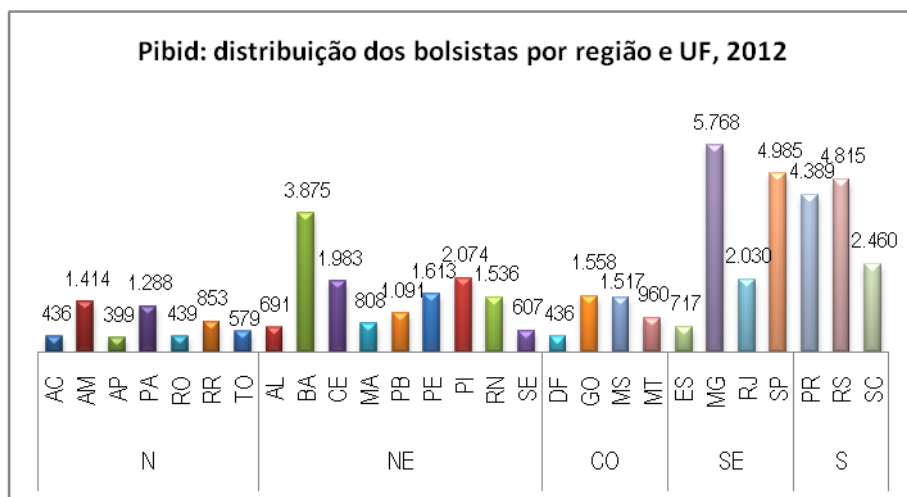


Gráfico 13. Pibid: bolsistas por região e UF, 2012

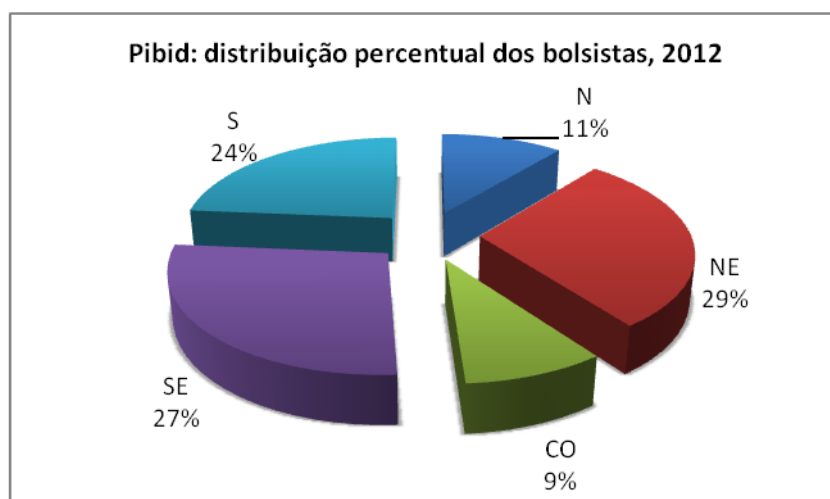


Gráfico 14. Pibid: Distribuição percentual dos bolsistas, 2012

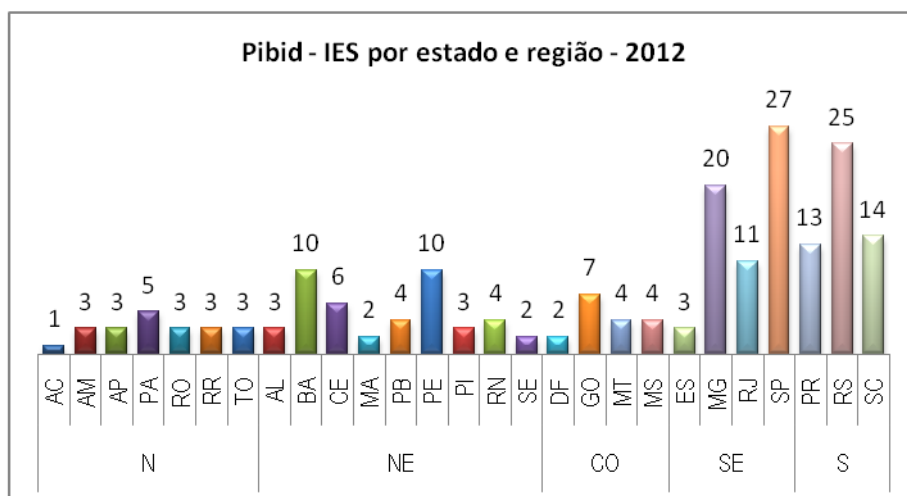


Gráfico 15. Pibid: IES por estado e região, 2012

Tabela 7. Pibid: IES, campi e subprojetos, por região, 2012

Pibid	IES	Campi	Subprojetos	Bolsistas
Brasil	195	667	2.500	49.321
Norte	21	81	277	5.408
Nordeste	44	198	642	14.278
Centro-Oeste	17	83	315	4.471
Sudeste	61	166	683	13.500
Sul	52	139	583	11.664

Os resultados do Pibid começam a ser divulgados e a Capes organiza uma avaliação externa e acompanha o programa com o envio de questionários *on line* às instituições parceiras. Responderam ao questionário, em 2012, 98% dos coordenadores institucionais do Pibid (incluídas as 49 IES que iniciaram em agosto de 2012). Verificam-se os seguintes dados e impactos:

- a) 93% consideram que o Pibid impacta positivamente as escolas onde os bolsistas atuam;
- b) 85% das IES participantes relatam que o Pibid promove maior articulação entre teoria e prática;
- c) 65% indicam que houve aumento do envolvimento de seus docentes com as licenciaturas;
- d) 45% já indicam inserção de tecnologias na formação docente;
- e) 45% considera que o Pibid contribui para reduzir a evasão nas licenciaturas;
- f) 41% já fizeram modificações no projeto pedagógico das licenciaturas em função do trabalho com o Pibid.

Quanto ao perfil dos alunos bolsistas:

- a) 51% declaram-se brancos; 46% negros, mulatos e pardos; 2% indígenas ou de origem indígena e 1% amarelos ou de origem oriental;
- b) 74% declaram ser provenientes de escolas públicas;
- c) 69% são do sexo feminino.

Das IES que realizam acompanhamento de egressos (os percentuais podem ser cumulativos):

- a) 50% dos bolsistas que se formaram estão atuando na educação básica pública;
- b) 22% ingressaram em programas de pós-graduação;
- c) 21% optaram por carreiras acadêmicas;
- d) 15% estão na educação básica privada;
- e) 3% desistiram da docência.

Além desses dados, registra-se:

- a) definição pelo exercício do magistério por parte de alunos que fizeram licenciatura como opção secundária;
- b) reconhecimento de um novo *status* para as licenciaturas na comunidade acadêmica e elevação da auto-estima dos futuros professores e dos docentes envolvidos no programa;
- c) crescente participação de trabalhos de bolsistas do Pibid em eventos acadêmicos no país e no exterior;
- d) articulação entre ensino, pesquisa e extensão;
- e) aumento da produção de jogos didáticos, apostilas, objetos de aprendizagem e outros recursos educacionais;
- f) motivação e desenvolvimento profissional dos supervisores;
- g) formação mais contextualizada e comprometida com o alcance resultados educacionais.

Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica.

O Parfor foi lançado em 28 de maio de 2009 como uma ação emergencial destinada à formação de professores em serviço. O Plano concretiza o pacto federativo ao propor um regime de colaboração entre a União, os Estados, o DF, os Municípios e as Instituições de Educação Superior (IES), para articular a oferta de cursos de formação inicial e continuada, nas modalidades presencial e a distância, para professores da rede pública de educação básica.

A participação dos estados é viabilizada por meio de Acordos de Cooperação Técnica (ACTs) firmados entre a Capes e as Secretarias Estaduais de Educação ou órgão equivalente. Por sua vez, a participação das IES é efetivada por meio de assinatura de Termo de Adesão ao ACT. Os Fóruns Estaduais Permanentes de Apoio à Formação Docente analisam a demanda das respectivas redes estadual e municipais, planejam, organizam e acompanham o desenvolvimento da formação em cada unidade federada.

Os princípios pedagógicos do Parfor estão alicerçados nos mesmos princípios da Política Nacional de Formação de Profissionais do Magistério da Educação Básica, explicitados no Art. 2º do Decreto 6.755/2009. Partem do direito de aprender de crianças e jovens, direito este que se estende a seus professores. Nessa perspectiva, a educação deve estabelecer-se em bases científicas e técnicas sólidas e em um projeto social, político e ético que contribua para a consolidação de uma nação soberana, democrática, justa e inclusiva.

Desde seu início até dezembro de 2012, o Parfor implantou 1.718 turmas especiais em 92 instituições formadoras distribuídas nas cinco regiões do País. Entre 2009 e 2012 um total de 61.006 professores efetuou matrícula nos cursos do Parfor.

Destaque-se que o Norte é a região com maior número de professores sem formação superior. O Parfor alcança decididamente a região, seguida da Nordeste, atestando o potencial de redução das assimetrias regionais do Parfor. O Pará é o estado com maior número de alunos cursando (18.352); seguido da Bahia (8.483), Amazonas (6.195) e Piauí (5.925).

Outra reflexão interessante é observar o percentual de alunos Parfor em relação ao número de professores com nível superior no Pará e no Amazonas: 59,11% e 26,65, respectivamente. Em relação ao total de professores em exercício na rede pública, esse percentual é de 25,93% no Pará e 16,96% no Amazonas.

Destaque-se que o número de alunos cursando exclui os que foram desvinculados, trancaram matrículas, faleceram, trancaram ou se diplomaram. Seguem gráficos com informações.

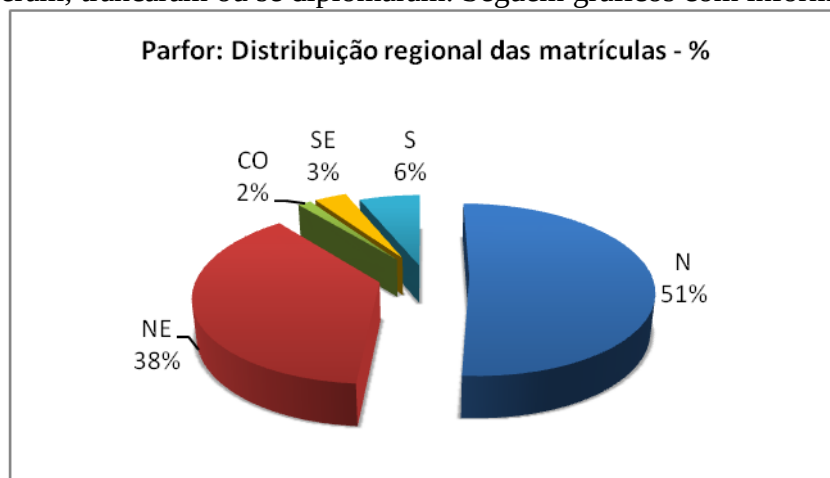


Gráfico 16. Parfor: distribuição regional das matrículas, 2012

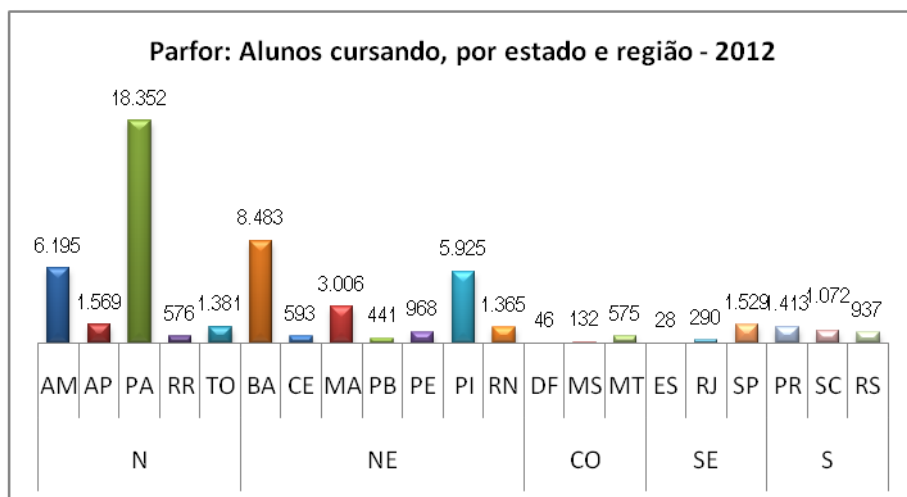


Gráfico 17. Parfor: Alunos cursando, por UF e região, 2012

Tabela 8. Relação entre cursistas e professores em exercício, em UFs com maior número de matrículas no Parfor, 2012

	Total de Professores	Com nível superior	Cursando o Parfor	Parfor/Superior %	Parfor/total %
Amazonas	36.534	23.242	6.195	26,65	16,96
Pará	70.783	31.046	18.352	59,11	25,93
Bahia	152.648	51.531	8.483	16,46	5,56
Piauí	45.187	24.596	5.925	24,09	13,11

O Parfor não paga bolsas para os professores matriculados nos cursos. As bolsas são destinadas a profissionais que ampliarão suas atividades docentes para atender às turmas especiais formadas pelos professores sem formação superior. Em 2012, o Programa contou com a participação de 13.387 bolsistas para atender a 1.718 turmas em todo o país.

A qualidade dos cursos ofertados e o incentivo ao desenvolvimento de um processo de formação docente que promova a integração entre ensino superior e educação básica são referenciais do Programa e a evolução do número de IES participantes indicam que as instituições estão dispostas a se inserirem nesse projeto de formação.

No segundo semestre de 2009, quando o programa deu seus primeiros passos, 32 IES implementavam turmas especiais. Até dezembro de 2012, 92 IES sediadas em 21 estados ofertavam turmas especiais. Do total de instituições participantes, 15 (representando 16% do total) estão na região Norte; 25 (27%) na Nordeste; 4 (5%) na Centro-Oeste; 22 (24%) na Sudeste e 26 (28%) na Sul.

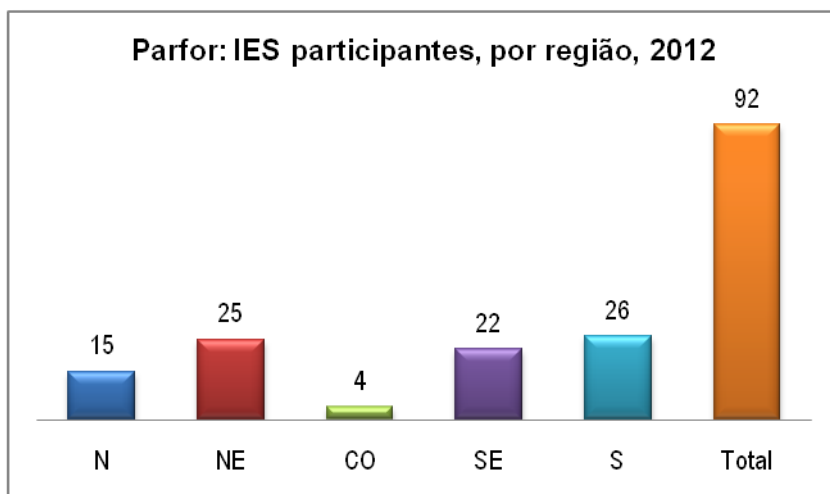


Gráfico 18. Parfor: IES participantes, por região, 2012

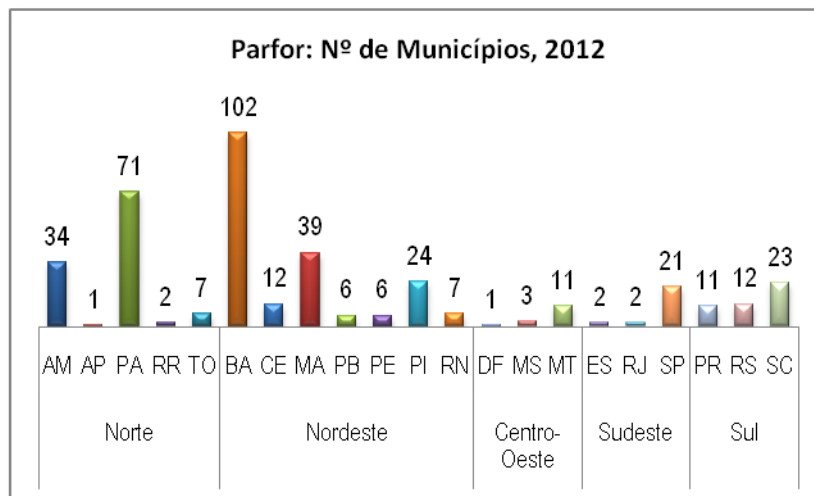


Gráfico 19. Parfor: Nº de municípios participantes, po UF, 2012

Dos 397 municípios que sediavam turma em 2012, cerca de 80% apresentavam IDEB inferior a 4. Ao analisar o IDEB de 2009 e 2011, nota-se que 85,75% desses municípios tiveram elevação no índice relativo à 4ª série/5º. Em relação à 8ª série/9º esse percentual foi de 61,21%.

Em 2011, começaram a se formar os primeiros alunos do Parfor. Pelo tempo de duração dos cursos de Primeira Licenciatura, ainda não há formados nessa vertente. Na Segunda Licenciatura e na Formação Pedagógica, contabilizam-se 892 formados, a partir de informações das IES.

Desse total, 823 formaram-se em cursos de Segunda Licenciatura nas áreas de Artes, Biologia, Educação Física, Filosofia, Física, Geografia, História, Letras Inglês, Letra Português, Matemática, Química e Sociologia.

Os dados apresentados são relativos ao primeiro semestre de 2012. Não estão computados os números do segundo semestre porque a atualização dos dados deste período ocorre somente no ano seguinte, o que ainda não foi realizado, inclusive devido ao atraso no período letivo decorrente da greve nacional.

Em 2012, a DEB, por meio do Projeto de Cooperação Técnica MEC/UNESCO “Fortalecimento das Políticas de Valorização e Profissionalização Docente” (nº. 914BRZ1127), realizado por um grupo de especialistas orientados pela pesquisadora Bernardete Angelina Gatti, elaborou um documento contendo a análise dos projetos pedagógicos dos cursos de Licenciatura em Artes, Ciências Biológicas, Pedagogia, História, Letras e Matemática do Parfor, nas modalidades presencial e a distância. O estudo foi realizado a partir de uma amostra de cursos, selecionados por modalidade e critérios que abrangeram a distribuição regional dos cursos, número de turmas e matrículas.

Na síntese dos resultados, o projeto indica o esforço das IES em participar do Programa, cujas metodologias de desenvolvimento apresentam rotinas diversas dos cursos regulares. Quanto aos projetos, o estudo considera que os mesmos atendem às diretrizes curriculares estabelecidas pelo Ministério da Educação e que “há um esforço reconhecível por parte das instituições em realizar um trabalho adequado”. Todavia, identificou-se que existe predominância de modelos tradicionais de formação disciplinar, com pouco espaço para as disciplinas pedagógicas, a inovação e reflexão sobre as experiências e práticas educacionais do cotidiano dos professores-alunos.

A DEB está discutindo estratégias para induzir mudanças positivas nos cursos de formação de professores, a partir da avaliação feita e das observações e vivências do corpo de profissionais da diretoria. Passados os primeiros anos de crescimento quantitativo e de ajustes, investir-se-á no apoio

à qualidade dos cursos. A Capes considera que o caráter emergencial do Parfor deve gerar conhecimento, diretrizes e práticas de formação docente que sejam, efetivamente, capazes de preparar o professor para a escola e a sociedade complexas do século atual.

Os mapas a seguir mostram a capilaridade do Pibid e do Parfor:

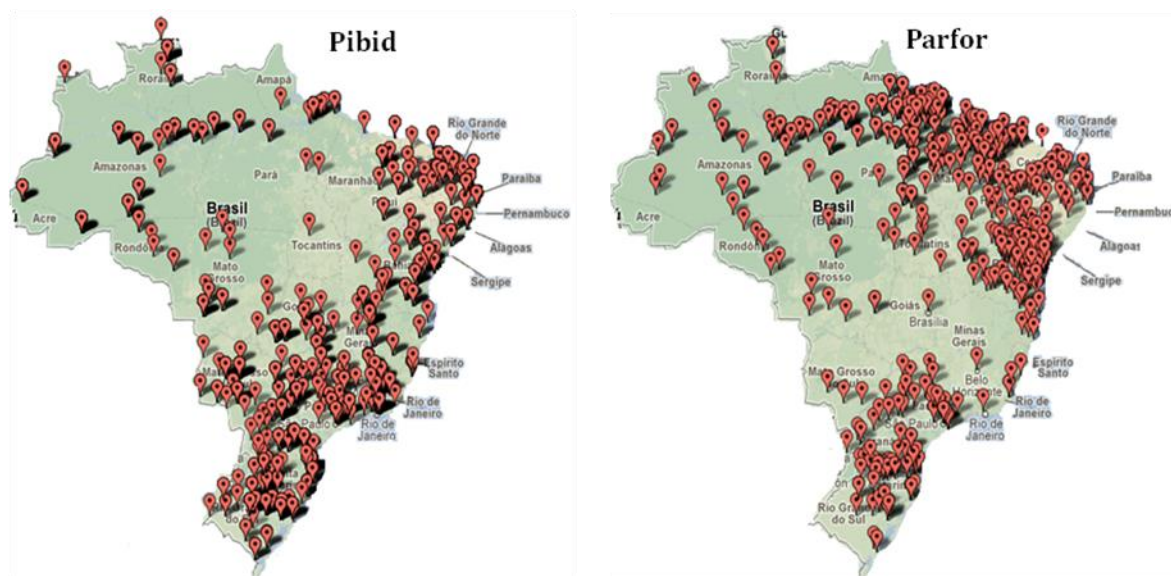


Figura 6. Pibid e Parfor: capilaridade

Observatório da Educação.

Ainda na Ação 20RO, a Capes investe no programa Observatório da Educação, que tem o propósito é de fomentar a produção acadêmica e a formação de profissionais com pós-graduação *stricto sensu* em educação. O programa tem a gestão conjunta da Capes e do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP.

O Obeduc estimula o desenvolvimento de estudos e pesquisas que tenham como ponto de partida a utilização dos dados existentes no INEP.

Os projetos do Observatório da Educação devem estar vinculados a programas de pós-graduação – PPGs *stricto sensu* reconhecidos pela Capes e que desenvolvam linhas de pesquisa voltadas à educação. Esses programas de pós-graduação podem organizar-se em Núcleos Locais compostos por, pelo menos, um PPG *stricto sensu* de uma IES ou Núcleos em Rede, compostos por, pelo menos, três PPGs *stricto sensu* de IES distintas. Os projetos podem ter duração de dois a quatro anos e devem incorporar os objetivos estabelecidos nos editais, aproximando-os da realidade educacional local e/ou regional com vistas à sua transformação.

São oferecidas bolsas aos coordenadores dos projetos e a estudantes de pós-graduação (mestrado e doutorado) envolvidos nos projetos de pesquisa aprovados. Desde 2008, para favorecer a integração entre pós-graduação, cursos de formação de professores e escolas de educação básica, o programa oferece bolsa também a estudantes de licenciaturas e graduação e a professores de escolas públicas que se envolvam nas pesquisas.

O Obeduc deve divulgar a produção e os resultados encontrados, compartilhando conhecimento e boas práticas e integrando a pesquisa à dinâmica da Universidade e dos sistemas públicos de educação básica.

Nas tabelas e gráficos a seguir, a DEB apresenta números dos editais do Observatório da Educação, iniciando com os que ainda se encontram em execução.

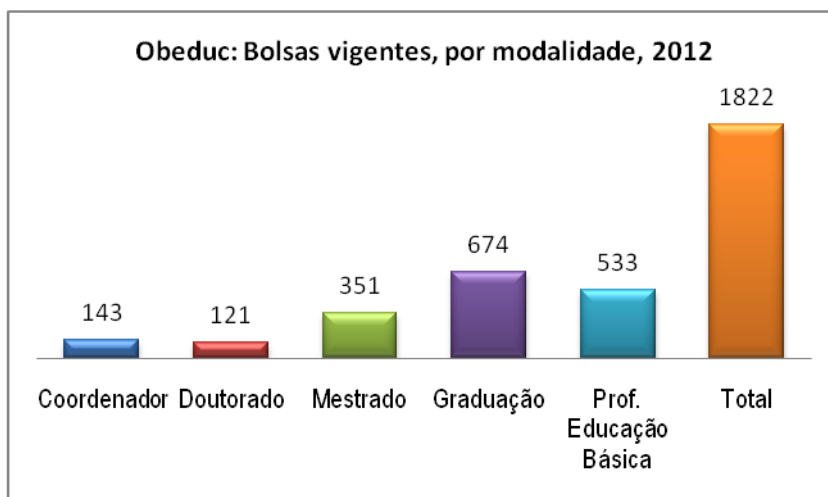


Gráfico 20. Obeduc: bolsas vigentes, por modalidade, 2012

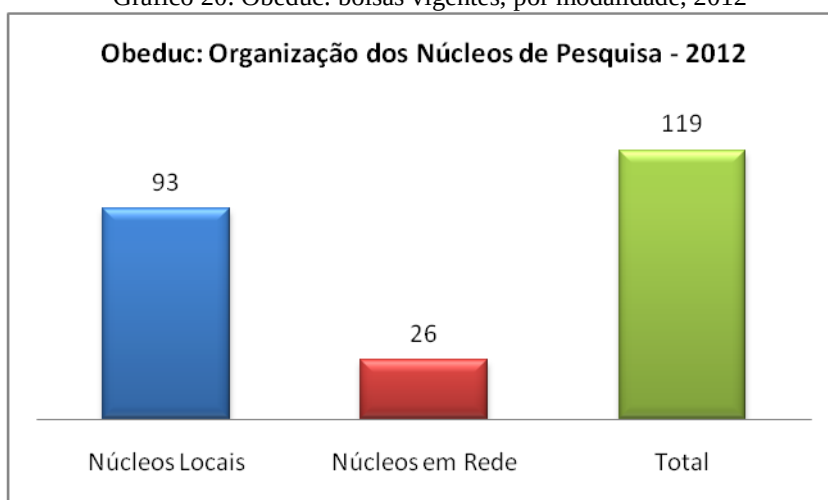


Gráfico 21. Obeduc: Organização dos Núcleos de Pesquisa, 2012

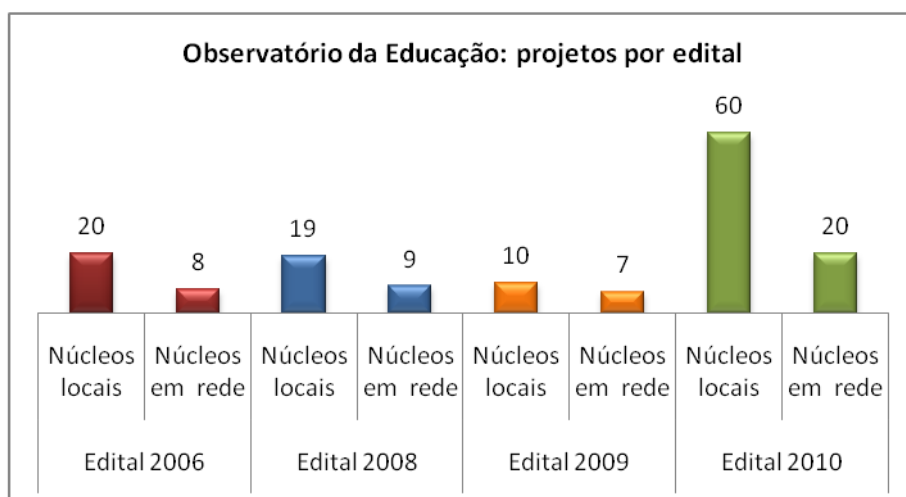


Gráfico 22. Obeduc: tipos de projetos por edital

Um sinal da aceitação do Obeduc na comunidade acadêmica é seu crescimento. Em 2012, foi de 255 o número de propostas enviadas à Capes em resposta ao Edital nº 49. O crescimento se

deve não só a uma maior disseminação da informação, mas aos resultados que são divulgados pelas próprias IES participantes.



Gráfico 23.Obeduc: número de propostas por UF, Edital 49/2012

Programa Residência Docente no Colégio Pedro II

O Programa Residência Docente visa aprimorar a formação do professor da Educação Básica, oferecendo formação continuada, por meio do desenvolvimento de competências docentes *in loco*, visando ampliar a formação recebida na Instituições de Ensino Superior de origem pela imersão em contexto escolar de reconhecida excelência e, desta forma, contribuir para elevar o padrão de qualidade da Educação Básica. O programa tem como foco a ampliação dos espaços de formação, aproximando a profissionalização docente do contexto escolar e de seus atores. Desse modo, a responsabilidade da formação é, igualmente, partilhada em momentos distintos entre a instituição formadora e as escolas de educação básica que passam a exercer função relevante no aperfeiçoamento da formação dos professores que atuarão em seus quadros.

Em 2012, o Programa de Residência Docente – em caráter experimental – teve início no Colégio Pedro II, no Rio de Janeiro. A escolha do Colégio Pedro II considerou que a instituição atende a critérios de excelência e equidade no oferecimento de um ensino marcado pela qualidade educacional. Além disso, o Colégio Pedro II submeteu proposta à Capes disponibilizando o espaço e o conhecimento de seus docentes para atuarem como co-formadores, cuja experiência profissional dos docentes seria pareada à demanda formativa dos residentes que desenvolveram as atividades no colégio. Foram selecionados 68 professores residentes, entre profissionais da rede estadual e municipal do Rio de Janeiro para uma formação continuada que envolve 500h de atividades. Os professores foram acompanhados por 20 supervisores, 7 coordenadores de área e um coordenador institucional. Foi esse conjunto de profissionais que recebeu bolsa da Capes ao longo do programa.

Os bons resultados da experiência levarão a Capes a estendê-la a outras escolas de referência em 2013.

Programa de Apoio à Formação decorrente da Olimpíadas Nacional de Química.

As Olimpíadas Científicas têm gerado um grande número de alunos medalhistas provenientes de escolas públicas do ensino médio. O propósito deste programa é realizar cursos de aprofundamento, ao longo de um ano, para cerca de 10.000 estudantes. Os cursos são ministrados por licenciandos dos cursos de Química, o que representa um investimento nos futuros professores da matéria. Os estados participantes são: Amazonas, Bahia, Ceará, Maranhão, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Pará, Paraíba, Paraná, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte, Rondônia e Sergipe.

A proposta visa também promover a difusão da Química, o estímulo ao estudo das ciências e a integração entre as universidades, os cursos de formação de professores e as escolas públicas do nível médio.

Em 2012, a Capes concedeu 395 bolsas para os coordenadores e formadores, nos valores equivalentes aos pagos para o Pibid. O sucesso deste projeto, levará à sua ampliação e à extensão para os medalhistas das Olimpíadas de Matemática oriundos de escolas públicas e seus professores, em 2013.

Considerações sobre o atingimento das metas físicas e financeiras.

Na PLOA 2012 estavam previstos recursos na ordem de R\$ 247.692.680,00 para o fomento de bolsas no âmbito da DEB. Após diversas operações orçamentárias, nas quais os recursos para a Ação 20RO foram contingenciados no início do ano e suplementados ao longo do ano fiscal, antes mesmo que os recursos contingenciados fossem liberados em sua totalidade, a execução orçamentária foi de R\$ 272.718.355,97, aproximadamente 110 % do valor inicial disponibilizado.

A meta física prevista para o fomento bolsa no âmbito da DEB para o ano de 2012 foi 84.734 bolsas pagas mensalmente. Essa estimativa foi elaborada na construção do PPA 2012-2015, referente ao ano de 2012, e previa para o Pibid 35.261 bolsas mensais, 3.807 bolsas no Observatório da Educação e 45.666 para o Parfor. No entanto, torna-se necessário enfatizar as diferenças entre as modalidades de bolsas pagas pelos referidos programas:

- no Parfor, as bolsas pagas destinam-se aos profissionais que ministram aulas, geram material didático, estruturam, operacionam e coordenam os cursos que são ofertados (os alunos matriculados não recebem bolsas);
- no Pibid, Observatório da Educação e Projetos Especiais as bolsas destinam-se aos próprios beneficiários que estão em formação e aos coordenadores.

Na meta estabelecida no PPA 2012-2015, misturou-se o conceito de bolsas pagas - 35.261 no Pibid e 3.807 bolsas no Observatório da Educação, totalizando **39.068** bolsas – e de beneficiários - 45.666 no Parfor. Juntos, a meta física para a Ação 20RO, construída com bolsitas e beneficiários, totaliza 84.734.

Ao longo do ano de 2012, foram concedidas (quota) de 64.925 bolsas, distribuídas pelos seguintes programas:

- Pibid – 49.321 bolsas sendo: 40.092 bolsistas de iniciação à docência; 288 coordenadores institucionais; 2.498 coordenadores de área; 266 coordenadores de gestão e 6.177 supervisores.
- Observatório da Educação – 1.822 bolsas sendo: 143 de coordenadores; 121 de doutorado; 351 de mestrado; 674 de graduação; 533 para professor de educação básica.
- Projetos Especiais – 395 bolsas.
- Parfor – 13.387 bolsas. O programa apresentou, em 2012, um total de 61.006 professores da educação básica matriculados (não-bolsistas), distribuídos em 1.718 turmas e coordenados e orientados pelos 13.387 bolsistas.

Se for considerado no cálculo da execução da meta física o quantitativo total de bolsitas e beneficiários, conforme lançado na planilha síntese, será alcançado um percentual de execução de aproximadamente 77 %. No entanto, o mais apropriado seria desconsiderar os alunos beneficiados do Parfor e incluir os 13.387 bolsistas Parfor, visando padronizar a meta. Nessa metodologia teremos uma meta de 52.455 e uma concessão de 64.925 bolsas, o que daria uma execução percentual de aproximadamente 124 %, mais coerente com o crescimento exponencial dos programas desta Diretoria.

O ano orçamentário-financeiro de 2012 apresentou incertezas em relação aos recursos que seriam disponibilizados para a DEB. Mesmo diante desse cenário, grandes avanços foram alcançados. Em 2011, o Pibid tinha 26.918 bolsas concedidas e ao final de 2012 são 49.321, o que representa um crescimento de 83%. O Parfor tinha 50.259 alunos matriculados e em 2012 esse

quantitativo saltou para 61.006 professores da educação básica matriculados, o que representa um crescimento superior a 23%.

Uma síntese da execução orçamentária por programa é apresentada a seguir.

Programa	EMPENHO LIQUIDADO + DESCENTRALIZADO (R\$)				% Recursos por Programa
	AÇÃO 20RO	AÇÃO 20RJ		TOTAL AÇÕES 20RO e 20RJ (R\$)	
	Bolsa (R\$)	Custeio (R\$)	Capital (R\$)	Total (R\$)	
Pibid	174.026.089,33	14.202.104,29	1.556.253,35	189.784.446,97	52,77%
Parfor	85.505.500,00	43.623.269,55	62.774,84	129.191.544,39	35,92%
Observatório da Educação	12.140.221,64	167.550,00	398.627,00	12.706.398,64	3,53%
Life	0,00	0,00	11.936.703,35	11.936.703,35	3,32%
Projetos Especiais	1.046.545,00	8.766.785,03	0,00	9.813.330,03	2,73%
Novos Talentos	0,00	4.330.579,63	0,00	4.330.579,63	1,20%
Prodocência	0,00	1.818.269,85	38.179,87	1.856.449,72	0,52%
Total Geral				359.619.452,73	100,00%

Fonte: SIMEC para execução física e SIAFI para a execução financeira (extração de 29/1/2013)

Meta Física – Ação 20RO			Meta Financeira – Ação 20RO		
Prevista	Realizada	%	Prevista R\$	Realizada R\$	%
164.464*	90.153	54,82	658.605.044,00	535.679.040,97	81,24
Produto: Bolsa Concedida			Unidade de Medida: Unidade		

Fonte: SIMEC para execução física e SIAFI para a execução financeira

Obs.: A ação é compartilhada entre duas diretorias da Capes (DEB e DED) e está sendo apresentada neste quadro em sua totalidade.

*Número previsto incluiu os professores em serviço da educação básica matriculados no PARFOR, mas que não recebem bolsas da CAPES.

Ação 20RJ – Apoio à Capacitação e Formação Inicial e Continuada de Professores, Profissionais, Funcionários e Gestores para a Educação Básica

Ação 20RJ	Apoio à Capacitação e Formação Inicial e Continuada de Professores, Profissionais, Funcionários e Gestores para a Educação Básica
Tipo	Atividade
Finalidade	Fomentar a oferta de capacitação e formação inicial e continuada, a distância, semi-presencial e presencial, de professores, profissionais, funcionários e gestores para a educação básica, inclusive na implementação da política de educação especial na perspectiva da educação inclusiva, bem como contribuir para o desenvolvimento de estudos e pesquisas voltados para a melhoria da formação.
Descrição	Incentivo e promoção da formação inicial e continuada de professores, profissionais, funcionários e gestores, desenvolvimento de capacitações, estudos, projetos, avaliação, implementação de políticas e programas demandados pela Educação Básica, por meio de apoio técnico-pedagógico e financeiro, inclusive ao sistema Universidade Aberta do Brasil – UAB, considerando o currículo de educação básica e programas específicos para população indígena, do campo e quilombola, formação para a docência intercultural, o ensino da história e cultura indígena, afro-brasileira, africana, o atendimento educacional especializado, a educação de jovens e adultos, educação em direitos humanos, a sustentabilidade socioambiental, as relações etnicorraciais, de gênero, diversidade sexual e direitos da criança e do adolescente.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Diretoria de Formação de Professores da Educação Básica - DEB e Diretoria de Educação a Distância - DED
Coordenador nacional da ação	Carmen Moreira de Castro Neves (Diretora de Formação de Professores da Educação Básica) e João Carlos Teatini de Souza Clímaco (Diretor de Educação a Distância)
Unidade executora	Diretoria de Formação de Professores da Educação Básica - DEB e Diretoria de Educação a Distância - DED

Programa Novos Talentos.

Apoio a atividades extracurriculares para professores e alunos da educação básica (tais como cursos, oficinas ou equivalentes) que ocorrem no período de férias das escolas públicas, em escolas de tempo integral e/ou em horário que não interfira na frequência escolar. As atividades devem valorizar espaços inovadores, como dependências de universidades, laboratórios e centros avançados de estudos e pesquisas, museus e outras instituições, inclusive empresas públicas e privadas, visando ao aprimoramento e à atualização do público-alvo.

Os projetos institucionais devem aproximar a pós-graduação das escolas públicas, contemplando o currículo da educação básica, articulando-o com perspectivas educacionais,

científicas, culturais, sociais ou econômicas (arranjos produtivos locais) inovadoras, contribuindo para enriquecer a formação de alunos e docentes da educação básica.

O edital de 2010, que teve um prazo de execução de dois anos, apresenta os seguintes números:

Novos Talentos	
Nº de IES participantes	61
Nº de subprojetos que compõem o projeto institucional	181
Nº total de atividades desenvolvidas no projeto institucional	982
Nº de cursos de graduação envolvidos no projeto institucional	346
Nº de programas de pós-graduação envolvidos	106
Nº de escolas públicas beneficiadas pelo projeto	1.344
Nº de municípios atendidos pelos projetos	324
Nº total de docentes da instituição sede envolvidos no projeto	862
Nº de alunos de graduação envolvidos no projeto	1.759
Nº de alunos de pós-graduação envolvidos no projeto	616
Nº de professores da educação básica envolvidos no projeto	4.983
Nº de alunos da educação básica envolvidos no projeto	34.217

Laboratórios Interdisciplinares de Formação de Educadores – Life

Lançado no segundo semestre de 2012, tem sua motivação no fato de que a formação do professor da educação básica, no mundo contemporâneo, exige das instituições formadoras um olhar inovador e atitudes contextualizadas para assegurar a alfabetização digital dos professores.

A ação induz a criação de espaços de uso comum das licenciaturas nas dependências de Instituições Públicas de Ensino Superior – IPES. Espera-se um ambiente de ensino tecnologicamente motivador, destinado a promover a interação entre diferentes cursos de formação de professores, de modo a incentivar o desenvolvimento de metodologias voltadas para a inovação das práticas pedagógicas; a elaboração de materiais didáticos de caráter interdisciplinar; o uso de laboratórios e de tecnologias da informação e comunicação – TICs e a articulação entre os programas da CAPES relacionados à Educação Básica.

Os projetos selecionados receberam recursos de capital para a aquisição de bens para os Lifes. Os projetos podem abranger a criação e/ou reestruturação de laboratórios nas IPES, para proporcionar o atendimento das necessidades de formação de diferentes cursos de licenciaturas implantados nas IPES, considerando as características da sociedade contemporânea e as demandas de uma formação contextualizada e de qualidade.

A acolhida ao programa foi grande: 104 propostas chegaram à Capes, embora tenha havido greve nacional nas IPES no período de abertura do edital. Foram aprovados 74 projetos, envolvendo 186 subprojetos, sendo 161 de criação de Lifes e 25 de reestruturação/ampliação de laboratórios já existentes.



Gráfico 24. Life: esfera administrativa das IES selecionadas, 2012

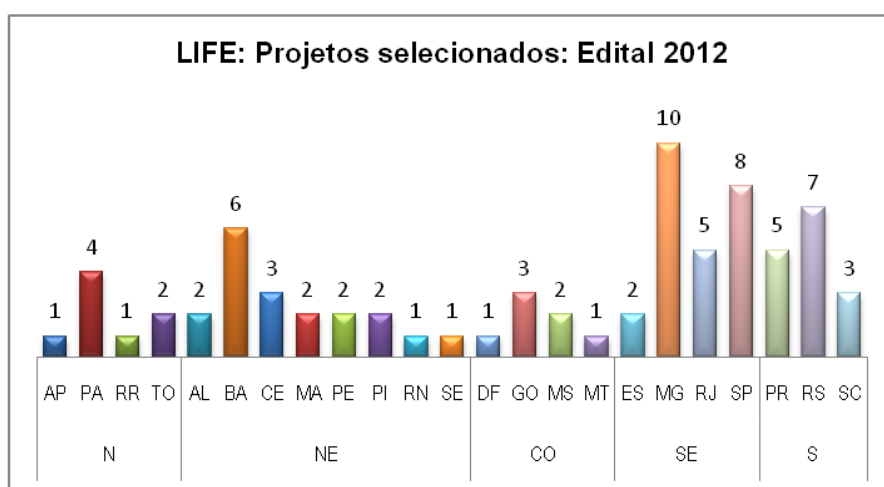


Gráfico 25. Life: projetos por UF e região, 2012

Programa de Consolidação das Licenciaturas – Prodocência.

O programa é uma ação da Capes cuja finalidade é o fomento à inovação e à melhoria da qualidade dos cursos de formação para o magistério da educação básica, na perspectiva de valorização da carreira docente.

Tem caráter institucional e os projetos submetidos para aprovação devem estar fundamentados em dados obtidos por meio de estudos, pesquisas e avaliações no âmbito do ENADE e, quando cabível, nos instrumentos de avaliação da própria instituição, apresentando os problemas e os desafios identificados e as suas estratégias de superação. Estimula-se a IES a observar, analisar e avaliar as boas práticas do Pibid; os estudos e as pesquisas do Observatório da Educação e diversos outros estudos e avaliações realizados no país e no exterior, investigar tendências e perspectivas da formação de docentes para, a partir desse referencial, propor inovações e aprimoramento na formação de professores.

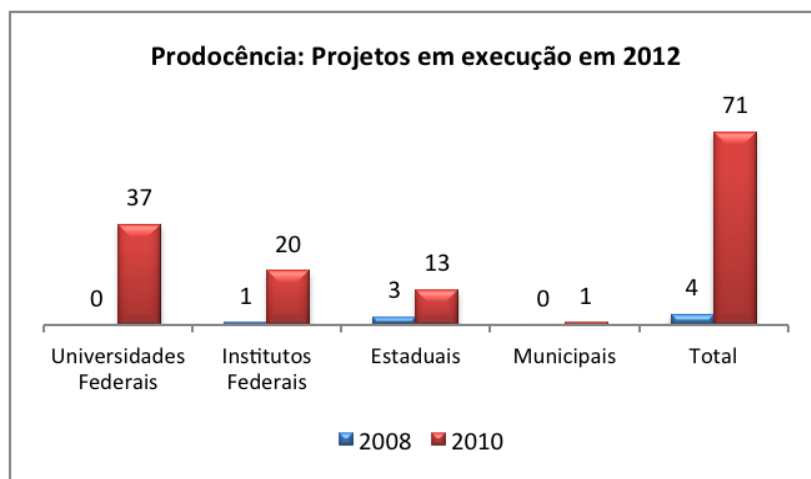


Gráfico 26. Prodocência: projetos em execução em 2012

Projetos Especiais de Apoio à Educação Básica.

Trata-se de uma subação da Ação 20RJ cujo propósito é o de atender a demandas bem estruturadas, ancoradas em educadores ou instituições renomados, que mostrem potencial de transformação da realidade educacional de um local ou região e que, ainda, possam ser acompanhadas pela DEB visando a uma possível extensão ao conjunto de professores brasileiros. Tais ações são voltadas para professores e alunos da educação básica e envolvem metodologias e estratégias pedagógicas de caráter inovador, principalmente em escolas e regiões de baixo IDEB e renda.

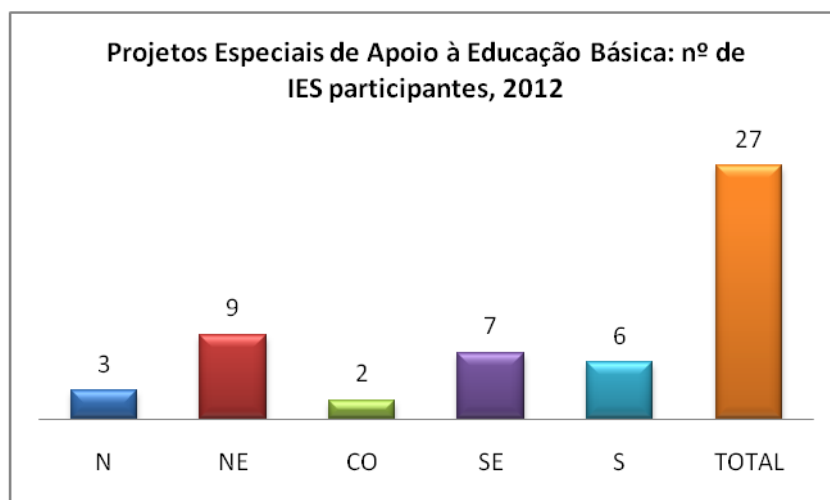


Gráfico 27. IES participantes de Projetos Especiais, 2012

No ano de 2012, foram apoiados 152 Projetos em vários estados brasileiros por intermédio desse Programa, assim distribuídos:

- Residência Docente no Colégio Pedro II (1 projeto);
- Sociedade Brasileira de Física – SBF (1 Projeto);
- Instituto Federal Sul Rio-Grandense – Rede Municipal de Ciências (1 Projeto);
- Rede Nacional de Educação e Ciência- (14 projetos);
- Rede das Olimpíadas Nacional de Química (14 projetos);
- Feira de Ciências e Mostras Científicas (108 projetos);e

- Olimpíadas Científicas (10 projetos);
- Kits de Ciências (com a USP) – 1 projeto experimental com 5.000 kits;
- Sociedade Brasileira de Matemática - Projeto Klein (1 Projeto).
- Programa de Desenvolvimento Profissional de Professores de Alemão (1 Projeto).

O conjunto desses projetos gerou:

PROJETOS ESPECIAIS - Dados de Instituições envolvidas	TOTAL
Número de projetos	152
Número de cursos de graduação envolvidos	83
Número de programas de pós-graduação envolvidos	25
Número de escolas públicas beneficiadas	1.281
Número total de atividades desenvolvidas nos projetos.	280
PROJETOS ESPECIAIS - Dados de pessoas envolvidas	Total
Número de bolsistas incluídos nos projetos.	395
Número total de docentes da instituição sede envolvidos	129
Número de alunos de pós-graduação envolvidos	228
Número de alunos de graduação envolvidos	726
Número de professores da educação básica envolvidos	2.597
Número de alunos da educação básica envolvidos	75.165

Apoio a Feiras de Ciências e Mostras Científicas e Olimpíadas Científicas.

Entre o grupo de Projetos Especiais, merecem destaques dois editais lançados em parceria com o CNPq e o FNDE: a Chamada MCTI/CNPq/SECIS/MEC/SEB/CAPES N° 50/2012 de apoio a Feiras de Ciências e Mostras Científicas e Mostras Científicas Itinerantes e a Chamada MCTI/CNPq/SECIS/MEC/SEB/CAPES N° 49/2012, sobre Olimpíadas Científicas. O principal objetivo do edital é apoiar a realização de Feiras de Ciências e Mostras Científicas de âmbito nacional, estadual e municipal e itinerantes, como um instrumento para a melhoria dos ensinamentos fundamental, médio e técnico, bem como de despertar vocações científicas e/ou tecnológicas e identificar jovens talentosos que possam ser estimulados a seguirem carreiras científico-tecnológicas. Foram apoiados 76 projetos, sendo 5 no âmbito nacional, 23 estaduais e 48 municipais. No edital das Olimpíadas, 11 foram os projetos aprovados.

Capes/CNPq 2012	
Feiras de Ciências e Mostras Científicas Municipais	59
Feiras de Ciências e Mostras Científicas Estaduais	26
Feiras de Ciências e Mostras Científicas Nacionais	7
Feiras de Ciências e Mostras Científicas Itinerantes	16
Olimpíadas Científicas	10
Total	118

A apresentação dos resultados dos Programas Pibid, Parfor, Observatório da Educação e Residência Docente no Colégio Pedro II já foi realizada nos subitens 2.3.1, 2.3.2, 2.3.3 e 2.3.4, respectivamente, item I do tópico 2.3.2.2, referente à Ação 20RO. Uma tabela da síntese da

execução orçamentária por programa é apresentada quando é abordada o atingimento das metas físicas e financeiras.

Considerações sobre o atingimento das metas físicas e financeiras.

Na PLOA 2012 estavam previstos recursos na ordem de R\$ 89.185.046,00 para o fomento de custeio no âmbito da DEB. Após diversas operações orçamentárias, nas quais os recursos para a Ação 20RJ foram contingenciados no início do ano e suplementados ao longo do ano fiscal, antes mesmo que os recursos contingenciados fossem liberados em sua totalidade, a execução orçamentária foi de R\$ 86.901.096,76, superior a 97 %.

Na Ação 20RJ estão englobados o fomento custeio dos programas pertencentes à Diretoria de Formação de Professores da Educação Básica – DEB e da Diretoria de Educação a Distância - DED. No módulo PPA do SIMEC aparece como meta física para essa ação 50.000 pessoas beneficiadas. Portanto, essa meta valerá para ambas as diretorias.

Para quantificar a meta física que foi lançada no SIMEC referente ao ano de 2012 - 329.034 pessoas beneficiadas – convencionou-se que que só seriam contabilizados as pessoas diretamente beneficiadas pelos programas que fomentassem cursos de longa duração, como graduação, seja presencial ou a distância. É o caso dos programas Parfor (DEB) e UAB (DED) que promovem predominantemente a formação inicial dos beneficiários atendidos pela ação.

O quantitativo de pessoas beneficiadas pelos cursos e atividades de curta duração e que alcançam indiretamente um contingente maior de pessoas, tais como professores e alunos da educação básica e licenciandos de diferentes IES não foram contabilizados tendo em vista a dificuldade em quantificar o total de participantes alcançados por cada atividade. Esse é o caso dos Programas Novos Talentos e Projetos Especiais, dentre outros.

No ano de 2012, as pessoas diretamente beneficiadas pela Ação 20RJ foram os 61.006 professores da educação básica matriculados nos cursos ofertados pelo Parfor e os 268.028 estudantes matriculados nos cursos de educação a distância ofertados pela UAB, totalizando 329.034 beneficiários diretos.

Trazendo a parte da meta da Ação 20RJ que cabe à DEB, foi utilizada como meta prevista os 45.666 beneficiários do Parfor previstos na elaboração do PPA 2012-2015, referentes ao ano de 2012. Dessa forma, a meta física teve uma execução de aproximadamente 133 %, conforme quadro síntese.

Uma síntese da execução orçamentária por programa é apresentada a seguir.

	EMPENHO LIQUIDADO + DESCENTRALIZADO (R\$)				% Recursos por Programa
	AÇÃO 20RO	AÇÃO 20RJ		TOTAL AÇÕES 20RO e 20RJ (R\$)	
Programa	Bolsa (R\$)	Custeio (R\$)	Capital (R\$)	Total (R\$)	
Pibid	174.026.089,33	14.202.104,29	1.556.253,35	189.784.446,97	52,77%
Parfor	85.505.500,00	43.623.269,55	62.774,84	129.191.544,39	35,92%
Observatório da Educação	12.140.221,64	167.550,00	398.627,00	12.706.398,64	3,53%
Life	0,00	0,00	11.936.703,35	11.936.703,35	3,32%
Projetos Especiais	1.046.545,00	8.766.785,03	0,00	9.813.330,03	2,73%
Novos Talentos	0,00	4.330.579,63	0,00	4.330.579,63	1,20%
Prodocência	0,00	1.818.269,85	38.179,87	1.856.449,72	0,52%
Total Geral				359.619.452,73	100,00%

Fonte: SIMEC para execução física e SIAFI para a execução financeira (extração de 29/1/2013)

Meta Física – Ação 20RJ			Meta Financeira – Ação 20RJ		
Prevista	Realizada	%	Prevista R\$	Realizada R\$	%
1.029	3.341*	658,07	345.058.675,00	150.908.977,38	43,73
Produto: Projeto Apoiado			Unidade de Medida: Unidade		

Fonte: SIMEC para execução física e SIAFI para a execução financeira

Obs.: A ação é compartilhada entre duas diretorias da Capes (DEB e DED) e está sendo apresentada neste quadro em sua totalidade.

* O número de projetos foi ampliado, uma vez que houve suplementação de R\$ 154.690.109 da LOA via Decreto de 31/05/2012.

** A descrição mais correta do Produto seria o número de estudantes beneficiados, que em dez/2012, atingiu 250 mil no Sistema UAB e 60 mil no PARFOR.

Diretoria de Educação a Distância (DED)

A seguir, são apresentados os resultados ao final de 2012:

Tabela 9 – Quadro Resumo do Alunado por Tipo de Curso

	MATRICULADOS	EVADIDOS	FORMADOS
Aperfeiçoamento	15.281	13.267	21.655
Bacharelado	26.399	5.944	647
Especialização	65.151	20.196	20.196
Extensão	5.883	1.905	1.955
Formação Pedagógica	189	43	0
Licenciatura	130.469	26.253	3.536
Sequencial	926	399	258
Tecnólogo	6.878	3.422	916
TOTAL	251.176	71.429	49.163

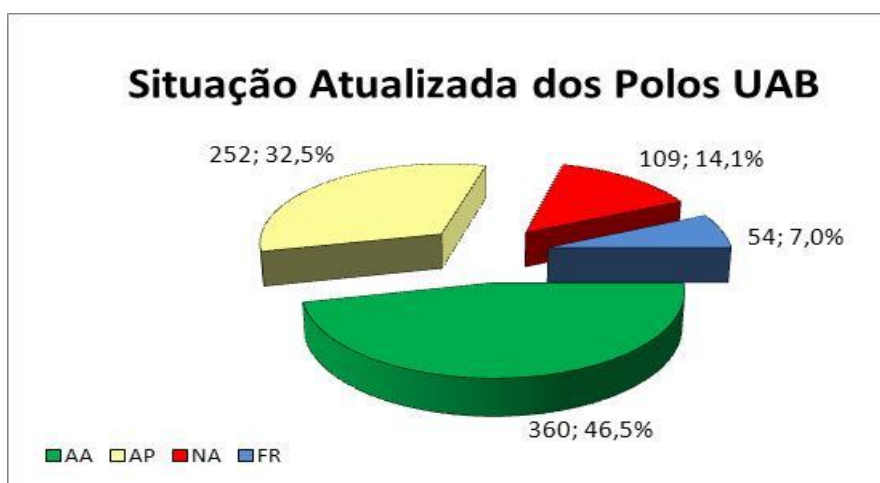
Fonte: SisUAB.

Tabela 10 – Dados do PROFMAT relativos aos anos de 2011 e 2012

Ano	Nº de IES	Nº de Matrículas	Formados*	Custeio	Bolsa
2011	50	1.800	-	R\$ 14.304.000,00	-
2012	57	1.560	-	R\$ 3.042.000,940	R\$ 34.194.450,00
TOTAL	60	3.360	-	R\$ 17.346.900,00	R\$ 34.194.450,00

*As turmas de 2011 têm previsão de encerramento para abril de 2013.

Fontes: DED e SGB/CAPES.



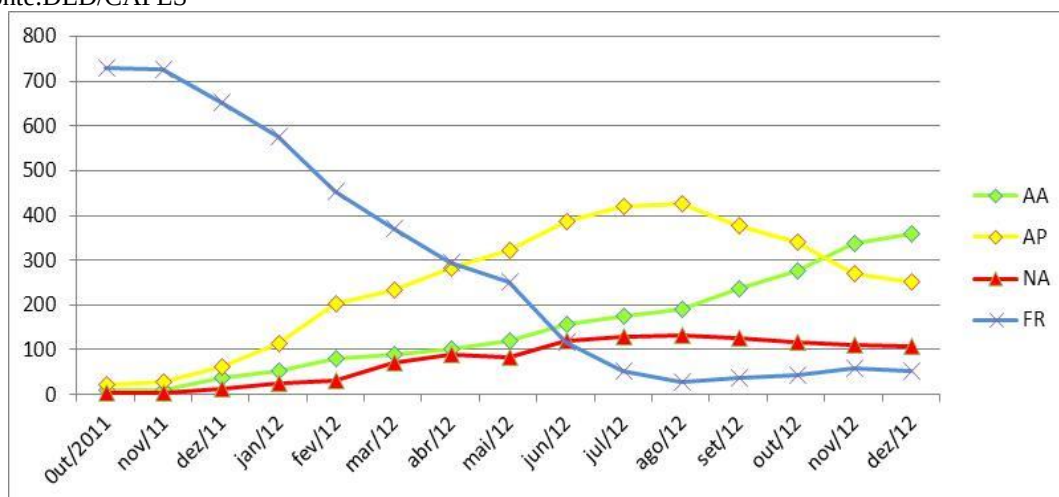
Fonte: DED/CAPES

Figura 7 – Situação Atualizada dos polos UAB

Tabela 11 – Situação Atualizada da Distribuição dos polos por UF

UF	Polos	AA	%	AP	%	NA	%	FR	%
AC	8	8	100,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%
AL	16	6	37,5%	2	12,5%	8	50,0%	-	0,0%
AM	20	2	10,0%	6	30,0%	11	55,0%	1	5,0%
AP	5	-	0,0%	4	80,0%	1	20,0%	-	0,0%
BA	59	20	33,9%	28	47,5%	8	13,6%	3	5,1%
CE	36	12	33,3%	19	52,8%	5	13,9%	-	0,0%
DF	6	-	0,0%	1	16,7%	5	83,3%	-	0,0%
ES	26	16	61,5%	7	26,9%	1	3,8%	2	7,7%
GO	27	12	44,4%	4	14,8%	11	40,7%	-	0,0%
MA	28	11	39,3%	11	39,3%	5	17,9%	1	3,6%
MG	88	51	58,0%	28	31,8%	9	10,2%	-	0,0%
MS	14	9	64,3%	-	0,0%	4	28,6%	1	7,1%
MT	32	16	50,0%	6	18,8%	4	12,5%	6	18,8%
PA	40	8	20,0%	24	60,0%	8	20,0%	-	0,0%
PB	26	14	53,8%	5	19,2%	-	0,0%	7	26,9%
PE	24	3	12,5%	17	70,8%	2	8,3%	2	8,3%
PI	44	10	22,7%	15	34,1%	4	9,1%	15	34,1%
PR	48	32	66,7%	8	16,7%	3	6,3%	5	10,4%
RJ	35	29	82,9%	5	14,3%	1	2,9%	-	0,0%
RN	24	8	33,3%	6	25,0%	8	33,3%	2	8,3%
RO	7	2	28,6%	4	57,1%	-	0,0%	1	14,3%
RR	15	9	60,0%	6	40,0%	-	0,0%	-	0,0%
RS	46	35	76,1%	8	17,4%	-	0,0%	3	6,5%
SC	32	12	37,5%	15	46,9%	3	9,4%	2	6,3%
SE	14	-	0,0%	11	78,6%	3	21,4%	-	0,0%
SP	37	21	56,8%	10	27,0%	3	8,1%	3	8,1%
TO	18	14	77,8%	2	11,1%	2	11,1%	-	0,0%
Total	775	360	46,5%	252	32,5%	109	14,1%	54	7,0%

Fonte: DED/CAPES



Fonte: DED/CAPES

Figura 8 – Evolução mensal da situação dos polos UAB

Tabela 12 - Bolsas Pagas em 2012*

BOLSAS PAGAS em 2012					
Programa	Tipo_Curso	Quantidade Unitária	Valores Pagos	Percentuais	Percentuais por Programa
EAD-MOÇAMBIQUE	GRADUAÇÃO Moçambique	118	R\$ 123.440,00	0,05%	0,07%
	LICENCIATURA Moçambique	49	R\$ 58.550,00	0,02%	
PRO-LIC	LICENCIATURA Prolic	34.222	R\$ 14.127.230,00	5,32%	5,32%
UAB	APERFEIÇOAMENTO	14.723	R\$ 15.722.245,00	5,92%	94,61%
	BACHARELADO	29.628	R\$ 27.030.235,00	10,18%	
	ESPECIALIZAÇÃO	54.389	R\$ 51.149.675,00	19,26%	
	EXTENSÃO	634	R\$ 512.110,00	0,19%	
	FORMAÇÃO PEDAGÓGICA	812	R\$ 855.800,00	0,32%	
	LICENCIATURA UAB	152.917	R\$ 138.233.915,00	52,04%	
	SEQUENCIAL	58	R\$ 57.045,00	0,02%	
	SUBENTIDADE	7.115	R\$ 7.826.500,00	2,95%	
	TECNÓLOGO	7.634	R\$ 6.927.030,00	2,61%	
	Vinculado à Entidade	2.020	R\$ 3.015.600,00	1,14%	
Totais		304.319	R\$ 265.639.375,00	100,00%	100,00%

*Os valores referentes ao Programa de Mestrado Profissional estão no Item 6.



Figura 9 - Evolução dos Valores de Bolsas Pagas ao Ano

Tabela 13 - Evolução da Dotação Orçamentária 2006 a 2012 – Fomento Custeio

CUSTEIO - PERÍODO 2006 /2012				
ANO	CUSTEIO	CAPITAL	TOTAL	EXECUTADO
2006	176.000.000	5.983.363	181.988.363	156.057.628
2007	80.550.000	18.950.000	99.500.000	98.326.200
2008	158.535.989	15.000.000	173.535.989	155.301.343
2009	185.303.753	30.000.000	215.303.753	206.141.274
2010	252.531.200	30.000.000	282.531.200	196.403.453
Matriz 2010	96.745.415	0	96.745.415	89.346.443
2011	253.525.479	5.000.000	258.525.479	222.331.911
Matriz 2011	59.683.817	0	59.683.817	29.782.740
2012	169.176.262	5.000.000	174.176.262	162.527.173
Total	1.256.051.915	109.933.363	1.541.990.278	1.316.218.165

A partir da análise dos dados, conclui-se que as metas para o ano de 2012 foram cumpridas. Dentro disso, todo o orçamento previsto foi executado e houve um crescimento de, aproximadamente, 300% no número de polos AA.

2.3.2. Programa 2032 - Educação Superior

Ação 0935 - Concessão de Bolsas de Estudos no Exterior

Ação 0935	Concessão de Bolsas de Estudos no Exterior
Tipo	Operações Especiais
Finalidade	Promover a formação de pessoal de alto nível, no âmbito acadêmico, científico e tecnológico no exterior, proporcionando aos estudantes, professores, pesquisadores e especialistas, o suporte financeiro destinado a estágios ou estudos no exterior. Promover a integração educacional, cultural e científica com países parceiros, visando atender às políticas de governo, tendo como foco a formação de recursos humanos nos níveis de graduação e pós-graduação, bem como para atender necessidades de formação e capacitação de professores para a Educação Básica.
Descrição	Concessão de bolsas de estudo e pesquisa no exterior e demais auxílios a elas vinculados, tais como passagens, taxas escolares, auxílio instalação, diárias, seguro saúde, além de cobertura para a realização de pesquisa e defesa de trabalho de final de curso. Os bolsistas serão selecionados por meio de critérios estabelecidos e divulgados pela CAPES, considerando as competências técnicas, científicas e acadêmicas dos candidatos. Apoio a projetos e programas educacionais, acadêmicos e científicos em cooperação com outros países e instituições internacionais parceiras, por meio da concessão de bolsas e demais despesas a elas vinculadas. Concessão de bolsas de estudo e auxílios no exterior para docentes, discentes e profissionais gestores da educação, para o desenvolvimento e aperfeiçoamento de atividades vinculadas à Educação Básica e demais despesas a elas vinculadas.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Diretoria de Relações Internacionais - DRI
Coordenador nacional da ação	Denise de Menezes Neddermeyer (Diretoria de Relações Internacionais)
Unidade executora	Diretoria de Relações Internacionais - DRI

Na formulação do Planejamento Estratégico da CAPES para o ano de 2012, o objetivo estratégico traçado para a Diretoria de Relações Internacionais foi: Promover a Inserção Internacional da Educação Superior Brasileira.

Com esse objetivo estratégico em perspectiva, duas iniciativas estratégicas foram colocadas em realce no plano de ação da diretoria para 2012:

1) Expandir a mobilidade internacional por meio do Programa Ciência sem Fronteiras - CsF. Essa iniciativa capitaneou os esforços da diretoria, visto tratar-se de política de Governo com recursos alocados para um grande número de bolsistas.

2) Propiciar maior visibilidade à produção acadêmica e científica brasileira no cenário internacional. Essa iniciativa compreendeu a manutenção e implementação de bolsas associadas aos programas tradicionais da diretoria, que também mereceram empenho de seu corpo técnico ao longo de 2012.

O quadro 1 apresenta o Plano de Ação com as iniciativas e as ações estratégicas associadas.

Quadro 1 - Plano de Ação da Diretoria de Relações Internacionais da CAPES – 2012

Objetivo Estratégico	Iniciativas Estratégicas	Ações Estratégicas
Promover a Inserção Internacional da Educação Superior Brasileira.	Expandir a mobilidade internacional por meio do Programa Ciência sem Fronteiras - CsF	Criação de um comitê gestor para o Programa Ciência sem Fronteiras
		Ampliação do número de estudantes em universidades estrangeiras de excelência nas áreas especificadas pelo programa
		Aumento do número de bolsas de pós-graduação, focando principalmente nas modalidades "sanduíche"
		Aumento do número de bolsas de pós-doutorado
		Facilitação do envio de brasileiros para o exterior e da vinda de professores e estudantes estrangeiros, instituindo-se um "fast track" que permitisse reduzir o tempo, a burocracia e custos administrativos, para maior agilidade no "placement"
		Negociação com as instituições parceiras para cursos de imersão do idioma local
	Propiciar maior visibilidade à produção acadêmica e científica brasileira no cenário internacional	Elaboração e implementação da sistemática de acompanhamento e de avaliação do programa
		Consolidação e expansão das parcerias mais sólidas e produtivas com países prioritários em áreas consideradas estratégicas pela CAPES
		Aumento do fluxo de estudantes estrangeiros às universidades brasileiras
		Expansão do fluxo de estudantes de graduação, pós-graduação, pós-doutorado e de profissionais da educação básica a universidades e centros de pesquisa estrangeiros de excelência
		Ampliação do número de cátedras da CAPES em instituições estrangeiras de reconhecida qualidade
		Estímulo à publicação de artigos em periódicos de circulação internacional indexados, oriundos de projetos de cooperação apoiados pela CAPES
		Aumento do fluxo de professores visitantes estrangeiros no Brasil e brasileiros no exterior

Fonte: CGMR/DRI adaptado do Planejamento Estratégico da CAPES – 2011 – 2015

Entre os principais resultados institucionais alcançados na iniciativa estratégica Expandir a Mobilidade Internacional por Meio do Programa Ciência sem Fronteiras destacam-se a criação do comitê gestor para a execução do programa e a criação de uma unidade gerencial para o acompanhamento e o estabelecimento de rotinas referentes ao monitoramento dos resultados não só do CsF mas também dos programas tradicionais da CAPES. Quanto aos resultados referentes às negociações, houve o desenvolvimento de diversas parcerias com instituições estrangeiras para viabilizar ao aumento do fluxo de estudantes para o exterior e do exterior para o Brasil tais como: negociações e parcerias com órgãos governamentais, empresas nacionais e estrangeiras, instituições de ensino, laboratórios e centros de pesquisas de excelência no exterior.

Várias dessas parcerias também foram estendidas aos programas tradicionais da CAPES, que também continuaram a receber atenção da diretoria no que se refere ao estabelecimento de novos acordos e parcerias e à expansão do número de bolsas. Especial destaque observa-se no trabalho desenvolvido com o Programa de Licenciaturas Internacionais. Houve ainda o desenvolvimento de ambiente virtual em parceria com o Portal de Periódicos, que facilitou o acesso a publicações de circulação internacional aos bolsistas no exterior, estendido aos bolsistas do Programa Ciência sem Fronteiras.

O quadro 2 mostra os dois principais indicadores traçados no âmbito do Planejamento Estratégico para a Diretoria de Relações Internacionais, com as metas a serem atingidas e os resultados alcançados.

Quadro 2 – Quadro de Indicadores da DRI - 2012

Indicadores	Metas	Resultados
Bolsistas da Capes no Exterior	13.000	11.507
Discentes e docentes estrangeiros atuando nas IES brasileiras apoiados pela CAPES	1.240	1.473

Fonte: CGMR/DRI

Data: Março/2013

Em relação ao primeiro indicador, a DRI atingiu 88,5% da meta a ser alcançada. Quanto ao segundo indicador, o resultado ultrapassou a meta estabelecida.

Detalhamento da ação 0935 – concessão e manutenção de bolsas de estudo no exterior

A Cooperação Internacional é um importante instrumento à ampliação da competência científico-tecnológica do País e faz parte da missão da CAPES. Essa modalidade de fomento permite o intercâmbio de pesquisadores, docentes e discentes e a constituição de redes de pesquisa internacionais. A intensificação das atividades da Cooperação Internacional da CAPES pode ser demonstrada pela diversidade de modalidades de fomento que coexistem na agência, variando desde ações de caráter assistencial até atividades de cooperação em parcerias cada vez mais simétricas. No ano de 2012, foram apoiados 992 projetos de cooperação.

No ano de 2012 foram concedidas 11.507 bolsas no exterior nas modalidades de graduação sanduíche, mestrado pleno, mestrado sanduíche, doutorado pleno, doutorado sanduíche, estágio pós-doutoral e sênior, além de bolsas para a capacitação de profissionais da educação do ensino básico. Conforme demonstrado na figura 1, entre os anos de 2004 e 2012, o número de bolsistas no exterior da Capes teve um aumento bastante expressivo.

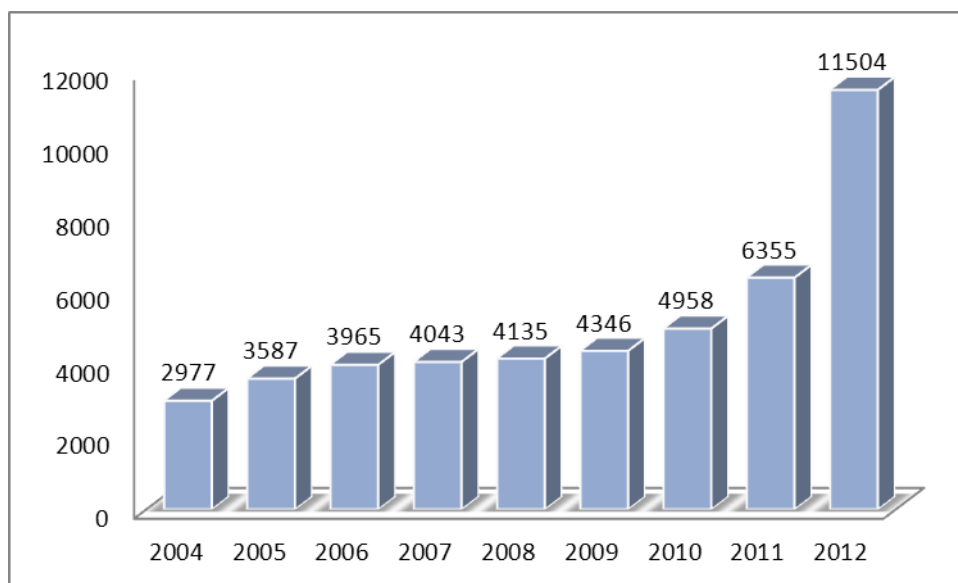


Figura 10: Bolsas ativas no exterior, programas de bolsas e cooperação internacional, 2004 a 2012.
Fonte: Sisrel/DRI/CAPES

As bolsas concedidas no exterior, nas várias modalidades acima descritas, podem ser bolsas individuais, institucionais, vinculadas a projetos ou a parcerias universitárias, definidas por meio de acordos de cooperação específicos ou de apoio a proatividade individual do pesquisador ou discente. Ademais, prevê-se a concessão de bolsa no País para estudantes estrangeiros em programas específicos e para atrair pesquisadores e docentes do exterior. Em 2012 a CAPES financiou a participação de 1.473 estrangeiros em atividades no Brasil, além de 141 bolsistas Moçambicanos que desenvolvem suas atividades no próprio país de origem

No âmbito dos programas de cooperação para o desenvolvimento, que consiste no apoio para desenvolvimento estrutural da educação em países em situações de severas dificuldades econômicas e sociais, a CAPES financiou o desenvolvimento de atividades acadêmicas de mais de 850 bolsistas, principalmente por meio dos programas de cooperação Sul-Sul, destacando-se os programas Programa de Estudante Convênio de Pós-Graduação - multilateral (PEC-PG), Programa de Formação Científica - Angola, Cabo Verde, Moçambique (PROFOR), Programa Emergencial em Educação Superior Pró-Haiti-Graduação (Pró-Haiti), Programa de Qualificação de Língua Portuguesa no Timor Leste (PQLP), UAB-Moçambique e o Programa MÊS-Cuba, parceria entre a CAPES e o Ministério de Educação Superior de Cuba – MÊS.

Em 2012, a DRI apoiou a participação de 1.405 pesquisadores em eventos no exterior, por meio do Programa de Apoio a Eventos no Exterior (PAEX). Cabe destacar, também, a criação do Programa Ciência sem Fronteiras, em julho de 2011, que prevê a concessão de 101.000 bolsas individuais até 2015.

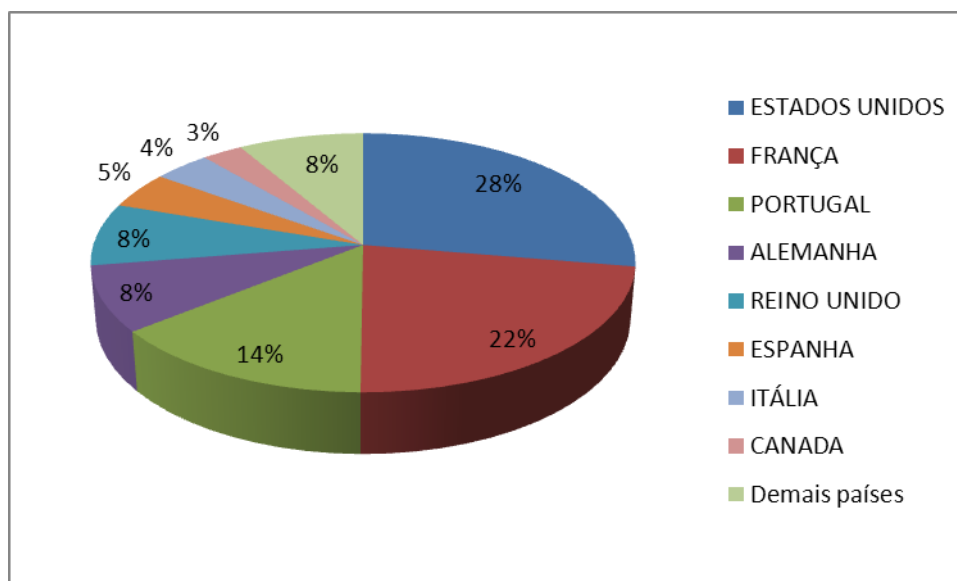


Figura 11. Distribuição percentual dos bolsistas no exterior por país de destino em 2012. Totais considerando os principais destinos e incluindo bolsistas no exterior, cooperação internacional e CsF. Fonte: Sisrel/DRI/Capes.

Ações da Diretoria de Relações Internacionais

A Cooperação Internacional na CAPES é desenvolvida por meio de tratados e acordos culturais, educacionais e científicos que determinam o surgimento de programas de intercâmbio internacional. Em 2012, foram negociados novos acordos de cooperação com: Alemanha, Austrália, Bélgica, China, Cingapura, Colômbia, Coréia do Sul, Dinamarca, Espanha, Israel, Itália, Portugal, Suécia, Canadá, Reino Unido, Irlanda, Japão, entre outros. Na figura X está representada a evolução do número de projetos e parcerias apoiadas pela DRI entre os anos de 2004 e 2012.

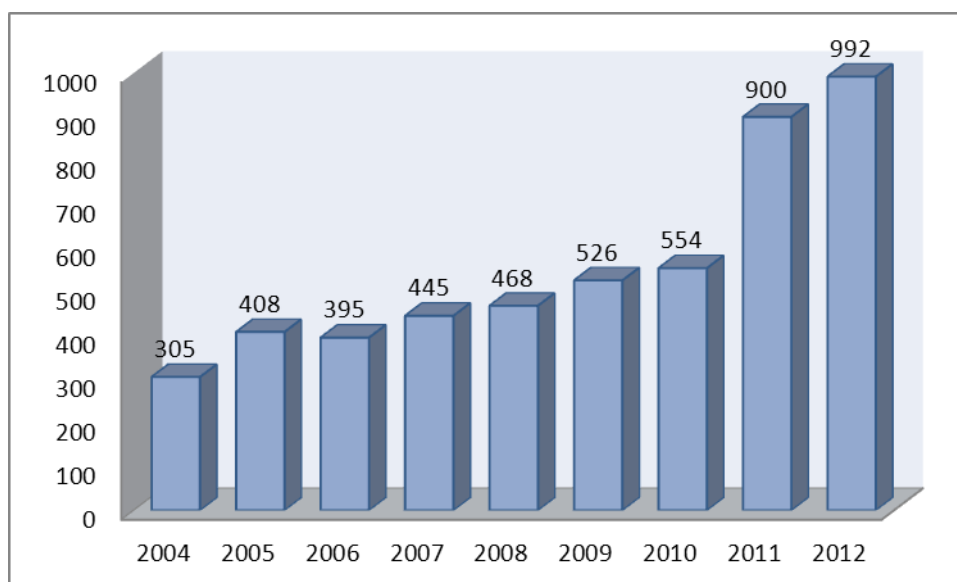


Figura 12 Representação da evolução do número de projetos e parcerias da DRI entre os anos de 2004 e 2012. Fonte: DRI/CAPES

A forma de execução da Cooperação Internacional se dá por intermédio do financiamento de projetos conjuntos de pesquisa, de parcerias universitárias, programas especiais, concessão de bolsas de estudos individuais e vinculadas aos projetos e parcerias no exterior e no país. Os coordenadores de projetos e parcerias e demais pesquisadores vinculados recebem apoio para a execução de missões de trabalho, que consistem em visitas de curta duração à sede do parceiro para

o desenvolvimento de atividades relacionadas ao objetivo da parceria, além de bolsas para estudantes e recursos de custeio de apoio da pesquisa.

Os Projetos Conjuntos de Pesquisa (PP) são apoiados mediante acordos de cooperação internacional firmados entre a CAPES e agências congêneres no exterior. Tais acordos são formulados com a identificação de áreas de interesse comum, tendo como princípios básicos simetrias nos orçamentos e nas mobilidades de pesquisadores, docentes, pós-doutorandos e estudantes de pós-graduação e. Essa linha de ação deve, sem exceção, contemplar a participação e mobilidade de alunos, condição essa considerada requisito mínimo para aprovação de projeto submetido.

O apoio a essa modalidade visa promover o desenvolvimento científico e a formação de recursos humanos altamente qualificados. Exemplos clássicos dessa modalidade são os programas Capes/MINCyT e CAPES/COFECUB, que há anos promovem a parceria entre pesquisadores brasileiros e pesquisadores argentinos e franceses, respectivamente.

As Parcerias Universitárias (PU) seguem os mesmos princípios básicos dos projetos conjuntos de pesquisa, tanto no que diz respeito ao financiamento recíproco e simetrias nas mobilidades, como na definição dos temas de interesse comum entre os parceiros. Entretanto, diferencia-se por seu caráter acadêmico, voltado para a mobilidade de estudantes, principalmente em nível de graduação, e para a modernização e adaptação recíproca de grades curriculares, além de estimular, enfaticamente, a dupla diplomação dos alunos.

Os Projetos Especiais agrupam os programas criados com objetivos singulares, como por exemplo, a promoção de disciplinas de curta duração em cursos de pós-graduação, além de, eventualmente, surgirem em virtude de demandas ainda não contempladas nas modalidades mencionadas. Esta categoria inclui a Cooperação para o Desenvolvimento que são programas formulados especialmente para apoio a estruturação da educação em países como Haiti, Timor Leste, Cabo Verde, Cuba, Moçambique, dentre outros.

A Diretoria de Relações Internacionais apoia, ainda, a participação de pesquisadores, docentes e estudantes em eventos no exterior, tais como seminários, workshops científicos e conferências, por meio do Programa de Apoio a Eventos no Exterior (PAEX). O processo seletivo para todas as modalidades de apoio é realizado por meio de chamadas públicas nacionais, nas quais as candidaturas são avaliadas em quatro fases de caráter eliminatório:

- Verificação da consistência documental por equipe técnica da CAPES;
- Análise de mérito por intermédio das Coordenações de Área (consultoria científica *ad hoc*), cuja avaliação considera a plena qualificação do candidato ao programa pretendido e a pertinência do projeto ou do plano de atividades apresentado;
- Classificação das candidaturas selecionadas pelo Grupo Assessor da Diretoria de Relações Internacionais, em ordem de prioridade no conjunto da demanda qualificada e conforme dotação orçamentária;
- Análise e decisão final pela Diretoria Executiva da CAPES.

As atividades da Diretoria de Relações Internacionais da Capes serão apresentadas a partir destas categorias anteriormente definidas: Bolsas Individuais, Bolsas Institucionais, Auxílios a evento no exterior, Projetos Conjuntos de Pesquisa, Parcerias Universitárias e Projetos Especiais. No entanto, propõe-se destacar algumas ações nas seções seguintes: o apoio a Educação Básica, as ações de Cooperação para o Desenvolvimento e o Programa Ciência sem Fronteiras.

Bolsa Individual

O objetivo da concessão de bolsa individual é promover a internacionalização das Universidades brasileiras e capacitar recursos humanos no exterior. As iniciativas vinculadas a essa ação visam à formação de brasileiros em instituições de excelência reconhecidas

internacionalmente, em nível de graduação, mestrado, mestrado sanduíche, doutorado, doutorado sanduíche, pós-doutorado e estágio sênior.

O principal mecanismo dessa ação é a concessão de bolsas individuais por meio de editais específicos para a formação de pessoal em nível de graduação e pós-graduação *stricto sensu*. Os programas contemplam, ainda, candidaturas individuais para estágios de curta ou longa duração, em instituições de excelência comprovada, que ofereçam oportunidades para o desenvolvimento de pesquisas de ponta em nível de pós-doutorado – estágio pós-doutoral e estágio sênior.

A seleção dos bolsistas é baseada nos critérios estabelecidos nos editais específicos de cada programa. As seleções ocorrem em fluxo contínuo ou durante períodos específicos do ano, quando são avaliadas as competências técnicas, científicas e acadêmicas dos candidatos, bem como a inserção de cada proposta nas prioridades de formação para o País.

A relação dos aprovados é disponibilizada na página eletrônica da Fundação. Os candidatos que tiverem seus pedidos indeferidos na análise de mérito podem solicitar reconsideração do parecer emitido. O apoio tem vigência pelo período estipulado no cronograma de atividades no exterior, dentro da duração permitida para cada modalidade de bolsa. Os componentes dos benefícios são concedidos de acordo com cada edital e com os valores constantes em portaria específica.

Uma característica da maioria desses programas é que os interessados podem pleitear uma bolsa para qualquer área do conhecimento e para qualquer país, a depender do edital e do acordo firmado pela CAPES. Em 2012, 1.652 bolsistas foram contemplados nessa categoria, dentro das diversas modalidades de bolsa (figura 12).

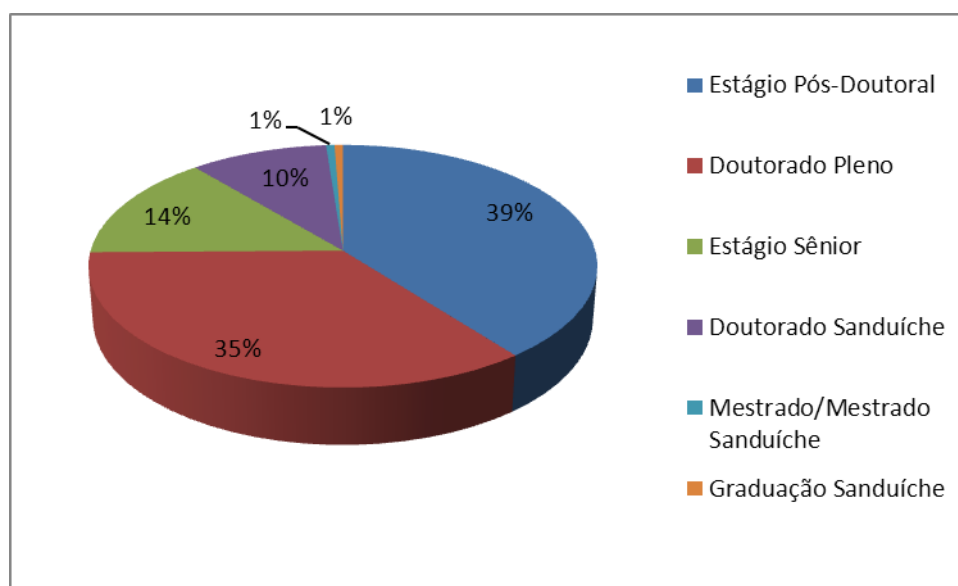


Figura 13. Representação da distribuição de bolsas individuais, por modalidade, da DRI em 2012.
Fonte: Sisrel/Capes

Bolsa Individual no Exterior

Doutorado Pleno

Esse programa concede bolsas a candidatos de comprovado desempenho acadêmico para realização do curso de doutorado em instituições de excelência e prestígio internacional, em todos os países, independente de acordos de cooperação. Sua origem remonta à própria criação da CAPES, na década de 1950, sendo instituído em observância à necessidade de capacitação de pessoal de nível superior, conforme Decreto nº 29.741 de criação da CAPES.

O objetivo é complementar os esforços despendidos pelos programas de pós-graduação no Brasil, buscando a formação de docentes e pesquisadores de alto nível em áreas não consolidadas no Brasil.

Em 2012, foram 286 novas bolsas concedidas e, considerando os remanescentes, tivemos 507 bolsistas ativos.

Estágio Pós-Doutoral

Esse programa concede bolsas para a realização de estudos avançados que sejam posteriores à obtenção do título de Doutor pelo pleiteante. O objetivo é complementar as possibilidades ofertadas pelo conjunto dos programas de pós-graduação no Brasil, , contribuir para o desenvolvimento de projetos em parceria com instituições de excelência no exterior e para estabelecer o intercâmbio científico e a abertura de novas linhas de pesquisa relevantes para o desenvolvimento da respectiva área de conhecimento no país. O programa data da década de 80 e foi instituído em observância à necessidade de estimular atividades de intercâmbio e cooperação entre as instituições, conforme Decreto nº 29.741 de criação da CAPES.

Em 2012 tivemos 613 bolsistas ativos nesse programa.

Estágio Sênior

O Programa de Estágio Sênior concede bolsas a pesquisadores doutores que atuem em atividade de docência e de pesquisa no Brasil, com formação acadêmica obtida há, pelo menos, oito anos, com vistas ao intercâmbio científico e ao estabelecimento de parcerias com instituições congêneres internacionais, mediante execução de projeto de pesquisa, sempre inserido no contexto institucional de atuação do pesquisador. O objetivo do programa é contribuir para a inserção internacional desses pesquisadores, para o estabelecimento do intercâmbio científico e abertura de novas linhas de pesquisa relevantes para o desenvolvimento da área no país.

Em 2012 tivemos 228 bolsistas ativos nesse programa.

Programa Nacional em Áreas Estratégicas – DRI/DPB

Esse programa concede bolsas de estágio no exterior para atender áreas do conhecimento de natureza estratégica para o País. Trata-se de uma parceria entre duas diretorias da Capes, DPB e DRI, em vinculação com os programas especiais.

As bolsas são concedidas, exclusivamente, a participantes de projetos de pesquisa aprovados nos editais da Coordenação-Geral de Programas Estratégicos da DPB, nas modalidades previstas no edital específico a que se vincula o projeto. O objetivo é a inserção internacional de estudantes e pesquisadores, estabelecimento de intercâmbio científico e abertura de novas linhas de pesquisa para o desenvolvimento no País.

Em 2012 foram 56 bolsistas contemplados por esse programa, dos quais 32 eram de doutorado sanduíche, 13 de pós-doutorado, 3 de estágio sênior e 8 de graduação sanduíche.

As bolsas individuais descritas abaixo caracterizam-se pela especificidade dos editais. Isto é, as chamadas são específicas para determinadas áreas do conhecimento ou para determinados países.

Cátedra Brasil da Universidade de Münster - Alemanha

A cátedra tem o objetivo de apoiar pesquisadores brasileiros de alto nível no desenvolvimento de atividades de ensino e pesquisa na Westfälische Wilhelms-Universität Münster (WWU) e no apoio ao recém-criado Centro Brasileiro da WWU. Em 2012 tivemos um bolsista ativo nesse programa.

Programa Bolsas para Pesquisa Capes/Humboldt

O Programa Bolsas para Pesquisa Capes/Humboldt é uma iniciativa da Capes em cooperação com a Fundação Alexander von Humboldt (AvH) da Alemanha com o objetivo de conceder bolsas

para pesquisadores altamente qualificados, que possuam vínculo, empregatício ou não, em Instituições de Ensino ou Pesquisa do Brasil em todas as áreas do conhecimento. A parceria visa à internacionalização de forma mais consistente, o aprimoramento da produção e qualificação científicas e o desenvolvimento de métodos e teorias em conjunto com pesquisadores de reconhecido mérito científico, alemães ou estrangeiros residentes na Alemanha.

O primeiro edital desse programa foi lançado no segundo semestre de 2012 para início das atividades no ano seguinte.

Intercâmbio Científico de Curta Duração - Alemanha

Esse programa é realizado pela Capes em parceria com o Serviço Alemão de Intercâmbio Acadêmico – DAAD, e objetiva o fortalecimento da cooperação acadêmica e científica entre os dois países. O programa prevê o financiamento de missões de professores de instituições brasileiras e alemãs por períodos de 1 a 3 meses. Em 2012 tivemos 29 bolsistas contemplados nesse programa.

CAPES/CNPq/DAAD - Alemanha

Esse programa concede bolsas de doutorado pleno, duplo doutorado ou do doutorado sanduíche na Alemanha a candidatos com excelente qualificação científica e acadêmica. O objetivo é a formação de docentes e pesquisadores de alto nível e a consolidação da cooperação científica entre Brasil e Alemanha. Em 2012 tivemos 88 bolsas ativas sendo 50 de doutorado pleno e 38 de doutorado sanduíche.

MITACS – Canadá

Esse programa é uma parceria entre a CAPES e a organização canadense *Mathematics of Information Technology and Complex Systems* (Mitacs) com o objetivo de selecionar estudantes de graduação brasileiros para realização de estágios de iniciação científica no Canadá. As áreas contempladas são as mesmas do Programa Ciência sem Fronteiras (CsF).

Em 2012 tivemos 33 bolsistas ativos nesse programa

CAPES/SALAMANCA – PROUNI - Espanha

Esse programa concede bolsas de graduação plena na Universidade de Salamanca (Espanha). São selecionados alunos do Programa Universidade para Todos (ProUni) que pertençam à famílias de baixa renda e tenham cursado todo o ensino médio em escola pública. Em 2012, tivemos 10 bolsistas nesse programa.

CAPES/FUNDAÇÃO CAROLINA - Espanha

Esse programa promove o aumento da qualificação de professores universitários, pesquisadores e estudantes de doutorado brasileiros, por meio da concessão de bolsas, nas modalidades de doutorado-sanduíche ou pós-doutorado, em todas as áreas do conhecimento. Os contemplados desenvolvem as atividades em universidades espanholas. Em 2012 tivemos 38 bolsas ativas nesse programa.

Cátedra Ruth Cardoso – EUA

Esse programa objetiva destacar no meio universitário e de pesquisa dos EUA a atuação de cientistas brasileiros nas áreas de Ciências Humanas e Sociais. Ainda pretende promover a aproximação, o diálogo e o aprofundamento no conhecimento mútuo das respectivas culturas e sociedades.

O programa é uma parceria entre a CAPES, Comissão Fulbright, FAPESP e Universidade de Columbia para a seleção de um professor/pesquisador visitante para atuar na Universidade de Columbia. Em 2012 tivemos um bolsista ativo nesse programa (remanescente de anos anteriores). Entretanto, não houve candidato selecionado para iniciar as atividades no ano de 2012, pois as propostas não foram julgadas adequadas aos interesses do programa pela Universidade Columbia.

CAPES/MFA - EUA

O objetivo desse programa é a inserção de roteiristas brasileiros, na área de cinema, por meio da realização de mestrado em produção cinematográfica, nos denominados Master of Fine Arts (MFA) dos EUA. No ano de 2011, foi iniciada parceria entre a CAPES e o Ministério da Cultura – MinC, visando à concessão de mais bolsas no âmbito desse programa. Em 2012 tivemos 10 bolsas ativas.

Cátedra CAPES/Universidade de Harvard – Professor Visitante Sênior nos EUA

O Programa tem o objetivo de aprofundar a cooperação acadêmica entre instituições de ensino superior e centros de ciência e tecnologia brasileiros e americanos, a fim de promover o desenvolvimento da ciência e tecnologia em ambos os países. O escopo desse programa também é o de aprofundar a cooperação entre pesquisadores e educadores de instituições de pesquisa e ensino superior no Brasil e seus pares da Universidade de Harvard, além de aumentar o conhecimento nessa Universidade sobre as contribuições de notáveis pesquisadores e educadores do Brasil. Esse programa concede bolsa a notável pesquisador e professor sênior do Brasil, especialista em qualquer disciplina ou área acadêmica. O primeiro edital desse programa foi lançado em novembro de 2012.

Professor/Pesquisador Visitante nos EUA

Esse programa busca promover a divulgação da ciência, tecnologia e cultura brasileira, em especial, com o envolvimento de setores da academia que ainda não tiveram exposição nos EUA. É possibilitada a inserção de professores e pesquisadores brasileiros das diversas áreas do conhecimento em renomadas instituições de ensino superior nos EUA para ministrar aulas, realizar pesquisas e desenvolver atividades de orientação técnica e científica, sempre com o objetivo de divulgar a ciência, tecnologia e cultura brasileiras. Em 2012 tivemos 9 bolsistas nesse programa.

Capex – Fulbright de estágio de doutorando nos EUA

Esse programa seleciona bolsistas para estágio de doutorando nos EUA com o objetivo de incrementar as pesquisas realizadas por doutorandos no Brasil, das áreas das Ciências Humanas, das Ciências Sociais, das Letras e das Artes, além de estreitar as relações bilaterais entre os dois países. Em 2012 tivemos 60 bolsistas ativos, considerando bolsas novas e remanescentes.

Cátedra Milton Santos - Portugal

O intuito principal desse programa é contribuir para a difusão de informações objetivas sobre a dinâmica da sociedade brasileira em centros universitários de excelência no exterior. O programa prevê a concessão anual de uma bolsa para um pesquisador de excelência, logo, em 2012 tivemos um bolsista ativo nesse programa.

Cambridge Overseas Trust de Doutorado Pleno em Cambridge – Reino Unido

O objetivo desse programa é apoiar estudantes brasileiros que pretendam realizar doutorado na Universidade de Cambridge. Foi idealizado para permitir que jovens brasileiros, com reconhecido mérito acadêmico, desenvolvam seus estudos em uma das mais renomadas instituições de ensino do mundo. Além de tornar a representatividade brasileira na Universidade de Cambridge mais significativa, o programa favorece a criação de vínculos entre núcleos de pesquisa britânicos e brasileiros, com o retorno do bolsista após a conclusão do doutorado. Em 2012, contamos com 22 bolsistas ativos.

Cátedra Instituto de Educação da Universidade de Londres - Anísio Teixeira

Esse programa seleciona candidatos da área de educação e relacionadas para atuação na Universidade de Londres. Em 2012 um pesquisador foi contemplado nesse programa.

Cátedra Rio Branco/King's College – Reino Unido

O programa tem como objetivo selecionar pesquisadores, intelectuais e formuladores de políticas públicas, na área de relações internacionais, para atuarem no King's College. Procura-se, dessa forma, oferecer um ambiente propício para a análise da função desempenhada pelo Brasil no cenário mundial e das posições adotadas pelo País em temas globais. Esse programa é o resultado do convênio entre a CAPES, o Instituto Rio Branco e o King's College, conforme Memorando de Entendimento firmado em 10 de outubro de 2011. Em 2012 uma bolsa foi concedida nesse programa, para início das atividades nesse mesmo ano.

Cátedra Rio Branco/Oxford – Reino Unido

Esse programa, fruto do convênio entre a CAPES, o Instituto Rio Branco e a Universidade de Oxford, seleciona pesquisadores, intelectuais e formuladores de políticas públicas na área de relações internacionais para o desenvolvimento de atividades na Universidade de Oxford. É esperado que o beneficiado encontre condições favoráveis para a análise da função desempenhada pelo Brasil no cenário mundial e das posições adotadas pelo país em temas globais. O primeiro edital foi lançado em 2012, quando uma bolsa foi concedida para início das atividades em 2013.

Programa Capes/Universidade de Dundee – Reino Unido

Esse programa tem como objetivo apoiar a realização de doutorado pleno por estudantes brasileiros na área de Biologia na universidade de Dundee. Em 2012 tivemos 4 bolsistas ativos nesse programa. Essas bolsas estão inseridas no Programa Ciência sem Fronteiras.

Universidade de Nottingham /Universidade de Birmingham – Reino Unido

Esse programa prevê a seleção de bolsistas preferencialmente nas áreas de ciências biomédicas e da saúde; computação e tecnologias da informação; tecnologia aeroespacial; fármacos; produção agrícola sustentável; petróleo, gás e carvão mineral; energias renováveis; biotecnologia; nanotecnologia e novos materiais; biodiversidade e bioprospecção. Em 2012 tivemos 7 bolsistas ativos, sendo 6 para doutorado pleno e 1 para doutorado sanduíche.

Bolsa Individual no País

Professor Visitante Norte-Americano no Brasil

Essa parceria fomenta a participação de pesquisador/professor de nacionalidade norte americana atuante nos EUA em instituição de ensino e/ou pesquisa brasileira. O objetivo é contribuir para o desenvolvimento científico, tecnológico e de formação de curta duração por meio das seguintes atividades: cursos nos programas de pós-graduação; seminários, workshops ou conferências; e treinamento de professores de nível superior. Em 2012, tivemos 14 bolsistas nesse programa.

Programa de Bolsa para Estudante Norte-Americano no Brasil

Este programa é destinado a estudantes norte-americanos com nível de mestrado ou doutorado que desejem realizar seus estudos no Brasil. Em 2012 tivemos 30 bolsas ativas nesse programa.

Escola de Altos Estudos (EAE)

Esse programa objetiva a realização de cursos monográficos de alto nível, inclusive intensivos, oferecidos por professores visitantes de elevado conceito internacional, visando o aperfeiçoamento dos cursos de pós-graduação no Brasil, e possibilitando, de maneira eficaz, que estudantes de graduação e pós-graduação tenham contato com renomados pesquisadores. O programa prevê, inclusive, o envolvimento de mais de uma instituição por curso e sua disseminação via internet, com créditos válidos concedidos a todos os participantes. O Programa funciona em fluxo contínuo.

Em 2012, foram beneficiados 84 bolsistas.

Professor Visitante do Exterior (PVE)

Nesse programa são selecionados professores e pesquisadores atuantes no exterior, cuja formação e experiência profissional representem uma contribuição inovadora para a pós-graduação brasileira, para a realização de visitas de curta, média e longa duração a Instituições de Ensino Superior e Institutos e Centros de Pesquisas nacionais.

Em 2012 foram 105 bolsistas contemplados.

Bolsa Institucional

A bolsa institucional tem objetivos e mecanismos de concessão semelhantes à bolsa individual, no entanto, a DRI concede cotas de bolsa diretamente para as IES, que selecionam os candidatos. Atualmente, no âmbito deste mecanismo está incluindo o Programa Institucional de Bolsas de Doutorado Sanduíche no Exterior (PDSE). Cabe destacar que o programa de Doutorado Sanduíche balcão foi extinto no final de 2010 e o Programa de Doutorado no País com Estágio no Exterior (PDEE) foi reestruturado em 2011 dando origem ao PDSE.

Programa Institucional de Bolsa de Doutorado Sanduíche no Exterior

O Programa Institucional de Bolsas de Doutorado Sanduíche no Exterior – PDSE concede cotas de bolsas de estudos para os cursos de doutorado de todas as IES brasileiras. Cada curso tem duas cotas anuais e cada cota compreende 12 meses de bolsa. Portanto, todos os cursos têm 24 meses de bolsas por ano para contemplar seus alunos. Esse programa foi concebido para que o bolsista desenvolva parte de suas pesquisas em instituição de reconhecida excelência no exterior.

Esse programa é considerado institucional, pois cabe ao programa de pós-graduação a seleção e à Pró-Reitoria de Pós-Graduação, ou órgão equivalente, o acompanhamento das candidaturas, orientação e a divulgação dos resultados aos candidatos.

Esse programa foi instituído em 2011 nos moldes dos antigos programas de doutorado sanduíche que remontam à década de 80. Nesse período foi estabelecida a manutenção do intercâmbio dos cursos de pós-graduação no País com seus congêneres no exterior, em observância à necessidade de capacitação de pessoal de nível superior, conforme Decreto nº 29.741 de criação da CAPES.

Em 2012 tivemos 2.516 bolsistas ativos nesse programa, incluindo os remanescentes de 2011 e do antigo programa PDEE. Nas figuras 13 e 14 estão demonstradas as áreas do conhecimento dos bolsistas e os principais países de destino.

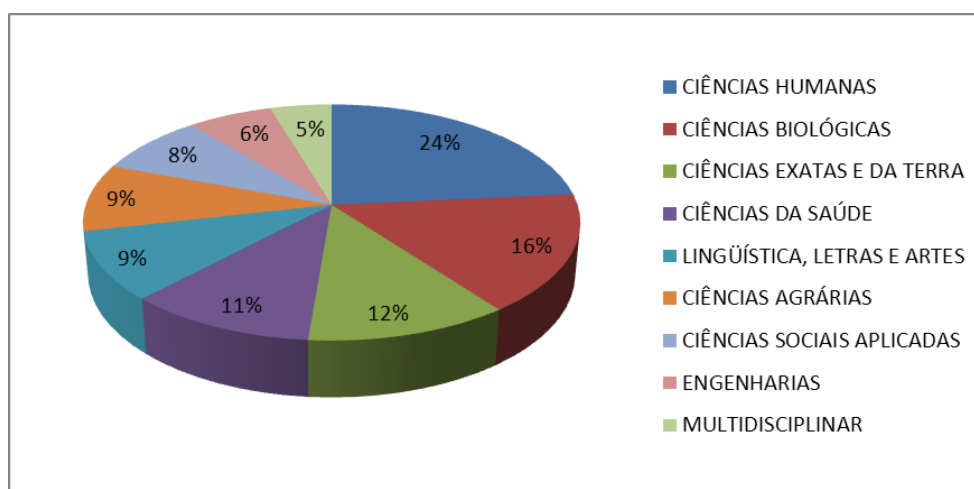


Figura 14. Representação da distribuição da área do conhecimento dos bolsistas PDSE/PDEE da DRI em 2012.

Fonte: Sisrel/Capes

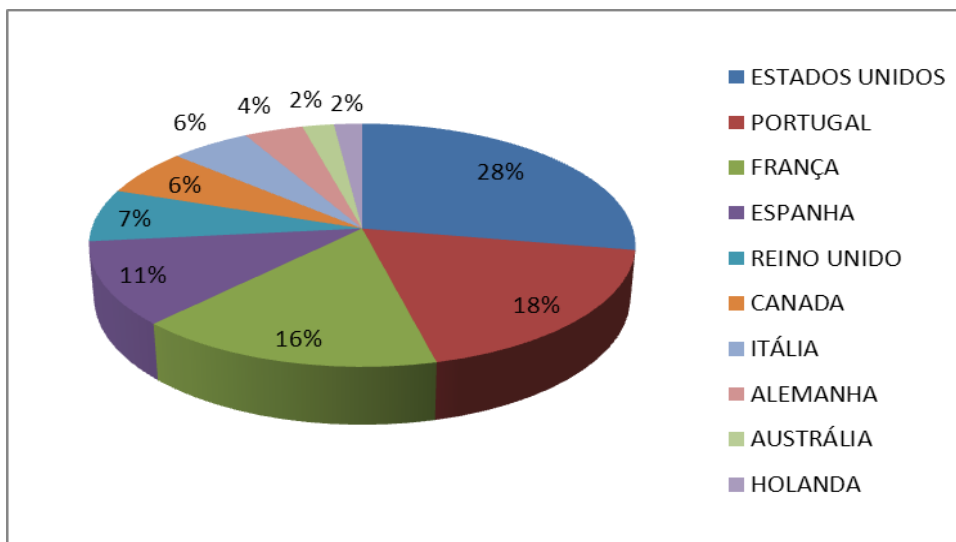


Figura 15. Representação da distribuição dos países de destino dos bolsistas PDSE/PDEE da DRI em 2012. Considerado somente os 10 primeiros destinos. Fonte: Sisrel/Capes

Programa de Apoio a Eventos no Exterior (PAEX)

Esse programa apoia a participação de doutores em eventos científicos no exterior para apresentação de trabalhos em congressos internacionais. O apoio consiste em um valor fixo de auxílio, que se destina a contribuir com as despesas, estadia e o traslado de ida e volta do Brasil ao país no qual será realizado o evento.

Esse programa foi instituído em observância à necessidade de proporcionar visibilidade acadêmica aos pesquisadores brasileiros, conforme Decreto nº 29.741 de criação da CAPES. Seu objetivo é apoiar a divulgação da produção científica, tecnológica e cultural geradas no País, em eventos qualificados no exterior, favorecendo o estabelecimento de contato dos professores e pesquisadores brasileiros com seus pares no exterior.

Em 2012 o PAEX apoiou a participação de 1.405 pesquisadores em eventos no exterior em mais de 70 países (figura 15).

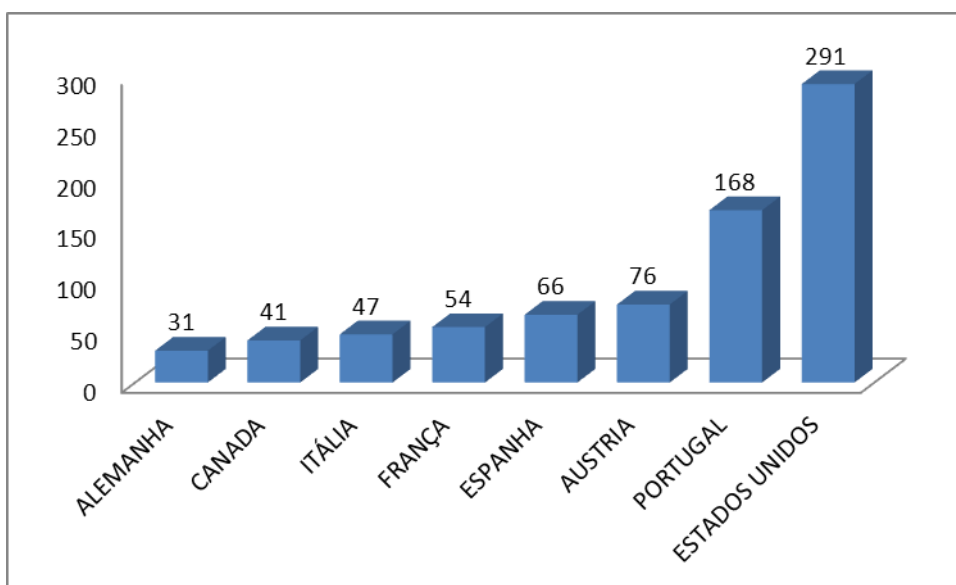


Figura 16. Representação da distribuição dos principais países de destino do PAEX em 2012. Fonte: Sisrel/Capes

Projetos Conjuntos de Pesquisa

Projetos Conjuntos de Pesquisa são ações que visam apoiar intercâmbio internacional de docentes, pesquisadores e discentes vinculados ao um grupo de pesquisa brasileiro e outro no exterior, com vistas a fomentar a internacionalização da pós-graduação no Brasil.

Programa Geral de Cooperação Internacional - PGCI

A finalidade desse programa é apoiar projetos conjuntos de pesquisa entre o Brasil e países com os quais o País possua acordo de governo, mas que a CAPES não possua acordo específico. Nesse programa é prevista a parceria entre Instituições de Ensino Superior do Brasil e de países que promovam a formação em nível de pós-graduação (doutorado sanduíche e pós-doutorado).

Em 2012 foram 28 projetos ativos, dos quais 7 foram aprovados no ano corrente com 83 bolsistas ativos.

PROBRAL - Alemanha

Apoiar projetos conjuntos de pesquisa e cooperação científica das Instituições de Ensino Superior do Brasil e da Alemanha que promovam a formação em nível de pós-graduação (doutorado sanduíche e pós-doutorado) e o aperfeiçoamento de docentes e pesquisadores. Os projetos financiados pelo PROBRAL devem estar vinculados a um Programa de Pós-Graduação recomendado pela CAPES. O PROBRAL é resultado da parceria entre a CAPES e o Serviço Alemão de Intercâmbio Acadêmico (DAAD) e atualmente está dividido em duas modalidades: PROBRAL I e PROBRAL II.

O PROBRAL I prevê a concessão de recursos para a realização de missões de trabalho e aquisição de material de consumo para os projetos, bem como o financiamento de bolsas de doutorado sanduíche e pós-doutorado na Alemanha.

No PROBRAL II, os grupos de pesquisa são incentivados a formar os doutorandos em conjunto, conduzindo-os ao duplo-doutorado.

Em 2012 tivemos 44 projetos ativos, tendo sido contemplados 60 bolsistas.

BRAGECRIM – Alemanha

Esse programa é resultado da cooperação entre a CAPES, a Deutsche Forschungsgemeinschaft – DFG, a Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP, e o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq. O objetivo é apoiar projetos conjuntos de pesquisa entre grupos brasileiros e alemães no âmbito da Iniciativa Brasil-Alemanha para Pesquisa Colaborativa em Tecnologia de Manufatura.

Essa cooperação prevê o financiamento de missões de trabalho e de estudos, com a mobilidade de estudantes de todos os níveis – graduação, mestrado, doutorado e pós-doutorado, o que o diferencia dos demais programas. Outro diferencial desse programa é que ele permite a concessão de recursos de capital, apoiando a aquisição de equipamentos de pequeno e médio porte.

Em 2012 tivemos 21 projetos ativos. No corrente ano, foram beneficiados 55 bolsistas no âmbito desse programa.

Novas Parcerias CAPES/DAAD/GIZ - NOPA

Essa é mais uma iniciativa no conjunto das ações de cooperação acadêmica orientada pela demanda entre o Brasil e a Alemanha numa parceria da CAPES com o Deutscher Akademischer Austausch Dienst (DAAD) e a Deutsche Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit (GIZ). Os objetivos do NOPA são apoiar o intercâmbio científico entre grupos de pesquisa, orientados pela demanda dos setores públicos e privados nas áreas do desenvolvimento sustentável, incentivar a

inovação tecnológica no setor produtivo público e privado e formar recursos humanos de alto nível nas áreas focais da cooperação.

Em 2012 tivemos 8 projetos ativos e 24 bolsistas foram beneficiados, dos quais 18 de graduação sanduíche, 4 doutorado sanduíche e 2 de pós-doutorado.

MYNCYT - Argentina

Esse programa é conduzido pela Capes e pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação Produtiva (MINCYT) da Argentina. O objetivo é estimular, por meio de projetos conjuntos de pesquisa, o intercâmbio de docentes e pesquisadores brasileiros e argentinos, vinculados a Programas de Pós-Graduação de Instituições de Ensino Superior (IES), visando à formação de recursos humanos de alto nível no Brasil e na Argentina, nas diversas áreas do conhecimento.

Foram financiados 46 projetos em 2012 com 7 bolsistas ativos, dos quais 5 eram de doutorado sanduíche e 2 de pós-doutorado.

Programa Binacional de Terapia Celular – PROBITEC - Argentina

O objetivo desse programa é promover o desenvolvimento de pesquisas e a formação de pessoal altamente qualificado no campo da terapia celular, por meio da formação de cooperações científicas binacionais entre Brasil e Argentina. A seleção brasileira é unificada e executada pela Capes, pelo CNPq e pelo DECIT/SCTIE/Ministério da Saúde. Em 2012 tivemos 10 projetos ativos.

Wallonie Bruxelles International (WBI) - Bélgica

Esse programa tem duas vertentes de atuação: projetos conjuntos de pesquisa e parceria universitária. Entretanto, apenas a primeira foi implantada. A modalidade de projetos conjuntos de pesquisa consiste no estímulo ao fluxo de docentes e discentes, visando o desenvolvimento de núcleos de pesquisa transnacionais entre Brasil e Bélgica. Nesse caso, o apoio da Capes é destinado a missões de trabalho para docentes e missões de estudos de doutorado-sanduíche e pós-doutorado. São admitidos projetos nas áreas de Ciências Biológicas e de Saúde; Agroindústria; e Engenharias (especialidades: mecânica, transporte, logística aeronáutica e espacial).

Em 2012 foram 12 projetos ativos e 13 bolsistas foram contemplados nesse programa, dos quais 9 de doutorado sanduíche e 4 de pós-doutorado.

DFAIT - Canadá

O objetivo desse programa é fomentar projetos conjuntos de pesquisa em todas as áreas do conhecimento para fortalecer a colaboração entre pesquisadores brasileiros e canadenses, além de estimular a mobilidade acadêmica em nível de doutorado-sanduíche. O programa é resultado da parceria entre a Capes e o Ministério das Relações Exteriores e de Comércio Internacional do Canadá (DFAIT), sendo a implementação realizada em parceria com o Canadian Bureau for International Education (CBIE). Em 2012 tivemos 11 projetos de pesquisa ativos com 49 bolsistas ativos, sendo 28 brasileiros no exterior e 21 estrangeiros no País.

Universidade do Texas (UT) - EUA

O objetivo desse programa é promover a formação em nível de pós-graduação (doutorado sanduíche e pós-doutorado) e o aperfeiçoamento de docentes e pesquisadores, privilegiando o desenvolvimento de pesquisas nas áreas de Ciências Sociais, Ciências da Terra, Ciências Ambientais, Tecnologia (Engenharia) e Ciências da Saúde. O último edital do programa foi lançado em 2007, com projetos vigentes até 2011. Não há a perspectiva de lançamento de novos editais. Em 2011 foram financiados 9 projetos com 10 bolsistas ativos nesse programa. Em 2012 tivemos 1 bolsista ativo nesse programa.

CAPES/Fundação Agrópolis - França

Esse programa prevê o apoio a projetos conjuntos de pesquisa focados em questões relacionadas a temáticas agrícolas e de desenvolvimento sustentável, os quais poderão ainda contar com o envolvimento de grupos de pesquisa de países africanos. Ainda é prevista a organização ou participação em seminários, workshops e outras atividades binacionais. Os projetos deverão abranger os seguintes temas: genética e genômica, melhoramento de plantas, ecofisiologia; doenças e pragas, proteção das culturas integradas, ecologia populacional; inovação agro-ambiental, agro-ecossistemas, gestão de recursos; inovações agro-alimentares, cultivo de produtos alimentares e não-alimentares; processos de inovação e gestão social das inovações; e similares.

Os primeiros projetos a serem apoiados foram selecionados em 2011. Em 2012 tivemos 5 projetos ativos com 4 bolsistas nesse programa dos quais três foram de doutorado sanduíche e um de pós-doutorado.

CAPES/COFECUB - França

O objetivo desse programa é incentivar o intercâmbio científico e estimular a formação e o aperfeiçoamento de pós-graduandos e docentes, vinculados a Programas de Pós-Graduação de Instituições de Ensino Superior e de Pesquisa, por meio de projetos conjuntos de pesquisa, visando à formação de recursos humanos de alto nível.

Em 2012 tivemos 124 projetos ativos com 221 bolsistas dos quais 154 eram de doutorado sanduíche e 67 de Pós-Doutorado.

Programa regional MATH-AmSud - França

Esse programa é uma iniciativa para gerar e fortalecer as capacidades regionais da América do Sul e a cooperação com a França mediante a implantação de redes de pesquisa-desenvolvimento em matemática, através da apresentação de projetos comuns. Os objetivos são: desenvolver a colaboração em matemática por meio de intercâmbios de pesquisadores e de informação entre os países da América do Sul envolvidos, e entre esses últimos e a França; apoiar os projetos de pesquisa fundamental e aplicada com um componente regional entre a França e pelo menos dois países sul-americanos associados ao projeto; favorecer, na América do Sul, a sinergia com outros programas regionais e multilaterais deste setor, em particular com a União Europeia

Em 2012 tivemos 7 projetos ativos com 1 bolsista ativo.

STIC Amsud - França

Esse programa surgiu da iniciativa da cooperação francesa e brasileira com o intuito de incentivar e reforçar a colaboração e a formação de redes de pesquisa e desenvolvimento no domínio das Ciências e Tecnologias da Informação e da Comunicação (STIC). Os objetivos são desenvolver instrumentos que facilitem o intercâmbio de estudantes, professores, pesquisadores e o compartilhamento de resultados de pesquisa; selecionar e financiar projetos conjuntos de pesquisa, tendo em sua dimensão o potencial de inovação e de transferência tecnológica, envolvendo a França e pelo menos dois países sul-americanos parceiros; favorecer as sinergias com outros programas regionais e multilaterais na área.

Em 2012 tivemos 13 projetos ativos com 5 bolsistas, dos quais três de pós-doutorado e dois de doutorado sanduíche.

CAPES/FCT - Portugal

Esse programa é resultado da parceria entre a CAPES e a Fundação para a Ciência e a Tecnologia portuguesa (FCT) e tem por objetivo a formação de recursos humanos de alto nível nos dois países, por meio do financiamento de projetos conjuntos de pesquisa que promovam a formação em nível de pós-graduação (doutorado sanduíche e pós-doutorado) e o aperfeiçoamento de docentes e pesquisadores em todas as áreas do conhecimento.

Em 2012 tivemos 58 projetos ativos com 111 bolsistas nesse programa sendo 72 de doutorado sanduíche e 39 de pós-doutorado.

CAPES/ IGC - Portugal

Programa entre a Capes e o Instituto Gulbenkian de Ciências (IGC) com o objetivo de apoiar projetos conjuntos de pesquisa e cooperação científica das Instituições de Ensino Superior do Brasil e o IGC que promovam a formação em nível de pós-graduação (doutorado sanduíche e pós-doutorado) e o aperfeiçoamento de docentes e pesquisadores nas áreas de Ciências Biológicas e da Saúde, Engenharias, nas especialidades: mecânica, aeronáutica espacial, transporte e logística.

Em 2012 foram 4 projetos financiados com 2 bolsistas de doutorado sanduíche beneficiados.

CAPES/NUFFIC - Holanda

É um programa entre a Capes e o NUFFIC que atua por meio da seleção de projetos conjuntos de pesquisa e intercâmbio de recursos humanos em todas as áreas do conhecimento, com especial foco nas áreas de Ciências Biológicas, Engenharias, Ciências Médicas (Ciências da Saúde), Ciências Agrícolas, Ciências Sociais Aplicadas, Ciências Humanas e Artes, visando o intercâmbio científico entre IES brasileiras e da Holanda.

Em 2012 foram 40 projetos ativos contemplando 27 bolsistas.

CAPES/Wageningen - Holanda

O programa CAPES-Wageningen, fundamentado no acordo firmado entre a CAPES, a Universidade Wageningen e o Centro de Pesquisa dos Países Baixos, se caracteriza pelo apoio à formação de recursos humanos de alto nível, com foco na área de Ciências Agrícolas, Botânica, Zoologia, Ciências de Alimentos, Ciências Ambientais, Biotecnologia e Ciências Econômicas e Sociais, por meio da seleção de projetos conjuntos de pesquisa. O último edital do programa foi lançado em 2008.

Em 2012 tivemos 4 projetos ativos com 13 bolsistas beneficiados.

CAPES/UDELAR – Projetos e docentes - Uruguai

O programa CAPES-UDELAR advém do Convênio de Cooperação entre a Capes e a Universidad de La Republica e apresenta duas vertentes: UDELAR-DOCENTES, que tem por instrumento a concessão de bolsas de estudos aos docentes da Udelar não vinculados a outros programas de fomento nas modalidades de mestrado pleno, mestrado sanduíche, doutorado pleno e doutorado sanduíche e, UDELAR-PROJETOS, que visa apoiar a formação de recursos humanos de alto nível, por meio do desenvolvimento de projetos conjuntos de cooperação científica, nas diversas áreas do conhecimento, entre Instituições de Ensino Superior brasileiras e uruguaias.

Em 2012 tivemos 19 projetos aprovados no UDELAR Docente e 34 no UDELAR Projetos. Nesse período tivemos 17 bolsistas brasileiros no exterior e 17 bolsistas estrangeiros ativos nesse programa.

DGU - Espanha

É uma parceria entre a CAPES e a Dirección General de Universidades Españolas (DGU). O objetivo desse programa é a formação de recursos humanos de alto nível nos dois países, por meio do financiamento de projetos conjuntos de pesquisa prioritariamente nas áreas de ciências econômicas, educação, matemática, ciências biológicas, meio ambiente, ciências do mar, tecnologia, tecnologia de alimentos, química, psicologia, agricultura e o controle de pragas e ciências do esporte.

Em 2012 tivemos 48 projetos ativos com 94 bolsistas beneficiados.

Programa Colciências - Colômbia

Esse programa foi originado do Acordo de Cooperação Científica e Tecnológica promulgado pelo Decreto 92.502 em 26 de março de 1986, e no Memorando de Entendimento para a Cooperação Científica, Tecnológica, Acadêmica e de Inovação entre a CAPES e o COLCIÊNCIAS, em 26 de outubro de 2011. O objetivo é estimular, por meio de projetos conjuntos de pesquisa, o intercâmbio de docentes e pesquisadores brasileiros e colombianos, vinculados a Programas de Pós-Graduação de Instituições de Ensino Superior (IES), e promover a formação de recursos humanos de alto nível no Brasil e na Colômbia, nas diversas áreas do conhecimento.

O primeiro edital foi lançado em 2012 para início das atividades em 2013.

MULTILATERAIS

No âmbito dos acordos multilaterais, em 2011, importantes mecanismos de cooperação foram expandidos para o MERCOSUL. Foram criadas oportunidades de apoio a projetos conjuntos de pesquisa (Programa de Projetos Conjuntos de Pesquisa), parcerias universitárias (Programa de Associação para Fortalecimento da Pós-Graduação), formação discente por meio de bolsas individuais (MARCA), além do programa de ensino da língua portuguesa e espanhola (Parceria Graduação MERCOSUL).

MERCOSUL – Programa de Projetos Conjuntos de Pesquisa – PPCP

Esse programa tem como objetivo estimular o intercâmbio de docentes e pesquisadores dos Estados membros e associados do MERCOSUL, vinculados a Programas de Pós-Graduação de Instituições de Ensino Superior (IES), visando à formação de recursos humanos de alto nível, nas diversas áreas do conhecimento.

Em 2012 tivemos 29 projetos ativos.

Programa Capes/SIU – Noruega

O programa objetiva apoiar o desenvolvimento de projetos conjuntos de pesquisa e fomentar a mobilidade de pesquisadores e de estudantes de doutorado e pós-doutorado, em todas as áreas do conhecimento. A iniciativa será por meio da modalidade de projetos conjuntos de pesquisa. Essa modalidade consiste no estímulo ao fluxo de docentes e discentes, visando ao desenvolvimento de núcleos de pesquisa transnacionais entre Brasil e Noruega. A Capes apoia missões de trabalho para docentes, missões de estudos de doutorado-sanduíche e pós-doutorado, além de recursos de custeio à equipe brasileira.

O primeiro edital foi lançado em 2012 para início das atividades no ano seguinte.

Parcerias Universitárias

MERCOSUL- Programa de Parcerias Universitárias em Licenciatura de Português e Espanhol – CRC-ES

O programa consiste de projetos de parcerias institucionais universitárias nas especialidades de Letras, Português e Espanhol, exclusivamente em nível de graduação, para fomentar o intercâmbio em ambos os países e estimular a aproximação das estruturas curriculares, inclusive à equivalência e o reconhecimento mútuo de créditos obtidos nas instituições participantes.

Em 2012 tivemos 5 projetos ativos.

MERCOSUL – Programa de Associação para o Fortalecimento da Pós-Graduação- PFPG-ES

Esse programa consiste na associação acadêmica, por meio de parceria universitária, entre uma instituição de ensino superior de cada país membro ou associado do Mercosul participante do programa para o fortalecimento de cursos de pós-graduação na região.

A parceria universitária deverá ser realizada entre curso de pós-graduação *stricto sensu* de excelência, que atuará como entidade promotora (de maior desenvolvimento relativo), e curso associado, que atuará como entidade receptora (de menor desenvolvimento relativo).

Em 2012 foram financiados 14 projetos .

FIPSE - EUA

O Programa de Consórcios em Educação Superior Brasil - Estados Unidos é resultado do acordo entre a CAPES e o Fund for the Improvement of Post Secondary Education (Fipse) do Departamento de Educação dos Estados Unidos. Seu objetivo é apoiar a inserção dos cursos de graduação das Instituições de Ensino Superior (IES) brasileiras no cenário internacional, mediante a modernização curricular, o reconhecimento mútuo de créditos e o intercâmbio docente/discente.

Não foi lançado novo edital do programa em 2011 devido a restrições orçamentárias no governo americano.

Em 2012 tivemos 38 projetos ativos com 281 bolsistas ativos, todos de graduação sanduíche.

UNIBRAL - Alemanha

Esse programa é executado pela Capes em cooperação com o Serviço Alemão de Intercâmbio Acadêmico – DAAD. O objetivo é apoiar projetos de parceria entre universidades brasileiras e alemãs para promover o intercâmbio entre docentes e estudantes de graduação. O UNIBRAL está, atualmente, dividido em duas modalidades: UNIBRAL I e UNIBRAL II.

UNIBRAL I – Pretende o intercâmbio de estudantes de graduação brasileiros e alemães para estimular a aproximação das estruturas curriculares nas áreas dos projetos, incentivando a equivalência e o reconhecimento mútuo de créditos.

UNIBRAL II – Nessa modalidade, o intercâmbio dos estudantes deve garantir o duplo diploma de graduação, de maneira que, ao final do curso, o aluno seja titulado tanto pela universidade brasileira quanto pela alemã.

Em 2012 foram financiados 18 projetos contemplando 150 bolsistas de graduação sanduíche.

CAPG-BA - Argentina

O programa Centros Associados da Pós-Graduação Brasil-Argentina (CAPG-BA) é resultado da parceria da Capes e da Secretaria de Políticas Universitárias (SPU) do Ministério da Educação daquele país. O programa visa estimular e fortalecer a associação acadêmica entre os programas de pós-graduação da Argentina e do Brasil.

Para atingir seus objetivos, além da mobilidade de estudantes e professores/pesquisadores, o programa estimula a co-orientação de teses e co-diplomação dos alunos, promovidas pela participação ativa dos docentes envolvidos nos projetos.

Foram financiados 21 projetos em 2012 e 51 bolsistas foram contemplados dos quais 25 são de doutorado sanduíche, 22 de mestrado sanduíche, 3 de estágio pós e 1 de estágio sênior.

CAFP-BA - Argentina

O programa Centros Associados para o Fortalecimento da Pós-Graduação Brasil-Argentina (CAFP-BA) é mais um resultado da colaboração entre a Capes e a SPU, que visa à associação acadêmica, por meio de parceria universitária, entre pelo menos uma IES brasileira e uma argentina.

O objetivo fundamental é o fortalecimento de cursos de pós- graduação nos dois países. Além disso, apresenta como caráter diferencial a promoção de relações assimétricas, nas quais, pelo menos um curso de pós-graduação *stricto sensu* de excelência, atua como entidade promotora, que irá cooperar para o desenvolvimento de um curso associado menos estabelecido.

Em 2012 tivemos 26 projetos ativos 40 bolsistas beneficiados. Desses, 9 são de doutorado sanduíche, 5 de pós-doutorado e 26 de mestrado sanduíche.

BRANETEC - Holanda

O programa BRANETEC, fruto da parceria da CAPES e a Organização Holandesa para a Cooperação Internacional em Educação Superior (NUFFIC) do Ministério da Educação, Ciência e Cultura (OCW), dos Países Baixos, visa apoiar projetos de parcerias universitárias, exclusivamente em nível de graduação, para fomentar o intercâmbio acadêmico e estimular a aproximação das estruturas curriculares, inclusive com a equivalência e o reconhecimento mútuo de créditos obtidos nas instituições participantes nas especialidades de tecnologia.

O primeiro edital do programa foi lançado em 2010 para início das atividades em 2011. Em 2012 foram 9 projetos contemplados com 29 bolsistas ativos.

BRAFAGRI - França

O programa firmado entre a CAPES e a Direção Geral de Ensino e Pesquisa (DGER), do Ministério da Agricultura e Pesca (MAP), com o apoio do Ministério das Relações Exteriores (MAE) da França, tem como objetivo incentivar parcerias universitárias entre os dois países para promoção do intercâmbio de estudantes de Graduação, para a modalidade de bolsa de graduação sanduíche, nas áreas de ciências agrônômicas, agro-alimentares e veterinária. Os benefícios do programa compreendem bolsas de estudos e apoio financeiro para operar o projeto.

Em 2012 foram 12 projetos ativos com 155 bolsistas ativos.

BRAFITEC - França

O programa firmado entre a CAPES e a Conférence des Directeurs d'Écoles et Formations d'Ingénieurs (CDEFI), o qual engloba as Grandes Escolas de Engenharia da França, tem como objetivo formar parcerias concentradas nas engenharias, por meio de redes e da aproximação da estrutura, dos conteúdos curriculares e das metodologias de ensino nos dois países.

Foram financiados 74 projetos em 2012, com 1295 bolsistas ativos.

Projetos Especiais

Dentro dessa categoria de ações, estão incluídos os programas que não se enquadram nas modalidades anteriormente descritas, mas majoritariamente são programas de Cooperação para o Desenvolvimento. Entretanto, devido à importância do tema, propõe-se a descrição em item separadamente destes programas.

Cooperação para o Desenvolvimento

Em consonância com a política externa brasileira, a CAPES atua de modo crescente, na disponibilização de recursos para atividades, projetos e programas em vários países do mundo e organizações internacionais, ampliando a chamada Cooperação Brasileira para o Desenvolvimento Internacional (COBRADI). A Fundação apoia programas bilaterais com países como Cuba, Haiti, Timor Leste e também iniciativas com bloco de países, como no caso do PEC-PG de países da África, Ásia e Oceania, através de projetos conjuntos de pesquisa, parcerias universitárias, projetos especiais e bolsas individuais. Os programas serão detalhados nas seções seguintes.

Programa de Qualificação de Docente e Ensino de Língua Portuguesa no Timor-Leste – PQLP

Os objetivos desse Programa são auxiliar e ampliar a formação de docentes para o Ensino Básico no Timor-Leste e apoiar a formulação e implementação de novas diretrizes curriculares para a formação de professores, com ênfase no Ensino Básico. O PQLP é executado pela Capes em

conjunto com a Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, a qual é responsável pela Coordenação Acadêmica do Programa.

O número de bolsistas anuais desse programa é regulamentado pelos decretos 5.274, de 18 de novembro de 2004 e o decreto Nº 7.448, de março de 2011 o qual dá nova redação aos artigos 1º e 4º do anterior. São concedidas até 6 bolsas para articulador pedagógico e 44 bolsas para estágio docente. Em 2012 foram 43 bolsistas ativos nesse programa.

Programa de Incentivo à Formação Científica para Estudantes Africanos - PROFOR

Esse programa objetiva contribuir para a formação de recursos humanos por meio de atividades de pesquisa, desenvolvimento tecnológico e inovação em Moçambique, Angola e Cabo Verde. São selecionados estudantes desses países para o desenvolvimento de atividades de iniciação científica em laboratórios de pesquisa de Universidades Federais brasileiras. Os estudantes são selecionados pelos respectivos governos de acordo com o número de vagas disponíveis em cada Instituição de Ensino Superior brasileira.

São disponibilizadas, por ano, 50 vagas para Moçambique, 50 para Angola e 40 para Cabo Verde.

Em 2012 foram financiados 12 projetos com 140 bolsistas ativos no total.

Programa Estudantes-Convênio de Pós-Graduação (PEC-PG)

O Programa PEC-PG foi criado em 1981 por meio de parceria entre a Capes, o CNPq e o MRE. O PEC-PG visa conceder bolsas de mestrado e doutorado com o objetivo de promover o aumento da qualificação de professores universitários, pesquisadores, profissionais e graduados do ensino superior provenientes de países em desenvolvimento com os quais o Brasil mantém Acordo de Cooperação Cultural e/ou Educacional. As bolsas são concedidas nas áreas de conhecimento dos programas de pós-graduação vigentes e integrantes do Programa.

Países africanos participantes: África do Sul, Angola, Argélia, Benin, Cabo Verde, Camarões, Costa do Marfim, Egito, Gabão, Gana, Guiné Bissau, Mali, Marrocos, Moçambique, Namíbia, Nigéria, Quênia, República Democrática do Congo, República do Congo, São Tomé e Príncipe, Senegal, Tanzânia, Togo, Tunísia.

Países participantes (América Latina, Oceania e Ásia): Antígua – Barbuda, Argentina, Bolívia, Barbados, Chile, Colômbia, Costa Rica, Cuba, China, El Salvador, Equador, Guatemala, Guiana, Haiti, Honduras, Índia, Jamaica, Líbano, México, Nicarágua, Panamá, Paraguai, Peru, República Dominicana, Paquistão, Suriname, Trinidad e Tobago, Uruguai, Venezuela, Síria, Tailândia, Timor Leste.

Em 2012, foram 403 bolsistas contemplados.

Programa Pró-Mobilidade Internacional

O Programa Internacional de Apoio à Pesquisa e ao Ensino por meio da Mobilidade Docente e Discente Internacional (Pró-Mobilidade Internacional) destina-se à estruturação, fortalecimento e internacionalização dos Programas de Graduação, Pesquisa e Pós-Graduação das universidades integrantes da Associação das Universidades de Língua Portuguesa (AULP).

Esse programa consiste na seleção de até 40 projetos conjuntos de pesquisa, nas diversas áreas do conhecimento objetivando incentivar a mobilidade docente e discente internacional entre os países e as instituições participantes da AULP, que são: Angola; Cabo Verde; Guiné Bissau; Moçambique; São Tomé e Príncipe e Timor Leste. Serão selecionados até 400 bolsistas por ano nas modalidades graduação sanduíche, mestrado sanduíche, doutorado sanduíche, estágio pós-doutoral e professor visitante. O primeiro edital foi lançado em julho de 2012, portanto ainda não há projetos nem bolsistas ativos.

Programa da Linguagem das Letras e dos Números (Projeto José Aparecido de Oliveira – Português - e Projeto Amílcar Cabral - Matemática)

O objetivo desse programa é o treinamento intensivo, no Brasil, de professores de matemática e português, vinculados ao ensino básico e em exercício em seus países. Inicialmente instituído como assistência técnica a Cabo Verde, o programa foi ampliado para atender professores de outros países de língua portuguesa, tais como: Angola, Guiné Bissau, Moçambique e São Tomé e Príncipe. Em 2012 tivemos 60 bolsistas no Programa Amílcar Cabral e 50 no Programa José Aparecido.

Programa de Apoio à Expansão da Educação Superior a Distância na República de Moçambique – UAB - Moçambique

Esse programa objetiva auxiliar a formação de professores moçambicanos em exercício na Educação Básica e na capacitação de técnicos administrativos do serviço público de Moçambique. A atuação é por meio da realização de cursos superiores a distância, articulados em polos de apoio presencial instalados em Moçambique, os quais ofertam os cursos sob responsabilidade das universidades locais em parceria com Instituições de Ensino Superior Brasileiras.

Atualmente é o maior programa da Capes direcionado para a África e conta com o apoio dos seguintes parceiros: Agência Brasileira de Cooperação (ABC/MRE), Ministério da Educação (MEC), Universidade Federal de Goiás (UFG), Universidade Federal Fluminense (UFF), Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), Ministério da Educação de Moçambique (MINED), Universidade Pedagógica (UP) e Universidade Eduardo Mondlane (UEM).

A previsão inicial é a formação de 7.290 moçambicanos e, em 2012, 141 estudantes tiveram bolsas ativas.

MES-CUBA

A Capes desenvolve, junto a Dirección de Relaciones Internacionales del Ministerio de Educación Superior de Cuba (DRI/MES) o programa CAPES-MES CUBA que tem duas vertentes: MES-DOCENTES, cuja finalidade é conceder bolsas de estudos no Brasil para docentes cubanos nas modalidades de doutorado-sanduíche e de pós-doutorado e, MES-PROJETOS, que visa a apoiar a formação de recursos humanos de alto nível, por meio do desenvolvimento de projetos conjuntos de pesquisa que envolvam Instituições de Ensino Superior do Brasil e de Cuba, nas diversas áreas do conhecimento.

Em 2012 foram financiados 58 projetos e 51 bolsistas na modalidade Projetos. Na modalidade Docentes foram contemplados, nesse mesmo ano, 16 bolsistas brasileiros em Cuba e 20 bolsistas cubanos no Brasil.

PRO-HAITI

O Programa Emergencial em Educação Superior Pró-Haiti tem como objetivo contribuir para a reconstrução desse país, apoiando a formação de recursos humanos em nível de graduação-sanduíche. Esse programa é coordenado pela Capes, em conjunto com a Secretaria de Educação Superior (SESu) do Ministério da Educação (MEC) e o Ministério das Relações Exteriores (MRE).

São concedidas bolsas a estudantes das instituições de ensino superior de Porto Príncipe para a realização das atividades nas instituições de ensino superior brasileiras (IES), em áreas e cursos definidos em relatório diagnóstico realizado em 2010.

Em 2012 foram contemplados 88 bolsistas.

Ações para a educação básica

Programa de Licenciaturas Internacionais - PLI

O objetivo desse programa é elevar a qualidade da graduação, tendo como prioridade a melhoria do ensino dos cursos de licenciatura e a formação de professores, por meio da ampliação e dinamização às ações voltadas à formação inicial e implementação de novas diretrizes curriculares para a formação de professores, com ênfase no ensino fundamental e no ensino médio.

O público alvo desse programa são estudantes em nível de graduação cursando licenciaturas no Brasil nas áreas de química, física, matemática, biologia, português, artes e educação física. O acordo prevê a participação de até 2010 estudantes por ano, com o apoio dos seguintes parceiros em Portugal: Conselho de Reitores de Universidades Portuguesas (CRUP) formado por representantes da Universidade Nova de Lisboa, Universidade da Beira Interior, Universidade do Algarve, Universidade de Aveiro, Universidade de Coimbra, Universidade de Évora, Universidade de Lisboa, Universidade do Minho, Universidade do Porto, Universidade Técnica de Lisboa e Universidade Trás-os-Montes.

Em 2012 foram financiados 102 projetos com 872 bolsistas beneficiados.

Programa ensino de inglês como uma língua estrangeira – IOE

É uma parceria entre a Capes e o Instituto de Educação da Universidade de Londres (IOE) para promover a capacitação de docentes de Língua Inglesa vinculados à rede pública de Educação Básica.

O Objetivo é oferecer aos professores da Educação Básica a oportunidade de aperfeiçoamento profissional por meio de ações de cooperação internacional, uma estratégia já adotada, com êxito, na qualificação de docentes e pesquisadores que atuam na pós-graduação stricto sensu.

Em 2012 tivemos 55 bolsistas beneficiados nesse programa

Programa de Assistente de Ensino de Língua Inglesa para Projetos Institucionais - ETA

Esse programa seleciona instituições interessadas em receber um Assistente de Ensino de Língua Inglesa (que será um bolsista Fulbright norte-americano). O projeto terá duração de até quatro anos consecutivos, e contempla a inserção de um falante nativo, na condição de assistente de ensino, em cursos de cursos de bacharelado e licenciatura em Letras, Língua Inglesa.

Em 2012 foram contemplados 31 bolsistas.

Programa para Professor Assistente de Língua portuguesa nos EUA (FLTA)

Esse programa é uma parceria com a Fulbright e objetiva incrementar o ensino de português em universidades norte-americanas e estreitar as relações bilaterais entre os dois países. O interessado deve possuir bacharelado ou licenciatura em língua portuguesa e ou língua inglesa. Em 2012 foram contemplados 30 bolsistas.

Ciência Sem Fronteiras

O programa Ciência sem Fronteiras tem como principal objetivo a formação de recursos humanos altamente qualificados nas melhores universidade e instituições de pesquisa estrangeiras. O CsF tem, igualmente, como objetivo contribuir para o processo de internacionalização das instituições de ensino superior e dos centros de pesquisa brasileiros, propiciando maior visibilidade da pesquisa acadêmica e científica feita no País.

A atuação do CsF será em duas vertentes: uma é o aumento da presença de estudantes da graduação ao pós-doutorado em instituições de excelência no exterior em áreas do conhecimento consideradas prioritárias; outra é o estímulo da vinda de jovens talentos e pesquisadores estrangeiros renomados para o Brasil, com atuação em áreas de interesse do País.

O programa tem como principal meta a capacitação de 75.000 bolsistas brasileiros, financiados pelo governo, e 26.000 bolsistas financiados pela iniciativa privada, totalizando 101.000 bolsistas contemplados até o final de 2014. Esse programa será executado pela Capes e pelo CNPq. Na tabela 14 constam as metas detalhadas de execução da Capes (sem considerar a meta do CNPq). Em 2012 a Capes teve 3.308 bolsistas ativos nas chamadas específicas do CsF.

Tabela 14. Metas detalhadas do programa Ciência sem Fronteiras para a Capes

Ciência sem Fronteiras - Cronograma de implantação das bolsas na CAPES								
Ano	Doutorado Sanduíche	Doutorado Pleno	Pós-Doutorado	Graduação Sanduíche	Estágio Sênior	Jovem Cientista Grande Talento	Pesquisador Visitante Especial	TOTAL
2011	2.000	250	400	500	100	100	50	3.400
2012	3.500	2.000	1.000	3.000	500	120	80	10.200
2013	4.100	2.400	1.200	3.700	600	120	80	12.200
2014	4.300	3.200	1.300	4.400	800	120	80	14.200
Total	13.900	7.850	3.900	11.600	2.000	460	290	40.000

Em 2012, a Capes operou uma chamada específica para a Pós-Graduação e dezoito chamadas específicas para graduação sanduíche, dentro do programa Ciência Sem Fronteiras, a saber:

- 1) Chamada 001/2011 para Estados Unidos;
- 2) Chamada 117/2012 para os Estados Unidos;
- 3) Chamada 102/2012 para os Estados Unidos
- 4) Chamada 106/2012 para o Reino Unido;
- 5) Chamada 103/2012 para a Alemanha;
- 6) Chamada 118/2012 para a Alemanha;
- 7) Chamada 104/2011 para a França;
- 8) Chamada 105/2011 para a Itália;
- 9) Chamada 107/2011 para o Canadá.
- 10) Chamada 127/2012 para Portugal;
- 11) Chamada 128/2012 para França – Campus France
- 12) Chamada 129/2012 para Hungria
- 13) Chamada 130/2012 para Itália – Universidade de Bolonha
- 14) Chamada 131/2012 para Estados Unidos - NOVA
- 15) Chamada 133/2012 para a Suécia
- 16) Chamada 134/2012 para a Noruega
- 17) Chamada 135/2012 para o Japão
- 18) Chamada 132/2012 para Estados Unidos – HBCU

Atração de Cientistas para o Brasil

O Programa Ciência sem Fronteiras incentiva a atração de cientistas renomados e líderes de grupos de pesquisa no exterior para o Brasil por meio da oferta da bolsa **Pesquisador Visitante Especial** e auxílio a pesquisa. Em 2012 tivemos 127 projetos com 27 bolsistas ativos

Outra vertente de atração de cientistas, principalmente brasileiros, para o Brasil é por meio do Programa Bolsa Jovens Talentos. Em 2012 tivemos 55 projetos e 28 bolsistas ativos nesse programa

Considerações finais do período 2011 e 2012

O ano de 2012 foi extremamente importante para a DRI e trouxe uma série de mudanças. A maior delas foi o lançamento do Programa Ciência sem Fronteiras em julho de 2011. Esse programa imprimiu uma mudança no volume e na forma de trabalho da DRI e representa o maior desafio dessa diretoria atualmente.

Analisando os principais países de destino dos bolsistas, percebe-se que, face aos diversos acordos novos e/ou renovados com a França, em 2008 esse país passa a ser o principal receptor de bolsistas em 2011, seguido por EUA, Portugal, Espanha e Alemanha. Esta inversão entre EUA e França se deveu ao aumento considerável do interesse recíproco em temas de pesquisas de grupos de pesquisadores franceses que demonstram grande interesse em interagir com grupos brasileiros, do que resultou a proposição de novos programas de cooperação nos últimos anos. O mesmo grau de interesse na cooperação com o Brasil vem sendo demonstrado por vários países: Alemanha, Espanha, Portugal, Suécia, Holanda, Canadá e outros. Conforme mencionado acima, uma das características desses programas de cooperação é a isenção de taxas acadêmicas para estudantes brasileiros, o que contribuiu para que a cooperação internacional entre os dois países se intensificasse.

No ano de 2012, já com a vigência do programa Ciência sem Fronteiras, houve uma inversão na ordem dos 10 principais países de destino (figura 32), a saber: Estados Unidos, França, Portugal, Alemanha, Reino Unido, Espanha, Itália, Canadá, Argentina e Holanda.

O destaque da concessão de bolsas do ano de 2012 foi a volta dos Estados Unidos para a primeira posição e a do Reino Unido para a 5ª posição. Esse movimento pode ser explicado pela assinatura de acordos dentro do Ciência sem Fronteiras. O Reino Unido ocupou durante anos posição destacada como destino de opção dos nossos estudantes, mas não estava mais sendo tão procurado até 2010. Esse movimento foi em decorrência, principalmente, das altas taxas cobradas pelas universidades desse país. Ademais, as alterações das políticas do British Council com respeito à sua atuação internacional estavam impedindo a assinatura de novos acordos de cooperação acadêmica, reduzindo o número de bolsistas para esse país, fazendo com que a Grã-Bretanha passasse da quarta para a sexta posição entre os países de destino.

Considerações sobre o atingimento das metas físicas e financeiras

Meta Física – Ação 0935			Meta Financeira – Ação 0935		
Prevista	Realizada*	%	Prevista R\$	Realizada R\$**	%
17.719	12.909	73%	639.819.591,00	549.213.253,36	79
Produto: Bolsa Concedida			Unidade de Medida: Unidade		

* Na meta física foram somadas as bolsas de estudo e os auxílios a estudantes para participação em eventos no exterior (AEX).

** Justifica a meta financeira realizada a variação cambial de 20% no ano de 2012 e o fato de que a ação também financia as taxas acadêmicas e o custeio das missões de estudo.

Ação 20RN - Avaliação da Educação Superior e da Pós-Graduação

Ação 20RN	Avaliação da Educação Superior e da Pós-Graduação
Tipo	Atividade
Finalidade	Realizar avaliação das instituições de educação superior, dos cursos de graduação, dos programas de pós-graduação, das propostas de novos cursos de mestrado e doutorado, dos projetos de pesquisa e candidaturas ao fomento, dos programas de formação, valorização e capacitação de profissionais, com articulação entre educação básica e superior, bem como do desempenho acadêmico dos estudantes no âmbito do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior - SINAES, e, ainda, realizar exames, avaliações e indicadores da educação superior, instituídos pelo conjunto de políticas de Estado.
Descrição	Realização do Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes - ENADE para aferição do rendimento dos alunos dos cursos de graduação; do Exame Nacional de Admissão de Docentes (Prova Docente) para subsidiar os Estados, Distrito Federal e Municípios na realização de concursos públicos para admissão de docentes; avaliação externa das instituições e cursos de graduação, com atribuição de conceitos nos relatórios de avaliação; elaboração de indicadores, instrumentos e metodologias para avaliação como eixos básicos para um desempenho de qualidade; gestão do banco de avaliadores da educação superior e banco nacional de itens da Educação Superior; acompanhamento do processo de auto-avaliação institucional; avaliações internacionais da educação superior em articulação com organismos do exterior; operacionalização do processo de avaliação para fins de revalidação de diplomas obtidos no exterior; manutenção do sistema de avaliação e acompanhamento anual e periódico da qualidade dos cursos de Pós-Graduação, dos programas de formação, valorização e capacitação de profissionais, com articulação entre educação básica e superior e dos projetos de pesquisa e das candidaturas ao fomento, com base na análise por pares.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Diretoria de Avaliação - DAV
Coordenador nacional da ação	Lívio Amaral (Direto de Avaliação)
Unidade executora	Diretoria de Avaliação - DAV

No que tange ao PPA 2012-2015, coube à Diretoria de Avaliação da Capes a execução da Ação 20RN - Avaliação da Educação Superior e da Pós-Graduação, consignada ao Programa 2032 – Educação Superior – Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão.

Faz-se o acompanhamento da referida ação contabilizando-se o total de atividades de avaliação realizadas mensalmente, tais como as análises de propostas de cursos novos de pós-graduação; as análises de projetos de cursos de Mestrado Interinstitucional (Minter) e Doutorado Interinstitucional (Dinter); as reuniões de coordenadores de área com coordenadores de programas

de pós-graduação; as reuniões de comissões de área sob a liderança dos coordenadores de área; as visitas de diligência quando se fazem necessárias durante o processo de avaliação; e as reuniões de comissões de área para definição de critérios de avaliação e de classificação de periódicos, livros, produção artística, patentes e produtos técnicos informados pelos programas de pós-graduação.

1. Meta financeira e meta física previstas no PPA

A execução financeira ficou em aproximadamente 44%, pois os aprimoramentos na sistemática de avaliação vêm permitindo uma otimização dos processos, com a possibilidade de realização on-line das análises e das coletas de dados e de informações. O detalhamento da execução financeira pode ser observado na Tabela 15.

Tabela 15 - Detalhamento da execução física e financeira

Meta Física – Ação 20RN			Meta Financeira – Ação 20RN		
Prevista	Realizada	%	Prevista R\$	Realizada R\$	%
2.300	15.677	682	20.002.574,00	8.747.796,71	43,73*
Produto: Avaliação Realizada			Unidade de Medida: Unidade		

Fonte: SIMEC para execução física e para a execução financeira

* A meta financeira realizada relativa à previsão da LOA/2012 (R\$ 14.071.801) foi de 75,23%. Em maio, houve suplementação da LOA de aproximadamente R\$ 6 milhões via Decreto de 31/05/2012, impactando o desempenho da execução financeira da ação.

Em 2012 as principais atividades vinculadas à Avaliação foram:

- Análise, pelas Comissões de Área, de **1.091** propostas de cursos novos (mestrado profissional; mestrado acadêmico e doutorado);
- Seminários de acompanhamento realizados na sede da CAPES com coordenadores de programas de pós-graduação *stricto sensu*, envolvendo **7.327** cursos;
- Análise, pelas Comissões de Área, de **103** projetos de Mestrado e Doutorado Interinstitucional;
- Realização de reuniões e/ou visitas para oferecer orientações para o aperfeiçoamento de **140** cursos que obtiveram nota 3 (três) nas três últimas avaliações trienais.

A totalização das ações representa 15.677 unidades de atividades de avaliação realizadas em 2012, detalhadas na Tabela 16, superando em 682% a meta física fixada no PPA. Destaca-se que a meta registrada no PPA, de 2.300 unidades, não corresponde à meta previamente estabelecida pela Diretoria de Avaliação de 11.000 unidades, o que acarreta uma discrepância em termos de superação da meta física.

Tabela 16 - Quantidade de atividades de avaliação desenvolvidas ao longo de 2012.

Mês	Atividades de Avaliação
Janeiro	326
Fevereiro	3.631
Março	1.669
Abril	512
Maiο	1.381
Junho	97
Julho	1.084
Agosto	624
Setembro	528
Outubro	907
Novembro	2.771
Dezembro	2.147
Total	15.677

Fonte: DAV/CAPES

2. Iniciativas da Diretoria de Avaliação no ano de 2012

A seguir, apresenta-se o detalhamento das ações desenvolvidas pela Diretoria de Avaliação em atendimento às diretrizes estabelecidas no PNPG e iniciativas e ações previstas no Planejamento Estratégico.

2.1. Expansão do Sistema Nacional de Pós-Graduação

2.1.1 Expansão de mestrados e doutorados acadêmicos

O ingresso dos cursos de mestrado e doutorado no SNPG decorre do processo conduzido anualmente pela CAPES envolvendo a análise e a avaliação de novas propostas de cursos formuladas pelas IES e outras instituições de ensino e pesquisa. Esse processo tem por objetivo identificar e assegurar um padrão mínimo de qualidade das propostas de cursos novos, necessário ao seu reconhecimento pelo Conselho Nacional de Educação (CNE) e a devida autorização de funcionamento pelo Ministro da Educação. As propostas são analisadas com base nos requisitos referentes: (i) ao comprometimento institucional, à existência de infraestrutura - instalações físicas, laboratórios, biblioteca, recursos de informática e acesso a rede de computadores; (ii) à concepção e adequação da proposta considerando as definições e articulações dos objetivos, das áreas de concentração, das linhas de pesquisa e da estrutura curricular; (iii) à dimensão, adequação e participação do corpo docente; e (iv) à qualificação, produtividade e experiência do corpo docente para assegurar a viabilidade da proposta. Os cursos aprovados passam a integrar o Sistema Nacional de Pós-graduação – SNPG e a ser sistematicamente acompanhados e avaliados pela CAPES.

A comissão de análise das propostas de cursos novos passou a contar com dois representantes de áreas diferentes, identificados como “membros externos.” Essa ação visa agregar contribuições e experiências recíprocas das diversas áreas e permitir que o processo seja feito da forma mais transparente possível.

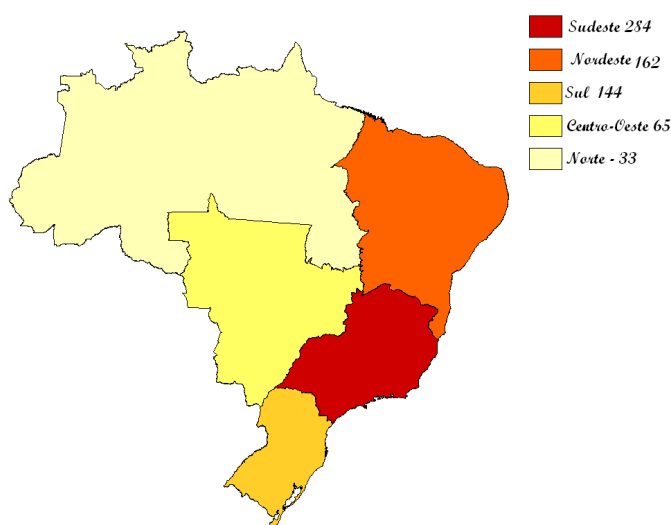
No ano de 2012, foram submetidos à Avaliação um total de 688 propostas de cursos novos, acadêmicos e profissionais, conforme pode ser observado na Tabela 17. Dessas, foram recomendadas 238, sendo 83 mestrados acadêmicos, 83 doutorados acadêmicos e 72 mestrados profissionais.

Tabela 17: Cursos novos de pós-graduação submetidos (Subm) pelas IES e recomendados (Recom) pela CAPES no ano

Nível de Curso proposto	de 2012	
	Subm	Recom ²
Mestrado Acadêmico	323	83
Doutorado Acadêmico	163	83
Total Acadêmico	486	166
Mestrado Profissional	202	72
Total geral	688	238

Fonte: DAV/ CAPES.

Propostas de Cursos Novos Acadêmicos e Profissionais (2012): distribuição por região



2.1.1.2 Expansão dos mestrados profissionais

A expansão dos mestrados profissionais, apontada como um dos objetivos do PNPG, foi assumida como uma das prioridades da CAPES. Essa expansão foi viabilizada pelo estabelecimento de condições para melhor caracterização dessa modalidade e foi objeto de edição da Portaria Normativa do MEC nº17, de 28 de dezembro de 2009, que estabeleceu novas tipificações, termos e orientações e suas decorrências nos processos e critérios de avaliação de propostas desses cursos. Em face disto, no ano de 2012, as propostas de Mestrado Profissional passaram a ser protocoladas pela CAPES em formulário próprio e avaliadas pelas áreas e pelo CTC-ES seguindo calendário específico e separadamente das propostas acadêmicas, visando contemplar as especificidades desses projetos.

Além disso, a Diretoria de Avaliação passou por reestruturação organizacional, resultado do Decreto nº 7.692, de 2 de março de 2012, quando foi criada a Coordenação-Geral de Avaliação e

²As propostas de cursos novos são avaliadas inicialmente pelas áreas e, posteriormente, o Conselho Técnico Científico da Educação Superior (CTC-ES) faz a análise dos pareceres e toma a decisão a respeito da recomendação do curso. Após a análise pelo CTC, há o prazo de recurso pelas Instituições e nova análise da área e do CTC-ES, para só então a CAPES enviar ao Conselho Nacional de Educação - CNE o parecer que fundamentará o reconhecimento ou não do curso. Os dados apresentados de 2012 mostram a situação após a 142ª reunião do CTC, ocorrida em dezembro de 2012, mas devido a essas diferentes etapas de análise que se estenderão até o final do ano, devem ser considerados como parciais e passíveis de alteração.

Acompanhamento do Mestrado Profissional. Esse setor está sendo estruturado para um efetivo acompanhamento dessa modalidade e proposição de normativas e procedimentos específicos, visando a consolidação dos cursos para a formação adequada de recursos humanos para setores não acadêmicos. Esses esforços permitiram o aumento do número de cursos ofertados, em uma média de 16% de crescimento anual, como evidencia a Figura 17.

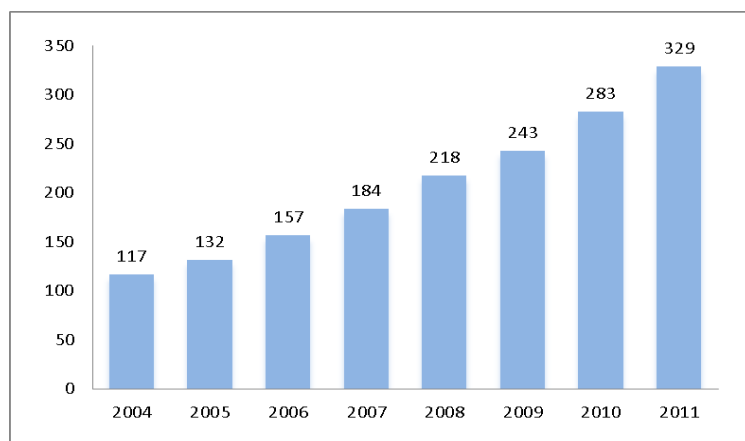


Figura 17. Evolução do número de cursos de mestrado profissional
Fonte: GEOCAPES

2.2. Sistema de Avaliação – Permanência no SNPG

2.2.1. Acompanhamento

A implantação do acompanhamento anual dos programas foi um importante passo para o aprimoramento da avaliação e o desenvolvimento da pós-graduação nacional. Trata-se de uma iniciativa realizada no interstício entre as avaliações trienais com a finalidade de possibilitar um contato mais continuado de cada Comissão de Área com a realidade de seus programas e, assim, proporcionar maior conhecimento e troca de experiências que permitam estimular o desenvolvimento de cada programa.

A atividade de acompanhamento abrange a realização de diligências documentais, visitas de consultores a cursos de mestrado e doutorado e, desde 2011, *Seminários de Acompanhamento* promovidos pelas áreas de avaliação, sob o apoio técnico e logístico dos dirigentes e equipes técnicas da CAPES. Esses seminários têm oferecido aos coordenadores dos programas e cursos de pós-graduação a oportunidade de, presencialmente, acompanhar os relatos, as informações e a realidade vivida pelos programas de pós-graduação da área e, ao mesmo tempo, estimular o intercâmbio de informações sobre a dinâmica de avaliação; têm possibilitado, igualmente, que sejam encaminhadas demandas, críticas e sugestões diretamente aos coordenadores de área e à Diretoria de Avaliação.

Em 2012, a atividade de acompanhamento priorizou a estratégia de promover Seminários de Acompanhamento; o impacto desta ação abrangeu um total de 7.327 cursos. Foram, também, realizadas visitas e reuniões de orientação voltadas a 140 cursos que receberam nota 3 em 3 avaliações consecutivas (3x3), além de visitas a programas recomendadas pelas comissões de avaliação como resultado das análises feitas durante a Avaliação Trienal 2010.

2.3. Indução: Projetos Minter/Dinter

Os projetos de Mestrados e Doutorados Interinstitucionais (Minter e Dinter) têm como objetivo permitir a utilização da competência de programas de pós-graduação já consolidados para, com base em formas bem estruturadas de parceria ou cooperação interinstitucional, viabilizar a formação de doutores ou de mestres fora dos centros/regiões mais consolidados de ensino e pesquisa. Essa ação está em consonância com a iniciativa estratégica de apoiar a criação de programas de pós-graduação em regiões com déficit de pessoal qualificado.

O foco de cada projeto Minter e/ou Dinter submetido à avaliação da DAV deve ser a formação de um único grupo ou turma especial de alunos de mestrado acadêmico ou doutorado com atividades de ensino e pesquisa que preservem o nível de qualidade do programa existente na instituição promotora, mas que sejam desenvolvidas no espaço físico da instituição beneficiária do projeto – ou seja, a instituição receptora. A instituição promotora tem, necessariamente, que ser responsável pela proposta do curso a ser ofertado por um programa de pós-graduação consolidado e reconhecido pelo CNE/MEC cuja nota seja igual ou superior a 5.

Com o objetivo de melhor desempenhar esse papel indutor, a DAV instituiu a submissão de projetos Minter e/ou Dinter unicamente a partir de Edital aberto para este fim e divulgado na página da CAPES. Estes projetos são encaminhados, exclusivamente, por meio de aplicativo próprio e de acordo com calendário específico.

A Figura 18 apresenta uma síntese dos procedimentos adotados na avaliação de projetos Minter/Dinter.

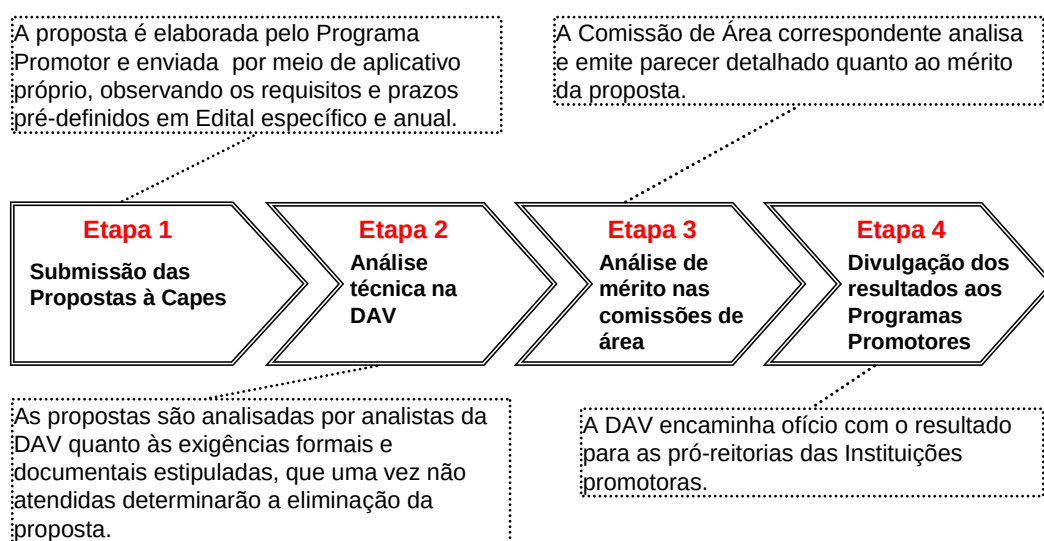


Figura 18 – Avaliação de Projetos Minter/Dinter

Em 2012, a CAPES considerou aptos à avaliação de mérito 107 projetos de Minter e Dinter, dos quais 75 foram aprovados, conforme apresentado na Figura 19:

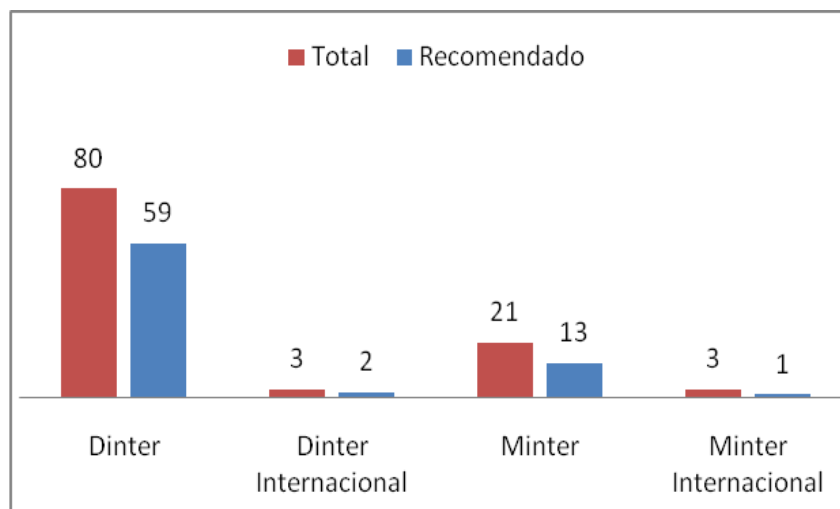


Figura 19. Propostas Minter/Dinter submetidas e recomendadas em 2012

O mapa da Figura 20 mostra a distribuição, por Estado brasileiro, das Instituições de Ensino Superior (IES) receptoras dos projetos aprovados em 2012, sendo que 3 não estão representadas no mapa por serem receptoras em projetos internacionais.

Distribuição de IES receptoras de Minter/Dinter (2012)

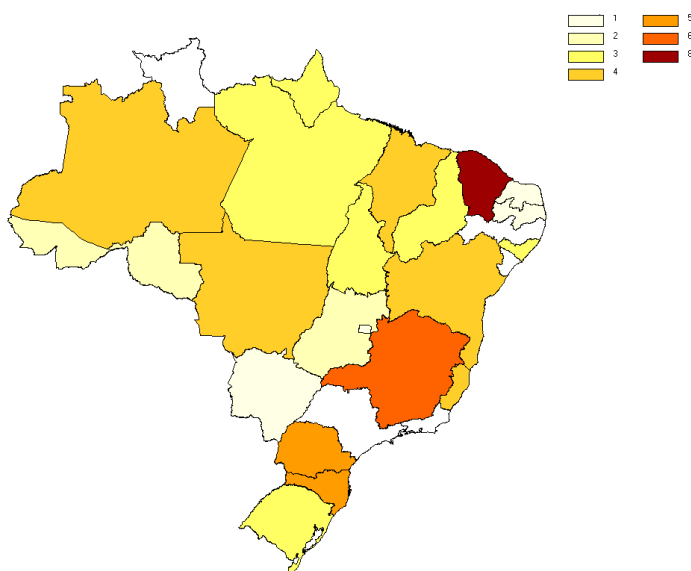


Figura 20 - Distribuição Geográfica das Propostas de Minter/Dinter - 2012

Em 2012, foi aprimorado o aplicativo para recebimento de propostas de Mestrado e Doutorado Interinstitucionais desenvolvido no ano anterior, permitindo maior agilidade e confiabilidade em todo o processo, que foi feito integralmente de forma *online*, desde a inscrição até a análise pelas comissões de área e conclusão do Edital. Este aplicativo incluiu um tutorial *online* no qual existia um roteiro com definições, tipologias e orientações sobre cada um dos campos de preenchimento da proposta.

2.4. Interação da pós-graduação com a educação básica

A importância da contribuição dos programas de pós-graduação com a melhoria da educação básica foi discutida em reunião conjunta dos Conselhos Técnico-Científicos da Educação Superior e da Educação Básica com a presença do Ministro de Estado da Educação. Dentre os temas abordados, destaca-se a busca de maior articulação da pós-graduação com a formação de professores da educação básica e com o incremento de atividades voltadas para o desenvolvimento desse nível de ensino.

Ações nesse sentido já estão sendo desenvolvidas, como, por exemplo, o PROFMAT, curso de mestrado profissional em rede que visa atender professores de Matemática em exercício no ensino básico, especialmente na rede pública, que busquem aprimoramento em sua formação profissional, com ênfase no domínio aprofundado de conteúdo matemático relevante para sua atuação docente. Com o mesmo objetivo do PROFMAT, mas voltado para professores das áreas de Letras e de Física, foram propostos mais dois cursos em 2012, o PROFLETRAS e o PROFFIS, recentemente recomendados.

As áreas de avaliação têm discutido também formas de valorizar ações, projetos e publicações desenvolvidos pelos programas de pós-graduação em articulação com a educação básica. Exemplo disso é a inserção na Ficha de Avaliação da posição de cada área quanto a ações desenvolvidas por seus programas de pós-graduação que visam à interação com o ensino fundamental e médio.

Essas ações visam contemplar as atribuições da CAPES no que diz respeito à educação básica, destacando-se a tendência a valorizar e pontuar, no processo de avaliação, iniciativas de articulação entre programas de pós-graduação, cursos de formação de professores e escolas de educação básica.

2.5. Multidisciplinaridade

O PNPG 2011-2020 destaca, em seu capítulo 6, a importância da inter(multi)disciplinaridade frente à necessidade de se estimular um ambiente acadêmico diversificado que acompanhe e se coadune com a atual realidade do mundo, no qual ocorrem cada vez mais interfaces e sobreposições dos saberes, processos e procedimentos característicos de cada área do conhecimento, agregando, assim, novas experiências enriquecedoras de aprendizado. Porém, apresenta-se como um desafio para os próximos anos, face à necessidade de se oferecer um conjunto de diretrizes, tanto para o fomento quanto para a avaliação, que se adequem a essa nova realidade, além do desafio de se criar uma infraestrutura institucional adequada.

Como resultado da criação das novas áreas, destaca-se a expansão da Grande Área Multidisciplinar que, a partir de 2011, passou então a ser composta pelas áreas de Biotecnologia, Ciências Ambientais, Ensino, Interdisciplinar e Materiais, expressando representatividade no SNPG na ordem de 12% dos programas, frente a 5% e 9% de representatividade, respectivamente em 2004 e 2009. O seu crescimento foi expressivo em relação às demais Grandes Áreas, conforme se pode verificar na Tabela 18.

Tabela 18. Número de cursos de pós-graduação por Grande Área

Grande Área do conhecimento	Nº de cursos			Crescim 2004/2011
	2004	2009	2011	
Ciências Agrárias	337	477	534	58%
Ciências Biológicas	327	376	443	35%
Ciências da Saúde	578	725	792	37%
Ciências Exatas e da Terra	321	417	444	38%
Ciências Humanas	419	586	667	59%
Ciências Sociais Aplicadas	311	463	521	68%
Engenharias	342	447	499	46%
Linguística, Letras e Artes	167	226	265	59%
Multidisciplinar	153	382	485	217%
Total	2.955	4.099	4.650	57%

Fonte: GEOCAPES

Além do crescimento em termos do número de cursos na área Multidisciplinar, foram promovidas também discussões mais aprofundadas e definidas novas orientações a respeito dessa temática. Como decorrência, as áreas de avaliação publicaram em suas páginas um comunicado contendo considerações e recomendações a respeito da multidisciplinaridade e interdisciplinaridade, refletindo de que forma cada área tem incorporado essa característica e quais são os componentes de interação com as demais áreas.

Além disso, foi aperfeiçoada a sistemática de análise das propostas de cursos novos encaminhadas para a CAPES, de modo que fossem inicialmente consideradas pela área Interdisciplinar, com a atribuição de posicioná-las em outra área, sempre que adequado e pertinente. Em 2012, a comissão que realizou essa avaliação inicial foi composta por membros da área Interdisciplinar (como era feita até então) e contou também com a participação de outros coordenadores de áreas, representantes dos Colégios de Humanidades, Ciências da Vida e Ciências Exatas, Tecnológicas e Multidisciplinar.

Os coordenadores de área participaram também de atividade denominada “exercício sobre interdisciplinaridade”, em que examinaram as propostas de cursos novos apresentadas em 2010 e 2011 e avaliaram se existiriam situações nas quais as propostas deveriam ter sido encaminhadas e analisadas na respectiva área.

Todas essas atividades tiveram por objetivo estimular a discussão sobre como a temática da inter(multi)disciplinaridade deve ser tratada pelas Instituições, pelas áreas e, conseqüentemente no contexto do processo de Avaliação da CAPES, frente à evolução da sistemática dos programas de pós-graduação que, em decorrência da própria natureza do conhecimento, passam a ter cada vez mais interfaces e sobreposições e necessitam incorporar competências, conhecimentos e ferramentas das diversas áreas.

2.6. Revisão da sistemática da Avaliação

Para dar cumprimento às orientações do PNPG que preconizaram a introdução de novos produtos da pós-graduação na avaliação, vale destacar os esforços empreendidos para o aperfeiçoamento da classificação da produção intelectual dos programas de pós-graduação, no sentido de incluir as publicações na forma de livros, eventos e produtos técnicos/tecnológicos.

Com o objetivo de considerar, tipificar e pontuar esses e outros temas importantes que necessitam de regulamentação e orientações mais adequadas, foram formados seis Grupos de Trabalho (GTs) compostos por membros do Conselho Técnico Científico da Educação Superior (CTC-ES): (a) GT Mestrado Profissional; (b) GT Formas Associativas; (c) GT Classificação de

Eventos; (d) GT Classificação de Livros, (e) GT Qualis Referência, (f) GT Produção Técnica. Dentre os resultados até agora consolidados, destaca-se:

- Proposta de ficha de avaliação e de um tutorial para nortear a avaliação das propostas de cursos novos em 2012, tanto os profissionais quanto aqueles em formas associativas.
- Discussão sobre proposta de criação de mecanismo para identificação de diferentes tipos de produtos, tais como patentes e registros no INPI, e de demais produtos técnicos, como softwares, desenvolvimento de produtos e de técnicas, etc.
- Proposta de classificação, para fins de avaliação dos programas de pós-graduação *stricto sensu*, de sua produção técnica em duas vertentes: de forma quantitativa, para produtos mensuráveis; de forma semi-qualitativa, para os demais tipos de produtos.

2.6.1. Reformulação de normativas

A Portaria 193/2011 trouxe algumas modificações para a apresentação e avaliação de propostas de cursos novos de mestrado e doutorado. Durante a fase de análise documental, ficou definido que não serão aceitos pedidos de reconsideração da decisão de desqualificação de propostas. Quanto aos pedidos de reconsideração, ficou vedada a juntada, pela IES proponente, de quaisquer outras informações e complementos que não constavam da proposta quando efetuada a 1ª avaliação pelo CTC-ES. Além disso, nesta fase, não haverá diligência documental ou diligência de visita por parte das comissões de áreas e do CTC-ES.

A Portaria 01/2012 regulamentou a atuação nos programas e cursos de pós-graduação das diferentes categorias de docentes. Em termos de modificações em relação à Portaria anterior, definiu que competirá a cada área de avaliação estabelecer em seu documento de área o percentual mínimo e máximo de docentes permanentes que deverá ter regime de dedicação integral à instituição e sob que condições ou limites poderá ser aceita a participação de docentes permanentes em mais de um programa (vinculado à própria ou a outra instituição). A relação de orientandos/orientador ficou condicionada ao limite máximo de 8 (oito) alunos por orientador, considerados todos os cursos em que o docente participa como permanente. Porém, ficou definido que cada área de avaliação deve estabelecer em seu documento de área o impacto desta relação na avaliação dos programas, as exceções que podem ser atribuídas, bem como sistemáticas de adaptação e atendimento ao limite proposto.

Com relação ao enquadramento em área básica e área de avaliação de propostas de cursos de mestrado ou doutorado e de programas de pós-graduação, a Portaria 120/2012 definiu que compete à Diretoria de Avaliação a decisão final a respeito do enquadramento, em área básica e área de avaliação, de propostas de cursos novos ou pleitos de mudança de área básica e área de avaliação de programas de pós-graduação. A decisão será baseada na análise inicial pela área onde o programa estiver enquadrado e, em caso de concordância, o pedido será encaminhado para análise pela nova área pretendida pelo programa. Não há possibilidade de pedido de recursos, em caso de negativa do pleito.

2.6.2. Plataforma Sucupira

A Diretoria de Avaliação, em parceria com a Universidade Federal do Rio Grande do Norte, está desenvolvendo o novo sistema de avaliação integrado, denominado Plataforma Sucupira, que será um marco importante para a avaliação e acompanhamento de programas. A plataforma tem o objetivo de modernização da avaliação da pós-graduação, promovendo melhorias nos processos de trabalho e a utilização de sistemas de informações de apoio às atividades gerenciais. Ela permitirá a unificação de todos os sistemas utilizados no processo de avaliação e a realização da coleta de dados de forma contínua e *online*.

A Estrutura de Trabalho do Projeto será atendida em um total de 07 pacotes de entrega, sendo que ficou definido que o Pacote 01 – Coleta *Online* é a prioridade inicial de construção para atender às necessidades da CAPES:

- Pacote 01: Gestão de Programas e Coleta *online*
- Pacote 02: Integração com sistemas de IES
- Pacote 03: Transformar informação em Estatísticas e Entrega de Material
- Pacote 04: Agendamento e Registro da Avaliação
- Pacote 05: Publicação de Resultados e Análises de Recursos
- Pacote 06: Transparência Pública
- Pacote 07: Processos por Demanda

As atividades do mês de setembro de 2012 foram focadas na fase de elaboração, com objetivo de criação da arquitetura de referência e do modelo de dados, análise e tratamento dos riscos técnicos; criação de casos de usos críticos e estratégicos; prototipação da Plataforma Sucupira e migração inicial dos dados de sistemas legados.

A partir de outubro, foi iniciada a segunda fase de elaboração, cujo marco técnico foi desenvolver os principais casos de usos do pacote Coleta *online*. Em novembro, o projeto entrou na fase de construção. Esta é a fase mais longa do projeto e formada por um conjunto de etapas que visam à entrega de pacotes com significância negocial para a área de Avaliação da CAPES.

A primeira meta para o ano de 2013 é entregar em março uma versão de homologação e testes de aceitação da CAPES e de instituições convidadas.

2.6.3. Atualização do Qualis

A classificação da produção intelectual dos programas de pós-graduação é crucial para a avaliação realizada pela CAPES. A classificação de periódicos é feita pelo Qualis-Periódicos, que é um sistema utilizado pelos programas de pós-graduação para a divulgação da produção intelectual de seus docentes e alunos.

Em 2012, foram feitas melhorias no aplicativo WebQualis, em função do crescente volume da produção científica dos programas e da necessidade de normalização e atualização da classificação das relações de periódicos, condizentes com os padrões internacionais de indexação. O sistema reformulado oferecerá a vantagem de uma classificação mais ágil, segura e eficiente e possibilitará aos consultores realizar as operações inerentes à classificação de periódicos em sistema *online*. Está sendo incluída ainda a geração automática de estatísticas atualizadas sobre periódicos classificados. Além disso, o aplicativo melhora a divulgação da classificação de periódicos, na medida em que disponibiliza as informações para consulta direta no portal eletrônico da CAPES.

Para a próxima Avaliação Trienal, as áreas fizeram uma atualização da classificação dos periódicos apresentados no Coleta - ano base 2011, levando-se em consideração a classificação anteriormente feita para a Trienal 2010 e a inclusão dos novos títulos informados pelos programas.

2.6.4. Acesso direto às informações

Desde junho de 2011, a atividade de representação da comunidade acadêmico-científica realizada pelos Coordenadores e Coordenadores-Adjuntos conta com um novo instrumento de comunicação, as subpáginas das áreas de avaliação. Esses espaços têm sido utilizados para a divulgação das atividades das coordenações das áreas, das atividades e decisões do CTC-ES e de outras atividades e podem ser acessados em <http://www.capes.gov.br/avaliacao/areas-paginas>.

Nas subpáginas, são apresentados os nomes do(a) Coordenador(a) e do(a) Coordenador(a)-Adjunto(a) e podem ser encontrados Ofícios e Comunicados da Área; Relatórios de Reuniões; Apresentações e Documentos Gerais, bem como o endereço eletrônico institucional, para o qual pode ser encaminhada toda a comunicação com a área.

O acesso direto aos conteúdos destas subpáginas insere-se no objetivo maior de estabelecer uma prática de divulgação transparente das atividades, orientações e determinações que sejam estabelecidas pelas áreas em conjunto com a Diretoria de Avaliação. O intuito é possibilitar um acompanhamento continuado e direto por parte dos diversos atores do sistema de avaliação, assim como uma participação melhor qualificada por parte daqueles diretamente envolvidos.

Diretoria de Programas e Bolsas no País (DPB)

No Programa 2032 existem três Ações que são executadas pela DPB e suas respectivas coordenações. Em seguida são apresentadas as informações sobre cada uma dessas ações por meio de dados, qualitativos e quantitativos, e resultados das execuções das unidades dessa Diretoria.

Ação 2317 - Acesso à Informação Científica e Tecnológica

Tipo	Atividade
Finalidade	Disponibilizar aos estudantes, aos professores e aos pesquisadores no País um conjunto de informações científicas e tecnológicas atuais, publicadas em periódicos indexados, de forma rápida e eficaz, visando proporcionar o subsídio necessário aos estudos e às pesquisas desenvolvidos.
Descrição	Manutenção e ampliação da biblioteca eletrônica da Capes (Portal de Periódicos), de amplitude nacional, congregando as principais coleções de revistas científicas e bases de referências bibliográficas e de patentes, com a finalidade de oferecer as universidades, instituto de pesquisa e organizações governamentais, não governamentais e particulares, onde se desenvolve a pós-graduação e a pesquisa do País, a melhor, mais qualificada e atual informação científica necessária à formação de recursos humanos e desenvolvimento da pesquisa. O acesso à biblioteca eletrônica se dá via internet, de forma gratuita as organizações autorizadas. Essa ação permite à montagem de ilhas ou módulos de acesso à internet em bibliotecas de instituições universitárias ainda com deficiência quanto a este tipo de suporte.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Diretoria de Programas e Bolsas no País (DPB)
Coordenador nacional da ação	Jorge Almeida Guimarães Presidente da Capes
Unidades executoras	Coordenação Geral do Portal de Periódicos (CGPP), Procuradoria Geral Federal (PGF), Área Orçamentária e Financeira (CGOF), Diretoria de Tecnologia da Informação (DTI).
Áreas (dentro da UJ) responsáveis por gerenciamento ou execução da ação	Coordenação-Geral do Portal de Periódicos (CGPP)
Competências institucionais requeridas para a execução da ação	Conhecimento: da legislação de licitação e contratos; da Lei Orçamentária; do Programa de Periódicos.

a) Principais Resultados

No âmbito da Ação 2317 – Acesso à Informação Científica e Tecnológica – podemos destacar a democratização do acesso ao conteúdo e os benefícios à comunidade científica e tecnológica das instituições usuárias do Portal de Periódicos, por meio do qual é disponibilizada aos professores, pesquisadores e alunos a produção científica nacional e internacional atualizada, contribuindo para o desenvolvimento da pesquisa no país e para o crescimento da inserção científica brasileira no exterior.

Portal de Periódicos

Em 2012, o investimento para a manutenção e desenvolvimento da coleção do Portal de Periódicos foi da ordem de 87,2 milhões de dólares americanos.

O número de instituições beneficiadas cresceu em 24,85%, atingindo a marca de 407 instituições de ensino superior e de pesquisa com acesso gratuito ao conteúdo assinado do Portal de Periódicos.

O Portal de Periódicos registrou um total de 84,6 milhões de acessos, o que equivale a 231,3 mil acessos diários.

Em junho do corrente ano, o Portal de Periódicos disponibilizou para seus usuários uma nova ferramenta de busca para acesso às informações localizadas em mais de 33 mil títulos de periódicos e em bases referenciais e de resumos. A ferramenta utiliza tecnologia de descoberta de conteúdo pesquisando em múltiplas fontes de informação, com entrega dos textos dos artigos e documentos disponíveis para o usuário. Possui uma interface simples de busca, apropriada para usuários novatos, e uma interface avançada, com mais recursos para a construção da expressão de busca.

Com esse sistema, a busca no conteúdo do Portal ganhou mais agilidade e eficiência na recuperação das informações, com recursos de ajuda e filtros para obter melhores resultados. São oferecidos filtros com navegação por facetas e sugestões de relacionamento de resultados que contribuem para o enriquecimento da pesquisa.

A ferramenta utiliza um sistema avançado de relevância que considera os componentes de busca, os termos de busca utilizados pelo usuário, os metadados do artigo, o título e o texto completo, considera o ranking dos artigos mais lidos/acessados, os periódicos mais relevantes com “peer reviews”, além da área de interesse e formação do usuário, quando identificado.

Dispõe de serviço de recomendação de artigos científicos relacionados ao artigo recuperado, baseado em padrões de uso associativo de leitura dos pesquisadores usuários do sistema em rede mundial. Outra função permite que o usuário marque registros de interesse para guardá-lo em seu espaço ou salvar a página inteira em área pessoal.

É oferecido o recurso de Personalização para o usuário salvar Estratégias de busca e poder executá-las novamente, criar Alertas para atualização automática de novos conteúdos sobre o assunto de interesse. O Meu Espaço possibilita manter referências selecionadas pelo usuário em uma área pessoal, exportar os itens para aplicações de gerenciamento de referências bibliográficas, organizá-las para uso futuro, exportar os resultados no formato RIS, compartilhar os resultados por e-mail, agrupá-los, comentá-los.

Houve mudança nas versões dos sistemas que organizam o conteúdo do Portal, tornando as atualizações dos conteúdos mais dinâmicas, passando de mensal para semanal.

Dentre as melhorias feitas no Portal foi acrescentada a função de reunir os livros assinados em espaço próprio, separando do conteúdo dos periódicos. Foi incluída mais uma opção de busca para localização de informações o que levou a atualização da página inicial do portal. Nos recursos de busca foi incluída a função "Buscar Livro" que recupera os livros por palavras dos títulos, ordem alfabética, por ISBN, autor e editor, além do recurso para apresentar, reunidos, os livros em português.

Os benefícios da nova versão agregam grande valor ao processo de busca e acesso aos conteúdos científicos e representam melhorias que contribuem para o uso pelo usuário.

Desenvolvimento da Coleção do Portal de Periódicos

O Portal de Periódicos registrou 33.756 títulos de periódicos no ano de 2012, com uma taxa de crescimento de 8,82% em relação ao ano anterior. Destes, aproximadamente 13 mil são títulos de periódicos científicos de acesso gratuito, sendo que 892 são periódicos nacionais avaliados pelo Qualis com estrato A e B, provendo acesso atualizado à informação técnico-científica nacional e internacional de qualidade sem custo adicional para a CAPES.

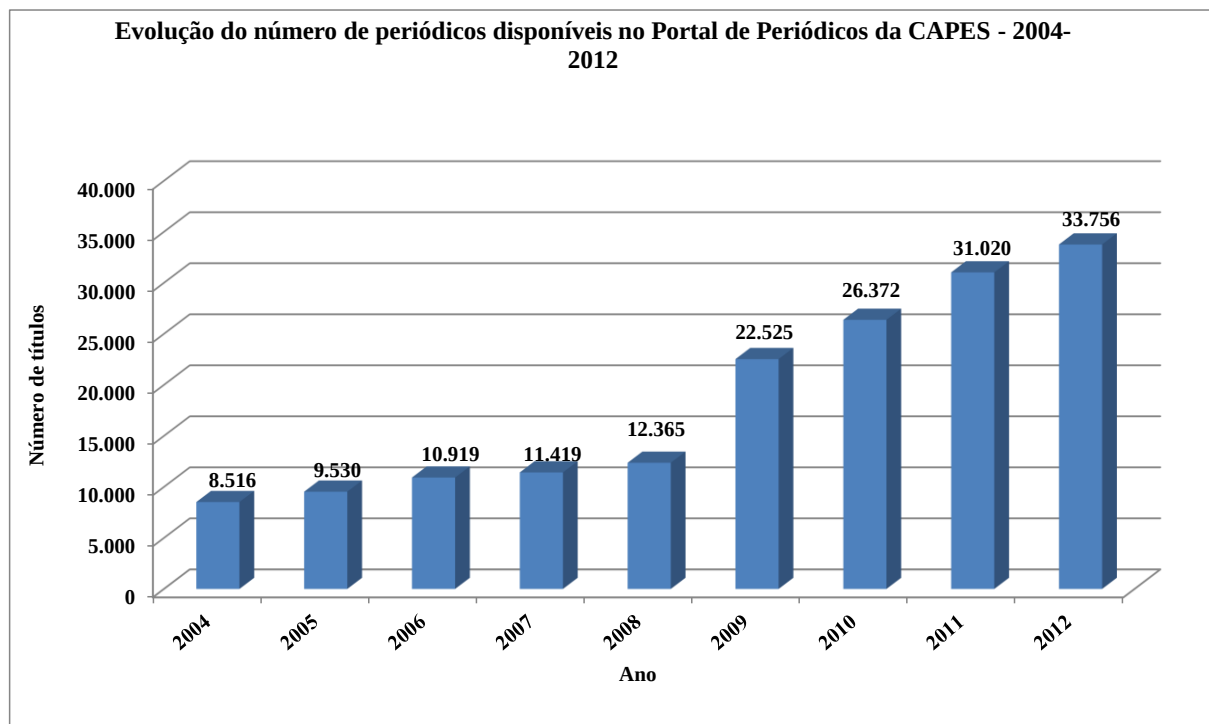


Gráfico 28 (Ação 2317) – Evolução do número de periódicos disponíveis no Portal de Periódicos da CAPES - 2004-2012

Fonte: CGPP/DPB/CAPES

As novas aquisições, adquiridas em 2012³, agregaram mais 1.473 títulos ao Portal de Periódicos além da inclusão de mais seis bases de dados sendo três de textos completos, duas referenciais e uma de patentes. Também foram incluídos 46 títulos nacionais ou gratuitos.

Os títulos encontram-se classificados pelas áreas do conhecimento que abrangem e pelas áreas de avaliação na qual o título foi classificado pelo Qualis. A política da Capes em relação à coleção do Portal de Periódicos é a aquisição dos títulos considerados pela comunidade acadêmica como os mais importantes para sua área e o acréscimo de novos conteúdos à medida que são identificados títulos representativos que complementam as coleções.

Ressaltamos que um mesmo título pode estar classificado em mais de uma área do conhecimento.

³ Ver item Investimentos do Portal de Periódicos

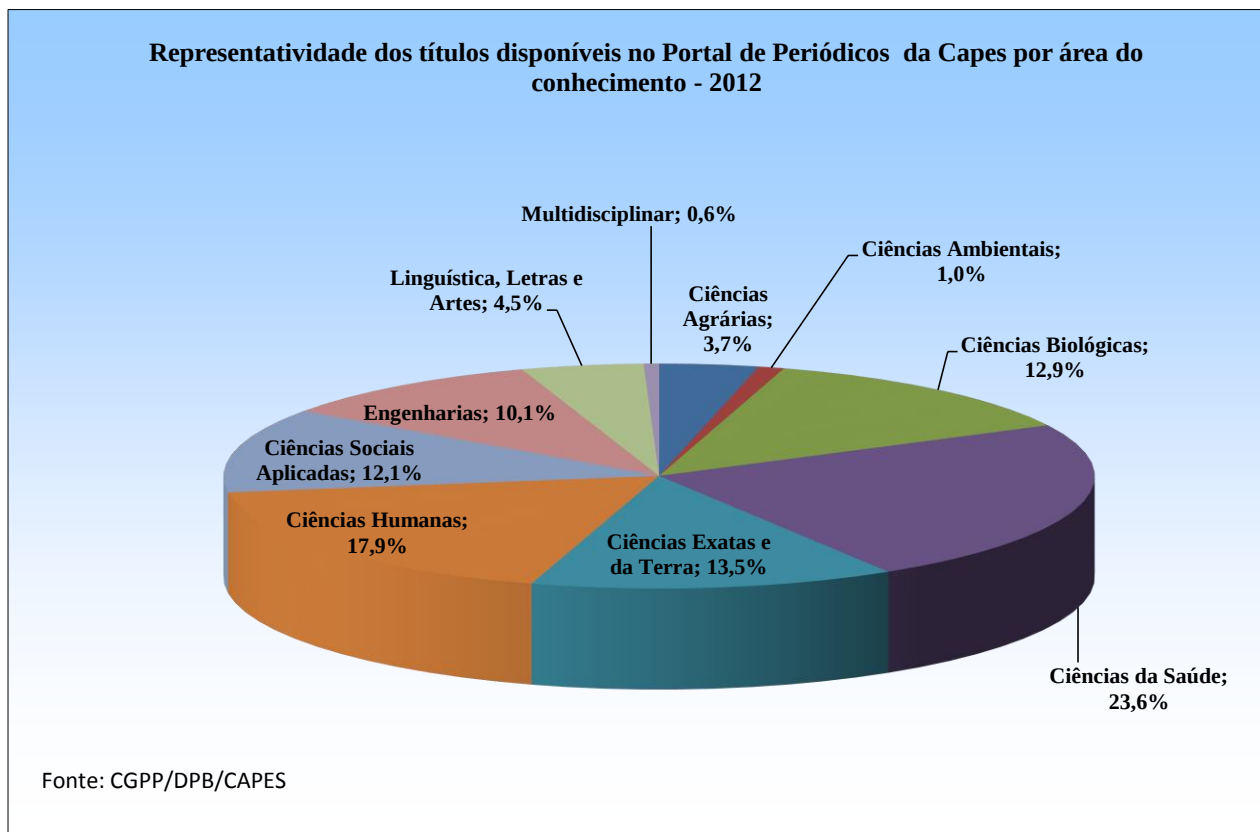


Gráfico 29 (Ação 2317) – Representatividade dos títulos disponíveis no Portal de Periódicos da Capes por área do conhecimento – 2012

Fonte: CGPP/DPB/CAPES

O Portal de Periódicos disponibiliza 95 bases em texto completo, 130 bases de referências bibliográficas com resumos, 32 obras de referência, 11 bases de patentes, 28 bases de livros com 153,6 mil títulos, 57 bases de estatísticas, duas bases de normas técnicas e, quatro de Audiovisuais⁴. Além destes, o Portal de Periódicos indexa outros tipos de materiais de acesso livre na internet, como as Bases de Teses e Dissertações e os Repositórios Institucionais e outras fontes de informação científica e acadêmica.

O Banco de Teses da Capes é uma base referencial com resumos que indexa as teses e dissertações defendidas nos cursos de pós-graduação brasileiros. Em 2012, foram incluídos 55.554 registros de teses e dissertações defendidas em 2011, um crescimento de 9,13% em relação às inclusões em 2010, compondo um total de 615.307 registros de teses e dissertações no Banco de teses.

⁴ Fonte: CGPP/DPB/CAPES

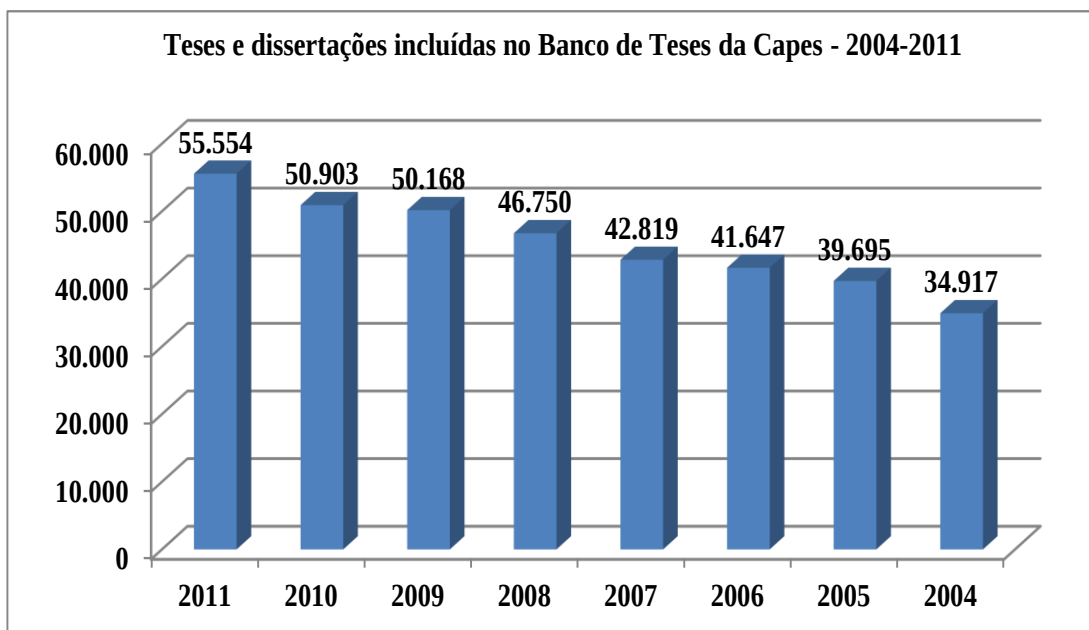


Gráfico 30 (Ação 2317) – Teses e dissertações incluídas no Banco de Teses da Capes - 2004-2011
 Fonte: Coordenação Geral de Informática (CGIN)/CAPES

Para o ano de 2012, ainda não existem dados cadastrados, tendo em vista que os dados das teses e dissertações são inseridos no Banco de Teses no ano posterior ao ano da defesa.

Investimentos do Portal de Periódicos

Fundamentados na excelência dos periódicos disponibilizados e no elevado número de acessos e, pelas recomendações e sugestões da comunidade acadêmica, foram assinadas, para 2012, renovações de vigência de contratos referentes ao direito de acesso às bases de dados eletrônicas de publicações científicas⁵ e realizados contratos para aquisição de novas coleções. Foram dispendidos US\$ 87.201.572,27 (oitenta e sete milhões e duzentos e um mil e quinhentos e setenta e dois dólares americanos e vinte e sete centavos).

Analisando-se os recursos dispendidos verifica-se que o investimento na atualização e manutenção do Portal, em relação ao ano de 2011, cresceu em 30,39%. Justifica-se este aporte de recursos pelo aumento do número de instituições atendidas, ressalvando-se que a negociação dos contratos permitiu a inclusão de maior número de instituições participantes sem refletir em um reajuste proporcional ao aumento de usuários.

⁵ Lei 8.666, artigo 57, inciso II, de 21 de junho de 1993.

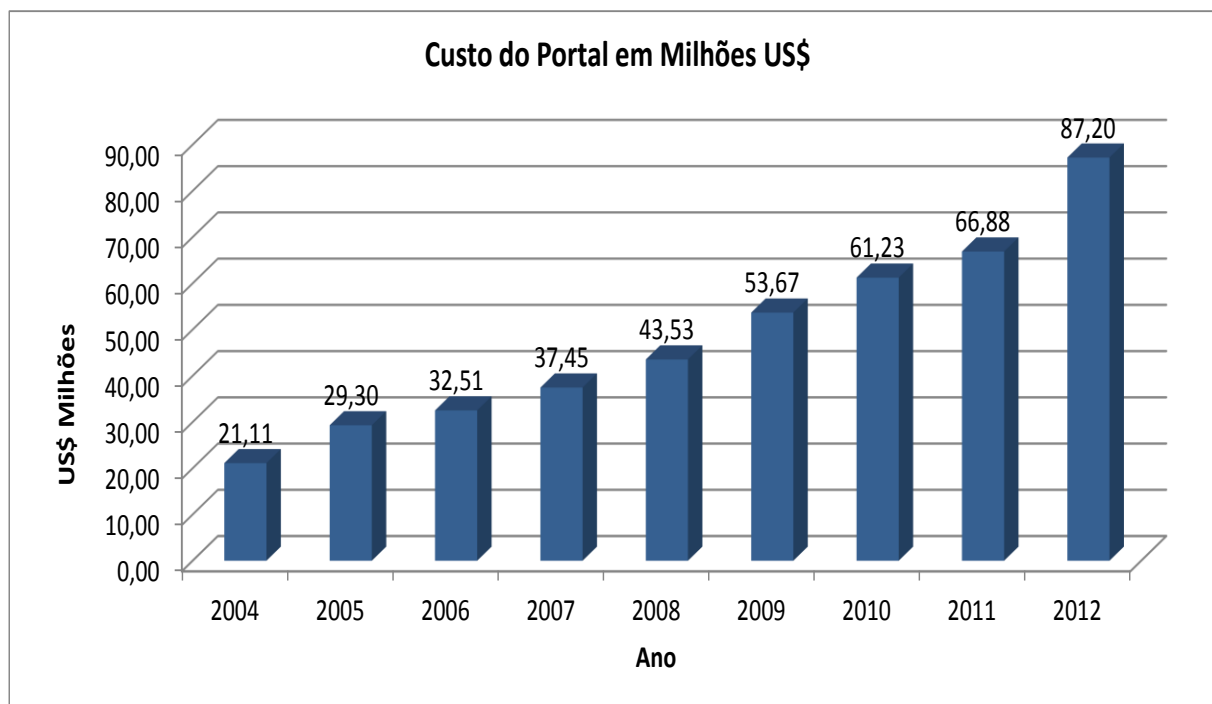


Gráfico 31 (Ação 2317) – Custo do Portal de Periódicos em Milhões US\$ - 2004-2012

Fonte: CGPP/DPB/CAPES

Instituições usuárias do Portal

O Portal de Periódicos contribui para fortalecer os programas de pós-graduação no país e incentivar o desenvolvimento da pesquisa e do ensino no país democratizando o acesso à informação científica de qualidade e promovendo a redução das desigualdades regionais de acesso à informação científica na medida em que instituições que se enquadram nos critérios estabelecidos pela CAPES acessam gratuitamente esta biblioteca eletrônica e em que novas instituições são agregadas anualmente.

Em 2012, 407 instituições tiveram acesso ao Portal de Periódicos ampliando o acesso à informação científica e tecnológica a 83 novas instituições⁶ em um percentual de 24,85% em relação a 2011⁷.

⁶ Deste número duas novas instituições entraram em substituição ao descredenciamento de outras duas instituições.

⁷ A lista completa das instituições encontra-se em anexo (Anexo 3) com a indicação das instituições que passaram a acessar em 2012.

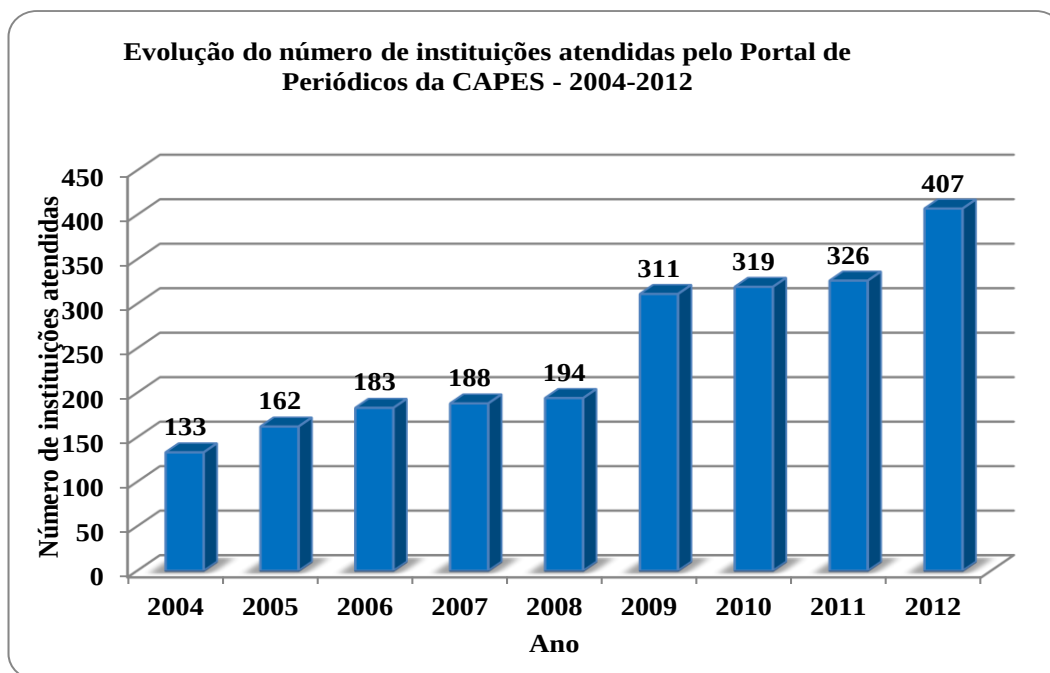


Gráfico 32 (Ação 2317) – Evolução do número de instituições atendidas pelo Portal de Periódicos da CAPES - 2004-2012

Fonte: CGPP/DPB/CAPES

O ano de 2012 também foi marcado por uma mudança do modo de gerenciamento do acesso ao Portal, com a utilização do sistema AdminIP, desenvolvido durante 2011. Este sistema conecta as instituições usuárias do Portal, através de seus administradores, a CAPES e os editores das bases de dados, possibilitando o compartilhamento em tempo real das informações de acesso e suas constantes alterações. O diagrama a seguir exemplifica as etapas envolvidas no processo de atualização de IP, destacando também seus atores.

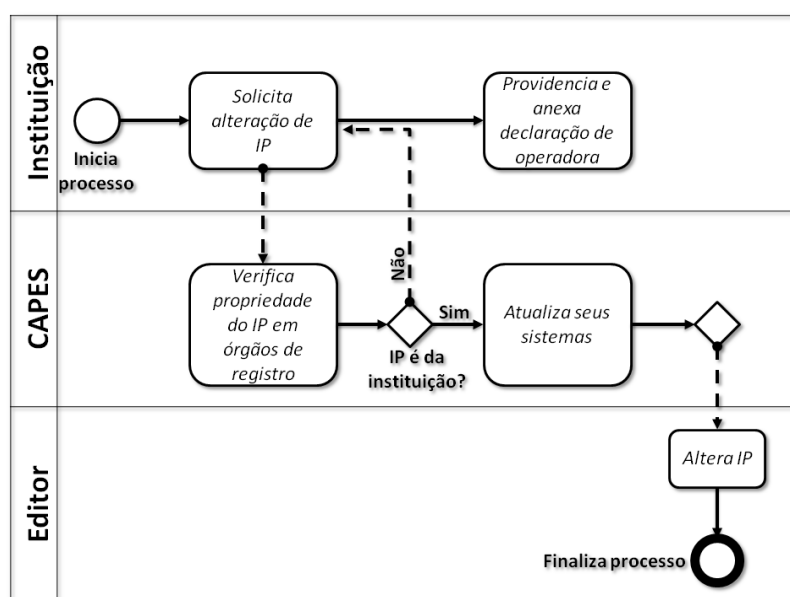


Figura 21 (Ação 2317) – Etapas envolvidas no processo de atualização de IP

Nas questões relativas ao acesso ao Portal de Periódicos da CAPES, 2012 foi o primeiro ano de vigência da chamada Licença Brasil, que viabilizou o acesso de 365 instituições a uma série de bases de dados do Portal. Resultado de intensas negociações com editores e representantes, a Licença possibilitou um incremento significativo no número de instituições atendidas pelo serviço.

A criação da modalidade usuário colaborador⁸, em 2004, proporcionou a oportunidade a que instituições que não atendem aos critérios para acesso gratuito ao Portal de Periódicos participem mediante pagamento. Estas instituições beneficiam-se da economia de escala obtida na negociação junto aos editores.

Em 2012, vinte e cinco instituições firmaram convênio com a Capes para acesso ao Portal de Periódicos, sendo cinco novas instituições.

Em uma parceria da CAPES com o Ministério da Saúde, o Portal de Periódicos participou da aquisição de bases de dados em Saúde para disponibilização no Portal Saúde Baseada em Evidências para acesso ao Ministério da Saúde e seus respectivos Conselhos Federais e Regionais de Saúde. Na celebração dos contratos foram utilizados US\$ 5.338.803,96 (cinco milhões trezentos e trinta e oito mil oitocentos e três dólares americanos e noventa e seis centavos).

Tabela 19 (Ação 2317) – Bases de dados em Saúde Baseada em Evidências

Coleção	Conteúdo	Valor US\$
1 <i>Embase.com</i>	Base da Elsevier compreendendo Medicina Baseada em Evidências, Medicamentos Genéricos e Saúde Pública e Epidemiologia.	685.000,00
2 <i>ProQuest Hospital Collection</i>	Formada por um conjunto de bases de dados com acesso aos periódicos eletrônicos PROQUEST LLC com cobertura desde 1986 nas áreas de Ciências da Saúde, Medicina e suas especialidades.	198.761,96
3 <i>DynaMed</i>	Acesso aos Periódicos Eletrônicos da Ebsco Publishing, Inc. é base de referência clínica para uso no local de tratamento.	349.000,00
4 <i>Best Practice</i>	Base do <i>British Medical Journal</i> (<i>BMJ</i>) com acesso aos periódicos eletrônicos da BMJ . Base de dados em prática médica com informações detalhadas sobre diagnósticos, tratamentos e procedimentos.	2.794.280,00
5 <i>Atheneu</i>	Coleção formada de 205 livros na área de Medicina, editados em língua portuguesa, abrangendo informações clínicas diversas e medicina baseada em evidências.	696.200,00
6 <i>Micromedex</i>	Acesso as Bases de Dados Diseasedex - Emery Medicine e Diseasedex - General Medicine.	615.562,00
Total		5.338.803,96

Fonte: CGPP/DPB/CAPES

O repasse de recursos para os editores referentes ao acesso dos usuários colaboradores de 2012 foi na ordem de US\$ 11.240.019,30 (onze milhões, duzentos e quarenta mil e dezenove dólares americanos e trinta centavos), incluídos os recursos do Portal Saúde Baseada em Evidências.

Uso do Portal pela comunidade científica

Em 2012, foram baixados 39.470.709 textos completos e 45.200.535 buscas às bases referenciais com resumos totalizando 84.671.244 acessos ao conteúdo assinado em 2012, um

8 CAPES. Portaria número 34, de 19 de julho de 200. Artigo 10

aumento de 11% em relação a 2011. Um total de 231.342 acessos diários. Ressalvamos que os dados de acessos ainda estão sendo coletados, portanto podem sofrer alterações.

A qualidade do material disponibilizado, sem dúvida, é o responsável pelo número de acessos, mas pode-se inferir, também que as mudanças ocorridas ao longo dos últimos anos quando se passou a usar sistema com metabusca e a introdução, neste ano, da nova ferramenta de busca e o acesso remoto por meio da CAFe (Comunidade Acadêmica Federada) também são incentivos ao uso do Portal de Periódicos. A partir de 2012 os bolsistas da Capes ativos no exterior passaram a utilizar o Portal de Periódicos pela CAFe.

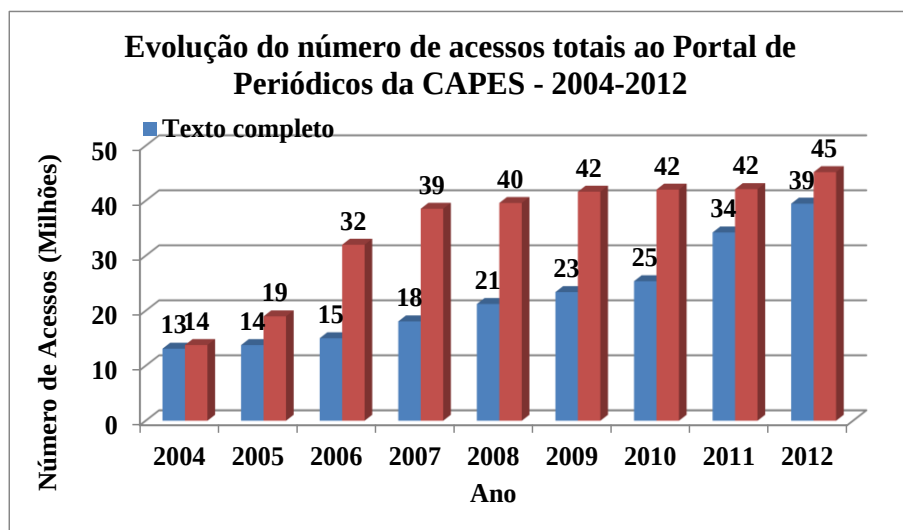


Gráfico 33 (Ação 2317) – Evolução do Número de Downloads - 2004-2012

Fonte: CGPP/DPB/CAPES

O acesso ao texto completo custou a Capes US\$ 1,40 e as pesquisas às bases de resumos US\$ 0,32. Para o valor atribuído ao *download* do texto completo, o custo foi calculado sem considerar as novas aquisições e excluídos os valores dos editores que não geraram estatísticas: *American Society for Biochemistry and Molecular Biology*; *American Society of Civil Engineers (ASCE)*; *Maney*; *American Society of Hematology*; *The Endocrine Society*; *Federation of American Society for Experimental Biology*; *Grove Music Online*; *GeoScienceWorld (GSW)* e *LNLS*.

Com a inclusão de novas instituições e ampliação dos conteúdos em muitos dos contratos existentes, o custo das bases de dados aumentou em torno de 20% o que, consequentemente, aumentou o custo do acesso.

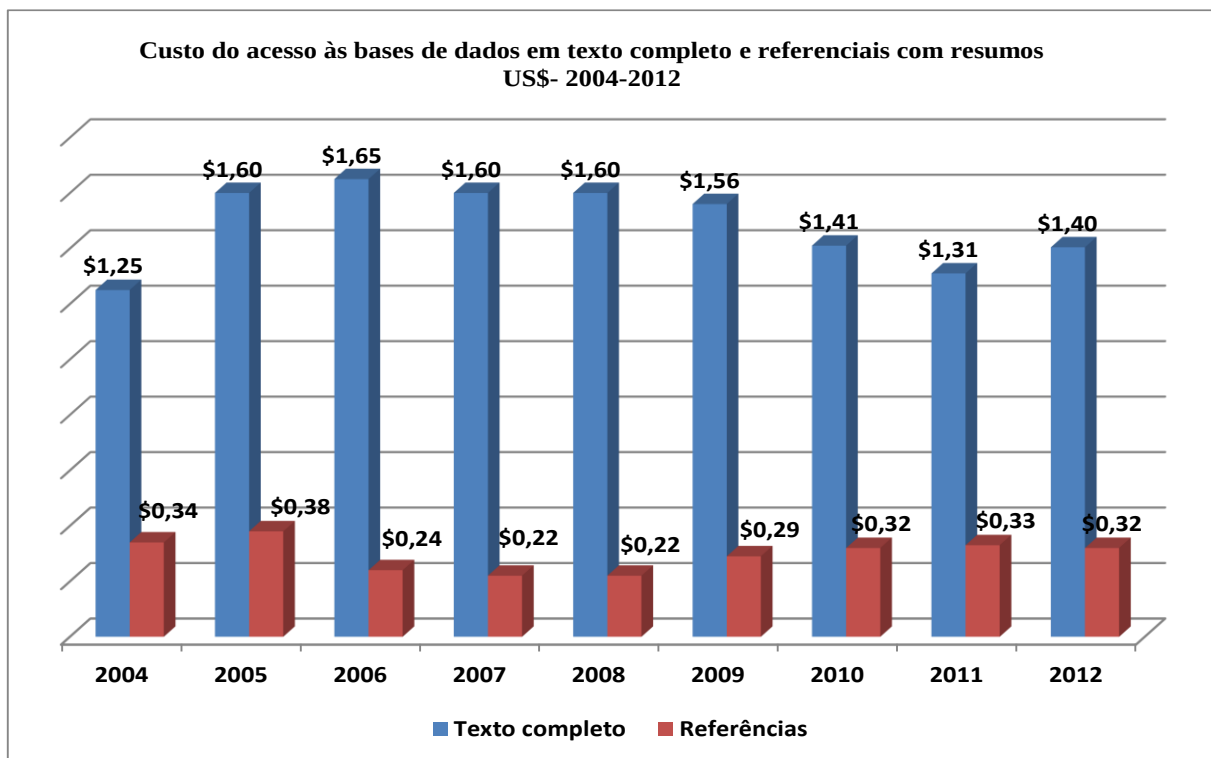


Gráfico 34 (Ação 2317) – Custo do acesso às bases de dados em texto completo e referenciais com resumos- 2004-2012
Fonte: CGPP/DPB/CAPES

As buscas no Primo alcançaram o número de 4.990.493 buscas no período de junho de 2012, quando foi implantado, a dezembro de 2012.

Na versão *mobile* foi registrado o total de 55.742 visitas. Um aumento de 4,05% em relação a 2011.

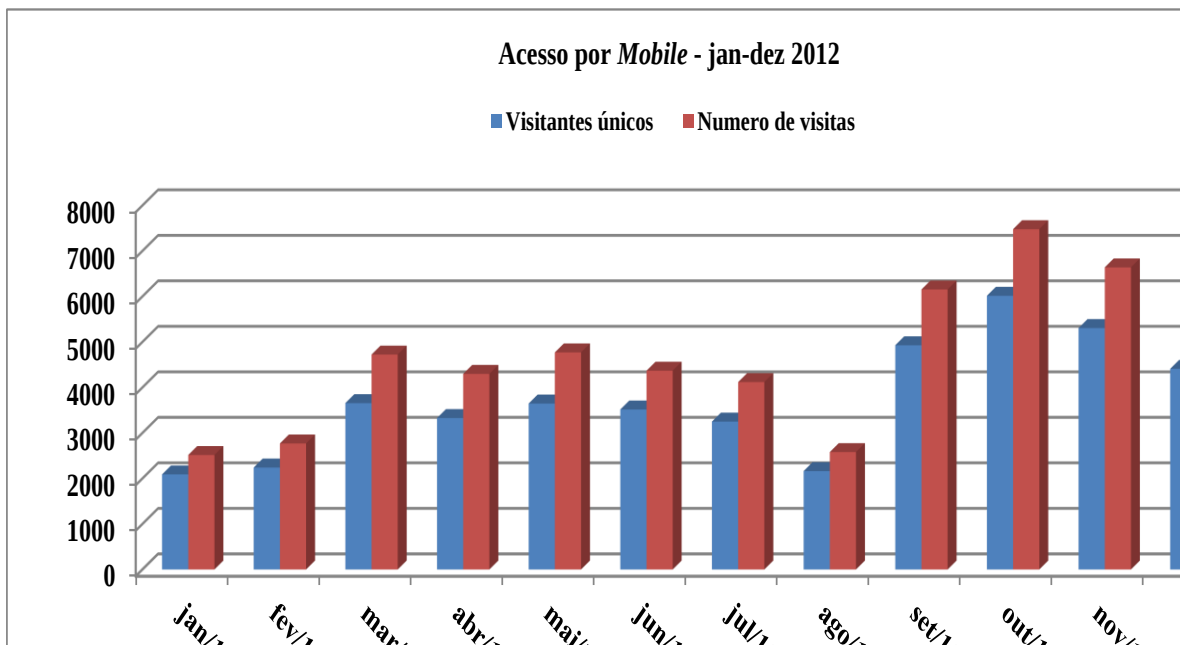


Gráfico 35 (Ação 2317) – Acesso por Mobile - jan-dez 2012

Fonte: CGPP/DPB/CAPES

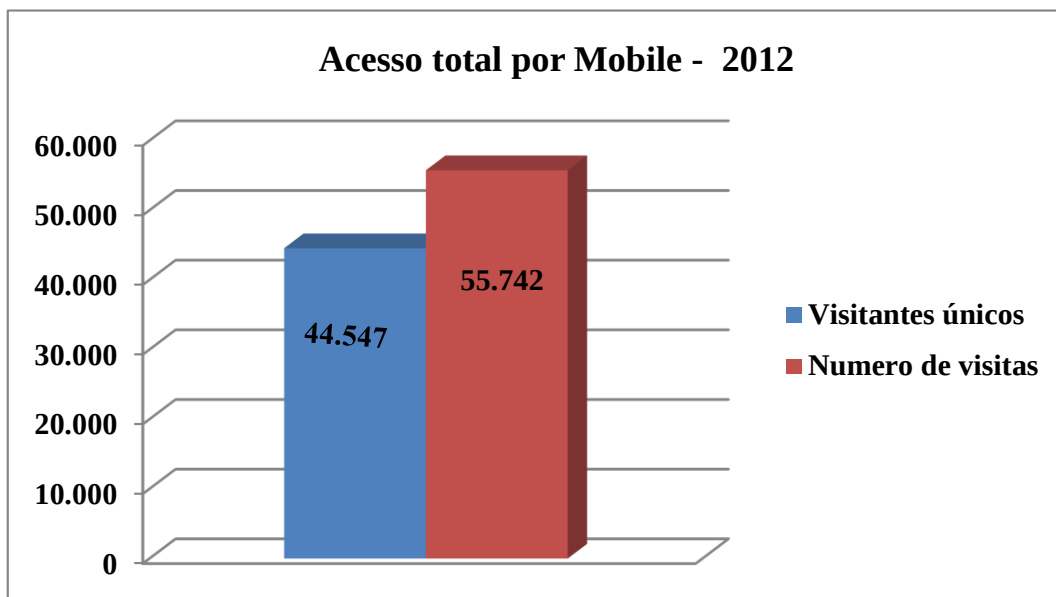


Gráfico 36 (Ação 2317) – Acesso total por Mobile - 2012

Fonte: CGPP/DPB/CAPES

Treinamentos do Portal de Periódicos e outros eventos

O programa de treinamento do Portal de Periódicos da Capes tem por objetivo capacitar a comunidade acadêmica nacional no uso das funcionalidades do Portal e dos conteúdos disponíveis no âmbito das instituições que acessam ao Portal de Periódicos e desta forma contribuir para a democratização do acesso a informação científica de qualidade.

O processo seletivo para os treinamentos em 2012 foi desenvolvido no intuito de atender as instituições usuárias do Portal que, de alguma forma, foram detectadas com necessidade de capacitação, considerando-se as instituições com baixo índice de acesso; instituições que adquiriram o direito de acesso ao Portal no ano de 2012 e instituições de ensino e pesquisa que solicitaram treinamento para o ano de 2012.

Foram ministrados 20 (vinte) treinamentos nas cinco regiões do país e, seis treinamentos solicitados por instituições usuárias. Também, foram ministrados dois treinamentos no uso das ferramentas do Portal de Periódicos, com apresentações de algumas bases de dados para os servidores, colaboradores e estagiários da Capes.

No total foram realizados 28 treinamentos, com 4.082 pessoas capacitadas no uso das ferramentas e bases de dados disponibilizadas pelo Portal de Periódicos.

Quanto aos eventos realizados neste ano, estes ocorreram em dois caracteres específicos: um sendo participação em feiras e congressos como expositor através de Stand; e, reunião de trabalho realizada na Capes com a finalidade de apresentar o Sistema AdminIP e apresentação do Sistema de Estatísticas aos editores.

A participação do Portal de Periódicos como expositor em feiras e congressos tem o objetivo de divulgar e transmitir informações sobre o seu uso. O Portal de Periódicos participou da 64ª Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) em São Luís, Maranhão, dias 22 a 27 de Julho e no XVII Seminário Nacional de Bibliotecas Universitárias (SNBU) em Gramado, Rio Grande do Sul, no período de 16 a 21 de Setembro.

Por sua importância para o meio acadêmico e de pesquisa, o Portal de periódicos vem sendo tema em artigos, teses, dissertações e eventos promovidos nas áreas de Ciência e tecnologia.

No dia 13 de Novembro, foi realizada a Cerimônia de Renovação de Contratos com os Editores, em Washington. Nesta ocasião, o Presidente da Capes, Professor Doutor Jorge Almeida Guimaraes e, o Diretor de Serviços e Soluções da RNP, Senhor José Luís Ribeiro Filho, proferiram palestras com a finalidade de explicar os trabalhos desenvolvidos pela Capes.

Em Outubro, foi entregue o Prêmio Scival Brasil, segunda edição, em Brasília, DF. Este prêmio é realizado pela Editora Elsevier, com o apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior do Ministério da Educação (Capes/ MEC), em reconhecimento às instituições brasileiras de ensino e pesquisa que se destacaram pela excelência de sua produção científica, homenageou nove instituições de ensino e pesquisa que mais contribuíram para o desenvolvimento científico do País.

Outros três Prêmios concedidos este ano foram entregues pela Empresa *Systems Link* representante no Brasil da *Institute of Physics* (IOP), *American Association for the Advancement of Science* (AAAS) e *American Society for Testing and Materials* (ASTM).

O prêmio IOP é concedido à instituição brasileira que apresentou o maior crescimento de uso dos periódicos da IOP, entre os anos de 2010 e 2011. O prêmio da AAAS à instituição federal que mais acessou as revistas científicas *Science*, *Science Signaling* e *Science Translational Medicine* no ano de 2011. E, o da ASTM International à instituição que mais acessou as revistas da ASTM, em 2011. Estes prêmios estão vinculados ao acesso ao conteúdo disponibilizado no Portal de Periódicos.

Comunicação e WebTV

O trabalho desenvolvido no âmbito da comunicação visou divulgar os acontecimentos relacionados ao Portal de Periódicos por meio de notícias no site e materiais informativos nos formatos impresso e eletrônico. Foram veiculadas informações sobre a atualização da ferramenta de busca integrada, treinamentos, eventos, conteúdo disponível no acervo, novas coleções adquiridas e outras iniciativas promovidas ao longo do ano.

Foi feita a atualização dos conteúdos fixos do site bem como a reedição do vídeo do Portal de Periódicos. Foram produzidos brindes para eventos e para a cerimônia de renovação dos contratos com os editores internacionais, realizada no mês de novembro. Nesta ocasião, a área de comunicação apoiou a área de eventos na realização da cerimônia, produzindo o convite impresso e eletrônico, brinde e folder de divulgação.

A área de comunicação também foi responsável pelos conteúdos da Capes WebTV relativas ao Portal de Periódicos. A mídia veicula conteúdo noticioso dentro dos campi das instituições de ensino e pesquisa vinculadas ao Portal por meio de monitores.

Desde sua criação, a Capes WebTV apresenta crescimento gradativo. Em 2012, aumentou para 69 o número de instituições com o sistema em pleno funcionamento. Outras 104 instituições estavam em processo de implantação da mídia (90 em processo e 14 em fase final).

No mapa do Brasil, representado na figura abaixo, é possível verificar a distribuição das instituições de ensino e pesquisa que possuem Capes WebTV por região. Quando comparado ao ano anterior, o sistema apresenta um crescimento de 49,1% no número de adesões em 2012.



Figura 22 (Ação 2317) – Representação das IES com Capes WebTV, no mapa do Brasil – 2012

O Fale Conosco é o canal de comunicação do Portal de Periódicos e é gerenciado pela equipe de Desenvolvimento de Coleções. Neste ano de 2012 registrou 6.468 mensagens, sendo que 88,53% destes e-mails foram lidos e respondidos, 10,36% foram demandas internas da CAPES e 1,11% não foram lidos ou atendidos devido ao grande volume de demanda e equipe reduzida. Destaca-se, entretanto, que no ano de 2011 a taxa de falta de resposta foi de 20% havendo, portanto, redução dessa taxa em 2012⁹.

Com relação ao Acesso Remoto, considerando-se a oferta do acesso para bolsistas da CAPES concedida este ano, foram recebidos 818 e-mails, o que equivale a 23% dos e-mails sobre essa temática. No ano passado a taxa esteve em 20% do total de solicitações recebidas sobre acesso. Ainda pelo Fale Conosco foi registrado 163 sugestões, de títulos de periódicos para compor o acervo do Portal de Periódicos. Estas sugestões servem de apoio às decisões sobre o desenvolvimento de coleções do Portal.

b) Principais Problemas

Não foram detectados problemas no âmbito da Ação 2317.

c) Contratações e Parcerias

O valor para as novas aquisições foi US\$ 15.400.053,44 (quinze milhões e quatrocentos mil e cinquenta e três dólares americanos e quarenta e quatro centavos) para as assinaturas de oito bases de dados em texto completo de livros e de periódicos, uma base referencial com resumo e duas ferramentas de análise quantitativa de desempenho do pesquisador e avaliação da produtividade institucional.

⁹ Em anexo (Anexo 4), número de e-mails recebidos no Fale Conosco do Portal de Periódicos da CAPES por assunto em 2012

Tabela 20 (Ação 2317) – Novas aquisições em 2012

Coleção	Conteúdo	Valor US\$
1. Biochemistry High Impact Collection	Essa coleção compreende 35 periódicos, editados pela Ed. Bentham, abrangendo as áreas de medicina molecular, bioquímica, genética e biotecnologia. Os periódicos são acompanhados pela Base de Dados Science of Synthesis, editada pela Editora Thieme.	163.856,00
2. Springer Journals - 502 novos títulos	Aquisição de 502 novos títulos de periódicos em complemento a coleção Springer Journals	1.791.162,00
3. Elsevier B V – ebooks português e livros textos	Compreende o SciVerse ScienceDirect, Coleção Brazil Business, Science and Technology Collection e Perpétua de Livros de Bibliografia Básica em Inglês	1.060.000,00
4. Elsevier B V – REAXYS	O REAXYS é uma importante ferramenta de produtividade, que proporciona acesso às inovações da indústria química e farmacêutica, verifica a disponibilidade comercial dos compostos citados e permite a simulação de processos de síntese química para acelerar as descobertas de novos compostos e reações e de publicações internacionais. Ferramenta Exclusiva de Planejamento de síntese que permite aos químicos simular reações químicas e compor seus rendimentos e respectivos custos, acelerando as etapas de trabalhos em laboratórios e prevendo os resultados com maior precisão.	200.000,00
5. Elsevier B V – ferramenta SCIVAL STRATA	SCIVAL STRATA é uma ferramenta para a avaliação da produção científica de pesquisadores e grupos de pesquisa de forma rápida e intuitiva. A ferramenta apresenta diversas métricas e indicadores de produção, impacto, colaboração e benchmarking em gráficos e tabelas, que podem ser impressos ou exportados para compor a documentação dos mais diversos processos de gestão e avaliação.	260.000,00
6. Elsevier B.V - Backfiles	Acesso aos periódicos eletrônicos da ELSEVIER B.V. – BACKFILES – Coleção “Subject Backfiles”	10.000.000,00
7. PCI e seus backfiles	O Proceedings Citation Index (PCI é uma ferramenta que permite aos pesquisadores acessar a literatura publicada nas mais importantes conferências, simpósios, seminários, colóquios, workshops e convenções ao redor do mundo.	767.078,44
8. Incites	O Incites (conta com dois arquivos principais: - Research Performance Profile e Global Comparisons – o primeiro dos quais é personalizado para cada cliente), é uma ferramenta para avaliação da pesquisa baseada na Web.	80.000,00
9. Royal Society Publishing - RSP	Acesso aos periódicos eletrônicos da Royal Society Publishing., Journal Archives desde 1665.	350.000,00
10. Medical Core Collection 01	Acesso aos 22 periódicos eletrônicos da base de dados Medical Core Collection 01	539.957,00
11. American Society for Microbiology - ASM	Base de dados AMERICAN SOCIETY MICROBIOLOGY/ASM compreendendo os títulos Antimicrobial Agents and Chemotherapy, Applied and Environmental Microbiology, Clinical and Vaccine Immunology, Eukaryotic Cell, Infection and Immunity, Journal of Bacteriology, Journal of Clinical Microbiology, Journal of Virology, mBio, Molecular and Cellular Biology, Clinical Microbiology Reviews e Microbiology and Molecular Biology Reviews.	188.000,00
Total		15.400.053,44

Fonte: CGPP/DPB/CAPES

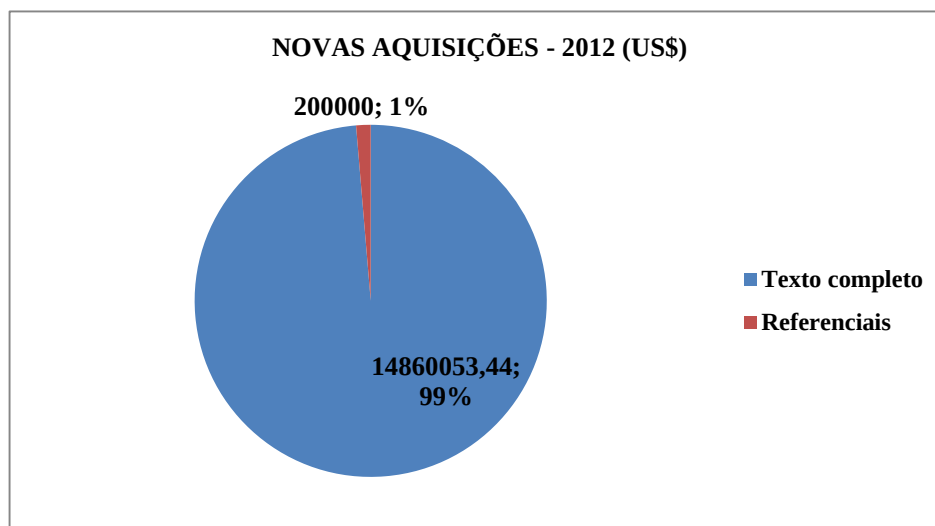


Gráfico 37 (Ação 2317) – Representação das novas aquisições: texto completo e bases referenciais – 2012
Fonte: CGPP/DPB/CAPES

Para renovações dos contratos foram utilizados US\$ 71.801.518,83 (setenta e um milhões e oitocentos e um mil e quinhentos e dezoito dólares americanos e oitenta e três centavos) na manutenção de acesso aos indicadores de produção científica e de avaliação do impacto do periódico, do repositório do Portal de Periódicos e das bases de dados de texto completo e referenciais.

Journal Citation Reports online – (Science Edition, Social Science Edition e Standalone) Version/2010-2011 - Recurso que permite avaliar e comparar revistas utilizando dados de citações extraídas de revistas acadêmicas e técnicas e verificar os periódicos mais citados em uma determinada área e, a relevância da publicação para a comunidade científica, por meio do Fator de Impacto. Para 2012, foi renovado o contrato para disponibilizar o acesso a 365 Instituições. Valor: US\$ 223.517,31.

Essential Science Indicators Internet (ESI)- Ferramenta que possibilita aos pesquisadores e avaliadores de pesquisa medir o desempenho científico e rastrear as tendências da ciência. Valor: US\$ 21.380,00.

Portico - Serviço focado na preservação da literatura acadêmica em formato eletrônico. A assinatura da Capes tem como objetivo garantir que o material assinado para o Portal de Periódicos continue acessível e preservado no período contratado, caso deixe de ser disponibilizado pelo editor ou por outros motivos como, por exemplo, falência, desastres entre outros. O contrato foi renovado no valor de US\$ 79.114,00.

Para 2012, foram realizadas renovações de 50 contratos de bases em texto completo, incluídos uma base de livros, duas enciclopédias e normas técnicas. O valor destas bases foi de US\$ 57.011.657,38 (cinquenta e sete milhões e onze mil e seiscentos e cinquenta e sete dólares americanos e trinta e oito centavos).

Tabela 21 (Ação 2317) – Renovações para 2012: texto completo

Coleção	Conteúdo	Valor US\$
1 <i>Academic Search Premier (ASP) - Ebsco</i>	Base referencial com resumos, multidisciplinar, contendo texto completo.	700.000,00
1 <i>Dentistry and Oral Sciences Source (Doss) - Ebsco</i>	Base referencial com resumos com textos completos de periódicos e livros eletrônicos, na área de odontologia.	
2 <i>Alexander Street Press</i>	Material de referência na área de música e religião: inclui as coleções <i>Religion Online</i> , <i>Classical Music Library</i> , <i>Classical Scores Library</i>	175.915,00
3 <i>American Association for the Advancement of Science (AAAS)</i>	Publicações em texto completo cobrindo todas as áreas do conhecimento com concentração em biologia.	326.702,00
4 <i>American Chemical Society (ACS)</i>	Coleção de periódicos em texto completo nas áreas de química, biologia, engenharias e exatas e da terra e tecnologia de alimentos.	724.938,30
5 <i>American Institute of Physics (AIP)</i>	Coleção em texto completo do <i>American Institute of Physics (AIP)</i> , da <i>American Physical Society (APS)</i> e de outras associações científicas e profissionais na área de física.	750.377,00
6 <i>American Physiological Society (APS)</i>	Publicações em texto completo especializadas em fisiologia.	132.221,00
7 <i>American Societies</i>	Publicações em texto completo de várias sociedades em todas as áreas do conhecimento.	2.919.615,00
8 <i>American Society for Biochemistry and Molecular Biology</i>	Publicações em texto completo em biologia.	244.843,00
9 <i>AAAS(Science Translational Medicine)</i>	Publicação em texto completo em Medicina.	103.544,00
10 <i>American Society for Testing and Materials (ASTM)</i>	Normas técnicas e textos completos nas áreas de biologia, agrárias, saúde e engenharias. Inclui: <i>ASTM Digital Library</i> e <i>ASTM Standards</i>	765.000,00
11 <i>American Society of Civil Engineers (ASCE) e Maney</i>	Textos completos nas áreas das engenharias, ambientais e exatas e da terra.	531.703,00
12 <i>American Society of Hematology</i>	Publicação em texto completo na área de hematologia.	81.542,00
13 <i>Annual Reviews</i>	Coleção em texto completo cobrindo todas as áreas do conhecimento.	285.400,00
14 <i>Association for Computing Machinery (ACM)</i>	Coleção em texto completo incluindo além de artigos: <i>transactions</i> , <i>magazines</i> , <i>newsletters</i> e <i>proceedings</i> cobrindo as áreas de exatas, engenharias e de ensino de ciências e matemática.	510.896,00
15 <i>Begell House</i>	Textos completos nas áreas das engenharias e saúde.	736.000,00
16 <i>BioOne1 e II</i>	Reúne publicações em texto completo das sociedades científicas, de editores e bibliotecas nas biológicas e agrárias e ciências ambientais	275.000,00
17 <i>Cabi Compendia</i>	Material de referência composto por: <i>Forestry Compendium</i> ; <i>Crop Protection Compendium</i> ; <i>Animal Health & Production Compendium</i> ; <i>Aquaculture Compendium</i>	138.237,00
18 <i>Cambridge University Press</i>	Coleção em texto completo cobrindo as áreas de biologia, saúde, exatas e da terra, ciências sociais aplicadas, humanas, letras e artes.	390.213,00
19 <i>Ecological Society of América (ESA)</i>	Textos completos nas áreas de ciências ambientais e ecologia.	89.800,70

Coleção	Conteúdo	Valor US\$
20 Elsevier B.V (Science Direct / Freedom Collection e e-books)	Texto completo de artigos, livros e enciclopédias cobrindo todas as áreas do conhecimento.	24.417.530,00
21 Elsevier (Masson , clinics e Cell Press)	Bases em texto completo das áreas de saúde e biologia.	3.299.232,00
22 Emerald	Textos completos nas áreas de ciências sociais aplicadas e engenharias.	936.244,00
23 Encyclopaedia Britannica Online Academic Edition	Material de referência cobrindo todas as áreas do conhecimento.	151.179,00
24 Enciclopédia Britânica - Básica	Material de referência cobrindo todas as áreas do conhecimento.	1.255.000,00
25 Endocrine Society	Publicações em texto completo especializadas em endocrinologia e fisiologia.	33.880,00
26 European & American Biochem Publishers	Formada pela base de dados Jama Evidence, periódicos publicados pela Cold Spring Harbor Laboratory Press, pela editora Karger, pela editora Thieme, PsycBOOKS (APA), Primal Pictures e PNAS: Proceedings of National Academy of Sciences of United States of America.	1.063.096,00
27 European & American Publishers (Math & Earth Collection)	Compreende a JSTOR Math Stats Collection e o EUCLID Project da Duke University.	433.814,00
28 Federation of American Society for Experimental Biology	Publicação em texto completo em biologia.	24.886,00
29 GALE _ Eighteenth Century Collections Online	Livros publicados no século 18 com textos completos digitalizados nas áreas de ciências humanas e sociais aplicadas.	312.320,00
GALE _ Academic OneFile e Modern language Association Database (MLA)	Publicações em texto completo nas áreas de ciências humanas e sociais aplicadas e base de dados referencial nas áreas de línguas, literatura, linguística e folclore.	
30 Grove Music Online	Base de referência nas áreas de história e artes incluindo acesso ao Oxford Dictionary of National Biography, ao The Oxford Companion to Music (2002) e ao The Oxford Dictionary of Music, Second Edition, Revised (2006).	24.742,00
31 GeoScienceWorld (GSW)	Periódicos em texto completo de diversas editoras científicas.	321.978,00
32 HighWire (Base de dados de 08 Associações)	Textos completos com ênfase nas áreas de biologia e saúde.	610.035,00
33 Institution of Civil Engineers (ICE)	Textos completos na área de engenharia civil e áreas correlatas.	309.000,00
34 Institute of Electrical and Electronics Engineers (IEEE)	Normas técnicas e textos completos de anais de congressos e conferências e de publicações periódicas nas engenharias e exatas.	1.566.205,00
35 Institute of Physics (IOP) Publishing Limited	Textos completos na área de física do IOP e outras sociedades científicas.	840.123,00
36 Jstor - Arts & Science Collec. 01	Textos completos retrospectivos nas áreas de economia, história, ciências políticas, sociologia, ecologia, matemática e estatística.	459.300,00
37 Jstor - Arts & Science Collec. 03	Textos completos retrospectivos nas áreas de línguas e literatura e artes	212.400,00
38 Laboratório Nacional de Luz Sincroton (LNLS) – Física: e CrystMet e Phase Diagrams.	Obras de referência composta das Bases de Estruturas Cristalinas: Inorganic Crystal Structure Database: ICSD; Metals Structure Database (CRYSTMET) e Phase Diagrams das áreas de engenharias, física e química.	324.605,00
39 Mary Ann Liberty	Textos completos nas áreas de saúde, biomedicina, psicologia e direito.	120.065,00
40 Micromedex	Base de referência na área de farmácia e farmacologia.	514.189,00

Coleção	Conteúdo	Valor US\$
41 <i>Nature</i>	Disponível a revista <i>Nature weekly</i> , de cobertura multidisciplinar e <i>reviews e research</i> especializadas.	891.374,00
42 <i>Optical Society (OSA)</i>	Textos completos na área de física.	127.308,00
43 Organization for Economic Cooperation and Development (OECD)	Material de referência e textos completos que inclui a base <i>SourceOECD</i> , biblioteca eletrônica contendo periódicos, livros, bases de dados estatísticas interativas e outras coleções publicadas pela OECD.	248.146,00
44 <i>OVID</i>	Periódicos em texto completo de diversas editoras científicas com ênfase nas áreas de biologia e saúde.	1.765.338,00
45 <i>Oxford</i>	Textos completos nas áreas de biologia, saúde, exatas e da terra, ciências sociais aplicadas e humanas.	570.251,74
46 <i>Project Muse</i>	Textos completos nas áreas de humanas e ciências sociais aplicadas.	488.547,00
47 <i>Royal Society of Chemistry(RSC)</i>	Textos completos dos periódicos da Sociedade na área de química.	301.792,00
48 <i>Sage</i>	Textos completos com concentração nas áreas de ciências sociais aplicadas e humanas.	547.886,50
49 <i>Springer / Kluwer</i>	Textos completos nas áreas de biologia, saúde, agrárias e exatas e da terra.	2.097.595,00
50 <i>Wiley Blackwell Full Collection</i>	Textos completos nas áreas de biológicas, saúde, exatas e da terra, agrárias, sociais aplicadas, humanas, linguística, letras e artes.	2.861.649,14
Total		57.011.657,38

Fonte: CGPP/DPB/CAPES

A renovação de oito contratos relativos às bases referenciais com resumos e uma base de patentes foi no valor de US\$ 14.465.850,14 (quatorze milhões e quatrocentos e sessenta e cinco mil e oitocentos e cinquenta dólares americanos e quatorze centavos).

Tabela 22 (Ação 2317) – Renovações para 2012: resumos

Coleção	Conteúdo	Valor US\$
1 <i>Chemical Abstracts</i> (CAS) - <i>SciFinder Scholar</i>	Versão online do <i>Chemical Abstracts</i> . Base referencial com resumos nas áreas de química, saúde, ambientais e engenharias.	2.070.300,00
2 <i>Derwent Innovations Index</i> (DII)	Base de dados de patentes com referências em todas as áreas do conhecimento	520.508,73
3 <i>EBSCO Publishing</i>	Inclui as bases de dados de resumos: CINAHL with Full Text; ISTA; LISTA with full text; RILM; SocIndex with Full Text; SportDiscus) nas áreas de saúde, humanas e sociais aplicadas. Contem títulos com texto completo.	329.291,80
4 <i>Elsevier</i>	Inclui as bases de resumos <i>Scopus</i> e <i>Compendex</i> atendendo todas as áreas do conhecimento (<i>Scopus</i>) e a área de engenharia (<i>Compendex</i>).	4.366.236,00
5 <i>Online Computer Library Center</i> (OCLC)	Banco de dados que oferece acesso ao acervo de diversas bibliotecas do mundo.	Não envolve recursos
6 <i>ProQuest – Cambridge Scientific Abstracts</i> (CSA)	Conjunto de bases de dados referenciais com resumos cobrindo as áreas de engenharia, tecnologia, ciências sociais aplicadas, humanas e exatas.	516.171,00
7 <i>SilverPlatter/Ovid</i>	Bases de dados referenciais com resumo em várias áreas do conhecimento: <i>Biological Abstracts</i> ; <i>CAB Abstracts</i> ; <i>EconLit</i> ; <i>Food Science & Technology Abstracts</i> ; <i>INSPEC</i> ; <i>Philosophers Index</i> .	2.257.981,00
8 <i>Web of Science</i> (Wos)	Base referencial com resumos multidisciplinar que indexa os periódicos mais citados em suas respectivas áreas. É composta por: <i>Science Citation Index</i> ; <i>Social Sciences Citation Index</i> ; <i>Arts and Humanities Citation Index</i> .	4.405.361,61
Total		14.465.850,14

Fonte: CGPP/DPB/CAPES

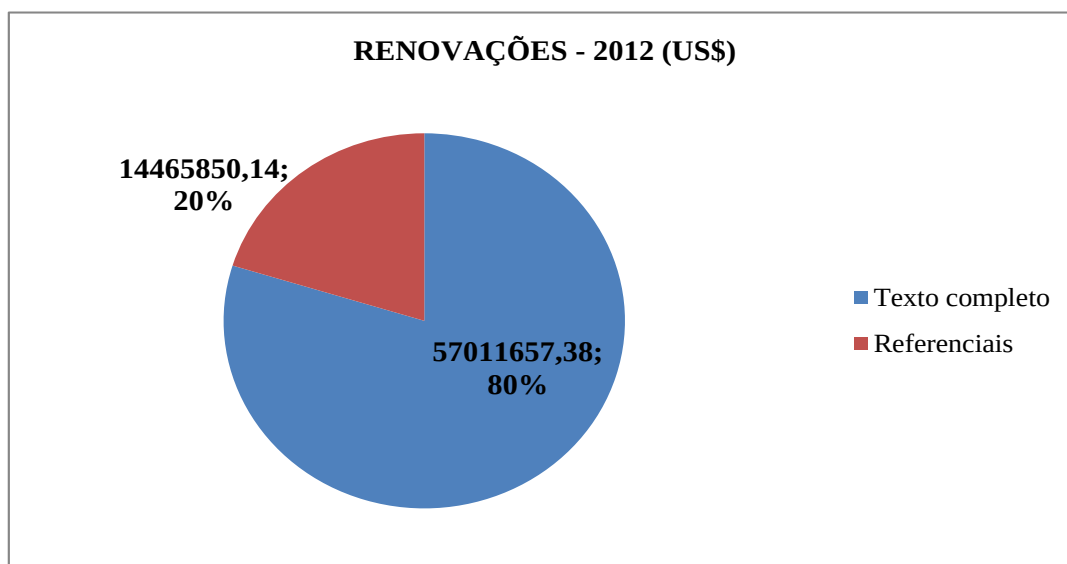


Gráfico 38(Ação 2317) – Representação dos custos de renovação de bases de dados: texto completo e bases referenciais – 2012

Fonte: CGPP/DPB/CAPES

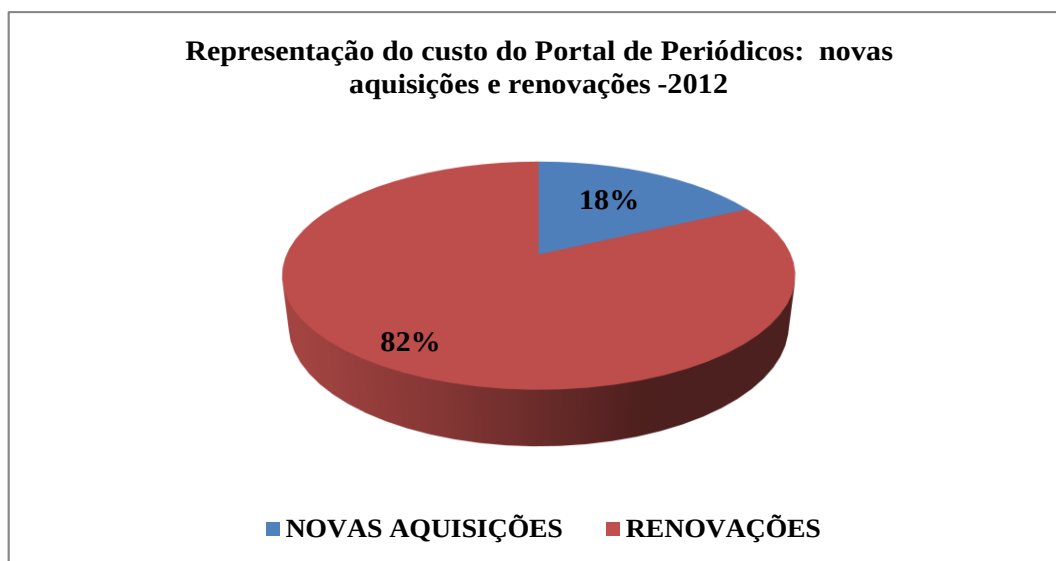


Gráfico 39 (Ação 2317) – Representação do custo total do Portal de Periódicos: novas aquisições e renovações (US\$) – 2012

Fonte: CGPP/DPB/CAPES

d) Transferências

Em 2012 não foram efetuadas transferências de recurso no âmbito da Ação 2317.

e) Considerações sobre o atingimento das metas físicas e financeiras

O Portal de Periódicos da CAPES tem proporcionado o acesso à informação científica e tecnológica a usuários de 407 instituições públicas e privadas, entre universidades, centros de pesquisa e órgãos governamentais. Estiveram disponíveis, em 2012, mais de 33 mil periódicos com texto completo, 130 bases referenciais e de resumos, 27 bases com dados de livros eletrônicos e 11 bases de patentes.

Em 2012, registrou-se 84,6 milhões de acessos ao Portal de Periódicos, o que representa 231,3 mil acessos diários, ultrapassando a meta estabelecida em 12,89%. A nova ferramenta de busca que utiliza a tecnologia de descoberta de conteúdo o Portal de Periódicos proporcionou aos usuários uma interface simples de busca, ganhando agilidade e eficiência na recuperação das informações. O recurso de Buscar Livro também beneficiou aos usuários acrescentando valor ao processo de busca. Convém ressaltar que em 2012 um número maior de Instituições passou a ter acesso ao Portal de Periódicos da CAPES.

Em razão da assinatura de novos conteúdos para atendimento à demanda da comunidade científica, bem como do crescimento do número de usuários participantes, o orçamento aprovado para o Portal foi de R\$ 162,6 milhões. Este valor foi empenhado em sua totalidade e corrigido em função da variação cambial do dólar americano. Assim, o valor empenhado foi 7,4% maior do que o inicial. No que tange a liquidação das despesas, cabe ressaltar que a execução de 94% se deve, principalmente, ao fato de que alguns editores não apresentaram a documentação necessária para o pagamento (*invoice*), não sendo possível, portanto, liquidar a despesa dentro do mesmo exercício.

Ação 2317

META	PREVISÃO	EXECUÇÃO (DESPESAS EMPENHADAS)	EXECUÇÃO (DESPESAS LIQUIDADAS)	DESPESAS LIQUIDADAS/ PREVISÃO (%)
FINANCEIRA	162.612.288	174.641.009	152.744.434,88	94**
FÍSICA*	75.000	-	84.671	123

* Produto: acesso realizado

** A superação da meta financeira justifica-se pelo recebimento de recursos via descentralização.

Ação 0487 – Concessão de Bolsas de Estudos no País

Dados Gerais da Ação

Ação 0487	Concessão de Bolsas de Estudos no País
Tipo	Operações Especiais
Finalidade	Promover a formação de recursos humanos de alto nível, no âmbito acadêmico, científico e tecnológico, proporcionando aos discentes, docentes e pesquisadores o aporte necessário de recursos financeiros para as atividades relacionadas às dissertações/teses e aos projetos de pesquisa aprovados pela Capes. Apoiar a pesquisa científica de pós-doutores em atendimento à política governamental no âmbito do Plano de Desenvolvimento da Educação. Incentivar o desenvolvimento de países parceiros, no âmbito acadêmico, científico e tecnológico, por meio da formação de estudantes estrangeiros no Brasil, promovendo a criação de redes de pesquisa e a internacionalização de universidades brasileiras.
Descrição	Concessão de bolsas de estudo no país, apoio financeiro aos programas de pós-graduação e demais auxílios a esses vinculados, fomento para a realização de pesquisas e de estudos acadêmicos necessários à formação de alunos e ao aperfeiçoamento de professores, pesquisadores e especialistas no país, priorizando a formação de recursos humanos de alto nível em áreas consideradas prioritárias para o país. Concessão de bolsas, como ação indutora, em todos os níveis, para acelerar o desenvolvimento da pesquisa científica e tecnológica e a formação de recursos humanos em regiões onde a pós-graduação é ainda incipiente, a exemplo das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, promovendo o desenvolvimento mais harmonioso da pós-graduação e da pesquisa nacional. Além disso, tem como objetivo apoiar a pesquisa científica de pós-doutores no contexto do Programa Nacional de Pós-Doutorado por meio da implementação de projetos de desenvolvimento de novas tecnologias, especialmente nas áreas consideradas prioritárias, resultando no aumento da competitividade das empresas de base tecnológica e de inovação e no aumento qualitativo e quantitativo do desempenho científico e tecnológico do país e da competitividade internacional da pesquisa brasileira. Busca também promover o apoio necessário ao desenvolvimento e ao registro de patentes, estimulando a relação entre Universidades e Empresas.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	CAPES
Coordenador nacional da ação	Marcio de Castro Silva Filho – Diretor de Programas e Bolsas no País
Unidades executoras	Diretoria de Programas e Bolsas no País – DPB, Coordenação de Desenvolvimento Setorial e Institucional – CGSI e Coordenação-Geral de Programas Estratégicos – CGPE.

a) Principais Resultados

Por meio da Ação 0487, a CAPES apoiou a expansão do Sistema Nacional de Pós-Graduação – SNPG, ampliando a concessão de bolsas de estudos no país. Em 2012, foram concedidas 46.505 bolsas de mestrado, 27.589 de doutorado, 3.663 de pós-doutorado e 147 para professores visitantes seniores, totalizando 77.904 bolsas concedidas. Convém ressaltar a atenção dispensada às regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, com vistas à redução das assimetrias regionais, pois 24,6 mil foram destinadas a cursos de pós-graduação localizados nestas regiões, destacando ações como o Programa Nacional de Cooperação Acadêmica (Procad) e o Programa de Doutorado Interinstitucional (Dinter).

Em 2012 a CAPES deu prosseguimento às ações indutivas para suporte ao desenvolvimento de projetos em áreas consideradas estratégicas para o país. Dentre as mais significativas, destacam-se os programas nas áreas de Nanobiotecnologia, Toxinologia, Parasitologia, TV Digital, Defesa Nacional, Engenharias, Saúde e Ciências do Mar. Para estimular o incremento de projetos de pesquisa em áreas estratégicas, foram publicados novos editais em 2012, entre os quais destacam-se os lançados em parceria com o Inmetro, Fiocruz e Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência – SAE. Dando continuidade às parcerias com governos estaduais, foi ampliada a cooperação com as Fundações de Amparo a Pesquisa dos Estados, chegando a um total de 15 acordos de cooperação firmados e 1.067 bolsas concedidas.

Além das ações mencionadas acima, vale ressaltar que em 2012 os valores das bolsas de estudo no país foram reajustados. As bolsas de mestrado passaram de R\$ 1.200,00 para R\$ 1.350,00, as de doutorado de R\$ 1.800,00 para R\$ 2.000,00 e as de pós-doutorado de R\$ 3.300,00 para 3.700,00.

O investimento desta ação representou um total de R\$ 1.527.371.790,73 (um bilhão, quinhentos e vinte e sete milhões, trezentos e setenta e um mil, setecentos e noventa reais e setenta e três centavos), cobrindo todas as áreas do conhecimento científico.

Programas de Fomento executados pela CAPES no âmbito da Ação 0487:

Programa Demanda Social – DS

O programa Demanda Social – DS visa promover a formação de recursos humanos de alto nível, por meio da concessão de bolsas de estudo (mestrado e doutorado) para os programas de pós-graduação de Instituições de Ensino Superior (IES) federais, estaduais e municipais, com ensino gratuito.

Em 2012, 126 IES foram apoiadas pelo programa DS, sendo concedidas 29.669 bolsas de mestrado e 17.181 de doutorado, totalizando 46.850 bolsas. Nesse quantitativo, estão incluídas as modalidades de bolsas quota, empréstimo e pró-reitoria, concedidas a 2.269 programas de pós-graduação. Em 2012 foram investidos R\$ 668.763.352,39 (seiscentos e sessenta e oito milhões, setecentos e sessenta e três mil, trezentos e cinquenta e dois reais e trinta e nove centavos) pelo programa DS.

As quotas correspondem às bolsas concedidas aos programas de pós-graduação, os quais têm livre gestão sobre essas e definem onde alocá-las e qual será o período de apoio. Já as da pró-reitoria são bolsas concedidas às pró-reitorias de cada IES que poderão alocá-las em qualquer programa de pós-graduação dessa e visam resolver questões emergenciais. As bolsas empréstimo são personalizadas por discente e nessa modalidade, o programa de pós-graduação não tem disponibilidade sobre essas. Ao ser cadastrado, o bolsista é informado do início e da duração dessa. Findo o prazo, a bolsa é extinta automaticamente. São utilizadas para:

- a) premiar estudantes com elevado desempenho (ex: 1º lugar no ENADE);
- b) mudar o *status* das bolsas de cursos de pós-graduação que após a avaliação trienal ficaram com conceito inferior a 3, posto que, o curso será desativado, mas os bolsistas que já estavam cadastrados terão que ser apoiados até o final de seu curso; e
- c) o apoio temporário ou fomento induzido a cursos de pós-graduação. Esta é uma forma da CAPES não ser obrigada a renovar as bolsas quando findar o prazo, uma vez que a indução é temporária.

Os cursos novos aprovados pela CAPES em 2012 e que entraram em funcionamento no ano de 2012, também foram apoiados com bolsas do programa DS. Para cada um desses cursos foram concedidas duas bolsas por nível (mestrado/doutorado). Ao todo, foram concedidas 284 bolsas, sendo 190 de mestrado e 94 de doutorado. Foram apoiados 129 cursos novos, sendo 82 de mestrado, 34 de doutorado e 13 com ambos os níveis.

Cabe ressaltar que em agosto de 2012, foi realizada uma concessão adicional de bolsas tendo como base a utilização das cotas pelos Programas de Pós-Graduação verificada em meses anteriores, a partir da qual foi aplicado um modelo com os critérios abaixo relacionados:

- Incremento de 8% da utilização das cotas de mestrado, independentemente da área prioritária

(descrição das áreas prioritárias em anexo (Anexo 3));

- Incremento de 15% da utilização das cotas de doutorado na área prioritária 1;
- Incremento de 12% da utilização das cotas de doutorado nas áreas prioritárias 2 e 3; e
- Incremento de 5 a 15% das cotas Pró-reitoria, variando em função das distorções verificadas nas cotas anteriormente disponibilizadas.

Dessa forma, a CAPES buscou ampliar ao máximo o investimento em bolsas sem ultrapassar o limite de 78% do orçamento e que, em face do crescimento do SNPG, torna-se cada vez mais necessária a participação de novos atores e agências no apoio aos Programas de Pós-Graduação.

Nas tabelas, a seguir, é apresentada a concessão de bolsas do programa DS em 2012, por região geográfica, UF, grande área do conhecimento, IES e *status* jurídico.

Tabela 23 (Ação 0487) – Distribuição de bolsas de mestrado e doutorado do programa DS por região geográfica, em 2012.

Região	Mestrado	Doutorado	Total	Mestrado (%)	Doutorado (%)	Total (%)
Sudeste	11.880	8.930	20.810	40,00	51,98	44,42
Nordeste	7.014	3.311	10.325	23,64	19,27	22,04
Sul	6.302	3.391	9.693	21,28	19,74	20,69
Centro-Oeste	2.727	1.002	3.729	9,21	5,83	7,96
Norte	1.746	547	2.293	5,87	3,18	4,89
Total	29.669	17.181	46.850	100	100	100

Fonte: CDS/CGSI/DPB/CAPES

A região Sudeste detém o maior percentual de bolsas do DS (44,42%), sendo que quase 52% das bolsas de doutorado foram concedidas para IES da região Sudeste. Em seguida, destacam-se as regiões Nordeste e Sul, com 22,04% e 20,69% das bolsas, respectivamente. A distribuição de bolsas apresentada na tabela 1 reflete o grau de consolidação da pós-graduação no país.

Tabela 24 (Ação 0487) – Distribuição de bolsas de mestrado e doutorado do programa DS por UF, em 2012.

UF	Mestrado	Doutorado	Total	Mestrado (%)	Doutorado (%)	Total (%)
SP	5.441	5.066	10.507	18,34	29,49	22,43
RJ	3.020	2.078	5.098	10,18	12,09	10,88
MG	2.877	1.607	4.484	9,70	9,35	9,57
RS	2.558	1.600	4.158	8,62	9,31	8,88
PR	2.641	1.158	3.799	8,90	6,74	8,11
BA	1.466	636	2.102	4,94	3,70	4,49
PE	1.297	788	2.085	4,37	4,59	4,45
PB	1.248	688	1.936	4,21	4,00	4,13
SC	1.103	633	1.736	3,72	3,68	3,71
RN	935	439	1.374	3,15	2,56	2,93
DF	839	532	1.371	2,83	3,10	2,93
CE	817	491	1.308	2,75	2,86	2,79
PA	880	302	1.182	2,97	1,76	2,52
GO	768	260	1.028	2,59	1,51	2,19
MS	637	136	773	2,15	0,79	1,65
ES	542	179	721	1,83	1,04	1,54
AM	494	213	707	1,67	1,24	1,51
MT	483	74	557	1,63	0,43	1,19
SE	415	86	501	1,40	0,50	1,07
AL	289	117	406	0,97	0,68	0,87
PI	316	35	351	1,07	0,20	0,75
MA	231	31	262	0,78	0,18	0,56
TO	140	20	160	0,47	0,12	0,34
RO	100	6	106	0,34	0,03	0,23
AP	49	6	55	0,17	0,03	0,12
RR	48	0	48	0,16	0,00	0,10
AC	35	0	35	0,12	0,00	0,07
Total	29.669	17.181	46.850	100	100	100

Fonte: CDS/CGSI/DPB/CAPES

Destaca-se, na tabela 24, o percentual do total de bolsas dos estados de São Paulo (22,43%) e Rio de Janeiro (10,88%). Em São Paulo estão localizadas três grandes IES estaduais: USP, UNESP e UNICAMP, ao passo que no Rio de Janeiro encontra-se a UFRJ. Essas IES recebem um quantitativo expressivo de bolsas levando a que, juntos, esses estados detenham cerca de um terço das bolsas do programa DS (33,31%). Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Paraná, aparecem na sequência com um percentual na casa dos 8 e 9% cada.

Tabela 25 (Ação 0487) – Distribuição de bolsas de mestrado e doutorado do programa DS por grande área do conhecimento, em 2012.

Grande Área	Mestrado	Doutorado	Total	Mestrado (%)	Doutorado (%)	Total (%)
Ciências Agrárias	4.695	3.015	7.710	15,82	17,55	16,46
Ciências da Saúde	4.200	3.016	7.216	14,16	17,55	15,40
Ciências Humanas	3.880	2.027	5.907	13,08	11,80	12,61
Engenharias	3.328	1.666	4.994	11,22	9,70	10,66
Ciências Exatas e da Terra	3.036	1.772	4.808	10,23	10,31	10,26
Ciências Biológicas	2.719	1.979	4.698	9,16	11,52	10,03
Multidisciplinar	2.563	1.383	3.946	8,64	8,05	8,42
Ciências Sociais e Aplicadas	2.173	780	2.953	7,32	4,54	6,30
Linguística, Letras e Artes	1.721	904	2.625	5,80	5,26	5,60
Pró-reitoria	1.354	639	1.993	4,56	3,72	4,25
Total	29.669	17.181	46.850	100	100	100

Fonte: CDS/CGSI/DPB/CAPES

Em relação às grandes áreas do conhecimento, Ciências Agrárias recebe o maior quantitativo de bolsas do DS (16,46%), seguida pelas grandes áreas Ciências da Saúde (15,40%) e Ciências Humanas (12,61%), conforme se observa na Tabela 25 (Ação 0487) – **Distribuição de bolsas de mestrado e doutorado do programa DS por grande área do conhecimento, em 2012..** Juntas essas áreas são apoiadas com 44,47% do total de bolsas do programa DS. É importante enfatizar que essas áreas concentram 42,87% dos cursos de mestrado e 46,32% dos cursos de doutorado.

As bolsas da modalidade pró-reitoria são alocadas por cada instituição de maneira livre ao longo do ano, dado o seu caráter mitigador de situações emergenciais. Desta forma, essas foram contabilizadas à parte na tabela de distribuição de bolsas por grande área do conhecimento (Tabela 26).

Tabela 26 (Ação 0487) – Distribuição de bolsas de mestrado e doutorado do programa DS por IES, em 2012.

Nº	IES	Mestrado	Doutorado	Total	Mestrado (%)	Doutorado (%)	Total (%)
1	USP	2.053	2.201	4.254	6,92	12,81	9,08
2	UNESP	1.535	1.295	2.830	5,17	7,54	6,04
3	UFRGS	992	867	1.859	3,34	5,05	3,97
4	UFRJ	870	704	1.574	2,93	4,10	3,36
5	UNB	839	532	1.371	2,83	3,10	2,93
6	UFSC	792	559	1.351	2,67	3,25	2,88
7	UFPE	762	585	1.347	2,57	3,40	2,88
8	UNICAMP	655	676	1.331	2,21	3,93	2,84

Nº	IES	Mestrado	Doutorado	Total	Mestrado (%)	Doutorado (%)	Total (%)
9	UFPR	795	512	1.307	2,68	2,98	2,79
10	UFBA	783	470	1.253	2,64	2,74	2,67
11	UFPB	767	446	1.213	2,59	2,60	2,59
12	UFMG	670	516	1.186	2,26	3,00	2,53
13	UFRN	757	396	1.153	2,55	2,30	2,46
14	UFF	632	409	1.041	2,13	2,38	2,22
15	UFPA	758	276	1.034	2,55	1,61	2,21
16	UFSM	697	321	1.018	2,35	1,87	2,17
17	UFC	587	403	990	1,98	2,35	2,11
18	UFG	685	260	945	2,31	1,51	2,02
19	UERJ	538	381	919	1,81	2,22	1,96
20	UEM	522	280	802	1,76	1,63	1,71
21	UFSCAR	469	304	773	1,58	1,77	1,65
22	UEL	542	221	763	1,83	1,29	1,63
23	UFPEL	462	247	709	1,56	1,44	1,51
24	UNIFESP	356	353	709	1,20	2,05	1,51
25	UFES	529	179	708	1,78	1,04	1,51
26	UFU	424	199	623	1,43	1,16	1,33
27	UFLA	295	314	609	0,99	1,83	1,30
28	UFCCG	340	236	576	1,15	1,37	1,23
29	UFV	312	247	559	1,05	1,44	1,19
30	UFRPE	350	158	508	1,18	0,92	1,08
31	FUFSE	415	86	501	1,40	0,50	1,07
32	UFMT	399	74	473	1,34	0,43	1,01
33	UFAM	347	121	468	1,17	0,70	1,00
34	FURG	298	138	436	1,00	0,80	0,93
35	UFMS	335	93	428	1,13	0,54	0,91
36	UFAL	289	117	406	0,97	0,68	0,87
37	UFRRJ	243	144	387	0,82	0,84	0,83

Nº	IES	Mestrado	Doutorado	Total	Mestrado (%)	Doutorado (%)	Total (%)
38	UFJF	271	114	385	0,91	0,66	0,82
39	FUFPI	306	35	341	1,03	0,20	0,73
40	UNIOESTE	282	48	330	0,95	0,28	0,70
41	UENF	184	145	329	0,62	0,84	0,70
42	FIOCRUZ	178	136	314	0,60	0,79	0,67
43	UDESC	233	65	298	0,79	0,38	0,64
44	UECE	191	88	279	0,64	0,51	0,60
45	UFOP	202	77	279	0,68	0,45	0,60
46	UFGD	233	43	276	0,79	0,25	0,59
47	UEPG	198	34	232	0,67	0,20	0,50
48	UTFPR	181	51	232	0,61	0,30	0,50
49	UEFS	158	60	218	0,53	0,35	0,47
50	UNIFEI	151	66	217	0,51	0,38	0,46
51	UESC	170	42	212	0,57	0,24	0,45
52	UFMA	179	31	210	0,60	0,18	0,45
53	UNIRIO	136	53	189	0,46	0,31	0,40
54	INPA	99	71	170	0,33	0,41	0,36
55	UFABC	116	52	168	0,39	0,30	0,36
56	FESP/UPE	128	34	162	0,43	0,20	0,35
57	UESB	135	27	162	0,46	0,16	0,35
58	UFT	140	20	160	0,47	0,12	0,34
59	UFERSA	115	43	158	0,39	0,25	0,34
60	UEPB	141	6	147	0,48	0,03	0,31
61	IME	109	33	142	0,37	0,19	0,30
62	INPE	55	82	137	0,19	0,48	0,29
63	UFRB	107	21	128	0,36	0,12	0,27
64	UNICENTRO	110	12	122	0,37	0,07	0,26
65	UFSJ	107	11	118	0,36	0,06	0,25
66	UNEB	106	10	116	0,36	0,06	0,25

Nº	IES	Mestrado	Doutorado	Total	Mestrado (%)	Doutorado (%)	Total (%)
67	UNIMONTES	105	7	112	0,35	0,04	0,24
68	UNIR	100	6	106	0,34	0,03	0,23
69	ITA	46	46	92	0,16	0,27	0,20
70	UFRA	65	26	91	0,22	0,15	0,19
71	UNIFAL	79	11	90	0,27	0,06	0,19
72	UFCSPA	60	27	87	0,20	0,16	0,19
73	FURB	76	9	85	0,26	0,05	0,18
74	UFVJM	79	2	81	0,27	0,01	0,17
75	UNEMAT	81	-	81	0,27	0,00	0,17
76	CEFET/MG	72	-	72	0,24	0,00	0,15
77	UFTM	48	23	71	0,16	0,13	0,15
78	UEA	48	21	69	0,16	0,12	0,15
79	UEMS	69	-	69	0,23	0,00	0,15
80	UERN	63	-	63	0,21	0,00	0,13
81	UNIFAP	49	6	55	0,17	0,03	0,12
82	UEG	54	-	54	0,18	0,00	0,12
83	UNIPAMPA	49	-	49	0,17	0,00	0,10
84	CEFET/RJ	48	-	48	0,16	0,00	0,10
85	UFRR	48	-	48	0,16	0,00	0,10
86	ON	17	29	46	0,06	0,17	0,10
87	UEPA	46	-	46	0,16	0,00	0,10
88	UEMA	38	-	38	0,13	0,00	0,08
89	IAC	23	14	37	0,08	0,08	0,08
90	LNCC	14	22	36	0,05	0,13	0,08
91	UNIVASF	36	-	36	0,12	0,00	0,08
92	UFAC	35	-	35	0,12	0,00	0,07
93	CPqRR	18	16	34	0,06	0,09	0,07
94	NESC/CPqAM	21	11	32	0,07	0,06	0,07
95	IFGoiano	29	-	29	0,10	0,00	0,06

Nº	IES	Mestrado	Doutorado	Total	Mestrado (%)	Doutorado (%)	Total (%)
96	IBT	12	14	26	0,04	0,08	0,06
97	INCA	13	11	24	0,04	0,06	0,05
98	CCD/SES	15	7	22	0,05	0,04	0,05
99	FAMERP	10	12	22	0,03	0,07	0,05
100	CDTN	17	4	21	0,06	0,02	0,04
101	USCS	15	5	20	0,05	0,03	0,04
102	IP	19	-	19	0,06	0,00	0,04
103	IBU	13	5	18	0,04	0,03	0,04
104	UEMG	17	-	17	0,06	0,00	0,04
105	IZ/APTA	16	-	16	0,05	0,00	0,03
106	JBRJ	7	9	16	0,02	0,05	0,03
107	IBSP	15	-	15	0,05	0,00	0,03
108	URCA	15	-	15	0,05	0,00	0,03
109	IFMA/MC	14	-	14	0,05	0,00	0,03
110	CPqGM	7	6	13	0,02	0,03	0,03
111	ENCE	13	-	13	0,04	0,00	0,03
112	IAMSPE	13	-	13	0,04	0,00	0,03
113	IFES	13	-	13	0,04	0,00	0,03
114	UVA-CE	13	-	13	0,04	0,00	0,03
115	IFCE	11	-	11	0,04	0,00	0,02
116	IRD	9	2	11	0,03	0,01	0,02
117	UENP	11	-	11	0,04	0,00	0,02
118	UFOPA	11	-	11	0,04	0,00	0,02
119	FJP	10	-	10	0,03	0,00	0,02
120	IEN	9	-	9	0,03	0,00	0,02
121	UESPI	7	-	7	0,02	0,00	0,01
122	FAMEMA	3	-	3	0,01	0,00	0,01
123	IFMT	3	-	3	0,01	0,00	0,01
124	IFPI	3	-	3	0,01	0,00	0,01

Nº	IES	Mestrado	Doutorado	Total	Mestrado (%)	Doutorado (%)	Total (%)
125	FMJ	2	-	2	0,01	0,00	0,00
126	UFFS	2	-	2	0,01	0,00	0,00
	Total	29.669	17.181	46.850	100	100	100

Fonte: CDS/CGSI/DPB/CAPES

Tabela 27 (Ação 0487) – Distribuição de bolsas de mestrado e doutorado do programa DS por *status* jurídico da IES, em 2012.

Status Jurídico	Mestrado	Doutorado	Total	Mestrado (%)	Doutorado (%)	Total (%)
Federal	20.979	11.462	32.441	70,71	66,71	69,24
Estadual	8.597	5.705	14.302	28,98	33,21	30,53
Municipal	93	14	107	0,31	0,08	0,23
Total	29.669	17.181	46.850	100	100	100

Fonte: CDS/CGSI/DPB/CAPES

Os dados da tabela acima mostram que há uma dominância do quantitativo de bolsas concedidas às IES federais (69,24%). Convém ressaltar que as três grandes estaduais paulistas (USP, UNESP e UNICAMP) correspondem a mais de 24% das bolsas de doutorado concedidas pelo DS.

Programa de Apoio à Pós-Graduação no País – PROAP

O PROAP realiza o repasse de recursos de custeio para o desenvolvimento das atividades dos programas de pós-graduação de IES públicas e de ensino gratuito apoiadas pelo programa DS, proporcionando melhores condições para a formação de recursos humanos. O montante de recursos de custeio para cada IES é definido com base na concessão de bolsas para cada PPG a partir do cálculo:

$$\text{Concessão PROAP} = (\text{quota de bolsas de mestrado DS} \times \text{R\$ 500,00} \times \text{peso da área}) + (\text{quota de bolsas de doutorado DS} \times \text{R\$800,00} \times \text{peso da área}) + \text{R\$ 16.000,00}$$

Em 2012 foi concedido o total de R\$ 145.507.448,90 (cento e quarenta e cinco milhões, quinhentos e sete mil, quatrocentos e quarenta e oito reais e noventa centavos) alocados em 126 IES, beneficiando 2.269 programas de pós-graduação apoiados pelo PROAP.

Nas tabelas, a seguir, é apresentada a concessão de recursos do programa em 2012, por região geográfica, por IES e *status* jurídico.

Tabela 28 (Ação 0487) – Recursos financeiros concedidos às IES beneficiadas pelo PROAP por região geográfica, em 2012.

Região	Recursos (R\$)	%
Sudeste	67.304.243,79	46,25
Nordeste	31.589.400,91	21,71
Sul	28.927.894,22	19,88
Centro-oeste	10.511.269,99	7,22
Norte	7.174.640,00	4,93
Total	145.507.448,90	100

Fonte: CDS/CGSI/DPB/CAPES

A região Sudeste foi a que mais recebeu recursos do PROAP (46,25% do montante concedido), correspondente à soma de R\$ 67.304.243,79 (sessenta e sete milhões, trezentos e quatro mil, duzentos e quarenta e três reais e setenta e nove centavos), seguida pela região Nordeste (21,71%) com o montante de R\$ 31.589.400,91 (trinta e um milhões, quinhentos e oitenta e nove mil, quatrocentos reais e noventa e um centavos).

A correlação direta entre bolsas do programa DS e o PROAP está dentro das expectativas, tendo em vista que o cálculo do PROAP é baseado no número de quota de bolsas que cada IES participante do programa DS possui, refletindo na distribuição dos recursos entre as instituições, conforme pode ser observado na tabela a seguir, na qual estão discriminadas as 15 IES com maior aporte de recursos.

Tabela 29 (Ação 0487) – Distribuição do PROAP por IES em 2012.

Classificação	IES	Recursos (R\$)	%
1	USP	14.491.510,00	9,69
2	UNESP	9.087.744,28	6,25
3	UFRGS	5.682.746,66	3,91
4	UFRJ	4.766.960,00	3,28
5	UFPE	4.303.236,66	2,96
6	UFPR	4.139.923,33	2,85
7	UNICAMP	4.055.920,00	2,79
8	UFMG	3.983.760,00	2,74
9	UFSC	3.906.870,00	2,68
10	UNB	3.775.676,66	2,59
11	UFBA	3.737.564,28	2,57
12	UFPB	3.515.599,99	2,42
13	UFF	3.350.160,00	2,30
14	UFRN	3.339.233,33	2,29
15	UFC	3.197.646,66	2,20
16 - 142	Demais IES	82.305.037,99	47,00

Classificação	IES	Recursos (R\$)	%
	Total geral	145.507.448,90	100

Fonte: CDS/CGSI/DPB/CAPES

As 15 IES com maior representatividade, juntas, totalizam 53% dos recursos repassados pelo PROAP, dentre as quais figuram a USP (9,69%), a UNESP (6,25%) e a UFRGS (3,91%). Ao todo, as três grandes estaduais paulistas (USP, UNESP e UNICAMP) receberam 18,73% dos recursos do PROAP, o que equivale a mais de 60% dos recursos destinados às IES estaduais (Tabela 30 (**Ação 0487**) – **Distribuição dos recursos do PROAP por status jurídico, em 2012.**).

Tabela 30 (Ação 0487) – Distribuição dos recursos do PROAP por status jurídico, em 2012.

Status Jurídico	Recursos (R\$)	%
Federal	100.124.450,40	68,81
Estadual	45.028.358,51	30,95
Municipal	354.640,00	0,24
Total	145.507.448,90	100

Fonte: CDS/CGSI/DPB/CAPES

Programa de Suporte à Pós-Graduação de Instituições de Ensino Particulares – PROSUP

O PROSUP disponibiliza recursos para o pagamento de bolsas de mestrado e doutorado para os programas de pós-graduação de IES de direito privado ou público onde o ensino não é gratuito. Até 2010, o apoio por parte da CAPES às IES particulares se dava por intermédio do PROSUP Institucional, no qual é feita uma concessão às IES que visa fomentar os programas de pós-graduação por meio do pagamento de bolsas de estudo e/ou taxas escolares. Os programas de pós-graduação apoiados pelo PROSUP/Institucional foram recomendados pelo Conselho Técnico-Científico da CAPES até o ano de 2006. Em 2010, atendendo as demandas das IES particulares, foi lançado um edital do PROSUP destinado aos cursos novos, aprovados entre os anos de 2007 e 2010 e atualmente em atividades acadêmicas. Foram investidos R\$ 50.138.620,35 (cinquenta milhões, cento e trinta e oito mil, seiscentos e vinte reais e trinta e cinco centavos) pelo PROSUP em 2012 para o pagamento de bolsas, taxas escolares e custeio.

PROSUP Institucional

O PROSUP Institucional concede bolsas que podem ser flexibilizadas, ou seja, as bolsas-mensalidades podem ser transformadas em taxas escolares, permitindo que as IES participantes do programa recebam mais discentes, sem a cobrança de taxas escolares. O apoio se dá em duas modalidades: a modalidade I inclui o pagamento de bolsas-manutenção aos alunos e custeio das taxas escolares, exigindo dedicação integral do bolsista ao curso e, a modalidade II refere-se ao custeio de taxas escolares, onde o aluno não recebe bolsa-manutenção, ficando isento do pagamento de taxas para a IES.

O valor das taxas escolares, estabelecido pela CAPES, corresponde a R\$ 500,00 (quinhentos reais) para as áreas de Ciências Sociais, Ciências Humanas, Letras e Linguística e Multidisciplinar e a R\$ 550,00 (quinhentos e cinquenta reais) para as áreas de Ciências Exatas e da Terra, Ciências Biológicas, Engenharias, Ciências da Saúde, Ciências Agrárias e Artes.

Em 2012, 74 IES foram apoiadas pelo PROSUP Institucional, sendo implementadas 2.565 bolsas de mestrado (880 na modalidade I e 1685 na modalidade II) e 1.151 de doutorado (283 na modalidade I e 868 na modalidade II), totalizando 3.716 bolsas (1.163 na modalidade I e 2.553 na modalidade II).

Nas tabelas, a seguir, é apresentada a concessão de recursos do programa em 2012, por região geográfica, UF, grande área do conhecimento, IES e *status* jurídico.

Tabela 31 (Ação 0487) – Distribuição de bolsas de mestrado e doutorado do PROSUP por região geográfica, em 2012.

Região	Mestrado	Doutorado	Total	Mestrado (%)	Doutorado (%)	Total (%)
Sudeste	1.492	808	2.300	58,17	70,20	61,89
Sul	894	327	1.221	34,85	28,41	32,86
Centro-Oeste	123	12	135	4,80	1,04	3,63
Nordeste	52	4	56	2,03	0,35	1,51
Norte	4		4	0,16	0,00	0,11
Total	2.565	1.151	3.716	100	100	100

Fonte: CDS/CGSI/DPB/CAPES

A região Sudeste apresenta o maior percentual de bolsas do PROSUP (61,99%), seguida pela região Sul, com 32,86% das bolsas. A maior concentração de bolsas do PROSUP nas regiões Sudeste e Sul, que juntas detêm 94,75% do total de bolsas desse programa, está relacionada ao maior grau de consolidação da pós-graduação das IES de direito privado ou público, cujo ensino não é gratuito, localizadas nessas regiões.

Tabela 32 (Ação 0487) – Distribuição de bolsas de mestrado e doutorado do PROSUP por UF, em 2012.

UF	Mestrado	Doutorado	Total	Mestrado (%)	Doutorado (%)	Total (%)
SP	1.056	646	1.702	41,17	56,13	45,80
RS	689	295	984	26,86	25,63	26,48
RJ	251	128	379	9,79	11,12	10,20
MG	185	34	219	7,21	2,95	5,89
PR	123	32	155	4,80	2,78	4,17
SC	82	0	82	3,20	0,00	2,21
DF	49	12	61	1,91	1,04	1,64
GO	48	0	48	1,87	0,00	1,29
MS	26	0	26	1,01	0,00	0,70
PE	21	2	23	0,82	0,17	0,62
BA	10	2	12	0,39	0,17	0,32
CE	12	0	12	0,47	0,00	0,32
SE	7	0	7	0,27	0,00	0,19
AM	2	0	2	0,08	0,00	0,05

UF	Mestrado	Doutorado	Total	Mestrado (%)	Doutorado (%)	Total (%)
PA	2	0	2	0,08	0,00	0,05
RN	2	0	2	0,08	0,00	0,05
Total	2.565	1.151	3.716	100	100	100

Fonte: CDS/CGSI/DPB/CAPES

Na Tabela 32 (Ação 0487) – Distribuição de bolsas de mestrado e doutorado do PROSUP por UF, em 2012, destaca-se o percentual do total de bolsas dos Estados de São Paulo (45,80%) e Rio Grande do Sul (26,48%) que, juntos, detêm 76,14% de todas as bolsas do PROSUP. O Estado do Rio de Janeiro aparece na sequência com 10,20% do total de bolsas.

Tabela 33 (Ação 0487) – Distribuição de bolsas de mestrado e doutorado do PROSUP por grande área do conhecimento, em 2012.

Grande Área	Mestrado	Doutorado	Total	Mestrado (%)	Doutorado (%)	Total (%)
Ciências Humanas	743	444	1.187	28,97	38,58	31,94
Ciências Sociais e Aplicadas	591	263	854	23,04	22,85	22,98
Ciências da Saúde	271	129	400	10,57	11,21	10,76
Linguística, Letras e Artes	194	128	322	7,56	11,12	8,67
Multidisciplinar	189	67	256	7,37	5,82	6,89
Pró-reitoria	221	20	241	8,62	1,74	6,49
Engenharias	181	39	220	7,06	3,39	5,92
C. Exatas e da Terra	76	26	102	2,96	2,26	2,74
Ciências Biológicas	57	31	88	2,22	2,69	2,37
Ciências Agrárias	42	4	46	1,64	0,35	1,24
Total	2.565	1.151	3.716	100	100	100

Fonte: CDS/CGSI/DPB/CAPES

Ciências Humanas é a grande área do conhecimento que recebe o maior quantitativo de bolsas do PROSUP (31,94%), seguida pela Ciências Sociais Aplicadas com 22,98%. Juntas, essas áreas são apoiadas com 54,92% do total de bolsas do PROSUP.

Tabela 34 (Ação 0487) – Distribuição de bolsas de mestrado e doutorado do PROSUP por IES apoiada, em 2012.

Classif	IES	Mestrado	Doutorado	Total	Mestrado (%)	Doutorado (%)	Total (%)
1	PUC/SP	491	429	920	19,14	37,27	24,76
2	PUC/RS	323	224	547	12,59	19,46	14,72
3	PUC-RIO	196	101	297	7,64	8,77	7,99
4	UNISINOS	138	53	191	5,38	4,60	5,14
5	PUC/MG	118	30	148	4,60	2,61	3,98

Classif	IES	Mestrado	Doutorado	Total	Mestrado (%)	Doutorado (%)	Total (%)
6	FGV/SP	50	73	123	1,95	6,34	3,31
7	PUC/PR	91	26	117	3,55	2,26	3,15
8	UMESP	75	28	103	2,92	2,43	2,77
9	FCMSCSP	65	35	100	2,53	3,04	2,69
10	PUCCAMP	50	26	76	1,95	2,26	2,05
	Subtotal	1.597	1.025	2.622	62,26	89,05	70,56
	Total	2.565	1.151	3.716	100	100	100

Fonte: CDS/CGSI/DPB/CAPES

Foram apresentadas na

Tabela 34 (Ação 0487) – Distribuição de bolsas de mestrado e doutorado do PROSUP por IES apoiada, em 2012. apenas as 10 IES que detinham pelo menos 2% de bolsas cada. Essas IES, juntas, concentram mais de 70% das bolsas concedidas. As IES que receberam os maiores quantitativos de bolsas foram a PUC/SP (24,76%), a PUC/RS (14,72%) e a PUC-RIO (7,99%). Essas três IES foram contempladas com quase metade (44,05%) do total de bolsas concedidas pelo programa em 2012.

PROSUP/Cursos Novos

Em 2010, foi criado o PROSUP/Cursos Novos, cujo edital previa auxílio financeiro por meio de concessão de bolsas de mestrado e doutorado para manutenção de alunos regularmente matriculados e recursos de custeio para o financiamento das atividades do projeto. Como contrapartida, as Instituições participantes abdicam da cobrança das taxas escolares. O programa também prevê que os recursos financeiros para apoio ao desenvolvimento do projeto e do curso sejam repassados ao coordenador do programa. Os recursos de custeio para o financiamento das atividades do projeto correspondem a vinte por cento (20%) do total dos recursos a serem utilizados em bolsas de estudo.

Nas tabelas, a seguir, é apresentada a concessão de bolsas do PROSUP/Cursos Novos, em 2012, por região geográfica e grande área do conhecimento.

Tabela 35 (Ação 0487) – Distribuição de bolsas de mestrado e doutorado do PROSUP/Cursos Novos por região geográfica, em 2012.

Região	Mestrado	Doutorado	Total	Mestrado (%)	Doutorado (%)	Total (%)
Sudeste	105	55	160	50,72	40,44	46,65
Sul	74	59	133	35,75	43,38	38,78
Centro-Oeste	3	14	17	1,45	10,29	4,96
Nordeste	9	8	17	4,35	5,88	4,96
Norte	16	0	16	7,73	0,00	4,66
Total	207	136	343	100	100	100

Fonte: CDS/CGSI/DPB/CAPES

A região Sudeste apresenta o maior percentual de bolsas do PROSUP/Cursos Novos (46,65%), seguida pela região Sul (38,78%). Convém salientar que a região Sul tem o maior quantitativo de bolsas de doutorado (43,38%). A maior concentração de bolsas do PROSUP/Cursos Novos nas regiões Sudeste e Sul, que juntas detêm 85,43% do total de bolsas desse programa, está relacionado ao maior grau de consolidação da pós-graduação das IES particulares localizadas nessas regiões. Enfatiza-se que a contribuição destas regiões sobre o total de bolsas diminuiu quando comparada ao PROSUP Institucional (Tabela 31 **(Ação 0487) – Distribuição de bolsas de mestrado e doutorado do PROSUP por região geográfica, em 2012.**).

Tabela 36 (Ação 0487) – Distribuição de bolsas de mestrado e doutorado do PROSUP/Cursos Novos por grande área do conhecimento, em 2012.

Grande Área	Mestrado	Doutorado	Total	Mestrado (%)	Doutorado (%)	Total (%)
Ciências Humanas	32	40	72	15,46	29,41	20,99
Ciências Sociais e Aplicadas	53	14	67	25,60	10,29	19,53
Ciências da Saúde	35	18	53	16,91	13,24	15,45
Multidisciplinar	28	24	52	13,53	17,65	15,16
Engenharias	15	18	33	7,25	13,24	9,62
Ciências Agrárias	21	3	24	10,14	2,21	7,00
Ciências Exatas e da Terra	7	11	18	3,38	8,09	5,25
Linguística, Letras e Artes	7	8	15	3,38	5,88	4,37
Ciências Biológicas	9	0	9	4,35	0,00	2,62
Total	207	136	343	100	100	100

Fonte: CDS/CGSI/DPB/CAPES

Similarmente ao PROSUP Institucional, a grande área do conhecimento que recebe o maior quantitativo de bolsas do PROSUP/Cursos Novos é a Ciências Humanas (20,99%), utilizando o maior percentual em bolsas de doutorado (29,41%), seguida pela Ciências Sociais Aplicadas (19,53%). Juntas essas duas áreas são apoiadas com 40,52% do total de bolsas do PROSUP/Cursos Novos. Comparando-se com o PROSUP Institucional (Tabela 33 **(Ação 0487) – Distribuição de bolsas de mestrado e doutorado do PROSUP por grande área do conhecimento, em 2012.**) verifica-se que Ciências Humanas e Ciências Sociais Aplicadas continuam sendo as áreas com maior quantitativo de bolsas, embora a sua representatividade sobre o total seja menor.

Cabe ressaltar que ao final do ano de 2012, a DPB realizou uma reestruturação no modelo de concessão de benefícios no âmbito do Programa PROSUP, objetivando corrigir distorções verificadas nos modelos vigentes (PROSUP/Institucional e PROSUP/Cursos Novos), e que resultou em um incremento considerável no quantitativo de bolsas e taxas escolares disponibilizadas às Instituições atendidas pelo Programa.

O modelo de concessão do PROSUP/Institucional permaneceu inalterado desde o ano de 2006. Desta forma, não houve concessão adicional de cotas de bolsas para as Instituições partícipes nem o ingresso de novas Instituições ao programa. Nesse sentido, a chamada pública do PROSUP/Cursos Novos, por meio do Edital nº 059/2010, pretendeu mudar essa realidade, por meio da extensão do apoio.

Desta forma, a reformulação do PROSUP ocorrida em 2012 (cujos efeitos passaram a vigorar a partir de janeiro de 2013, regulamentado pela Portaria Capes nº 181 de 18/12/2012), visou atualizar a concessão de cotas das Instituições, atender os programas de pós-graduação

recomendados pelo CTC-ES que ainda não haviam sido contemplados com bolsas e unificar os procedimentos operacionais.

Programa de Excelência Acadêmica – PROEX

O PROEX tem como objetivo geral manter o alto nível de qualidade dos programas de pós-graduação *stricto sensu* com nota 6 ou 7, obtida nas duas últimas avaliações trienais da CAPES. Os programas de pós-graduação inseridos no PROEX recebem uma dotação orçamentária que pode ser utilizada de acordo com prioridades estabelecidas pelos próprios programas em qualquer das modalidades de apoio concedidas pela CAPES: concessão de bolsas de estudo e recursos de fomento-custeio/capital. As bolsas de estudo concedidas no âmbito do PROEX são gerenciadas pelas coordenações dos PPGS e pagas aos bolsistas diretamente pela CAPES. Convém ressaltar que os programas de pós-graduação vinculados ao PROEX devem obedecer à meta anual de utilizar no mínimo 50% do recurso de custeio (fomento-bolsa e fomento-custeio) para o pagamento de bolsistas. O valor dos recursos para aquisição de capital corresponde a 5% daquele valor destinado ao custeio (fomento-bolsa e fomento-custeio) e sua aplicação está detalhada na Ação 4019 – Fomento à Pós-Graduação. Neste ano, 216 programas de pós-graduação foram apoiados pelo PROEX.

Em 2012, a execução financeira desse programa foi de R\$ 259.958.772,99 (duzentos e cinquenta e nove milhões, novecentos e cinquenta e oito mil, setecentos e setenta e dois reais e noventa e nove centavos). Deste montante, 27,9 milhões de reais foram investidos a partir de uma concessão adicional, com o objetivo de reforçar ainda mais o apoio aos programas de excelência.

Nas tabelas, a seguir, é apresentada a concessão de bolsas do programa em 2012, por região geográfica, grande área do conhecimento e *status* jurídico.

Tabela 37 (Ação 0487) – Distribuição das bolsas de mestrado e doutorado do PROEX por região geográfica, em 2012.

Região	Mestrado	Doutorado	Total	Mestrado (%)	Doutorado (%)	Total (%)
Sudeste	2.557	2.998	5.555	75,90	81,03	78,58
Sul	558	469	1.027	16,56	12,68	14,53
Nordeste	163	166	329	4,84	4,49	4,65
Centro-Oeste	64	62	126	1,90	1,68	1,78
Norte	27	5	32	0,80	0,14	0,45
Total	3.369	3.700	7.069	100	100	100

Fonte: CEX/CGSI/DPB/CAPES

A maior parte das bolsas do PROEX foram concedidas aos programas de pós-graduação da região Sudeste (78,58%), haja vista que a maioria dos programas de pós-graduação consolidados está presente em IES localizadas nesta região. Em contraste, as regiões Norte e Centro-Oeste, que possuem apenas 1 e 5 programas de pós-graduação participantes do PROEX, respectivamente, receberam o menor número de bolsas (2,23% do total).

Tabela 38 (Ação 0487) – Distribuição das bolsas de mestrado e doutorado do PROEX por grande área do conhecimento, em 2012.

Grande Área	Mestrado	Doutorado	Total	Mestrado (%)	Doutorado (%)	Total (%)
Ciências Exatas e da Terra	815	878	1.693	24,19	23,73	23,95
Engenharias	860	648	1.508	25,53	17,51	21,33
Ciências Biológicas	516	689	1.205	15,32	18,62	17,05
Ciências Humanas	310	424	734	9,20	11,46	10,38
Ciências Agrárias	280	395	675	8,31	10,68	9,55
Ciências da Saúde	277	358	635	8,22	9,68	8,98
Ciências Sociais e Aplicadas	164	166	330	4,87	4,49	4,67
Linguística, Letras e Artes	116	119	235	3,44	3,22	3,32
Multidisciplinar	31	23	54	0,92	0,62	0,76
Total	3.369	3.700	7.069	100	100	100

Fonte: CEX/CGSI/DPB/CAPES

As grandes áreas do conhecimento que receberam o maior apoio do PROEX nesta ação foram: Ciências Exatas e da Terra (23,95%), Engenharias (21,33%) e Ciências Biológicas (17,05%), áreas convergentes com a Política de Desenvolvimento Produtivo (PDP).

Tabela 39 (Ação 0487) – Distribuição das bolsas de mestrado e doutorado do PROEX por status jurídico, em 2012.

Status Jurídico	Mestrado	Doutorado	Total	Mestrado (%)	Doutorado (%)	Total (%)
Federal	1.929	1.961	3.890	57,26	53,00	55,03
Estadual	1.261	1.593	2.854	37,43	43,05	40,37
Privada	179	146	325	5,31	3,95	4,60
Total	3.369	3.700	7.069	100	100	100

Fonte: CEX/CGSI/DPB/CAPES

Na análise das instituições beneficiárias do PROEX segundo o status jurídico, observa-se que o maior quantitativo de bolsas do PROEX está associado aos programas de pós-graduação das IES públicas.

Programa de Apoio a Projetos Institucionais com a Participação de Recém-Doutores – PRODOC

O PRODOC tem por objetivo estimular o desenvolvimento de projetos institucionais voltados à integração das atividades de ensino, de pesquisa e de extensão que contribuam para a complementação da formação de recém-doutores. Além disso, visa propiciar a esses profissionais a prática acadêmica junto a equipes docentes de programas de pós-graduação, a diversificação interna dos grupos de ensino e pesquisa e o fortalecimento de grupos de pesquisa nos programas de pós-graduação. Em 2012 foram apoiados por esse programa 317 projetos associados a programas de

pós-graduação de IES públicas, com uma execução financeira de R\$ 9.545.200,00 (nove milhões, quinhentos e quarenta e cinco mil e duzentos reais).

Nas tabelas, a seguir, é apresentada a concessão de bolsas do PRODOC em 2012, por região geográfica e grande área do conhecimento.

Tabela 40 (Ação 0487) – Distribuição de projetos/bolsas do PRODOC por região geográfica, em 2012.

Região	Projetos/ Bolsas	%
Sudeste	155	48,90
Sul	95	29,97
Nordeste	48	15,14
Centro-Oeste	15	4,73
Norte	4	1,26
Total	317	100

Fonte: CEX/CGSI/DPB/CAPES

Observação: No âmbito do PRODOC é concedida apenas uma bolsa de pós-doutorado por projeto e, portanto, o número de bolsas concedidas corresponde ao número de projetos aprovados.

A região que recebe o maior quantitativo de projetos/bolsas do PRODOC é a Sudeste (48,90%), seguida pela Sul (29,97%). Por outro lado, dado a pequena concentração de programas de pós-graduação consolidados nas regiões Norte e Centro-Oeste, verifica-se que essas regiões detêm o menor percentual de projetos/bolsas aprovados no âmbito do PRODOC, com 1,26% e 4,73%, respectivamente.

Tabela 41 (Ação 0487) – Distribuição de projetos/bolsas do PRODOC por grande área do conhecimento, em 2012.

Grande Área	Projetos/Bolsas	%
Ciências Biológicas	66	20,82
Ciências Agrárias	60	18,93
Ciências da Saúde	52	16,40
Ciências Humanas	36	11,36
Ciências Exatas e da Terra	33	10,41
Multidisciplinar	22	6,94
Engenharias	17	5,36
Linguística, Letras e Artes	16	5,05
Indefinida*	10	3,15
Ciências Sociais e Aplicadas	5	1,58
Total	317	100

Fonte: CEX/CGSI/DPB/CAPES

*Bolsas de pós-doutorado vinculadas a Professores Visitantes Nacional Sênior – PVNS

A grande área do conhecimento que recebe o maior quantitativo de projetos/bolsas do PRODOC é a Ciências Biológicas, seguida das Ciências Agrárias e da Saúde. Juntas essas áreas foram apoiadas com 56,15% do total de projetos/bolsas do PRODOC.

Programa Professor Visitante Nacional Sênior – PVNS

O PVNS fundamenta-se no reconhecimento de que a presença de professores-pesquisadores de consagrado mérito científico e reconhecida experiência acadêmica é especialmente relevante para o fortalecimento das novas Instituições Federais de Ensino Superior – IFES, criadas ou instituídas a partir de 2000 e dos *campi* fora de sede das IFES participantes do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI. Além disso, o professor deve desenvolver as atividades em instituição distinta daquela em que tenha se aposentado, favorecendo, assim, o intercâmbio acadêmico-científico.

Em 2012 foi publicado o Edital Capes nº 6/2012 visando a concessão de novas bolsas no Programa PVNS. Após analisadas as propostas submetidas ao edital foram concedidas 64 (sessenta e quatro) novas bolsas que, somadas com aquelas referentes a editais anteriores, resultou em 124 bolsas concedidas, em 2012, pelo Programa PVNS. Nesse ano, os recursos investidos no programa totalizaram R\$ 9.301.537,37 (nove milhões, trezentos e um mil, quinhentos e trinta e sete reais e trinta e sete centavos). Na tabela a seguir é apresentada a concessão de bolsas do programa em 2012, por região geográfica. É importante salientar que a região de origem se refere a localidade da instituição onde o professor se aposentou e a região de destino se refere a localidade de atuação do professor visitante.

Tabela 42 (Ação 0487) – Concessão de bolsas do programa PVNS por região geográfica, em 2012.

		Região de Origem						
		Exterior	Centro-Oeste	Nordeste	Norte	Sudeste	Sul	Total
Região de Destino	Centro-Oeste	0 (0%)	1 (20%)	1 (5%)	0 (0%)	9 (13%)	3 (14%)	14
	Nordeste	2 (100%)	1 (20%)	19 (86%)	0 (0%)	12 (17%)	2 (10%)	36
	Norte	0 (0%)	1 (20%)	0 (0%)	4 (100%)	6 (9%)	1 (5%)	12
	Sudeste	0 (0%)	0 (0%)	1 (5%)	0 (0%)	37 (53%)	2 (10%)	40
	Sul	0 (0%)	2 (40%)	1 (5%)	0 (0%)	6 (9%)	13 (62%)	22
Total		2 (100%)	5 (100%)	22 (100%)	4 (100%)	70 (100%)	21 (100%)	124

Fonte: CQD/CGSI/DPB/CAPES

Com base na tabela acima percebe-se que 27% dos professores-pesquisadores (33 do total) migraram das regiões Sul e Sudeste para as regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste. Considerando somente a região Sudeste verifica-se que foi de 47% a migração para as demais regiões. Nas regiões Norte e Nordeste foram observados os maiores percentuais de permanência na mesma região, 100 e 86%, respectivamente.

Programa Professor Visitante Sênior CAPES-UNILA (PVS CAPES-UNILA)

Tem como objetivo consolidar científica e academicamente a Universidade Federal da Integração Latino-Americana – UNILA. O público-alvo deste edital são professores doutores há pelo menos dez anos, aposentados ou oficialmente licenciados e pesquisadores nível 1 do CNPq ou equivalente. Além disso, o candidato deve ter sido docente e pesquisador de reconhecida competência em sua área e ter produção científica relevante, notadamente nos últimos dez anos. Esse programa difere do PVNS por atender também a professores estrangeiros, dada a característica transnacional da universidade UNILA. Em 2012 foram concedidas 10 bolsas e investidos R\$

1.157.704,60 (um milhão, cento e cinquenta e sete mil, setecentos e quatro reais e sessenta centavos) por meio do programa PVS CAPES-UNILA.

Programa de Formação Doutoral Docente – Prodoutoral

O Prodoutoral foi criado especificamente para promover a qualificação, em nível de doutorado, dos docentes das IFES por meio do planejamento institucional na capacitação de recursos humanos de alto nível em áreas estratégicas e prioritárias (Plano Institucional de Formação de Quadros Docentes – Planfor), com vistas a formar novos grupos de pesquisa, a fomentar a cooperação acadêmica, a criar programas de pós-graduação e a consolidar programas já existentes. Para se candidatar ao Prodoutoral, as IFES devem elaborar o Planfor com suas diretrizes e modelo de gestão a ser adotado, de modo a evidenciar os princípios, os desafios, os objetivos e as metas globais a serem alcançados durante os seus cinco anos de vigência.

Em 2012 foram implementadas 277 bolsas de doutorado pelo Prodoutoral. Nesse ano, os recursos investidos no programa totalizaram R\$ 3.156.096,25 (três milhões, cento e cinquenta e seis mil, noventa e seis reais e vinte e cinco centavos), entre mensalidades de bolsas de doutorado e custeio da mobilidade docente e discente. Nas tabelas, a seguir, é apresentada a concessão de bolsas do programa em 2012, por região geográfica e grande área do conhecimento.

Tabela 43 (Ação 0487) – Concessão de bolsas do Prodoutoral, por região geográfica, em 2012 (considerando as IFES de origem).

Região	Doutorado	%
Norte	81	29,24
Nordeste	66	23,83
Sudeste	60	21,66
Centro-Oeste	52	18,77
Sul	18	6,50
Total	277	100

Fonte: CQD/CGSI/DPB/CAPES

A tabela 50 demonstra que mais de 70% das bolsas foram concedidas a IFES localizadas nas regiões Norte, Nordeste ou Centro-Oeste, o que sugere que o programa está contribuindo para a redução das assimetrias inter-regionais por meio da qualificação dos quadros docentes de IFES localizadas fora dos grandes centros.

Tabela 44 (Ação 0487) – Concessão de bolsas do Prodoutoral por grande área do conhecimento, em 2012.

Grande Área	Doutorado	%
Ciências Humanas	83	29,96
Ciências Sociais e Aplicadas	55	19,86
Linguística, Letras e Artes	36	13,00
Multidisciplinar	28	10,11
Ciências Exatas e da Terra	23	8,30
Ciências da Saúde	22	7,94
Engenharias	14	5,05
Ciências Agrárias	13	4,69
Ciências Biológicas	3	1,08
Total	277	100

Fonte: CQD/CGSI/DPB/CAPES

Programa Institucional de Qualificação Docente para a Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica – PIQDTEC

O Programa Institucional de Qualificação Docente para a Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica – PIQDTEC objetiva fortalecer a educação profissional e tecnológica do país, por meio da capacitação dos integrantes dos quadros docentes e técnicos das instituições pertencentes à Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, em nível de pós-graduação *stricto sensu*.

Em 2012 foram concedidas 6 bolsas de mestrado e 127 de doutorado pelo PIQDTEC. Nesse ano, os recursos investidos no programa totalizaram R\$ 2.305.800,00 (dois milhões, trezentos e cinco mil e oitocentos reais). Na Tabela 45 é apresentada a concessão de bolsas do programa em 2012 por grande área do conhecimento.

Tabela 45 (Ação 0487) – Concessão de bolsas do PIQDTEC por grande área do conhecimento, em 2012.

Grande Área	Mestrado	Doutorado	Total	Mestrado (%)	Doutorado (%)	Total (%)
Engenharias	2	40	42	33,33	31,50	31,58
Ciências Agrárias	1	33	34	16,67	25,98	25,56
Ciências Humanas	1	18	19	16,67	14,17	14,29
Multidisciplinar	1	11	12	16,67	8,66	9,02
Ciências Exatas e da Terra	1	7	8	16,67	5,51	6,02
Linguística, Letras e Artes	0	8	8	0,00	6,30	6,02
Ciências da Saúde	0	4	4	0,00	3,15	3,01
Ciências Sociais e Aplicadas	0	4	4	0,00	3,15	3,01
Ciências Biológicas	0	2	2	0,00	1,57	1,50
Total	6	127	133	100	100	100

Fonte: CQD/CGSI/DPB/CAPES

Conforme dados da Tabela 45, 57,14% dos bolsistas do PIQDTEC estavam matriculados, em 2012, em programas de pós-graduação nas grandes áreas Engenharias e Ciências Agrárias, consoante com as atribuições dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia que preconizam a oferta de cursos de engenharias e de licenciaturas em ciências.

Minter e Dinter CAPES/SETEC

O objetivo do programa Minter e Dinter CAPES/SETEC é possibilitar, em nível de mestrado e doutorado no país, a formação, em bloco, de docentes e técnicos administrativos integrantes do quadro de pessoal permanente das instituições pertencentes à Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica. Recursos de bolsas e de custeio de atividades foram destinados ao programa por meio de uma parceria entre a CAPES e a SETEC. O programa Minter e Dinter CAPES/SETEC é um programa de turmas especiais.

Em 2012, os recursos investidos no programa totalizaram R\$ 2.053.392,15 (dois milhões, cinquenta e três mil, trezentos e noventa e dois reais e quinze centavos). Nas tabelas, a seguir, é apresentada a concessão de bolsas do programa em 2012, por região geográfica e grande área do conhecimento.

Tabela 46 (Ação 0487) – Concessão de bolsas do programa Minter e Dinter CAPES/SETEC por região geográfica, em 2012 (considerando as instituições receptoras).

Região	Mestrado	Doutorado	Total	Mestrado (%)	Doutorado (%)	Total (%)
Nordeste	25	25	50	78,13	38,46	51,55
Centro-Oeste	7	23	30	21,88	35,38	30,93
Sul	0	10	10	0,00	15,38	10,31
Sudeste	0	7	7	0,00	10,77	7,22

Região	Mestrado	Doutorado	Total	Mestrado (%)	Doutorado (%)	Total (%)
Total	32	65	97	100	100	100

Fonte: CQD/CGSI/DPB/CAPES

A região Nordeste é a que apresenta o maior número de bolsistas (51,55%), conforme demonstrado na Tabela 46. Verifica-se na Tabela 47 que a maior parte dos bolsistas do programa Minter e Dinter CAPES/SETEC está matriculada em programas de pós-graduação das grandes áreas Ciências Humanas, Ciências Agrárias e Multidisciplinar, totalizando mais de 80% das bolsas concedidas.

Tabela 47 (Ação 0487) – Concessão de bolsas do programa Minter e Dinter CAPES/SETEC por grande área do conhecimento, em 2012.

Grande Área	Mestrado	Doutorado	Total	Mestrado (%)	Doutorado (%)	Total (%)
Ciências Humanas	16	12	28	50,00	18,46	28,87
Ciências Agrárias	15	12	27	46,88	18,46	27,84
Multidisciplinar	1	22	23	3,13	33,85	23,71
Linguística, Letras e Artes	0	9	9	0,00	13,85	9,28
Engenharias	0	6	6	0,00	9,23	6,19
Ciências Exatas e da Terra	0	4	4	0,00	6,15	4,12
Total	32	65	97	100	100	100

Fonte: CQD/CGSI/DPB/CAPES

Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI

O REUNI visa criar condições para a ampliação do acesso e permanência na educação superior, no nível de graduação, para o aumento da qualidade dos cursos e pelo melhor aproveitamento da estrutura física e de recursos humanos existentes nas universidades federais, respeitadas as características particulares de cada instituição e estimulada a diversidade do sistema de ensino superior. Entre suas características, observam-se a consolidação, a ampliação e o aprofundamento dos processos de transformação das universidades públicas, para a expansão da oferta de vagas do ensino superior, de modo decisivo e sustentado, com qualidade acadêmica, cobertura territorial, inclusão social e formação adequada aos novos paradigmas social e econômico vigentes, conforme preconizam as políticas de educação nacionais.

No âmbito da CAPES, o REUNI caracteriza-se pelo pagamento de bolsas de mestrado, de doutorado e de pós-doutorado, tendo em vista que a Secretaria de Educação Superior – SESu do Ministério da Educação, responsável pela gerência do programa, não possui ação orçamentária para pagamento de bolsas de estudo. Nesse ano, os recursos investidos no programa totalizaram R\$ 119.902.960,00 (cento e dezenove milhões, novecentos e dois mil, novecentos e sessenta reais), entre mensalidades de bolsas de mestrado, doutorado e pós-doutorado. Os recursos referentes ao pagamento das bolsas de pós-doutorado, R\$ 14.408.358,93 (quatorze milhões, quatrocentos e oito mil, trezentos e cinquenta e oito reais e noventa e três centavos), foram disponibilizados para as IFES por meio de Termo de Cooperação para Descentralização de Crédito.

Nas tabelas, a seguir, é apresentada a concessão de bolsas de mestrado e doutorado do programa em 2012, por região geográfica e grande área do conhecimento.

Tabela 48 (Ação 0487) – Concessão de bolsas do programa REUNI por região geográfica, em 2012.

Região	Mestrado	Doutorado	Total	Mestrado (%)	Doutorado (%)	Total (%)
Sudeste	2.075	950	2.994	37,62	34,42	36,47
Sul	1.313	956	2.264	23,81	34,64	27,58
Nordeste	1.275	612	1.880	23,12	22,17	22,90
Centro-Oeste	625	217	821	11,33	7,86	10,00
Norte	227	25	250	4,12	0,91	3,05
Total	5.515	2.760	8.209	100	100	100

Fonte: CQD/CGSI/DPB/CAPES

As regiões Sul e Sudeste apresentaram o maior número de bolsas do programa REUNI, totalizando 64,05% do total Tabela 48. Dentre as grandes áreas de conhecimento, destaca-se a concessão de bolsas para os programas de pós-graduação da grande área Ciências Humanas com 19,53% do total Tabela 48.

Tabela 49 (Ação 0487) – Concessão de bolsas do programa REUNI por grande área do conhecimento, em 2012.

Grande Área	Mestrado	Doutorado	Total	Mestrado (%)	Doutorado (%)	Total (%)
Ciências Humanas	1.124	479	1.603	20,63	17,36	19,53
Ciências Agrárias	744	493	1.237	13,65	17,86	15,07
Ciências da Saúde	695	309	1.004	12,75	11,20	12,23
Ciências Exatas e da Terra	551	381	932	10,11	13,80	11,35
Ciências Biológicas	438	402	840	8,04	14,57	10,23
Multidisciplinar	611	174	785	11,21	6,30	9,56
Linguística, Letras e Artes	460	186	646	8,44	6,74	7,87
Ciências Sociais e Aplicadas	482	126	608	8,85	4,57	7,41
Engenharias	344	210	554	6,31	7,61	6,75
Total	5.449	2.760	8.209	100	100	100

Fonte: CQD/CGSI/DPB/CAPES

Programa Nacional de Cooperação Acadêmica – Procad

O Procad objetiva apoiar projetos conjuntos de pesquisa utilizando-se de recursos humanos e de infraestrutura disponíveis em diferentes IES, possibilitando a abordagem de novos tópicos de pesquisa e a criação de condições estimulantes à associação de projetos para incremento da formação pós-graduada. Esse programa contempla despesas com bolsas de estudos, passagens, diárias, material de consumo, auxílio-moradia e contratação de serviços de terceiros para possibilitar o alcance do objetivo geral proposto.

Por meio do Procad foram concedidas 616 bolsas de pós-graduação, sendo 362 de mestrado, 158 de doutorado e 96 de pós-doutorado. Os recursos para atendimento aos beneficiários do Procad totalizaram, em 2012, R\$ 1.556.987,40 (um milhão, quinhentos e cinquenta e seis mil, novecentos e oitenta e sete reais e quarenta centavos).

Nas tabelas, a seguir, é apresentada a concessão de bolsas do programa em 2012, por região geográfica, UF e grande área do conhecimento.

Tabela 50 (Ação 0487) – Concessão de bolsas do Procad por região geográfica, em 2012.

Região	Mestrado	Doutorado	Pós-doutorado	Total
Sudeste	123	65	26	214
Nordeste	106	40	35	181
Sul	77	43	17	137
Centro-Oeste	33	5	15	53
Norte	23	5	3	31
Total	362	158	96	616

Fonte: CPE/CGPE/DPB/CAPES

Tabela 51 (Ação 0487) – Concessão de bolsas do Procad por UF, em 2012.

UF	Mestrado	Doutorado	Pós-doutorado	Total
SP	43	37	10	90
MG	58	15	9	82
PR	32	13	9	54
RS	29	16	5	50
CE	24	10	6	40
RJ	21	13	6	40
SC	16	14	3	33
BA	22	5	3	30
RN	12	7	5	24
GO	15	0	7	22
PE	11	5	4	20
MA	14	0	4	18
PB	10	2	5	17
DF	9	4	3	16
PI	7	1	7	15
MT	8	1	5	14
SE	5	8	0	13
PA	8	3	1	12
AM	9	1	0	10
AL	1	2	1	4
TO	2	0	2	4
AC	3	0	0	3
ES	1	0	1	2
MS	1	0	0	1
RO	1	0	0	1
RR	0	1	0	1
Total	362	158	96	616

Fonte: CPE/CGPE/DPB/CAPES

Tabela 52 (Ação 0487) – Concessão de bolsas do Procad por grande área do conhecimento, em 2012.

Grande Área	Mestrado	Doutorado	Pós-doutorado	Total
Ciências Exatas e da Terra	65	37	20	122
Ciências Humanas	64	28	8	100
Ciências da Saúde	43	17	21	81
Ciências Agrárias	45	21	12	78
Ciências Biológicas	44	23	9	76
Engenharias	40	11	7	58
Ciências Sociais e Aplicadas	32	8	10	50
Multidisciplinar	14	12	2	28
Linguística, Letras e Artes	15	1	7	23
Total	362	158	96	616

Fonte: CPE/CGPE/DPB/CAPES

Prêmio CAPES de Tese

O Prêmio CAPES de Tese objetiva premiar, anualmente, as melhores teses em cada uma das Áreas de Avaliação da CAPES. Os autores premiados recebem um certificado, uma medalha e uma bolsa de pós-doutorado no país, com duração máxima de 36 meses, podendo ser convertida de 1 (um) ano em estágio pós-doutoral fora do país e seus respectivos orientadores recebem um prêmio no valor de R\$ 3.000,00 (três mil reais).

Em 2012, o montante investido pela CAPES foi de R\$ 949.000,00 (novecentos e quarenta e nove mil reais). E esse Prêmio concedeu 22 bolsas de pós-doutorado, conforme distribuição, por região geográfica, UF e grande área do conhecimento, apresentadas nas tabelas, a seguir.

Tabela 53 (Ação 0487) – Concessão de bolsas do Prêmio CAPES de Tese por região geográfica, em que estão sendo realizados os estágios pós-doutorais, em 2012.

Região	Pós-doutorado	%
Sudeste	17	77,27
Sul	3	13,64
Centro-Oeste	1	4,55
Nordeste	1	4,55
Total	22	100

Fonte: CPE/CGPE/DPB/CAPES

As regiões Sul e Sudeste apresentaram o maior número de bolsas do Prêmio CAPES, totalizando mais de 90% do total Tabela 53.

Tabela 54 (Ação 0487) – Concessão de bolsas do Prêmio CAPES de Tese por UF, em que estão sendo realizados os estágios pós-doutorais, em 2012.

UF	Pós-doutorado	%
SP	9	40,91
RJ	5	22,73
MG	3	13,64
RS	2	9,09
BA	1	4,55
DF	1	4,55
SC	1	4,55
Total	22*	100

Fonte: CPE/CGPE/DPB/CAPES

* As bolsas do Prêmio Capes são implementadas conforme solicitação do premiado. Ainda que possam ser premiadas, anualmente, teses referentes às 49 Áreas de Avaliação da CAPES, nem todas essas bolsas são implementadas no ano seguinte, pois os premiados têm um prazo de até dois anos (após a publicação da premiação) para solicitar a implementação da bolsa.

Tabela 55 (Ação 0487) – Concessão de bolsas do Prêmio CAPES de Tese por grande área do conhecimento, em que estão sendo realizados os estágios pós-doutorais, em 2012.

Grande Área	Pós-doutorado	%
Ciências da Saúde	6	27,27
Ciências Agrárias	3	13,64
Ciências Humanas	3	13,64
Ciências Sociais e Aplicadas	3	13,64
Linguística, Letras e Artes	3	13,64
Multidisciplinar	2	9,09
Ciências Biológicas	1	4,55
Engenharias	1	4,55
Total	22	100

Fonte: CPE/CGPE/DPB/CAPES

Programa de Apoio à Educação Especial – PROESP

O PROESP é uma iniciativa da antiga Secretaria de Educação Especial do MEC, em parceria com a CAPES e objetiva apoiar projetos de pesquisa e a formação de recursos humanos, no âmbito da pós-graduação *stricto sensu*, voltadas à produção e avaliação de referenciais, metodologias e recursos de acessibilidade na educação e demais processos pedagógicos e formativos que envolvem o atendimento educacional especializado para alunos com deficiência,

transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, realizado de forma complementar ou suplementar à escolarização.

Esse programa contempla despesas com bolsas de estudos no país (mestrado e doutorado) e recursos de custeio que englobam o pagamento de passagens, diárias, material de consumo, produção de material didático-instrucional, publicação de artigos científicos e realização de eventos científicos.

A CAPES disponibilizou para o PROESP, no ano de 2012, o montante de R\$ 1.666.910,37 (um milhão, seiscentos e sessenta e seis mil, novecentos e dez reais e trinta e sete centavos) para apoiar 25 projetos. Foram concedidas 68 bolsas de mestrado e 37 de doutorado, distribuídas conforme tabelas apresentadas abaixo.

Tabela 56 (Ação 0487) – Concessão de bolsas do PROESP por região geográfica, em 2012.

Região	Mestrado	Doutorado	Total	Mestrado (%)	Doutorado (%)	Total (%)
Sudeste	26	22	48	38,24	59,46	45,71
Sul	19	7	26	27,94	18,92	24,76
Norte	10	5	15	14,71	13,51	14,29
Nordeste	10	3	13	14,71	8,11	12,38
Centro-Oeste	3	0	3	4,41	0,00	2,86
Total	68	37	105	100	100	100

Fonte: CPE/CGPE/DPB/CAPES

Tabela 57 (Ação 0487) – Concessão de bolsas do PROESP por grande área do conhecimento, em 2012.

Grande Área	Mestrado	Doutorado	Total	Mestrado (%)	Doutorado (%)	Total (%)
Ciências Humanas	50	25	75	73,53	67,57	71,43
Multidisciplinar	10	6	16	14,71	16,22	15,24
Ciências da Saúde	6	2	8	8,82	5,41	7,62
Ciências Biológicas	1	2	3	1,47	5,41	2,86
Linguística, Letras e Artes	1	2	3	1,47	5,41	2,86
Total	68	37	105	100	100	100

Fonte: CPE/CGPE/DPB/CAPES

Programa Nacional de Apoio e Desenvolvimento da Botânica – PNADB

O PNADB objetiva apoiar projetos conjuntos de pesquisa utilizando-se de recursos humanos e de infraestrutura disponíveis em diferentes IES, possibilitando a pesquisa interdisciplinar voltada para a caracterização de espécies botânicas e a criação de condições estimulantes à associação de projetos para incremento da formação pós-graduada na área de botânica no país.

Em 2012 foram concedidos R\$ 2.003.590,55 (dois milhões, três mil, quinhentos e noventa reais e cinquenta e cinco centavos) para o custeio de bolsas de pós-graduação e dos 21 projetos de pesquisa do PNADB. Foram concedidas 133 bolsas, sendo 77 de mestrado, 47 de doutorado e 9 de estágio pós-doutoral, conforme tabelas apresentadas a seguir.

Tabela 58 (Ação 0487) – Concessão de bolsas do PNADB por região geográfica, em 2012.

Região	Mestrado	Doutorado	Pós-doutorado	Total
Sudeste	28	23	4	55
Nordeste	18	7	3	28
Sul	14	6	1	21
Centro-Oeste	9	8	1	18
Norte	8	3	0	11
Total	77	47	9	133

Fonte: CPE/CGPE/DPB/CAPES

Tabela 59 (Ação 0487) – Concessão de bolsas do PNADB por grande área do conhecimento, em 2012.

Grande Área	Mestrado	Doutorado	Pós-doutorado	Total
Ciências Biológicas	68	44	9	121
Multidisciplinar	3	2	0	5
Ciências Agrárias	4	0	0	4
Ciências Exatas e da Terra	1	1	0	2
Ciências da Saúde	1	0	0	1
Total	77	47	9	133

Fonte: CPE/CGPE/DPB/CAPES

Programa de Formação de Recursos Humanos em Televisão Digital – RH-TVD

O programa RH-TVD tem como objetivo estimular no país a realização de projetos conjuntos de pesquisa entre diferentes IES e demais instituições enquadráveis, com vistas a estimular a produção científica e tecnológica, fortalecer, ampliar os programas de pós-graduação e promover a formação de recursos humanos pós-graduados em Televisão Digital – TVD, contribuindo, assim, para fortalecer a implementação do Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre – SBTVD-T.

No âmbito do RH-TVD, a CAPES concedeu R\$ 1.038.495,12 (um milhão, trinta e oito mil, quatrocentos e noventa e cinco reais e doze centavos) no ano de 2012, para financiar o custeio dos 19 projetos aprovados pelo Edital RH-TVD. Foram concedidas, em 2012, 63 bolsas de pós-graduação no país, sendo 33 de mestrado e 30 de doutorado, pagas diretamente aos bolsistas. Nas tabelas, a seguir, é apresentada a concessão de bolsas do programa em 2012, por região geográfica, UF e grande área do conhecimento.

Tabela 60 (Ação 0487) – Concessão de bolsas do RH-TVD por região geográfica, em 2012.

Região	Mestrado	Doutorado	Total	Mestrado (%)	Doutorado (%)	Total (%)
Sudeste	13	12	25	39,39	40,00	39,68
Nordeste	12	7	19	36,36	23,33	30,16
Sul	6	8	14	18,18	26,67	22,22
Norte	2	3	5	6,06	10,00	7,94
Total	33	30	63	100	100	100

Fonte: CII/CGPE/DPB/CAPES

Tabela 61 (Ação 0487) – Concessão de bolsas do RH-TVD por UF, em 2012.

UF	Mestrado	Doutorado	Total	Mestrado (%)	Doutorado (%)	Total (%)
RJ	11	4	15	33,33	13,33	23,81
PB	7	1	8	21,21	3,33	12,70
SP	1	7	8	3,03	23,33	12,70
RS	3	3	6	9,09	10,00	9,52
PA	2	3	5	6,06	10,00	7,94
RN	2	3	5	6,06	10,00	7,94
SC	2	3	5	6,06	10,00	7,94
CE	0	3	3	0,00	10,00	4,76
PE	3	0	3	9,09	0,00	4,76
PR	1	2	3	3,03	6,67	4,76
MG	1	1	2	3,03	3,33	3,17
Total	33	30	63	100	100	100

Fonte: CII/CGPE/DPB/CAPES

Tabela 62 (Ação 0487) – Concessão de bolsas do RH-TVD por grande área do conhecimento, em 2012.

Grande Área	Mestrado	Doutorado	Total	Mestrado (%)	Doutorado (%)	Total (%)
Ciências Exatas e da Terra	17	12	29	51,52	40,00	46,03
Engenharias	13	11	24	39,39	36,67	38,10
Multidisciplinar	3	4	7	9,09	13,33	11,11
Ciências Sociais Aplicadas	0	3	3	0,00	10,00	4,76
Total	33	30	63	100	100	100

Fonte: CII/CGPE/DPB/CAPES

Programa de Apoio ao Ensino e à Pesquisa Científica e Tecnológica em Defesa Nacional – PRÓ-DEFESA

O Programa Pró-defesa, criado em parceria com o Ministério da Defesa, objetiva estimular no país a realização de projetos conjuntos de pesquisa, possibilitando a produção de pesquisas científicas e tecnológicas e a formação de recursos humanos pós-graduados em defesa nacional, contribuindo, assim, para desenvolver e consolidar o pensamento brasileiro na área.

Em 2012 foram investidos R\$ 506.150,00 (quinhentos e seis mil, cento e cinquenta reais) para o pagamento de bolsas e R\$ 125.006,20 (cento e vinte cinco mil, seis reais e vinte centavos) em despesas de custeio, totalizando o investimento de R\$ 631.156,20 (seiscentos e trinta e um mil cento e cinquenta e seis reais e vinte centavos) para a execução de 16 projetos, para os quais foram concedidas 44 bolsas de pós-graduação pagas diretamente aos bolsistas, sendo 27 de mestrado e 17 de doutorado, no âmbito do Pró-defesa (Edital 2008). As despesas de custeio foram executadas na Ação 0487 e as de capital na Ação 4019 – Fomento à Pós-graduação.

Nas tabelas, a seguir, é apresentada a concessão de bolsas do programa em 2012, por região, UF, grande área do conhecimento e *status* jurídico.

Tabela 63 (Ação 0487) – Concessão de bolsas do Pró-defesa por região geográfica, em 2012.

Região	Mestrado	Doutorado	Total	Mestrado (%)	Doutorado (%)	Total (%)
Sudeste	21	13	34	77,78	76,47	77,27
Sul	3	2	5	11,11	11,76	11,36
Centro-oeste	1	1	2	3,70	5,88	4,55
Norte	1	1	2	3,70	5,88	4,55
Nordeste	1	0	1	3,70	0,00	2,27
Total	27	17	44	100	100	100

Fonte: CII/CGPE/DPB/CAPES

Tabela 64 (Ação 0487) – Concessão de bolsas do Pró-defesa por UF, em 2012.

UF	Mestrado	Doutorado	Total	Mestrado (%)	Doutorado (%)	Total (%)
RJ	14	7	21	51,85	41,18	47,73
SP	7	6	13	25,93	35,29	29,55
PR	3	2	5	11,11	11,76	11,36
AP	1	1	2	3,70	5,88	4,55
DF	1	1	2	3,70	5,88	4,55
BA	1	0	1	3,70	0,00	2,27
Total	27	17	44	100	100	100

Fonte: CII/CGPE/DPB/CAPES

Tabela 65 (Ação 0487) – Concessão de bolsas do Pró-defesa por grande área do conhecimento, em 2012.

Grande Área	Mestrado	Doutorado	Total	Mestrado (%)	Doutorado (%)	Total (%)
Engenharias	14	9	23	51,85	52,94	52,27
Ciências Humanas	4	4	8	14,81	23,53	18,18
C. Sociais Aplicadas	4	2	6	14,81	11,76	13,64
C. Exatas e da Terra	3	2	5	11,11	11,76	11,36
Ciências da Saúde	1	0	1	3,70	0,00	2,27
Multidisciplinar	1	0	1	3,70	0,00	2,27
Total	27	17	44	100	100	100

Fonte: CII/CGPE/DPB/CAPES

Tabela 66 (Ação 0487) – Concessão de bolsas do Pró-defesa por status jurídico, em 2012.

Status Jurídico	Mestrado	Doutorado	Total	Mestrado (%)	Doutorado (%)	Total (%)
Federal	19	11	30	70,37	64,71	68,18
Estadual	3	4	7	11,11	23,53	15,91
Privada	5	2	7	18,52	11,76	15,91
Total	27	17	44	100	100	100

Fonte: CII/CGPE/DPB/CAPES

Programa de Apoio ao Ensino e à Pesquisa Científica e Tecnológica em Engenharias – PRÓ-ENGENHARIAS

O Pró-engenharias objetiva estimular no país a realização de projetos conjuntos de pesquisa, possibilitando a produção de pesquisas científicas e tecnológicas e a formação de recursos humanos pós-graduados nas áreas das Engenharias, contribuindo, assim, para desenvolver e consolidar o desenvolvimento de áreas consideradas estratégicas por meio da análise das prioridades e das competências existentes.

Em 2012, no âmbito desse programa, a CAPES concedeu 367 bolsas de pós-graduação, sendo 226 de mestrado e 141 de doutorado e foram utilizados R\$ 2.779.250,00 (dois milhões, setecentos e setenta e nove mil e duzentos e cinquenta reais) para o pagamento de bolsas. Além disso, foram investidos R\$ 94.777,28 (noventa e quatro mil, setecentos e setenta e sete reais e vinte oito centavos) para o custeio dos 75 projetos, totalizando o investimento de R\$ 2.874.027,28 (dois milhões, oitocentos e setenta e quatro mil, vinte e sete reais e vinte oito centavos).

Nas tabelas, a seguir, é apresentada a concessão de bolsas do programa em 2012, por região geográfica, UF e grande área do conhecimento.

Tabela 67 (Ação 0487) – Concessão de bolsas do Pró-engenharías por região geográfica, em 2012.

Região	Mestrado	Doutorado	Total	Mestrado (%)	Doutorado (%)	Total (%)
Sudeste	95	72	167	42,04	51,06	45,50
Sul	67	38	105	29,65	26,95	28,61
Nordeste	49	26	75	21,68	18,44	20,44
Norte	9	4	13	3,98	2,84	3,54
Centro-Oeste	6	1	7	2,65	0,71	1,91
Total	226	141	367	100	100	100

Fonte: CII/CGPE/DPB/CAPES

Tabela 68 (Ação 0487) – Concessão de bolsas do Pró-engenharías por UF, em 2012.

UF	Mestrado	Doutorado	Total	Mestrado (%)	Doutorado (%)	Total (%)
SP	56	52	108	24,78	36,88	29,43
RS	29	17	46	12,83	12,06	12,53
SC	18	15	33	7,96	10,64	8,99
RJ	19	12	31	8,41	8,51	8,45
MG	20	8	28	8,85	5,67	7,63
PB	16	11	27	7,08	7,80	7,36
PR	20	6	26	8,85	4,26	7,08
RN	11	3	14	4,87	2,13	3,81
PE	6	6	12	2,65	4,26	3,27
PA	7	2	9	3,10	1,42	2,45
CE	5	3	8	2,21	2,13	2,18
SE	6	2	8	2,65	1,42	2,18
AM	2	2	4	0,88	1,42	1,09
BA	4	0	4	1,77	0,00	1,09
DF	2	1	3	0,88	0,71	0,82
GO	3	0	3	1,33	0,00	0,82
AL	1	1	2	0,44	0,71	0,54
MT	1	0	1	0,44	0,00	0,27
Total	226	141	367	100	100	100

Fonte: CII/CGPE/DPB/CAPES

Tabela 69 (Ação 0487) – Concessão de bolsas do Pró-engenharias por grande área do conhecimento, em 2012.

Grande Área	Mestrado	Doutorado	Total	Mestrado (%)	Doutorado (%)	Total (%)
Engenharias	191	116	307	84,51	82,27	83,65
Ciências Agrárias	15	10	25	6,64	7,09	6,81
Multidisciplinar	8	8	16	3,54	5,67	4,36
Ciências Exatas e da Terra	9	6	15	3,98	4,26	4,09
Ciências Sociais Aplicadas	3	1	4	1,33	0,71	1,09
Total	226	141	367	100	100	100

Fonte: CII/CGPE/DPB/CAPES

Programa de Apoio ao Ensino e à Pesquisa Científica e Tecnológica em Administração – PRÓ-ADMINISTRAÇÃO

O Pró-administração objetiva estimular no país a realização de projetos conjuntos de pesquisa e apoio à capacitação docente, possibilitando a produção de pesquisas científicas e tecnológicas e a formação de recursos humanos pós-graduados na área de Administração e Gestão, contribuindo, assim, para a melhoria de ensino de pós-graduação e graduação na área.

Em 2012, a CAPES apoiou 21 projetos por meio da concessão de 73 bolsas de pós-graduação, sendo 45 de mestrado e 28 de doutorado, totalizando o investimento de R\$ 2.211.720,89 (dois milhões, duzentos e onze mil, setecentos e vinte reais e oitenta e nove centavos).

Nas tabelas, a seguir, é apresentada a concessão de bolsas do programa em 2012, por região geográfica, UF, grande área do conhecimento e *status* jurídico.

Tabela 70 (Ação 0487) – Concessão de bolsas do Edital Pró-administração por região, em 2012.

Região	Mestrado	Doutorado	Total	Mestrado (%)	Doutorado (%)	Total (%)
Sudeste	18	15	33	40,00	53,57	45,21
Sul	14	5	19	31,11	17,86	26,03
Nordeste	11	7	18	24,44	25,00	24,66
Centro-Oeste	2	1	3	4,44	3,57	4,11
Total	45	28	73	100	100	100

Fonte: CII/CGPE/DPB/CAPES

Tabela 71 (Ação 0487) – Concessão de bolsas do Edital Pró-administração por UF, em 2012.

UF	Mestrado	Doutorado	Total	Mestrado (%)	Doutorado (%)	Total (%)
SP	13	10	23	28,89	35,71	31,51
RS	7	1	8	15,56	3,57	10,96
SC	4	3	7	8,89	10,71	9,59
BA	3	3	6	6,67	10,71	8,22
MG	3	2	5	6,67	7,14	6,85
PE	3	2	5	6,67	7,14	6,85
RJ	2	3	5	4,44	10,71	6,85
PR	3	1	4	6,67	3,57	5,48
RN	2	2	4	4,44	7,14	5,48
DF	2	1	3	4,44	3,57	4,11
PB	2	0	2	4,44	0,00	2,74
CE	1	0	1	2,22	0,00	1,37
Total	45	28	73	100	100	100

Fonte: CII/CGPE/DPB/CAPES

Tabela 72 (Ação 0487) – Concessão de bolsas do Edital Pró-administração por grande área do conhecimento, em 2012.

Grande Área	Mestrado	Doutorado	Total	Mestrado (%)	Doutorado (%)	Total (%)
Ciências Sociais Aplicadas	41	23	64	91,11	82,14	87,67
Ciências Humanas	3	1	4	6,67	3,57	5,48
Multidisciplinar	1	2	3	2,22	7,14	4,11
Ciências da Saúde	0	1	1	0,00	3,57	1,37
Engenharias	0	1	1	0,00	3,57	1,37
Total	45	28	73	100	100	100

Fonte: CII/CGPE/DPB/CAPES

Tabela 73 (Ação 0487) – Concessão de bolsas do Edital Pró-administração por status jurídico, em 2012.

Status Jurídico	Mestrado	Doutorado	Total	Mestrado (%)	Doutorado (%)	Total (%)
Federal	22	11	33	48,89	39,29	45,21
Privada	21	12	33	46,67	42,86	45,21
Estadual	2	5	7	4,44	17,86	9,59
Total	45	28	73	100	100	100

Fonte: CII/CGPE/DPB/CAPES

Programa de Apoio ao Ensino e à Pesquisa Científica e Tecnológica em Cultura – PRÓ-CULTURA

O Pró-cultura, uma parceria da CAPES com o Ministério da Cultura, objetiva estimular no país a realização de projetos conjuntos de pesquisa, a articulação e o diálogo entre pesquisadores e grupos de pesquisas que atuam no campo de estudos da cultura em diferentes IES e demais instituições. A característica fundamental desse programa é a multidisciplinaridade refletida na diversidade de áreas de conhecimento abarcadas.

Em 2012, por meio desse programa, a CAPES apoiou 21 projetos, concedendo 20 bolsas de mestrado. Neste ano foram investidos R\$ 245.400,00 (duzentos e quarenta e cinco mil e quatrocentos reais) para o pagamento de bolsas.

Nas tabelas, a seguir, é apresentada a concessão de bolsas do programa em 2012, por região geográfica, UF, grande área do conhecimento e *status* jurídico.

Tabela 74 (Ação 0487) – Concessão de bolsas do Pró-cultura por região geográfica, em 2012.

Região	Mestrado	%
Sudeste	7	35
Sul	6	30
Nordeste	5	25
Norte	2	10
Total	20	100

Fonte: CII/CGPE/DPB/CAPES

Tabela 75 (Ação 0487) – Concessão de bolsas do Pró-cultura por UF, em 2012.

UF	Mestrado	(%)
RS	4	20
MG	3	15
RN	3	15
PR	2	10
RJ	2	10
SP	2	10
AM	1	5
CE	1	5
PA	1	5
SE	1	5
Total	20	100

Fonte: CII/CGPE/DPB/CAPES

Tabela 76 (Ação 0487) – Concessão de bolsas do Pró-cultura por grande área do conhecimento, em 2012.

Grande Área	Mestrado	%
Ciências Humanas	11	55
Linguística, Letras e Artes	3	15
Ciências Sociais Aplicadas	2	10
Engenharias	2	10
Multidisciplinar	2	10
Total	20	100

Fonte: CII/CGPE/DPB/CAPES

Tabela 77 (Ação 0487) – Concessão de bolsas do Pró-cultura por status jurídico, em 2012.

Status Jurídico	Mestrado	%
Federal	15	75
Estadual	5	25
Total	20	100

Fonte: CII/CGPE/DPB/CAPES

Programa Nacional de Pós-doutorado em Saúde – Pós-doc SUS

O Pós-doc SUS é oriundo de uma parceria entre o Ministério da Saúde e o Ministério da Educação que objetiva fomentar as atividades de pesquisa científica, tecnológica e de inovação, mediante a seleção de projetos que visam investigar temas prioritários para o Sistema Único de Saúde – SUS e que contribuam para o desenvolvimento da pós-graduação e grupos de pesquisa em saúde no país.

O apoio aos projetos selecionados no âmbito do Pós-doc SUS é realizado por meio do pagamento de bolsas na modalidade estágio pós-doutoral pelo período máximo de 60 meses. Além disso, é previsto pelo Edital o repasse de recursos de custeio e capital aos projetos selecionados no âmbito desse programa. Os recursos de custeio e capital são repassados pelo Ministério da Saúde à Capes, que efetua o repasse aos projetos.

Por meio de dois editais, lançados em 2009 e 2010, a CAPES aprovou 44 projetos de pesquisa na área de pesquisa em saúde no país. Cada um dos projetos foi contemplado com uma bolsa de pós-doutorado paga diretamente aos bolsistas pela CAPES, totalizando um investimento de R\$ 1.615.000,00 (um milhão e seiscentos e quinze mil reais) em 2012.

A concessão de bolsas do programa em 2012 é apresentada nas tabelas, a seguir, por região geográfica, UF e grande área do conhecimento.

Tabela 78 (Ação 0487) – Concessão de bolsas do Pós-doc SUS por região geográfica em 2012.

Região	Pós-doutorado	%
Sudeste	33	75,00
Sul	7	15,91
Nordeste	3	6,82
Norte	1	2,27
Total	44	100

Fonte: CII/CGPE/DPB/CAPES

Tabela 79 (Ação 0487) – Concessão de bolsas do Pós-doc SUS por UF, em 2012.

UF	Pós-doutorado	%
SP	13	29,55
RJ	11	25,00
MG	9	20,45
RS	7	15,91
PE	2	4,55
AM	1	2,27
BA	1	2,27
Total	44	100

Fonte: CII/CGPE/DPB/CAPES

Tabela 80 (Ação 0487) – Concessão de bolsas do Pós-doc SUS por grande área do conhecimento, em 2012.

Grande Área	Pós-doutorado	%
Ciências Biológicas	20	45,45
Ciências da Saúde	20	45,45
Outras	4	9,10
Total	44	100

Fonte: CII/CGPE/DPB/CAPES

Programa de Nanobiotecnologia - Edital Rede Nanobiotec-Brasil

O Edital Rede Nanobiotec-Brasil objetiva estimular e apoiar no país a realização de projetos conjuntos de pesquisa utilizando-se de recursos humanos e de infraestrutura disponíveis em diferentes IES, institutos de pesquisa, empresas e ou demais instituições, possibilitando a produção de pesquisas científicas e tecnológicas por meio de formação de recursos humanos pós-graduados e a formação complementar de recursos humanos em outros níveis.

Em 2012, foram concedidas 229 bolsas de doutorado, 66 de pós-doutorado e 26 de Pesquisador Visitante. Investiu-se o montante de R\$ 12.314.414,28 (doze milhões, trezentos e quatorze mil, quatrocentos e quatorze reais e vinte e oito centavos) entre despesas de bolsas (R\$ 6.587.260,00) e custeio (R\$ 5.727.154,28) para apoiar 38 projetos de pesquisa. Convém ressaltar que as despesas de capital foram executadas na Ação 4019 – Fomento à Pós-Graduação.

Nas tabelas, a seguir, é apresentada a concessão de bolsas do programa em 2012, por região geográfica, UF e grande área do conhecimento.

Tabela 81 (Ação 0487) – Concessão de bolsas do Edital Rede Nanobiotec-Brasil por região geográfica, em 2012.

Região	Doutorado	Pós-Doutorado	Total	Doutorado (%)	Pós-Doutorado (%)	Total (%)
Sudeste	113	35	148	49,34	53,03	50,17
Sul	62	13	75	27,07	19,70	25,42
Nordeste	34	9	43	14,85	13,64	14,58
Centro-Oeste	11	9	20	4,80	13,64	6,78
Norte	9	0	9	3,93	0,00	3,05
Total	229	66	295	100	100	100

Fonte: CII/CGPE/DPB/CAPES

Tabela 82 (Ação 0487) – Concessão de bolsas do Edital Rede Nanobiotec-Brasil por UF, em 2012.

UF	Doutorado	Pós-Doutorado	Total	Doutorado (%)	Pós-Doutorado (%)	Total (%)
SP	47	22	69	20,52	33,33	23,39
RJ	41	11	52	17,90	16,67	17,63
RS	38	9	47	16,59	13,64	15,93
MG	25	2	27	10,92	3,03	9,15
PR	16	1	17	6,99	1,52	5,76
DF	9	7	16	3,93	10,61	5,42
PE	13	1	14	5,68	1,52	4,75
SC	8	3	11	3,49	4,55	3,73
AL	5	3	8	2,18	4,55	2,71
RO	7	0	7	3,06	0,00	2,37
BA	3	2	5	1,31	3,03	1,69
CE	4	1	5	1,75	1,52	1,69
SE	5	0	5	2,18	0,00	1,69
GO	2	2	4	0,87	3,03	1,36
PB	2	1	3	0,87	1,52	1,02
RN	2	1	3	0,87	1,52	1,02
AM	1	0	1	0,44	0,00	0,34
PA	1	0	1	0,44	0,00	0,34

UF	Doutorado	Pós-Doutorado	Total	Doutorado (%)	Pós-Doutorado (%)	Total (%)
Total	229	66	295	100	100	100

Fonte: CII/CGPE/DPB/CAPES

Tabela 83 (Ação 0487) – Concessão de bolsas do Edital Rede Nanobiotec-Brasil por grande área do conhecimento, em 2012.

Grande Área	Doutorado	Pós-Doutorado	Total	Doutorado (%)	Pós-Doutorado (%)	Total (%)
Ciências Exatas e da Terra	65	27	92	28,38	40,91	31,19
Engenharias	44	11	55	19,21	16,67	18,64
Ciências Biológicas	39	15	54	17,03	22,73	18,31
Ciências da Saúde	38	3	41	16,59	4,55	13,90
Ciências Agrárias	27	5	32	11,79	7,58	10,85
Multidisciplinar	14	5	19	6,11	7,58	6,44
Ciências Humanas	1	0	1	0,44	0,00	0,34
Ciências Sociais Aplicadas	1	0	1	0,44	0,00	0,34
Total	229	66	295	100	100	100

Fonte: CII/CGPE/DPB/CAPES

Programa de Bolsa Especial para Doutorado em Pesquisa Médica – PBE-DPM

O PBE-DPM objetiva estimular no país a formação de recursos humanos, em nível de doutorado, visando à formação de pesquisadores na área de pesquisas médicas em menor tempo, priorizando as instituições que tenham oficialmente estabelecido um programa acadêmico vinculando o treinamento científico dos alunos de medicina e de profissionais médicos durante a graduação e o período da residência médica com seu ingresso no doutorado. Em 2012, a CAPES investiu no programa o montante de R\$ 495.000,00 (quatrocentos e noventa e cinco mil reais) em 9 projetos com 31 bolsas de doutorado.

Nas tabelas, a seguir, é apresentada a concessão de bolsas do programa em 2012, por região geográfica, UF e grande área do conhecimento.

Tabela 84 (Ação 0487) – Concessão de bolsas do PBE-DPM por região geográfica, em 2012.

Região	Doutorado	%
Sul	16	51,61
Sudeste	12	38,71
Norte	3	9,68
Total	31	100

Fonte: CII/CGPE/DPB/CAPES

Tabela 85 (Ação 0487) – Concessão de bolsas do PBE-DPM por UF, em 2012.

UF	Doutorado	%
RS	16	51,61
SP	8	25,81
MG	3	9,68
PA	3	9,68
RJ	1	3,23
Total	31	100

Fonte: CII/CGPE/DPB/CAPES

Tabela 86 (Ação 0487) – Concessão de bolsas do PBE-DPM por grande área do conhecimento, em 2012.

Grande Área	Doutorado	%
Ciências da Saúde	17	54,84
Ciências Biológicas	14	45,16
Total	31	100

Fonte: CII/CGPE/DPB/CAPES

Edital Ciências do Mar

O Edital Ciências do Mar objetiva estimular e apoiar a realização de projetos conjuntos de pesquisa científica e tecnológica no país utilizando-se de recursos humanos e de infraestrutura disponíveis em diferentes IES, institutos de pesquisa, empresas e demais instituições associadas, que contemplem a formação de recursos humanos pós-graduados e, de forma complementar, em nível de graduação.

Estão previstas no instrumento de seleção e no regulamento do Edital Ciências do Mar, despesas com bolsas de estudos no país nas modalidades: mestrado, doutorado, pós-doutorado e professor/pesquisador visitante; e bolsas no exterior: graduação sanduíche, doutorado sanduíche e pós-doutorado, além de equipamentos e material permanente, passagens aéreas, diárias, material de consumo e contratação de serviços de terceiros para possibilitar o alcance do objetivo geral proposto.

No âmbito do Edital Ciências do Mar, a CAPES despendeu, no ano de 2012, o montante de R\$ 5.258.736,24 (cinco milhões, duzentos e cinquenta e oito mil, setecentos e trinta e seis reais e vinte e quatro centavos) entre despesas com bolsas (R\$ 3.616.259,62) e custeio (R\$ 1.642.476,62) nos 26 projetos com a concessão de 100 bolsas de mestrado, 118 de doutorado e 18 de pós-doutorado. Os recursos de capital foram executados na Ação 4019 – Fomento à Pós-Graduação.

Nas tabelas, a seguir, é apresentada a concessão de bolsas do programa em 2012, por região geográfica, UF e grande área do conhecimento.

Tabela 87 (Ação 0487) – Concessão de bolsas do Edital Ciências do Mar por região geográfica, em 2012.

Região	Mestrado	Doutorado	Pós-doutorado	Total
Sudeste	38	40	9	87
Sul	30	44	6	80
Nordeste	29	34	3	66
Norte	3	0	0	3
Total	100	118	18	236

Fonte: CII/CGPE/DPB/CAPES

Tabela 88 (Ação 0487) – Concessão de bolsas do Edital Ciências do Mar por UF, em 2012.

UF	Mestrado	Doutorado	Pós-doutorado	Total
RJ	18	24	7	49
RS	11	27	5	43
CE	16	22	1	39
SP	16	14	2	32
SC	14	12	0	26
PE	9	7	0	16
PR	5	5	1	11
BA	1	5	1	7
ES	2	2	0	4
PA	3	0	0	3
MG	2	0	0	2
RN	1	0	1	2
AL	1	0	0	1
MA	1	0	0	1
Total	100	118	18	236

Fonte: CII/CGPE/DPB/CAPES

Tabela 89 (Ação 0487) – Concessão de bolsas do Edital Ciências do Mar por grande área do conhecimento, em 2012.

Grande Área	Mestrado	Doutorado	Pós-doutorado	Total
Multidisciplinar	30	30	1	61
Ciências Exatas e da Terra	19	32	8	59
Ciências Agrárias	19	22	1	42
Ciências Biológicas	18	17	4	39
Ciências Humanas	9	11	2	22
Engenharias	5	6	2	13
Total	100	118	18	236

Fonte: CII/CGPE/DPB/CAPES

Pró-ensino na Saúde

O programa Pró-ensino na Saúde, uma parceria entre a CAPES e o Ministério da Saúde, objetiva estimular a produção de pesquisas científicas e tecnológicas e a formação de mestres, doutores e estágio pós-doutoral na área do Ensino na Saúde. Contribui para desenvolver e consolidar esta área de formação, considerada estratégica para a consolidação do SUS, por meio da análise das prioridades e das competências existentes, visando à melhoria do ensino de pós-graduação e graduação em Saúde.

Em 2012, a CAPES implementou o montante de R\$ 2.833.813,20 (dois milhões, oitocentos e trinta e três mil, oitocentos e treze reais e vinte centavos) entre despesas para o pagamento de bolsas (R\$ 2.474.850,00) e de custeio (R\$ 358.963,20) para apoiar os 23 projetos.

Nas tabelas, a seguir, é apresentada a concessão de bolsas do programa em 2012, por região geográfica, UF, grande área do conhecimento e *status* jurídico.

Tabela 90 (Ação 0487) – Concessão de bolsas do Pró-Ensino na Saúde por região geográfica, em 2012.

Região	Mestrado	Doutorado	Pós-doutorado	Total
Sudeste	53	46	3	102
Sul	29	22	1	52
Centro-oeste	19	6	1	26
Nordeste	9	5	1	15
Norte	2	1	0	3
Total	112	80	6	198

Fonte: CII/CGPE/DPB/CAPES

Tabela 91 (Ação 0487) – Concessão de bolsas do Pró-Ensino na Saúde por UF, em 2012.

UF	Mestrado	Doutorado	Pós-doutorado	Total
SP	37	34	1	72
RS	17	14	1	32
RJ	13	7	2	22
SC	7	5	0	12
DF	7	2	1	10
MT	8	2	0	10
PR	5	3	0	8
CE	4	3	0	7
MG	2	5	0	7
GO	4	2	0	6
PE	2	2	0	4
PI	3	0	1	4
PA	2	1	0	3
ES	1	0	0	1
Total	112	80	6	198

Fonte: CII/CGPE/DPB/CAPES

Tabela 92 (Ação 0487) – Concessão de bolsas do Pró-Ensino na Saúde por grande área do conhecimento, em 2012.

Grande Área	Mestrado	Doutorado	Pós-doutorado	Total
Ciências da Saúde	84	68	2	154
Ciências Humanas	13	3	1	17
Ciências Sociais Aplicadas	7	4	1	12
Multidisciplinar	5	3	1	9
Ciências Biológicas	3	2	1	6
Total	112	80	6	198

Fonte: CII/CGPE/DPB/CAPES

Tabela 93 (Ação 0487) – Concessão de bolsas do Pró-Ensino na Saúde por status jurídico, em 2012.

Status Jurídico	Mestrado	Doutorado	Pós-doutorado	Total
Federal	62	34	5	101

Status Jurídico	Mestrado	Doutorado	Pós-doutorado	Total
Estadual	30	32	1	63
Privada	20	14	0	34
Total	112	80	6	198

Fonte: CII/CGPE/DPB/CAPES

Toxinologia

O programa Toxinologia tem como objetivo estimular e apoiar a realização de projetos conjuntos de pesquisa científica e tecnológica no país na área de doenças negligenciadas, que contemplem a formação de recursos humanos pós-graduados e, de forma complementar, em nível de graduação. O programa está em consonância com a concepção da Organização Mundial da Saúde – OMS de que o envenenamento por animais peçonhentos constitui nova classe de doenças negligenciadas e com o Programa Nacional de Apoio ao Ensino e à Pesquisa em Áreas Estratégicas – PRONAP da CAPES e com a legislação aplicável à matéria. Atualmente estão sendo financiados pela CAPES 16 projetos de pesquisa. Em 2012 foram investidos R\$ 4.307.003,74 (quatro milhões, trezentos e sete mil, três reais e setenta e quatro centavos) pelo programa Toxinologia.

Nas tabelas, a seguir, é apresentada a concessão de bolsas do programa em 2012, por região geográfica, UF, grande área do conhecimento e *status* jurídico.

Tabela 94 (Ação 0487) – Concessão de bolsas do Toxinologia por região geográfica, em 2012.

Região	Mestrado	Doutorado	Pós-doutorado	Total
Sudeste	34	29	24	87
Sul	5	6	1	12
Nordeste	4	5	1	10
Centro-Oeste	3	5	1	9
Norte	2	1	2	5
Total	48	46	29	123

Fonte: CII/CGPE/DPB/CAPES

Tabela 95 (Ação 0487) – Concessão de bolsas do Toxinologia por UF, em 2012.

UF	Mestrado	Doutorado	Pós-doutorado	Total
SP	19	15	13	47
MG	8	9	9	26
RJ	6	5	2	13
DF	1	5	1	7
RS	4	3	0	7
CE	2	3	1	6
PA	2	1	2	5
PR	1	3	1	5
RN	2	1	0	3

UF	Mestrado	Doutorado	Pós-doutorado	Total
MS	2	0	0	2
BA	0	1	0	1
ES	1	0	0	1
Total	48	46	29	123

Fonte: CII/CGPE/DPB/CAPES

Tabela 96 (Ação 0487) – Concessão de bolsas do Toxinologia por grande área do conhecimento, em 2012.

Grande Área	Mestrado	Doutorado	Pós-doutorado	Total
Ciências Biológicas	34	27	20	81
Ciências da Saúde	7	9	5	21
Multidisciplinar	6	8	4	18
Engenharias	1	1	0	2
Ciências Agrárias	0	1	0	1
Total	48	46	29	123

Fonte: CII/CGPE/DPB/CAPES

Tabela 97 (Ação 0487) – Concessão de bolsas do Toxinologia por *status* jurídico, em 2012.

Status Jurídico	Mestrado	Doutorado	Pós-doutorado	Total
Federal	21	27	14	62
Estadual	22	14	12	48
Não há	2	2	3	7
Privada	3	3	0	6
Total	48	46	29	123

Fonte: CII/CGPE/DPB/CAPES

Parasitologia Básica

O programa Parasitologia Básica, implementado em 2012, tem como objetivo estimular e apoiar o desenvolvimento de projetos de pesquisa científica que contemplem a formação de recursos humanos pós-graduados na área de Parasitologia Básica com vistas a fortalecer e ampliar os programas de pós-graduação *stricto sensu* no país relacionados às áreas de interesse elencadas no edital. Em 2012 foram concedidas 57 bolsas de mestrado e 50 de doutorado totalizando o valor investido de R\$ 3.920.954,31 (três milhões, novecentos e vinte mil, novecentos e cinquenta e quatro reais e trinta e um centavos).

Tabela 98 (Ação 0487) – Concessão de bolsas do Parasitologia Básica por região geográfica, em 2012.

Região	Mestrado	Doutorado	Total	Mestrado (%)	Doutorado (%)	Total (%)
Sudeste	25	30	55	43,86	60,00	51,40
Sul	14	9	23	24,56	18,00	21,50

Nordeste	11	6	17	19,30	12,00	15,89
Centro-Oeste	7	3	10	12,28	6,00	9,35
Norte	0	2	2	0,00	4,00	1,87
Total	57	50	107	100	100	100

Fonte: CII/CGPE/DPB/CAPES

Tabela 99 (Ação 0487) – Concessão de bolsas do Parasitologia Básica por UF, em 2012.

UF	Mestrado	Doutorado	Total	Mestrado (%)	Doutorado (%)	Total (%)
RJ	15	16	31	26,32	32,00	28,97
RS	11	5	16	19,30	10,00	14,95
MG	5	10	15	8,77	20,00	14,02
SP	5	4	9	8,77	8,00	8,41
DF	5	3	8	8,77	6,00	7,48
PE	2	4	6	3,51	8,00	5,61
PR	3	2	5	5,26	4,00	4,67
SE	3	2	5	5,26	4,00	4,67
BA	3	0	3	5,26	0,00	2,80
RN	3	0	3	5,26	0,00	2,80
PA	0	2	2	0,00	4,00	1,87
SC	0	2	2	0,00	4,00	1,87
MS	1	0	1	1,75	0,00	0,93
MT	1	0	1	1,75	0,00	0,93
Total	57	50	107	100	100	100

Fonte: CII/CGPE/DPB/CAPES

Tabela 100 (Ação 0487) – Concessão de bolsas do Parasitologia Básica por grande área do conhecimento, em 2012.

Grande Área	Mestrado	Doutorado	Total	Mestrado (%)	Doutorado (%)	Total (%)
Ciências Biológicas	30	34	64	52,63	68,00	59,81
Ciências Agrárias	16	7	23	28,07	14,00	21,50
Ciências da Saúde	11	7	18	19,30	14,00	16,82
Multidisciplinar	0	2	2	0,00	4,00	1,87
Total	57	50	107	100	100	100

Fonte: CII/CGPE/DPB/CAPES

Tabela 101 (Ação 0487) – Concessão de bolsas do Parasitologia Básica por *status* jurídico, em 2012.

SJ	Mestrado	Doutorado	Total	Mestrado (%)	Doutorado (%)	Total (%)
Federal	45	43	88	78,95	86,00	82,24
Estadual	10	6	16	17,54	12,00	14,95

Privada	2	1	3	3,51	2,00	2,80
Total	57	50	107	100	100	100

Fonte: CII/CGPE/DPB/CAPES

Acordos entre a Capes e o CNPq

a) Redes em Agrobiodiversidade e Sustentabilidade Agropecuária - Repensa

O programa Repensa, implementado por um Edital conjunto entre a CAPES e o CNPq, tem por objetivo apoiar financeiramente projetos em redes que visem contribuir significativamente para o avanço da sustentabilidade da agropecuária nacional. Trata-se de uma iniciativa estruturada em ampla articulação e integração de ações de Ciência, Tecnologia e Inovação para estimular e fomentar pesquisas sobre o estado de conhecimento; ameaças e oportunidades para o avanço continuado da sustentabilidade; estímulo à revitalização do Sistema Nacional de Pesquisa Agropecuária com ênfase às Organizações Estaduais Pesquisa Agropecuária – OEPAS; geração de bases de dados e informações; definição de indicadores, índices e padrões de sustentabilidade agrônômica e zootécnica e conformidade técnica e socioambiental da produção, bem como contribuir para incorporação de uma visão crítica e sistêmica da sustentabilidade e geração e transferência de conhecimentos para a intensificação sustentável da agropecuária. Atualmente estão sendo financiados pela CAPES bolsistas de 44 projetos. Em 2012 foram investidos R\$ 1.910.600,00 (um milhão, novecentos e dez mil e seiscentos reais) pelo programa Repensa.

Nas tabelas, a seguir, é apresentada a concessão de bolsas do programa em 2012, por região geográfica, UF, grande área do conhecimento e *status* jurídico.

Tabela 102 (Ação 0487) – Concessão de bolsas do Repensa por região geográfica, em 2012.

Região	Mestrado	Doutorado	Total	Mestrado (%)	Doutorado (%)	Total (%)
Sul	25	10	35	30,12	34,48	31,25
Sudeste	23	6	29	27,71	20,69	25,89
Centro-Oeste	22	4	26	26,51	13,79	23,21
Nordeste	11	8	19	13,25	27,59	16,96
Norte	2	1	3	2,41	3,45	2,68
Total	83	29	112	100	100	100

Fonte: CII/CGPE/DPB/CAPES

Tabela 103 (Ação 0487) – Concessão de bolsas do Repensa por UF, em 2012.

UF	Mestrado	Doutorado	Total	Mestrado (%)	Doutorado (%)	Total (%)
MG	15	5	20	18,07	17,24	17,86
SC	13	4	17	15,66	13,79	15,18
MT	11	0	11	13,25	0,00	9,82
RS	7	3	10	8,43	10,34	8,93
PR	5	3	8	6,02	10,34	7,14
GO	5	2	7	6,02	6,90	6,25
SP	6	1	7	7,23	3,45	6,25
DF	4	2	6	4,82	6,90	5,36
PE	4	2	6	4,82	6,90	5,36
MA	3	0	3	3,61	0,00	2,68
PA	2	1	3	2,41	3,45	2,68
RN	1	2	3	1,20	6,90	2,68
BA	1	1	2	1,20	3,45	1,79
CE	0	2	2	0,00	6,90	1,79
ES	2	0	2	2,41	0,00	1,79
MS	2	0	2	2,41	0,00	1,79
PB	2	0	2	2,41	0,00	1,79
SE	0	1	1	0,00	3,45	0,89
Total	83	29	112	100	100	100

Fonte: CII/CGPE/DPB/CAPES

Tabela 104 (Ação 0487) – Concessão de bolsas do Repensa por grande área do conhecimento, em 2012.

Grande Área	Mestrado	Doutorado	Total	Mestrado (%)	Doutorado (%)	Total (%)
Ciências Agrárias	61	21	82	73,49	72,41	73,21

Grande Área	Mestrado	Doutorado	Total	Mestrado (%)	Doutorado (%)	Total (%)
Multidisciplinar	12	2	14	14,46	6,90	12,50
Ciências Biológicas	3	3	6	3,61	10,34	5,36
Ciências Sociais Aplicadas	3	2	5	3,61	6,90	4,46
Ciências Exatas e da Terra	2	0	2	2,41	0,00	1,79
Ciências Humanas	1	1	2	1,20	3,45	1,79
Engenharias	1	0	1	1,20	0,00	0,89
Total	83	29	112	100	100	100

Fonte: CII/CGPE/DPB/CAPES

Tabela 105 (Ação 0487) – Concessão de bolsas do Repensa por *status* jurídico, em 2012.

Status Jurídico	Mestrado	Doutorado	Total	Mestrado (%)	Doutorado (%)	Total (%)
Federal	54	20	74	65,06	68,97	66,07
Estadual	24	9	33	28,92	31,03	29,46
Municipal	3	0	3	3,61	0,00	2,68
Privada	2	0	2	2,41	0,00	1,79
Total	83	29	112	100	100	100

Fonte: CII/CGPE/DPB/CAPES

b) Sistema Nacional de Pesquisa em Biodiversidade - Sisbiota

O programa Sisbiota, implementado por um Edital conjunto entre a CAPES e o CNPq, tem como objetivos apoiar projetos no âmbito do Programa Sisbiota-Brasil, visando fomentar a pesquisa científica para ampliar o conhecimento e entendimento sobre a biodiversidade brasileira e melhorar a capacidade preditiva de respostas às mudanças globais, particularmente às mudanças de uso e cobertura da terra e mudanças climáticas. A iniciativa associa a formação de recursos humanos, educação ambiental e divulgação do conhecimento científico além de estimular a consolidação da competência científica e tecnológica nacional em estudos da biodiversidade. Estimula também a formação de parcerias entre instituições, com participação da CAPES e das Fundações de Amparo à Pesquisa dos Estados Brasileiros, articulando também com outras iniciativas em andamento sobre biodiversidade e ecossistemas no Brasil. Atualmente estão sendo financiados pela CAPES bolsistas de 39 projetos. Nas tabelas, a seguir, é apresentada a concessão de bolsas do programa em 2012, por região geográfica, UF, grande área do conhecimento e *status* jurídico. Em 2012 foram investidos R\$ 1.865.650,00 (um milhão, oitocentos e sessenta e cinco mil e seiscentos e cinquenta reais) pelo programa Sisbiota.

Tabela 106 (Ação 0487) – Concessão de bolsas do Sisbiota por região geográfica, em 2012.

Região	Mestrado	Doutorado	Pós-doutorado	Total
Sudeste	19	8	6	33
Nordeste	15	1	2	18
Sul	11	3	0	14
Centro-Oeste	10	2	0	12

Região	Mestrado	Doutorado	Pós-doutorado	Total
Norte	4	2	3	9
Total	59	16	11	86

Fonte: CII/CGPE/DPB/CAPES

Tabela 107 (Ação 0487) – Concessão de bolsas do Sisbiota por UF, em 2012.

UF	Mestrado	Doutorado	Pós-doutorado	Total
SP	11	5	5	21
BA	9	0	1	10
MG	5	3	1	9
RS	6	1	0	7
GO	5	1	0	6
SC	5	1	0	6
AM	1	1	3	5
PE	3	1	1	5
PA	3	1	0	4
RJ	3	0	0	3
DF	1	1	0	2
MS	2	0	0	2
MT	2	0	0	2
CE	1	0	0	1
PB	1	0	0	1
PR	0	1	0	1
SE	1	0	0	1
Total	59	16	11	86

Fonte: CII/CGPE/DPB/CAPES

Tabela 108 (Ação 0487) – Concessão de bolsas do Sisbiota por grande área do conhecimento, em 2012.

Grande Área	Mestrado	Doutorado	Pós-doutorado	Total
Ciências Biológicas	39	10	4	53

Grande Área	Mestrado	Doutorado	Pós-doutorado	Total
Ciências Exatas e da Terra	8	2	3	13
Ciências Agrárias	6	2	1	9
Multidisciplinar	3	2	3	8
Engenharias	2	0	0	2
Ciências da Saúde	1	0	0	1
Total	59	16	11	86

Fonte: CII/CGPE/DPB/CAPES

Tabela 109 (Ação 0487) – Concessão de bolsas do Sisbiota por *status* jurídico, em 2012.

Status Jurídico	Mestrado	Doutorado	Pós-doutorado	Total
Federal	34	11	7	52
Estadual	22	4	4	30
Privada	3	1	0	4
Total	59	16	11	86

Fonte: CII/CGPE/DPB/CAPES

c) Plantas do Brasil: Resgate Histórico e Herbário Virtual para o Conhecimento e Conservação da Flora Brasileira - Re flora

O programa Re flora, implementado por um Edital conjunto entre CAPES e CNPq, tem como objetivo apoiar projetos que visem contribuir significativamente para o desenvolvimento científico e tecnológico do País, por meio do resgate, uso e disponibilização online, no Herbário Virtual para o Conhecimento e Conservação da Flora Brasileira – Re flora, das informações relacionadas às plantas do Brasil coletadas nos séculos XVIII, XIX e XX e depositadas nos herbários do Royal Botanic Gardens de Kew, Inglaterra, e do Muséum National d'Histoire Naturelle de Paris, França. Também se propõem a promover a ampliação do conhecimento, uso sustentável e conservação da flora brasileira, a validação da identidade taxonômica de todos os espécimes resgatados ou analisados, a designação das modalidades de materiais-tipo encontrados e a capacitação de pós-graduandos brasileiros em Taxonomia de espécies da flora do país. Atualmente estão sendo financiados pela CAPES bolsistas de 24 projetos. Em 2012 foram investidos R\$ 376.350,00 (trezentos e setenta e seis mil e trezentos e cinquenta reais) pelo programa Re flora.

Nas tabelas, a seguir, é apresentada a concessão de bolsas do programa em 2012, por região geográfica, UF, grande área do conhecimento e *status* jurídico.

Tabela 110 (Ação 0487) – Concessão de bolsas do Re flora por região geográfica, em 2012.

Região	Mestrado	%
Sudeste	16	61,54

Região	Mestrado	%
Nordeste	7	26,92
Centro-Oeste	2	7,69
Sul	1	3,85
Total	26	100

Fonte: CII/CGPE/DPB/CAPES

Tabela 111 (Ação 0487) – Concessão de bolsas do Refflora por UF, em 2012.

UF	Mestrado	%
MG	9	34,62
BA	6	23,08
RJ	5	19,23
SP	2	7,69
DF	1	3,85
GO	1	3,85
PE	1	3,85
SC	1	3,85
Total	26	100

Fonte: CII/CGPE/DPB/CAPES

Tabela 112 (Ação 0487) – Concessão de bolsas do Refflora por grande área do conhecimento, em 2012.

Grande Área	Mestrado	%
Ciências Biológicas	21	80,77
Ciências Agrárias	2	7,69
Ciências Humanas	2	7,69
Ciências da Saúde	1	3,85
Total	26	100

Fonte: CII/CGPE/DPB/CAPES

Tabela 113 (Ação 0487) – Concessão de bolsas do Refflora por status jurídico, em 2012.

Status Jurídico	Mestrado	%

Status Jurídico	Mestrado	%
Estadual	18	69,23
Federal	8	30,77
Total	26	100

Fonte: CII/CGPE/DPB/CAPES

d) Programa de Capacitação em Taxonomia – Protax

O programa Protax, implementado por um Edital conjunto entre a CAPES e o CNPq, tem como objetivo dar continuidade e fortalecer o Protax, apoiando projetos que visem contribuir significativamente para o desenvolvimento científico e tecnológico por meio da formação de recursos humanos, de forma a estimular e desenvolver a capacidade taxonômica instalada do país. Atualmente estão sendo financiados pela CAPES bolsistas de 61 projetos. Em 2012 foram investidos R\$ 1.917.650,00 (um milhão, novecentos e dezessete mil e seiscentos e cinquenta reais) pelo programa Protax.

Nas tabelas, a seguir, é apresentada a concessão de bolsas do programa em 2012, por região geográfica, UF, grande área do conhecimento e *status* jurídico.

Tabela 114 (Ação 0487) – Concessão de bolsas do Protax por região geográfica, em 2012.

Região	Mestrado	Doutorado	Pós-doutorado	Total
Sudeste	9	11	7	27
Nordeste	14	2	4	20
Sul	5	4	4	13
Centro-Oeste	2	2	2	6
Norte	1	1	1	3
Total	31	20	18	69

Fonte: CII/CGPE/DPB/CAPES

Tabela 115 (Ação 0487) – Concessão de bolsas do Protax por UF, em 2012.

UF	Mestrado	Doutorado	Pós-doutorado	Total
RJ	8	9	4	21
BA	7	1	2	10
DF	1	2	2	5
PE	2	1	2	5
PR	1	0	4	5
RN	5	0	0	5
RS	1	4	0	5
SP	1	1	3	5
SC	3	0	0	3

UF	Mestrado	Doutorado	Pós-doutorado	Total
PA	1	0	1	2
AM	0	1	0	1
GO	1	0	0	1
MG	0	1	0	1
Total	31	20	18	69

Fonte: CII/CGPE/DPB/CAPES

Tabela 116 (Ação 0487) – Concessão de bolsas do Protax por grande área do conhecimento, em 2012.

Grande Área	Mestrado	Doutorado	Pós-doutorado	Total
Ciências Biológicas	26	19	16	61
Ciências Agrárias	1	1	1	3
Ciências Exatas e da Terra	3	0	0	3
Multidisciplinar	1	0	1	2
Total	31	20	18	69

Fonte: CII/CGPE/DPB/CAPES

Tabela 117 (Ação 0487) – Concessão de bolsas do Protax por *status* jurídico, em 2012.

Status Jurídico	Mestrado	Doutorado	Pós-doutorado	Total
Federal	23	18	13	54
Estadual	8	2	5	15
Total	31	20	18	69

Fonte: CII/CGPE/DPB/CAPES

e) Rede Centro-Oeste de Pós-Graduação, Pesquisa e Inovação – Rede Pró-Centro-Oeste

O Pró-Centro-Oeste, implementado por um Edital conjunto entre CAPES e CNPq, tem como objetivo apoiar financeiramente projetos de pesquisa científica e tecnológica que visem à implantação e consolidação da Rede Pró-Centro-Oeste, instituída pela Portaria Interministerial MCT/MEC nº 1.038, de 10.12.2009. A rede visa à formação de recursos humanos, à produção de conhecimentos científico, tecnológico e de inovação que contribuam para o desenvolvimento sustentável da Região Centro-Oeste, com vistas a conservação e ao uso sustentável dos recursos naturais do Cerrado e do Pantanal. Atualmente estão sendo financiados pela CAPES bolsistas de 61 projetos. Em 2012 foram investidos R\$ 1.191.850,00 (um milhão, cento e noventa e um mil e oitocentos e cinquenta reais) pelo programa Pró-Centro-Oeste.

Nas tabelas, a seguir, é apresentada a concessão de bolsas do programa, em 2012, por grande área do conhecimento e *status* jurídico.

Tabela 118 (Ação 0487) – Concessão de bolsas do Pró-Centro-Oeste por grande área do conhecimento, em 2012.

Grande Área	Mestrado	Doutorado	Total	Mestrado (%)	Doutorado (%)	Total (%)
Ciências Agrárias	27	9	36	45,00	60,00	48,00

Grande Área	Mestrado	Doutorado	Total	Mestrado (%)	Doutorado (%)	Total (%)
Multidisciplinar	19	6	25	31,67	40,00	33,33
Ciências Humanas	6	0	6	10,00	0,00	8,00
Ciências da Saúde	4	0	4	6,67	0,00	5,33
Ciências Biológicas	3	0	3	5,00	0,00	4,00
Ciências Exatas e da Terra	1	0	1	1,67	0,00	1,33
Total	60	15	75	100	100	100

Fonte: CII/CGPE/DPB/CAPES

Tabela 119 (Ação 0487) – Concessão de bolsas do Pró-Centro-Oeste por *status* jurídico, em 2012.

Status Jurídico	Mestrado	Doutorado	Total	Mestrado (%)	Doutorado (%)	Total (%)
Federal	35	9	44	58,33	60,00	58,67
Estadual	16	0	16	26,67	0,00	21,33
Privada	9	6	15	15,00	40,00	20,00
Total	60	15	75	100	100	100

Fonte: CII/CGPE/DPB/CAPES

Institutos Nacionais de Ciência e Tecnologia – Programa INCT

Nos termos da Portaria MCT Nº 429, de 17 de julho de 2008, os Institutos Nacionais de Ciência e Tecnologia são formados por uma instituição sede – caracterizada pela excelência de sua produção científica e ou tecnológica, alta qualificação na formação de recursos humanos e com capacidade de captar recursos de outras fontes – e por um conjunto de laboratórios ou grupos associados de outras instituições, articulados na forma de redes científico-tecnológicas. Os INCT são caracterizados por uma área ou tema de atuação bem definidos, em área de fronteira da ciência e/ou da tecnologia ou em áreas estratégicas do Plano de Ação em C,T&I 2007-2012. O apoio oferecido pela CAPES aos INCT se dá por meio da concessão de bolsas de estudo pagas diretamente aos alunos, conforme previsto no Edital 15/2008 MCT/CNPq/FNDCT/CAPES/FAPEMIG/FAPERJ/FAPESP.

Em 2012, foram investidos de R\$ 6.072.650,00 (seis milhões, setenta e dois mil e seiscentos e cinquenta reais) e concedidas 237 bolsas, sendo 100 de mestrado, 103 de doutorado e 34 de pós-doutorado por esse programa.

Nas tabelas, a seguir, é apresentada a concessão de bolsas do programa em 2012, por região geográfica, UF e grande área do conhecimento.

Tabela 120 (Ação 0487) – Concessão de bolsas do programa INCT por região geográfica, em 2012.

Região	Mestrado	Doutorado	Pós-doutorado	Total
Sudeste	42	61	27	130
Sul	38	23	2	63
Nordeste	7	13	3	23

Região	Mestrado	Doutorado	Pós-doutorado	Total
Centro-Oeste	9	3	0	12
Norte	4	3	2	9
Total	100	103	34	237

Fonte: CII/CGPE/DPB/CAPES

Tabela 121 (Ação 0487) – Concessão de bolsas do programa INCT por UF, em 2012.

UF	Mestrado	Doutorado	Pós-doutorado	Total
SP	32	41	12	85
RS	22	17	1	40
MG	7	12	4	23
RJ	3	8	11	22
SC	13	3	0	16
DF	7	1	0	8
RN	1	6	1	8
PR	3	3	1	7
AM	2	1	2	5
BA	2	1	2	5
PA	2	2	0	4
PB	1	3	0	4
CE	1	2	0	3
MT	2	1	0	3

UF	Mestrado	Doutorado	Pós-doutorado	Total
PE	2	1	0	3
GO	0	1	0	1
Total	100	103	34	237

Fonte: CII/CGPE/DPB/CAPES

Tabela 122 (Ação 0487) – Concessão de bolsas do programa INCT por grande área do conhecimento, em 2012.

Grande Área	Mestrado	Doutorado	Pós-doutorado	Total
Ciências Biológicas	26	44	8	78
Ciências Exatas e da Terra	23	26	13	62
Ciências da Saúde	24	6	4	34
Engenharias	12	11	7	30
Multidisciplinar	6	8	1	15
Ciências Agrárias	6	5	1	12
Ciências Humanas	3	3	0	6
Total	100	103	34	237

Fonte: CII/CGPE/DPB/CAPES

Acordo CAPES/EMBRAPA

Por meio do Acordo de Cooperação Técnico Científica foi lançado edital conjunto entre a CAPES e a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) com vistas a estimular e apoiar a realização de projetos conjuntos de pesquisa científica e tecnológica no País utilizando-se de recursos humanos e de infraestrutura disponíveis em diferentes IES e unidades de pesquisa da Embrapa, contemplando a formação de recursos humanos pós-graduados. Atualmente estão sendo financiados bolsistas de 74 projetos. Em 2012 foram investidos R\$ 5.799.100,00 (cinco milhões, setecentos e noventa e nove mil e cem reais) pelo programa CAPES/EMBRAPA.

Nas tabelas, a seguir, é apresentada a concessão de bolsas do programa em 2012, por região geográfica, UF, grande área do conhecimento e *status* jurídico.

Tabela 123 (Ação 0487) – Concessão de bolsas do Acordo CAPES/EMBRAPA por região geográfica, em 2012.

Região	Mestrado	Doutorado	Pós-Doutorado	Total
Sudeste	36	33	21	90
Sul	38	27	13	78
Nordeste	23	21	10	54
Centro-Oeste	20	16	15	51
Norte	9	6	4	19

Região	Mestrado	Doutorado	Pós-Doutorado	Total
Total	126	103	63	292

Fonte: CII/CGPE/DPB/CAPES

Tabela 124 (Ação 0487) – Concessão de bolsas do Acordo CAPES/EMBRAPA por UF, em 2012.

UF	Mestrado	Doutorado	Pós-Doutorado	Total
SP	16	13	11	40
RS	18	13	7	38
DF	11	12	12	35
MG	11	12	6	29
BA	11	10	7	28
PR	14	9	5	28
RJ	9	8	4	21
GO	9	4	3	16
SC	6	5	1	12
PB	4	4	1	9
PI	4	4	1	9
AP	4	2	2	8
PA	4	3	1	8
SE	3	0	1	4
AM	1	1	1	3
CE	0	2	0	2
RN	1	1	0	2
Total	126	103	63	292

Fonte: CII/CGPE/DPB/CAPES

Tabela 125 (Ação 0487) – Concessão de bolsas do Acordo CAPES/EMBRAPA por grande área do conhecimento, em 2012.

Grande Área	Mestrado	Doutorado	Pós-Doutorado	Total
Ciências Agrárias	74	62	39	175
Ciências Biológicas	24	13	10	47
Ciências Exatas e da Terra	13	13	6	32
Multidisciplinar	8	6	4	18
Engenharias	6	4	4	14
Ciências Sociais Aplicadas	1	3	0	4
Ciências da Saúde	0	2	0	2
Total	126	103	63	292

Fonte: CII/CGPE/DPB/CAPES

Acordo CAPES/Inmetro

Em 2011 foi assinado o Termo de Cooperação entre a CAPES e o Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – Inmetro, com vistas à formação de recursos humanos, em diferentes níveis, para atuarem nas áreas de Metrologia, Qualidade, Acreditação, Pesquisa Regulatória, Pesquisa Científica, Inovação, Ensino da Metrologia, Qualidade, Biotecnologia e Ciências Biomédicas. No mesmo ano foi lançado edital por meio do qual foram concedidas nove bolsas de estudo, sendo quatro bolsas de mestrado, uma de doutorado, uma de pós-doutorado e três de pesquisador visitante sênior, distribuídas entre as grandes áreas Engenharias (7), Multidisciplinar (1) e Ciências Exatas e da Terra (1). Em 2012 foram investidos R\$ 575.530,08 (quinhentos e setenta e cinco mil, quinhentos e trinta reais e oito centavos) pelo programa CAPES/Inmetro.

Acordos com a Fundação Oswaldo Cruz – Fiocruz

Existem dois acordos de cooperação vigentes entre a CAPES e a Fiocruz: os acordos CAPES/Fiocruz CDTs e CAPES/Fiocruz Brasil sem Miséria – BSM.

a) Capes/Fiocruz CDTs: visa à formação de recursos humanos e treinamento avançado em inovação tecnológica em saúde para o Centro de Desenvolvimento Tecnológico em Saúde (CDTS) e a Rede de Desenvolvimento Tecnológico em Saúde (RELDTS). No âmbito desse acordo, foram concedidas 20 bolsas de pós-doutorado e 10 de pesquisador visitante do exterior. Em 2012 foram investidos 821.045,63 (oitocentos e vinte e um mil, quarenta e cinco reais e sessenta e três centavos) pelo programa CAPES/Fiocruz CDTs.

b) CAPES/Fiocruz BSM: tem como objetivo apoiar as atividades de pesquisa e ensino dos programas de pós-graduação *stricto sensu* da Fiocruz credenciados pela Capes, ampliando assim a formação de recursos humanos de alto nível em áreas estratégicas e alcançar as metas do Plano Brasil sem Miséria. Foram concedidas, no âmbito deste acordo, 100 bolsas de doutorado e 25 de pós-doutorado em 2012. Em 2012 foram investidos 255.800,00 (duzentos e cinquenta e cinco mil e oitocentos reais) pelo programa CAPES/Fiocruz BSM.

Acordo com a Secretaria de Assuntos Estratégicos – SAE

O Programa de Apoio ao Ensino e à Pesquisa Científica e Tecnológica em Assuntos Estratégicos de Interesse Nacional – Pró-Estratégia, originado a partir de uma parceria entre a CAPES e a SAE, constitui uma ação do governo brasileiro destinada a fomentar a cooperação entre instituições de excelência na formação de recursos humanos e na produção científica com o objetivo de desenvolver projetos voltados ao ensino, à produção de pesquisas científicas e tecnológicas e à formação de recursos humanos qualificados em áreas relativas à defesa, ao desenvolvimento e a outros temas estratégicos de interesse nacional. Em 2012 foram concedidas 88 bolsas de mestrado, doutorado e pós-doutorado no âmbito deste acordo. Neste ano, foram investidos R\$ 591.068,60 (quinhentos e noventa e um mil, sessenta e oito reais e sessenta centavos) pelo Pró-Estratégia.

Tabela 126 (Ação 0487) – Concessão de bolsas do Pró-Estratégia por região geográfica, em 2012.

Região	Mestrado	Doutorado	Pós-doutorado	Total
Sudeste	58	0	2	60
Sul	10	0	4	14
Nordeste	9	1	0	10

Região	Mestrado	Doutorado	Pós-doutorado	Total
Norte	2	0	1	3
Centro-Oeste	1	0	0	1
Total	80	1	7	88

Fonte: CII/CGPE/DPB/CAPES

Tabela 127 (Ação 0487) – Concessão de bolsas do Pró-Estratégia por grande área do conhecimento, em 2012.

Grande Área	Mestrado	Doutorado	Pós-doutorado	Total
Engenharias	48	0	4	52
Multidisciplinar	8	1	2	11
Ciências Exatas e da Terra	9	0	1	10
Ciências Humanas	9	0	0	9
Ciências Sociais e Aplicadas	6	0	0	6
Total	80	1	7	88

Fonte: CII/CGPE/DPB/CAPES

Tabela 128 (Ação 0487) – Concessão de bolsas do Pró-Estratégia por *status* jurídico, em 2012.

Status Jurídico	Mestrado	Doutorado	Pós-doutorado	Total
Federal	63	1	6	70
Privada	10	0	0	10
Estadual	7	0	1	8
Total	80	1	7	88

Fonte: CII/CGPE/DPB/CAPES

Termo de Cooperação CAPES/CNJ

O Termo de Cooperação CAPES/Conselho Nacional de Justiça (CNJ) tem como objetivo a realização de atividades de fomento à pesquisa, mediante o incentivo e a concessão de bolsas de estudo em áreas de interesse para o Poder Judiciário. O programa apoia 12 projetos, com recursos do CNJ, contemplando 18 instituições de ensino participantes.

Nas tabelas, a seguir, é apresentada a concessão de bolsas do programa em 2012, por região geográfica, UF, grande área do conhecimento e *status* jurídico.

Tabela 129 (Ação 0487) – Concessão de bolsas do Edital CNJ/Acadêmico por região geográfica, em 2012.

Região	Mestrado	Doutorado	Total	Mestrado (%)	Doutorado (%)	Total (%)
Sul	9	13	22	33,33	65,00	46,81
Sudeste	11	5	16	40,74	25,00	34,04
Nordeste	5	1	6	18,52	5,00	12,77
Centro-Oeste	2	1	3	7,41	5,00	6,38

Região	Mestrado	Doutorado	Total	Mestrado (%)	Doutorado (%)	Total (%)
Total	27	20	47	100	100	100

Fonte: CII/CGPE/DPB/CAPES

Tabela 130 (Ação 0487) – Concessão de bolsas do Edital CNJ/Acadêmico por UF, em 2012.

UF	Mestrado	Doutorado	Total	Mestrado (%)	Doutorado (%)	Total (%)
RJ	7	3	10	25,93	15,00	21,28
RS	5	5	10	18,52	25,00	21,28
SC	2	5	7	7,41	25,00	14,89
SP	4	2	6	14,81	10,00	12,77
PR	2	3	5	7,41	15,00	10,64
CE	2	1	3	7,41	5,00	6,38
DF	2	1	3	7,41	5,00	6,38
PB	3	0	3	11,11	0,00	6,38
Total	27	20	47	100	100	100

Fonte: CII/CGPE/DPB/CAPES

Tabela 131 (Ação 0487) – Concessão de bolsas do Edital CNJ/Acadêmico por grande área do conhecimento, em 2012.

Grande Área	Mestrado	Doutorado	Total	Mestrado (%)	Doutorado (%)	Total (%)
Ciências Sociais Aplicadas	20	13	33	74,07	65,00	70,21
Ciências Humanas	4	2	6	14,81	10,00	12,77
Linguística, Letras e Artes	1	3	4	3,70	15,00	8,51
Multidisciplinar	1	2	3	3,70	10,00	6,38
Ciências Exatas e da Terra	1	0	1	3,70	0,00	2,13
Total	27	20	47	100	100	100

Fonte: CII/CGPE/DPB/CAPES

Tabela 132 (Ação 0487) – Concessão de bolsas do Edital CNJ/Acadêmico por status jurídico, em 2012.

Status Jurídico	Mestrado	Doutorado	Total	Mestrado (%)	Doutorado (%)	Total (%)
Privada	15	12	27	55,56	60,00	57,45
Federal	12	8	20	44,44	40,00	42,55
Total	27	20	47	100	100	100

Fonte: CII/CGPE/DPB/CAPES

Acordo de Cooperação CAPES/Jardim Botânico do Rio de Janeiro – JBRJ

O Acordo de Cooperação CAPES/JBRJ visa fortalecer o Programa de pós-graduação em Botânica da Escola Nacional de Botânica Tropical (ENBT) por meio da concessão de bolsas em nível de pós-graduação *stricto sensu* e na modalidade pós-doutorado, financiadas pelo Jardim Botânico.

Acordos de Cooperação entre a CAPES e as Fundações de Amparo à Pesquisa dos Estados – Parcerias

Os acordos de cooperação firmados entre a CAPES e as Fundações Estaduais de Amparo/Apoio à Pesquisa (FAPs) têm como objetivos ampliar e consolidar o sistema de pós-graduação *stricto sensu*, promover o desenvolvimento das instituições de pesquisa e/ou ensino superior nos estados brasileiros além de estimular a formação e fixação de recursos humanos de alto nível em áreas estratégicas por meio de concessão de bolsas de estudo e recursos de custeio. Desde 2008, a CAPES vem intensificando suas ações junto às FAPs, por meio do aporte de recursos para ampliação no número de bolsas concedidas e indução de áreas estratégicas de interesse dos Estados. Por intermédio desse programa, a CAPES despendeu em 2012, o montante de R\$ 26.123.504,34 (vinte e seis milhões, cento e vinte e três mil, quinhentos e quatro reais e trinta e quatro centavos) para o pagamento de bolsas de estudo e custeio, apoiando as seguintes Fundações Estaduais de Amparo à Pesquisa – FAPs: FAPERJ, FAPERGS, FAPEMIG, FAPITEC, FACEPE, FAPEAL, FUNCAP, FAPEMAT e FAPEAM.

Merecem destaque alguns acordos:

a) Parceria CAPES/ Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro – FAPERJ: tem por objetivo fortalecer as instituições de ensino e/ou pesquisa sediadas no estado do Rio de Janeiro, por meio da concessão de bolsas de pós-doutorado e de taxas de bancada e da aquisição de equipamentos multiusuários pelos programas de pós-graduação. Essas ações contribuem para a absorção temporária de jovens doutores na atuação em projetos de pesquisa e desenvolvimento, promovem a pós-graduação e os grupos de pesquisa, bem como a renovação de quadros nas universidades e instituições de pesquisa do estado. A CAPES apoia os projetos selecionados no âmbito do PAPDRJ por meio da concessão de bolsas na modalidade de Estágio Pós-doutoral. Em 2012 foram concedidas 253 bolsas e investidos R\$ 9.483.400,00 (nove milhões, quatrocentos e oitenta e três mil e quatrocentos reais) por meio dos acordos firmados.

b) Parceria CAPES/Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul – FAPERGS: constitui objeto do acordo, o apoio financeiro conjunto da CAPES e da FAPERGS, às ações para fortalecer os programas de pós-graduação *stricto sensu* recomendados pela CAPES e oferecidos por instituições de ensino públicas ou privadas, sem fins lucrativos, que tenham sede no Estado do Rio Grande do Sul, incentivar a iniciação científica e tecnológica de novos talentos no RS, ampliando, desta forma, a capacitação de recursos humanos de alto nível em diferentes áreas do conhecimento. No âmbito desta parceria foram concedidas, em 2012, 99 bolsas de mestrado, 293 de doutorado e 106 de pós-doutorado.

c) Parceria CAPES/Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais – FAPEMIG: tem por objeto garantir o compromisso de apoiar o Programa de Cooperação entre a CAPES e a FAPEMIG, em Entidades de Ciência, Tecnologia e Inovação sediadas no Estado de Minas Gerais, visando à ampliação e ao fortalecimento destas Entidades, por meio de concessão de bolsas de pós-doutorado; apoio aos cursos de pós-graduação; aquisição de Equipamentos e apoio à Pesquisa em Educação Básica. Em 2012, foram concedidos R\$ 2.100.000,00 (dois milhões e cem mil reais) de recursos de custeio aos programas 5, 6 e 7 sediados no Estado de Minas Gerais.

No âmbito do Parcerias foram concedidas, em 2012, 1.067 bolsas de pós-graduação sendo 250 de mestrado, 336 de doutorado e 481 de pós-doutorado. Nas tabelas a seguir são apresentadas as concessões de bolsas firmadas com as FAP's, em 2012, por região, UF e grande área do conhecimento.

Tabela 133 (Ação 0487) – Concessão de bolsas das Parcerias com as FAP's por região geográfica, em 2012.

Região	Mestrado	Doutorado	Pós-Doutorado	Total
Sul	99	293	106	498
Sudeste	0	3	334	337
Nordeste	137	28	36	201
Centro- Oeste	14	9	0	23
Norte	0	3	5	8
Total	250	336	481	1.067

Fonte: CII/CGPE/DPB/CAPES

Tabela 134 (Ação 0487) – Concessão de bolsas das Parcerias com as FAP's por UF, em 2012.

UF	Mestrado	Doutorado	Pós-Doutorado	Total
RS	99	293	106	498
RJ	0	0	253	253
MG	0	1	81	82
AL	67	2	0	69
SE	45	8	0	53
CE	25	18	0	43
PE	0	0	36	36
MT	14	9	0	23
AM	0	1	5	6
PA	0	2	0	2
SP	0	2	0	2
Total	250	336	481	1.067

Fonte: CII/CGPE/DPB/CAPES

Tabela 135 (Ação 0487) – Concessão de bolsas das Parcerias com as FAP's por grande área do conhecimento, em 2012.

Grande Área	Mestrado	Doutorado	Pós-Doutorado	Total
Ciências Biológicas	21	46	168	235
Ciências Agrárias	39	37	79	155
Multidisciplinar	38	75	18	131
Engenharias	34	46	46	126
Ciências Exatas e da Terra	22	30	73	125
Ciências da Saúde	35	24	50	109
Ciências Humanas	27	52	16	95
Ciências Sociais Aplicadas	21	19	8	48
Linguística, Letras e Artes	13	7	5	25

Grande Área	Mestrado	Doutorado	Pós-Doutorado	Total
Indefinido	0	0	18	18
Total	250	336	481	1.067

Fonte: CII/CGPE/DPB/CAPES

Tabela 136 (Ação 0487) – Concessão de bolsas das parcerias com as FAP's por *status jurídico* da IES, em 2012.

Status Jurídico	Mestrado	Doutorado	Pós-Doutorado	Total
Federal	178	218	401	797
Privada	63	105	42	210
Estadual	9	13	38	60
Total	250	336	481	1.067

Fonte: CII/CGPE/DPB/CAPES

Programa de Apoio à Mobilidade Discente em Pós-Graduação em Ciências do Mar – Pró-Amazônia Azul

O Pró-Amazônia Azul objetiva estimular a formação de doutores em Ciências do Mar, oriundos de regiões onde exista carência de pessoal em pesquisa e formação de recursos humanos nas áreas específicas demandadas. Vale ressaltar que esse programa foi criado em 2006 e está em fase de encerramento, portanto em 2012 foram concedidas apenas 4 bolsas de doutorado. Em relação à distribuição das bolsas entre as grandes áreas do conhecimento, 3 foram alocadas nas Ciências Agrárias e 1 nas Ciências Biológicas. Os recursos para atendimento aos beneficiários do Pró-Amazônia Azul totalizaram, em 2012, R\$ 59.400,00 (cinquenta e nove mil e novecentos reais).

Convém salientar que a CAPES possui programas com um forte caráter indutor para a diminuição das assimetrias regionais, com o objetivo de acelerar a formação de recursos humanos de alto nível nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, promovendo o desenvolvimento mais harmonioso da pós-graduação e da pesquisa nacionais: Dinter e Procad Novas Fronteiras.

Programa de Doutorado Interinstitucional – Dinter

O Dinter foi criado com o objetivo de promover, por meio da cooperação interinstitucional, a formação de docentes em nível de doutorado, prioritariamente das regiões em desenvolvimento (Norte, Nordeste e Centro-Oeste), visando reduzir as assimetrias regionais existentes na pós-graduação brasileira. Nos projetos Dinter, os docentes de uma instituição receptora integram, em caráter temporário, uma turma de doutorado de um programa de pós-graduação reconhecido pelo CNE/MEC e já consolidado (nota maior ou igual a 5 na avaliação da CAPES).

Em 2012, os recursos investidos no programa totalizaram R\$ 7.526.328,34 (sete milhões, quinhentos e vinte e seis mil, trezentos e vinte e oito reais e trinta e quatro centavos), entre pagamento de mensalidades de bolsa de doutorado e custeio de projetos. Na Tabela 137 é apresentada a concessão de bolsas do programa em 2012, por região geográfica.

Tabela 137 (Ação 0487) – Concessão de bolsas do programa Dinter por região geográfica, em 2012 (considerando as IES receptoras).

Região	Doutorado	(%)
Nordeste	132	48,35
Norte	68	24,91
Centro-Oeste	42	15,38
Sul	31	11,36
Total	273	100

Fonte: CQD/CGSI/DPB/CAPES

Conforme demonstrado na Tabela 37, aproximadamente 89% das bolsas foram concedidas a docentes de IES localizadas nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste. Os projetos excepcionalmente apoiados pelo programa fora dessas regiões foram apresentados por IES que demonstraram a necessidade de qualificar seus docentes, em nível de doutorado.

Na tabela a seguir é apresentado o número de instituições promotoras e receptoras classificadas por região geográfica.

Tabela 138 (Ação 0487) – Distribuição, por região geográfica, das IES promotoras e receptoras.

Região	IES Promotora		IES Receptora	
	Número de IES	%	Número de IES	%
Norte	0	0,00	6	24,00
Nordeste	3	11,11	12	48,00
Sudeste	19	70,37	0	0,00
Centro-Oeste	1	3,70	5	20,00
Sul	4	14,81	2	8,00
TOTAL	27	100,00	25	100,00

Fonte: CQD/CGSI/DPB/CAPES

Conforme verificado na tabela acima 27 instituições são responsáveis pela promoção de projetos Dinter vinculados a 25 instituições receptoras. 92% das instituições receptoras estão localizadas nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, ao passo que 85% das instituições promotoras são das regiões Sudeste e Sul. Assim, verifica-se que os objetivos do Programa Dinter, quais sejam: i) viabilizar a formação de doutores fora dos grandes centros de ensino e pesquisa e ii) explorar o potencial dos programas de pós-graduação consolidados estão sendo cumpridos.

Em 2012 foi lançado, pela Diretoria de Avaliação da Capes, o Edital Capes nº 013/2012, mediante o qual foi analisado o mérito dos Projetos Minter e Dinter. As instituições públicas que obtiveram a aprovação de mérito no Edital Capes nº 013/2012 foram convidadas a apresentar propostas de financiamento dos Projetos Dinter. Após a análise dessas propostas foi aprovado o financiamento de 49 projetos Dinter que terão início no ano de 2013.

Programa Nacional de Cooperação Acadêmica - Ação Novas Fronteiras – Procad-NF

O objetivo do Procad-NF é apoiar projetos conjuntos de ensino e pesquisa, em instituições distintas, que estimulem a formação pós-graduada, a mobilidade docente e discente e a fixação de pesquisadores doutores nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste. As bolsas desse programa são concedidas na modalidade “sanduíche” no país, que objetiva propiciar a mobilidade discente entre as equipes participantes do projeto. Essas são concedidas durante a realização de “missões de estudo”, em que os estudantes de uma instituição participante desenvolvem atividades em uma instituição parceira, por períodos de 1 a 12 meses.

Por meio da cooperação entre programas de pós-graduação situados nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste com programas de pós-graduação consolidados sediados em outras localidades do país, estimula-se a mobilidade de discentes e de docentes dos programas participantes. O resultado dessa mobilidade é o aumento no número e na qualidade das pesquisas desenvolvidas e o consequente incremento na formação de mestres e doutores nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, contribuindo, dessa forma, para a diminuição das assimetrias observadas e para o desenvolvimento socioeconômico dessas regiões.

Por meio do Procad-NF foram concedidas, em 2012, 678 bolsas de pós-graduação, sendo 389 de mestrado, 147 de doutorado e 142 de pós-doutorado. Os recursos para pagamentos de bolsas e de custeio aos beneficiários dos projetos do Procad-NF totalizaram neste ano, R\$ 8.127.461,73 (oito milhões, cento e vinte sete mil, quatrocentos e sessenta e um reais e setenta e três centavos).

Nas tabelas, a seguir, é apresentada a concessão de bolsas desse programa em 2012, por região geográfica e grande área do conhecimento.

Tabela 139 (Ação 0487) – Concessão de bolsas do Procad-NF por região geográfica, em 2012.

Região	Mestrado	Doutorado	Pós-doutorado	Total
Nordeste	158	57	70	285
Sudeste	84	48	14	146
Centro-Oeste	55	15	28	98
Norte	63	12	21	96
Sul	29	15	9	53
Total	389	147	142	678

Fonte: CPE/CGPE/DPB/CAPES

Tabela 140 (Ação 0487) – Concessão de bolsas do Procad-NF por grande área do conhecimento, em 2012.

Grande Área	Mestrado	Doutorado	Pós-doutorado	Total
Ciências Agrárias	96	25	21	142
Ciências Humanas	67	21	28	116
Ciências da Saúde	69	15	25	109
Ciências Exatas e da Terra	39	21	22	82
Ciências Biológicas	38	31	8	77
C. Sociais e Aplicadas	37	7	13	57
Engenharias	12	16	5	33
Linguística, Letras e Artes	18	7	7	32
Multidisciplinar	13	4	13	30
Total	389	147	142	678

Fonte: CPE/CGPE/DPB/CAPES

Programa Nacional de Pós-Doutorado – PNPD

O PNPD tem por objetivo absorver recém-doutores, com relativa experiência em P&D&I, preferencialmente, visando à capacitação para atuar em projetos de pesquisa em áreas estratégicas; o reforço à pós-graduação e aos grupos de pesquisa nacionais; à renovação de quadros nas universidades e instituições de pesquisa para a execução e ensino em nível de pós-graduação, orientação e pesquisa; atendimento à PDP, a Lei de inovação e o apoio de empresas de base tecnológica. Salienta-se que em 2011 foram implementados o PNPD – Concessão Institucional e o PNPD/HCPA, uma parceria entre a CAPES e o Hospital de Clínicas de Porto Alegre (HCPA).

Em 2012 foram investidos R\$ 87.505.414,87 (oitenta e sete milhões, quinhentos e cinco mil, quatrocentos e quatorze reais e oitenta e sete centavos) pelo PNPD (Editais, Institucional e HCPA) para o pagamento de bolsas de pós-doutorado e custeio.

Em 2012, por meio do PNPD/Editais foram concedidas 1.371 bolsas de pós-doutorado. Na tabela a seguir é apresentada a concessão de bolsas do PNPD em 2012, por grande área do conhecimento.

Tabela 141 (Ação 0487) – Distribuição das bolsas do PNPD/Editais por grande área do conhecimento, em 2012.

Grande Área	Bolsas	%
Ciências Biológicas	301	21,95
Ciências Agrárias	284	20,71
Engenharias	240	17,51
Ciências da Saúde	196	14,30
Ciências Exatas e da Terra	189	13,79
Multidisciplinar	82	5,98
Ciências Humanas	44	3,21
Ciências Sociais e Aplicadas	28	2,04
Linguística, Letras e Artes	7	0,51
Total	1.371	100

Fonte: CEX/CGSI/DPB/CAPES

A análise das bolsas concedidas por grande área do conhecimento revela que a maior parte dessas pertence a área de Ciências Biológicas (21,95%), seguido de Ciências Agrárias (20,71%) e Engenharias (17,51%), dada a especificidade exigida pelo programa que estimula a implementação de projetos de desenvolvimento nas áreas consideradas prioritárias pela PDP.

Por meio do PNPD – Concessão Institucional foram concedidas 882 bolsas de pós-doutorado, em 2012.

Consistiu em uma chamada nacional às Instituições Federais de Ensino Superior – IFES, para a apresentação à CAPES de propostas de projetos de pesquisa, formação e inovação, organizada na forma de um Projeto Institucional, tendo por objetivos:

- A ampliação do número de bolsistas de pós-doutorado nas IFES para reforçar, com qualidade, as atividades de ensino e orientação nos níveis de graduação e pós-graduação;
- Potencializar a pesquisa científica dos grupos de pesquisa nas IFES por meio da renovação destes grupos com jovens doutores altamente qualificados;
- Oportunizar, a jovens doutores, experiência acadêmica em Pesquisa, Desenvolvimento, Orientação Acadêmica e Inovação, com vistas a uma futura absorção permanente, via concursos públicos para docentes, nas IFES e em seus *Campi* participantes do Programa REUNI;
- Dar sequência às orientações contidas na última avaliação trienal da CAPES no sentido de fortalecer áreas estratégicas dos programas de pós-graduação da Instituição; e
- Criar cenários de inovação na pesquisa, ensino e extensão, com foco na sua aplicabilidade, no âmbito de uma política de desenvolvimento local.

No PNPD-Institucional, a IFES participante estabelece os princípios e metas relacionados à seleção e à atuação de pós-doutores no âmbito de seus programas de pós-graduação e de grupos de pesquisa considerando um período de abrangência de três anos, inicialmente. O Projeto Institucional é caracterizado pelo agrupamento de vários subprojetos elaborados por docentes permanentes de programas de pós-graduação ou por líderes de grupos emergentes e/ou por Professores Visitantes Nacionais Seniores.

Na Tabela 142 é apresentada a concessão de bolsas do PNPD-Institucional em 2012, por grande área do conhecimento.

Tabela 142 (Ação 0487) – Distribuição das bolsas do PNPD-Institucional, por grande área do conhecimento, em 2012.

Grande Área	Pós-doutorado	%
Ciências Agrárias	188	21,32
Ciências Biológicas	147	16,67
Ciências Exatas e da Terra	135	15,31
Ciências da Saúde	115	13,04
Engenharias	95	10,77
Ciências Humanas	76	8,62
Multidisciplinar	75	8,50
Ciências Sociais e Aplicadas	28	3,17
Linguística, Letras e Artes	23	2,61
Total	882	100

Fonte: CQD/CGSI/DPB/CAPES

Programa de Pós-Doutorado CAPES/HCPA

Fruto de convênio entre a CAPES e o HCPA, tem como objetivo o financiamento de bolsas de pós-doutorado para absorção temporária de jovens doutores que atuarão em projetos de pesquisa científica como ação da política de formação e capacitação de recursos humanos na área de saúde. Em 2012, foram concedidas duas bolsas de pós-doutorado pela CAPES e duas pelo HCPA.

PNPD – linha FINEP

Em 2012 manteve-se a parceria entre a CAPES/MEC e o Fundo de Financiamento de Estudos de Projetos e Programas – FINEP/MCT, efetivada no Edital nº 10/2009, com o objetivo de manter e aprimorar o fomento das atividades de pesquisa científica, tecnológica e de inovação para a absorção temporária de jovens doutores, para atuarem em projetos de pesquisa científica, formação de recursos humanos e de inovação tecnológica, em apoio à PDP. A CAPES (órgão conveniente) é responsável pela operacionalização dos projetos, bolsas e dos recursos de custeio os quais são descentralizados pela FINEP (órgão concedente), tomando como parâmetro as premissas ministeriais que originalmente instituíram a parceria.

Programa de Mestrado Profissional para Qualificação de Professores da Rede Pública da Educação Básica – PROEB

Em 2011, por meio da Portaria nº 209, de 21 de outubro de 2011, a CAPES aprovou o Programa de Mestrado Profissional para Qualificação de Professores da Rede Pública da Educação Básica (PROEB), com o objetivo de apoiar a formação continuada em nível de pós-graduação *stricto sensu* para professores das redes públicas de educação básica, nas modalidades presencial e a distância.

Com o lançamento do PROEB/CAPES o Instituto Nacional de Matemática Pura e Aplicada (IMPA), encaminhou a CAPES solicitação para formalização de convênio no intuito de fomentar a oferta do curso Mestrado profissional em Matemática, ofertado em rede nacional, este gerido pelo IMPA e pela Sociedade Brasileira de Matemática (SBM).

O Programa de Mestrado Profissional em Matemática em Rede Nacional – PROFMAT, na modalidade a distância, proposto em 2010 pela SBM e pelo IMPA, foi aprovado em 08 de novembro de 2010, com nota 3. O curso tem como principal objetivo a formação continuada, em nível de Pós-Graduação *stricto sensu* (Mestrado Profissional), de professores atuantes nas redes públicas da educação básica na área de Matemática. O curso de Mestrado Profissional em Matemática a distância foi ofertado no âmbito do Sistema UAB, aproveitando a capilaridade alcançada com os pólos de apoio presencial, quando conveniente.

Em 2012 foram concedidas 2.752 bolsas de mestrado profissional para o PROFMAT e 38 para o Programa de Formação Científica para Professores de Biologia da UFRJ, totalizando um investimento da ordem de R\$ 31.972.050,00 (trinta e um milhões, novecentos e setenta e dois mil e cinquenta reais).

b) Principais Problemas

Não foram detectados problemas no âmbito da Ação 0487.

c) Contratações e Parcerias

c.1) Secretaria de Educação Superior – SESu/MEC

A SESu é responsável por informar à CAPES a distribuição das quotas de bolsas de mestrado, doutorado e pós-doutorado entre as IFES participantes do REUNI.

c.2) SETEC

Compete à Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC), de forma articulada com a CAPES, realizar a implementação, o acompanhamento e a avaliação das ações e dos resultados do Programa, além de assegurar o seu financiamento.

c.3) Ministério da Defesa:

O Pró-defesa, que tem por objetivo estimular no país a produção de pesquisas científicas e tecnológicas e a formação de recursos humanos pós-graduados em defesa nacional, resultou de uma parceria com o Ministério da Defesa.

c.4) Fundações Estaduais de Amparo à Pesquisa – FAP's

A parceria entre a CAPES e as Fundações Estaduais de Amparo à Pesquisa – FAPs tem como objetivo aumentar a disponibilidade de bolsas de estudo *stricto sensu* nos programas de pós-graduação em cada Estado envolvido. O acordo prevê a ampliação da oferta de bolsas pela CAPES vinculada a uma contrapartida da oferta de bolsas pelas FAPs.

c.5) Ministério da Cultura

O Pró-cultura, que tem por objetivo estimular no país a realização de projetos conjuntos de pesquisa, a articulação e o diálogo entre pesquisadores e grupos de pesquisas que atuam no campo de estudos da cultura é uma parceria da CAPES com o Ministério da Cultura. A característica fundamental do Pró-cultura é a multidisciplinaridade refletida na diversidade de áreas de conhecimento abarcadas.

c.6) Institutos Nacionais de Ciência e Tecnologia – INCT

O apoio oferecido pela CAPES aos Institutos Nacionais de Ciência e Tecnologia – INCT se dá no marco do Edital Nº 15/2008 MCT/ CNPq/ FNDCT/ CAPES/ FAPEMIG/ FAPERJ/ FAPESP, realizando-se por meio de bolsas de estudos pagas diretamente aos alunos indicados pelos coordenadores gerais dos INCT's.

c.7) Ministério da Saúde

O Pró-ensino na Saúde, edital que tem como objetivo estimular a produção de pesquisas científicas e tecnológicas e a formação de mestres, doutores e estágio pós-doutoral na área do Ensino na Saúde contribuirá para desenvolver e consolidar esta área de formação, considerada estratégica para a consolidação do SUS, por meio da análise das prioridades e das competências existentes, visando à

melhoria do ensino de pós-graduação e graduação em Saúde é uma parceria entre o Ministério da Saúde e a CAPES, firmada por meio de um termo de cooperação e assistência técnica.

Uma outra parceria com o Ministério da Saúde é o Edital Programa Pós-doc SUS, o qual tem como objetivo fomentar as atividades de pesquisa científica, tecnológica e de inovação, mediante a seleção de projetos que visem investigar temas prioritários para o SUS. Esta é uma parceria firmada por meio de um termo de cooperação e assistência técnica, com interveniência da Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos – SCTIE e da CAPES. O Ministério da Saúde, por intermédio da SCTIE/MS, concede auxílios financeiros aos projetos aprovados (custeio e capital) e a CAPES concede as bolsas de pós-doutorado.

c.8) Hospital de Clínicas de Porto Alegre – HCPA

O PNPD/HCPA é fruto de um convênio entre a CAPES e o HCPA que tem como objetivo o financiamento de bolsas de pós-doutorado para absorção temporária de jovens doutores que atuarão em projetos de pesquisa científica como ação da política de formação e capacitação de recursos humanos na área de saúde.

c.9) Fundo de Financiamento de Estudos de Projetos e Programas – FINEP/MCT

Em 2012, manteve-se a parceria entre a CAPES/MEC e a FINEP/MCT, efetivada no Edital nº 10/2009, com o objetivo de manter e aprimorar o fomento das atividades de pesquisa científica, tecnológica e de inovação para a absorção temporária de jovens doutores, para atuarem em projetos de pesquisa científica, formação de recursos humanos e de inovação tecnológica, em apoio à PDP. A CAPES (órgão conveniente) é responsável pela operacionalização dos projetos, bolsas e dos recursos de custeio os quais são descentralizados pela FINEP (órgão concedente), tomando como parâmetro as premissas ministeriais que originalmente instituíram a parceria.

d) Transferências

No PROAP são realizadas transferências de recursos de custeio para as IFES. Da mesma forma como ocorre para pagamento das bolsas de pós-doutorado do REUNI.

O Ministério da Saúde, por intermédio da Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos – SCTIE/MS repassou a CAPES, em outubro de 2012, R\$ 3.020.146,88 (três milhões, vinte mil, cento e quarenta e seis reais e oitenta e oito centavos) de custeio para o pagamento dos auxílios referente aos projetos aprovados no âmbito dos editais Pós-Doc SUS.

O HCPA descentralizou o montante de R\$ 79.200,00 para o pagamento referente a duas bolsas de pós-doutorado para o ano de 2012 (R\$ 3.300,00). Entretanto, devido ao reajuste no valor das bolsas, cujo novo valor de R\$ 3.700,00 passou a vigorar a partir de julho de 2012, foi realizada nova descentralização no montante de R\$ 4.800,00. Assim, para o ano de 2012 o valor total descentralizado pelo HCPA para pagamento de bolsas de pós-doutorado do Convênio nº 9819/2010 foi de R\$ 84.000,00.

e) Considerações sobre o atingimento das metas físicas e financeiras

A meta física da Ação 0487 foi atingida conforme previsto na LOA 2012. Em relação a meta financeira, convém ressaltar que no final de 2012 houve limitação nas cotas orçamentárias para empenho por parte do Ministério da Educação e, por esse motivo, o total empenhado foi R\$ 1.527.371.790,73, ou seja, 92,26% da meta financeira prevista. Ainda assim, 77% das despesas previstas foram liquidadas dentro do exercício.

META	PREVISÃO	EXECUÇÃO (DESPESAS EMPENHADAS)	EXECUÇÃO (DESPESAS LIQUIDADAS)	DESPESAS LIQUIDADAS/ PREVISÃO (%)
FINANCEIRA	1.655.517.621,00	1.527.371.790,73	1.273.683.316,05	77
FÍSICA*	75.204	-	77.904	104

Fonte: SIMEC para execução física e SIAFI para a execução financeira.

*Produto: bolsas concedidas

Ação 4019 – Fomento à Pós-Graduação

Dados gerais da ação

Ação 4019	Fomento à Pós-Graduação
Tipo	Atividade
Finalidade	Promover o desenvolvimento da pós-graduação nacional e de programas de formação, valorização e capacitação de profissionais, mediante a melhoria das condições de funcionamento dos programas de pós-graduação, dos cursos de formação de profissionais, por meio de investimento e custeio de atividades de ensino e pesquisa, da execução de projetos de cooperação entre instituições de ensino e/ou de pesquisa no país e exterior, participação e realização de eventos científicos nacionais e internacionais.
Descrição	Concessão de recursos financeiros destinados à melhoria da infraestrutura de ensino e de pesquisa, à aquisição de insumos para laboratórios, à melhoria das condições de funcionamento de cursos e bibliotecas, à promoção e participação em eventos científicos, mediante critérios que levem em conta: os méritos técnico, acadêmico, científico ou tecnológico, bem como as especificidades regionais e das áreas do conhecimento, a edição de obras científicas e educacionais e demais atividades que contribuam para a qualidade das ações desenvolvidas pelos programas de pós-graduação e de programas da CAPES de formação, valorização e capacitação de profissionais, assim como a manutenção das Casas do Brasil no exterior, que atendem a estudantes e a pesquisadores brasileiros em missão de estudo.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	CAPES
Coordenador nacional da ação	Marcio de Castro Silva Filho - Diretor de Programas e Bolsas no País
Unidades executoras	Diretoria de Programas e Bolsas no País – DPB; Coordenação-Geral de Desenvolvimento Setorial e Institucional – CGSI; e Coordenação-Geral de Projetos Especiais – CGPE

a) Principais Resultados

Por meio dessa ação foram executados programas que concedem recursos financeiros destinados à melhoria da infraestrutura de ensino e de pesquisa e à aquisição de insumos para laboratórios (despesa de capital), bem como à promoção e participação em eventos científicos e a editoração e publicação de periódicos (custeio). Destaca-se nessa ação a execução do programa Pró-Equipamentos Institucional que apoiou 112 projetos, no valor total de R\$ 101 milhões e o Programa de Apoio a Eventos no País – PAEP que financiou 1.445 eventos no Brasil (congressos, workshops e seminários científicos) no valor de R\$ 38,5 milhões.

Programa Pró-Equipamentos Institucional

O Pró-Equipamentos Institucional visa apoiar propostas para a recuperação, modernização e o suprimento de necessidade de equipamentos destinados à melhoria da infraestrutura de pesquisa científica e tecnológica nos cursos de pós-graduação em todas as áreas do conhecimento. Esse programa concedeu em 2012 o montante de R\$ 101.060.702,43 (cento e um milhões, sessenta mil, setecentos e dois reais e quarenta e três centavos) em despesas de capital. O repasse do valor citado

acima foi efetuado por meio de descentralização de crédito orçamentário para Instituições Federais, celebração de convênios para Instituições Estaduais e Municipais.

A distribuição desses recursos está apresentada por região geográfica, UF e *status* jurídico nas tabelas, a seguir.

Tabela 143 (Ação 4019) – Recursos e apoio a propostas, por região geográfica, no Edital 24/2012 Pró-Equipamentos Institucional, em 2012.

Região Geográfica	Propostas Apoiadas		Distribuição dos recursos (%)
	Nº	R\$	
Sudeste	45	40.619.384,96	40,19
Nordeste	24	25.125.881,59	24,86
Sul	19	18.953.765,15	18,75
Centro-Oeste	11	9.192.879,87	9,10
Norte	13	7.168.790,86	7,09
Total	112	101.060.702,43	100

Fonte: CPE/CGPE/DPB/CAPES

Tabela 144 (Ação 4019) – Distribuição dos valores aprovados pelo Pró-equipamentos por UF, em 2012.

UF	Nº	Valor Apoiado (R\$)	Distribuição dos recursos (%)
SP	14	14.314.885,60	14,16
RJ	14	12.164.618,17	12,04
MG	15	12.076.881,19	11,95
PR	8	7.473.925,17	7,40
RS	6	7.130.938,03	7,06
BA	6	5.345.117,94	5,29
PE	4	4.646.749,26	4,60
SC	5	4.348.901,95	4,30
CE	4	3.616.163,73	3,58
PB	3	3.519.816,54	3,48
PA	4	3.189.952,76	3,16
RN	3	3.185.118,00	3,15
DF	1	3.000.000,00	2,97
GO	4	2.389.573,75	2,36
ES	2	2.063.000,00	2,04
MS	3	2.038.699,46	2,02
AM	3	2.037.281,96	2,02
MT	3	1.764.606,66	1,75
SE	1	1.519.618,29	1,50
AL	1	1.280.000,00	1,27
PI	1	1.112.054,00	1,10
MA	1	901.243,83	0,89
RR	2	609.252,73	0,60
TO	1	413.708,41	0,41
AC	1	355.200,00	0,35
AP	1	297.000,00	0,29
RO	1	266.395,00	0,26
Total	112	101.060.702,43	100

Fonte: CPE/CGPE/DPB/CAPES

Tabela 145 (Ação 4019) – Distribuição dos valores aprovados pelo Pró-equipamentos por *status* jurídico, em 2012.

Status Jurídico	Nº	Valor Apoiado (R\$)	Distribuição dos recursos (%)
Federal	75	77.420.165,67	76,61
Estadual	34	22.654.210,81	22,42
Municipal	3	986.325,95	0,98
Total	112	101.060.702,43	100

Fonte: CPE/CGPE/DPB/CAPES

O diferencial da edição de 2012 do edital do Pró-equipamentos foi o desenvolvimento de um módulo integrado ao sistema da CAPES (SICapes) utilizado para o recebimento e o julgamento das propostas nas fases análise documental e de análise de mérito científico. A etapa do SICapes referente à formalização do instrumento de repasse de recursos foi concluída, de modo que o sistema tornou-se suficiente para a implementação do recurso para as IFES, cujo repasse é feito por meio de descentralização orçamentária. Assim todas as etapas do programa, desde a inscrição da proposta até a implementação do recurso são feitas dentro do sistema, permitindo um maior controle na gestão do programa.

O gráfico abaixo demonstra a evolução dos recursos concedidos pelo Pró-Equipamentos nos últimos seis anos.

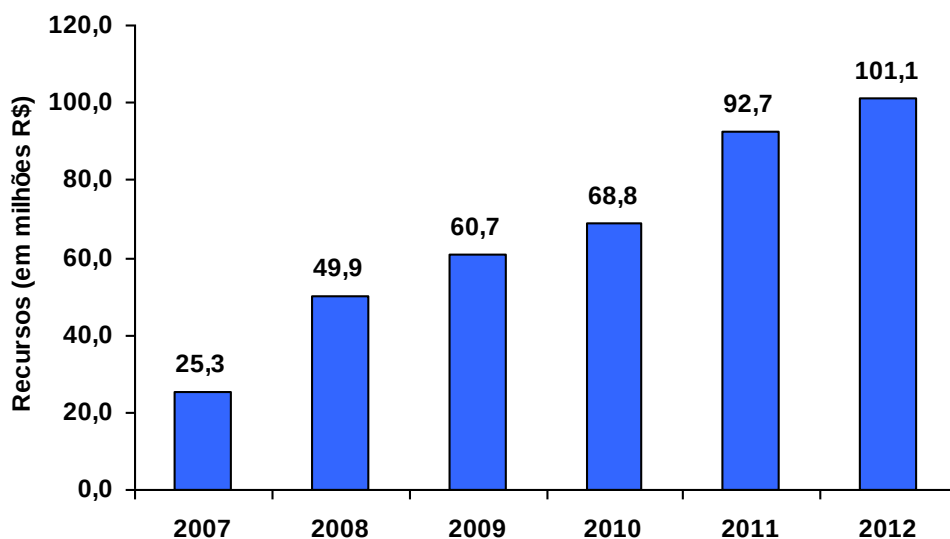


Gráfico 40 (Ação 4019) – Evolução dos recursos concedidos pelo Pró-Equipamentos de 2007 a 2012.

Programa de Apoio a Eventos no País – PAEP

O PAEP tem por objetivo conceder recursos para o fomento de eventos (colóquios, conferências, congressos, encontros, fóruns, jornadas, oficinas, reuniões, seminários, simpósios, workshops, entre outros) científicos, tecnológicos e culturais, de curta duração, com abrangência local, regional, nacional e/ou internacional, promovidos por associações ou sociedades científicas, associações de programas de pós-graduação e de pesquisa, programas de pós-graduação, secretarias municipais e estaduais; associações de professores; para a formação de professores para a educação básica.

Em 2012, a CAPES recebeu 1.580 solicitações e apoiou um total de 1.445 eventos, concedendo recursos financeiros que totalizaram o montante de R\$ 38.556.920,00 (trinta e oito milhões, quinhentos e cinquenta e seis mil, novecentos e vinte reais).

Dos 1.445 eventos apoiados pelo PAEP em 2012, merecem destaque os 133 eventos da educação básica. Estes são relacionados à promoção e elevação da qualidade da produção científica e tecnológica e tecnologias educacionais ligadas à formação de professores para a educação básica, com o objetivo de incentivar e apoiar aos eventos destinados à melhoria da formação de docentes para a educação básica.

O gráfico abaixo demonstra a evolução dos recursos concedidos e do número de eventos do PAEP nos últimos nove anos.

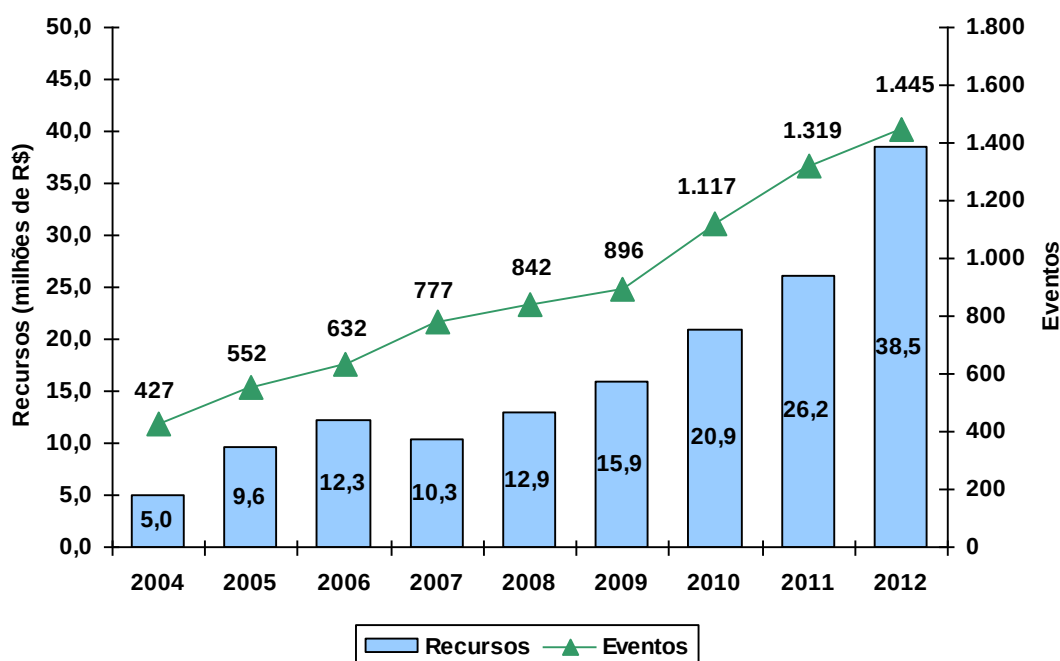


Gráfico 41 (Ação 4019) – Evolução dos recursos concedidos e do número de eventos apoiados pelo PAEP de 2004 a 2012.

Fonte: CEX/CGSI/DPB/CAPES

O ano de 2012 evidencia o aumento do número de eventos apoiados, e mostra que em relação ao ano de 2003, houve um crescimento da ordem de 238%.

Tabela 146 (Ação 4019) – Distribuição de eventos apoiados e recursos concedidos pelo PAEP por região geográfica, em 2012.

Região	Nº de Eventos	%	Recursos (R\$)	%
Sudeste	652	45,12	17.649.900,00	45,78
Sul	310	21,45	7.584.500,00	19,67
Nordeste	307	21,25	8.573.420,00	22,24
Centro-oeste	114	7,89	3.082.100,00	7,99
Norte	62	4,29	1.667.000,00	4,32
Total	1.445	100	38.556.920,00	100

Fonte: CEX/CGSI/DPB/CAPES

Em 2012, quase 50% dos eventos apoiados pela CAPES foram realizados na região Sudeste, com um investimento de mais de 17 milhões de reais. As regiões Nordeste e Sul vêm em seguida com 41,91% dos recursos do PAEP.

Tabela 147 (Ação 4019) – Distribuição de eventos apoiados e recursos concedidos pelo PAEP por grande área de conhecimento, em 2012.

Grande Área	Nº Eventos	%	Recursos (R\$)	%
Ciências Humanas	406	28,10	8.645.420,00	22,42
Ciências Exatas e da Terra	213	14,74	6.135.300,00	15,91
Ciências Sociais Aplicadas	187	12,94	5.098.300,00	13,22
Multidisciplinar	136	9,41	3.785.000,00	9,82
Linguística, Letras e Artes	124	8,58	2.746.100,00	7,12
Ciências da Saúde	98	6,78	3.158.000,00	8,19
Ciências Agrárias	97	6,71	3.085.400,00	8,00
Engenharias	96	6,64	3.060.000,00	7,94
Ciências Biológicas	88	6,09	2.843.400,00	7,37
Total	1.445	100	38.556.920,00	100

Fonte: CEX/CGSI/DPB/CAPES

As áreas do conhecimento com maior número de eventos apoiados pelo PAEP foram as Ciências Humanas (406) e as Ciências Exatas e da Terra (213). Dentre os 406 eventos da grande área de Ciências Humanas, 129 são da área de Educação Básica, voltados para a formação de professores.

Programa de Excelência Acadêmica – PROEX (recursos de capital)

No PROEX os recursos para aquisição de capital correspondem a 5% do valor destinado ao pagamento das bolsas de estudo e do custeio-fomento. Em 2012, foram alocados R\$ 10.897.137,23 (dez milhões, oitocentos e noventa e sete mil, cento e trinta e sete reais e vinte e três centavos) por esse programa na rubrica de capital. As despesas com bolsas de estudos e o custeio do PROEX foram executadas com recursos da Ação 0487.

Programa de Apoio ao Ensino e à Pesquisa Científica e Tecnológica em Defesa Nacional – PRÓ-DEFESA (recursos de capital)

Em parceria com o Ministério da Defesa, o Pró-defesa objetiva estimular no país a realização de projetos conjuntos de pesquisa utilizando-se de recursos humanos e de infraestrutura disponíveis em diferentes IES e demais instituições enquadráveis nos termos desse Edital de seleção, possibilitando a produção de pesquisas científicas e tecnológicas e a formação de recursos humanos pós-graduados em defesa nacional, contribuindo, assim, para desenvolver e consolidar o pensamento brasileiro na área.

Em 2012, a CAPES investiu R\$ 7.897,96 (sete mil, oitocentos e noventa e sete reais e noventa e seis centavos) em despesas de capital para apoiar 16 projetos. As despesas com bolsas de estudos, auxílios aos estudantes, passagens, diárias, material de consumo e contratação de serviços

de terceiros foram financiadas com recursos da CAPES e sua aplicação está descrita na Ação 0487 – Concessão e Manutenção de Bolsas no País.

Edital Rede Nanobiotec-Brasil (recursos de capital)

O Edital Rede Nanobiotec-Brasil objetiva estimular e apoiar no país a realização de projetos conjuntos de pesquisa utilizando-se de recursos humanos e de infraestrutura disponíveis em diferentes IES, institutos de pesquisa, empresas e ou demais instituições enquadráveis nos termos deste Edital, possibilitando a produção de pesquisas científicas e tecnológicas por meio de formação de recursos humanos pós-graduados e a formação complementar de recursos humanos em outros níveis.

Em 2012, a CAPES despendeu R\$ 1.389.226,03 (um milhão, trezentos e oitenta e nove mil, duzentos e vinte e seis reais e três centavos) de capital para apoiar 38 projetos. As despesas com bolsas de estudos, auxílios aos estudantes, passagens, diárias, material de consumo e contratação de serviços de terceiros foram financiadas com recursos da CAPES e sua aplicação está descrita na Ação 0487 – Concessão e Manutenção de Bolsas no País.

Toxinologia (recursos de capital)

O programa Toxinologia tem como objetivo estimular e apoiar a realização de projetos conjuntos de pesquisa no país na área de doenças negligenciadas utilizando-se de recursos humanos e de infraestrutura disponíveis em diferentes instituições de ensino superior – IES, institutos de pesquisa, empresas e/ou demais instituições associadas enquadráveis nos termos deste edital, possibilitando o desenvolvimento de projetos de pesquisa científica e tecnológica, contemplando a formação de recursos humanos pós-graduados e, de forma complementar, em nível de graduação.

Em 2012 CAPES, por intermédio do programa Toxinologia despendeu o montante de R\$ 685.752,00 (seiscentos e oitenta e cinco mil e setecentos e cinquenta e dois reais) em recursos capital para apoiar 16 projetos de pesquisa.

Casadinho/Procad (Chamada Pública MCTI/CNPq/MEC/CAPES)

Tem por objetivo selecionar propostas para apoio financeiro a projetos conjuntos de pesquisa utilizando-se de recursos humanos e de infraestrutura disponíveis em instituições distintas, que estimulem a formação pós-graduada e a mobilidade docente e discente e visem promover o fortalecimento e a consolidação de programas de pós-graduação stricto sensu de instituições nacionais. O CNPq é o órgão responsável pela execução do programa. Em 2012, a CAPES disponibilizou o montante de R\$ 12.500.000,00 (doze milhões e quinhentos mil reais) por meio de descentralização de crédito orçamentário ao CNPq para a execução desse programa.

Apoio à Editoração e Publicação de Periódicos Científicos Brasileiros (Editoração CAPES/CNPq)

O Programa objetiva apoiar e incentivar a editoração e publicação de periódicos científicos brasileiros, sendo considerado prioritário o apoio às revistas divulgadas simultaneamente por meio eletrônico na Internet, em modo de acesso aberto, em todas as áreas do conhecimento. O CNPq é o órgão responsável pela execução do programa. Em 2012, a CAPES disponibilizou o montante de

R\$ 3.000.000,00 (três milhões de reais) por meio de descentralização de crédito orçamentário ao CNPq para a execução desse programa.

Edital MCTI/CNPq/MEC/CAPES N° – Edital Humanas

O Edital MCTI/CNPq/MEC/CAPES Ciências Humanas é uma ação conjunta da CAPES e do CNPq que objetiva selecionar propostas para apoio financeiro a projetos que visem contribuir significativamente para o desenvolvimento científico, social e tecnológico do país, no âmbito das Ciências Humanas e Sociais Aplicadas.

O valor global disponibilizado para o Edital Ciências Humanas de 2012 foi de R\$ 8.000.000,00 (oito milhões de reais), sendo 50% da CAPES e 50% do CNPq, recursos estes oriundos do Tesouro Nacional relativo ao Fomento à Pesquisa Fundamental. Este programa é executado pelo CNPq e a CAPES descentralizou para essa agência o valor total de R\$ 4.000.000,00 (quatro milhões de reais) para atendimento de despesas de custeio dos projetos contemplados no edital.

b) Principais Problemas

Não foram detectados problemas no âmbito da Ação 4019.

c) Contratações e Parcerias

c.1) CNPq

Em 2012, a Capes firmou parceria com o CNPq com o objetivo de apoiar e incentivar a Editoração e publicação de periódicos científicos brasileiros e apoiar projetos nas áreas das Ciências Humanas e Ciências Sociais Aplicadas.

c.2) Ministério da Saúde

O Pós-doc SUS, programa que tem como objetivo fomentar as atividades de pesquisa científica, tecnológica e de inovação, mediante a seleção de projetos que visem investigar temas prioritários para o SUS é uma parceria entre o Ministério da Saúde e o Ministério da Educação, firmada por meio de um termo de cooperação e assistência técnica, com interveniência da Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos – SCTIE e da CAPES. O Ministério da Saúde, por intermédio da SCTIE/MS, concede auxílios financeiros aos projetos aprovados (custeio e capital) e a CAPES concede as bolsas de pós-doutorado.

d) Transferências

O programa Pró-Equipamentos utiliza-se de transferências feitas por meio da descentralização de créditos às IFES. A descentralização de créditos é eficiente, tendo em vista que o destinatário final dos recursos é a IFES. Outra vantagem da descentralização é a facilidade de formular o instrumento de repasse dos recursos para as IFES.

Em 2012 a CAPES disponibilizou ao CNPq, por meio de descentralização, o montante de R\$ 3.000.000,00 (três milhões de reais) para o apoio à editoração e publicação de periódicos científicos brasileiros, R\$ 4.000.000,00 (quatro milhões de reais) para o apoio financeiro a projetos nas áreas das Ciências Humanas e Ciências Sociais Aplicadas, por meio do Edital MCTI/CNPq/MEC/CAPES Ciências Humanas e R\$ 12.500.000,00 (doze milhões e quinhentos mil reais) para o apoio a projetos aprovados pela Chamada Pública MCTI/CNPq/MEC/CAPES - Ação Transversal nº 06/2012 – Casadinho/Procad.

O Ministério da Saúde, por intermédio da Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos - SCTIE/MS repassou R\$ 202.301,80 (duzentos e dois mil, trezentos e um mil e oitenta centavos) de capital para os projetos do Pós-Doc SUS.

e) Considerações sobre o atingimento das metas físicas e financeiras

A meta física da Ação 4019 foi atingida conforme previsto na LOA 2012. Em relação a meta financeira, convém ressaltar que no final de 2012 houve limitação nas cotas orçamentárias para empenho por parte do Ministério da Educação e, por esse motivo, o total empenhado foi R\$ 186.441.623,96, ou seja, 76,70% da meta financeira prevista. No que tange aos recursos empenhados, cabe ressaltar que mais de 77 milhões do Programa Pró-Equipamentos estão inscritos em Restos a Pagar (RAP) e serão liquidados, ao longo de 2013, pelas instituições federais de ensino superior no ato do recebimento dos equipamentos e pelas instituições estaduais conforme ocorrerem a assinatura e celebração dos convênios com a CAPES, via SICONV. Diante do exposto, as despesas liquidadas correspondem a cerca de 40% do montante da dotação atualizada.

Ação 4019

META	PREVISÃO	EXECUÇÃO (DESPESAS EMPENHADAS)	EXECUÇÃO (DESPESAS LIQUIDADAS)	DESPESAS LIQUIDADAS/ PREVISÃO (%)
FINANCEIRA	243.071.703,00	186.441.623,96	97.248.029,51	40*
FÍSICA	2.067	-	2.688	130**

Fonte: SIMEC para execução física e SIAFI para a execução financeira

* A superação da meta física justifica-se pelo aumento do número de projetos do PAEP apoiados.

** A meta financeira atingida justifica-se pela greve das Universidades Federais, fato que atrasou a execução de programas implementados via descentralização e pelo contingenciamento de recursos pelo órgão central de orçamento.

2.3.3. Programa 2109 – Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação

Ação 2000 – Administração da Unidade

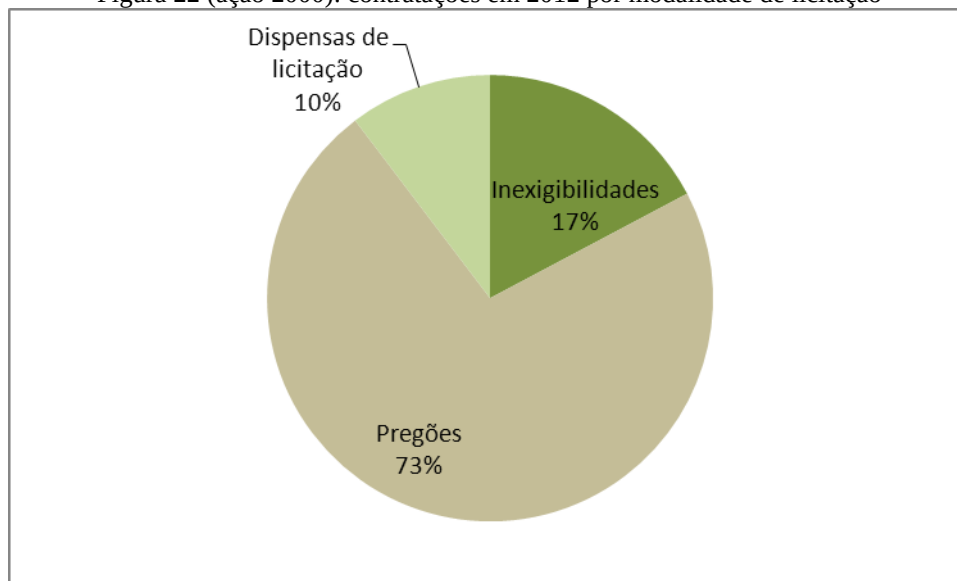
Identificação da Ação						
Código		2109.2000.0053				
Descrição		Administração da unidade				
Unidade Responsável		Diretoria de Gestão (DGES/CAPES)				
Unidade Orçamentária		26291 – Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior				
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
45.430.117.00	58.575.343.00	53.802.363.78	42.716.934.65	-	11.085.429.13	42.716.934.65

COMPRAS E CONTRATOS

No exercício de 2012 o pregão eletrônico foi a modalidade mais utilizada pela CAPES, atendendo à legislação em vigor e aos preceitos de maior celeridade nos processos licitatórios e de redução de custos para a Administração Pública, na medida em que essa modalidade é mais ágil e transparente.

Os investimentos do ano de 2012, compreendendo as renovações contratuais e as novas contratações totalizaram R\$ 117.193.442,09.

Figura 22 (ação 2000): contratações em 2012 por modalidade de licitação



Fonte: Coordenação de Suprimentos

A tabela abaixo discrimina apenas as contratações efetivadas no exercício de 2012 com investimentos na área Administrativa da CAPES no montante de R\$ 82.623.038,52.

Quadro 3 (ação 2000) - Contratações do exercício de 2012

Numero do Contrato	Modalidade	Adesão	Objeto	CNPJ Contratado	Valor (R\$)
00003/2012	PR 28/2011	Sim	Aquisição de microcomputadores.	61.797.924/0007-40	259.400,00
00005/2012	DL 7/2012	Não	Serviço de brigada de incêndio	03.073.654/0001-33	636.710,64
00006/2012	PR 23/2011	Sim	Fornecimento de combustíveis automotivos destinados ao abastecimento da frota de veículos da capes.	00.001.388/0002-26	26.856,00
00010/2012	PR 7/2012	Não	Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de remessa de encomendas de cargas em geral.	01.253.053/0001-87	60.000,00
00008/2012	PR 4/2012	Não	Contratação de empresa especializada na prestação de serviço de treinamento da técnica de análise de ponto de função.	00.928.375/0001-16	28.500,00
00009/2012	PR 1/2012	Não	Prestação de serviço de auxiliar administrativo e outros serviços auxiliares.	26.414.755/0001-26	9.991.848,72
00013/2012	PR 3/2011	Sim	Contratação de empresa especializada na prestação de serviços para atuar em tecnologias disponíveis na CAPES.	06.061.285/0001-57	76.400,00
00016/2012	PR 21/2011	Não	Aquisição de licenças de uso perpétuo d e sistema gerenciado de banco de dados oracle, treinamento e mentoring.	81.627.838/0001-01	624.552,80
00017/2012	PR 21/2011	Sim	Aquisição de licenças de uso perpétuo d e sistema gerenciado de banco de dados oracle, treinamento e mentoring.	81.627.838/0001-01	204.325,09
00021/2012	DL 15/2012	Não	Manutenção de impressoras	01.251.189/0001-58	7.940,00
00018/2012	PR 40/2011	Sim	Fornecimento de equipamentos de infraestrutura de rede de tecnologia da informação - racks.	94.316.916/0003-60	107.920,00
00022/2012	IL 1/2012	Não	Concessão de licenças de uso temporário, intransferível, não passível de cessão, dos seguintes softwares: sas analytic pro, sas enter prise miner for desktop e sas access interface to odbc, para utilização em hardware autorizado e sistema operacional designado, com serviço d e atualização e suporte técnico remoto por	01.127.357/0001-06	148.417,08

			12 meses, nos termos do processo administrativo n 23038.002860/2012-06.		
00014/2012	PR 28/2011	Sim	Aquisição de microcomputadores.	61.797.924/0007-40	194.550,00
00026/2012	PR 10/2012	Não	Contratação de serviço de brigada para execução das atividades de prevenção e combate a incêndio.	08.414.767/0001-79	1.643.314,92
00023/2012	PR 33/2011	Sim	Contratação de serviço de telefonia móvel, para comunicação de voz e dados, via rede móvel disponível nacionalmente com tecnologia digital.	33.530.486/0001-29	484.652,80
00025/2012	PR 2/2012	Sim	Contratação de serviço de transporte terrestre de mobiliário e bagagem em território nacional.	03.557.312/0001-99	282.600,00
00028/2012	DL 237/2012	Não	Prestação de serviços técnico-especializados com vistas à organização e à realização do concurso público com vistas ao preenchimento de 140 (cento e quarenta) vagas, sendo 70 (setenta) vagas no cargo de analista em ciência e tecnologia júnior i e 70 (setenta) vagas no cargo de assistente em ciência e tecnologia i da carreira de gestão, planejamento e infraestrutura em ciência e tecnologia, do quadro de pessoal da contratante.	00.038.174/0001-43	825.000,00
00024/2012	PR 33/2011	Sim	Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de telefonia móvel.	40.432.544/0001-47	616.292,80
00020/2012	IL 2/2012	Não	Aquisição de licenças perpétuas com processos ilimitados do software ultimus bmp suite versão 8.2 ou superior juntamente com suporte, serviços de treinamento e consultoria.	56.768.666/0001-49	442.791,02
00038/2012	IL 3/2012	Não	Aquisição de ferramentas de desenvolvimento web.	04.095.869/0001-18	8.000,00
00040/2012	PR 5/2012	Não	Prestação de serviços de tradução e versão de texto, tradução simultânea, consecutiva e revisão de texto em língua estrangeira.	05.807.152/0001-14	479.912,12

00041/2012	PR 11/2012	Não	Contratação de empresa especializada para locação, instalação, abastecimento, manutenção preventiva e corretiva de máquinas automáticas de auto-atendimento de café e bebidas quente s.	05.814.455/0001-64	197.400,00
00044/2012	PR 17/2012	Não	Contratação de serviços de suporte a usuários e eventos.	00.717.511/0003-90	871.961,20
00043/2012	PR 12/2012	Sim	Contratação de modelagem de negócio, licitação de requisitos, análise, projeto, codificação, teste e implantação de sistemas de informação, manutenção corretiva, perfeita e adaptativa, documentação de sistemas de informação legados, na forma de serviços continuados presenciais e não presenciais.	01.645.738/0001-79	35.826.170,00
00047/2012	PR 20/2012	Não	Locação de sistema integrado e informatizado de segurança por imagem e controle de acesso, incluindo monitoramento e operação.	01.011.976/0001-22	4.408.999,67
00027/2012	IL 5/2012	Não	Licenciamento e prestação de serviços técnicos de tecnologia da informação para atender as demandas referentes à implantação e sustentação dos sistemas integrados de gestão sig: sigadmin, sipac e sigrh.	13.406.686/0001-67	2.279.050,00
00046/2012	PR 16/2012	Não	Contratação de serviços de infraestrutura de rede.	01.246.699/0031-60	1.977.248,16
00048/2012	IL 11/2012	Não	Solução de sala cofre modular, certificada de acordo com a norma NBA 15247:2004 (ABNT) para hospedagem de ativos de tecnologia da informação.	43.209.436/0001-06	4.852.168,00
00050/2012	PR 18/2012	Não	Contratação de serviços de agenciamento e gerenciamento de viagens, compreendendo a emissão, remarcação e cancelamento de passagens aéreas, com complementação de trecho por vias terrestre (rodoviário e ferroviário), fluvial e aérea quando necessário, em âmbito nacional e internacional.	06.064.175/0001-49	15.060.057,50
				Total	82.623.038,52

Fonte: Coordenação de Suprimentos

No ano de 2012 foram renovados/alterados 34 contratos e 03 contratos-empenho, que estão discriminados na tabela abaixo, cujos gastos totalizam R\$ 34.301.026,20.

Quadro 4 (ação 2000) – Contratos renovados/alterados

Numero do Contrato	Objeto	CNPJ Contratado	Valor do Termo Aditivo (R\$)
010/2010	Contratação de serviços de eventos, par a realização de 76 (setenta e seis) eventos, conforme especificações e quantidades constantes no item 03 do termo de referências.	02.036.987/0001-20	6.137.489,44
002/2010	Prestação de serviços de reprodução, impressão, cópia e digitalização por meio de locação de impressoras multifuncionais, sistemas para gerenciamento, fornecimento de todos os suprimentos, na forma e condições estabelecidas no presente edital e seus anexos. Valor total da a ta de registro de preços n 01/2010 - FNDE é de R\$ 6.598.905,12, e a participação da capes é n o valor de R\$ 1.601.775,84.	01.644.731/0001-32	1.601.026,56
003/2011	Contratação de empresa especializada em ministrar curso de administração orçamentária e financeira, elaboração e análise das novas demonstrações contábeis do setor público e execução orçamentária e financeira da folha de pessoa l no SIAFI.	00.398.099/0001-21	-
003/2011	Contratação de empresa especializada em ministrar curso de administração orçamentária e financeira, elaboração e análise das novas demonstrações contábeis do setor público e execução orçamentária e financeira da folha de pessoa l no SIAFI.	00.398.099/0001-21	-
005/2011	Contratação de empresa especializada para a realização de cursos de edição de textos e planilha eletrônica.	10.988.738/0001-62	-
005/2012	Serviço de brigada de incêndio.	03.073.654/0001-33	63.227,94
006/2009	Locação do imóvel situado no Setor Bancário Norte, Quadra 02, Lote 06, Brasília/DF, com área total de 20.588,26 m2, conforme processo ADM 6153/08-9.	33.423.575/0001-76	9.703.335,60
007/2009	Serviço de intermediação de estágios, n a condição de agente de integração, para o desenvolvimento de estágio educativo escolar supervisionado junto a capes.	61.600.839/0001-55	16.726,08
007/2010	Contratação de seguro predial para as instalações da capes situadas no setor bancário norte.	61.573.796/0001-66	15.000,00
009/2010	Contratação de pessoa jurídica especializada na prestação de serviços de limpeza e conservação de bens móveis e imóveis, jardinagem e lavagem de veículos.	05.058.935/0001-42	354.688,08
009/2010	Contratação de pessoa jurídica especializada na prestação de serviços de limpeza e conservação de bens móveis e imóveis, jardinagem e lavagem de veículos.	05.058.935/0001-42	1.773.440,40
011/2009	Prestação de serviço telefônico fixo comutado (fixo-fixo e fixo-móvel), na modalidade local e nacional, a ser executado de forma contínua, visando atender às demandas da fundação CAPES, na cidade de Brasília/DF	03.420.926/0011-04	418.716,00

011/2011	Contratação de empresa para prestação de consultoria técnica especializada para elaboração de estudo técnico, projeto básico, assessoramento técnico e acompanhamento da implantação de solução de centro de dados seguro (data center) para a CAPES, edital do pregão n 01/2011 e seus anexos, a proposta da contratada e demais elementos constantes no processo 23038.007920 /2010-15.	06.927.893/0001-00	-
012/2010	Aquisição de 70 (setenta) acessos de solução corporativa de conectividade sem fio.	04.206.050/0051-40	228.291,60
012/2011	Contratação de pessoa jurídica especializada para realização de cursos de qualificação profissional, destinados aos servidores da capes.	03.412.636/0001-39	-
016/2007	Prestação de serviços operacionais e administrativos, para atendimento as unidades administrativas que compõem a estrutura da CAPES.	06.090.065/0001-51	3.168.001,90
018/2010	Prestação de serviço de acesso móvel à Internet (banda larga) com tecnologia 3g, doravante denominado solução, observadas as especificações básicas de que trata o anexo I do edital do pregão nº. 54/2009 - TRF 1 Região.	04.206.050/0051-40	32.640,00
019/2010	Locação, instalação, abastecimento, manutenção preventiva e corretiva de máquinas automáticas de auto-atendimento de café e bebidas quentes.	00.952.617/0001-07	155.232,00
020/2009	Prestação de serviço de manutenção predial, conforme serviços permanentes de operação e serviços eventuais de adequação e ampliação.	01.011.976/0001-22	1.756.189,95
021/2008	Distribuição, pela contratada, da publicidade legal impressa e/ou eletrônica de interesse da contratante, obedecidas as determinações contidas no decreto n 6.555 de 08/09/2008, na lei nº. 6.650, de 23/05/1979, na lei nº. 4.680 de 18/06/1965, no decreto nº. 57.690, de 01/02/ 1966, conforme processo adm 3958/08-6.	09.168.704/0001-42	20.000,00
025/2010	Contratação de serviços especializados em gerenciamento de informações arquivísticas.	34.409.656/0001-84	178.545,62
026/2010	Manutenção e aperfeiçoamento do programa a de qualidade de vida dos servidores da CAPES.	06.220.002/0001-72	277.845,11
028/2009	Prestação de serviços de recepção, incluindo todo o material necessário para a execução do serviço para atender as necessidades da CAPES.	06.090.065/0001-51	479.584,74
032/2009	Prestação de serviços de reprodução de cópias monocromáticas, coloridas e encadernação a serem prestados nas dependências da fundação CAPES.	00.520.304/0001-80	96.240,00
039/2009	Prestação de serviços de registro e transcrição de reuniões. Integram o presente instrumento, vinculando os seus anexos, a proposta da contratada e demais elementos constantes no adm 3165/09-4.	01.164.691/0001-21	525.081,64
041/2011	Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de reserva, marcação e remarcação de bilhetes de passagens aéreas e terrestres, nacionais e internacionais.	00.013.698/0001-80	3.000.000,00
042/2011	Prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva de mecânica, elétrica, hidráulica, funilaria (corretiva, preventiva e estética) e capotaria/tapeçaria, incluindo o fornecimento e troca de peças, acessórios, geometria/ alinhamento, balanceamento e cambagem, nos veículos oficiais de diversas marcas pertencentes à frota operacional da capes.	33.430.133/0001-57	30.000,00

043/2009	Prestação de serviços e venda de produtos que atendam as necessidades da capes mediante adesão aos anexos do contrato.	34.028.316/0007-07	500.000,00
043/2009	Prestação de serviços e venda de produtos que atendam as necessidades da capes mediante adesão aos anexos do contrato.	34.028.316/0007-07	500.000,00
046/2009	Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de vigilância armada e desarmada, a serem executados de forma contínua nas instalações da sede da CAPES.	02.282.727/0001-34	173.682,72
046/2009	Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de vigilância armada e desarmada, a serem executados de forma contínua nas instalações da sede da CAPES.	02.282.727/0001-34	1.506.279,00
045/2009	Aquisição de 19 licenças de software de consulta e extração de dados e relatórios do SIAFI.	38.068.664/0001-65	190.000,00
006/2010	Contratação de seguro auto para veículos, conforme especificações e quantidades constantes no Anexo I do Termo de Referências.	60.831.344/0001-74	8.059,85
007/2010	Contratação de seguro predial para as instalações da CAPES situadas no Setor Bancário Norte.	61.573.796/0001-66	15.000,00
-	Fornecimento de energia elétrica (Dispensa conforme Art. 24 - inciso XXII da Lei 8.666/93)	974100	841.322,46
-	Serviço de água e esgoto	00.082.024/0001-37	291.163,00
-	Comunicação oficial em geral	110245	244.216,51
		Total	34.301.026,20

Obs.: O contrato 045/2009 não está cadastrado no SIASG

Fonte: Coordenação de Suprimentos

Cabe acrescentar ainda que foram efetuadas 63 dispensas de licitação com fundamento no art. 24, I, da Lei 8.666/93 (dispensas de pequeno vulto) e duas inexigibilidades, sem formalização de contrato.

PASSAGENS AÉREAS

As despesas em 2012 com passagens aéreas ocorreram prioritariamente para as áreas finalísticas da CAPES. Os quantitativos referentes aos pagamentos de passagens sem aplicar o desconto contratual, dentre as passagens com destino nacional e internacional foram:

Quadro 5 (ação 2000)

PASSAGENS AÉREAS	VALOR BRUTO	QUANTIDADE	MÉDIA
NACIONAL	R\$ 4.582.353,53	10176	R\$ 450,31
INTERNACIONAL	R\$ 5.734.156,92	1784	R\$ 3.214,31
TOTAL	R\$ 10.316.510,45	11960	R\$ 862,58

Fonte: Coordenação de Suprimentos

Observa-se que as viagens nacionais superaram o quantitativo de viagens internacionais, porém, devido aos custos das passagens internacionais, estas demandaram aproximadamente 55,6% dos recursos gastos com passagens aéreas.

O gasto da CAPES, após aplicação do desconto contratual, foi de R\$ 8.967.222,26, para o pagamento de passagens aéreas nacionais e internacionais.

GESTÃO DE DOCUMENTOS

No intuito de preservar a memória institucional e garantir acessibilidade, autenticidade e confiabilidade aos documentos, a Capes busca otimizar continuamente seus serviços relacionados à gestão arquivística de documentos.

Nesse sentido, no ano de 2012, foi concluído o Projeto de Gerenciamento de Informações Arquivísticas, que resultou na organização e registro de todo acervo documental acumulado da CAPES.

Iniciaram-se ainda os trabalhos de implantação do Arquivo Central da Capes, sendo que a primeira etapa desse projeto consistiu na pesquisa de imóveis adequados à instalação do Arquivo.

No que se refere às funções já consolidadas, a unidade responsável pela gestão documental recebeu 166 (cento e sessenta e seis) metros lineares de documentos/processos provenientes de transferências dos setores de trabalho, atendeu mais de 60 (sessenta) solicitações de desarquivamento, empréstimo e consulta de documentos/processos e realizou o treinamento de aproximadamente quarenta (quarenta) profissionais da Capes para a operacionalização do Sistema de Protocolo e Arquivo (SPArq) e aplicação da metodologia relacionada à gestão de documentos.

A Seção de Protocolo e Expedição registrou um total de mais de 55.000 correspondências no SPArq, referentes aos documentos recebidos pela CAPES. Além disso, foram autuados aproximadamente 10.200 processos e foram registradas expedições de mais de 11.600 correspondências.

TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

Para manter e aprimorar os níveis de qualidade e produtividade da prestação de serviços de tecnologia, e ainda alinhar-se aos objetivos estratégicos da CAPES, diversas iniciativas foram implantadas em 2012, desde normatizações a melhorias de infraestrutura. Com vistas a dar governabilidade às inúmeras iniciativas que estão sendo desenvolvidas na Diretoria, foi criado o **Programa de Melhoria da Qualidade da Tecnologia da Informação (PMQTI)**. O programa é composto de 9 projetos estratégicos com ações estabelecidas nas seguintes áreas: governança de TI, segurança do ambiente, atendimento ao usuário, qualidade de software, gestão por processos, gestão da informação, desenvolvimento de pessoas, gestão da infraestrutura e novas tecnologias. As atividades de 2012 estão descritas a seguir conforme a inserção de cada uma em um dos projetos supramencionados.

Governança de TI

A **Governança de TI** pode ser considerada um subconjunto da governança corporativa abrangendo os sistemas e processos da Tecnologia da Informação e Comunicação – TIC, incluindo a avaliação de desempenho e gestão de riscos. Pode ser considerada com “um conjunto de práticas, padrões e relacionamentos estruturados, assumidos por executivos, gestores, técnicos e usuários de TI de uma organização, com a finalidade de garantir controles efetivos, ampliar os processos de segurança, minimizar os riscos, ampliar o desempenho, otimizar a aplicação de recursos, reduzir os custos, suportar as melhores decisões e consequentemente alinhar TI aos negócios”.

Nesse âmbito, com o objetivo de prospectar cenários e avaliar o impacto das ações da DTI, foi realizada uma pesquisa de satisfação dos usuários da TI. A atividade envolveu todas as diretorias e obteve uma avaliação quanto aos serviços prestados pelo setor. De maneira complementar, também foi realizada uma pesquisa interna de satisfação dos colaboradores da DTI - pesquisa realizada somente no âmbito da DTI – que teve como objetivo diagnosticar a Diretoria quanto ao

ambiente interno. As pesquisas se prestaram a orientar as ações necessárias para melhoria da qualidade dos serviços prestados, que devem contemplar regras, legislação e satisfação de seus usuários.

No contexto das normatizações, uma das principais atividades foi à elaboração do **Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação, o PETI**. O plano estabeleceu estratégias para o desenvolvimento crescente das soluções e sistemas de informação e indicou as possíveis soluções e produtos de TIC, bem como os critérios de desempenho dos serviços e os planos de aquisição para atendimento das necessidades futuras da instituição. Concomitantemente, foram implantadas ações do **Plano Diretor de Tecnologia da Informação – PDTI**. O **PETI** e o **PDTI** são complementares, mas este último é um instrumento de detalhamento que define ações em um nível tático e operacional, assim, propõe um conjunto de ações que visam corrigir problemas e ajustar situações, absorvendo as melhores práticas e seguindo diretrizes estratégicas de tecnologia da informação. Dentre as ações, destaca-se a padronização de processos de desenvolvimento e manutenção de sistemas; o planejamento das aquisições de bens e serviços de TI e a implantação da política de segurança.

Desenvolvimento, Manutenção e Qualidade de Software.

Durante o ano de 2012, inúmeros investimentos foram realizados visando ampliar a qualidade dos sistemas desenvolvidos na CAPES e os serviços por eles oferecidos a toda comunidade interna e externa à Fundação.

Em 2012 foram envidados esforços para contratação de serviços de desenvolvimento e manutenção de sistemas no modelo de **fábrica de software**, conforme a Instrução Normativa MP/SLTI nº 04/2010. O fruto deste trabalho efetivamente foi colhido em novembro do mesmo ano, com a celebração do contrato 43/2012 com a empresa Politec Tecnologia da Informação S.A./Indra Soluções, processo Nº 23038.009149/2012-74, para prestação de serviços de modelagem de negócio, manutenção de sistemas legados, desenvolvimento de sistemas na plataforma PHP e Java, documentação de sistemas legados e treinamento de usuários. Dentre as vantagens advindas da contratação da Fábrica de Software, uma delas é a mudança da metodologia de medição dos serviços, ao invés de homem hora foi substituída pela métrica de contagem de Pontos de Função, inclusive, já houve treinamento da equipe nessa nova metodologia. Ressalta-se que essa iniciativa também visa à conformidade com as diretrizes emanadas pelos Órgãos de Controle.

Nas atividades relacionadas ao desenvolvimento de novos sistemas para a Avaliação da Pós-Graduação Brasileira, foram iniciadas as atividades técnicas e administrativas para celebração do termo de cooperação com a Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN, processo Nº 23038.008897/2011-59, para construção do novo sistema de Avaliação da Pós-Graduação Brasileira, denominado de “**Plataforma Sucupira**”. Este acordo prevê a automação completa do processo de avaliação, que engloba dois objetivos principais: a definição da entrada de novos programas e cursos *stricto-sensu* e a avaliação regular e periódica destes programas e cursos, que são previamente admitidos no Sistema Nacional da Pós-Graduação – SNPG. Em ambos destaca-se a necessidade de utilização de aplicativos que dão suporte à captação das informações prestadas pelos programas de pós-graduação, a consolidação e disponibilização delas para as análises inerentes ao processo de avaliação, cujo encadeamento leva a conversão para o parecer de mérito. Além deste projeto, foi desenvolvido o novo **Cadastro de Instituições da CAPES**, que mantém em base única todas as informações das instituições que possuem algum vínculo com a CAPES, como universidades, centros de pesquisa e instituições de ensino no exterior.

Em outubro de 2012, foram empreendidos esforços para a realização do acordo de cooperação técnica com a Rede Nacional de Pesquisas – RNP e a Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro – PUC-Rio, processo Nº 23038.007011/2012-31, para análise e revisão tecnológica do Sistema Informatizado de **Gestão da Universidade Aberta do Brasil – SISUAB**. A cooperação compreende a realização de trabalhos técnicos de diagnóstico completo do sistema atual e desenvolvimento de um novo sistema que contemple novas tecnologias de informação e

comunicação de dados, principalmente educacionais, com um plano de testes e de qualidade de software seguindo os padrões e as melhores práticas e metodologias disponíveis neste ramo da engenharia de software. Em paralelo, foi executado o projeto de absorção tecnológica e gerencial da Plataforma Freire, que antes era gerido pelo MEC. Neste projeto, foi desenvolvido um conjunto de novas funcionalidades relacionadas à gestão do PARFOR e em atendimento às solicitações da Diretoria de Formação de Professores da Educação Básica.

Para o atendimento às demandas internas das áreas responsáveis pelas atividades meio da CAPES, a iniciou-se em 2012 o projeto de implantação dos **Sistemas Integrados de Gestão – SIG** da Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN, processo N° 23038.005662/2012-96. Este projeto compreende o licenciamento, a implantação e a sustentação dos sistemas SIPAC – Sistema Integrado de Patrimônio, Administração e Contratos e SIGRH – Sistema Integrado de Gestão de Planejamento e Recursos Humanos, que atenderão principalmente às necessidades da Diretoria de Gestão da CAPES, tais como gestão de contratos, patrimônio, almoxarifado, protocolo e recursos humanos.

Com relação à sustentação e desenvolvimento dos sistemas de gestão de pagamento de bolsas e auxílios, os avanços que mais se destacam neste em 2012 foram a implantação do programa Ciência sem Fronteiras, que contempla o pagamento automatizado dos bolsistas em conta corrente no exterior e através da utilização do **cartão pré-pago do Banco do Brasil**; mais de 30 (trinta) programas de pagamento de bolsas informatizados nos sistemas SAC – Sistema de Análise de Concessões; a **informatização de todo o processo de pagamento de AAE** – Auxílio à Avaliação Educacional, que contempla a integração com o MEC e autarquias; a melhoria significativa do controle de pagamentos no Sistema Financeiro da CAPES, com a implantação da assinatura digital de documentos nos procedimentos de ordenação de despesas; implantação de formulários de inscrição e análise de candidaturas em sistema para mais de 10 (dez) programas distribuídos entre 4 (quatro) diretorias finalísticas da instituição; e melhorias no processo de verificação de acúmulo de benefícios com os programas do FNDE e CNPq.

A demanda de desenvolvimento de um sistema para prestação de contas pelos benefícios pagos pela instituição também foi uma importante preocupação da CAPES em 2012. Neste sentido, foi desenvolvido o novo **Sistema de Prestação de Contas – SIPREC**, que engloba as fases de prestação de contas parcial e completa, envio de recibos pelos beneficiários, análises técnica e financeira das informações recebidas, auditoria e realização de diligências e, finalmente, publicação de contas prestadas por ano de exercício. O sistema está previsto para ser implantado no primeiro semestre de 2013 com programas pilotos, englobando o pagamento de auxílios à pesquisa e realização de eventos com recursos financeiros concedidos pela CAPES.

Buscando a implantação de um escritório de processos e mapeamento dos processos das áreas de negócio, em 2012 foi iniciada a cooperação com a UFRJ para mapeamento da cadeia de valor institucional, processo N° 23038.007271/2012-14, e realizada a aquisição de uma ferramenta que possibilita a automação dos processos de negócio através do desenho dos fluxos e formulários eletrônicos, definição de *workflow*, execução de regras de negócio e monitoração em tempo real das atividades, processo N° 23038.003685/2012-66.

Atendimento ao usuário

O atendimento aos seus servidores, usuários e colaboradores é um dos principais desafios que CAPES enfrenta, apesar da existência de diversas soluções de software e aplicações que suportam a interação de forma automatizada. Considera-se que o desafio não é apenas a tecnologia, mas também a prática, a qualidade, a forma e a agilidade de como se faz o atendimento aos usuários da TI.

Ao final do ano de 2012, foi iniciada a implantação da **Central de Atendimento da TI - CATI**, focada no usuário interno, que visa a maior agilidade na resolução das demandas e elevação do nível de satisfação dos usuários. Com a implantação da **CATI** houve também uma troca do

aplicativo utilizado para acompanhamento dos chamados. Devido às diferenças entre os dois aplicativos e a uma revisão no catálogo de serviços da TI a estatística dos chamados para o mês de dezembro de 2012 foi bastante impactada, conforme poderá ser visto nos gráficos abaixo.

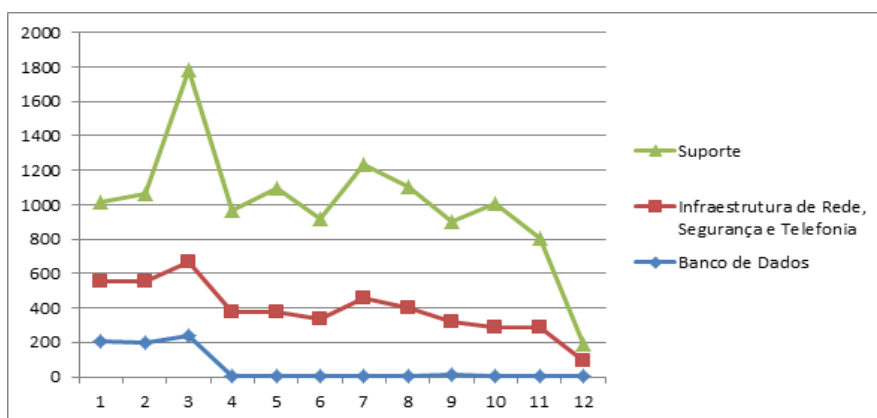


Gráfico 42. Estatística dos chamados.

Gestão da Informação

A necessidade de processos, metodologias e ferramentas que assegurem o adequado tratamento, armazenamento e disponibilização dos dados e das informações da organização tem um papel fundamental no atingimento dos objetivos estratégicos. Nesse contexto, atividades de melhorias dos Bancos de Dados são imprescindíveis, e no que compete à atual gestão, podem ser exemplificadas pela normatização dos procedimentos associados à criação e manutenção e pela contratação do **Sistema de Gerenciamento de Banco de Dados Oracle**. Essa aquisição foi motivada pela necessidade de padronização dos sistemas com um único gerenciador de Banco de Dados robusto e estável. Salienta-se que a solução também é adotada pelo MEC, indo ao encontro de esforços de padronização que permeiam as suas políticas de TI.

Quanto à gestão da informação, destaca-se a **criação do Comitê Gestor de Tecnologia da Informação**, composto por representantes do MEC, FNDE, INEP e CAPES, que tem como desafio alinhar políticas, sistemas e aquisições do MEC e de suas autarquias e fundações. Uma das iniciativas relacionadas foi à criação, por parte do MEC, de um serviço que fornece dados sobre instituições de ensino e cursos para seus órgãos. Acampando a iniciativa, a CAPES adotou como rotina a consulta a essas informações, para tal, desenvolveu de um sistema que automatiza a importação desses dados para as suas bases, estabelecimento assim, um cadastro único de instituições de ensino e cursos do Ministério da Educação.

A partir da compreensão de que um dos principais ativos de uma instituição é o seu conjunto de dados e informações produzidos ao longo de sua existência, em 2012, foi iniciada a construção do **Acervo Digital de Dados da CAPES (ADD/CAPES)**. O ADD disponibiliza dados de várias naturezas, desde pagamentos a acesso ao Portal, além de oferecer um conjunto de relatórios gráficos e informações georeferenciadas que ajudam a compreensão das ações da Fundação. Para essa iniciativa a CAPES realizou a contratação de um **software de BI – Inteligência de Negócios** – Microstrategy e adquiriu o **Software de Estatística** “Statistical Analysis System” (SAS) que irão contribuir para qualificar a análise de dados e estatísticas da CAPES.

Considerando o aspecto de colaboração, uma das principais evoluções foi a adoção de ferramenta de gerência de projetos. A solução disponibiliza ambiente centralizado de compartilhamento de informações, documentos e artefatos de projetos. Aditivamente, também foi criada a **Metodologia de Gerenciamento de Projetos (MGP)**, que contempla a definição e a

padronização do processo de Gerência de Projetos no âmbito da Diretoria. Ambas as ações tem contribuído para a supervisão e acompanhamento mais precisos dos projetos em andamento.

Mais um avanço nesta área foi a criação da **Wiki da CAPES**, instrumento que visa documentar os procedimentos executados pelos serviços providos por suas diretorias e coordenações, além de ser um instrumento de gestão do conhecimento institucional.

Segurança do ambiente

A Segurança em TIC tem sido um dos temas amplamente discutido na instituição. É inerente à prestação de serviços, medir e preocupar-se com o acesso, a qualidade, o sigilo e a estabilidade de suas informações. Por essa razão, uma das principais iniciativas foi a criação **do Comitê de Segurança da Informação** que, dentro outras atividades, normatizou a **Política de Segurança da Informação da CAPES**, responsabilidades e competências a todos os usuários da CAPES, com o intuito de viabilizar e assegurar disponibilidade, integridade, confidencialidade e autenticidade das informações da CAPES ou sob sua responsabilidade, contra ameaças, vulnerabilidades e falhas, inclusive as humanas, de modo a preservar os seus ativos de informação, como também sua imagem institucional. Aditivamente foi criado o **Grupo de Trabalho de Segurança**, que trata de assuntos mais técnicos e subsidia o Comitê em suas tomadas de decisões.

Dentre outras iniciativas para elevar o nível da segurança da informação na Instituição, destaca-se a implantação da solução de certificação digital. O **Assinador Digital** assegura a autenticidade, privacidade, integridade e não repúdio da assinatura de documentos com segurança jurídica, ou seja, de validade jurídica equiparada à assinatura de próprio punho. Essa iniciativa repercute em inúmeros benefícios, como por exemplo, o aumento da confiabilidade, a otimização do tempo para execução dos processos, a redução de custos com impressão e a facilitação de tramitação e armazenamento de documentos.

Ainda nessa esfera, a cooperação com CNPq para evitar a duplicidade de pagamento foi aprimorada. Para garantir que bolsas destinadas a um mesmo beneficiário não sejam incluídas simultaneamente nas folhas de pagamento dos dois órgãos, foi desenvolvido um sistema que roda em *background*, no qual as informações de pagamento dos bolsistas da CAPES são enviadas ao CNPq e vice-versa. A criação de um procedimento sistematizado para troca dessas informações desonerou recurso da DTI e aumentou a fidedignidade do procedimento.

Gestão por Processos

Dentre vários objetivos explicitados na agenda estratégica da CAPES, documento resultante do Planejamento, dois deles tratam da estruturação e revisão de processos, quais sejam: “Revisar e padronizar os processos de trabalho de compras, convênios, pagamentos, prestação de contas, análise de mérito e concessão de bolsas e auxílios” e “Implantar a área e os processos de planejamento, monitoramento e avaliação”. Com o objetivo de atender à demanda dos objetivos supracitados, a CAPES, por meio de sua Diretoria de Gestão e de sua Diretoria de Tecnologia da Informação, iniciou, em novembro de 2012, um projeto que vislumbra a modernização dos processos internos sob a ótica da Gestão por Processos, em parceria com o Laboratório de Sistemas Avançados de Gestão da Produção (SAGE) - da COPPE/UFRJ.

No âmbito dessa iniciativa, foi adquirida, recentemente, uma ferramenta de automação chamada ULTIMUS, solução tecnológica que suportará informatização de diversas rotinas e tarefas da Fundação, para 2013, está prevista a aquisição da ferramenta complementar que dará suporte ao Escritório de Processos da DTI.

Novas tecnologias

Quanto o desenvolvimento de sistemas, vale destacar que, nos últimos anos, a despeito da Fundação ter recebido diversas novas atribuições, expandido seu contingente de técnicos e

aumentado seu orçamento, muitos de seus sistemas estruturantes e de apoio foram mantidos. Manutenções corretivas e evolutivas são fornecidas pela equipe de TI, no entanto, em alguns casos elas não foram suficientes para acompanhar as novas demandas. Por essa razão, para algumas atividades críticas estão sendo desenvolvidos novos sistemas de pagamento e gestão, a saber; o **novo SisUAB, SICAPES e SCBA**.

O **SisUAB** é uma plataforma de suporte para a execução, acompanhamento e gestão de processos da Universidade Aberta do Brasil. Está preparado para o cadastramento e consulta de informações sobre instituições, polos, qualificação de polos, cursos, material didático, articulações, colaboradores, mantenedores, financiamento e discentes. O sistema sofreu grandes evoluções e manutenções, no entanto, os processos adotados atualmente exigem alterações cada vez mais extensas e trabalhosas no sistema. Nesse cenário a DTI iniciou a realização de trabalhos técnicos de diagnóstico completo do sistema atual e desenvolvimento de um novo sistema que contemple novas tecnologias de informação e comunicação de dados, principalmente educacionais, com um plano de testes e de qualidade de software seguindo os padrões e as melhores práticas e metodologias disponíveis neste ramo da engenharia de software. Também no ano de 2012 foi realizado um projeto para se monitorar a qualidade do link de internet dos polos do Sistema UAB. Com isso espera-se conseguir métricas melhores para se averiguar a qualidade dos polos.

Em razão da própria história das ações de TI na CAPES, um dos maiores desafios que se apresenta é a gestão e manutenção das dezenas de sistemas que foram desenvolvidos ao longo do tempo. Ainda que unificar e padronizar todas as soluções de TI não seja o caminho mais acertado para atender as demandas tão diversificadas da Fundação, uma das iniciativas mais relevantes desenvolvidas atualmente na Diretoria é a produção de um sistema único de candidaturas, acompanhamento e prestação de contas que atenda todas as áreas da instituição. A primeira etapa foi o desenvolvimento do **SICAPES**. Este sistema centraliza todas as candidaturas submetidas para a CAPES e abrange todos os processos pertinentes até a fase de homologação. Alguns programas já utilizaram os novos sistemas: Pró-equipamentos, PAEP, Minter, Dinter e Ciência sem Fronteiras.

Subsequentemente, foi desenvolvido o **Sistema de Controle de Bolsas, Auxílios e Convênios – SCBA**. O **SCBA** tem como objetivo substituir os atuais sistemas de acompanhamento da CAPES e informatizar o acompanhamento de projetos que pagam Auxílio Pesquisador (AUXPE). O sistema prevê integração com os sistemas de candidatura existentes, com o sistema Financeiro da CAPES e com o sistema de prestação de contas, detalhado a seguir. O projeto foi iniciado em julho de 2012 e encontra-se em fase de construção.

As novas atribuições desta Fundação, a exemplo da formação inicial e continuada de professores da Educação Básica, somada à absorção de programas de Governo, como o Ciência sem Fronteiras, aumentaram a atuação da TI significativamente. Em função desse crescimento, nos últimos dois anos, a demanda por soluções de tecnologia e a dependência relativa às informações determinou uma responsabilidade ainda maior para com os beneficiários. Neste contexto, estão em fase de desenvolvimento dois novos Portais Corporativos: o **Portal Comunidades** e o **Portal do Bolsista**.

O **Portal Comunidades**, vinculado à Diretoria de Educação Básica e Diretoria de Ensino à Distância, permite o gerenciamento qualitativo dos produtos desenvolvidos pelas universidades e outros parceiros que recebem financiamento da CAPES, em ambientes restritos a cada programa, quais sejam: PIBID, Pró-docência, Observatório da Educação, Novos Talentos, Observatório da Educação Escolar Indígena e PARFOR. O sistema auxiliará a CAPES no controle e divulgação das soluções criativas e dos produtos gerados pelos bolsistas dos diversos programas do Ensino Básico e à Distância.

O **Portal do Bolsista**, inicialmente, atenderá a Diretoria de Relações Internacionais e consistirá de um site por meio do qual serão disponibilizadas informações acerca dos programas de bolsas no exterior da CAPES, bem como ferramentas específicas de comunicação, interação e

colaboração na Web. A solução presta-se a aprimorar a comunicação desta Fundação com os seus bolsistas, bem como, facilitar o monitoramento das atividades acadêmica dos mesmos, durante e após a concessão da bolsa. Num primeiro momento, o projeto atenderá, prioritariamente, os bolsistas do programa Ciência sem Fronteiras (CsF).

No que tange as novas tecnologias, ainda podemos citar a aquisição do Oracle, o software de análise estatística - *Statistical Analysis System* (SAS), a ferramenta de busca “*appliance*” da Google, a ferramenta de *business intelligence* - Microstrategy, a ferramenta de automação de processos - Ultimus, a ferramenta de mapeamento e gestão de processos - ARIS, o gerador de aplicações - *script case*, e a solução para configuração e manutenção da central de serviço que estrutura a atual CATI.

Gestão da Infraestrutura

A disponibilidade de novos serviços de TI e a facilidade com que são utilizados estão diretamente relacionados com a infraestrutura que é disponibilizada. Dentre as iniciativas relacionadas neste domínio algumas foram decisivas: a reorganização da Central de Processamento de Dados (CPD), a instalação de novas máquinas e o redelineamento do cabeamento de rede.

Para a **reorganização da Central de Processamento de Dados** foram adquiridos e instalados quatro novos Racks - equipamento onde são montadas as máquinas servidoras do CPD - o que viabilizou a reorganização das máquinas, trazendo ordenação na distribuição de peso, na questão energética e de temperatura do CPD. Concomitantemente, foi instalado um equipamento mais robusto e moderno de armazenamento de arquivos e, por fim, foi configurado e disponibilizado para a Arquitetura de Sistemas e para a Assessoria de Banco de Dados os ambientes de produção, homologação e desenvolvimento do Oracle - o novo Sistema Gerenciador de Banco de Dados adotado recentemente. Em conjunto, essas ações resultaram na melhoria da escalabilidade do ambiente de banco de dados da CAPES, agregaram maior segurança no armazenamento das informações e permitiram o desbloqueio de projetos que dependiam de um maior espaço de armazenamento.

No que tange o cabeamento, **as conexões dos equipamentos de rede de todos os andares do prédio da CAPES foram reorganizados**. A atividade acarretou na melhoria do funcionamento da rede, na investigação de problema correlatos e otimização da racionalização dos recursos de redes entre os andares.

Ainda nesse ano, foram **trocadas mais de 400 estações de trabalho** na CAPES. Com essa troca as máquinas mais antigas e os modelos que tinham um histórico de maior quantidade de erros foram retirados do parque de computadores. Como benefício, observa-se a diminuição da necessidade de manutenção nas estações de trabalho e maior satisfação dos usuários.

Atividades que envolvem eventos também foram beneficiadas pelas melhorias desta área. Com o objetivo de permitir que seminários, palestras e reuniões realizados na CAPES pudessem ser transmitidos pela Internet foi preparada e configurada uma infraestrutura de rede utilizando um serviço de comunicação oferecido pela RNP. Essa ação **tornou possível a transmissão online dos eventos** sem sobrecarga do link de acesso a Internet e sem custos extras para a CAPES, pois o serviço é oferecido gratuitamente pela RNP.

Os eventos também foram beneficiados no aspecto da divulgação. A equipe da DTI disponibilizou um ambiente de produção, homologação e desenvolvimento de sítios web para os seminários da CAPES. Esse ambiente centraliza as páginas eletrônicas dos eventos e permite maior agilidade em sua construção, além de conferir mais segurança e estabilidade, já que proporciona ambientes específicos para cada etapa. São exemplos de eventos beneficiados o Seminário do Aço, o Encontro Acadêmico Internacional e o Seminário Saint-Hilaire.

Uma ferramenta que foi disponibilizada para os usuários da CAPES foi o serviço de **gerenciamento de listas de e-mail** (<http://listas.capes.gov.br>). Tal serviço permite que sejam

criadas listas de e-mail de forma dinâmica ou estática, proporcionando agilidade e flexibilidade na criação de listas de discursão e *newsletter*.

Ainda no ano de 2012, foi realizado o projeto de **modernização do Serviço de Diretório MSAD** utilizado pela CAPES para armazenar informações dos seus usuários da rede. A versão nova versão é a 2008 com melhoramentos de segurança, desempenho e facilidade de administração.

Ademais, destaca-se que a infraestrutura dos ambientes corporativos atuais é vital no apoio aos sistemas de informação, através de tecnologias de operação e suporte à gestão dos ativos de TI. Na CAPES as ações objetivando atender os requisitos de segurança, disponibilidade, performance, capacidade, escalabilidade e contingência, um planejamento adequado e uma monitoração sistemática dos recursos são entendidos como fator-chave de sucesso para o cumprimento dos objetivos estratégicos da instituição. Neste sentido seguem os principais serviços de rede sustentados pela infraestrutura bem como os seus indicadores.

Active Directory

O Active Directory (AD) é uma implementação de serviço de diretório no protocolo LDAP que armazena informações sobre objetos em rede de computadores e disponibiliza essas informações a usuários e administradores desta rede. É um software da Microsoft utilizado em ambientes Windows 2000, 2003 e 2008. O Active Directory permite que os administradores atribuam políticas gerais à empresa, instalem programas em um grande número de computadores e apliquem *updates* críticos a uma organização inteira. O AD armazena informações e parâmetros em uma base de dados central organizada e acessível.

Indicador	2011	2012
Contas cadastradas	3540	4943
GPOs	24	29
Chamados atendidos	-	1050
Contas Ativas	-	4319
Contas criadas nos últimos 365 dias	-	875

Antivírus

Atualmente há uma grande variedade de tipos de programas com intuito de danificar sistemas. Esses programas são os vírus, *worms*, cavalos de tróia, *spywares*, *rootkits*, *keyloggers*, dentre outros. Com isso, o termo antivírus deixou de abranger essa variedade de pragas virtuais e vem sendo chamado de *antimalware*.

“O termo malware é proveniente do termo inglês *malicious software*, e destina-se a se infiltrar em um sistema de computador alheio de forma ilícita, com o intuito de causar algum dano, roubo, alteração ou destruição de informações”.

Indicador	2012
Servidores com agente ePO	46
Estações de trabalho com agente ePO	943
Máquinas infectadas no ano	948
Infecções registradas	72830

A solução de *antimalware* utilizada na CAPES é o software da McAfee. O gerenciador chama-se *ePO* e atualiza as máquinas com vacinas e políticas. As máquinas possuem basicamente dois softwares importantes: o agente e o antivírus propriamente dito.

Backup

A cópia de segurança das informações do ambiente da CAPES, conhecida pelo termo backup, é um sistema que efetua cópias dos dados que são importantes para a instituição garantindo que, se o dado original for apagado/corrompido/alterado, uma versão anterior poderá ser carregada.

No ambiente da CAPES, o sistema de backup contempla cópias dos arquivos presentes em computadores servidores da instituição, excluindo-se aí as estações de trabalho dos usuários. Para este caso, existe um procedimento de backup das estações de trabalho.

Em linhas gerais, são feitos backups dos seguintes conjuntos de dados:

- Arquivos de configuração e demais arquivos relevantes de sistemas de arquivos;
- Bancos de dados;
- Sistema de correio eletrônico;
- Sistema de arquivos e sistema de diretórios.

As mídias utilizadas como destino de backup são discos (storages) e/ou fitas (biblioteca de fitas).

Indicador	2011	2012
Chamados de backup	-	38
Chamados de restore	-	40
Serviços de rede com backup	21	23
Servidores físicos com backup	27	10
Servidores virtuais com backup	-	75
Volume de backup aplicações web	-	12
Volume de backup sistema de arquivos	-	9 TB
Volume de backup de banco de dados	-	34
Volume de backup correio eletrônico	-	9 TB
Volume de backup das máquinas virtuais	-	2 TB
Volume de backup de serviços de rede	-	4 TB
Fitas de backup anual reutilizadas	-	44
Fitas de backup anual retidas	-	106

Correio eletrônico

O serviço de correio eletrônico é utilizado para a troca de mensagens eletrônicas (*e-mail*), tanto internamente na CAPES quanto com outras instituições e é um dos serviços mais utilizados, pois fornece método rápido de transferência de informações para um indivíduo ou para um grupo.

Mesmo sendo um método simples, prático e funcional, ressalta-se que, por padrão, o correio eletrônico não é considerado um meio com alto nível de segurança. Devido a isto, não é recomendável sua utilização na transmissão de informações sensíveis com certo nível de confidencialidade.

Indicador	2012
Espaço em disco disponível	1,2 TB
Espaço em disco utilizado	712,22 GB
Espaço livre nos discos	487,78 GB
E-mails ativos	1934
E-mails desativados	172
Contatos externos cadastrados	145
Grupos de distribuição/listas	75
Bases de Dados do Exchange	42
Quantidade de chamados	582

Datacenter

O *Datacenter* é um ambiente projetado para abrigar servidores e outros componentes, como sistemas de armazenamento de dados, *storages*, ativos de rede e roteadores. Destina-se às organizações de qualquer porte e mesmo profissionais liberais possam ter ao seu alcance uma estrutura de grande capacidade e flexibilidade, alta segurança, e igualmente capacitada do ponto de vista de hardware e software

para processar e armazenar informações. O objetivo principal de um *Datacenter* é garantir segurança física, combate a incêndio, climatização, energização e conectividade, garantir comunicação entre suas unidades, facilitar expansão e garantir a continuidade dos serviços de TIC.

Custear os valores dos equipamentos, em conseqüências de perda dos dados e informações contidas na instituição, em função de possíveis sinistros, é um desafio que deve ser levado em consideração devido ao verdadeiro valor da TI no funcionamento institucional. Pensando nisso a CAPES hoje conta com uma estrutura subdividida entre MEC, CAPES e RNP, no qual basicamente CAPES e MEC comportam a estrutura de funcionamento dos sistemas, serviço e funcionamento diário institucional é link principal de saída para a internet, já a RNP comporta apenas o Portal de Periódicos CAPES e link secundário de saída para a internet.

O CPD do MEC atualmente conta com recursos mínimos para abrigar o parque de TI como refrigeração da sala, piso elevado, câmeras de vídeo, no-break e controle de temperatura. O CDP do SBN conta com os mesmos recursos, porém em menor escala. Já o CPD da RNP já conta com uma estrutura melhorada com refrigeração da sala, piso elevado, câmeras de vídeo, no-break, controle de temperatura, cabeamento adequado, sistema anti-incêndio, sala planejada e controle de acesso.

Indicador	MEC	MEC	CAPES	CAPES	RNP	RNP
Racks de servidores	5	5	4	6	2	2
Servidores de rede	42	36	22	33	12	12
Storage	2	2	1	1	1	1
Rack	2	2	3	3	-	-
Biblioteca de fitas	-	-	1	1	-	-
Switchs core	2	3	2	2	2	2
Switchs Wifi	-	-	2	2	-	-
Consoles KVM	1	1	2	4	1	1

Firewall

Firewall é o nome dado ao dispositivo de uma rede de computadores que tem por objetivo aplicar regras definidas por uma política de segurança a um determinado ponto de controle da rede. Sua função consiste em regular o tráfego de dados entre redes distintas e impedir a transmissão e/ou recepção de acessos maliciosos ou não autorizados de uma rede para outra. Este conceito inclui os equipamentos de filtros de pacotes e de proxy de aplicações, comumente associados a redes TCP/IP.

Indicador	FW MEC	FW CAPES
Quantidade de regras	80	151
Quantidade de VPNs	1	7

Impressão/Impressoras

O serviço de impressão permite que você compartilhe impressoras de uma rede e centralize as tarefas de gerenciamento de impressoras de rede e de servidor de impressão usando o snap-in Gerenciamento de Impressão. Esse recurso é interessante para administradores de redes pequenas, médias ou grandes que precisam gerenciar e monitorar várias impressoras e servidores de impressão do *Windows*. Ele também é interessante para administradores que desejam implantar conexões de impressora para usuários utilizando a Diretiva de Grupo.

O *snap-in* ajuda a monitorar as filas de impressão e a receber notificações quando as filas de impressão param de processar trabalhos. Ele também permite que você migre servidores de impressão e implante conexões de impressora usando as diretivas que você queira. Ressalta-se que o serviço de impressão é administrado via contrato de outsourcing pela empresa CTIS.

Indicador	2012
Páginas impressas	3466188
Impressoras monocromáticas	30
Impressoras coloridas	14
Impressoras multifuncionais	23

Monitoração

O serviço de monitoração da CAPES utiliza a estrutura cliente / servidor, onde um servidor central executa um banco de dados que faz todo o armazenamento das informações e configurações, interagindo com os agentes, que devem ser instalados em todas as máquinas a serem monitoradas. A coleta é composta por itens, que são as informações a serem registradas. Também é possível a criação de perfis de acesso ao sistema onde o usuário só tem direito de leitura dos sistemas / ativos de rede pelos quais é responsável.

Indicador	2012
Quantidade de máquinas monitoradas	239
Quantidade de itens monitorados	5941

Armazenamento de Arquivos

No ambiente da CAPES, o dispositivo de storage é amplamente utilizado nos serviços de armazenamento de arquivos e bases de dados, serviço de geração de cópias de segurança (backup), e como meio físico para o serviço de virtualização. Para o serviço de armazenamento de dados corporativos, a CAPES utiliza a solução de storage para armazenar bases de dados do serviço de correio eletrônico, bases de dados e arquivos de documentos de sistemas corporativos e arquivos de documentos departamentais. O serviço de backup, por sua vez, faz uso dessa solução como parte da arquitetura, haja vista que os cópias mais recentes são armazenadas em *storage* devida a facilidade de gerenciamento, rapidez e agilidade no processo de gravação e restauração de arquivos. Por fim, a solução de virtualização faz uso do storage para o armazenamento das máquinas virtuais responsáveis pela sustentabilidade de diversos serviços e sistemas críticos para a instituição.

Indicador	2012
Chamados de criação de volumes	38
Chamados de expansão de volumes	45
Volume armazenado nos Storages	58,65 TB

Telefonia IP

Voz sobre IP (Voice over Internet Protocol, VoIP) é parte integrante do conjunto de protocolos de rede TCP/IP, responsável por disponibilizar comunicação de voz e sessões multimídia através das redes TCP/IP, tais como as redes corporativas e a rede Internet. Outros termos frequentes e muitas vezes usados como sinônimos de VoIP são: telefonia IP, telefonia Internet, voz sobre banda larga (Voice over Broad Band - VoBB) e telefonia de banda larga. Embora Telefonia IP e VoIP sejam termos utilizados como sinônimos, eles são realmente diferentes. Telefonia IP tem a ver com sistemas digitais de telefonia que utilizam os protocolos IP para a comunicação de voz, enquanto VoIP é na verdade um subconjunto da Telefonia IP. VoIP é uma tecnologia usada pela Telefonia IP como um meio de transporte de telefonemas.

Indicador	2012
Ramais criados	36
Configurações de aparelho	91
Configurações de ramal	43
Alterações de display	72
Ramais ativos	702
Ramais disponíveis	150
Ramais de FAX habilitados	35

Virtualização

A tecnologia de virtualização em linhas gerais consiste em emular um sistema dentro de outro sistema. Existe uma máquina chamada de máquina mãe ou hospedeiro que hospeda várias outras máquinas, chamadas de máquinas virtuais ou máquinas filhas.

Indicador	2011	2012
Chamados	-	40
Máquinas mães - tecnologia XEN	9	8
Máquinas mães – tecnologia VMWare	9	15
Máquinas virtuais Linux	-	123
Máquinas virtuais Windows	-	55

A máquina mãe executa um sistema operacional com um software que permite criar outras máquinas filhas. Estas máquinas virtuais podem ser tanto uma estação de trabalho comum com um sistema operacional Windows XP ou até mesmo um servidor com sistema operacional Windows Server. É possível virtualizar praticamente qualquer tipo de sistema operacional utilizando essa tecnologia. A virtualização é uma ferramenta que melhora a administração, monitoração, controle e recuperação das máquinas, por meio de recursos como snapshots ou até mesmo a cópia da máquina virtual para outra máquina mãe. O ganho está na melhoria da segurança e utilização dos recursos computacionais.

VPN

Rede Particular Virtual (Virtual Private Network - VPN) é uma rede de comunicação privada normalmente utilizada por uma empresa ou um conjunto de empresas e/ou instituições. VPNs seguras usam protocolos de criptografia por tunelamento que fornecem a confidencialidade, autenticação e integridade necessárias para garantir a privacidade das comunicações requeridas. Quando adequadamente implementados, estes protocolos podem assegurar comunicações seguras através de redes inseguras.

Indicador	2012
Chamados	37
Usuários com acesso à VPN	383

Existem as VPNs site-to-site e client-to-site, modelo este utilizado na CAPES com a finalidade de prover para os usuários acesso ao ambiente da CAPES.

Wireless

Uma rede sem fio refere-se a uma rede de computadores sem a necessidade do uso de cabos – sejam eles telefônicos, coaxiais ou ópticos – por meio de equipamentos que usam radiofrequência (comunicação via ondas de rádio) ou comunicação via infravermelho, como em dispositivos compatíveis com IrDA. Uma das formas de rede sem fio que utiliza radiofrequência é a rede Wi-Fi. Wi-Fi é uma marca registrada da Wi-Fi Alliance, que é utilizada por produtos certificados que pertencem à classe de dispositivos de rede local sem fios (WLAN) baseados no padrão IEEE 802.11. Por causa do relacionamento íntimo com seu padrão de mesmo nome, o termo Wi-Fi é usado frequentemente usado como um sinônimo para a tecnologia IEEE 802.11. Seu nome é uma abreviação do termo inglês Wireless Fidelity, que significa Fidelidade Sem Fio.

Indicador	2011	2012
Wireless Switchs	2	2
Pontos de Acesso	46	49
SSIDs	10	11
VLANs	-	7

WSUS

O Windows Server Update Services (WSUS) permite aos administradores implantar as atualizações mais recentes dos produtos da Microsoft para as estações que estão executando o sistema operacional Windows. Usando o WSUS, os administradores podem gerenciar a distribuição de atualizações que são lançadas através do Microsoft Update para as estações na rede.

Indicador	2012
Estações de trabalho atualizadas	752
Máquinas Servidoras atualizadas	31
Atualizações disponíveis	29072

Ação 12TS - Aquisição e Adequação do Prédio-Sede da CAPES - No Distrito Federal

Identificação da Ação						
Código		2109.12TS.0053				
Descrição		Aquisição e Adequação do Prédio-Sede da CAPES - No Distrito Federal				
Unidade Responsável		CAPES				
Unidade Orçamentária		26291 – Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior				
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
55.000,00	00,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Aquisição e Adequação do Prédio-Sede da CAPES - No Distrito Federal	Edifício adquirido/adequado (% de execução física):	36	0	55.000,00	0,00

O objetivo do recurso alocado para esta ação a aquisição do imóvel locado da Confederação Nacional de Comércio (CNC), que atualmente funciona como sede da CAPES no Setor Bancário Norte (SBN).

Entretanto, na negociação para aquisição do prédio, a CNC somente aceitou alienar o imóvel caso houvesse permuta com terreno situado no Setor de Grandes Áreas Norte (SGAN), cedido ao Ministério da Educação (MEC) pela Secretaria de Patrimônio da União (SPU/MPOG), com cláusula condicional de destinação específica (construção da sede da Capes).

Devido à complexidade jurídica da matéria e considerando que a realização da permuta envolveria ações do MEC e da SPU/MPOG, e ainda, a edição do Decreto n.º 7446/2011, que em seu art. 5º, inciso II, que suspendeu a realização de novas contratações relacionadas a aquisição de imóveis, foi realizada consulta à SPU/MPOG por intermédio do Ofício nº 294/2011/PR/CAPES, para examinar a possibilidade de realização do negócio. Até a presente data aquela Secretaria ainda não se manifestou e a CAPES está impedida de efetuar a negociação.

Dessa forma, os recursos orçamentários previstos para a ação foram cancelados e remanejados para outra ação orçamentária no âmbito do Ministério da Educação.

Ação 20TP - Pagamento de Pessoal Ativo da União – No Distrito Federal

Identificação da Ação						
Código		2109.20TP.0053				
Descrição		Pagamento de Pessoal Ativo da União – No Distrito Federal				
Unidade Responsável		Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas (CGGP/DGES/CAPES)				
Unidade Orçamentária		26291 – Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior				
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
34.361.700,00	34.361.700,00	34.323.133,65	34.323.133,65	-	-	34.323.133,65
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Pagamento de Pessoal Ativo da União	-	-	-	34.361.700,00	34.323.133,65

A execução da ação transcorreu de acordo com o esperado conforme especificações acima.

Cabe destacar o baixo nível percentual do gasto com pessoal ativo comparado com o total executado da Lei Orçamentária Anual/2012 para CAPES, o qual atinge apenas 1,2% do total do orçamento executado em 2012.

Ação 2010 - Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores e Empregados – No Distrito Federal

Identificação da Ação							
Código		2109.2010.0053					
Descrição		Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores e Empregados – No Distrito Federal					
Unidade Responsável		Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas (CGGP/DGES/CAPES)					
Unidade Orçamentária		26291 – Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)							
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados		
60.000,00	60.000,00	57.123,50	57.123,50	57.123,50	0,00	57.123,50	
Metas do Exercício Para a Ação							
Ordem	Descrição		Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
				Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores e Empregados		Criança Atendida	53	47	60.000,00	57.123,50

A execução da ação transcorreu dentro dos parâmetros esperados e acima especificados.

Ação 2011 - Auxílio-Transporte aos Servidores e Empregados

Identificação da Ação						
Código		2109.2011.0053				
Descrição		Auxílio-Transporte aos Servidores e Empregados – No Distrito Federal				
Unidade Responsável		Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas (CGGP/DGES/CAPES)				
Unidade Orçamentária		26291 – Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior				
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
102.000,00	102.000,00	31.551,86	31.551,86	31.551,86	0,00	
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Auxílio-Transporte aos Servidores e Empregados	Servidor Beneficiado	55	40	102.000,00	31.551,86

A execução da ação transcorreu com execução física e financeira abaixo das metas pactuadas, sobretudo por força que o desconto de 6% sobre o vencimento básico traria sobre os beneficiários desta ação, conforme estabelecido no Decreto nº 2.880/1998.

Dessa forma, após a reestruturação remuneratória da carreira de Gestão, Planejamento e Infra-Estrutura em Ciência e Tecnologia, com efeito financeiro a partir de julho de 2009, com a publicação da Lei nº 11.907/2009, alteração pela Medida Provisória nº 568/2012, convertida na Lei nº 12.702/2012, e pela Lei nº 12.778/2012. O valor do desconto, por vezes, supera o valor do benefício, determinando baixa adesão ao mesmo.

Concorrente a esse fator, a CAPES tem agido com rigor no cumprimento da obrigatoriedade da utilização de transporte coletivo para fazer jus ao auxílio transporte, inclusive recadastrando os beneficiários, com fundamento na Orientação Normativa SRH/MP nº 4/2011.

Ação 2012 - Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados – No Distrito Federal

Identificação da Ação						
Código		2109.2012.0053				
Descrição		Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados – No Distrito Federal				
Unidade Responsável		Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas (CGGP/DGES/CAPES)				
Unidade Orçamentária		26291 – Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior				
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
1.380.000,00	1.380.000,00	1.310.474,86	1.310.474,86	1.310.474,86	0,00	1.310.474,86
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Auxílio-alimentação aos Servidores e Empregados	Servidor Beneficiado	378	364	1.380.000,00	1.310.474,86

A execução da ação transcorreu dentro dos parâmetros esperados e acima especificados.

Ação 09HB - Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais – Nacional

Identificação da Ação						
Código		2109.09HB.0001				
Descrição		Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais – Nacional				
Unidade Responsável		Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas (CGGP/DGES/CAPES)				
Unidade Orçamentária		26291 – Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior				
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
7.599.981,00	7.599.981,00	6.804.165,82	6.804.165,82	6.804.165,82	-	6.804.165,82
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais	-	-	-	7.599.981,00	6.804.165,82

A execução da ação transcorreu dentro dos parâmetros esperados e acima especificados.

Ação 4572 - Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação

Identificação da Ação						
Código		2109.4572.0053				
Descrição		Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação				
Unidade Responsável		Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas (CGGP/DGES/CAPES)				
Unidade Orçamentária		26291 – Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior				
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
1.585.500,00	2.125.086,00	896.367,10	674.083,36	674.083,36	222.283,74	674.083,36
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação	Servidor Capacitado	366	1391	1.585.500,00	674.083,36

As capacitações dos servidores foram realizadas com o apoio do Programa Institucional de Desenvolvimento de Recursos Humanos - PIDRH - da CAPES, por meio da Ação 4572 – Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação. A demanda de 2012 esteve amparada pelo Plano Anual de Capacitação de Recursos Humanos, aprovado pela Diretoria Executiva da CAPES em março de 2012, sendo oferecidas as seguintes modalidades de capacitação: cursos de curta duração, incentivo à graduação, ampliação do domínio de idiomas e pós-graduação lato sensu e stricto sensu.

Na primeira parte dos resultados alcançados, são apresentados os dados acerca dos cursos de aperfeiçoamento realizados no ano de 2012, os quais foram analisados e relatados com ênfase em 9 critérios: 1) Distribuição dos cursos por área temática; 2) Comparativo nos últimos três anos da quantidade de capacitações realizadas e de participações nos cursos; 3) Quantitativo por categoria de colaborador; 4) Comparativo de servidores capacitados que possuem ou não o cargo de Direção Assessoramento Superiores – DAS; 5) Distribuição por unidade organizacional da CAPES; 6) Ações por tipo de instituição promotora; 7) Média de carga horária anual de treinamento por servidor capacitado; 8) Cidade de realização dos cursos; e 9) Comparativo nos últimos três anos da quantidade de capacitações em idiomas.

Em relação às áreas temáticas dos cursos de aperfeiçoamento no ano de 2012, a distribuição demonstrada na tabela abaixo indica que a área de Logística (15,48%) e a de Tecnologia da Informação (14,29%) foram as que tiveram maior percentual de treinamentos.

Tabela 148 (ação 4572): Cursos de curta duração por área temática

Área Temática	Quantidade de Cursos	Percentual
Auditoria	7	8,33%
Ciência e Tecnologia	1	1,19%
Desenvolvimento Gerencial	6	7,14%
Direito e Justiça	1	1,19%
Economia, Orçamento e Finanças	6	7,14%
Educação	5	5,95%
Ética	2	2,38%
Gestão de Pessoas	9	10,71%
Informática – aplicativos e sistemas abertos	12	14,29%
Informática - Programação e Tecnologia da Informação	1	1,19%
Informática - Sistemas Informatizados do Governo Federal	6	7,14%
Logística	13	15,48%
Outros	1	1,19%
Outros: Idiomas	5	5,95%
Outros: Português	3	3,57%
Planejamento	5	5,95%
Relações Internacionais	1	1,19%
Total	84	100%

Fonte: CCGP

Na tabela abaixo são apresentados os dados acerca da quantidade de cursos de curta duração realizados nos anos de 2010, 2011 e 2012, bem como o quantitativo de participações nos referidos anos. Nota-se que na comparação de 2011 para 2012 houve uma variação positiva de 27,27% na quantidade de cursos realizados, entretanto constata-se um decréscimo de 28,37% na quantidade de participações. Cabe ressaltar que dos 207 servidores capacitados em cursos de curta duração no ano de 2012, 101 participaram de mais de uma ação de capacitação.

Tabela 149 (ação 4572): Comparativo de cursos de curta duração nos anos de 2010, 2011 e 2012

Cursos de curta duração				
Capacitação	2010	2011	2012	Variação
Quantidade de Cursos	63	66	84	27,27%
Quantidade de participações em cursos de curta duração	443	289	207	-28,37%

Fonte: CCGP

No tocante à comparação entre a quantidade de participações em cursos de curta duração dos servidores que possuem ou não cargo comissionado – DAS, constata-se que do total de participações, 71,01% são relativos aos colaboradores que não exercem cargo de chefia ou assessoramento.

Diretoria	Qtd. de servidores/colaboradores	Percentual
Diretoria de Avaliação	16	7,73%
Diretoria de Formação de Professores da Educação Básica	20	9,66%
Diretoria de Educação à Distância	18	8,70%
Diretoria de Gestão	63	30,43%
Diretoria de Programas e Bolsas no País	31	14,98%
Diretoria de Relações Internacionais	30	14,49%
Diretoria de Tecnologia de Informação	13	6,28%
Presidência	16	7,73%
Total	207	100%

Tabela 150 (ação 4572): Comparativo entre a quantidade de servidores capacitados que possuem ou não cargo comissionado – DAS.

Servidores	Quantitativo	Percentual
Servidores com DAS	60	28,99%
Servidores sem DAS	147	71,01%
Total	207	100%

Fonte: CGGP

Na tabela seguinte é apresentada a distribuição das participações de servidores em cursos por unidade organizacional, indicando que todas as Diretorias, juntamente com a Presidência da CAPES, tiveram seus servidores presentes nos treinamentos, porém a Diretoria de Gestão teve maior participação nas capacitações promovidas pela Instituição.

Quanto às instituições que foram responsáveis pelas capacitações no âmbito da CAPES, apresenta-se abaixo a frequência de cursos realizadas de acordo com o tipo de instituição. Os dados demonstram que instituições de natureza privada foram as que mais executaram cursos para os servidores da CAPES, com 58,33% do total de capacitações.

Tabela 151 (ação 4572): Quantitativo de ações de capacitação por tipo de instituição.

Tipo de Instituição	Quantitativo de ações	Percentual
Instituição Pública - próprio órgão	7	8,33%
Instituição Pública - outros	7	8,33%
Escola de Governo	8	9,52%
Instituição Privada	49	58,33%
Instituição Estrangeira Privada	3	3,57%
Instituição não-governamental, sem fins lucrativos	10	11,90%
Total	84	100%

Fonte: CCGP.

Em relação à média de carga horária em cursos de aperfeiçoamento, constata-se que dos servidores capacitados o resultado foi de 57 horas/treinamento, no ano de 2012 (tabela abaixo). Esse é um indicador importante para a gestão da área de capacitação, pois auxilia no monitoramento periódico da quantidade média de tempo que o servidor da instituição cumpre com treinamento de curta duração.

Tabela 152 (ação 4572): Média de carga horária anual de treinamento por servidor capacitado

Carga horária total de capacitação (horas)	Servidores Capacitados	Média (horas)
11876	207	57

Fonte: CGGP

Quanto à cidade de realização dos cursos/eventos de aperfeiçoamento financiados pelo PIDRH, a maioria (80,95%) aconteceu na cidade sede da CAPES, justificando a prioridade para cursos que não demandem mais custos com passagens e diárias para os servidores.

Tabela 153 (ação 4572): Quantitativo de ações de aperfeiçoamento por local de realização

Local de Realização	Número de Ações	Percentual
Na cidade de trabalho do servidor	68	80,95%
Em outra cidade do Brasil	13	15,48%
Em outro país	3	3,57%
Total	84	100%

Fonte: CGGP

Na tabela abaixo é apresentado o comparativo de servidores beneficiados em cursos de idiomas nos anos de 2010, 2011 e 2012, com a quantidade de participações em cursos da língua inglesa e em outros idiomas. Observa-se variação negativa (-14,94%) na comparação de 2011 a 2012 no idioma inglês e aumento de 155,56% na participação em outros idiomas.

Tabela 154 (ação 4572): Comparativo de cursos de idiomas nos anos de 2010, 2011 e 2012

Cursos de Idiomas				
Capacitação	2010	2011	2012	Variação
Inglês	81	87	74	- 14,94%
Outros idiomas	4	9	23	155,56%
Total	85	96	97	

Fonte: CGGP

Em uma segunda parte dos resultados alcançados, apresentamos dados referentes aos cursos classificados como “Educação Formal”, tendo como referência os cursos de graduação, pós-graduação *lato* e *stricto sensu*. As informações contidas na tabela referem-se a alunos regulares em programas de educação formal.

Sobre a pós-graduação *stricto sensu*, no decorrer do ano de 2012, 1 (um) servidor concluiu o curso de Doutorado com o apoio do PIDRH. Atualmente, 4 (quatro) servidores estão afastados das atividades laborais para participar de programas de pós-graduação *stricto sensu*, sendo todos em nível de doutorado.

Conforme previsto no PIDRH, 2 (duas) servidoras foram apoiadas para cursar mestrado e doutorado, na condição de alunas especiais, pelo período de 6 (seis) meses.

Dessa forma, o que é demonstrado na tabela seguinte é o somatório de participações de alunos regulares em cursos de mestrado e doutorado, incluídos os servidores que estão com ou sem afastamento pelo PIDRH.

Tabela 155 (ação 4572): Quantitativo de participação em cursos de Educação Formal no ano de 2012.

Capacitação	2012
Graduação	7
Especialização	2
Mestrado	8
Doutorado	13
Total	30

Ação 20CW - Assistência Médica e aos Servidores e Empregados – Exames Periódicos – No Distrito Federal

Identificação da Ação						
Código		2109.20CW.0053				
Descrição		Assistência Médica e aos Servidores e Empregados – Exames Periódicos – No Distrito Federal				
Unidade Responsável		Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas (CGGP/DGES/CAPES)				
Unidade Orçamentária		26291 – Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior				
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
69.660,00	69.660,00	0,00	0,00	-	-	0,00
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Assistência Médica e aos Servidores e Empregados – Exames Periódicos	Servidor Beneficiado	387	-	69.660,00	0,00

A meta física prevista para execução desta Ação foi registrada com base no nº de servidores que de acordo com o Decreto nº 6.856, de 25 de maio de 2009, deveriam ser submetidos aos exames médicos periódicos anualmente.

No entanto, não foi possível executar os exames em 2012, tendo em vista a publicação da Portaria Nº 5, de 2011, da Secretaria de Recursos Humanos, do Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão, que excluiu a possibilidade de realização dos exames médicos periódicos mediante convênio com operadoras de plano de assistência à saúde, organizados na modalidade de autogestão, que é o caso da GEAP. Foi justamente a situação da CAPES, por esta ter firmado o Termo Aditivo para realização dos Exames com aquela Instituição.

Para a contratação dos exames periódicos, nos moldes da referida Portaria, faz-se necessário ressaltar que a CAPES participou, em 2012, de Pregão Eletrônico com compra compartilhada, com o órgão setorial (MEC). Este certame foi finalizado em janeiro de 2013 e as atividades de exames periódicos serão executadas no ano de 2013.

2.4. Indicadores

2.4.1 Índice de Mestres e Doutores Titulados

Primeiramente, deve se informar, que a atualização Sistema Coleta - sistema informatizado desenvolvido com o objetivo de coletar informações dos cursos de mestrado, doutorado e mestrado profissional integrantes do Sistema Nacional de Pós-Graduação - ocorrer ao final de março de 2012, por esse motivo os índices de mestres e doutores titulados por 100.000 habitantes para o ano de 2012 foram retirados da projeção de crescimento da pós-graduação brasileiro do PNPG 2011-2020.

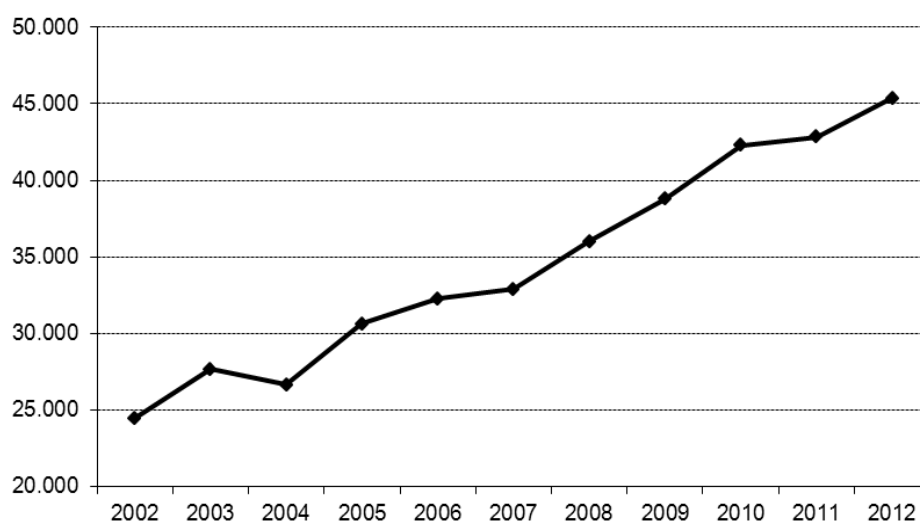
No ano de 2012 o índice de mestres titulados no país foi de 23,09 mestres/100 mil habitantes, com crescimento estimado de 5% com relação ao exercício de 2011. Já o índice de doutores titulados em 2012 foi de 6,77 doutores/100 mil habitantes, representando o crescimento esperado de 8% com relação a 2012.

Tabela 156. Número de Titulados no mestrado e no doutorado por 100.000 habitantes. Brasil: 2007-2012*

	2007	2008	2009	2010	2011	2012*
Titulados	32.900	36.031	38.800	39.590	42.830	45.371
População	187.641.714	189.612.814	191.480.630	190.732.694	194.932.685	196.526.293
Titulados/ 100 mil habitantes	17,53	19	20,26	20,76	21,97	23,09
Mestrado						
Titulados	9.919	10.718	11.368	11.314	12.217	13.304
População	187.641.714	189.612.814	191.480.630	190.732.694	194.932.685	196.526.293
Titulados/ 100 mil habitantes	5,29	5,65	5,94	5,93	6,27	6,77
Doutorado						

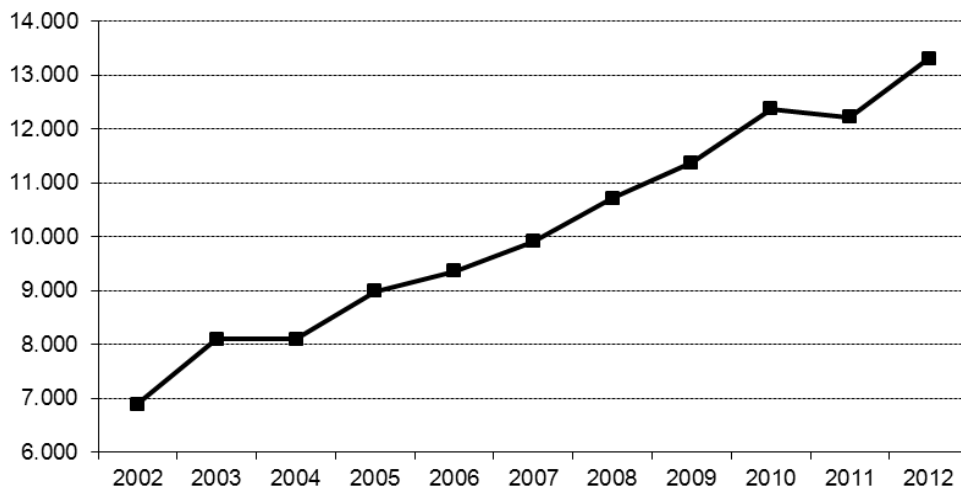
Fontes: GEOCAPES e PNPG 2011-2020 Vol 1.

Gráfico 43. Número de Mestres Titulados. Brasil: 2000 – 2012*



Fontes: GEOCAPES e PNPG 2011-2020 Vol 1. IBGE:Projeção da população brasileira - revisão 2008 e Censo 2010.

Gráfico 44. Número de Doutores Titulados. Brasil: 2002 – 2012*



Fontes: GEOCAPES e PNPG 2011-2020 Vol 1. IBGE:Projeção da população brasileira - revisão 2008 e Censo 2010.

2.4.2 Produção científica indexada

Tal indicador representa a evolução da produção científica do País e a estimativa para 2012 com relação ao número de artigos indexados evidencia um crescimento de aproximadamente 109% em comparação ao ano 2000. Também para esse período, o número de artigos por 100.000 habitantes cresceu 101%, ou seja, o índice medido para 2012 é mais que três vezes o de 2000 e 1% maior comparado ao exercício anterior.

Tabela 157. Produção científica indexada 2000 a 2012

Ano	Artigos	Índice
2000	10.521	1
2001	11.581	1,10
2002	12.928	1,23
2003	14.237	1,35
2004	14.993	1,43
2005	17.711	1,68
2006	19.280	1,83
2007	19.496	1,85
2008	30.415	2,89
2009	32.100	3,05
2010	31.639	3,01
2011	34.210	3,25
2012	34.840	3,31

Fonte: THOMSON REUTERS. ISI - Institute for Scientific Information. National Science Indicators, USA. Base Deluxe - SCI (2010) e InCities. Disponível em: <http://incites.isiknowledge.com>.

Tabela 158. Produção científica indexada comparada por 100.000 mil habitantes 2000 a 2012

Ano	Artigos	População Brasileira*	Número de artigos por 100 mil habitantes
2000	10.521	171.279.882	6,14
2001	11.581	173.808.010	6,66
2002	12.928	176.303.919	7,33
2003	14.237	178.741.412	7,97
2004	14.993	181.105.601	8,28
2005	17.711	183.383.216	9,66
2006	19.280	185.564.212	10,39
2007	19.496	187.641.714	10,39
2008	30.415	189.612.814	16,04
2009	32.100	191.480.630	16,76
2010	31.639	190.732.694	16,59
2011	34.210	194.932.685	17,55
2012	34.840	196.526.293	17,73

*Foi usado o dado de projeção da população brasileira do IBGE.

Fonte: ISI - Institute for Scientific Information. National Science Indicators, USA. Base Deluxe - SCI (2010) e THOMSON REUTERS. InCities. Disponível em: <http://incites.isiknowledge.com>.

2.4.3 Acesso ao Portal de Periódicos

Este indicador representa a evolução do número de acessos ao Portal de Periódicos durante uma série histórica e demonstra que o acesso à informação científica por meio deste importante instrumento tem aumentado consideravelmente no decorrer dos anos. A tabela abaixo mostra que o valor registrado em 2012 é cerca de 26 vezes maior do que em 2001 e representa 7% de acréscimo em relação a 2012.

Tabela 159. Evolução do número de acessos do Portal de periódicos - 2001 a 2012

Ano	Texto Completo	Referencial	Total	Índice
2001	1.769.765	1.308.580	3.078.345	1
2002	2.567.774	4.104.444	6.672.218	2,17
2003	7.500.054	9.948.627	17.448.681	5,67
2004	13.099.471	13.763.661	26.863.132	8,73
2005	13.754.226	18.975.465	32.729.691	10,63
2006	15.000.000	32.000.000	47.000.000	15,27
2007	18.058.420	38.538.452	56.596.872	18,39
2008	21.111.922	39.591.556	60.703.478	19,72
2009	23.386.833	41.642.827	65.029.660	21,12
2010	25.367.166	42.025.639	67.392.805	21,89
2011	34.231.457	42.107.835	76.339.292	24,80
2012	36.800.000	44.500.000	81.300.000	26,41

Fonte: DPB/CAPES.

2.4.4 Bolsistas que realizaram estágio com bolsa no exterior

Este indicador apresenta a comparação da estimativa do número de bolsistas da que obtiveram experiência internacional com realização de estágio com bolsa no exterior em 2012, comparado com os valores de anos anteriores. Comparando com o valor de 2000, retrata-se um aumento de 384%. Já com relação ao exercício anterior, constata-se um incremento de 39% no número de doutores com experiência internacional.

Tabela 160. Evolução do número de bolsistas ativos por ano com bolsa no exterior 2000 a 2012

Ano	N. Bolsistas ativos de doutorado sanduíche	Índice
2000	664	1
2001	713	1,1
2002	840	1,3
2003	969	1,5
2004	1019	1,5
2005	1298	2,0
2006	1529	2,3
2007	1500	2,3
2008	1558	2,4
2009	1682	2,5
2010	1890	2,8
2011	2308	3,2
2012	3215	3,8

Fonte: SISREL/CAPES.

2.4.5 Alunos matriculados

Este indicador também é medido em estimativa, pelos mesmos motivos apresentados com relação ao índice de mestres e doutores no país. O indicador apresenta a evolução do ingresso em cursos de pós-graduação *stricto sensu* no País. A tabela abaixo mostra que o número de alunos matriculados no mestrado e no doutorado tem crescido de forma contínua durante os anos. A comparação do total de matriculados em 2000 com relação ao estimado para 2012 demonstra um crescimento de 105%.

Tabela 161. Evolução do número de matriculados ao final do ano - 2000 a 2012*

Ano	Matriculados					
	Mestrado	Índice Mestrado	Doutorado	Índice Doutorado	Total	Índice
2000	63.614	1	33.004	1	96.618	1
2001	65.309	1,03	35.134	1,06	100.443	1,04
2002	68.340	1,07	37.728	1,14	106.068	1,10
2002	68.340	1,07	37.728	1,14	16.068	0,17
2003	72.016	1,13	40.213	1,22	112.229	1,16
2004	74.999	1,18	41.261	1,25	116.260	1,20
2005	80.106	1,26	43.942	1,33	124.048	1,28
2006	85.848	1,35	46.572	1,41	132.420	1,37
2007	91.994	1,45	49.667	1,50	141.661	1,47
2008	97.368	1,53	52.750	1,60	150.118	1,55
2009	103.151	1,62	57.917	1,75	161.068	1,67
2010	109.241	1,72	61.673	1,87	170.908	1,77
2011	116.373	1,83	71.387	2,16	187.760	1,94
2012*	117.689	1,85	71.605	2,17	189.294	1,96

Fontes: GEOCAPES e PNPG 2011-2020 Vol 1. IBGE:Projeção da população brasileira - revisão 2008 e Censo 2010.

2.4.6 Alunos titulados

Este indicador também é estimado devido à mesma razão apontada para o índice de mestres e doutores titulados no país. O indicador mostra a evolução de alunos titulados em cursos de pós-graduação *stricto sensu*. Com exceção do ano de 2004, o número de alunos titulados não sofreu declínio no período em que foi analisado. Ao se comparar a estimativa do total de titulados de 2012 com relação ao ano anterior registra-se um aumento esperado de 2% no número de titulados.

Tabela 162. Evolução do número de titulados ao final do ano - 2002 a 2012*

Ano	Mestrado	Mestres por 100mil hab.	Doutorado	Doutores por 100mil hab.	Total	População Brasileira	Titulados por 100mil hab.
2002	24.444	13,9	6.894	3,9	31.338	176.303.919	17,77
2003	27.649	15,5	8.094	4,5	35.743	178.741.412	20,00
2004	26.658	14,7	8.093	4,5	34.751	181.105.601	19,19
2005	30.634	16,7	8.989	4,9	39.623	183.383.216	21,61
2006	32.261	17,4	9.366	5,0	41.627	185.564.212	22,43
2007	32.890	17,5	9.915	5,3	42.805	187.641.714	22,81
2008	36.014	19,0	10.711	5,6	46.725	189.612.814	24,64
2009	38.788	20,3	11.368	5,9	50.156	191.480.630	26,19
2010	42.289	22,2	12.369	6,5	54.658	190.732.694	28,66
2011	42.830	22,0	12.217	6,3	55.047	194.932.685	28,24
2012	45.371	23,1	13.304	6,8	58.675	196.526.293	29,86

Fontes: GEOCAPES e PNPG 2011-2020 Vol 1. IBGE:Projeção da população brasileira - revisão 2008 e Censo 2010.

3. ESTRUTURA DE GOVERNANÇA E DE AUTOCONTROLE DA GESTÃO

3.1. Estrutura de Governança

A estrutura organizacional da CAPES, a qual sustenta sua estratégia de atuação, contempla os seguintes órgãos de governança, conforme disposto no art. 4º do Anexo I do Decreto nº 7.692/2012:

I - órgãos colegiados:

- a) Conselho Superior;
- b) Conselho Técnico-Científico da Educação Superior; e
- c) Conselho Técnico-Científico da Educação Básica;

II - órgão executivo: Diretoria-Executiva;

III - órgão de assistência direta e imediata ao Presidente: Gabinete;

IV - órgãos seccionais:

- a) Procuradoria Federal;
- b) Auditoria Interna;
- c) Diretoria de Gestão; e
- d) Diretoria de Tecnologia da Informação; e

V - órgãos específicos singulares:

- a) Diretoria de Programas e Bolsas no País;
- b) Diretoria de Avaliação;
- c) Diretoria de Relações Internacionais;
- d) Diretoria de Formação de Professores da Educação Básica; e
- e) Diretoria de Educação a Distância.

Segundo o art. 12 do Anexo I do Decreto nº 7.692/2012, o Conselho Superior, órgão colegiado deliberativo da CAPES, compete:

- “I - estabelecer prioridades e linhas orientadoras das atividades da entidade, a partir de proposta apresentada pelo Presidente da CAPES;
- II - apreciar a proposta do Plano Nacional de Pós-Graduação, para encaminhamento ao Ministro de Estado da Educação;
- III - subsidiar a elaboração do Plano Nacional de Educação - PNE com propostas relativas às finalidades da CAPES;
- IV - apreciar critérios, prioridades e procedimentos para a concessão de bolsas de estudo e auxílios;
- V - aprovar a programação anual da CAPES;
- VI - aprovar a proposta orçamentária da CAPES;
- VII - aprovar o relatório anual de atividades da CAPES;
- VIII - aprovar a proposta de nomeação do titular da Auditoria Interna;
- IX - apreciar propostas referentes a alterações do estatuto e do regimento interno da CAPES;
- X - apreciar processos encaminhados pelo Conselho Nacional de Educação - CNE; e
- XI - definir o processo e critérios de escolha dos coordenadores das áreas de avaliação de que trata o § 2º do art. 3º e encaminhar ao Presidente suas indicações por meio de listas tríplices”.

Conforme o art. 13 do Anexo I do Decreto nº 7.692/2012, o Conselho Técnico-Científico da Educação Superior compete:

- “I - assistir a Diretoria-Executiva na elaboração das políticas e diretrizes específicas de atuação da CAPES no tocante à formação de recursos humanos de alto nível, ao sistema de pós-graduação e ao sistema nacional de desenvolvimento científico e tecnológico;
- II - colaborar na elaboração da proposta do Plano Nacional de Pós-Graduação;
- III - opinar sobre a programação anual da CAPES na área específica da Educação Superior;
- IV - opinar, na área de sua atuação, sobre critérios e procedimentos para a distribuição de bolsas e auxílio institucionais e individuais;
- V - opinar sobre acordos de cooperação entre a CAPES e instituições nacionais, estrangeiras ou internacionais na área de sua atuação;
- VI - propor critérios e procedimentos para o acompanhamento e a avaliação da pós-graduação e dos programas executados pela CAPES no âmbito da educação superior;
- VII - deliberar em última instância no âmbito da CAPES sobre propostas de cursos novos e conceitos atribuídos durante a avaliação dos programas de pós-graduação;
- VIII - propor a realização de estudos e programas para o aprimoramento das atividades da CAPES no tocante à formação de recursos humanos de alto nível, ao sistema de pós-graduação e ao sistema nacional de desenvolvimento científico e tecnológico;
- IX - opinar sobre assuntos que lhe sejam submetidos pelo Presidente da CAPES; e
- X - eleger seu representante no Conselho Superior”.

De acordo com o art. 14 do Anexo I do Decreto nº 7.692/2012, o Conselho Técnico-Científico da Educação Básica compete:

- “I - assistir à Diretoria-Executiva na elaboração das políticas e diretrizes específicas de atuação da CAPES no tocante à formação inicial e continuada de profissionais do magistério da educação básica e à construção de um sistema nacional de formação de professores;
- II - assistir as Diretorias de Formação de Professores da Educação Básica e de Educação a Distância no que diz respeito à consolidação do regime de colaboração entre todos os níveis de governo;
- III - discutir diretrizes de longo prazo para a formação inicial e continuada dos professores da educação básica;
- IV - fixar parâmetros para avaliação da demanda por professores da educação básica, inclusive para subsidiar a instalação de polos de apoio presencial;
- V - acompanhar a avaliação dos cursos de formação inicial dos professores nos processos conduzidos pelo INEP;
- VI - colaborar na elaboração de propostas relativas à formação inicial e continuada de professores da educação básica, para subsidiar e consolidar o PNE;
- VII - opinar sobre a programação anual da CAPES, na área específica de formação de professores e valorização da educação básica;
- VIII - opinar sobre critérios e procedimentos para fomento a estudos e pesquisas relativos à orientação de políticas de formação e conteúdo curriculares dos cursos de formação de professores da educação básica;
- IX - estabelecer parâmetros para avaliação dos programas de fomento da CAPES;
- X - propor a realização de estudos e programas para o aprimoramento das atividades da CAPES na sua área de atuação;
- XI - opinar sobre assuntos que lhe sejam submetidos pelo Presidente da CAPES; e
- XII - eleger seu representante no Conselho Superior”.

O art. 15 do Anexo I do Decreto nº 7.692/2012 estabelece a competência da Diretoria-Executiva de acordo com o que segue:

- “I - formular as diretrizes e estratégias da CAPES, em consonância com as políticas gerais do Ministério da Educação;

- II - gerenciar a elaboração e implementação dos planos, programas e ações relativos às finalidades e atribuições da CAPES, observando, quando couber, as deliberações do Conselho Superior e dos Conselhos Técnico-Científicos; e
- III - promover as articulações internas e externas necessárias à execução das atividades da CAPES”.

Sobre o Gabinete da Presidência da CAPES, assim dispõe o art. 16 do Anexo I do Decreto nº 7.692/2012:

- “I - assistir ao Presidente em sua representação social e política;
- II - incumbir-se do preparo e despacho do Presidente;
- III - exercer outras competências que lhe forem cometidas pelo Presidente da CAPES; e
- IV - promover o apoio técnico-administrativo aos Conselhos e às câmaras que eventualmente sejam constituídas, fornecendo as condições para cumprimento das competências legais dos órgãos colegiados”.

Com relação aos órgãos seccionais da CAPES (Procuradoria Federal, Auditoria Interna, Diretoria de Gestão e Diretoria de Tecnologia da Informação), dispõem os art. 17 a 20 do Anexo I do Decreto nº 7.692/2012:

“Art. 17. À Procuradoria Federal junto à CAPES, na qualidade de órgão executor da Procuradoria-Geral Federal, compete:

- I - representar judicial e extrajudicialmente a CAPES, observadas as normas estabelecidas pela Procuradoria-Geral Federal;
- II - orientar a execução da representação judicial da CAPES, quando sob a responsabilidade dos demais órgãos de execução da Procuradoria-Geral Federal;
- III - exercer atividades de consultoria e assessoramento jurídicos no âmbito da CAPES, aplicando-se, no que couber, o disposto no art. 11 da Lei Complementar no 73, de 10 de fevereiro de 1993;
- IV - auxiliar os demais órgãos de execução da Procuradoria-Geral Federal na apuração da liquidez e certeza dos créditos, de qualquer natureza, inerentes às atividades da CAPES, para inscrição em dívida ativa e respectiva cobrança amigável ou judicial;
- V - zelar pela observância da Constituição, das leis e dos demais atos emanados pelos Poderes Públicos, sob a orientação normativa da Procuradoria-Geral Federal e da Advocacia-Geral da União;
- VI - fixar a interpretação jurídica no âmbito da CAPES, auxiliando na elaboração e edição de seus atos normativos e interpretativos, em articulação com os órgãos competentes da Fundação; e
- VII - encaminhar à Procuradoria-Geral Federal ou à Advocacia-Geral da União, conforme o caso, pedido de apuração de falta funcional praticada no exercício de suas atribuições, por seus respectivos membros.

Art. 18. À Auditoria Interna compete examinar a conformidade legal dos atos de gestão orçamentário-financeira, patrimonial, de pessoal, demais sistemas administrativos e operacionais e, especificamente:

- I - verificar a regularidade dos controles internos e externos, especialmente daqueles referentes à realização da receita e da despesa, e da execução financeira de contratos, convênios, acordos e ajustes firmados pela CAPES;
- II - examinar a legislação específica e normas correlatas, orientando quanto à sua observância;
- III - promover inspeções regulares para verificar a execução física e financeira dos programas, projetos e atividades e executar auditorias extraordinárias determinadas pelo Presidente;

IV - examinar e emitir parecer sobre a prestação de contas anual da entidade e tomadas de contas especiais; e

V - propor ações de forma a garantir a legalidade dos atos e o alcance dos resultados, contribuindo para a melhoria da gestão.

Parágrafo único. No exercício de suas competências, a Auditoria Interna vincula-se, administrativamente, ao Conselho Superior, observado o disposto no art. 15 do Decreto no 3.591, de 6 de setembro de 2000.

Art. 19. À Diretoria de Gestão compete coordenar e supervisionar a execução das atividades relacionadas com os Sistemas Federais de Planejamento e de Orçamento, de Administração Financeira, de Contabilidade, de Organização e Inovação Institucional, de Recursos Humanos e de Serviços Gerais, no âmbito da CAPES.

Art. 20. À Diretoria de Tecnologia da Informação compete:

I - planejar, coordenar, acompanhar, avaliar, promover o controle e a execução das atividades inerentes aos sistemas federais de Administração dos Recursos de Informação e Informática e de Comunicação;

II - planejar, coordenar e acompanhar a execução das atividades inerentes à gestão de tecnologia de informação e da segurança da informação no âmbito da CAPES e de seus programas finalísticos; e

III - estabelecer diretrizes, normas e padrões técnicos para pesquisar, avaliar, desenvolver, homologar e propor a implantação de metodologias, serviços e recursos tecnológicos para suporte às atividades da CAPES e de seus programas finalísticos”.

Segundo os artigos 21 a 25 do Anexo I do Decreto nº 7.692/2012, aos órgãos específicos singulares da CAPES (Diretoria de Programas e Bolsas no País, Diretoria de Avaliação, Diretoria de Relações Internacionais, Diretoria de Formação de Professores da Educação Básica, e Diretoria de Educação a Distância) compete:

“Art. 21. À Diretoria de Programas e Bolsas no País compete:

I - supervisionar e coordenar o processo de concessão de bolsas de estudo e de auxílios no país e de fomento para a manutenção do ensino de pós-graduação;

II - apoiar com programas de fomento e bolsas a criação de cursos de pós-graduação em regiões geográficas e em áreas do conhecimento consideradas estratégicas pela CAPES;

III - promover a inovação e o desenvolvimento científicos e tecnológicos mediante implementação de programas especiais de bolsas e auxílios;

IV - planejar, coordenar e supervisionar o funcionamento do Portal de Periódicos; e

V - homologar pareceres emanados dos consultores científicos.

Art. 22. À Diretoria de Avaliação compete:

I - promover e coordenar os processos de avaliação e acompanhamento, no âmbito da CAPES;

II - providenciar a apreciação e votação, pelo Conselho Técnico-Científico de Educação Superior, dos pareceres exarados pelas comissões das áreas de avaliação quanto à qualidade das propostas de cursos novos de pós-graduação, e quanto à avaliação periódica dos cursos existentes; e

III - apoiar visitas e atividades de indução que levem ao aprimoramento ou criação de cursos de pós-graduação, especialmente nas áreas do conhecimento, regiões e microrregiões geográficas e níveis de cursos considerados prioritários pela política da CAPES.

Art. 23. À Diretoria de Relações Internacionais compete:

I - promover a internacionalização da pós-graduação brasileira, articulada com os outros níveis de ensino, quando necessário;

II - promover e participar, em articulação com o Ministério da Educação, das Relações Exteriores e outros órgãos governamentais, das negociações de acordos e convênios de intercâmbio e de cooperação educacional, científica e tecnológica;

III - supervisionar e coordenar o processo de concessão de bolsas de estudo e de auxílios no exterior e de cooperação internacional nas áreas educacional, científica e tecnológica, no âmbito de atuação da CAPES; e

IV - homologar pareceres emanados dos consultores científicos quanto ao mérito e qualidade das solicitações de bolsas, auxílios e de apoio a projetos de cooperação técnica.

Art. 24. À Diretoria de Formação de Professores da Educação Básica compete:

I - fomentar a articulação e o regime de colaboração entre os sistemas de ensino da educação básica e da educação superior, inclusive da pós-graduação, para a implementação da Política Nacional de Formação de Profissionais de Magistério da Educação Básica;

II - subsidiar a formulação de políticas de formação inicial e continuada de professores da educação básica;

III - apoiar a formação de professores da educação básica, mediante concessão de bolsas e auxílios para o desenvolvimento de estudos, pesquisas, projetos inovadores, conteúdos curriculares e de material didático;

IV - apoiar a formação de professores da educação básica mediante programas de estímulo ao ingresso na carreira do magistério; e

V - fomentar o uso das tecnologias de informação e da comunicação nos processos de formação de professores da educação básica.

Art. 25. À Diretoria de Educação a Distância compete:

I - fomentar as instituições de ensino superior integrantes do Sistema Universidade Aberta do Brasil - UAB e os respectivos polos de apoio presencial, para desenvolvimento da educação na modalidade a distância;

II - articular as instituições de ensino superior integrantes da UAB aos polos de apoio presencial;

III - subsidiar a formulação de políticas de formação inicial e continuada de professores, potencializando o uso da modalidade de educação a distância, especialmente no âmbito da UAB;

IV - apoiar a formação inicial e continuada de profissionais da educação básica, mediante concessão de bolsas e auxílios para docentes e profissionais do magistério nas instituições de ensino superior integrantes da UAB e nos respectivos polos de apoio presencial; e

V - planejar, coordenar, fomentar e avaliar a oferta de cursos superiores na modalidade a distância pelas instituições integrantes da UAB e a infraestrutura física e de pessoal dos polos de apoio presencial, em apoio à formação inicial e continuada de professores para a educação básica”.

3.2. Avaliação do Funcionamento dos Controles Internos

Quadro A.3.1 – Avaliação do Sistema de Controles Internos da UJ

ELEMENTOS DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS A SEREM AVALIADOS	VALORES				
	1	2	3	4	5
Ambiente de Controle					
1. A alta administração percebe os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.					x
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.				x	
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.			x		
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.					x
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.				x	
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.					x
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.					x
8. Existe adequada segregação de funções nos processos e atividades da competência da UJ.					x
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.				x	
Avaliação de Risco					
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.					x
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.					x
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.				x	
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.				x	
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.				x	
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.				x	
16. Não há ocorrência de fraudes e perdas que sejam decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.		x			
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.					x
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.	x				
Procedimentos de Controle					
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.					x
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.					x
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.					x
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionadas com os objetivos de controle.					x
Informação e Comunicação					
	1	2	3	4	5

23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.					x
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.				x	
25. A informação disponível para as unidades internas e pessoas da UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.				x	
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.				x	
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.				x	
Monitoramento	1	2	3	4	5
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.				x	
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.				x	
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.				x	
Análise Crítica:					

3.3. Remuneração Paga a Administradores

Não se aplica à CAPES

3.4. Sistema de Correição

Em 2012 foi constituída a Comissão Permanente de Correição Administrativa – CPCA, constituída pelos cargos de Diretor de Gestão, Chefe de Gabinete da Presidência e Auditor-Chefe, por meio da Portaria Capes nº 044, de 18 de Abril de 2012.

Conforme disposto na referida portaria, a comissão analisará as ocorrências funcionais que poderão ensejar a instauração de procedimentos disciplinares, nos termos da Lei nº 8.112, de 11/12/1990 e demais normas correlatas, e indicará servidores da CAPES para comporem as comissões de sindicância e de processo administrativo disciplinar, conforme o caso concreto a ser considerado.

3.5. Cumprimento Pela Instância de Correição da Portaria nº 1.043/2007 da CGU

Os procedimentos disciplinares encontram-se registrados no sistema CGU-PAD.

4. PROGRAMAÇÃO E EXECUÇÃO DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

4.1. Informações Sobre Programas do PPA de Responsabilidade da CAPES

Não há Programa do PPA sob a responsabilidade exclusiva da CAPES

4.2. Informações Sobre a Execução Orçamentária e Financeira da Despesa

4.2.1. Identificação das Unidades Orçamentárias da CAPES

Quadro A.4.7 – Identificação das Unidades Orçamentárias da UJ

Denominação das Unidades Orçamentárias	Código da UO	Código SIAFI da UGO
Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES	26291	154003

4.2.2. Programação de Despesas

4.2.2.1. Programação de Despesas Correntes

Quadro A.4.8 – Programação de Despesas Correntes

Valores em R\$ 1,00

Origem dos Créditos Orçamentários			Grupos de Despesas Correntes					
			1 – Pessoal e Encargos Sociais		2 – Juros e Encargos da Dívida		3- Outras Despesas Correntes	
					Exercícios		Exercícios	
			2012		2011		2012	2011
LOA	Dotação proposta pela UO		51.460.780,00	50.969.346,00			3.216.394.640,00	2.833.681.906,00
	PLOA		52.385.224,00	51.714.735,00			3.216.394.670,00	2.833.681.906,00
	LOA		52.385.224,00	51.714.735,00			3.216.394.670,00	2.833.681.906,00
CRÉDITOS	Suplementares		2.000.000,00	1.178.660,00			442.448.975,00	36.484.000,00
	Especiais	Abertos						
		Reabertos						
	Extraordinários	Abertos						
		Reabertos						
Créditos Cancelados			57.240,00	36.983,00			73.540.002,00	51.761.673,00
Outras Operações								
Total			54.327.984,00	52.856.412,00			3.585.303.643,00	2.818.404.233,00

Fonte: SIMEC, SIAFI Gerencial e Anexo V da Lei nº 12.595 de 19/01/2012

4.2.2.2. Programação de Despesas de Capital

Quadro A.4.9 – Programação de Despesas de Capital

Valores em R\$ 1,00

Origem dos Créditos Orçamentários			Grupos de Despesa de Capital					
			4 – Investimentos		5 – Inversões Financeiras		6- Amortização da Dívida	
			Exercícios		Exercícios		Exercícios	
			2012	2011	2012	2011	2012	2011
LOA	Dotação proposta pela UO		182.862.457,00	152.696.770,00	55.000.000,00	55.000.000,00		
	PLOA		182.862.457,00	150.696.770,00	55.000.000,00	55.000.000,00		
	LOA		182.862.457,00	150.696.770,00	55.000.000,00	55.000.000,00		
CRÉDITOS	Suplementares		35.068.600,00	14.980.000,00				
	Especiais	Abertos						
		Reabertos						
	Extraordinários	Abertos	55.515.329,00					
		Reabertos						
	Créditos Cancelados		21.500.000,00		55.000.000,00	56.091.235,00		
Outras Operações								
Total			251.946.386,00	165.676.770,00	0,00	-1.091.235,00		

Fonte: SIMEC, SIAFI Gerencial e Anexo V da Lei nº 12.595 de 19/01/2012

4.2.2.3. Resumo da Programação de Despesas e da Reserva de Contingência

Quadro A.4.10 – Quadro Resumo da Programação de Despesas e da Reserva de Contingência

Valores em R\$ 1,00

Origem dos Créditos Orçamentários		Despesas Correntes		Despesas de Capital		9 – Reserva de Contingência	
		Exercícios		Exercícios		Exercícios	
		2012	2011	2012	2011	2012	2011
LOA	Dotação proposta pela UO	3.267.855.420,00	2.884.651.252,00	237.862.457,00	207.696.770,00		
	PLOA	3.268.779.894,00	2.885.396.641,00	237.862.457,00	205.696.770,00		
	LOA	3.268.779.894,00	2.885.396.641,00	237.862.457,00	205.696.770,00		
CRÉDITOS	Suplementares	444.448.975,00	37.662.660,00	35.068.600,00	14.980.000,00		
	Especiais	Abertos					
		Reabertos					
	Extraordinários	Abertos					
		Reabertos		55.515.329,00			
	Créditos Cancelados	73.597.242,00	51.798.656,00	76.500.000,00			
Outras Operações							
Total		3.639.631.627,00	2.871.260.645,00	251.946.386,00	220.676.770,00		

Fonte:

4.2.2.4. Análise Crítica

A dotação autorizada em 2012 foi de R\$ 3.891.578.013,00, distribuída da seguinte forma: Despesas de Pessoal e Encargos Sociais 1,40% (Grupo 1), Despesas de Capital 6,47% (Grupo 4) e Outras despesas Correntes 92,13% (Grupo 3). Não houve alterações relevantes ocorridas nas dotações do exercício em relação às dotações do exercício anterior

As alterações ocorridas durante o exercício foram necessárias visando adequar à dotação inicialmente prevista às necessidades dos Programas e às questões operacionais.

Este ano o contingenciamento ocorrido não prejudicou o cumprimento da programação de trabalho da Instituição, toda a Cota disponibilizada foi executada.

Deve ser ressaltada a baixa taxa de despesa com pessoal, comparada com a dotação total da Instituição para suas atividades fins. Considerando que grande parte do orçamento da CAPES é executado por intermédio de transferências e apesar não ter prejudicado questões relativas à execução das metas dos programas, tal fato resulta necessariamente a falta de capacidade operacional para um ideal acompanhamento das ações, principalmente àquelas relativas à análise das prestações de contas. Apesar de todos os esforços da equipe desta Fundação, a capacidade operacional de análise não tem acompanhado proporcionalmente o volume de crescimento anual do orçamento da instituição e conseqüentemente dos seus programas.

4.2.3. Movimentação de Créditos Interna e Externa

Quadro A.4.11 – Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa

Valores em R\$ 1,00

Natureza da Movimentação de Crédito		UG		Classificação da ação	Despesas Correntes		
		Concedente	Recebedora		1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes
Movimentação Interna	Concedidos / Recebidos	154003	154004	2629112364 20320935			463.000.000,00
				2629112573 20322317			162.612.288,00
				2022504122 21012000			115.914,77
				2210120122 20144721			816.752,75
				2220220572 20424672			2.937.287,78
				2220220572 20424680			3.340.518,44
				2410119573 20216780			1.167.108,45
				2820322664 20558096			958.144,59
				3621210304 20158719			479.671,83
				3690110128 20158630			4.309.912,02
				3690110364 20158628			12.000.000,00
				4410118122 21242000			1.024.556,47
				4420718122 21242000			17.474,61
				4420718541 201820MW			14.041,09
		154999		2629112364 20320935			3.553.190,13
				2629112573			12.028.721,65

				20322317			
				2022504122 21012000			1.001,20
				2210120122 20144721			6.648,43
				2220220572 20424672			18.564,58
				2220220572 20424680			-3.592,49
				2410119573 20216780			10.081,13
				2820322664 20558096			120.625,91
				3621210304 20158719			60.388,44
				3690110128 20158630			503.581,26
				3690110364 20158628			-356.125,38
				4410118122 21242000			-18.002,09
				4420718122 21242000			-347,84
				4420718541 201820MW			1.767,69
Movimentação Externa	Concedidos	154003	150002	2629112122 21092000			2.485.000,00
			153173				840.000,00
			113203	2629112364 20320487			32.228,92
			113204				30.800,00
			113205				60.610,91
			114601				21.168,02
			120002				282.017,20
			153010				129.700,79
			153015				210.154,00

		153019			524.020,44
		153028			205.159,71
		153030			649.875,01
		153031			5.665.232,89
		153032			1.736.413,76
		153033			411.228,09
		153034			267.299,43
		153035			509.649,72
		153036			192.317,09
		153037			1.254.895,32
		153038			3.164.731,77
		153045			3.049.822,63
		153046			2.134.272,25
		153052			3.268.633,23
		153056			3.350.159,92
		153061			1.252.900,00
		153062			5.892.804,48
		153063			3.107.940,00
		153065			3.401.582,68
		153079			5.303.492,33
		153080			4.297.748,66
		153103			3.339.233,33

		153114			6.660.578,47
		153115			4.738.522,28
		153163			7.890.332,62
		153164			2.897.181,56
		153165			1.785.186,66
		153166			1.176.431,81
		154032			213.912,98
		154034			426.556,71
		154039			1.743.041,34
		154040			3.351.356,47
		154041			637.066,64
		154042			2.122.448,95
		154043			1.892.806,66
		154044			145.015,60
		154045			1.005.109,28
		154046			917.189,61
		154047			2.214.906,49
		154048			847.697,61
		154049			2.265.890,00
		154050			1.441.779,69
		154051			2.228.465,56
		154054			1.052.902,86

		154055			374.718,81
		154069			344.043,90
		154080			172.700,00
		154215			134.762,46
		154359			92.705,46
		154419			250.572,88
		154421			129.114,61
		154502			766.810,00
		154503			522.932,98
		158092			383.775,05
		158124			92.399,15
		158128			45.619,29
		158133			35.200,00
		158144			11.000,07
		158146			1.041,05
		158151			23.080,85
		158195			1.347.825,27
		158515			42.900,00
		158517			11.851,07
		160509			434.865,51
		240105			532.504,47
		240106			312.708,16

			240123				103.840,00
			240126				180.400,00
			250052				5.677,21
			254420				996.073,54
			257003				22.062,00
			443020				61.451,07
			153103	2629112364 203220RN			200.000,00
			153019	2629112368 203020RJ			828.468,47
			153028				441.216,35
			153030				121.335,37
			153031				439.769,04
			153032				1.641.407,73
			153033				468.963,13
			153034				1.545.094,46
			153036				1.683.220,29
			153037				1.000.656,93
			153038				430.334,51
			153045				12.368.401,00
			153046				2.543.662,28
			153052				4.913.406,29
			153056				6.980.919,74
			153061				6.671.565,08

		153062			6.623.801,92
		153063			12.992.398,86
		153065			3.140.494,17
		153079			916.454,27
		153080			2.571.675,29
		153103			6.239.090,45
		153114			1.233.921,02
		153163			10.551.706,31
		153164			7.138.930,52
		153165			7.188.677,85
		153166			1.576.608,71
		153167			17.296,00
		153173			1.743.000,00
		154034			738,00
		154039			6.552.203,47
		154040			4.020.036,24
		154041			7.060.251,20
		154042			1.812.456,46
		154043			1.268.508,27
		154045			1.321.409,96
		154046			3.308.249,48
		154047			178.747,88

		154048			255.078,95
		154049			7.297.331,60
		154050			1.724.734,01
		154051			312.564,14
		154054			1.014.867,20
		154055			540.799,14
		154069			3.003.689,64
		154080			1.103.610,92
		154215			537.220,13
		154419			2.149.881,51
		154421			202.259,78
		154502			709.819,40
		158092			159.904,44
		158099			265.453,57
		158126			135.370,39
		158128			939.872,57
		158133			695.905,95
		158135			3.201.826,90
		158136			174.207,75
		158142			328.653,88
		158143			12.088,84
		158144			323.179,81

			158145			312.455,76
			158147			406.747,21
			158150			1.250,00
			158151			1.513.236,94
			158152			195.289,03
			158155			1.123.241,99
			158261			37.239,21
			158264			17.042,00
			158515			2.213.000,00
			158516			823.853,32
			254420			1.283.819,63
			364102			8.000.000,00
			364102	2629112571 20324019		15.477.171,21
	Recebidos	040003	154003	1710102032 13892B66		1.297.231,00
		110355	154003	2010104121 21016662		996.724,40
		113601	154003	2022504122 21012000		115.914,77
		130005	154003	2210120122 20144721		816.752,75
		135046	154003	2220220572 20424672		2.937.287,78
		135046	154003	2220220572 20424680		3.340.518,44
		240101	154003	2410119573 20216780		1.167.108,45
		152734	154003	2610112364 203220GK		4.952.499,22
		153978	154003	2629012573		2.500.000,00

				21094000			
			154003	2629412302 20324086			19.800,00
			154003	2820222665 205520JG			60.874,39
			154003	2820322664 20558096			958.144,59
			154003	3620110128 201520Q6			396.716,46
			154003	3620110571 20158315			799.032,92
			154003	3621210304 20158719			479.671,83
			154003	3690110128 20158630			4.309.912,02
			154003	3690110364 20158628			12.000.000,00
					154003	3690110571 20156146	
	154003			4410118122 21242000			1.024.556,47
	154003			4420618128 20324909			374.100,00
	154003			4420718122 21242000			17.474,61
	154003			4420718541 201820MW			14.041,09
Natureza da Movimentação de Crédito		UG		Classifica- ção da ação	Despesas de Capital		
		Concedente	Recebedora		4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6 – Amortização da Dívida
Movimentação Interna	Concedidos						
	Recebidos						
Movimentação Externa	Concedidos	154003	153063	2629112368 203020RJ	10.400,00		
			154034		77.684,88		
			154040		102.766,00		
			154041		26.804,62		
			154042		8.940,34		

			154046		66.998,92		
			154049		84.800,00		
			154503		2.290,00		
			158261		4.334,50		
			153010	2629112571 20324019	359.901,48		
			153015		355.085,78		
			153019		906.366,11		
			153028		500.000,00		
			153030		473.440,05		
			153031		1.733.574,65		
			153032		1.119.895,78		
			153033		334.546,14		
			153034		357.442,74		
			153035		360.000,00		
			153036		499.878,00		
			153037		1.256.699,60		
			153038		2.953.947,94		
			153045		2.519.650,00		
			153046		1.920.000,00		
			153052		1.943.223,86		
			153056		2.262.086,14		
			153061		1.088.546,55		
			153062		2.715.282,42		
			153063		2.295.931,00		

		153065		2.173.424,07		
		153079		2.720.000,00		
		153080		2.492.182,66		
		153103		2.467.704,00		
		153114		2.735.084,76		
		153115		2.996.977,50		
		153163		2.760.000,00		
		153164		1.642.641,31		
		153165		1.279.347,70		
		153166		852.735,48		
		154032		135.859,20		
		154034		669.171,57		
		154039		1.360.000,00		
		154040		3.000.000,00		
		154041		881.755,98		
		154042		839.142,81		
		154043		1.234.980,00		
		154044		345.951,56		
		154045		1.249.634,11		
		154046		861.176,55		
		154047		989.354,34		
		154048		1.070.185,45		
		154049		1.675.819,79		
		154050		1.387.849,03		

		154051	1.765.381,27		
		154054	1.055.845,00		
		154069	3.289.057,20		
		154080	175.788,54		
		154215	239.537,18		
		154359	323.365,03		
		154419	154.759,34		
		154421	237.280,34		
		154502	558.699,76		
		154503	653.370,50		
		158092	499.885,00		
		158099	149.984,00		
		158133	79.650,00		
		158144	150.000,00		
		158151	132.065,44		
		158157	138.299,12		
		158195	746.223,57		
		158299	149.702,88		
		158515	149.979,39		
		158516	150.000,00		
		158517	126.184,00		
		160509	360.000,00		
		240105	317.281,96		
		240106	86.430,00		

			240120		150.000,00		
			240126		150.000,00		
			250052		140.000,00		
			254420		1.190.675,78		
			364102		4.000.000,00		
			443020		149.319,79		
			154003	1710102032 13892B66	55.000,00		
	Recebidos		154003	3690110571 20156146	202.301,80		
Fonte: SIAFI Gerencial							

4.2.4. Execução Orçamentária da Despesa

4.2.4.1. Execução da Despesa Com Créditos Originários

Despesas Totais Por Modalidade de Contratação – Créditos Originários

Quadro A.4.12 – Despesas por Modalidade de Contratação – Créditos Originários

Valores em R\$ 1,00

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2012	2011	2012	2011
1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f)	79.375.493,45	55.576.239,37	71.989.294,80	53.589.940,30
a) Convite	16.008,02	168.800,98	16.008,02	168.800,98
b) Tomada de Preços	193,70	136.736,82	193,70	131.202,10
c) Concorrência	4.253.628,29	4.392.686,06	4.243.573,49	4.392.686,06
d) Pregão	75.105.663,44	50.878.015,51	67.729.519,59	48.897.251,16
e) Concurso				
f) Consulta				
2. Contratações Diretas (g+h)	181.828.419,08	142.318.084,89	170.877.021,76	135.158.422,75
g) Dispensa	67.095.881,84	49.692.670,12	57.033.886,08	42.904.255,13
h) Inexigibilidade	114.732.537,24	92.625.414,77	113.843.135,68	92.254.167,62
3. Regime de Execução Especial	9524,14	9.552,28	9.524,14	9.552,28
i) Suprimento de Fundos	9.524,14	9.552,28	9.524,14	9.552,28
4. Pagamento de Pessoal (j+k)	84.334.565,44	77.907.471,71	82.902.246,30	77.735.270,74
j) Pagamento em Folha	59.801.188,46	55.853.533,87	59.801.188,46	55.853.533,87
k) Diárias	24.533.376,98	22.053.937,84	23.101.057,84	21.881.736,87
5. Outros	2.520.858.124,92	1.742.463.406,36	2.498.084.593,24	1.712.003.354,04
6. Total (1+2+3+4+5)	2.866.406.127,03	2.018.274.754,61	2.823.853.856,24	1.978.496.540,11

Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos Originários

Quadro A.4.13 – Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – créditos originários

Valores em R\$ 1,00

DESPESAS CORRENTES								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2012	2011	2012	2011	2012	2011	2012	2011
1. Despesas de Pessoal	52.891.375,18	51.490.077,21	52.891.375,18	51.490.076,47	-	0,74	52.891.375,18	51.490.076,47
11 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	32.753.588,30	32.805.944,98	32.753.588,30	32.805.944,98			32.753.588,30	32.805.944,98
01 - APOSENT.RPPS, RESER. REMUNER. E REFOR.MILITAR	9.362.697,23	8.574.678,73	9.362.697,23	8.574.678,73			9.362.697,23	8.574.678,73
13 - OBRIGACOES PATRONAIS	7.935.048,82	8.091.882,52	7.935.048,82	8.091.882,52			7.935.048,82	8.091.882,52
Demais elementos do grupo	2.840.040,83	2.426.875,28	2.840.040,83	2.017.570,24		0,74	2.840.040,83	2.017.570,24
2. Juros e Encargos da Dívida								
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
3. Outras Despesas Correntes	3.320.624.178,67	2.574.996.237,76	2.751.921.657,71	1.903.955.610,53	568.702.520,96	671.040.627,23	2.716.632.359,69	1.882.126.140,13
18 - AUXILIO FINANCEIRO A ESTUDANTES	2.442.103.318,76	1.659.998.226,36	2.117.357.899,85	1.291.605.152,73	324.745.418,91	368.393.073,63	2.116.565.707,46	1.281.575.770,64
20 - AUXÍLIO FINANCEIRO A PESQUISADORES	274.754.433,58	279.654.687,79	202.334.107,00	194.137.686,51 (Elem. 48)				

					72.420.326,58	155.202.268,98	193.644.090,46	186.976.986,51 (Elem. 48)
39 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS- Pessoa JURIDICA	337.802.958,48	243.201.281,87	235.949.611,68	155.592.956,02	101.853.346,80	87.608.325,85	224.086.429,62	153.757.102,58
Demais elementos do grupo	265.963.467,85	392.142.041,74	196.280.039,18	262.619.815,27	69.683.428,67	59.836.958,77	182.336.132,15	259.816.280,40
DESPESAS DE CAPITAL								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não Processados		Valores Pagos	
	2012	2011	2012	2011	2012	2011	2012	2011
4. Investimentos	162.586.050,58	123.318.577,31	61.593.094,10	62.829.067,60	100.992.956,48	60.489.509,71	54.338.945,38	44.880.323,51
52 - EQUIP.E MATERIAL PERMANENTE - OP.INTRA- ORC.	84.147.782,32	78.396.984,10	22.891.847,82	28.258.235,14	61.255.934,50	50.138.748,96	17.863.336,36	22.221.683,25
20 - AUXÍLIO FINANCEIRO A PESQUISADORES	44.526.565,54	22.612.632,15 (Elem. 41)	37.166.559,64	18.083.447,06	7.360.005,90	5.545.410,20	34.948.922,38	12.649.267,53
41 - CONTRIBUICOES - FUNDO A FUNDO	26.320.399,46	19.650.485,45 (Elem. 20)	667.662,05	14.105.075,25	25.652.737,41	4.529.185,09	659.662,05	7.627.062,58
Demais elementos do grupo	7.591.303,26	2.658.475,61	867.024,59	2.382.310,15	6.724.278,67	276.165,46	867.024,59	2.382.310,15
5. Inversões Financeiras								
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
6. Amortização da Dívida								
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								

4.2.4.2. Execução Orçamentária de Créditos Recebidos pela UJ por Movimentação

Despesas Totais por Modalidade de Contratação – Créditos de Movimentação

Quadro A.4.14 – Despesas por Modalidade de Contratação – Créditos de movimentação

Valores em R\$ 1,00

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2012	2011	2012	2011
7. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f)				
l) Convite				
m) Tomada de Preços				
n) Concorrência				
o) Pregão				
p) Concurso				
q) Consulta				
8. Contratações Diretas (g+h)				
r) Dispensa				
s) Inexigibilidade	16.603.090,71	827.294,69	16.603.090,71	827.294,69
9. Regime de Execução Especial				
t) Suprimento de Fundos				
10. Pagamento de Pessoal (j+k)				
u) Pagamento em Folha				
v) Diárias				
11. Outros	13.870.113,01	10.563.219,80	13.810.471,81	10.426.857,40
12. Total (1+2+3+4+5)	30.473.203,72	11.390.514,49	30.413.562,52	11.254.152,09

Despesas Totais Por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos de Movimentação

Quadro A.4.15 – Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – créditos DE MOVIMENTAÇÃO

Valores em R\$ 1,00

DESPESAS CORRENTES								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2012	2011	2012	2011	2012	2011	2012	2011
1 – Despesas de Pessoal								
Nome 1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
2 – Juros e Encargos da Dívida								
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
3 – Outras Despesas Correntes	41.939.836,78	28.519.088,65	30.241.659,27	10.385.245,51	11.698.177,51		30.182.018,08	10.248.883,09
39 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS- PESSOA JURIDICA	27.216.061,61	12.270.756,71	18.681.223,47	7.475.442,56 (Elem. 20)	8.534.838,14		18.681.223,48	7.339.080,16 (Elem. 20)
20 - AUXÍLIO FINANCEIRO A PESQUISADORES	12.173.251,40	10.843.153,94	11.032.385,80	2.082.508,24 (Elem. 18)	1.140.865,60		10.972.744,60	2.082.508,24 (Elem. 18)
18 - AUXILIO FINANCEIRO A ESTUDANTES	2.550.523,77	5.405.178,00	18.681.223,47	827.294,71 (Elem. 39)	2.022.473,77		528.050,00	827.294,69 (Elem. 39)
Demais elementos do grupo	-	-	-	-	-	-	-	-
DESPESAS DE CAPITAL								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não Processados		Valores Pagos	
	2012	2011	2012	2011	2012	2011	2012	2011
4 – Investimentos								
20 - AUXÍLIO FINANCEIRO A PESQUISADORES	257.301,80	2.517.799,00	231.544,44	2.517.799,00	25.757,36		231.544,44	1.005.269,00
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								

5 – Inversões Financeiras								
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
6 – Amortização da Dívida								
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								

Análise crítica

A execução orçamentária este ano, considerando as despesas empenhadas, alcançou o patamar de 90,87% recuperando assim a tradição de execução próxima a 100%.

As despesas com a área meio ficaram abaixo dos 3% em relação à dotação autorizada, correspondendo 1,38% despesas com administração da unidade e 1,43% despesas com pessoal, demonstrando o empenho da Instituição com a priorização de sua atividade fins, mas refletindo dificuldades operacionais com relação ao quadro de pessoal, conforme relatado no item 4.2.2.4

5. TÓPICOS ESPECIAIS DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

5.1. Reconhecimento de Passivos

5.1.1. Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de Créditos ou Recursos

Não houve lançamentos nas contas relacionadas abaixo no exercício de 2012.

Código da conta contábil no plano de contas do SIAFI: 21211.11.00, 21212.11.00, 21213.11.00, 21215.22.00 ou 21219.22.00.

5.2. Pagamentos e Cancelamentos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores

5.2.1. Pagamentos e Cancelamentos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores

Quadro A.5.2 - Situação dos Restos a Pagar de exercícios anteriores

Valores em R\$ 1,00

Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos Acumulados	Pagamentos Acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2012
2011	101.543.358,32	714.558,42	34.558.050,70	66.270.749,20
2010	105.027.379,68	104.832,50	104.889.998,63	32.548,55
Restos a Pagar não Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos Acumulados	Pagamentos Acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2012
2011	770.368.635,13	28.886.717,94	671.845.325,63	69.636.591,56
2010	253.587.189,90	18.037.800,38	221.862.446,79	13.686.942,73

Fonte: CONSIAFI

5.2.2. Análise Crítica

Os Restos a Pagar do exercício de 2012 somaram R\$ 871.911.993,45 (RP Não Processado + RP Não Processado Reinscrito + RP Processado Inscrito e Reinscrito). A inscrição foi processada nos termos do Art. 35 do Decreto 93.872/1986.

Desse montante, R\$ 652.600.896,30 são referentes a empenhos emitidos pela própria CAPES. A diferença refere-se a empenhos emitidos pelas unidades gestoras receptoras de créditos orçamentários oriundos de descentralização.

Em fevereiro de 2012 os Restos a Pagar pagos representavam 56,91% do total inscrito e em 31/12/2012 esse percentual já representava 90,46%, o que demonstra alto grau de comprometimento com os compromissos assumidos por esta Instituição.

5.3. Transferências de Recursos

5.3.1. Relação dos Instrumentos de Transferência Vigentes no Exercício

Vide ANEXO 6 (Quadro A.5.3 – Portaria TCU n.º 150/2012)

5.3.2. Quantidade de Instrumentos de Transferências Celebrados e Valores Repassados nos Três Últimos Exercícios

Quadro A.5.4 – Resumo dos instrumentos celebrados pela UJ nos três últimos exercícios

Unidade Concedente ou Contratante						
Nome:	Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES					
CNPJ:	00.889.834/0001-08					
UG/GESTÃO:	154003/15279					
Modalidade	Quantidade de Instrumentos Celebrados em Cada Exercício			Montantes Repassados em Cada Exercício, Independentemente do ano de Celebração do Instrumento (em R\$ 1,00)		
	2012	2011	2010	2012	2011	2010
Convênio	46	58	110	127.8412.62,00	138.240.716,80	119.753.739,00
Contrato de Repasse						
Termo de Cooperação	Vide ANEXO 7					
Termo de Compromisso						
Totais	46	58	110	127.8412.62,00	138.240.716,80	119.753.739,00

Fonte: SIAFI Gerencial / SICONV

5.3.3. Informações sobre o Conjunto de Instrumentos de Transferências que permanecerão vigentes no Exercício de 2013 e seguintes

Quadro A.5.5 – Resumo dos instrumentos de transferência que vigerão em 2013 e exercícios seguintes

Unidade Concedente ou Contratante					
Nome: Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES					
CNPJ: 00.889.834/0001-08			UG/GESTÃO: 154003/15279		
Modalidade	Qtd. de Instrumentos com Vigência em 2013 e Seguintes	Valores (R\$ 1,00)			% do Valor Global Repassado até o Final do Exercício de 2012
		Contratados	Repassados até 2012	Previstos para 2013	
Convênio	240	696.631.508,14	483.187.412,50	139.326.301,63	69,36
Contrato de Repasse					
Termo de Cooperação	Vide ANEXO 7				
Termo de Compromisso					
Totais	240	696.631.508,14	483.187.412,50	139.326.301,63	69,36

Fonte: SIAFI Gerencial

5.3.4. Informações sobre a Prestação de Contas Relativas aos Convênios, Termos de Cooperação e Contratos de Repasse

Quadro A.5.6 – Resumo da prestação de contas sobre transferências concedidas pela UJ na modalidade de convênio, termo de cooperação e de contratos de repasse. Valores em R\$ 1,00

Unidade Concedente					
Nome: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal Nível Superior					
CNPJ: 00.889.834/0001-08		UG/GESTÃO: 154003/15279			
Exercício da Prestação das Contas	Quantitativos e Montante Repassados		Instrumentos (Quantidade e Montante Repassado)		
			Convênios	Termo de Cooperação	Contratos de Repasse
2012	Contas Prestadas	Quantidade	15		
		Montante Repassado	R\$ 2.370.160,92		
	Contas NÃO Prestadas	Quantidade	6		
		Montante Repassado	R\$ 5.448.221,98		
2011	Contas Prestadas	Quantidade	65		
		Montante Repassado	R\$ 132.418.341,24		
	Contas NÃO Prestadas	Quantidade	2		
		Montante Repassado	R\$ 705.814,21		
2010	Contas Prestadas	Quantidade	19		
		Montante Repassado	R\$ 5.288.706,19		
	Contas NÃO Prestadas	Quantidade	0		
		Montante Repassado	R\$ -		
Anteriores a 2010	Contas NÃO Prestadas	Quantidade	1		
		Montante Repassado	R\$ 23.476,16		
Fonte: CONSIAFI					

5.3.5. Informações sobre a Análise das Prestações de Contas de Convênios e de Contratos de Repasse

Quadro A.5.7 - Visão Geral da análise das prestações de contas de Convênios e Contratos de Repasse

Valores em R\$ 1,00

Unidade Concedente ou Contratante					
Nome: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal Nível Superior					
CNPJ: 00.889.834/0001-08			UG/GESTÃO: 154003/15279		
Exercício da Prestação das Contas	Quantitativos e Montantes Repassados			Instrumentos	
				Convênios	Contratos de Repasse
2012	Quantidade de Contas Prestadas			0	
	Com Prazo de Análise ainda não Vencido	Quantidade	Contas Analisadas	0	
			Contas Não Analisadas	0	
		Montante Repassado (R\$)		R\$ -	
	Com Prazo de Análise Vencido	Contas Analisadas	Quantidade Aprovada	3	
			Quantidade Reprovada	0	
			Quantidade de TCE	0	
		Contas NÃO Analisadas	Quantidade	12	
Montante Repassado (R\$)	R\$ 2.199.926,66				
2011	Quantidade de contas prestadas			65	
	Contas Analisadas	Quantidade Aprovada		19	
		Quantidade Reprovada		0	
		Quantidade de TCE		0	
	Contas NÃO Analisadas	Quantidade		46	
		Montante repassado (R\$)		R\$ 76.267.630,41	
2010	Quantidade de Contas Prestadas			19	
	Contas analisadas	Quantidade Aprovada		15	
		Quantidade Reprovada		1	
		Quantidade de TCE		1	
	Contas NÃO Analisadas	Quantidade		4	
		Montante Repassado		R\$4.053.180,68	
Exercícios Anteriores a 2010	Contas NÃO Analisadas	Quantidade		169	
		Montante Repassado		R\$ 272.582.104,49	
Fonte: CONSAFI					

5.3.6. Análise Crítica

- Medidas adotadas para sanear as transferências na situação de inadimplente;

Com relação aos processos de prestação de contas em situação de inadimplência, todos os beneficiários foram diligenciados para esclarecimentos ou saneamento de eventuais pendências ou cobrada a devolução de valores utilizados em desacordo com os editais de concessão ou o envio das prestações de contas, buscando exaurir todas providências administrativas cabíveis para regularização da prestação de contas, antes da instauração de Tomadas de Contas Especiais, conforme prevê o art. 76, parágrafo segundo da Portaria Interministerial nº 507/2011.

Foram encaminhadas 65 diligências e ofícios de cobrança. Tivemos 01 aprovação no dia 05/12/2012 – NT 388753. Os demais serão enviados à auditoria para Tomada de Contas Especial.

- Análise da evolução das prestações de contas referentes às transferências expiradas até 2012, quanto à conformidade das prestações de contas com os prazos regulamentares

A situação dos processos pendentes de análise e aprovação no setor de prestação de contas se constitui, no momento, em um dos maiores entraves operacionais da CAPES, conforme já relatado. Destaca-se que, a aprovação destes processos é condicionada às análises técnica e financeira, bem como à emissão destes pareceres e respostas de diligências, quando for o caso. O andamento das análises dentro dos prazos regulamentares fica prejudicado pela falta de capacidade operacional para análise e emissão de pareceres técnicos, o que compromete tanto a análise financeira quanto a aprovação final das prestações de contas.

Apesar disso, houve uma evolução considerável na análise e aprovação de prestações de contas, sendo que até a data final de encaminhamento do Relatório de Gestão, considerando o passivo informado no relatório de gestão 2011, temos 130 processos na situação “A Comprovar”. Na situação “A Aprovar”, temos hoje 1.489 processos.

Com encerramento em 2012, temos até a data final de encaminhamento do Relatório de Gestão, 341 processos de prestação de contas em situação “A Comprovar” e estamos no período de baixa dessas transferências. Em situação “A Aprovar”, temos 1.693 processos.

- Análise da evolução das análises das prestações de contas referentes às transferências expiradas até 2012, quanto à eficiência e eficácia dos procedimentos adotados, bem como quanto à disponibilidade adequada de recursos humanos e materiais para tanto

Considerando a capacidade operacional atual e a expectativa de posse dos novos concursados, a previsão de análise do passivo é de 9 meses a partir de março/2013, se considerarmos que não haverá aumento do quantitativo médio de processos encaminhados para análise e mantendo-se a sistemática atual de trabalho.

5.4. Suprimento de Fundos

A CAPES não utilizou suprimento de fundos no ano de 2012.

5.5. Renúncias Tributárias sob a Gestão da UJ

Não se aplica à CAPES.

6. GESTÃO DE PESSOAS, TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA E CUSTOS RELACIONADOS

6.1. Composição do Quadro de Servidores Ativos

6.1.1. Demonstração da Força de Trabalho à Disposição da CAPES

Quadro A.6.1 – Força de Trabalho da UJ – Situação apurada em 31/12

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no Exercício ⁽⁷⁾	Egressos no Exercício ⁽⁷⁾
	Autorizada	Efetiva ⁽⁷⁾		
1. Servidores em Cargos Efetivos (1.1 + 1.2)	631	324	3	16
1.1. Membros de poder e agentes políticos	0	0	0	0
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	631	324	2	16
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão ⁽¹⁾	631	305	1 ⁽⁶⁾	12
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado ⁽²⁾	não há	6	0	0
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório ⁽³⁾	não há	1	0	0
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas ⁽³⁾	não há	12	2	4
2. Servidores com Contratos Temporários ⁽⁴⁾	58	44	15	13
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública ⁽⁵⁾	39	12	4	12
4. Total de Servidores (1+2+3)	-	380	22	41

- Fonte:**
- ⁽¹⁾ Lei nº 8.405/1992 e Lei nº 11.502/2007;
 - ⁽²⁾ Lei nº 11.890/2008, Lei nº 10.480/2002 e Lei nº 8.112/1990;
 - ⁽³⁾ Lei nº 8.112/1990 e/ou Decreto nº 4.050/2001;
 - ⁽⁴⁾ Portaria MP nº 186/2008 c/c Portaria MP nº 207/2008, e Portaria Interministerial MPOG/MEC nº 47/2011;
 - ⁽⁵⁾ Lei nº 8.112/1990 e Decreto nº 5.497/2005;
 - ⁽⁶⁾ Recondução de 1 (um) servidor estável; e
 - ⁽⁷⁾ SIAPE e CGGP/DGES/CAPES.

6.1.1.1. Situações que Reduzem a Força de Trabalho Efetiva da CAPES

Quadro A.6.2 – Situações que reduzem a força de trabalho da UJ

Tipologias dos afastamentos	Quantidade de Pessoas na Situação em 31 de Dezembro
1. Cedidos (1.1+1.2+1.3)	14
1.1. Exercício de Cargo em Comissão (Lei nº 8.112/1990, artigo 93)	5
1.2. Exercício de Função de Confiança	0
1.3. Outras Situações Previstas em Leis Específicas (1.3.1+1.3.2+1.3.3+1.3.4)	9
1.3.1. Lei nº 9.007/1995, artigo 2º	5
1.3.2. Lei nº 8.682/1993, artigo 5º e Lei Complementar nº 73/1993, artigo 47	1
1.3.3. Lei nº 11.356/2006, artigo 16-B	1
1.3.4. Lei nº 6.999/1982, artigo 2º	1
1.3.5. Lei nº 10.683/2003, artigo 20	1
2. Afastamentos (2.1+2.2+2.3+2.4)	4
2.1. Para Exercício de Mandato Eletivo	0
2.2. Para Estudo ou Missão no Exterior	0
2.3. Para Serviço em Organismo Internacional	0
2.4. Para Participação em Programa de Pós-Graduação <i>Stricto Sensu</i> no País	4
3. Removidos (3.1+3.2+3.3+3.4+3.5)	1
3.1. De Ofício, no Interesse da Administração	0
3.2. A Pedido, a Critério da Administração	0
3.3. A pedido, independentemente do interesse da Administração para acompanhar cônjuge/companheiro	1
3.4. A Pedido, Independentemente do Interesse da Administração por Motivo de saúde	0
3.5. A Pedido, Independentemente do Interesse da Administração por Processo Seletivo	0
4. Licença Remunerada (4.1+4.2)	1
4.1. Doença em Pessoa da Família	0
4.2. Capacitação	1
5. Licença não Remunerada (5.1+5.2+5.3+5.4+5.5)	3
5.1. Afastamento do Cônjuge ou Companheiro	0
5.2. Serviço Militar	0
5.3. Atividade Política	0
5.4. Interesses Particulares	3
5.5. Mandato Classista	0
6. Outras Situações (Especificar o ato normativo – 6.1+6.2+6.3)	5
6.1. Licença Incentivada Não Remunerada – MPV nº 2.174-28/2001, artigo 4º	1
6.2. Licença à Gestante – Lei nº 8.112/1990, artigo 102, VIII, a) c/c 185, e) c/c 207	2
6.3. Licença à Gestante (Prorrogação) – Decreto nº 6.690/2008, artigo 2º	2
7. Total de Servidores Afastados em 31 de Dezembro (1+2+3+4+5+6)	28

Fonte: SIAPE e CGGP/DGES/CAPES.

6.1.2. Qualificação da Força de Trabalho

Quadro A.6.3 – Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UJ (Situação em 31 de dezembro)

Tipologias dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva (4)		
1. Cargos em Comissão	104	97	56	45
1.1. Cargos Natureza Especial	não há	0	0	0
1.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior ⁽¹⁾	104	98	56	45
1.2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão ⁽¹⁾⁽²⁾	não há	72	43	25
1.2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado ⁽²⁾	não há	6	5	1
1.2.3. Servidores de Outros Órgãos e Esferas ⁽²⁾	não há	8	2	4
1.2.4. Sem Vínculo ⁽²⁾	39	5	4	12
1.2.5. Aposentados ⁽²⁾⁽³⁾	não há	7	2	3
2. Funções Gratificadas	0	0	0	0
2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	0	0	0	0
2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	0	0	0	0
2.3. Servidores de Outros órgãos e Esferas	0	0	0	0
3. Total de Servidores em Cargo e em Função (1+2)	-	98	56	45

Fonte: ⁽¹⁾ Lei nº 8.405/1992, Lei nº 11.502/2007 e Decreto nº 7.692/2012;

⁽²⁾ Lei nº 8.112/1990, Decreto nº 5.497/2005, Decreto nº 4.050/2001 e legislação específica de carreiras;

⁽³⁾ CF/1988, artigo 37, §10; e

⁽⁴⁾ SIAPE e CGGP/DGES/CAPES.

6.1.2.1. Qualificação do Quadro de Pessoal da CAPES Segundo a Idade

Quadro A.6.4 – Quantidade de servidores da UJ por faixa etária – Situação apurada em 31/12

Tipologias do Cargo ⁽¹⁾	Quantidade de Servidores por Faixa Etária				
	Até 30 anos	De 31 a 40 anos	De 41 a 50 anos	De 51 a 60 anos	Acima de 60 anos
1. Provimento de Cargo Efetivo	85	100	53	41	3
1.1. Membros de Poder e Agentes Políticos	0	0	0	0	0
1.2. Servidores de Carreira	76	73	47	39	3
1.3. Servidores com Contratos Temporários	9	27	6	2	0
2. Provimento de Cargo em Comissão	17	34	22	13	12
2.1. Cargos de Natureza Especial	0	0	0	0	0
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior ⁽²⁾	17	34	22	13	12
2.3. Funções Gratificadas	0	0	0	0	0
3. Totais (1+2)	102	134	75	54	15

Fonte:

⁽¹⁾ SIAPE e CGGP/DGES/CAPES; e

⁽²⁾ São 98 cargos em comissão ocupados: 86 servidores de carreira e 12 aposentados ou sem vínculo; os servidores de carreira não foram computados no item 1.2, para não haver duplicidade, perfazendo 238 servidores de carreira que não ocupam cargo em comissão.

6.1.2.2. Qualificação do Quadro de Pessoal da Unidade Jurisdicionada Segundo a Escolaridade

Quadro A.6.5 – Quantidade de servidores da UJ por nível de escolaridade - Situação apurada em 31/12

Tipologias do Cargo ⁽¹⁾	Quantidade de Pessoas por Nível de Escolaridade								
	1	2	3	4	5	6	7	8	9
1. Provimento de Cargo Efetivo	0	1	2	1	24	85	80	60	29
1.1. Membros de Poder e Agentes Políticos	0	0	0	0	0	0	0	0	0
1.2. Servidores de Carreira	0	1	2	1	24	62	59	60	29
1.3. Servidores com Contratos Temporários	0	0	0	0	0	23	21	0	0
2. Provimento de Cargo em Comissão	0	0	1	0	3	20	31	25	18
2.1. Cargos de Natureza Especial	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior ⁽²⁾	0	0	1	0	3	20	31	25	18
2.3. Funções Gratificadas	0	0	0	0	0	0	0	0	0
3. Totais (1+2)	0	1	3	1	27	105	111	85	47
LEGENDA									
Nível de Escolaridade									
1 - Analfabeto; 2 - Alfabetizado sem cursos regulares; 3 - Primeiro grau incompleto; 4 - Primeiro grau; 5 - Segundo grau ou técnico; 6 - Superior; 7 - Aperfeiçoamento / Especialização / Pós-Graduação; 8 - Mestrado; 9 - Doutorado/Pós Doutorado/PhD/Livre Docência; 10 - Não Classificada.									

Fonte: ⁽¹⁾ SIAPE e CGGP/DGES/CAPES; e

⁽²⁾ São 98 cargos em comissão ocupados: 86 servidores de carreira e 12 aposentados ou sem vínculo; os servidores de carreira não foram computados no item 1.2, para não haver duplicidade, perfazendo 238 servidores de carreira que não ocupam cargo em comissão.

6.1.3. Demonstração dos Custos de Pessoal da CAPES

Quadro A.6.6 - Quadro de custos de pessoal no exercício de referência e nos dois anteriores

Tipologias/ Exercícios		Vencimentos e Vantagens Fixas	Despesas Variáveis						Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total
			Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e Previdenciários	Demais Despesas Variáveis			
Membros de Poder e Agentes Políticos											
Exercícios	2012	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	2011	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	2010	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Servidores de Carreira que não Ocupam Cargo de Provento em Comissão											
Exercícios	2012	18.286.771,36	NA	1.500.415,95	489.160,59	446.181,89	405.160,16	275.266,02	304.229,32	32.396,27	21.739.581,56
	2011	19.698.571,77	NA	1.705.993,61	582.458,17	1.134.700,61	458.776,04	0,00	0,00	40.374,94	23.620.875,14
	2010	19.965.079,30	NA	2.245.960,98	562.973,53	2.488.659,39	1.266.192,95	147.153,64	101.778,87	40.765,26	26.818.563,92
Servidores com Contratos Temporários											
Exercícios	2012	3.983.507,67	0,00	325.912,44	67.764,87	180.643,44	0,00	0,00	0,00	0,00	4.557.828,42
	2011	1.978.220,99	0,00	162.446,43	30.306,60	88.819,70	0,00	0,00	0,00	0,00	2.259.793,72
	2010	1.411.675,00	0,00	119.246,66	48.332,00	NA	65.155,99	0,00	0,00	0,00	1.644.409,65
Servidores Cedidos com Ônus ou em Licença											
Exercícios	2012	1.131.495,34	0,00	101.505,37	32.876,19	38.012,09	50.791,00	0,00	56.761,09	1.665,77	1.413.106,85
	2011	867.750,23	0,00	85.037,41	28.186,98	30.393,08	31.261,08	0,00	0,00	997,74	1.043.626,52
	2010	1.017.123,87	0,00	75.409,82	30.359,22	0,00	68.011,16	0,00	6.443,09	870,84	1.198.218,00
Servidores Ocupantes de Cargos de Natureza Especial											
Exercícios	2012	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	2011	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	2010	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Servidores Ocupantes de Cargos do Grupo Direção e Assessoramento Superior											
Exercícios	2012	6.106.265,93	2.547.499,37	899.603,47	282.341,84	937.853,67	302.411,69	74.167,44	48.279,30	29.752,06	11.228.174,77
	2011	5.095.952,36	2.123.572,53	679.544,22	227.478,22	847.742,79	156.730,31	0,00	0,00	27.321,78	9.158.342,21
	2010	5.055.561,99	2.631.167,59	787.428,83	252.661,80	231.206,40	357.050,90	13.872,44	23.953,81	27.436,74	9.380.340,50
Servidores Ocupantes de Funções Gratificadas											
Exercícios	2012	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	2011	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	2010	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: DW-SIAPE e SIAFI.

6.1.4. Composição do Quadro de Servidores Inativos e Pensionistas

6.1.4.1. Classificação do Quadro de Servidores Inativos da CAPES Segundo o Regime de Proventos e de Aposentadoria

Quadro A.6.7 - Composição do Quadro de Servidores Inativos - Situação apurada em 31 de dezembro

Regime de Proventos / Regime de Aposentadoria ⁽¹⁾	Quantidade	
	De Servidores Aposentados até 31/12	De Aposentadorias Iniciadas no Exercício de Referência
1. Integral	49	6
1.1 Voluntária	43	6
1.2 Compulsória	0	0
1.3 Invalidez Permanente	2	0
1.4 Outras ⁽²⁾	4	0
2. Proporcional	34	1
2.1 Voluntária	32	0
2.2 Compulsória	0	0
2.3 Invalidez Permanente	2	1
2.4 Outras	0	0
3. Totais (1+2)	83	7

Fonte: ⁽¹⁾ SIAPE e CGGP/DGES/CAPES.

⁽²⁾ Aposentadorias enquadradas no regime integral por força do artigo 192 da Lei nº 8.112/1990.

6.1.4.2. Demonstração das Origens das Pensões Pagas pela Unidade Jurisdicionada

Quadro A.6.8 - Instituidores de Pensão - Situação apurada em 31/12

Regime de Proventos do Servidor Instituidor ⁽¹⁾	Quantidade de Beneficiários de Pensão	
	Acumulada até 31/12	Iniciada no Exercício de Referência
1. Aposentado	7	2
1.1. Integral	3	0
1.2. Proporcional	4	2
2. Em Atividade	8	0
3. Total (1+2)	15	2

Fonte: ⁽¹⁾ SIAPE e CGGP/DGES/CAPES.

6.1.5. Acumulação Indevida de Cargos, Funções e Empregos Públicos

A identificação de eventuais acumulações remuneradas de cargos, funções e empregos públicos para o cumprimento do art. 37, incisos XVI e XVII da CF/1988 ocorre por mecanismos externos, a exemplo do Sistema de Tratamento de Indícios de Irregularidades – STII, da Auditoria de Recursos Humanos, da Secretaria de Gestão Pública do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

Entretanto, para o exercício de 2012 não se verificou comunicado qualquer do órgão central sobre a disponibilidade de relatórios no referido sistema.

Outrossim, ocorreu a publicação tanto da Portaria Normativa SRH/MP nº 2, de 8/11/2011, que trata dos procedimentos para a aplicação do limite remuneratório de que trata o inciso XI, art. 37 da CF/88, quanto da Portaria SEGEP/MP nº 2, de 12/3/2012, que trata dos procedimentos a serem adotados para fins de controle de dados sobre acumulação de cargos.

Por conseqüente, a supracitada unidade do SIPEC notificou a unidade de recursos humanos do órgão seccional – CGGP/DGES/CAPES sobre a existência de 10 (dez) indícios de acúmulo de cargos da carreira do órgão com cargos outros no âmbito do Governo do Distrito Federal, mais notadamente junto a Secretaria de Estado da Educação - SE-DF. Todos os interessados foram comunicados e assinaram Termo de Responsabilidade na forma fixada pelo diploma normativo.

Portanto, não consta, pelos meios instados, evidência qualquer de acúmulo ilícito de cargos, funções e empregos públicos até a presente data. Sucedaneamente, não houve necessidade de adoção de medida saneadora na forma do artigo 133 da Lei nº 8.112/1990.

6.1.6. Providências Adotadas nos Casos de Acumulação Indevida de Cargos, Funções e Empregos Públicos

Nenhuma ação de caráter foi adotada no exercício, conforme os fatos relatados no item anterior.

6.1.7. Informações Sobre os Atos de Pessoal Sujeitos a Registros e Comunicação

6.1.7.1. Atos Sujeitos à Comunicação ao Tribunal por intermédio do SISAC

Quadro A.6.9 – Atos Sujeitos ao Registro do TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007)

Tipos de Atos	Quantidade de atos sujeitos ao registro no TCU		Quantidade de atos cadastrados no SISAC	
	Exercícios		Exercícios	
	2012	2011	2012	2011
Admissão	15	31	15	31
Concessão de aposentadoria	7	8	7	8
Concessão de pensão civil	2	0	2	0
Concessão de pensão especial a ex-combatente	0	0	0	0
Concessão de reforma	0	0	0	0
Concessão de pensão militar	0	0	0	0
Alteração do fundamento legal de ato concessório	0	2	0	2
Totais	24	41	24	41

Quadro A.6.10 – Atos Sujeitos à Comunicação ao TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007)

Tipos de Atos	Quantidade de atos sujeitos à comunicação ao TCU		Quantidade de atos cadastrados no SISAC	
	Exercícios		Exercícios	
	2012	2011	2012	2011
Desligamento	22	19	22	19
Cancelamento de concessão	0	0	0	0
Cancelamento de desligamento	1	0	1	0
Totais	1	0	1	0

Quadro A.6.11 – Regularidade do cadastro dos atos no Sisac

Tipos de Atos	Quantidade de atos de acordo com o prazo decorrido entre o fato caracterizador do ato e o cadastro no SISAC			
	Exercício de 2012			
	Até 30 dias	De 31 a 60 dias	De 61 a 90 dias	Mais de 90 dias
Atos Sujeitos ao Registro pelo TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007)				
Admissão	15	0	0	0
Concessão de aposentadoria	7	0	0	0
Concessão de pensão civil	2	0	0	0
Concessão de pensão especial a ex-combatente	0	0	0	0
Concessão de reforma	0	0	0	0
Concessão de pensão militar	0	0	0	0
Alteração do fundamento legal de ato concessório	0	0	0	0
Total	24	0	0	0
Atos Sujeitos à Comunicação ao TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007)				
Desligamento	21	1	0	0
Cancelamento de concessão	0	0	0	0
Cancelamento de desligamento	0	1	0	0
Total	21	0	0	0

6.1.7.2. Atos Sujeitos à Remessa ao TCU em meio físico

Quadro A.6.12 – Atos sujeitos à remessa física ao TCU (Art. 14 da IN TCU 55/2007)

Tipos de Atos	Quantidade de atos sujeitos ao envio ao TCU		Quantidade de atos enviados ao TCU	
	Exercícios		Exercícios	
	2012	2011	2012	2011
Pensões graciosas ou indenizatórias	0	0	0	0
Outros atos fora do SISAC (especificar)	0	0	0	0
Totais	0	0	0	0

6.1.7.3. Informações da Atuação do Órgão de Controle Interno (OCI) Sobre os Atos

Quadro A.6.13 – Atuação do OCI sobre os atos submetidos a registro

Tipos de Atos	Quantidade de atos com diligência pelo OCI		Quantidade de atos com parecer negativo do OCI	
	Exercícios		Exercícios	
	2012	2011	2012	2011
Admissão	0	0	0	0
Concessão de aposentadoria	0	4	0	0
Concessão de pensão civil	0	0	0	0
Concessão de pensão especial a ex-combatente	0	0	0	0
Concessão de reforma	0	0	0	0
Concessão de pensão militar	0	0	0	0
Alteração do fundamento legal de ato concessório	0	1	0	0
Totais	0	5	0	0

6.1.8. Indicadores Gerenciais Sobre Recursos Humanos

Atestados Médicos

No período de janeiro a dezembro/2012, foram apresentados 745 atestados médicos, totalizando 5.439 dias de licença.

Quadro 6 – Atestados apresentados

ATESTADOS MÉDICOS EM 2012	
Número de atestados apresentados	705
Quantidade total de dias de licença	5.439
Tempo médio de licença (total de dias de licenças / Qtde. de atestados)	7,71 dias

Fonte: CGGP

No ano de 2012, pretendeu-se verificar as reincidências apresentadas nas licenças médicas, buscando identificar as causas das doenças para adoção de medidas que previnam o adoecimento e o absenteísmo dos servidores.

Buscando manter o bem estar físico, mental e evitar o processo de adoecimento e absenteísmo da força de trabalho da CAPES, anualmente a realiza campanhas preventivas como parte do Programa de Qualidade de Vida. Em 2012, foram realizadas as seguintes campanhas: Campanha de Vacinação contra a Influenza/Gripe Sazonal, Campanha de Prevenção a Doenças Oculares, e Campanha mediante Parceria com a Unidade Móvel do ODONTO SESC para atendimento odontológico, adicionando ao PASSAPORTE SESC com atendimento nutricional, orientações de educadores físicos e aferição de pressão arterial com exame capilar de glicemia, colesterol e triglicerídeos.

Programa de Qualidade de Vida

O Programa de Qualidade de Vida da CAPES, implantado no ano de 2009, teve continuidade em 2012, com atividades voltadas para a melhoria da saúde ocupacional e bem-estar, adequando ações ao ambiente de trabalho. O Programa tem como objetivo maior envolver pessoas, trabalho e organização, buscando o bem estar, a participação, integração dos servidores e a eficácia organizacional.

Esse Programa ofereceu aulas de ginástica laboral, diariamente, a todos os servidores; uma turma de Ioga; duas turmas de Dança de Salão; uma turma de Canto Coral; seis turmas de Pilates; e Cine Capes às sextas-feiras, quando são exibidos filmes variados no horário do almoço. Também são oferecidas, diariamente, sessões de *Quick-massage*.

Além dessas atividades oferecidas rotineiramente, o Programa Qualidade de Vida também foi responsável, durante o ano de 2012, pela promoção de eventos comemorativos de datas festivas, tais como Dia da Mulher, Dia das Mães, Dia dos Pais, Aniversário da CAPES, Dia do Servidor, Confraternização Natalina, tendo como exemplo a Campanha “CAPES e o Papai Noel dos Correios 2012”, realizada em novembro e dezembro de 2012.

Em junho de 2012 foi iniciada pelo Programa de Qualidade de Vida da CAPES a Campanha permanente de Antitabagismo “CAPES SEM TABACO”, cujo objetivo consiste em auxiliar e prestar informações úteis aos fumantes e não fumantes quanto aos riscos e males do cigarro, cessação do vício de fumar, sinalização e prerrogativas legais quanto ao fumo.

Em julho de 2012 foi instituído na CAPES, por meio da Portaria CAPES nº 99, de 11 de julho de 2012, o Programa “Pensando 50 ou mais”, com vistas a promover, no âmbito da CAPES, ações de acompanhamento aos servidores que estão em fase de aposentadoria. Tais ações de acompanhamento consistem na realização de oficinas, cursos, parcerias, trocas de informações com servidores já aposentados, entre outros meios para prepará-los para um planejamento futuro.

Educação Continuada

Vide ação 4572.

Rotatividade

A Rotatividade mensal (R_m) é um indicador global calculado com os parâmetros Admissões ($Entradas_m$) e Vacâncias ($Saídas_m$) mensais observadas para os cargos efetivos estatutários da UJ ocorridas em cada competência de referência, excluídos aqueles investidos em cargo em comissão. Também foram calculadas a Rotatividade média ($R_{méd}$), Rotatividade máxima ($R_{máx}$) e a Rotatividade mínima ($R_{mín}$). A fórmula utilizada está a seguir descrita:

$$R_m = \left\{ \frac{(Entradas_m + Saídas_m)}{2} \right\} \div \left\{ \frac{N^o \text{ de servidores estatutários ativos no mês anterior}}{1} \right\} \times 100$$

$R_{méd}$ = 0,22 % (jan. a dez. 2012)
 $R_{máx}$ = 0,41 % (mai; jul. 2012)
 $R_{mín}$ = 0,00 % (abr; jun; nov. 2012)

O *Turnover* mensal é destacado no quadro abaixo:

Quadro 7 - Rotatividade mensal para os cargos de provimento efetivo da UJ no exercício de 2011.

Competência	Admissões	Vacâncias	Nº de servidores efetivos no mês anterior	Turnover na competência (%)
Janeiro	0	1	261	0,19
Fevereiro	0	2	260	0,38
Março	0	2	258	0,39
Abril	0	0	253	0,00
Maio	0	2	246	0,41
Junho	0	0	243	0,00
Julho	0	2	242	0,41
Agosto	0	1	238	0,21
Setembro	0	1	237	0,21
Outubro	0	1	236	0,21
Novembro	0	0	234	0,00
Dezembro	1	0	234	0,21

Fontes: SIAPE, CGGP/DGES/CAPES e Quadro A.6.1.

Pelo acima exposto, pode-se deduzir que a cada mês 1 (uma) vacância ocorreu, em média. As 12 (doze) saídas observadas no íterim do exercício de 2012 foram por: aposentadoria (7 ou 58%); exoneração (2 ou 17%); ou vacância (3 ou 25%).

Ainda, as saídas por vacância ocorreram, principalmente, por posse em outro cargo público inacumulável, geralmente com remuneração a maior ou jornada de trabalho inferior às 8 (oito) horas diárias em voga no Poder Executivo da esfera federal.

Absenteísmo

O Absenteísmo mensal (A m) é um indicador global calculado com os parâmetros: “Horas não Trabalhadas”, “Horas úteis” e “quantitativo de servidores estatutários ativos para cada mês do exercício de 2011”, sendo neste último não computados aqueles que ocupavam cargo comissionado. Também foram calculados o Absenteísmo médio (A méd), Absenteísmo máximo (A máx) e o Absenteísmo mínimo (A mín). A fórmula utilizada é descrita abaixo:

$A m = \left\{ \frac{\text{Horas não trabalhadas}_{\text{mês}}}{\text{Horas Úteis}_{\text{mês}} \times \text{Nº de servidores estatutários ativos no mês anterior}} \right\} \times 100$	A méd = 0,008 % (jan. a dez. 2012) A máx = 0,014 % (set. 2012) A mín = 0,002 % (out. 2012)

Quadro 8 - Absenteísmo mensal para os cargos de provimento efetivo da UJ no exercício de 2011.

Competência	Total de horas não trabalhadas	Total de horas úteis	Nº de servidores efetivos no mês anterior	Absenteísmo na competência (%)
Janeiro	58:11:00	176	261	0,005
Fevereiro	82:22:00	148	260	0,009
Março	120:53:00	176	258	0,011
Abril	67:35:00	160	253	0,007
Maio	116:41:00	176	246	0,011
Junho	118:50:00	160	243	0,013
Julho	97:59:00	176	242	0,010
Agosto	117:32:00	184	238	0,011
Setembro	118:33:00	152	237	0,014
Outubro	21:37:00	176	236	0,002
Novembro	29:09:00	160	234	0,003
Dezembro	40:47:00	144	234	0,005

Fontes: SIAPE, CGGP/DGES/CAPES e Quadro A.6.1.

Aposentadoria versus reposição do quadro

Ressalta-se que desde a expiração do último certame para o provimento de cargos efetivos do Quadro de Pessoal da UJ, isto é, a contar do dia 15 de julho de 2008, até o dia 31/12/2012, foram observadas 48 (quarenta e oito) vacâncias, das quais 14 (catorze) por aposentadoria.

Nesta esteira, foi autorizada pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão a realização de concurso público para o provimento de 140 (cento e quarenta) cargos, de acordo com a Portaria nº 156, de 11/4/2012.

6.2. Terceirização de Mão de Obra Empregada e Contratação de Estagiários

6.2.1. Informações sobre Terceirização de Cargos e Atividades do Plano de Cargos do Órgão

Não se aplica à CAPES.

6.2.2. Informações sobre a Substituição de Terceirizados em Decorrência da Realização de Concurso Público

Não se aplica à CAPES.

6.2.3. Autorizações Expedidas pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão para Realização de Concursos Públicos para Substituição de Terceirizados

Não se aplica à CAPES.

6.2.4. Informações sobre a Contratação de Serviços de Limpeza, Higiene e Vigilância Ostensiva pela Unidade Jurisdicionada

Quadro A.6.17 - Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva

Unidade Contratante													
Nome: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES													
UG/Gestão: 154003							CNPJ: 00.889.834/0001-08						
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
							F		M		S		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2009	V	O	CONTRATO N° 46/2009	02.282.727/0001-34	31/12/2012	31/12/2013	32	32	-	-	-	-	P
2010	L	O	CONTRATO N° 09/2010	05.058.935.0001-42	03/05/2012	02/05/2013	22	22	15	15	-	-	P
Observações: Contrato n° 46/2009 – Zepim Segurança e Vigilância Ltda. Contrato n° 09/2010 – Interativa Dedetização, Higienização e Conservação Ltda.													
LEGENDA Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva. Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial. Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior. Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.													

Fonte: Coordenação de Instalações Prediais e Coordenação de Serviços Gerais

6.2.5. Informações sobre Locação de Mão de Obra para Atividades não Abrangidas pelo Plano de Cargos do Órgão

Quadro A.6.18 - Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra

Unidade Contratante													
Nome: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES													
UG/Gestão: 154003							CNPJ: 00.889.834/0001-08						
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
							F		M		S		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2007	2	E	CONTRATO N° 16/2007	06.090.065/0001-51	01/12/2007	30/11/2013	9	9	1	1	-	-	P
2007	4	E	CONTRATO N° 16/2007	06.090.065/0001-51	01/12/2007	30/11/2013	1	1	3	3	-	-	P
2009	5	O	CONTRATO N° 28/2009	06.090.065/0001-51	05/08/2009	05/08/2014	-	-	20	20	-	-	A
2009	9	O	CONTRATO N° 20/2009	01.011.976/0001-22	25/06/2012	24/06/2013	-	-	21	21	1	1	P
2012	12 *	O	CONTRATO N° 09/2012	26.414.755/0001-26	24/05/2012	23/05/2013	8	8	159	144	-	-	A
2012	10	O	CONTRATO N° 26/2012	08.414.767/0001-79	1/08/2012	31/07/2013	-	-	21	21	-	-	A
2012	12 **	O	CONTRATO N° 09/2012	26.414.755/0001-26	24/05/2012	23/05/2013	4	4	-	-	-	-	A
Observações: CONTRATO N° 16/2007 – PH Serviços e Administração LTDA CONTRATO N° 28/2009 – PH Serviços e Administração LTDA CONTRATO N° 20/2009 – Orion Telecomunicações, Engenharia LTDA CONTRATO N° 26/2012 – Capital Service - Serviços Profissionais LTDA * CONTRATO N° 09/2012 – CIDADE Serviços e Mão de Obra Especializada LTDA – Apoio Administrativo ** CONTRATO N° 09/2012 – CIDADE Serviços e Mão de Obra Especializada LTDA – Ascensorista													
LEGENDA Área: 1. Segurança; 2. Transportes; 3. Informática; 4. Copeiragem; 5. Recepção;							Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial. Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior. Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado. Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.						

6. Reprografia;
7. Telecomunicações;
8. Manutenção de bens móveis
9. Manutenção de bens imóveis
10. Brigadistas
11. Apoio Administrativo – Menores Aprendizizes
12. Outras

Fonte: Coordenação de Instalações Prediais e Coordenação de Serviços Gerais

6.2.6. Composição do Quadro de Estagiários

Quadro A.6.19 - Composição do Quadro de Estagiários

Nível de escolaridade	Quantitativo de contratos de estágio vigentes				Despesa no exercício (em R\$ 1,00)
	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	
1. Nível superior	79	87	72	65	461.708,61
1.1 Área Fim	55	61	51	46	32.7245,5
1.2 Área Meio	24	26	21	19	134.463,11
2. Nível Médio	34	33	33	35	122.433,92
2.1 Área Fim	22	20	25	27	89.177,39
2.2 Área Meio	12	13	8	8	33.256,53
3. Total (1+2)	113	120	105	100	584.142,53

Fonte: SIAPE e CGGP/DGS/CAPES.

7. GESTÃO DO PATRIMÔNIO MOBILIÁRIO E IMOBILIÁRIO.

7.1. Gestão da Frota de Veículos Próprios e Contratados de Terceiros

a) Legislação que regula a constituição e a forma de utilização da frota de veículos.

Lei nº 1.081, de 13 de abril de 1950 e Decreto nº 6.403, de 17 de março de 2008.

Forma: Veículos oficiais próprios adquiridos através de licitações. Não há contrato de prestação de serviço de locação de veículos.

Veículos de transporte institucional e veículos de serviços comuns;

b) Importância e impacto da frota de veículos sobre as atividades da CAPES.

O setor de transportes apóia as atividades administrativas e finalísticas desenvolvidas pela CAPES, uma vez que esta Fundação possui diversas parcerias institucionais e acadêmicas, que implicam a necessidade de participação constante em reuniões externas, inspeções, visitas de orientação, dentre outras atividades que implicam deslocamento. Deve se ressaltar também que a sede da CAPES está localizada fora da Esplanada dos Ministérios, a uma distância que demanda deslocamentos constantes de veículos da CAPES até o Ministério da Educação (órgão supervisor) para reuniões de trabalho. Assim, a frota de veículos é essencial para possibilitar, com agilidade e presteza, o deslocamento tempestivo dos colaboradores da CAPES aos locais de realização de tais atividades.

c) Quantidade de veículos em uso ou na responsabilidade da UJ, discriminados por grupos, segundo a classificação que lhes seja dada pela UJ (por exemplo, veículos de representação, veículos de transporte institucional etc.), bem como sua totalização por grupo e geral.

FROTA DA CAPES

QUANTIDADE VEÍCULOS	VEÍCULOS DE TRANSPORTE INSTITUCIONAL (art. 5º DECRETO nº 6.403, de 17 de março de 2008)	VEÍCULOS DE SERVIÇOS COMUNS (art. 6º DECRETO nº 6.403, de 17 de março de 2008)
11	2	9

d) Média anual de quilômetros rodados, por grupo de veículos, segundo a classificação contida na letra “c” supra;

QUANTIDADE VEÍCULOS	VEÍCULOS DE TRANSPORTE INSTITUCIONAL	VEÍCULOS DE SERVIÇOS COMUNS
11	2	9
Total – Km no ano	25.760	79.176
Média mensal	2.146,66	6.598

e) Idade média da frota, por grupo de veículo.

QUANTIDADE VEÍCULOS	VEÍCULOS DE TRANSPORTE INSTITUCIONAL (Idade Média)	DE	VEÍCULOS DE SERVIÇOS COMUNS (Idade Média)
11	Honda Civic	2002	Ford Ranger
			Ford Ranger
			Fiesta
			Fiesta
	Honda Civic	2007	S 10
			Citroen Junper
			VW Parati
			Renault Clio
			Fiat Elba
Idade Média	08 anos		07 anos

f) Custos associados à manutenção da frota (Por exemplo, gastos com combustíveis e lubrificantes, revisões periódicas, seguros obrigatórios, pessoal responsável pela administração da frota, entre outros).

MANUTENÇÃO (Peças e Serviços)	COMBUSTÍVEL	SEGURO DOS VEÍCULOS	LICENCIAMENTO / SEGURO OBRIGATÓRIO
R\$ 31.628,21	R\$ 28.026,81	R\$ 7.491,63	R\$ 1.806,30

Fonte: SIAFI

g) Plano de substituição da frota.

Não está prevista a substituição para o exercício de 2013.

h) Razões de escolha da aquisição em detrimento da locação.

A constante necessidade da utilização de transportes pelas autoridades e servidores da CAPES em suas atribuições rotineiras, torna o modelo de transporte próprio menos oneroso que a locação.

i) Estrutura de controles de que a CAPES dispõe para assegurar uma prestação eficiente e econômica do serviço de transporte.

Atualmente a CAPES dispõe de um sistema de gerenciamento da sua frota de veículos, que viabiliza uma gestão adequada dos serviços prestados pelo setor de transportes através de relatórios gerenciais, permitindo o aprimoramento das atividades desse setor e otimizando os gastos com a manutenção preventiva/corretiva e o consumo de combustível.

Frota de Veículos Automotores a Serviço da UJ, mas contratada de terceiros

Este item não se aplica a esta Fundação.

7.2. Gestão do Patrimônio Imobiliário

A CAPES gerencia dois Imóveis de Uso Especial da União, sendo eles:

- I) Terreno situado no Setor de Grandes Áreas Norte (SGAN) de registro Imobiliário Patrimonial nº 9701 17540.500-1, cedido ao Ministério da Educação pela Secretaria de Patrimônio da União, cujo termo de cessão condiciona sua utilização a construção da sede da CAPES. Atualmente este terreno é utilizado como estacionamento para veículos, sendo totalmente pavimentado, não tendo sido verificada a necessidade, até o momento, de qualquer manutenção.
- II) Sua atual sede, localizada no Setor Bancário Norte (SBN), de registro Imobiliário Patrimonial nº 9701 31000.000-0. Por se tratar de um imóvel locado de terceiros, gerenciamos, principalmente, a manutenção dos espaços e dos equipamentos existentes no imóvel, priorizando a racionalidade de seu uso e a adequada acessibilidade ao mesmo. O imóvel encontra-se em perfeito estado de uso, com divisões em seu espaço interno compatíveis com as atividades da CAPES. Novos investimentos no imóvel são custeados pelo locador.

7.2.1. Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial

Quadro A.7.1 – Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO DE RESPONSABILIDADE DA UJ	
		EXERCÍCIO 2012	EXERCÍCIO 2011
BRASIL	Distrito Federal	1	1
	Brasília	1	1
Subtotal Brasil		1	1
EXTERIOR	Não se aplica	0	0
	Subtotal Exterior	0	0
Total (Brasil + Exterior)		1	1

Fonte: Coordenação de Instalações Prediais

7.2.2. Distribuição Espacial dos Bens Imóveis Locados de Terceiros

Quadro A.7.2 – Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial Locados de Terceiros

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS LOCADOS DE TERCEIROS PELA UJ	
		EXERCÍCIO 2012	EXERCÍCIO 2011
BRASIL	Distrito Federal	1	1
	Brasília	1	1
Subtotal Brasil		1	1
EXTERIOR	Não se aplica	0	0
	Subtotal Exterior	0	0
Total (Brasil + Exterior)		1	1
Fonte: Coordenação de Instalações Prediais			

7.2.3. Discriminação dos Bens Imóveis Sob a Responsabilidade da CAPES

Quadro A.7.3 – Discriminação dos Bens Imóveis de Propriedade da União sob responsabilidade da UJ

UG	RIP	Regime	Estado de Conservação	Valor do Imóvel			Despesa no Exercício	
				Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliado	Com Reformas	Com Manutenção
154003	970117540.500-1	Entrega	8	-	02/10/2012	1.658.526,26	-	-
Total							-	-
Fonte: Coordenação de Instalações Prediais								

8. GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E GESTÃO DO CONHECIMENTO

8.1. Gestão da Tecnologia da Informação (TI)

Quadro A.8.1 – Gestão Da Tecnologia da Informação da Unidade Jurisdicionada

Quesitos a serem avaliados	
1. Em relação à estrutura de governança corporativa e de TI, a Alta Administração da Instituição:	
x	Aprovou e publicou plano estratégico institucional, que está em vigor.
x	monitora os indicadores e metas presentes no plano estratégico institucional.
x	Responsabiliza-se pela avaliação e pelo estabelecimento das políticas de governança, gestão e uso corporativos de TI.
X	aprovou e publicou a definição e distribuição de papéis e responsabilidades nas decisões mais relevantes quanto à gestão e ao uso corporativos de TI.
X	aprovou e publicou as diretrizes para a formulação sistemática de planos para gestão e uso corporativos de TI, com foco na obtenção de resultados de negócio institucional.
	aprovou e publicou as diretrizes para gestão dos riscos aos quais o negócio está exposto.
	aprovou e publicou as diretrizes para gestão da segurança da informação corporativa.
	aprovou e publicou as diretrizes de avaliação do desempenho dos serviços de TI junto às unidades usuárias em termos de resultado de negócio institucional.
	aprovou e publicou as diretrizes para avaliação da conformidade da gestão e do uso de TI aos requisitos legais, regulatórios, contratuais, e às diretrizes e políticas externas à instituição.
X	Designou formalmente um comitê de TI para auxiliá-la nas decisões relativas à gestão e ao uso corporativos de TI.
X	Designou representantes de todas as áreas relevantes para o negócio institucional para compor o Comitê de TI.
x	Monitora regularmente o funcionamento do Comitê de TI.
2. Em relação ao desempenho institucional da gestão e de uso corporativos de TI, a Alta Administração da instituição:	
x	Estabeleceu objetivos de gestão e de uso corporativos de TI.
x	Estabeleceu indicadores de desempenho para cada objetivo de gestão e de uso corporativos de TI.
x	Estabeleceu metas de desempenho da gestão e do uso corporativos de TI, para 2012.
x	Estabeleceu os mecanismos de controle do cumprimento das metas de gestão e de uso corporativos de TI.
	Estabeleceu os mecanismos de gestão dos riscos relacionados aos objetivos de gestão e de uso corporativos de TI.
	Aprovou, para 2012, plano de auditoria(s) interna(s) para avaliar os riscos considerados críticos para o negócio e a eficácia dos respectivos controles.
	Os indicadores e metas de TI são monitorados.
	Acompanha os indicadores de resultado estratégicos dos principais sistemas de informação e toma decisões a respeito quando as metas de resultado não são atingidas.
X	Nenhuma das opções anteriores descreve a situação desta instituição.
3. Entre os temas relacionados a seguir, assinale aquele(s) em que foi realizada auditoria formal em 2012, por iniciativa da própria instituição:	
	Auditoria de governança de TI.
	Auditoria de sistemas de informação.
	Auditoria de segurança da informação.
	Auditoria de contratos de TI.
	Auditoria de dados.
	Outra(s). Qual(is)?
x	Não foi realizada auditoria de TI de iniciativa da própria instituição em 2012.
4. Em relação ao PDTI (Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação) ou instrumento congêneres:	
	A instituição não aprovou e nem publicou PDTI interna ou externamente.
x	A instituição aprovou e publicou PDTI interna ou externamente.
x	A elaboração do PDTI conta com a participação das áreas de negócio.
	A elaboração do PDTI inclui a avaliação dos resultados de PDTIs anteriores.
x	O PDTI é elaborado com apoio do Comitê de TI.

x	O PDTI desdobra diretrizes estabelecida(s) em plano(s) estratégico(s) (p.ex. PEI, PETI etc.).
	O PDTI é formalizado e publicado pelo dirigente máximo da instituição.
x	O PDTI vincula as ações (atividades e projetos) de TI a indicadores e metas de negócio.
	O PDTI vincula as ações de TI a indicadores e metas de serviços ao cidadão.
	O PDTI relaciona as ações de TI priorizadas e as vincula ao orçamento de TI.
	O PDTI é publicado na <i>internet</i> para livre acesso dos cidadãos. Se sim, informe a URL completa do PDTI:
5. Em relação à gestão de informação e conhecimento para o negócio:	
x	Os principais processos de negócio da instituição foram identificados e mapeados.
x	Há sistemas de informação que dão suporte aos principais processos de negócio da instituição.
	Há pelo menos um gestor, nas principais áreas de negócio, formalmente designado para cada sistema de informação que dá suporte ao respectivo processo de negócio.
6. Em relação à gestão da segurança da informação, a instituição implementou formalmente (aprovou e publicou) os seguintes processos corporativos:	
	Inventário dos ativos de informação (dados, <i>hardware</i> , <i>software</i> e instalações).
	Classificação da informação para o negócio (p.ex. divulgação ostensiva ou acesso restrito).
	Análise dos riscos aos quais a informação crítica para o negócio está submetida, considerando os objetivos de disponibilidade, integridade, confidencialidade e autenticidade.
	Gestão dos incidentes de segurança da informação.
7. Em relação às contratações de serviços de TI: utilize a seguinte escala: (1) nunca (2) às vezes (3) usualmente (4) sempre	
(2)	são feitos estudos técnicos preliminares para avaliar a viabilidade da contratação.
(2)	nos autos são explicitadas as necessidades de negócio que se pretende atender com a contratação.
(4)	são adotadas métricas objetivas para mensuração de resultados do contrato.
(4)	os pagamentos são feitos em função da mensuração objetiva dos resultados entregues e aceitos.
(2)	no caso de desenvolvimento de sistemas contratados, os artefatos recebidos são avaliados conforme padrões estabelecidos em contrato.
(2)	no caso de desenvolvimento de sistemas contratados, há processo de <i>software</i> definido que dê suporte aos termos contratuais (protocolo e artefatos).
8. Em relação à Carta de Serviços ao Cidadão (Decreto 6.932/2009): (assinale apenas uma das opções abaixo)	
	O Decreto não é aplicável a esta instituição e a Carta de Serviços ao Cidadão não será publicada.
	Embora o Decreto não seja aplicável a esta instituição, a Carta de Serviços ao Cidadão será publicada.
	A instituição a publicará em 2013, sem incluir serviços mediados por TI (e-Gov).
	A instituição a publicará em 2013 e incluirá serviços mediados por TI (e-Gov).
X	A instituição já a publicou, mas não incluiu serviços mediados por TI (e-Gov).
	A instituição já a publicou e incluiu serviços mediados por TI (e-Gov).
9. Dos serviços que a UJ disponibiliza ao cidadão, qual o percentual provido também por e-Gov?	
x	Entre 1 e 40%.
	Entre 41 e 60%.
	Acima de 60%.
	Não oferece serviços de governo eletrônico (e-Gov).
Comentários	
Registre abaixo seus comentários acerca da presente pesquisa, incluindo críticas às questões, alerta para situações especiais não contempladas etc. Tais comentários permitirão análise mais adequada dos dados encaminhados e melhorias para o próximo questionário.	

8.2. Análise Crítica

A análise crítica está descrita no item 2.3.3.1, sobre a ação 2000, a partir do subitem TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO.

9. GESTÃO DO USO DOS RECURSOS RENOVÁVEIS E SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

9.1. Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis

Quadro A.9.1 - Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Licitações Sustentáveis					
1. A UJ tem incluído critérios de sustentabilidade ambiental em suas licitações que levem em consideração os processos de extração ou fabricação, utilização e descarte dos produtos e matérias primas.	X				
• Se houver concordância com a afirmação acima, quais critérios de sustentabilidade ambiental foram aplicados?					
2. Em uma análise das aquisições dos últimos cinco anos, os produtos atualmente adquiridos pela unidade são produzidos com menor consumo de matéria-prima e maior quantidade de conteúdo reciclável.		X			
3. A aquisição de produtos pela unidade é feita dando-se preferência àqueles fabricados por fonte não poluidora bem como por materiais que não prejudicam a natureza (ex. produtos de limpeza biodegradáveis).		X			
4. Nos procedimentos licitatórios realizados pela unidade, tem sido considerada a existência de certificação ambiental por parte das empresas participantes e produtoras (ex: ISO), como critério avaliativo ou mesmo condição na aquisição de produtos e serviços.				X	
• Se houver concordância com a afirmação acima, qual certificação ambiental tem sido considerada nesses procedimentos?	Foram priorizados os materiais cuja especificação no CATMAT respeita os critérios de sustentabilidade.				
5. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos que colaboram para o menor consumo de energia e/ou água (ex: torneiras automáticas, lâmpadas econômicas).					X
• Se houver concordância com a afirmação acima, qual o impacto da aquisição desses produtos sobre o consumo de água e energia?	Redução do consumo de água e energia				
6. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos reciclados (ex: papel reciclado).			X		
• Se houver concordância com a afirmação acima, quais foram os produtos adquiridos?					
7. No último exercício, a instituição adquiriu veículos automotores mais eficientes e menos poluentes ou que utilizam combustíveis alternativos.			X		
• Se houver concordância com a afirmação acima, este critério específico utilizado foi incluído no procedimento licitatório?	Sim ()		Não (X)		
8. Existe uma preferência pela aquisição de bens/produtos passíveis de reutilização, reciclagem ou reabastecimento (refil e/ou recarga).			X		
• Se houver concordância com a afirmação acima, como essa preferência tem sido manifestada nos procedimentos licitatórios?					
9. Para a aquisição de bens e produtos são levados em conta os aspectos de durabilidade e qualidade de tais bens e produtos.					X
10. Os projetos básicos ou executivos, na contratação de obras e serviços de engenharia, possuem exigências que levem à economia da manutenção e operacionalização da edificação, à redução do consumo de energia e água e à utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental.					X

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
Licitações Sustentáveis	1	2	3	4	5
11. Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação, como referido no Decreto nº 5.940/2006.					X
12. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas entre os servidores visando a diminuir o consumo de água e energia elétrica. Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, folders, comunicações oficiais, etc.)?					X
	Intranet e <i>folders</i> .				
13. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas de conscientização da necessidade de proteção do meio ambiente e preservação de recursos naturais voltadas para os seus servidores. Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, folders, comunicações oficiais, etc.)?					X
	Campanhas, <i>folders</i> e intranet.				
Considerações Gerais:					
<u>LEGENDA</u>					
Níveis de Avaliação:					
(1) Totalmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ.					
(2) Parcialmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.					
(3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.					
(4) Parcialmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.					
(5) Totalmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.					

Fonte: Coordenação-Geral de Recursos Logísticos

9.2. Consumo de Papel, Energia Elétrica e Água

Quadro A.9.2 – Consumo de Papel, Energia Elétrica e Água

Valores em R\$
1,00

1,00

Adesão a Programas de Sustentabilidade						
Nome do Programa			Ano de Adesão	Resultados		
Recurso Consumido	Quantidade			Valor		
	Exercícios					
	2012	2011	2010	2012	2011	2010
Água (m³)	17.647	14.984	12.234	231.075,42	189.816,76	134.074,30
Energia Elétrica (kWh)	1.804.103	1.845.766	1.853.767	685.441,00	658.950,94	568.041,28
Papel (resma)	501	872	1.917	4.133,25	7.194,00	15.815,25
			Total	920.649,67	855.961,70	717.930,83

Fonte: Coordenação de Suprimentos

10. CONFORMIDADE E TRATAMENTO DE DISPOSIÇÕES LEGAIS E NORMATIVAS

10.1. Deliberações do TCU e do OCI Atendidas no Exercício

10.1.1. Deliberações do TCU Atendidas no Exercício

Quadro A.10.1 - Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior					000250
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
1	015.125/2009-5	2852/2012 - 1ª Câmara	1.8	DE	Ofício nº 711/2012-TCU/SECEx-6 do dia 28.05.2012
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior					000250
Descrição da Deliberação					
1.8. determinar à Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Capes que: 1.8.1. no prazo de 15(quinze) dias, com fundamento no art. 28, § 5º, e art. 38, da IN STN 01/1997, bem como no art. 56, §§ 1º e 2º, da Portaria Interministerial 127/2008, caso ainda não tenha feito, proceda ao registro da inadimplência no SIAFI ou SICONV, conforme o caso, dos convênios a seguir relacionados, e adote as providências para instauração de tomada de contas especial, caso persista, conforme o caso, a omissão da prestação de contas ou a ausência de manifestação relativamente a eventuais diligências realizadas perante as convenientes: 1.8.2. exija, imediatamente, a apresentação de prestação de contas final dos convênios listados abaixo, acompanhada de relatório de cumprimento do objeto e demais documentos pertinentes, caso ainda não tenha feito e proceda análise sobre a regularidade da aplicação dos recursos transferidos, nos termos dos artigos 28 e 29 da IN STN 01/97 c/c 58 a 60 da Portaria Interministerial 127/2008, informando a este Tribunal, no prazo de 120 (cento e vinte) dias, as medidas implementadas: 1.8.3. no prazo de 120 (cento e vinte) dias, pronuncie-se conclusivamente quanto aos aspectos técnicos e financeiros sobre os convênios a seguir relacionados, nos termos dos artigos 29 e 31, § 1º, incisos I e II, da IN STN 01/1997, e dos artigos 59 e 60 da Portaria Interministerial 127/2008, informando a este Tribunal as medidas implementadas, findo o prazo acima:					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Coordenador-Geral de Execução Financeira, Orçamentária e de Contabilidade (CGOF) da Diretoria de Gestão (DGES)					000250
Síntese da Providência Adotada					
“Em atendimento ao determinado no item 1.8.1 (...) atualizamos o SIAFI, conforme o caso requeira, bem como procedemos à cobrança necessária à regularização das inadimplências efetuadas” (Mem.54/2012/CGOF/DGES, de 19.06.2012). “Em atendimento ao determinado nos itens 1.8.2 e 1.8.3 (...), temos a informar que foram realizadas as análises pendentes e realizados os devidos registros no SIAFI” (Mem. 88/2012-CGOF/DGES, de 02.10.2012).					

Síntese dos Resultados Obtidos
A situação no SIAFI, em 02/10/2012, para o item 1.8.2 é APROVADO para todas as parcelas dos convênios listados. Com relação ao item 1.8.3, foram registradas como inadimplentes quatro Instituições (relação anexa) por não atenderem às diligências efetuadas. O restante dos convênios citados no item 1.8.3 tiveram suas prestações de contas aprovadas” (Mem. 88/2012-CGOF/DGES, de 02.10.2012).
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior					000250
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
2	015.125/2009-5	2852/2012 - 1ª Câmara	1.11	RE	Ofício nº 711/2012-TCU/SECEX-6 do dia 28.05.2012
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior					000250
Descrição da Deliberação					
1.11. recomendar à Capes que proceda reavaliação dos indicadores de desempenho apresentados no seu relatório anual de gestão, de modo a refletir os resultados diretamente alcançados com a execução orçamentária de seus programas, especialmente do Programa 1375 – Desenvolvimento do Ensino da Pós Graduação e da Pesquisa Científica.					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior					000250
Síntese da Providência Adotada					
Os indicadores estão sendo reavaliados					
Síntese dos Resultados Obtidos					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior					000250
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
3	014.179/2010-5	3329/2012 – 1ª Câmara		DE	Controle nº 54044-TCU/Sefip, de 24.07.2012
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior					000250
Descrição da Deliberação					
Acordam, os Ministros do Tribunal de Contas da União (...) em receber a peça como mera petição, em razão de não existir no expediente manifesta intenção em recorrer da decisão original (...) Por meio de e-mail, do dia 02.08.2012, o TCU esclareceu que: <i>“O TCU entendeu que a peça enviada pela CAPES não apresenta intenção em recorrer da decisão original. Recebeu-a apenas como petição.</i> <i>Dessa forma, ficou mantida a determinação feita no subitem II do Acórdão nº 825/2011 – TCU – 1ª Câmara, à que deve ser dado cumprimento imediato, caso ainda não tenha sido feito”.</i> Acórdão nº 825/2011 – TCU – 1ª Câmara: <i>“II – determinar à Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior que, no prazo de 15 (quinze) dias, ajuste o valor da parcela ‘quintos’ – concedida judicial e incluída nos proventos da Sra. Aparecida Maria Gama Andrade posteriormente à sua aposentadoria – mediante a aplicação do procedimento estabelecido no item 9.2.1.2 do Acórdão nº 2.161/2005 – Plenário”.</i>					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior					000250
Síntese da Providência Adotada					
O Memorando nº 0165/2012-CGGP/DGES/CAPES, de 10/08/2012 encaminhado por meio do Ofício nº 076/2012 – AUD/CAPES, de 13/08/2012 explica o porquê não foram feitos ajustes nos valores pagos à servidora.					
Síntese dos Resultados Obtidos					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior					000250
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
4	004.810/2011-2	3347/2012 - Plenário	9.2	DE	
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior					000250
Descrição da Deliberação					
9.2 determinar à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Capes que: 9.2.1 reavalie o quadro normativo relativo aos Minter e Dinter, atentando para os seguintes aspectos, dentre outros que julgar convenientes: 9.2.1.1 vedação do financiamento por meio da cobrança de mensalidades ou taxas dos alunos matriculados, nos programas de pós-graduação, em que forem públicas as instituições promotoras, por força do Princípio da Gratuidade do Ensino Público previsto no art. 206, inciso IV, da Constituição Federal; 9.2.1.2 possibilidade de a entidade receptora, localizada no interior do estado, realizar a operacionalização da seleção e matrícula dos candidatos; 9.2.1.3 definição da responsabilidade das entidades participantes pelos custos relativos aos deslocamentos, estadia e alimentação dos docentes credenciados a ministrar o curso; e 9.2.1.4 definição do instrumento jurídico a ser firmado entre as entidades promotora e receptora. 9.2.2 comunique às universidades federais, promotoras de cursos Minter ou Dinter, que a continuidade de eventuais cursos somente poderá ocorrer com a interrupção imediata de cobrança de mensalidade ou taxa aos interessados;					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior					000250
Síntese da Providência Adotada					
“Atualmente, a UFPR não tem nenhum Minter financiado pela CAPES, portanto, o projeto Minter apontado pelo TCU (UFPR com a Unipar) não é financiado por esta Agência” (Mem. 15-42/2013/CQD/CGSI/DPB/CAPES, de 16.01.2013)					
Síntese dos Resultados Obtidos					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					

10.1.2. Deliberações do TCU Pendentes de Atendimento ao Final do Exercício

Não há deliberações do TCU pendentes de atendimento ao final do exercício.

10.1.3. Recomendações do OCI Atendidas no Exercício

Quadro A.10.3 - Relatório de cumprimento das recomendações do OCI

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior			000250
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
1	Auditoria de Contas nº 201109025/2011	1.11.1	Ofício nº 22840/DSEDU I/DS/SFC/CGU-PR
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior			000250
Descrição da Recomendação			
Finalizar e aprovar a “Carta de Serviços ao Cidadão”.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Gabinete da Presidência			000250
Síntese da Providência Adotada			
A Carta de Serviços ao Cidadão está disponível para consulta na página da Internet da CAPES.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior			000250
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
2	Auditoria de Contas nº 201109025/2011	2.1.1.6	Ofício nº 22840/DSEDU I/DS/SFC/CGU-PR
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior			000250
Descrição da Recomendação			
Priorize a criação de grupo de trabalho composto por representantes da alta administração do órgão, da área de TI e das demais áreas finalísticas, com o objetivo de elaborar a Política de Segurança da Informação e Comunicação - PSIC da CAPES, com fulcro na Meta 6 da Estratégia Geral de Tecnologia da Informação - EGTI/2011-2012, e em consonância com a Ação 54 do PDTI CAPES (2010-2013).			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Diretoria de Tecnologia da Informação (DTI)			000250
Síntese da Providência Adotada			
As recomendações foram atendidas: o grupo de trabalho foi criado pela portaria nº 4 de 07/01/2010. O grupo elaborou a Política de Segurança da Informação e Comunicação – POSIC da CAPES, aprovada e formalizada através da Portaria 066, de 16 de maio de 2012 e publicada na INTRANET no endereço: http://intranet.capes.gov.br/images/stories/documentos/boletim_servicos/Boletim_Especial02_Maio2012.pdf			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior			000250
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
3	Relatório nº 201211300	Não se aplica	Ofício nº 35865/DSEDU I/DS/SFC/CGU-PR
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior			000250
Descrição da Recomendação			
Recomendamos incluir no PAINT 2013 as informações ausentes, acima descritas, de acordo com a IN/SFC nº 01/2007.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Auditoria Interna (AUD)			000250
Síntese da Providência Adotada			
Alteração efetuada no PAINT			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior			000250
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
4	Relatório nº 201211300	Não se aplica	Ofício nº 35865/DSEDU I/DS/SFC/CGU-PR
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior			000250
Descrição da Recomendação			
Diante dos fatos expostos, recomendamos que a Unidade (...) refaça o planejamento das capacitações a serem cursadas pelos servidores, diminuindo o tempo empregado nestes fins.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Auditoria Interna (AUD)			000250
Síntese da Providência Adotada			
Alteração efetuada no PAINT. A capacitação foi reduzida de 1.624hs para 1.196hs			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior			000250
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
5	Relatório nº 201211300	Não se aplica	Ofício nº 35865/DSEDU I/DS/SFC/CGU-PR
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior			000250
Descrição da Recomendação			
Diante dos fatos expostos, recomendamos que a Unidade (...) redistribua a carga horária para a realização de atividades de auditoria em áreas relevantes vinculadas aos programas da Unidade.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Auditoria Interna (AUD)			000250
Síntese da Providência Adotada			
Alteração efetuada no PAINT. Houve aumento nas horas relativas às auditorias.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior			000250
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
6	Relatório nº 201211300	Não se aplica	Ofício nº 35865/DSEDU I/DS/SFC/CGU-PR
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior			000250
Descrição da Recomendação			
Em relação ao escopo do trabalho da AUD/CAPES, foi identificado que na ação A007 o escopo definido restringiu-se a licitação do exercício de 2012. Tendo em vista tratar-se do PAINT de 2013, recomendamos a alteração deste escopo, adequando-o ao exercício do planejamento, e não do exercício anterior.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Auditoria Interna (AUD)			000250
Síntese da Providência Adotada			
Alteração efetuada no PAINT. As licitações a serem auditadas serão as relativas ao ano de 2013.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior			000250
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
7	Auditoria de Contas nº 201109025/2011	2.1.1.2	Ofício nº 22840/DSEDU I/DS/SFC/CGU-PR
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior			000250
Descrição da Recomendação			
Aprimorar rotina de detecção das situações de risco e agilizar o encaminhamento de instauração de TCE ao setor competente			
Providências Adotadas			
Sector Responsável pela Implementação			Código SIORG
Diretoria de Gestão (DGES)			000250
Síntese da Providência Adotada			
Em 11 de outubro de 2012 por meio da Portaria nº 147, o Senhor Presidente da Capes mediante a necessidade de aprimorar o processo de avaliação de resultados de projetos, tanto no aspecto técnico quanto no que se refere à propriedade da aplicação financeira dos planos de trabalho aprovados pela CAPES, julgou oportuno e conveniente instituir Comissão de Especialistas responsável pela avaliação dos resultados dos projetos de acordo com requisitos definidos pelos Regulamentos e Editais de Programas da CAPES; Planos de Trabalho aprovados; bem como critérios e parâmetros específicos da área ou campo do conhecimento a que se vinculem a legislação aplicável à transferência de recursos da União mediante convênios e outros instrumentos de apoio à educação e pesquisa. Como resultado observou-se no âmbito da Comissão vários benefícios dentre eles: • Uniformização de procedimentos entre os diversos setores técnicos e financeiro envolvidos com o tema; • Maior interação com os beneficiários tornando mais célere as soluções voltadas a tomada de decisão quanto a aprovação de Prestação de contas, inserção de inadimplência ou adoção de medidas administrativas com vistas a TCE; • Celeridade nas baixas junto ao SIAFI – Comprovação de prestação de contas, Diligências quando necessárias e Aprovação de prestação de contas ampliadas; • Pacificação dos entendimentos entre a Comissão e demais setores técnicos e financeiro.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			

10.1.4. Recomendações do OCI Pendentes de Atendimento ao Final do Exercício

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior			000250
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
1	Auditoria de Contas nº 201109025/2011	2.1.1.1	Ofício nº 22840/DSEDU I/DS/SFC/CGU-PR
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior			000250
Descrição da Recomendação			
a) Instaurar TCE para as transferências com vigência expirada e valores a comprovar e com saldo na conta “inadimplência efetiva”. b) Elaborar estudo visando avaliar a adequabilidade das estruturas administrativas relacionadas à cobrança e análise das prestações de contas dos convênios e da área responsável pela instauração de TCE. c) Estabelecer rotina administrativa de forma a avaliar as situações que poderiam ensejar a instauração de TCE, de forma a garantir que as áreas relativas à cobrança e análise das prestações de contas dos convênios informem as situações de risco à área responsável pela instauração de TCE. d) Aprimorar rotina de detecção das situações de risco e agilizar o encaminhamento de instauração de TCE ao setor competente.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Diretoria de Gestão (DGES)			000250
Justificativa para o seu não Cumprimento			
As contas de 75 transferências foram regularizadas, saindo da situação a comprovar, para situação em análise, restando 345 transferências ainda na situação a comprovar que estão sendo registradas como inadimplentes para posterior encaminhamento para instauração de TCE. Cabe ressaltar que dessas 345 transferências, apenas 17 se aplicam ao artigo 25 da LRF. As outras 328 foram transferências para professores (pessoas físicas) de Instituições de Ensino por intermédio de Auxílio a Pesquisa (AUXPE), não se aplicando, portanto, ao artigo citado. Ademais, esclarecemos que as inconsistências apresentadas nas Prestações de Contas dos AUXPE acima listadas, estão em fase de diligência para esclarecimentos com relação à correta aplicação do recurso transferido. b) Informamos que o convênio SIAFI 486546 de R\$ 1.177.060,05, foi para encaminhado TCE e formalizado acordo de devolução que não foi cumprido pelo conveniente. Dessa forma, o processo foi encaminhado para a Procuradoria Federal para as providências judiciais cabíveis (execução).			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior			000250
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
2	Auditoria de Contas nº 201109025/2011	2.1.1.5	Ofício nº 22840/DSEDU I/DS/SFC/CGU-PR
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior			000250
Descrição da Recomendação			
1) Com a maior celebridade possível, finalize a revisão e aprove o Plano Diretor de Tecnologia da Informação - PDTI para o período de 2010 a 2013 da CAPES, homologando-o perante a alta administração e publicando-o no Diário Oficial da União, de maneira a torná-lo efetivo, permitindo que a CGIN aperfeiçoe seu processo de elaboração de seu planejamento anual para a gestão de TI do órgão e conferindo maior efetividade ao plano 2) Inclua, se possível, no Plano Diretor de Tecnologia da Informação - PDTI para o período de 2010 a 2013, sessão específica tratando da política de aquisição e substituição de equipamentos de TI, nos moldes preconizados no parágrafo 2º do art. 7º da IN SLTI nº 01/2010 e atente para a inclusão dessa sessão no plano diretores posteriores 3) Inclua no Plano de Ações do Plano Diretor de Tecnologia da Informação - PDTI para o período de 2010 a 2013, ação que descreve um procedimento administrativo interno para detectar incompatibilidades entre os recursos de TI e as necessidades institucionais da CAPES, de maneira a manter o alinhamento constante entre o PETI / PDTI vigentes na CAPES.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Diretoria de Tecnologia da Informação (DTI)			000250
Justificativa para o seu não Cumprimento			
1) Após a conclusão do Planejamento Estratégico Institucional, a Diretoria de Tecnologia da Informação, finalizou seu Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação, cuja estrato foi publicado no Diário Oficial da União de 11 de junho de 2012. A partir deste alinhamento estratégico, inicia-se a revisão do PDTI, cuja formalização e conclusão está prevista para 02/2013 2) Conforme recomendado, será incluída no PDTI sessão específica tratando da política de aquisição e substituição de equipamentos de TI, nos moldes preconizados no parágrafo 2º do art. 7º da IN SLTI/MP Nº 01/2010. A Diretoria de Tecnologia da Informação está trabalhando na elaboração do Processo Administrativo específico, conforme recomendação. 3) Conforme recomendado, será incluída no plano de ações do PDTI. Processo administrativo interno para detectar as incompatibilidades entre os recursos de TI e as necessidades institucionais, de forma a manter o alinhamento constante entre o PETI/PDTI8 vigentes na CAPES. A Diretoria de Tecnologia da Informação está trabalhando na elaboração do Processo Administrativo específico, conforme recomendação.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior			000250
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
3	Auditoria de Contas nº 201109025/2011	3.1.1.1	Ofício nº 22840/DSEDU I/DS/SFC/CGU-PR
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior			000250
Descrição da Recomendação			
a) Analisar as transferências com situação “a aprovar” e tomar providências para regularização b) Providenciar a regularização das transferências com situação “a comprovar”, instaurando TCE quando devido. c) Criar uma rotina de acompanhamento e análise dos convênios registrados no SIAFI.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Diretoria de Gestão (DGES)			000250
Justificativa para o seu não Cumprimento			
As questões relativas aos procedimentos de análise de prestação de contas são de ordem estrutural. A CAPES vem trabalhando no sentido de melhorar os procedimentos relativos à correta instrução processual, treinando servidores, definindo os requisitos básicos para a implantação de sistema de informática compatível sua tecnologia. No entanto, essas providências não são suficientes e a questão somente será devidamente equacionada com a recomposição total do quadro de pessoal do setor, ora iniciada, com a aprovação de concurso para 2012; com a aprovação de legislação e normativos específicos para as ações da CAPES e com a definitiva implantação do sistema informatizado, ora em desenvolvimento.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior			000250
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
4	Auditoria de Contas nº 201109025/2011	3.1.1.2	Ofício nº 22840/DSEDU I/DS/SFC/CGU-PR
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior			000250
Descrição da Recomendação			
a) Analisar as transferências com saldo a liberar e vigência expirada e tomar providências para regularização. b) Criar uma rotina de acompanhamento e análise dos convênios registrados no SIAFI.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Diretoria de Gestão (DGES)			000250
Justificativa para o seu não Cumprimento			
As questões relativas aos procedimentos de análise de prestação de contas são de ordem estrutural. A CAPES vem trabalhando no sentido de melhorar os procedimentos relativos à correta instrução processual, treinando servidores, definindo os requisitos básicos para a implantação de sistema de informática compatível sua tecnologia. No entanto, essas providências não são suficientes e a questão somente será devidamente equacionada com a recomposição total do quadro de pessoal do setor, ora iniciada, com a aprovação de concurso para 2012; com a aprovação de legislação e normativos específicos para as ações da CAPES e com a definitiva implantação do sistema informatizado, ora em desenvolvimento.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior			000250
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
5	Relatório nº 201211300	Não se aplica	Ofício nº 35865/DSEDU I/DS/SFC/CGU-PR
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior			000250
Descrição da Recomendação			
Em relação às ações A001 e A004, entende-se que a unidade de Auditoria Interna ao emitir estes pareceres sobre atos administrativos estão participando das atividades de gestão da Unidade, pelos quais poderão ser demandados a auditar posteriormente, infringindo assim, o princípio da segregação de funções. Retire as ações A001 e A004 do PAINT.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Auditoria Interna (AUD)			000250
Justificativa para o seu não Cumprimento			
.A ação A001 do PAINT 2012 trata de emissão de parecer sobre análise de processo referente a ex-bolsistas que descumpriram o Termo de Compromisso. Já a ação A004 do PAINT 2012 refere-se a análise de repactuações <i>“13. Segundo nosso entendimento, não há desvio das atribuições da AUD na execução das atividades, tampouco atuação na gestão da CAPES, conforme trataremos adiante</i> <i>(...)</i> <i>15. (...) consideramos que o assessoramento e consultoria à alta administração da CAPES são atividades essenciais a serem realizadas pela Auditoria Interna, tão essenciais quanto as atividades de auditoria. A própria Instrução Normativa SFC nº 01/2001 destaca que o assessoramento à alta administração da entidade é característica principal dos trabalhos da auditoria interna, de acordo com o seu Capítulo X, Seção I, que trata das unidades de Auditoria Interna das entidades da administração indireta.</i> <i>(...)</i> <i>17. Os gestores não podem ser privados do assessoramento da Auditoria Interna quando se depararem com questões que possam suscitar dúvidas na execução dos programas sob suas responsabilidades. Tratam-se, portanto, de ações preventivas praticadas pela AUD, não guardando absolutamente qualquer relação com participação na gestão.</i> <i>18.As recomendações podem ser ou não seguidas pelos gestores, não havendo qualquer efeito vinculativo, declaratório e/ou mandamental. As citadas recomendações abordam quase que totalmente questões que possam ensejar tomada de conta especial, ou seja, assunto pertinente à AUD. Daí que se caracteriza o aspecto preventivo já citado”. Ofício nº. 113/2012/AUD/CAPES, de 28/12/2012 encaminhado à CGU.</i>			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			

10.2. Informações Sobre a Atuação da Unidade de Auditoria Interna

A Auditoria Interna da CAPES tem suas atribuições previstas no art. 18 do Estatuto da CAPES, Anexo I do Decreto n.º 7.692, de 02 de março de 2012, publicado no Diário Oficial da União de 06 de março de 2012. Segundo o parágrafo único do Anexo I do referido decreto, a auditoria interna da CAPES vincula-se administrativamente, ao Conselho Superior.

Atualmente, esta unidade de Auditoria Interna apresenta a seguinte estrutura:

- 1 Auditor-Chefe;
- 1 Servidor de nível superior, da área de contabilidade (Analista em Ciência e Tecnologia);
- 4 Servidores de nível médio (Assistentes em Ciência e Tecnologia);
- 1 Prestadora de serviço (secretária).

Dentre os trabalhos realizados em 2012, podemos citar como os mais relevantes, os descritos abaixo:

1. auditoria nos processos de admissão, aposentadoria e progressão funcional, referentes ao ano de 2011, por meio da qual constatou-se:
 - 1.1. ausência, no processo, de cópia de portaria que prorroga concurso, cujo objeto é o provimento de vagas em contrato por tempo determinado;
 - 1.2. dado cadastrado equivocadamente no SISAC;
 - 1.3. ausência, no processo, de Termo de Posse e Exercício
2. auditoria nos processos de aquisição de bens permanentes no ano de 2011, na qual constatou-se:
 - 2.1. ausência do termo de contrato na aquisição dos notebooks por meio de Ata de Registro de preço.

Em 2012 a auditoria interna da CAPES elaborou 121 (cento e vinte) recomendações, das quais 69 (sessenta e nove) foram atendidas. O restante está em andamento ou ainda não houve informação prestada pela respectiva área.

Após 60 (sessenta dias) da emissão do relatório ou parecer, a Auditoria Interna da CAPES verifica junto à área técnica se as recomendações foram atendidas.

Não há monitoramento dos resultados decorrentes dos trabalhos da auditoria interna.

O Presidente da Capes tem ciência das recomendações efetuadas por meio de relatórios de auditoria, tendo em vista que todos os relatórios finais de auditoria são encaminhados ao Gabinete da Presidência. As áreas técnicas são, posteriormente, informadas acerca das medidas a serem realizadas para as implementações das recomendações.

10.3. Declaração de Bens e Rendas Estabelecida na Lei nº 8.730/93

Quadro A.10.5 – Demonstrativo do cumprimento, por autoridades e servidores da UJ, da obrigação de entregar a DBR

Detentores de Cargos e Funções Obrigados a Entregar a DBR ⁽¹⁾	Situação em Relação às Exigências da Lei nº 8.730/93	Momento da Ocorrência da Obrigação de Entregar a DBR		
		Posse ou Início do Exercício de Cargo, Emprego ou Função	Final do Exercício de Cargo, Emprego ou Função	Final do Exercício Financeiro ^{(2) (3)}
Autoridades (Incisos I a VI do art. 1º da Lei nº 8.730/93)	Obrigados a entregar a DBR	0	0	0
	Entregaram a DBR	0	0	0
	Não cumpriram a obrigação	0	0	0
Cargos Eletivos	Obrigados a entregar a DBR	0	0	0
	Entregaram a DBR	0	0	0
	Não cumpriram a obrigação	0	0	0
Funções Comissionadas (Cargo, Emprego, Função de Confiança ou em comissão)	Obrigados a entregar a DBR	2	1	5
	Entregaram a DBR	2	1	5
	Não cumpriram a obrigação	0	0	0

Fonte: ⁽¹⁾ CGGP/DGES/CAPES;

⁽²⁾ Considerados os servidores investidos em cargo em comissão do grupo DAS anteriormente à publicação da Instrução Normativa nº 65/2011 TCU - Plenário, em 28/4/2011, durante sua vigência, e após a publicação da Instrução Normativa nº 67/2011 TCU - Plenário, em 8/7/2011; e

⁽³⁾ Contabilizou-se preferencialmente a Autorização de Acesso às Declarações de Ajuste Anual do Imposto de Renda Pessoa Física entregues à unidade de Recursos Humanos, conforme o artigo 2º da IN TCU 65/2011 e o artigo 3º da IN TCU 67/2011, por ter efeito mais abrangente.

Análise Crítica

A área de Administração de Pessoal da CAPES, é o órgão da Unidade Jurisdicionada responsável pelo acompanhamento das obrigações contidas no art. 1º da Lei nº 8.730/1993.

Com a publicação da Instrução Normativa nº 65/2011 – TCU – Plenário, em 28/4/2011, e da Instrução Normativa nº 67/2011 – TCU – Plenário, em 8/7/2011, a quase totalidade dos servidores ativos, independentemente de sua situação na UJ (sem vínculo, requisitado, em exercício descentralizado, etc) protocolaram o Formulário de Autorização de Acesso aos Dados de Bens e Rendas das Declarações de Ajuste Anual do Imposto de Renda Pessoa Física junto à citada unidade, ainda no íterim do exercício de 2011. Isto é, na quase totalidade das ocorrências de ingressos e egressos no exercício de 2012, o(a) ocupante de função comissionada já haviam cumprido preteritamente com a referida obrigação, por se tratar, exatamente, de Autorização de Acesso.

Assim, apenas aqueles que não pertenciam ao órgão em seu ingresso ou egresso apresentaram a referida documentação.

Os documentos foram tramitados à unidade responsável após protocolo no Sistema de Protocolo e Arquivo – SPArq, ou então foram entregues, em mãos, a servidores ali lotados. Esses foram então anexados a processo sigiloso, sobrestado em armário específico, o qual permanece constantemente lacrado e com acesso restrito a quem lhe é de competência.

As ocorrências de recebimento e cumprimento das obrigações foram registradas em planilha delineada para esse objeto, já que a unidade responsável ainda indis põe de sistema informatizado para tanto.

10.4. Declaração de Atualização de Dados no SIASG e SICONV

Vide Anexo 8

11. INFORMAÇÕES CONTÁBEIS

11.1. Informações Sobre a Adoção de Critérios e Procedimentos Estabelecidos pelas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público

11.1.1 Depreciação, Amortização, Exaustão e Mensuração de Ativos e Passivos

A CAPES utilizava até o exercício de 2011 um software proprietário para controle de seu patrimônio, entretanto, após orientação da Controladoria Geral da União, através do Plano de Providências constante do Relatório CGU: 209235/2008, item 3.1.5.1, não contratamos a sua manutenção por tratar-se de um processo de contratação por inexigibilidade.

No exercício de 2012, por falta de atualização da versão do antigo programa, migramos para o sistema SIASP - Sistema de Administração de Almoxarifado, Serviços e Patrimônio, desenvolvido em software livre pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário e parcialmente adaptado para a CAPES. No caso do SIASP, houve uma descontinuidade no seu desenvolvimento que nos permitiu utilizar apenas o módulo gerencial do patrimônio com a funcionalidade de depreciação dos bens, observando a legislação vigente.

Desde 2012, a CAPES está implantando o SIPAC – Sistema Integrado de Patrimônio, Administração e Contrato, que dentre outras funcionalidades, informatiza os fluxos da área administrativa através da informatização de todo o controle patrimonial. O SIPAC foi implementado considerando a macrofunção do SIAFI de assunto "020330 - Reavaliação, Redução a Valor Recuperável, Depreciação, Amortização e Exaustão na administração direta da União, Autarquias e Fundações". Essa macrofunção tem uma tabela que apresenta por conta (ou grupo de material como denominado no SIPAC) uma vida útil em anos e valor residual para cada conta contábil e foi utilizada como base para definir a vida útil dos bens registrados no SIPAC.

O SIPAC ainda armazena o valor da vida útil individualmente por bem. Apesar de a tabela ter esse valor padrão, caso o bem seja reavaliado ou sofra redução no valor recuperável, o sistema permite editar a vida útil restante desse bem. A metodologia de cálculo, também definida nessa macrofunção, registra que o valor a ser depreciado do bem em 01 mês será $[(\text{valor do bem} - \text{valor residual})]/(\text{vida útil atual do bem em meses})$.

Destacamos que estes procedimentos encontram base legal na Lei n 4.320/64, na Lei Complementar nº 101/00, nas Normas Brasileiras de Contabilidade e na Lei n 10.180/2001.

11.2. Declaração do Contador Atestando a Conformidade das Demonstrações Contábeis

Vide Anexo 9

12. INFORMAÇÕES SOBRE AS CONTRATAÇÕES DE CONSULTORES NA MODALIDADE “PRODUTO” NO ÂMBITO DOS PROJETOS DE COOPERAÇÃO TÉCNICA COM ORGANISMOS INTERNACIONAIS

Tendo em vista o aumento considerável de atividades gerenciadas pela CAPES nos últimos anos, decorrente principalmente da lei 11.502/2007, que ampliara suas competências, e de programas governamentais prioritários, como o programa "Ciência sem Fronteiras", observou-se necessário um projeto de reestruturação e otimização de suas rotinas, visando suprir a demanda de resultados que tais mudanças imputaram ao órgão, especialmente à Diretoria de Relações Internacionais do mesmo, responsável pelo intermédio negocial com as instituições estrangeiras e implementação das bolsas no exterior.

Por conseguinte, instituiu-se o Projeto de Cooperação intitulado "Fortalecimento da capacidade institucional com vistas a melhoria dos processos de monitoramento e avaliação dos programas de fomento voltados para a Educação Básica e para o Ensino Superior" entre CAPES e UNESCO - Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura, cuja competência em cooperação técnica com organismos internacionais é amplamente reconhecida, de forma que esta possa orientar a CAPES neste processo de reestruturação de normas, processos e rotinas, disponibilizando consultores ad hoc modalidade produto para a elaboração de pareceres e laudos técnicos referentes ao cumprimento da missão da instituição. Deste modo, foi firmado 01 contratos de consultoria em parceria com a UNESCO no exercício de 2012 com pessoa física na modalidade “Produto” associado ao projeto supracitado, conforme consta do quadro abaixo.

Quadro 9 - Consultores Contratados na Modalidade “Produto” no Âmbito dos Projetos de Cooperação Técnica com Organismos Internacionais

Identificação da Organização Internacional Cooperante					
Nome da Organização				Sigla	
Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura				UNESCO	
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto				Código	
CAPES – FORTALECIMENTO DA CAPACIDADE INSTITUCIONAL				914BRZ1136.2	
Informações sobre os Contratos de Consultoria na Modalidade “Produto”					
Código do Contrato: SA – 2909/2012					
Objetivo da Consultoria: realizar diagnóstico e proposições de atualização do arcabouço normativo e de criação da regulamentação dos projetos conjuntos de pesquisa e parcerias internacionais, editais dos programas, bolsas para brasileiros no exterior e bolsas para estrangeiros no Brasil da CAPES, com vistas à melhoria da eficiência e eficácia do trabalho, adequando os estudos e proposições realizados à nova estrutura organizacional da Diretoria.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total pago no Exercício	Total pago até o Final do Exercício
01/10/2012	31/03/2013	R\$ 50.000,00	R\$ 20.000,00	R\$ 20.000,00	R\$ 20.000,00
Insumos Externos					

Nenhum insumo previsto.		
Produtos Contratados		
Descrição	Data prevista de entrega	Valor
01 documento técnico contendo diagnóstico sobre o processo de regulamentação das ações, projetos e programas de fomento da Diretoria de Relações Internacionais (DRI), contemplando indicativos de gargalos e lacunas relacionadas às atividades não normatizadas e/ou com necessidade de revisão/atualização.	19/11/2012	R\$ 20.000,00
01 documento técnico contendo proposta de atualização do arcabouço regulatório da DRI, contemplando as atividades e modalidades de benefícios com viés inovador e/ou voltado para gestão por eficiência, assim como a proposta de metodologia e orientações para subsidiar o processo de implementações desta.	31/03/2013	R\$ 30.000,00
Consultor Contratado		
Nome do Consultor: Melissa Andrade		CPF: 805.960.451-15.
Observações sobre a Execução Físico/Financeira do Contrato: nenhuma observação		

Anexo 1

13. ANEXO 1 – IES PARTICIPANTES DO SISTEMA UAB

Região	UF	Dependência Administrativa	Nome Instituição de Ensino Superior	Sigla IES
Norte	AC	Federal	UNIVERSIDADE FEDERAL DO ACRE	UFAC
Nordeste	AL	Federal	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE ALAGOAS	IFAL
Nordeste	AL	Federal	UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS	UFAL
Norte	AM	Federal	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS	IFAM
Norte	AM	Federal	UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS	UFAM
Norte	AP	Federal	UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ	UNIFAP
Nordeste	BA	Estadual	UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA	UNEB
Nordeste	BA	Estadual	UNIVERSIDADE ESTADUAL DE FEIRA DE SANTANA	UEFS
Nordeste	BA	Estadual	UNIVERSIDADE ESTADUAL DE SANTA CRUZ	UESC
Nordeste	BA	Estadual	UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA	UESB
Nordeste	BA	Federal	UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA	UFBA
Nordeste	BA	Federal	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA	UFRB
Nordeste	CE	Federal	UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA	UNILAB
Nordeste	CE	Estadual	UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ	UECE
Nordeste	CE	Federal	UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ	UFC
Nordeste	CE	Federal	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ	IFCE
Centro-Oeste	DF	Federal	UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA	UNB
Sudeste	ES	Federal	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO ESPÍRITO SANTO	IFES
Sudeste	ES	Federal	UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO	UFES
Centro-Oeste	GO	Estadual	UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS	UEG
Centro-Oeste	GO	Federal	UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS	UFG
Nordeste	MA	Federal	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO MARANHÃO	IFMA
Nordeste	MA	Estadual	UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO	UEMA
Nordeste	MA	Federal	UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO	UFMA
Sudeste	MG	Federal	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TRIÂNGULO MINEIRO	IFTM
Região	UF	Dependência Administrativa	Nome Instituição de Ensino Superior	Sigla IES

Sudeste	MG	Estadual	UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MINAS GERAIS	UEMG
Sudeste	MG	Estadual	UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MONTES CLAROS	UNIMONTES
Sudeste	MG	Federal	UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALFENAS	UNIFAL
Sudeste	MG	Federal	UNIVERSIDADE FEDERAL DE ITAJUBÁ	UNIFEI
Sudeste	MG	Federal	UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA	UFJF
Sudeste	MG	Federal	UNIVERSIDADE FEDERAL DE LAVRAS	UFLA
Sudeste	MG	Federal	UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS	UFMG
Sudeste	MG	Federal	UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO	UFOP
Sudeste	MG	Federal	UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO JOÃO DEL REI	UFSJ
Sudeste	MG	Federal	UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA	UFU
Sudeste	MG	Federal	UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA	UFV
Sudeste	MG	Federal	UNIVERSIDADE FEDERAL DO TRIÂNGULO MINEIRO	UFTM
Sudeste	MG	Federal	UNIVERSIDADE FEDERAL DOS VALES DO JEQUITINHONHA E MUCURI	UFVJM
Centro-Oeste	MS	Estadual	UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MATO GROSSO DO SUL	UEMS
Centro-Oeste	MS	Federal	UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS	UFGD
Centro-Oeste	MS	Federal	UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL	UFMS
Centro-Oeste	MT	Federal	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE MATO GROSSO	IFMT
Centro-Oeste	MT	Estadual	UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO	UNEMAT
Centro-Oeste	MT	Federal	UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO	UFMT
Norte	PA	Federal	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PARÁ	IFPA
Norte	PA	Estadual	UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARÁ	UEPA
Norte	PA	Federal	UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ	UFOPA
Norte	PA	Federal	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ	UFPA
Nordeste	PB	Federal	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA	IFPB
Nordeste	PB	Estadual	UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA	UEPB
Nordeste	PB	Federal	UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA	UFPB
Região	UF	Dependência Administrativa	Nome Instituição de Ensino Superior	Sigla IES
Nordeste	PB	Federal	UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE	UFCG
Nordeste	PE	Federal	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE PERNAMBUCO	IFPE
Nordeste	PE	Estadual	UNIVERSIDADE DE PERNAMBUCO	UPE
Nordeste	PE	Federal	UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO	UFPE
Nordeste	PE	Federal	UNIVERSIDADE FEDERAL DO VALE DO SÃO FRANCISCO	UNIVASF
Nordeste	PE	Federal	UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO	UFRPE

Nordeste	PI	Estadual	UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PIAUÍ	UESPI
Nordeste	PI	Federal	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ	UFPI
Sul	PR	Estadual	UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA	UEL
Sul	PR	Estadual	UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ	UEM
Sul	PR	Estadual	UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA	UEPG
Sul	PR	Estadual	UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CENTRO-OESTE DO PARANÁ	UNICENTRO
Sul	PR	Federal	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ	UFPR
Sul	PR	Federal	UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ	UTFPR
Sudeste	RJ	Federal	CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA CELSO SUCKOW DA FONSECA	CEFET-RJ
Sudeste	RJ	Fundação	FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ	FIOCRUZ
Sudeste	RJ	Estadual	UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO	UERJ
Sudeste	RJ	Estadual	UNIVERSIDADE ESTADUAL DO NORTE FLUMINENSE DARCY RIBEIRO	UENF
Sudeste	RJ	Federal	UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO	UNIRIO
Sudeste	RJ	Federal	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO	UFRJ
Sudeste	RJ	Federal	UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE	UFF
Sudeste	RJ	Federal	UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO	UFRRJ
Nordeste	RN	Federal	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO NORTE	IFRN
Nordeste	RN	Estadual	UNIVERSIDADE ESTADUAL DO RIO GRANDE DO NORTE	UERN
Nordeste	RN	Federal	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE	UFRN
Nordeste	RN	Federal	UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO	UFERSA
Região	UF	Dependência Administrativa	Nome Instituição de Ensino Superior	Sigla IES
Norte	RO	Federal	UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA	UNIR
Norte	RR	Federal	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RORAIMA	IFRR
Norte	RR	Federal	UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA	UFRR
Sul	RS	Federal	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA SUL-RIO-GRANDENSE	IFSUL
Sul	RS	Privada	UNIVERSIDADE DE CAXIAS DO SUL	UCS
Sul	RS	Federal	UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS	UFPEL
Sul	RS	Federal	UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA	UFSM
Sul	RS	Federal	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE	FURG
Sul	RS	Federal	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL	UFRGS
Sul	SC	Federal	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SANTA CATARINA	IFSC
Sul	SC	Estadual	UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA	UDESC
Sul	SC	Federal	UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA	UFSC

Nordeste	SE	Federal	UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE	UFS
Sudeste	SP	Estadual	UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO	USP
Sudeste	SP	Estadual	UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS	UNICAMP
Sudeste	SP	Estadual	UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA “JÚLIO DE MESQUITA FILHO”	UNESP
Sudeste	SP	Federal	UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS	UFSCAR
Sudeste	SP	Federal	UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO	UNIFESP
Sudeste	SP	Federal	UNIVERSIDADE FEDERAL DO ABC	UFABC
Norte	TO	Estadual	UNIVERSIDADE DO TOCANTINS	UNITINS
Norte	TO	Federal	UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS	UFT

Anexo 2

14. ANEXO 2 – POLOS INTEGRANTES DO SISTEMA UAB (EM 31/12/2012)

UF	Nome Municipio	Mantenedor	Visita	Situação	Biologia	Física	Química	Artes	Ed. Física	Outros Cursos	Qtde Turmas Ativas	Qtde Alunos Ativos
AC	Acrelândia	Estadual	sim	AA				x		x	2	7
AC	Brasiléia	Estadual	sim	AA				x		x	3	8
AC	Cruzeiro do Sul	Estadual	sim	AA				x		x	7	140
AC	Feijó	Estadual	sim	AA				x		x	2	6
AC	Rio Branco	Estadual	sim	AA				x		x	9	406
AC	Sena Madureira	Estadual	sim	AA				x		x	4	62
AC	Tarauacá	Estadual	sim	AA				x		x	4	108
AC	Xapuri	Estadual	sim	AA				x		x	4	44
AL	Arapiraca	UFAL	sim	AA	x	x	x			x	12	806
AL	Maceió	Municipal	sim	AP							27	2.075
AL	Maceió	IFAL	sim	AA	x	x	x			x	4	149
AL	Maragogi	Municipal	sim	AA	x					x	25	1.033
AL	Mata Grande	Estadual	sim	NA							0	0
AL	Matriz de Camaragibe		Sem visita	NA							0	0
AL	Olho d'agua das Flores	Municipal	sim	AA						x	9	516
AL	Palmeira dos Índios	IFAL	sim	AA	x	x	x			x	4	160
AL	Pão de Açúcar	Municipal	sim	NA							0	0
AL	Penedo	IFAL	sim	AP							4	147
AL	Piranhas	Estadual	sim	NA							1	45
AL	Santana do Ipanema	Municipal	sim	AA		x				x	21	830
AL	São José da Laje	Municipal	sim	NA							11	337
AL	Teotônio Vilela	Estadual	sim	NA							0	0
AL	Traipu		Sem visita	NA							0	0
AL	Viçosa	Estadual	sim	NA							0	0
UF	Nome Municipio	Mantenedor	Visita	Situação	Biologia	Física	Química	Artes	Ed. Física	Outros Cursos	Qtde Turmas Ativas	Qtde Alunos Ativos

AM	Barcelos	Estadual	sim	NA							1	15
AM	Boca do Acre	Estadual	sim	NA							0	0
AM	Coari	Municipal	sim	AP							9	359
AM	Eirunepé	Estadual	sim	NA							0	0
AM	Fonte Boa	Estadual	sim	NA							0	0
AM	Guajará	Estadual	sim	NA							0	0
AM	Itacoatiara	Municipal	sim	NA							4	143
AM	Japurá	Estadual	Sem visita	NA							0	0
AM	Lábrea	Municipal	sim	AA						x	11	304
AM	Manacapuru	Municipal	sim	AP							11	340
AM	Manaquiri	Municipal	sim	AP							1	111
AM	Manaus	Estadual	sim	AP							6	581
AM	Manicoré	Estadual	sim	NA							0	0
AM	Maués	Municipal	sim	AP							9	362
AM	Parintins	Estadual	sim	NA							0	0
AM	Santa Isabel do Rio Negro	Municipal	sim	AA						x	2	110
AM	São Gabriel da Cachoeira	Estadual	sim	NA							0	0
AM	São Paulo de Olivença	Estadual	sim	NA							0	0
AM	Tabatinga	Estadual	sim	AP							0	0
AM	Tefé	Municipal	sim	FR							2	113
AP	Amapá	Estadual	sim	AP							0	0
AP	Macapá	Estadual	sim	AP							10	749
AP	Oiapoque	Estadual	sim	NA							3	70
AP	Santana	Municipal	sim	AP							10	418
AP	Vitória do Jari	Municipal	sim	AP							9	244
UF	Nome Municipio	Mantenedor	Visita	Situação	Biologia	Física	Química	Artes	Ed. Física	Outros Cursos	Qtde Turmas Ativas	Qtde Alunos Ativos
BA	Alagoinhas	Estadual	sim	AP							4	111
BA	Amargosa	Municipal	sim	AP							7	254
BA	Barra	Estadual	sim	AP							0	0
BA	Barreiras	Estadual	sim	AP							4	110
BA	Bom Jesus da Lapa	Municipal	sim	AP							9	280
BA	Brumado	Municipal	sim	AA	x	x	x		x	x	18	614

BA	Camaçari	Municipal	sim	AA						x	20	661
BA	Campo Alegre de Lourdes	Estadual	sim	AA						x	0	0
BA	Carinhanha	Municipal	sim	AA	x					x	14	524
BA	Conceição do Coité	Estadual	sim	AA					x	x	5	144
BA	Cristópolis	Municipal	sim	AA						x	0	0
BA	Dias d'Ávila	Municipal	sim	AP							12	387
BA	Esplanada	Municipal	sim	AA					x	x	17	642
BA	Euclides da Cunha	Estadual	sim	AP							9	364
BA	Eunápolis	Estadual	sim	AP							2	76
BA	Feira de Santana	Estadual	sim	FR							11	593
BA	Guanambi	Estadual	sim	AP							2	147
BA	Ibicuí	Municipal	sim	AP							3	103
BA	Ibotirama	Municipal	sim	AP							12	426
BA	Ilhéus	Estadual	sim	AA	x	x				x	4	109
BA	Ipiaú	Estadual	sim	AP							4	139
BA	Ipupiara	Municipal	sim	AA						x	4	123
BA	Irecê	Municipal	sim	NA							6	224
BA	Itaberaba	Estadual	sim	FR							4	128
BA	Itabuna	Estadual	sim	AA						x	9	416
UF	Nome Municipio	Mantenedor	Visita	Situação	Biologia	Física	Química	Artes	Ed. Física	Outros Cursos	Qtde Turmas Ativas	Qtde Alunos Ativos
BA	Itamaraju	Municipal	sim	AA						x	14	552
BA	Itanhém	Municipal	sim	AP							13	523
BA	Itapetinga	Estadual	sim	AA		x				x	4	100
BA	Itapicuru	Municipal	sim	AP							12	398
BA	Jacaraci	Municipal	sim	AA						x	11	325
BA	Jequié	Municipal	sim	AP							12	437
BA	Juazeiro	Estadual	sim	AA						x	1	47
BA	Lauro de Freitas	Municipal	sim	AP							15	530
BA	Macaúbas	Estadual	sim	AP							1	49
BA	Mata de São João	Municipal	sim	AA						x	13	499
BA	Mundo Novo	Municipal	sim	AA					x	x	15	449
BA	Paratinga	Municipal	sim	AP							6	134

BA	Paulo Afonso	Estadual	sim	AP							3	54
BA	Pintadas	Estadual	sim	AA						x	2	72
BA	Piritiba	Municipal	sim	AA					x	x	8	230
BA	Porto Seguro	Municipal	sim	NA							1	40
BA	Rafael Jambeiro	Municipal	sim	AP							3	97
BA	Remanso	Municipal	sim	AP							4	126
BA	Ribeira do Pombal	Estadual	sim	NA							0	0
BA	Salvador	Municipal	sim	NA							9	588
BA	Salvador - IAT	Estadual	sim	AP							0	0
BA	Salvador - Periferia	Estadual	sim	NA							2	257
BA	Santa Maria da Vitória	Estadual	sim	AA						x	0	0
BA	Santo Estêvão	Municipal	sim	AP							13	454
BA	São Francisco do Conde	Unilab	sim	AP							0	0
UF	Nome Municipio	Mantenedor	Visita	Situação	Biologia	Física	Química	Artes	Ed. Física	Outros Cursos	Qtde Turmas Ativas	Qtde Alunos Ativos
BA	São Sebastião do Passé	Municipal	sim	AP							6	229
BA	Seabra	Estadual	sim	AP							5	139
BA	Senhor do Bonfim	Municipal	sim	NA							12	453
BA	Serrinha	Estadual	sim	AP							4	171
BA	Simões Filho	Municipal	sim	AP							9	375
BA	Sítio do Quinto	Municipal	sim	FR							5	213
BA	Teixeira de Freitas	Estadual	sim	NA							1	84
BA	Valença	Municipal	sim	NA							10	350
BA	Vitória da Conquista	Estadual	sim	AA	x	x				x	12	480
CE	Acarau	Municipal	sim	AA	x	x				x	1	38
CE	Aracati	Estadual	sim	AP							23	538
CE	Aracoiaba	Estadual	sim	AP							16	513
CE	Barbalha	Estadual	sim	AP							20	478
CE	Beberibe	Estadual	sim	AA	x	x				x	24	769
CE	Brejo Santo	Estadual	sim	AP							19	517
CE	Camocim	Municipal	sim	AA		x	x			x	15	555
CE	Campos Sales	Municipal	sim	AP							12	351
CE	Caucaia	Municipal	sim	AP							18	615

CE	Caucaia - FECET	Municipal	sim	AA		x	x			x	12	388
CE	Caucaia - Jurema	Municipal	sim	AA						x	18	448
CE	Crateús		Sem visita	NA							0	0
CE	Fortaleza	Municipal	sim	AP							12	589
CE	Iguatu		Sem visita	NA							0	0
CE	Ipueiras	Municipal	sim	AP							9	303
CE	Itapipoca	Municipal	sim	AA	x					x	15	517
UF	Nome Municipio	Mantenedor	Visita	Situação	Biologia	Física	Química	Artes	Ed. Física	Outros Cursos	Qtde Turmas Ativas	Qtde Alunos Ativos
CE	Jaguaribe	Estadual	sim	AA		x	x			x	20	543
CE	Juazeiro do Norte	Estadual	sim	AP							0	0
CE	Limoeiro do Norte	Municipal	sim	AP							13	360
CE	Maranguape	Estadual	sim	AA		x				x	24	870
CE	Mauriti	Municipal	sim	AP							9	268
CE	Meruoca	Municipal	sim	AA						x	17	484
CE	Missão Velha	Estadual	sim	AP							12	265
CE	Orós	Municipal	sim	AP							13	402
CE	Piquet Carneiro	Estadual	sim	AP							8	130
CE	Quiterianópolis	Municipal	sim	AP							8	193
CE	Quixadá	Municipal	sim	AP							12	380
CE	Quixeramobim 1	Estadual	sim	AP							7	136
CE	Quixeramobim 2	Municipal	sim	AA	x	x	x			x	29	894
CE	Redenção	Unilab	sim	AA						x	0	0
CE	Russas	Estadual	sim	AP							19	601
CE	São Gonçalo do Amarante	Estadual	sim	NA							25	725
CE	Sobral	Estadual	sim	AP							0	0
CE	Tauá	Municipal	sim	AA		x				x	11	334
CE	Ubajara	Municipal	sim	NA							16	481
CE	Viçosa do Ceará		Sem visita	NA							0	0
DF	Brasília - Asa Sul	Estadual	sim	NA							0	0
DF	Brazlândia	Estadual	sim	NA							0	0
DF	Ceilândia	Estadual	sim	AP							5	354
DF	Paranoá	Estadual	sim	NA							0	0

DF	Planatina	Estadual	sim	NA							0	0
UF	Nome Municipio	Mantenedor	Visita	Situação	Biologia	Física	Química	Artes	Ed. Física	Outros Cursos	Qtde Turmas Ativas	Qtde Alunos Ativos
DF	Santa Maria	Estadual	sim	NA							5	190
ES	Afonso Cláudio	Municipal	sim	AA				x		x	13	308
ES	Alegre	Municipal	sim	AP							10	246
ES	Aracruz	Municipal	sim	AA		x	x	x		x	14	356
ES	Baixo Guandu	Municipal	sim	AA						x	4	115
ES	Bom Jesus do Norte	Municipal	sim	AP							10	231
ES	Cachoeiro de Itapemirim	Municipal	sim	AA		x		x		x	10	310
ES	Castelo	Municipal	sim	AP							4	94
ES	Colatina	Municipal	sim	AA						x	9	152
ES	Conceição da Barra	Municipal	sim	AP							11	296
ES	Domingos Martins	Municipal	sim	AA				x		x	15	389
ES	Ecoporanga	Municipal	sim	AA						x	10	246
ES	Itapemirim	Municipal	sim	AP							11	238
ES	Iúna	Municipal	sim	AA			x	x		x	12	300
ES	Linhares	Municipal	sim	AA		x		x	x	x	13	332
ES	Mantenópolis	Municipal	sim	AA						x	13	348
ES	Mimoso do Sul	Municipal	sim	NA							8	186
ES	Nova Venécia	Municipal	sim	FR							8	245
ES	Pinheiros	Municipal	sim	AA				x		x	12	329
ES	Piúma	Municipal	sim	AA		x		x		x	9	244
ES	Santa Leopoldina	Municipal	sim	AA				x		x	11	275
ES	Santa Teresa	Municipal	sim	AA		x		x		x	13	212
ES	São Mateus	Municipal	sim	AP							9	279
ES	Vargem Alta	Municipal	sim	AA				x		x	10	224
ES	Venda Nova do Imigrante	Municipal	sim	AA		x				x	9	171
UF	Nome Municipio	Mantenedor	Visita	Situação	Biologia	Física	Química	Artes	Ed. Física	Outros Cursos	Qtde Turmas Ativas	Qtde Alunos Ativos
ES	Vila Velha	Municipal	sim	AP							14	405

ES	Vitória	Municipal	sim	FR							7	267
GO	Aguas Lindas de Goiás	Municipal	sim	AP							7	252
GO	Alexânia	Municipal	sim	AA					x	x	12	324
GO	Alto Paraíso de Goiás	Municipal	sim	AA						x	7	183
GO	Anápolis	Municipal	sim	AP							9	389
GO	Aparecida de Goiânia	Municipal	sim	AA	x	x		x		x	8	307
GO	Catalão	Municipal	sim	AP							9	264
GO	Cezarina	Municipal	sim	AA						x	4	135
GO	Crixás	Estadual	sim	NA							0	0
GO	Firminópolis	Estadual	sim	NA							0	0
GO	Formosa	Municipal	sim	NA							12	523
GO	Goianésia	Municipal	sim	AP							10	301
GO	Goiás	Municipal	sim	AA					x	x	8	280
GO	Inhumas	Estadual	sim	AA						x	6	184
GO	Iporá	Estadual	sim	NA							4	87
GO	Itumbiara	Estadual	sim	NA							4	140
GO	Jussara	Estadual	sim	AA						x	1	47
GO	Minaçu	Estadual	sim	NA							2	47
GO	Mineiros	Municipal	sim	AA	x	x		x	x	x	10	283
GO	Morrinhos	Estadual	sim	NA							3	133
GO	Piranhas	Estadual	sim	NA							2	92
GO	Planaltina	Estadual	sim	NA							0	0
GO	Posse	Estadual	sim	AA				x		x	6	124
GO	Rio Verde	Estadual	sim	NA							5	160
UF	Nome Municipio	Mantenedor	Visita	Situação	Biologia	Física	Química	Artes	Ed. Física	Outros Cursos	Qtde Turmas Ativas	Qtde Alunos Ativos
GO	São Miguel do Araguaia	Estadual	sim	NA							4	125
GO	São Simão	Municipal	sim	AA				x	x	x	7	231
GO	Uruaçu	Municipal	sim	AA						x	7	309
GO	Uruana	Municipal	sim	AA				x	x	x	6	191
MA	Açailândia	Estadual	sim	AP							6	428
MA	Alto Parnaíba	Municipal	sim	AP							6	242
MA	Anapurus	Municipal	sim	AP							14	412

MA	Arari	Municipal	sim	AP							17	684
MA	Balsas	Municipal	sim	NA							0	0
MA	Barra do Corda	Municipal	sim	AP							15	601
MA	Bom Jesus das Selvas	Municipal	sim	AP							14	612
MA	Carolina	Municipal	sim	AA				x		x	16	624
MA	Caxias	Municipal	sim	AA						x	25	1.137
MA	Codó	Municipal	sim	AA						x	20	682
MA	Coelho Neto	Municipal	sim	AP							13	320
MA	Colinas	Municipal	sim	AP							13	563
MA	Dom Pedro	Municipal	sim	AP							14	393
MA	Fortaleza dos Nogueiras	Municipal	sim	AA						x	12	386
MA	Grajaú	Municipal	sim	AA	x		x			x	22	853
MA	Humberto de Campos	Municipal	sim	AA						x	16	615
MA	Imperatriz	Municipal	sim	AA						x	21	1.091
MA	Nina Rodrigues	Municipal	sim	FR							14	595
MA	Pinheiro		Sem visita	NA							0	0
MA	Porto Franco	Municipal	sim	AA			x		x	x	0	0
MA	Santa Inês	Municipal	sim	AA						x	0	0
UF	Nome Municipio	Mantenedor	Visita	Situação	Biologia	Física	Química	Artes	Ed. Física	Outros Cursos	Qtde Turmas Ativas	Qtde Alunos Ativos
MA	Santa Quitéria do Maranhão	Municipal	sim	AP							0	0
MA	Santo Antônio dos Lopes	Municipal	sim	NA							0	0
MA	São João dos Patos	Municipal	sim	AA						x	0	0
MA	São Luís	Municipal	sim	AA						x	0	0
MA	Timbiras	Municipal	sim	AP							0	0
MA	Timon		Sem visita	NA							0	0
MA	Viana		Sem visita	NA							0	0
MG	Agua Formosa	Municipal	sim	AA		x				x	2	83
MG	Almenara	Municipal	sim	AP							6	178
MG	Alterosa	Municipal	sim	AA		x				x	21	514
MG	Araçuaí	Municipal	sim	NA							21	610
MG	Araguari	Municipal	sim	AA						x	19	661
MG	Araxá	Municipal	sim	AA						x	18	636

MG	Bambuú	Municipal	sim	AA						x	1	37
MG	Barão de Cocais	Municipal	sim	AA						x	0	0
MG	Barroso	Municipal	sim	AA	x	x				x	9	214
MG	Bicas	Municipal	sim	AP							16	419
MG	Boa Esperança	Municipal	sim	AA	x	x				x	24	715
MG	Bom Despacho	Municipal	sim	AA						x	2	78
MG	Bom Sucesso	Municipal	sim	NA							0	0
MG	Buritis	Municipal	sim	AA				x	x	x	9	231
MG	Buritzeiro	Municipal	sim	AA				x		x	6	201
MG	Cambuú	Municipal	sim	AA		x	x			x	18	695
MG	Campo Belo	Municipal	sim	AA						x	10	421
MG	Campos Gerais	Municipal	sim	AA			x			x	20	691
UF	Nome Municipio	Mantenedor	Visita	Situação	Biologia	Física	Química	Artes	Ed. Física	Outros Cursos	Qtde Turmas Ativas	Qtde Alunos Ativos
MG	Carangola	Municipal	sim	AA						x	0	0
MG	Caratinga	Municipal	sim	AA						x	3	129
MG	Carlos Chagas	Municipal	sim	AP							5	165
MG	Carneirinho	Municipal	sim	AA						x	1	45
MG	Cataguases	Municipal	sim	AP							0	0
MG	Conceição do Mato Dentro	Municipal	sim	AP							6	200
MG	Confins	Municipal	sim	AA						x	18	735
MG	Conselheiro Lafaiete	Municipal	sim	AA						x	28	962
MG	Corinto	Municipal	sim	AA						x	16	448
MG	Coromandel	Municipal	sim	AA					x	x	15	485
MG	Cristália	Municipal	sim	AP							4	142
MG	Diamantina	Municipal	sim	AP							1	26
MG	Divinolândia de Minas	Municipal	sim	AA						x	13	427
MG	Divinópolis	Municipal	sim	NA							0	0
MG	Durandé	Municipal	sim	AA						x	3	52
MG	Formiga	Municipal	sim	AA	x					x	22	584
MG	Francisco Sá	Municipal	sim	AA	x					x	9	473
MG	Frutal	Municipal	sim	AA	x	x	x			x	4	40
MG	Governador Valadares	Municipal	sim	AP							30	968

MG	Guanhães	Municipal	sim	NA							0	0
MG	Ilicínea	Municipal	sim	AA	x	x	x			x	27	767
MG	Ipanema	Municipal	sim	AA						x	11	357
MG	Ipatinga	Municipal	sim	AA				x		x	25	1.038
MG	Itabira	Municipal	sim	AA						x	10	278
MG	Itamarandiba	Municipal	sim	AA						x	7	253
UF	Nome Municipio	Mantenedor	Visita	Situação	Biologia	Física	Química	Artes	Ed. Física	Outros Cursos	Qtde Turmas Ativas	Qtde Alunos Ativos
MG	Itamonte	Municipal	sim	AP							23	716
MG	Itaobim	Municipal	sim	NA							0	0
MG	Ituiutaba	Municipal	sim	AA						x	0	0
MG	Jaboticatubas	Municipal	sim	AA						x	9	371
MG	Janaúba	Municipal	sim	AP							6	202
MG	Januária	Municipal	sim	AA						x	5	253
MG	João Monlevade	Municipal	sim	AA						x	16	598
MG	Juiz de Fora	Municipal	sim	AP							14	776
MG	Lagamar	Municipal	sim	AA						x	16	592
MG	Lagoa Santa	Municipal	sim	AA	x				x	x	17	802
MG	Lavras	Municipal	sim	AA		x				x	11	370
MG	Manhuaçu	Estadual	sim	AP							0	0
MG	Mantena	Municipal	sim	AP							4	96
MG	Minas Novas	Municipal	sim	AP							1	22
MG	Montes Claros	Municipal	sim	AA	x		x		x	x	4	146
MG	Muriaé	Municipal	sim	NA							0	0
MG	Nanuque	Municipal	sim	AA		x	x			x	3	72
MG	Ouro Preto	Municipal	sim	AP							23	1.002
MG	Padre Paraíso	Municipal	sim	AP							1	33
MG	Passos	Municipal	sim	AA						x	0	0
MG	Patos de Minas	Municipal	sim	AP							12	600
MG	Pedra Azul	Municipal	sim	AP							6	317
MG	Pescador	Municipal	sim	AA						x	2	30
MG	Pompéu	Municipal	sim	AA						x	17	564
MG	Rio Casca	Municipal	sim	AP							0	0

UF	Nome Município	Mantenedor	Visita	Situação	Biologia	Física	Química	Artes	Ed. Física	Outros Cursos	Qtde Turmas Ativas	Qtde Alunos Ativos
MG	Salinas	Municipal	sim	AA						x	14	349
MG	Santa Rita de Caldas	Municipal	sim	AP							19	481
MG	Santo Antônio do Jacinto	Municipal	sim	AP							0	0
MG	São Francisco	Municipal	sim	NA							0	0
MG	São Gonçalo do Sapucaí	Municipal	sim	AP							0	0
MG	São João da Ponte	Municipal	sim	AA						x	6	200
MG	São João del Rei	Municipal	sim	NA							10	317
MG	Sete Lagoas	Municipal	sim	AP							26	990
MG	Taiobeiras	Municipal	sim	AA						x	3	102
MG	Teófilo Otoni	Municipal	sim	AP							19	586
MG	Timóteo	Municipal	sim	AP							14	422
MG	Tiradentes	Municipal	sim	AA						x	8	180
MG	Três Marias	Municipal	sim	AP							0	0
MG	Turmalina	Municipal	sim	AA						x	0	0
MG	Ubá	Municipal	sim	AA				x		x	2	121
MG	Ubaí	Municipal	sim	AP							0	0
MG	Uberaba	Municipal	sim	AA						x	19	752
MG	Uberlândia	Municipal	sim	NA							15	944
MG	Urucuia	Municipal	sim	AP							4	169
MG	Varginha	Municipal	sim	AA						x	0	0
MS	Água Clara	Municipal	sim	AA	x					x	9	260
MS	Aparecida do Taboado	Estadual	sim	NA							0	0
MS	Bataguassu	Municipal	sim	AA						x	10	546
MS	Bela Vista	Municipal	sim	AA	x					x	4	172
MS	Camapuã	Municipal	sim	AA	x					x	5	200
UF	Nome Município	Mantenedor	Visita	Situação	Biologia	Física	Química	Artes	Ed. Física	Outros Cursos	Qtde Turmas Ativas	Qtde Alunos Ativos
MS	Campo Grande	Estadual	sim	NA							0	0
MS	Costa Rica	Municipal	sim	AA	x					x	7	185

MS	Eldorado	Estadual	sim	NA							0	0
MS	Jardim	Municipal	sim	FR							0	0
MS	Miranda	Municipal	sim	AA	x					x	10	476
MS	Paranhos	Estadual	sim	NA							0	0
MS	Porto Murtinho	Municipal	sim	AA	x					x	9	266
MS	Rio Brilhante	Municipal	sim	AA	x					x	7	233
MS	São Gabriel do Oeste	Municipal	sim	AA	x					x	13	360
MT	Água Boa	Municipal	sim	AA						x	0	0
MT	Alta Floresta	Estadual	sim	AP							0	0
MT	Alto Araguaia	Municipal	sim	AA	x	x				x	14	618
MT	Arenópolis	Municipal	sim	AP							0	0
MT	Barra do Bugres	Municipal	sim	AA		x	x			x	8	248
MT	Barra do Garças	Estadual	sim	NA							0	0
MT	Cáceres	Estadual	Sem visita	FR							0	0
MT	Campo Novo do Parecis	UFMT	sim	NA							0	0
MT	Campo Verde	Municipal	sim	AA						x	0	0
MT	Chapada dos Guimarães		Sem visita	NA							0	0
MT	Colíder	Municipal	sim	AA						x	0	0
MT	Comodoro	Municipal	sim	AA						x	0	0
MT	Confresa	Estadual	sim	AP							0	0
MT	Cuiabá	Estadual	sim	AP							1	95
MT	Diamantino	Municipal	sim	FR							4	174
MT	Guarantã do Norte	Municipal	sim	AA						x	11	470
UF	Nome Município	Mantenedor	Visita	Situação	Biologia	Física	Química	Artes	Ed. Física	Outros Cursos	Qtde Turmas Ativas	Qtde Alunos Ativos
MT	Jauru	Municipal	sim	AA	x	x				x	11	524
MT	Juara	Municipal	sim	FR							21	501
MT	Juína	Municipal	sim	AA						x	0	0
MT	Lucas do Rio Verde	Municipal	sim	AA					x	x	6	156
MT	Nova Xavantina	Municipal	sim	AA		x				x	3	78
MT	Pedra Preta	Municipal	sim	AP							3	84
MT	Pontes e Lacerda	Municipal	sim	AA			x			x	18	528
MT	Primavera do Leste	Municipal	sim	AA					x	x	17	272

MT	Ribeirão Cascalheira	Municipal	sim	AA						x	9	135
MT	Rondonópolis	Estadual	sim	FR							0	0
MT	São Félix do Araguaia	Estadual	sim	AP							2	35
MT	Sapezal	Municipal	sim	AA						x	0	0
MT	Sinop	Estadual	sim	FR							0	0
MT	Sorriso	Municipal	sim	AA	x	x				x	7	233
MT	Tangará da Serra	Estadual	sim	FR							0	0
MT	Várzea Grande	Municipal	sim	NA							0	0
PA	Almeirim	Estadual	sim	NA							0	0
PA	Altamira	Municipal	sim	AP							5	188
PA	Barcarena	Municipal	sim	AP							4	144
PA	Belém	Estadual	sim	NA							4	470
PA	Benevides	Municipal	sim	AP							2	92
PA	Bragança	Municipal	sim	NA							3	109
PA	Breves	Municipal	sim	AP							5	162
PA	Bujaru	Municipal	sim	NA							3	146
PA	Cachoeira do Arari	Municipal	sim	AP							2	89
UF	Nome Município	Mantenedor	Visitas	Situação	Biologia	Física	Química	Artes	Ed. Física	Outros Cursos	Qtde Turmas Ativas	Qtde Alunos Ativos
PA	Cametá	Municipal	sim	AA						x	5	151
PA	Canaã dos Carajás	Municipal	sim	AP							8	256
PA	Capanema	Municipal	sim	AP							3	193
PA	Capitão Poço	Municipal	sim	AP							0	0
PA	Conceição do Araguaia	Municipal	sim	AA						x	10	428
PA	Dom Eliseu	Municipal	sim	AA		x	x			x	6	226
PA	Goianésia do Pará	Municipal	sim	AP							3	109
PA	Igarapé-Miri	Municipal	sim	AP							3	111
PA	Itaituba	Municipal	sim	AP							3	127
PA	Jacareacanga	Estadual	sim	NA							0	0
PA	Jacundá	Municipal	sim	AA						x	2	93
PA	Juruti	Municipal	sim	AP							10	349
PA	Marabá	Municipal	sim	AP							8	481
PA	Moju	Municipal	sim	AP							7	228
PA	Muaná	Municipal	sim	AP							8	296

PA	Novo Progresso	Estadual	sim	AP							0	0
PA	Oriximiná	Municipal	sim	AP							5	160
PA	Pacajá	Municipal	sim	AP							2	74
PA	Paragominas	Municipal	sim	AA	x	x	x			x	3	139
PA	Parauapebas	Municipal	sim	AA	x					x	10	424
PA	Ponta de Pedras	Municipal	sim	AP							2	89
PA	Redenção	Municipal	sim	AA						x	8	262
PA	Salinópolis	Municipal	sim	NA							9	292
PA	Salvaterra	Estadual	sim	NA							0	0
PA	Santana do Araguaia	Municipal	sim	AP							8	245
PA	Santarém	Estadual	sim	NA							0	0
UF	Nome Município	Mantenedor	Visita	Situação	Biologia	Física	Química	Artes	Ed. Física	Outros Cursos	Qtde Turmas Ativas	Qtde Alunos Ativos
PA	São Sebastião da Boa Vista	Municipal	sim	AP							3	134
PA	Tailândia	Municipal	sim	AA						x	12	374
PA	Tucumã	Municipal	sim	AP							9	348
PA	Tucuruí	Municipal	sim	AP							0	0
PA	Uruará	Estadual	sim	AP							0	0
PB	Alagoa Grande	Municipal	sim	AP							12	316
PB	Araruna	Municipal	sim	AP							20	383
PB	Cabaceiras	Municipal	sim	AA	x					x	24	541
PB	Campina Grande	Municipal	sim	AA						x	16	343
PB	Campina Grande - UEPB	UEPB	sim	AP							7	739
PB	Catolé do Rocha	Estadual	Sem visita	FR							0	0
PB	Conde	Municipal	sim	AA	x					x	20	318
PB	Coremas	Municipal	sim	AA						x	14	225
PB	Cuité	Estadual	Sem visita	FR							0	0
PB	Cuité de Mamanguape	Municipal	sim	AA					x	x	14	218
PB	Duas Estradas	Municipal	sim	AA					x	x	15	247
PB	Itabaiana	Municipal	sim	AP							22	511
PB	Itaporanga	Municipal	sim	AA						x	31	771
PB	João Pessoa	Municipal	sim	AA						x	17	345
PB	João Pessoa - UEPB	UEPB	sim	AA						x	6	655

PB	Livramento	Municipal	sim	AA						x	4	83
PB	Lucena	Municipal	sim	AA						x	7	93
PB	Mari	Municipal	sim	AA						x	15	320
PB	Monteiro	Estadual	Sem visita	FR							0	0
PB	Patos	Estadual	Sem visita	FR							0	0
UF	Nome Município	Mantenedor	Visita	Situação	Biologia	Física	Química	Artes	Ed. Física	Outros Cursos	Qtde Turmas Ativas	Qtde Alunos Ativos
PB	Pitimbu	Municipal	sim	AP							8	120
PB	Pombal	Municipal	sim	FR							32	742
PB	Princesa Isabel	Estadual	Sem visita	FR							0	0
PB	São Bento	Municipal	sim	AA	x					x	18	405
PB	Sousa	Estadual	Sem visita	FR							0	0
PB	Taperoá	Municipal	sim	AA						x	15	400
PE	Afrânio	Municipal	sim	FR							7	232
PE	Agua Belas	Estadual	sim	AP							2	76
PE	Cabrobó	Estadual	sim	AP							1	59
PE	Carpina	Estadual	sim	AP							18	756
PE	Fernando de Noronha	Estadual	sim	AP							0	0
PE	Floresta	Estadual	sim	AP							3	74
PE	Garanhuns	Municipal	sim	NA							13	517
PE	Gravatá	Estadual	sim	AP							8	328
PE	Ipojuca	Municipal	sim	AP							24	664
PE	Jaboatão dos Guararapes	Estadual	sim	AP							15	622
PE	Limoeiro	Municipal	sim	AP							23	750
PE	Olinda	Municipal	sim	NA							7	242
PE	Ouricuri	Municipal	sim	AP							2	88
PE	Palmares	Estadual	sim	AA	x		x			x	3	113
PE	Pesqueira	Municipal	sim	AP							24	837
PE	Petrolina	Estadual	sim	AP							3	86
PE	Recife	Municipal	sim	FR							14	1.272
PE	Salgueiro	Estadual	sim	AP							0	0
PE	Santa Cruz do Capibaribe	Estadual	sim	AP							1	8

UF	Nome Município	Mantenedor	Visita	Situação	Biologia	Física	Química	Artes	Ed. Física	Outros Cursos	Qtde Turmas Ativas	Qtde Alunos Ativos
PE	Serra Talhada	Estadual	sim	AP							0	0
PE	Sertânia	Estadual	sim	AP							1	52
PE	Surubim	Municipal	sim	AP							19	1.083
PE	Tabira	Estadual	sim	AA	x	x				x	14	774
PE	Trindade	Municipal	sim	AA		x				x	7	250
PI	Agua Branca	Estadual	sim	AA						x	17	963
PI	Alegrete do Piauí	Estadual	sim	AP							6	256
PI	Altos	Estadual	Sem visita	FR							0	0
PI	Anísio de Abreu	Estadual	Sem visita	FR							0	0
PI	Avelino Lopes	Estadual	sim	NA							3	98
PI	Barras	Estadual	Sem visita	FR							0	0
PI	Bom Jesus	Estadual	sim	AP							9	387
PI	Buriti dos Lopes	Estadual	sim	AA	x					x	10	449
PI	Campo Maior	Estadual	sim	NA							7	377
PI	Canto do Buriti	Estadual	sim	AP							8	322
PI	Castelo do Piauí	Estadual	sim	AA						x	7	247
PI	Cocal	Estadual	Sem visita	FR							0	0
PI	Corrente	Municipal	sim	FR							8	337
PI	Elesbão Veloso	Estadual	sim	AP							6	234
PI	Esperantina	Municipal	sim	AP							6	268
PI	Floriano	Municipal	sim	NA							15	742
PI	Gilbués	Estadual	sim	AP							7	286
PI	Inhuma	Municipal	sim	AP							9	376
PI	Itainópolis	Estadual	Sem visita	FR							0	0
PI	Itaueira	Estadual	Sem visita	FR							0	0
UF	Nome Município	Mantenedor	Visita	Situação	Biologia	Física	Química	Artes	Ed. Física	Outros Cursos	Qtde Turmas Ativas	Qtde Alunos Ativos
PI	Jaicós	Estadual	sim	AP							3	107
PI	Luís Correia	Estadual	Sem visita	FR							0	0

PI	Luzilândia	Estadual	sim	AP							3	129
PI	Marcos Parente	Municipal	sim	AP							2	85
PI	Monsenhor Gil	Municipal	sim	AP							5	238
PI	Oeiras	Estadual	sim	AA						x	6	246
PI	Paes Landim	Estadual	Sem visita	FR							0	0
PI	Palmeirais	Estadual	Sem visita	FR							0	0
PI	Paulistana	Estadual	Sem visita	FR							0	0
PI	Picos	Estadual	sim	AA						x	8	423
PI	Pio IX	Estadual	sim	AP							3	90
PI	Piracuruca	Estadual	sim	AA						x	13	472
PI	Piripiri	Estadual	sim	AP							7	406
PI	Redenção do Gurguéia	Estadual	sim	NA							2	68
PI	Regeneração	Estadual	Sem visita	FR							0	0
PI	Santa Cruz do Piauí	Estadual	Sem visita	FR							0	0
PI	São João do Piauí	Estadual	sim	AP							7	202
PI	São Raimundo Nonato	Estadual	Sem visita	FR							0	0
PI	Simões	Estadual	sim	AA						x	7	268
PI	Simplício Mendes	Estadual	sim	AA			x			x	12	477
PI	Teresina	Estadual	Sem visita	FR							0	0
PI	União	Estadual	sim	AA			x			x	7	281
PI	Uruçuí	Estadual	sim	AP							8	240
PI	Valença do Piauí	Estadual	sim	AA						x	5	214
PR	Apucarana	Municipal	sim	AA						x	14	719
UF	Nome Município	Mantenedor	Visita	Situação	Biologia	Física	Química	Artes	Ed. Física	Outros Cursos	Qtde Turmas Ativas	Qtde Alunos Ativos
PR	Assaí	Municipal	sim	AA		x				x	13	560
PR	Astorga	Municipal	sim	AA	x					x	12	552
PR	Bandeirantes	Municipal	sim	FR							8	219
PR	Bela Vista do Paraíso	Municipal	sim	AA		x				x	13	673
PR	Bituruna	Municipal	sim	AA						x	8	350
PR	Cerro Azul	Municipal	sim	AA						x	8	315
PR	Céu Azul	Estadual	sim	NA							1	378
PR	Cidade Gaúcha	Municipal	sim	AA		x				x	15	434

PR	Colombo	Municipal	sim	AP							23	3.048
PR	Colorado	Estadual	sim	NA							0	0
PR	Congonhinhas	Municipal	sim	AP							10	227
PR	Cruzeiro do Oeste	Municipal	sim	AA					x	x	18	584
PR	Diamante do Norte	Estadual	sim	AA	x	x	x			x	6	173
PR	Dois Vizinhos	Estadual	sim	NA							4	447
PR	Engenheiro Beltrão	Municipal	sim	AA						x	15	723
PR	Faxinal	Municipal	sim	FR							8	317
PR	Flor da Serra do Sul	Municipal	sim	AA						x	10	498
PR	Foz do Iguaçu	Municipal	sim	AA						x	26	1.498
PR	Goioerê	Municipal	sim	AA	x	x		x		x	21	717
PR	Guaraniaçu	Estadual	sim	AA						x	2	316
PR	Ibaiti	Municipal	sim	AA					x	x	13	510
PR	Ipiranga	Municipal	sim	AP							7	208
PR	Itambé	Municipal	sim	AA						x	9	296
PR	Ivaiporã	Municipal	sim	AA						x	3	79
PR	Jacarezinho	Municipal	sim	AA		x				x	14	399
UF	Nome Município	Mantenedor	Visita	Situação	Biologia	Física	Química	Artes	Ed. Física	Outros Cursos	Qtde Turmas Ativas	Qtde Alunos Ativos
PR	Jaguariaíva	Municipal	sim	FR							6	247
PR	Lapa	Municipal	sim	AP							12	613
PR	Laranjeiras do Sul	Municipal	sim	FR							14	784
PR	Nova Londrina	Municipal	sim	AA	x					x	12	514
PR	Nova Santa Rosa	Municipal	sim	AA						x	10	422
PR	Nova Tebas	Municipal	sim	AA						x	9	282
PR	Palmeira	Municipal	sim	AA						x	14	540
PR	Palmital	Municipal	sim	AA						x	11	446
PR	Paranaguá	Municipal	sim	AA					x	x	18	790
PR	Paranavaí	Municipal	sim	AA						x	20	921
PR	Pato Branco	Municipal	sim	AP							16	766
PR	Pinhão	Municipal	sim	FR							12	737
PR	Ponta Grossa	Municipal	sim	AP							13	722
PR	Prudentópolis	Estadual	sim	AA						x	4	393

PR	Reserva	Estadual	sim	AP							1	74
PR	Rio Negro	Municipal	sim	AA						x	14	627
PR	São Mateus do Sul	Estadual	sim	AA						x	2	282
PR	Sarandi	Municipal	sim	AA	x					x	14	702
PR	Siqueira Campos	Municipal	sim	AA					x	x	11	347
PR	Telêmaco Borba	Municipal	sim	AP							13	608
PR	Ubiratã	Estadual	sim	AA						x	3	323
PR	Umuarama	Municipal	sim	AA	x	x				x	22	786
RJ	Angra dos Reis	Estadual	sim	AA	x	x	x		x	x	79	2.412
RJ	Barra do Piraí	Estadual	sim	AA						x	2	96
RJ	Belford Roxo	Estadual	sim	AA						x	3	333
UF	Nome Município	Mantenedor	Visita	Situação	Biologia	Física	Química	Artes	Ed. Física	Outros Cursos	Qtde Turmas Ativas	Qtde Alunos Ativos
RJ	Bom Jesus do Itabapoana	Estadual	sim	AA	x	x				x	30	830
RJ	Cantagalo	Estadual	sim	AA						x	33	999
RJ	Duque de Caxias	Estadual	sim	NA							38	1.497
RJ	Iguaba Grande	Municipal	sim	AP							9	263
RJ	Itaguaí	Estadual	sim	AA						x	16	552
RJ	Itaocara	Estadual	sim	AA	x	x				x	30	648
RJ	Itaperuna	Estadual	sim	AA	x	x				x	65	1.735
RJ	Macaé	Estadual	sim	AA	x	x	x			x	40	1.210
RJ	Magé	Estadual	sim	AA	x					x	28	1.137
RJ	Miguel Pereira	Estadual	sim	AA						x	25	697
RJ	Natividade	Estadual	sim	AA						x	15	203
RJ	Niterói	Estadual	sim	AA					x	x	3	480
RJ	Nova Friburgo	Estadual	sim	AA	x	x			x	x	12	524
RJ	Nova Iguaçu	Estadual	sim	AA	x	x	x			x	46	1.941
RJ	Paracambi	Estadual	sim	AA	x	x	x			x	57	2.135
RJ	Petrópolis	Estadual	sim	AP							30	1.246
RJ	Piraí	Estadual	sim	AA	x	x	x			x	71	2.077
RJ	Resende	Estadual	sim	AA		x				x	45	1.543
RJ	Rio Bonito	Estadual	sim	AA						x	37	1.222
RJ	Rio das Flores	Estadual	sim	AA						x	21	330

RJ	Rio das Ostras	Municipal	sim	AA						x	12	523
RJ	Rio de Janeiro - Campo Grande	Estadual	sim	AA	x	x			x	x	43	2.161
RJ	Rio de Janeiro - Rocinha	Estadual	sim	AP							0	0
RJ	Santa Maria Madalena	Estadual	sim	AP							14	150
RJ	São Fidélis	Estadual	sim	AA	x	x	x			x	49	1.172
UF	Nome Município	Mantenedor	Visita	Situação	Biologia	Física	Química	Artes	Ed. Física	Outros Cursos	Qtde Turmas Ativas	Qtde Alunos Ativos
RJ	São Francisco de Itabapoana	Estadual	sim	AA	x	x				x	32	756
RJ	São Gonçalo	Estadual	sim	AA	x	x	x			x	32	1.162
RJ	São José do Vale do Rio Preto	Municipal	sim	AP							1	10
RJ	São Pedro da Aldeia	Estadual	sim	AA		x				x	19	738
RJ	Saquarema	Estadual	sim	AA						x	51	1.819
RJ	Três Rios	Estadual	sim	AA	x	x			x	x	56	1.751
RJ	Volta Redonda	Estadual	sim	AA	x	x				x	63	2.553
RN	Açu	Estadual	sim	NA							0	0
RN	Apodi		Sem visita	FR							0	0
RN	Caicó	UFRN	sim	AA	x		x			x	14	635
RN	Caraúbas	Municipal	sim	AA						x	16	517
RN	Ceará-Mirim	Estadual	sim	NA							0	0
RN	Currais Novos	Municipal	sim	NA							2	59
RN	Currais Novos - UFRN	UFRN	sim	AA	x	x	x			x	9	369
RN	Extremoz	Municipal	sim	NA							12	373
RN	Grossos	Municipal	sim	AP							16	576
RN	Guamaré	Municipal	sim	AA					x	x	5	210
RN	João Câmara	Estadual	sim	NA							0	0
RN	Lajes	Municipal	sim	AP							10	201
RN	Luís Gomes	Municipal	sim	AP							21	725
RN	Macau	UFRN	sim	AA		x	x		x	x	13	519
RN	Marcelino Vieira	Municipal	sim	AA						x	15	486
RN	Martins	Municipal	sim	AP							18	619
RN	Mossoró	Estadual	sim	NA							0	0
RN	Natal	Municipal	sim	AP							18	1.173

UF	Nome Município	Mantenedor	Visita	Situação	Biologia	Física	Química	Artes	Ed. Física	Outros Cursos	Qtde Turmas Ativas	Qtde Alunos Ativos
RN	Nova Cruz	UFRN	sim	AP							13	591
RN	Parelhas		Sem visita	FR							0	0
RN	Parnamirim	Municipal	sim	AA						x	14	697
RN	São Gonçalo do Amarante	Municipal	sim	AA						x	0	0
RN	São Paulo do Potengi	Estadual	sim	NA							0	0
RN	Touros		Sem visita	NA							0	0
RO	Ariquemes	Municipal	sim	AA	x			x		x	8	357
RO	Buritis	Municipal	sim	AP							6	226
RO	Chupinguaia	Municipal	sim	AP							7	247
RO	Ji-Paraná	Municipal	sim	AP							8	355
RO	Nova Mamoré	Municipal	sim	FR							6	261
RO	Porto Velho	Municipal	sim	AA						x	5	323
RO	Rolim de Moura	Municipal	sim	AP							8	358
RR	Alto Alegre	Estadual	sim	AA	x					x	9	275
RR	Amajari	Estadual	sim	AA		x			x	x	11	227
RR	Boa Vista	Estadual	sim	AA		x				x	16	511
RR	Bonfim	Estadual	sim	AA						x	3	67
RR	Cantá	Estadual	sim	AP							4	128
RR	Caracaraí	Estadual	sim	AA	x					x	3	94
RR	Caroebe	Estadual	sim	AA		x				x	5	94
RR	Iracema	Estadual	sim	AA		x	x			x	5	59
RR	Mucajaí	Estadual	sim	AP							3	83
RR	Normandia	Estadual	sim	AA	x	x	x			x	5	73
RR	Pacaraima	Estadual	sim	AA						x	3	66
RR	Rorainópolis	Estadual	sim	AP							9	311
UF	Nome Município	Mantenedor	Visita	Situação	Biologia	Física	Química	Artes	Ed. Física	Outros Cursos	Qtde Turmas Ativas	Qtde Alunos Ativos
RR	São João da Baliza	Estadual	sim	AP							11	293
RR	São Luiz	Estadual	sim	AP							4	78

RR	Uiramutã	Estadual	sim	AP							3	48
RS	Agudo	Municipal	sim	AA						x	11	320
RS	Arroio dos Ratos	Municipal	sim	FR							12	376
RS	Balneário Pinhal	Municipal	sim	AA						x	14	500
RS	Cacequi	Municipal	sim	AA						x	8	260
RS	Cachoeira do Sul	Municipal	sim	AA						x	21	669
RS	Camargo	Municipal	sim	AA						x	9	268
RS	Cerro Largo	Municipal	sim	AP							8	202
RS	Constantina	Municipal	sim	AA						x	10	235
RS	Cruz Alta	Municipal	sim	AA						x	13	420
RS	Encantado	Municipal	sim	AA						x	5	182
RS	Faxinal do Soturno	Municipal	sim	AA		x				x	8	159
RS	Herval	Municipal	sim	AA						x	9	252
RS	Hulha Negra	Municipal	sim	AP							6	122
RS	Itaqui	Municipal	sim	AP							11	269
RS	Jacuizinho	Municipal	sim	AA						x	10	255
RS	Jaguarão	Municipal	sim	AA						x	1	12
RS	Jaquirana	Municipal	sim	AP							4	99
RS	Mostardas	Municipal	sim	AA						x	2	81
RS	Novo Hamburgo	Municipal	sim	AA						x	10	422
RS	Palmeira das Missões	UFSM	sim	AP							0	0
RS	Panambi	Municipal	sim	AA						x	5	207
RS	Picada Café	Municipal	sim	AA						x	13	450
UF	Nome Município	Mantenedor	Visita	Situação	Biologia	Física	Química	Artes	Ed. Física	Outros Cursos	Qtde Turmas Ativas	Qtde Alunos Ativos
RS	Quaraí	Municipal	sim	AA		x				x	11	315
RS	Restinga Seca	Municipal	sim	AA						x	19	516
RS	Rosário do Sul	Municipal	sim	AP							8	321
RS	Sant' Ana do Livramento	Municipal	sim	FR							16	456
RS	Santa Maria	UFSM	sim	AA		x				x	1	23
RS	Santa Vitória do Palmar	Municipal	sim	AA						x	12	401
RS	Santana da Boa Vista	Municipal	sim	AP							7	248
RS	Santo Antônio da Patrulha	Municipal	sim	AA	x	x	x	x	x	x	9	295

RS	São Francisco de Paula	Municipal	sim	AA						x	18	506
RS	São João do Polêsine	Municipal	sim	AP							6	141
RS	São José do Norte	Municipal	sim	AA						x	7	230
RS	São Lourenço do Sul	Municipal	sim	AA						x	17	459
RS	São Sepé	Municipal	sim	AA						x	8	227
RS	Sapiranga	Municipal	sim	AA						x	11	281
RS	Sapucaia do Sul	Municipal	sim	AA						x	12	445
RS	Sarandi	Municipal	sim	AA						x	1	19
RS	Seberi	Municipal	sim	FR							10	293
RS	Serafina Corrêa	Municipal	sim	AA						x	7	277
RS	Sobradinho	Municipal	sim	AA						x	18	407
RS	Tapejara	Municipal	sim	AA						x	19	364
RS	Tio Hugo	Municipal	sim	AA						x	17	433
RS	Três de Maio	Municipal	sim	AA						x	16	311
RS	Três Passos	Municipal	sim	AA						x	18	497
RS	Vila Flores	Municipal	sim	AA						x	6	212
SC	Abelardo Luz	Estadual	sim	AP							0	0
UF	Nome Município	Mantenedor	Visita	Situação	Biologia	Física	Química	Artes	Ed. Física	Outros Cursos	Qtde Turmas Ativas	Qtde Alunos Ativos
SC	Araranguá	Municipal	sim	AA	x					x	6	183
SC	Blumenau	Estadual	sim	AP							9	399
SC	Braço do Norte	Municipal	sim	AA		x				x	5	147
SC	Caçador	Estadual	sim	AP							4	123
SC	Campos Novos	Estadual	sim	AA						x	3	96
SC	Canoinhas	Municipal	sim	AP							8	202
SC	Chapecó	Municipal	sim	AP							8	336
SC	Concórdia	Estadual	sim	AA						x	6	233
SC	Criciúma	Municipal	sim	AP							7	253
SC	Florianópolis	Municipal	sim	AA						x	15	907
SC	Indaial	Municipal	sim	AA						x	6	115
SC	Itajaí	Estadual	sim	AP							7	274
SC	Itapema	Municipal	sim	AA						x	9	287
SC	Itapiranga	Estadual	sim	NA							0	0

SC	Joinville	Municipal	sim	AA						x	6	281
SC	Laguna	Municipal	sim	AP							5	237
SC	Otacílio Costa	Municipal	sim	AP							4	120
SC	Palhoça	Municipal	sim	AP							6	204
SC	Palmitos	Municipal	sim	FR							9	286
SC	Ponte Serrada	Estadual	sim	AA						x	0	0
SC	Porto União	Estadual	sim	AP							3	93
SC	Pouso Redondo	Municipal	sim	AA		x				x	7	162
SC	Praia Grande	Municipal	sim	AA						x	1	48
SC	Santa Cecília	Estadual	sim	NA							0	0
SC	São Bento do Sul	UDESC	sim	AP							1	56
UF	Nome Município	Mantenedor	Visita	Situação	Biologia	Física	Química	Artes	Ed. Física	Outros Cursos	Qtde Turmas Ativas	Qtde Alunos Ativos
SC	São Joaquim	Estadual	sim	NA							0	0
SC	São José	Municipal	sim	AP							9	275
SC	São Miguel do Oeste	Estadual	sim	AP							7	266
SC	Treze Tílias	Municipal	sim	FR							6	89
SC	Tubarão	Municipal	sim	AA	x	x				x	9	238
SC	Videira	Municipal	sim	AP							7	204
SE	Araúá	Municipal	sim	AP							23	738
SE	Brejo Grande	Municipal	sim	AP							14	404
SE	Carira	Municipal	sim	AP							14	452
SE	Estância	Municipal	sim	AP							32	1.027
SE	Japaratuba	Municipal	sim	AP							18	503
SE	Lagarto	Municipal	sim	AP							10	357
SE	Laranjeiras	Municipal	sim	AP							22	821
SE	Nossa Senhora da Glória	Estadual	sim	NA							16	500
SE	Nossa Senhora das Dores	Municipal	sim	AP							13	488
SE	Poço Verde	Municipal	sim	AP							14	433
SE	Porto da Folha	Municipal	sim	AP							19	514
SE	Propriá	Estadual	sim	NA							16	559
SE	São Cristóvão	Estadual	sim	NA							2	304
SE	São Domingos	Municipal	sim	AP							26	814

SP	Apiáí	Municipal	sim	AP							12	331
SP	Araras	Municipal	sim	AA						x	11	398
SP	Bálsamo	Municipal	sim	AA						x	7	253
SP	Barretos	Municipal	sim	AA					x	x	26	646
SP	Botucatu	Municipal	sim	AP							7	274
UF	Nome Município	Mantenedor	Visita	Situação	Biologia	Física	Química	Artes	Ed. Física	Outros Cursos	Qtde Turmas Ativas	Qtde Alunos Ativos
SP	Bragança Paulista	Municipal	sim	FR							16	601
SP	Campinas	Municipal	sim	NA							3	115
SP	Cubatão	Municipal	sim	AP							10	304
SP	Diadema	Municipal	sim	FR							18	715
SP	Embu	Municipal	sim	AP							9	250
SP	Franca	Municipal	sim	AA						x	25	992
SP	Guaíra	Municipal	sim	AP							4	116
SP	Guarulhos	Municipal	sim	AA						x	1	81
SP	Igarapava	Municipal	sim	AA						x	11	486
SP	Itapecerica da Serra	Municipal	sim	AA						x	5	162
SP	Itapetininga	Municipal	sim	AA	x		x	x		x	42	1.109
SP	Itapevi	Municipal	sim	AA				x		x	18	539
SP	Jales	Municipal	sim	AA	x	x	x		x	x	26	689
SP	Jandira	Municipal	sim	AA						x	21	546
SP	Jaú	Municipal	sim	AA						x	5	137
SP	Matão	Municipal	sim	NA							12	373
SP	Mirandópolis	Municipal	sim	AP							8	316
SP	Osasco	Municipal	sim	AA				x		x	13	459
SP	Peruíbe	Municipal	sim	AA						x	4	110
SP	Porto Feliz	Municipal	sim	NA							6	134
SP	Santa Isabel	Municipal	sim	AA						x	3	132
SP	Santos	Municipal	sim	FR							4	174
SP	São Carlos	Municipal	sim	AP							17	503
SP	São João da Boa Vista	Municipal	sim	AA			x			x	18	727
SP	São José do Rio Preto	Municipal	sim	AP							14	530

UF	Nome Município	Mantenedor	Visita	Situação	Biologia	Física	Química	Artes	Ed. Física	Outros Cursos	Qtde Turmas Ativas	Qtde Alunos Ativos
SP	São José dos Campos 1	Municipal	sim	AA						x	20	578
SP	São José dos Campos 2	Municipal	sim	AA						x	13	546
SP	Serrana	Municipal	sim	AP							23	905
SP	Tarumã	Municipal	sim	AA						x	12	311
SP	Viradouro	Municipal	sim	AP							4	114
SP	Votorantim	Municipal	sim	AA						x	20	755
SP	Votuporanga	Municipal	sim	AA	x	x	x	x	x	x	8	308
TO	Alvorada	Estadual	sim	AA						x	2	42
TO	Ananás	Municipal	sim	AA						x	6	110
TO	Araguacema	Estadual	sim	AA						x	6	221
TO	Araguaína	Estadual	sim	AP							5	173
TO	Araguatins	Estadual	sim	AA	x					x	6	155
TO	Arraias	UFT	sim	AA	x					x	3	60
TO	Campos Lindos	Estadual	sim	NA							0	0
TO	Cristalândia	Estadual	sim	AA						x	7	203
TO	Dianópolis	Estadual	sim	AA	x		x			x	9	276
TO	Guaraí	Estadual	sim	AA						x	1	47
TO	Gurupi	Estadual	sim	AA	x	x	x	x	x	x	9	335
TO	Mateiros	Estadual	sim	AA						x	3	49
TO	Nova Olinda	Municipal	sim	AA						x	1	17
TO	Palmas	Estadual	sim	AA		x	x		x	x	27	945
TO	Pedro Afonso	Estadual	sim	AP							0	0
TO	Porto Nacional	Estadual	sim	AA	x		x	x		x	2	47
TO	Taguatinga	Estadual	sim	AA						x	1	14
TO	Wanderlândia	Municipal	sim	NA							1	18

Anexo 3

15. ANEXO 3: RELAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES USUÁRIAS DO PORTAL DE PERIÓDICOS DA CAPES - 2012

Instituições usuárias do Portal de Periódicos da CAPES – 2012 (*Novas instituições em 2012)				
	Sigla	Instituição	Dep. Adm.	Tipo de organização
1	ALFA*	FACULDADE ALVES FARIA	Privada	Faculdade
2	ANVISA	AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA	Federal	Órgão Público Federal
3	APAE/SP	ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE SÃO PAULO	Privada	Instituição de saúde
4	APS	ASSOCIAÇÃO DAS PIONEIRAS SOCIAIS	Privada	Instituição de saúde
5	BNDES*	BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL	Federal	Órgão Público Federal
6	CAPES	COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR	Federal	Órgão Público Federal
7	CBM*	CENTRO UNIVERSITÁRIO BARÃO DE MAUÁ	Privada	Centro Universitário
8	CBM/CEU*	CONSERVATÓRIO BRASILEIRO DE MÚSICA - CENTRO UNIVERSITÁRIO	Privada	Centro Universitário
9	CBPF	CENTRO BRASILEIRO DE PESQUISAS FÍSICAS	Federal	Instituto de Pesquisa Público
10	CCD-SES/SP	COORDENADORIA CONTROLE DE DOENÇAS DA SEC EST DA SAUDE DE SP	Estadual	Instituto de Pesquisa Público
11	CDTN	CENTRO DE DESENVOLVIMENTO DA TECNOLOGIA NUCLEAR	Federal	Instituto de Pesquisa Público
12	CEBELA*	CENTRO BRASILEIRO DE ESTUDOS LATINO-AMERICANOS	Privada	Instituto de Pesquisa Privado
13	CEFET/MG	CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA DE MINAS GERAIS	Federal	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia
14	CEFET/RJ	CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA CELSO SUCKOW DA FONSECA	Federal	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia
15	CEPEL	CENTRO DE PESQUISAS DE ENERGIA ELÉTRICA	Federal	Instituto de Pesquisa Público
16	CES/JF*	CENTRO DE ENSINO SUPERIOR DE JUIZ DE FORA	Privada	Faculdade
17	CESAR	CENTRO DE ESTUDOS E SISTEMAS AVANÇADOS DO RECIFE	Privada	Instituto de Pesquisa Privado
18	CESGRANRIO	FUNDAÇÃO CESGRANRIO	Privada	Instituto de Pesquisa Privado
19	CESUMAR	CENTRO UNIVERSITÁRIO DE MARINGÁ - CEUMAR	Privada	Centro Universitário
20	CESUPA*	CENTRO UNIVERSITÁRIO DO ESTADO DO PARÁ	Privada	Centro Universitário
21	CEUCLAR*	CENTRO UNIVERSITÁRIO CLARETIANO	Privada	Centro Universitário
22	CIMATEC	FACULDADE DE TECNOLOGIA SENAI CIMATEC	Privada	Faculdade
23	COC*	CENTRO UNIVERSITÁRIO DO INSTITUTO DE ENSINO SUPERIOR COC	Privada	Centro Universitário
24	CP II	COLÉGIO PEDRO II	Federal	Colégio Federal
25	CRH/SES-SP*	COORDENADORIA DE RECURSOS HUMANOS DA SEC EST DA SAÚDE DE SP	Estadual	Instituto de Pesquisa Público
26	CUML*	CENTRO UNIVERSITÁRIO MOURA LACERDA	Privada	Centro Universitário
27	CUSC	CENTRO UNIVERSITÁRIO SÃO CAMILO	Privada	Centro Universitário
28	EBMSP	ESCOLA BAHIANA DE MEDICINA E SAÚDE PÚBLICA	Privada	Faculdade
29	EMBRAPA	EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA	Federal	Instituto de Pesquisa Público
30	EMESCAM	ESCOLA SUPERIOR DE CIÊNCIAS DA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE VITÓRIA	Privada	Faculdade
31	ENCE	ESCOLA NACIONAL DE CIÊNCIAS ESTATÍSTICAS	Federal	Instituto de Pesquisa Público
32	ESDHC*	ESCOLA SUPERIOR DOM HELDER CÂMARA	Privada	Faculdade
33	ESPM	ESCOLA SUPERIOR DE PROPAGANDA E MARKETING	Privada	Faculdade

Instituições usuárias do Portal de Periódicos da CAPES – 2012 (*Novas instituições em 2012)				
	Sigla	Instituição	Dep. Adm.	Tipo de organização
34	EST	ESCOLA SUPERIOR DE TEOLOGIA	Privada	Faculdade
35	FAAP	FUNDAÇÃO ARMANDO ALVARES PENTEADO	Privada	Faculdade
36	FACCAMP	FACULDADE CAMPO LIMPO PAULISTA	Privada	Faculdade
37	FACEPE	FUNDAÇÃO DE AMPARO À CIÊNC. E TECN. DO ESTADO DE PERNAMBUCO	Estadual	Fundação de apoio à pesquisa
38	FADCTP	FUNDAÇÃO ARAUCÁRIA DE APOIO AO DESENV. CIENT. E TECNOLÓGICO	Estadual	Fundação de apoio à pesquisa
39	FADISP	FACULDADE AUTÔNOMA DE DIREITO	Privada	Faculdade
40	FAFIBE*	CENTRO UNIVERSITÁRIO UNIFAFIBE	Privada	Centro Universitário
41	FAJE	FACULDADE JESUÍTA DE FILOSOFIA E TEOLOGIA	Privada	Faculdade
42	FAMEMA	FACULDADE DE MEDICINA DE MARÍLIA	Estadual	Faculdade
43	FAMERP	FACULDADE DE MEDICINA DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO	Estadual	Faculdade
44	FAP	FUNDAÇÃO ANTONIO PRUDENTE - HOSPITAL A. C. CAMARGO	Privada	Instituição de saúde
45	FAP/DF	FUNDAÇÃO DE APOIO À PESQUISA DO DISTRITO FEDERAL	Estadual	Fundação de apoio à pesquisa
46	FAPEAL	FUNDAÇÃO DE AMPARO À PESQUISA DO ESTADO DE ALAGOAS	Estadual	Fundação de apoio à pesquisa
47	FAPEAM	FUNDAÇÃO DE AMPARO À PESQUISA DO ESTADO DO AMAZONAS	Estadual	Fundação de apoio à pesquisa
48	FAPEG	FUNDAÇÃO DE AMPARO À PESQUISA DO ESTADO DE GOIÁS	Estadual	Fundação de apoio à pesquisa
49	FAPEMA	FUNDAÇÃO DE AMPARO À PESQUISA DO ESTADO DO MARANHÃO	Estadual	Fundação de apoio à pesquisa
50	FAPEMAT	FUNDAÇÃO DE AMPARO À PESQUISA DO ESTADO DE MATO GROSSO	Estadual	Fundação de apoio à pesquisa
51	FAPEMIG	FUNDAÇÃO DE AMPARO À PESQUISA DO ESTADO DE MINAS GERAIS	Estadual	Fundação de apoio à pesquisa
52	FAPEPI	FUNDAÇÃO DE AMPARO À PESQUISA DO ESTADO DO PIAUÍ	Estadual	Fundação de apoio à pesquisa
53	FAPERGS	FUNDAÇÃO DE APOIO À PESQUISA DO ESTADO DO RIO G. SUL	Estadual	Fundação de apoio à pesquisa
54	FAPERJ	FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS FILHO DE AMPARO À PESQUISA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO	Estadual	Fundação de apoio à pesquisa
55	FAPERN	FUNDAÇÃO DE APOIO À PESQ. DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE	Estadual	Fundação de apoio à pesquisa
56	FAPES*	FUNDAÇÃO DE AMPARO À PESQUISA DO ESPÍRITO SANTO	Estadual	Fundação de apoio à pesquisa
57	FAPESB	FUNDAÇÃO DE AMPARO À PESQUISA DO ESTADO DA BAHIA	Estadual	Fundação de apoio à pesquisa
58	FAPESC	FUNDAÇÃO DE APOIO À PESQ. CIENT. E TEC. DE SANTA CATARINA	Estadual	Fundação de apoio à pesquisa
59	FAPESP	FUNDAÇÃO DE AMPARO À PESQUISA DO ESTADO DE SÃO PAULO	Estadual	Fundação de apoio à pesquisa
60	FAPESPA	FUNDAÇÃO DE AMPARO À PESQUISA DO ESTADO DO PARÁ	Estadual	Fundação de apoio à pesquisa
61	FAPESQ	FUNDAÇÃO DE APOIO À PESQUISA DO ESTADO DA PARAÍBA	Estadual	Fundação de apoio à pesquisa
62	FAPITEC*	FUNDAÇÃO DE APOIO À PESQUISA E À INOVAÇÃO TECNOLÓGICA DO ESTADO DE SERGIPE	Estadual	Fundação de apoio à pesquisa
63	FASM*	FACULDADE SANTA MARCELINA	Privada	Faculdade
64	FBV	FACULDADE BOA VIAGEM	Privada	Faculdade
65	FCL*	FACULDADE CÁSPER LÍBERO	Privada	Faculdade
66	FCMSCSP*	FACULDADE DE CIÊNCIAS MÉDICAS DA STA. CASA DE SÃO PAULO	Privada	Faculdade
67	FDMC	FACULDADE DE DIREITO MILTON CAMPOS	Privada	Faculdade
68	FDSM	FACULDADE DE DIREITO DO SUL DE MINAS	Privada	Faculdade

Instituições usuárias do Portal de Periódicos da CAPES – 2012 (*Novas instituições em 2012)				
	Sigla	Instituição	Dep. Adm.	Tipo de organização
69	FDV	FACULDADES INTEGRADAS DE VITÓRIA	Privada	Faculdade
70	FEAD*	FACULDADE DE ESTUDOS ADMINISTRATIVOS DE MINAS GERAIS	Privada	Faculdade
71	FECAP	CENTRO UNIVERSITÁRIO FECAP	Privada	Centro Universitário
72	FEESR	FUNDAÇÃO DE ENSINO EURÍPIDES SOARES DA ROCHA	Privada	Centro Universitário
73	FEEVALE	UNIVERSIDADE FEEVALE	Privada	Universidade
74	FEI	CENTRO UNIVERSITÁRIO DA FUNDAÇÃO EDUCACIONAL INACIANA PE SABÓIA DE MEDEIROS	Privada	Centro Universitário
75	FEPAGRO*	FUNDAÇÃO ESTADUAL DE PESQUISA AGROPECUÁRIA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL	Estadual	Instituto de Pesquisa Público
76	FEPAR	FACULDADE EVANGÉLICA DO PARANÁ	Privada	Faculdade
77	FESURV	UNIVERSIDADE DE RIO VERDE	Municipal	Universidade
78	FGV/RJ	FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS/RJ	Privada	Faculdade
79	FGV/SP	FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS/SP	Privada	Faculdade
80	FICM	FACULDADE INTEGRADO CAMPO MOURÃO	Privada	Faculdade
81	FIOCRUZ	FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ	Federal	Instituto de Pesquisa Público
82	FJP (EG)	ESCOLA DE GOVERNO PROFESSOR PAULO NEVES DE CARVALHO	Estadual	Instituto de Pesquisa Público
83	FMABC	FACULDADE DE MEDICINA DO ABC	Privada	Faculdade
84	FMJ	FACULDADE DE MEDICINA DE JUNDIAÍ	Privada	Faculdade
85	FMU*	CENTRO UNIVERSITÁRIO DAS FACULDADES METROPOLITANAS UNIDAS	Privada	Centro Universitário
86	FNH*	FACULDADE NOVOS HORIZONTES	Privada	Faculdade
87	FPL	FACULDADES INTEGRADAS DE PEDRO LEOPOLDO	Privada	Faculdade
88	FPP	FACULDADES PEQUENO PRÍNCIPE	Privada	Faculdade
89	FSB	FACULDADE DE SÃO BENTO	Privada	Faculdade
90	FUC*	FUNDAÇÃO UNIVERSITÁRIA DE CARDIOLOGIA	Privada	Instituição de saúde
91	FUCAPE	FACULDADE FUCAPE	Privada	Faculdade
92	FUMEC	UNIVERSIDADE FUMEC	Privada	Universidade
93	FUNCAP	FUNDAÇÃO CEARENSE DE APOIO AO DESENV. CIENT. E TECN.	Estadual	Fundação de apoio à pesquisa
94	FUNDACENTRO*	FUND JORGE DUPRAT FIGUEIREDO DE SEGURANÇA E MED DO TRABALHO	Federal	Instituto de Pesquisa Público
95	FUNDECITRUS*	FUNDO DE DEFESA DA CITRICULTURA	Privada	Instituto de Pesquisa Privado
96	FUNDECT	FUNDAÇÃO DE APOIO AO DESENVOLVIMENTO DO ENSINO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO ESTADO	Estadual	Fundação de apoio à pesquisa
97	FUNTAC*	FUNDAÇÃO DE TECNOLOGIA DO ESTADO DO ACRE	Estadual	Fundação de apoio à pesquisa
98	FURB	UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU	Municipal	Universidade
99	FURG	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE	Federal	Universidade
100	FUV*	FACULDADE UNIDA DE VITÓRIA	Privada	Faculdade
101	FVC*	FUNDACAO VISCONDE DE CAIRU	Privada	Faculdade
102	HAOC*	HOSPITAL ALEMÃO OSWALDO CRUZ	Privada	Instituição de saúde
103	HCB*	FUNDAÇÃO PIO XII - HOSPITAL DE CÂNCER DE BARRETOS	Privada	Instituição de saúde
104	HIAE	HOSPITAL ISRAELISTA ALBERT EINSTEIN	Privada	Instituição de saúde
105	HSL*	HOSPITAL SÍRIO LIBANÊS	Privada	Instituição de saúde
106	IAC	INSTITUTO AGRÔNOMICO	Federal	Instituto de Pesquisa Público
107	IAMSPE	INSTITUTO DE ASSISTÊNCIA MÉDICA AO SERVIDOR PÚBLICO ESTADUAL	Estadual	Instituto de Pesquisa Público
108	IBMEC	FACULDADE DE ECONOMIA E FINANÇAS	Privada	Faculdade

Instituições usuárias do Portal de Periódicos da CAPES – 2012 (*Novas instituições em 2012)				
	Sigla	Instituição	Dep. Adm.	Tipo de organização
		IBMEC		
109	IBSP	INSTITUTO BIOLÓGICO DE SÃO PAULO	Estadual	Instituto de Pesquisa Público
110	IBT	INSTITUTO DE BOTANICA	Estadual	Instituto de Pesquisa Público
111	ICMBio	INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE	Federal	Instituto de Pesquisa Público
112	IDP	INSTITUTO BRASILIENSE DE DIREITO PÚBLICO	Privada	Faculdade
113	IEC*	INSTITUTO EVANDRO CHAGAS	Federal	Instituto de Pesquisa Público
114	IEPSC*	INSTITUTO DE ENSINO E PESQUISA DA SANTA CASA DE BELO HORIZONTE	Privada	Instituto de Pesquisa Privado
115	IFAC	INSTITUTO FEDERAL DO ACRE	Federal	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia
116	IFAL	INSTITUTO FEDERAL DE ALAGOAS	Federal	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia
117	IFAM	INSTITUTO FEDERAL DO AMAZONAS	Federal	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia
118	IFAP	INSTITUTO FEDERAL DO AMAPÁ	Federal	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia
119	IFB	INSTITUTO FEDERAL DE BRASÍLIA	Federal	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia
120	IFBA	INSTITUTO FEDERAL DA BAHIA	Federal	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia
121	IFBAIANO	INSTITUTO FEDERAL BAIANO	Federal	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia
122	IFC	INSTITUTO FEDERAL CATARINENSE	Federal	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia
123	IFCE	INSTITUTO FEDERAL DO CEARÁ	Federal	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia
124	IFES	INSTITUTO FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO	Federal	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia
125	IFFarroupilha	INSTITUTO FEDERAL FARROUPILHA	Federal	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia
126	IFFLUMINENSE	INSTITUTO FEDERAL FLUMINENSE	Federal	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia
127	IFGO	INSTITUTO FEDERAL DE GOIÁS	Federal	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia
128	IFGoiano	INSTITUTO FEDERAL GOIANO	Federal	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia
129	IFMA	INSTITUTO FEDERAL DO MARANHÃO	Federal	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia
130	IFMG	INSTITUTO FEDERAL DE MINAS GERAIS	Federal	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia
131	IFMS	INSTITUTO FEDERAL DO MATO GROSSO DO SUL	Federal	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia
132	IFMT	INSTITUTO FEDERAL MATO GROSSO	Federal	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia
133	IFNMG	INSTITUTO FEDERAL DO NORTE DE MINAS GERAIS	Federal	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia
134	IFPA	INSTITUTO FEDERAL DO PARÁ	Federal	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia
135	IFPB	INSTITUTO FEDERAL DA PARAÍBA	Federal	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia
136	IFPE	INSTITUTO FEDERAL DE PERNAMBUCO	Federal	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia
137	IFPI	INSTITUTO FEDERAL DO PIAUÍ	Federal	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia
138	IFPR	INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ	Federal	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia
139	IFRJ	INSTITUTO FEDERAL DO RIO DE JANEIRO	Federal	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia
140	IFRN	INSTITUTO FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE	Federal	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia
141	IFRO	INSTITUTO FEDERAL DE RONDÔNIA	Federal	Instituto Federal de Educação,

Instituições usuárias do Portal de Periódicos da CAPES – 2012 (*Novas instituições em 2012)				
	Sigla	Instituição	Dep. Adm.	Tipo de organização
				Ciência e Tecnologia
142	IFRR	INSTITUTO FEDERAL DE RORAIMA	Federal	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia
143	IFRS	INSTITUTO FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL	Federal	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia
144	IFSC	INSTITUTO FEDERAL DE SANTA CATARINA	Federal	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia
145	IFSE	INSTITUTO FEDERAL DE SERGIPE	Federal	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia
146	IFSERTAO - PE	INSTITUTO FEDERAL DO SERTÃO PERNAMBUCANO	Federal	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia
147	IFSP	INSTITUTO FEDERAL DE SÃO PAULO	Federal	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia
148	IFSUDESTE	INSTITUTO FEDERAL DO SUDESTE DE MINAS GERAIS	Federal	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia
149	IFSul	INSTITUTO FEDERAL SUL-RIO-GRANDENSE	Federal	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia
150	IFSULDEMINAS	INSTITUTO FEDERAL DO SUL DE MINAS GERAIS	Federal	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia
151	IFTO	INSTITUTO FEDERAL DO TOCANTINS	Federal	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia
152	IFTRIANGULO	INSTITUTO FEDERAL DO TRIÂNGULO MINEIRO	Federal	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia
153	ILAPEO	INSTITUTO LATINO AMERICANO PESQ E ENS ODONTOLOGICO ILAPEO LTDA	Privada	Instituto de Pesquisa Privado
154	IME	INSTITUTO MILITAR DE ENGENHARIA	Federal	Instituto de Pesquisa Público
155	IMIP	INSTITUTO DE MEDICINA INTEGRAL PROFESSOR FERNANDO FIGUEIRA	Privada	Instituição de saúde
156	IMPA	ASSOCIAÇÃO INSTITUTO NACIONAL DE MATEMÁTICA PURA E APLICADA	Privada	Instituto de Pesquisa Privado
157	IMT	INSTITUTO MAUÁ DE TECNOLOGIA	Privada	Centro Universitário
158	INATEL*	INSTITUTO NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES	Privada	Faculdade
159	INCA	INSTITUTO NACIONAL DE CÂNCER	Federal	Instituto de Pesquisa Público
160	INES	INSTITUTO NACIONAL DE EDUCAÇÃO DE SURDOS	Federal	Faculdade
161	INESP*	INSTITUTO DE ENSINO SUPERIOR E PESQUISA	Privada	Faculdade
162	INMETRO	INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA, NORMALIZAÇÃO E QUALIDADE INDUSTRIAL	Federal	Instituto de Pesquisa Público
163	INPA	INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISAS DA AMAZÔNIA	Federal	Instituto de Pesquisa Público
164	INPE	INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISAS ESPACIAIS	Federal	Instituto de Pesquisa Público
165	INPI	INSTITUTO NACIONAL DA PROPRIEDADE INDUSTRIAL	Federal	Instituto de Pesquisa Público
166	INSPER	INSPER INSTITUTO DE ENSINO E PESQUISA	Privada	Faculdade
167	IP*	INSTITUTO DE PESCA - APTA - SEC. DE AGR. E ABAST. - SP	Estadual	Instituto de Pesquisa Público
168	IPA	CENTRO UNIVERSITÁRIO METODISTA IPA	Privada	Centro Universitário
169	IPE	INSTITUTO DE PESQUISAS ECOLÓGICAS	Privada	Instituto de Pesquisa Privado
170	IPEA*	INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA	Federal	Instituto de Pesquisa Público
171	IPHAN*	INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL	Federal	Instituto de Pesquisa Público
172	IRBr*	INSTITUTO RIO BRANCO	Federal	Instituto de Pesquisa Público
173	IRD	INSTITUTO DE RADIOPROTEÇÃO E DOSIMETRIA	Federal	Instituto de Pesquisa Público
174	IST	INSTITUTO SUPERIOR TUPY - IST	Privada	Faculdade
175	ITA	INSTITUTO TECNOLÓGICO DE AERONÁUTICA	Federal	Instituto de Pesquisa Público

Instituições usuárias do Portal de Periódicos da CAPES – 2012 (*Novas instituições em 2012)				
	Sigla	Instituição	Dep. Adm.	Tipo de organização
176	ITE	INSTITUIÇÃO TOLEDO DE ENSINO	Privada	Centro Universitário
177	ITEP	ASSOCIAÇÃO INSTITUTO DE TECNOLOGIA DE PERNAMBUCO	Privada	Instituto de Pesquisa Privado
178	IUPERJ	INSTITUTO UNIVERSITÁRIO DE PESQUISA DO RIO DE JANEIRO	Privada	Universidade
179	IZ/APTA	INSTITUTO DE ZOOTECNIA IZ/APTA-SAA/SP	Estadual	Instituto de Pesquisa Público
180	JBRJ	INSTITUTO DE PESQUISAS JARDIM BOTANICO DO RIO DE JANEIRO	Federal	Instituto de Pesquisa Público
181	LACTEC	INSTITUTO DE TECNOLOGIA PARA O DESENVOLVIMENTO	Privada	Instituto de Pesquisa Privado
182	LNCC	LABORATÓRIO NACIONAL DE COMPUTAÇÃO CIÊNCIA	Federal	Instituto de Pesquisa Público
183	MAPA	MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO	Federal	Órgão Público Federal
184	MCT	MINISTÉRIO DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA	Federal	Órgão Público Federal
185	MMA*	MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE	Federal	Órgão Público Federal
186	NOVAFAPI*	FACULDADE DE SAÚDE, CIÊNCIAS HUMANAS E TECNOLÓGICAS DO PIAUÍ	Privada	Faculdade
187	ON	OBSERVATÓRIO NACIONAL	Federal	Instituto de Pesquisa Público
188	PUC/GOIÁS	PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS	Privada	Universidade
189	PUC/MG	PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS	Privada	Universidade
190	PUC/PR	PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO PARANÁ	Privada	Universidade
191	PUC/RJ	PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO DE JANEIRO	Privada	Universidade
192	PUC/RS	PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL	Privada	Universidade
193	PUC/SP	PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO	Privada	Universidade
194	PUCCAMP	PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE CAMPINAS	Privada	Universidade
195	SBFis*	SOCIEDADE BRASILEIRA DE FISILOGIA	Privada	Instituto de Pesquisa Privado
196	SBM*	SOCIEDADE BRASILEIRA DE MATEMÁTICA	Privada	Instituto de Pesquisa Privado
197	SENAC/SP	CENTRO UNIVERSITÁRIO SENAC/SP	Privada	Centro Universitário
198	SLMANDIC	FACULDADE DE ODONTOLOGIA SÃO LEOPOLDO MANDIC	Privada	Faculdade
199	UAM	UNIVERSIDADE ANHEMBI MORUMBI	Privada	Universidade
200	UBC	UNIVERSIDADE BRAZ CUBAS	Privada	Universidade
201	UCB	UNIVERSIDADE CATÓLICA DE BRASÍLIA	Privada	Universidade
202	UCDB	UNIVERSIDADE CATÓLICA DOM BOSCO	Privada	Universidade
203	UCP	UNIVERSIDADE CATÓLICA DE PETRÓPOLIS	Privada	Universidade
204	UCPEL	UNIVERSIDADE CATÓLICA DE PELOTAS	Privada	Universidade
205	UCS	UNIVERSIDADE DE CAXIAS DO SUL	Privada	Universidade
206	UCSAL	UNIVERSIDADE CATÓLICA DO SALVADOR	Privada	Universidade
207	UDESC	FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA	Estadual	Universidade
208	UDF*	CENTRO UNIVERSITÁRIO DO DISTRITO FEDERAL	Privada	Centro Universitário
209	UEA	UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAZONAS	Estadual	Universidade
210	UECE	UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ	Estadual	Universidade
211	UEFS	UNIVERSIDADE ESTADUAL DE FEIRA DE SANTANA	Estadual	Universidade
212	UEG	UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS	Estadual	Universidade
213	UEL	UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA	Estadual	Universidade
214	UEM	UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ	Estadual	Universidade
215	UEMA	UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO	Estadual	Universidade
216	UEMG	UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MINAS	Estadual	Universidade

Instituições usuárias do Portal de Periódicos da CAPES – 2012 (*Novas instituições em 2012)				
	Sigla	Instituição	Dep. Adm.	Tipo de organização
		GERAIS		
217	UEMS	UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MATO GROSSO DO SUL	Estadual	Universidade
218	UENF	UNIVERSIDADE ESTADUAL DO NORTE FLUMINENSE DARCY RIBEIRO	Estadual	Universidade
219	UENP*	UNIVERSIDADE ESTADUAL DO NORTE DO PARANÁ	Estadual	Universidade
220	UEPA	UNIVERSIDADE DO ESTADO DO PARÁ	Estadual	Universidade
221	UEPB	UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA	Estadual	Universidade
222	UEPG	UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA	Estadual	Universidade
223	UERGS*	UNIVERSIDADE ESTADUAL DO RIO GRANDE DO SUL	Estadual	Universidade
224	UERJ	UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO	Estadual	Universidade
225	UERN	UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE	Estadual	Universidade
226	UERR*	UNIVERSIDADE ESTADUAL DE RORAIMA	Estadual	Universidade
227	UESB	UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA	Estadual	Universidade
228	UESC	UNIVERSIDADE ESTADUAL DE SANTA CRUZ	Estadual	Universidade
229	UESPI*	UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PIAUÍ	Estadual	Universidade
230	UEZO	CENTRO UNIVERSITARIO ESTADUAL DA ZONA OESTE	Estadual	Centro Universitário
231	UFABC	FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO ABC	Federal	Universidade
232	UFAC	UNIVERSIDADE FEDERAL DO ACRE	Federal	Universidade
233	UFAL	UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS	Federal	Universidade
234	UFAM	UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS	Federal	Universidade
235	UFBA	UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA	Federal	Universidade
236	UFC	UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ	Federal	Universidade
237	UFCG	UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE	Federal	Universidade
238	UFCSPA	FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE CIÊNCIAS DA SAÚDE DE PORTO ALEGRE	Federal	Universidade
239	UFERSA	UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO	Federal	Universidade
240	UFES	UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO	Federal	Universidade
241	UFF	UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE	Federal	Universidade
242	UFFS	UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL	Federal	Universidade
243	UFG	UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS	Federal	Universidade
244	UFGD	FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS	Federal	Universidade
245	UFJF	UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA	Federal	Universidade
246	UFLA	UNIVERSIDADE FEDERAL DE LAVRAS	Federal	Universidade
247	UFMA	UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO	Federal	Universidade
248	UFMG	UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS	Federal	Universidade
249	UFMS	UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL	Federal	Universidade
250	UFMT	UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO	Federal	Universidade
251	UFOP	UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO	Federal	Universidade
252	UFOPA	UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ	Federal	Universidade
253	UFPA	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ	Federal	Universidade
254	UFPB	UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA	Federal	Universidade
255	UFPE	UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO	Federal	Universidade
256	UFPEL	UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS	Federal	Universidade

Instituições usuárias do Portal de Periódicos da CAPES – 2012 (*Novas instituições em 2012)				
	Sigla	Instituição	Dep. Adm.	Tipo de organização
257	UFPI	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ	Federal	Universidade
258	UFPR	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ	Federal	Universidade
259	UFRA	UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DA AMAZÔNIA	Federal	Universidade
260	UFRB	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA	Federal	Universidade
261	UFRGS	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL	Federal	Universidade
262	UFRJ	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO	Federal	Universidade
263	UFRN	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE	Federal	Universidade
264	UFRO	FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA	Federal	Universidade
265	UFRPE	UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO	Federal	Universidade
266	UFRR	UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA	Federal	Universidade
267	UFRRJ	UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO	Federal	Universidade
268	UFS	UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE	Federal	Universidade
269	UFSC	UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA	Federal	Universidade
270	UFSCAR	UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS	Federal	Universidade
271	UFSJ	UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO JOÃO DEL REI	Federal	Universidade
272	UFSM	UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA	Federal	Universidade
273	UFT	FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS	Federal	Universidade
274	UFTM	UNIVERSIDADE FEDERAL DO TRIÂNGULO MINEIRO	Federal	Universidade
275	UFU	UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA	Federal	Universidade
276	UFV	FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA	Federal	Universidade
277	UFVJM	UNIVERSIDADE FEDERAL DOS VALES DO JEQUITINHONHA E MUCURI	Federal	Universidade
278	UGF	UNIVERSIDADE GAMA FILHO	Privada	Universidade
279	UIT	UNIVERSIDADE DE ITAÚNA	Privada	Universidade
280	ULBRA	UNIVERSIDADE LUTERANA DO BRASIL	Privada	Universidade
281	UMC	UNIVERSIDADE DE MOGI DAS CRUZES	Privada	Universidade
282	UMESP	UNIVERSIDADE METODISTA DE SÃO PAULO	Privada	Universidade
283	UNA	CENTRO UNIVERSITÁRIO UNA	Privada	Centro Universitário
284	UNAERP	UNIVERSIDADE DE RIBEIRÃO PRETO	Privada	Universidade
285	UNAMA*	UNIVERSIDADE DA AMAZÔNIA	Privada	Universidade
286	UNASP*	CENTRO UNIVERSITÁRIO ADVENTISTA DE SÃO PAULO	Privada	Centro Universitário
287	UNB	UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA	Federal	Universidade
288	UNC	UNIVERSIDADE DO CONTESTADO	Privada	Universidade
289	UNCISAL*	UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CIÊNCIAS DA SAÚDE DE ALAGOAS	Estadual	Universidade
290	UNEB	UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA	Estadual	Universidade
291	UNEC	CENTRO UNIVERSITÁRIO DE CARATINGA	Privada	Centro Universitário
292	UNEMAT	UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO	Estadual	Universidade
293	UNESA	UNIVERSIDADE ESTÁCIO DE SÁ	Privada	Universidade
294	UNESC	UNIVERSIDADE DO EXTREMO SUL CATARINENSE	Privada	Universidade
295	UNESP	UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA JÚLIO DE MESQUITA FILHO	Estadual	Universidade
296	UNG	UNIVERSIDADE GUARULHOS	Privada	Universidade

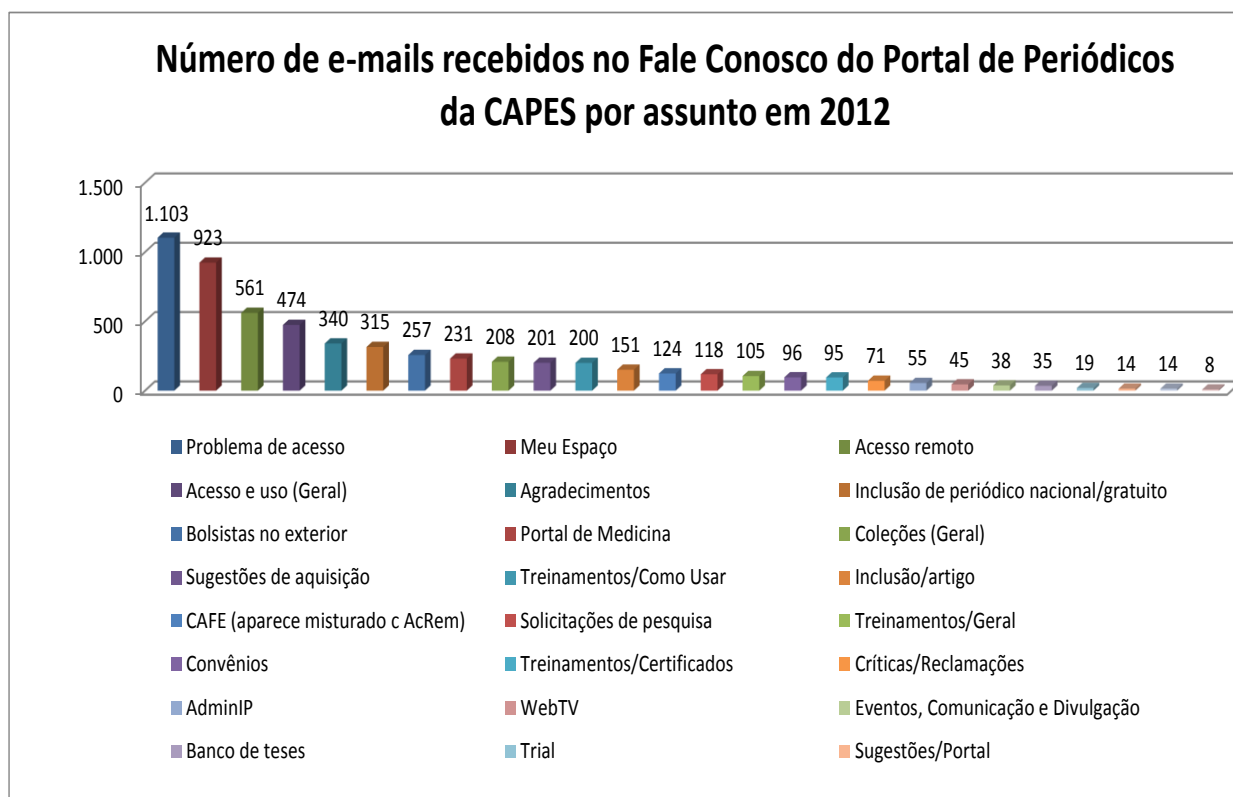
Instituições usuárias do Portal de Periódicos da CAPES – 2012 (*Novas instituições em 2012)				
	Sigla	Instituição	Dep. Adm.	Tipo de organização
297	UNIANDRADE*	CENTRO UNIVERSITÁRIO CAMPOS DE ANDRADE	Privada	Centro Universitário
298	UNIARA	CENTRO UNIVERSITÁRIO DE ARARAQUARA	Privada	Centro Universitário
299	UNIARARAS*	CENTRO UNIVERSITÁRIO HERMINIO OMETTO DE ARARAS	Privada	Centro Universitário
300	UNIB	UNIVERSIDADE IBIRAPUERA	Privada	Universidade
301	UNIBAN*	UNIVERSIDADE BANDEIRANTE DE SÃO PAULO	Privada	Universidade
302	UNI-BH	CENTRO UNIVERSITÁRIO DE BELO HORIZONTE	Privada	Centro Universitário
303	UNIBRASIL	FACULDADES INTEGRADAS DO BRASIL	Privada	Faculdade
304	UNIC*	UNIVERSIDADE DE CUIABÁ	Privada	Universidade
305	UNICAMP	UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS	Estadual	Universidade
306	UNICAP	UNIVERSIDADE CATÓLICA DE PERNAMBUCO	Privada	Universidade
307	UNICASTELO*	UNIVERSIDADE CAMILO CASTELO BRANCO	Privada	Universidade
308	UNICENTRO	UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CENTRO OESTE	Estadual	Universidade
309	UNICEP*	CENTRO UNIVERSITÁRIO CENTRAL PAULISTA	Privada	Centro Universitário
310	UNICEUB	CENTRO UNIVERSITÁRIO DE BRASÍLIA	Privada	Centro Universitário
311	UNICEUMA	CENTRO UNIVERSITÁRIO DO MARANHÃO	Privada	Universidade
312	UNICID	UNIVERSIDADE CIDADE DE SÃO PAULO	Privada	Universidade
313	UNICRUZ*	UNIVERSIDADE DE CRUZ ALTA	Privada	Universidade
314	UNICSUL	UNIVERSIDADE CRUZEIRO DO SUL	Privada	Universidade
315	UNICURITIBA	CENTRO UNIVERSITÁRIO CURITIBA	Privada	Centro Universitário
316	UNIDAVI*	CENTRO UNIVERSITÁRIO PARA O DESENVOLVIMENTO DO ALTO VALE DO ITAJAÍ	Privada	Centro Universitário
317	UNIDERP	UNIVERSIDADE ANHANGUERA - UNIDERP	Privada	Universidade
318	UNIEURO*	CENTRO UNIVERSITARIO EURO-AMERICANO	Privada	Centro Universitário
319	UNIEVANGÉLICA*	CENTRO UNIVERSITÁRIO DE ANÁPOLIS	Privada	Centro Universitário
320	UNI-FACEF	CENTRO UNIVERSITÁRIO DE FRANCA	Municipal	Centro Universitário
321	UNIFACS	UNIVERSIDADE SALVADOR	Privada	Universidade
322	UNIFAE	CENTRO UNIVERSITÁRIO FRANCISCANO DO PARANÁ	Privada	Centro Universitário
323	UNIFAE-SP*	CENTRO UNIVERSITÁRIO DAS FACULDADES ASSOCIADAS DE ENSINO - FAE	Municipal	Centro Universitário
324	UNIFAL-MG	UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALFENAS	Federal	Universidade
325	UNIFAP	UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ	Federal	Universidade
326	UNIFEB	CENTRO UNIVERSITÁRIO DA FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DE BARRETOS	Privada	Centro Universitário
327	UNIFEI	UNIVERSIDADE FEDERAL DE ITAJUBÁ - UNIFEI	Federal	Universidade
328	UNIFENAS	UNIVERSIDADE JOSÉ DO ROSÁRIO VELLANO	Privada	Universidade
329	UNIFESP	UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO	Federal	Universidade
330	UNIFEV	CENTRO UNIVERSITÁRIO DE VOTUPORANGA	Privada	Centro Universitário
331	UNIFIAN*	CENTRO UNIVERSITÁRIO ANHANGÜERA	Privada	Centro Universitário
332	UNIFIEO	CENTRO UNIVERSITÁRIO FIEO	Privada	Centro Universitário
333	UniFOA	FUNDAÇÃO OSWALDO ARANHA	Privada	Centro Universitário
334	UNIFOR	UNIVERSIDADE DE FORTALEZA	Privada	Universidade
335	UNIFRA	CENTRO UNIVERSITÁRIO FRANCISCANO	Privada	Centro Universitário
336	UNIFRAN	UNIVERSIDADE DE FRANCA	Privada	Universidade
337	UNIGRANRIO	UNIVERSIDADE DO GRANDE RIO	Privada	Universidade

Instituições usuárias do Portal de Periódicos da CAPES – 2012 (*Novas instituições em 2012)				
	Sigla	Instituição	Dep. Adm.	Tipo de organização
		PROFESSOR JOSÉ DE SOUZA HERDY		
338	UNIJUI	UNIVERSIDADE REGIONAL DO NOROESTE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL	Privada	Universidade
339	UNILA	UNIVERSIDADE FEDERAL DA INTEGRAÇÃO LATINO-AMERICANA	Federal	Universidade
340	UNILAB	UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA	Federal	Universidade
341	UNILASALLE	CENTRO UNIVERSITÁRIO LA SALLE	Privada	Centro Universitário
342	UNILESTE	CENTRO UNIVERSITÁRIO DO LESTE DE MINAS GERAIS	Privada	Centro Universitário
343	UNILUS*	CENTRO UNIVERSITÁRIO LUSÍADA	Privada	Centro Universitário
344	UNIMAR	UNIVERSIDADE DE MARÍLIA	Privada	Universidade
345	UNIMEP	UNIVERSIDADE METODISTA DE PIRACICABA	Privada	Universidade
346	UNIMONTES	UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MONTES CLAROS	Estadual	Universidade
347	UNINCOR*	UNIVERSIDADE VALE DO RIO VERDE	Privada	Universidade
348	UNINGA*	FACULDADE INGÁ	Privada	Faculdade
349	UNINILTONLINS	CENTRO UNIVERSITÁRIO NILTON LINS	Privada	Universidade
350	UNINOVE	UNIVERSIDADE NOVE DE JULHO	Privada	Universidade
351	UNIOESTE	UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ	Estadual	Universidade
352	UNIP	UNIVERSIDADE PAULISTA	Privada	Universidade
353	UNIPAC*	UNIVERSIDADE PRESIDENTE ANTÔNIO CARLOS	Privada	Universidade
354	UNIPAMPA	FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA - UNIPAMPA	Federal	Universidade
355	UNIPAR*	UNIVERSIDADE PARANAENSE	Privada	Universidade
356	UNIPÊ*	CENTRO UNIVERSITÁRIO DE JOÃO PESSOA	Privada	Centro Universitário
357	UNIPAC	UNIVERSIDADE DO PLANALTO CATARINENSE	Privada	Universidade
358	UNIPLI*	CENTRO UNIVERSITÁRIO PLÍNIO LEITE	Privada	Centro Universitário
359	UNIRIO	UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO	Federal	Universidade
360	UNIRITTER	CENTRO UNIVERSITÁRIO RITTER DOS REIS	Privada	Centro Universitário
361	UNIRP*	CENTRO UNIVERSITÁRIO DE RIO PRETO	Privada	Centro Universitário
362	UNISA*	UNIVERSIDADE DE SANTO AMARO	Privada	Universidade
363	UNISAL	CENTRO UNIVERSITÁRIO SALESIANO DE SÃO PAULO	Privada	Centro Universitário
364	UNISANTA*	UNIVERSIDADE SANTA CECÍLIA	Privada	Universidade
365	UNISANTOS	UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SANTOS	Privada	Universidade
366	UNISC	UNIVERSIDADE DE SANTA CRUZ DO SUL	Privada	Universidade
367	UNISINOS	UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS	Privada	Universidade
368	UNIS-MG*	CENTRO UNIVERSITÁRIO DO SUL DE MINAS	Privada	Centro Universitário
369	UNISO	UNIVERSIDADE DE SOROCABA	Privada	Universidade
370	UNISUAM*	CENTRO UNIVERSITÁRIO AUGUSTO MOTTA	Privada	Centro Universitário
371	UNISUL	UNIVERSIDADE DO SUL DE SANTA CATARINA	Privada	Universidade
372	UNIT	UNIVERSIDADE TIRADENTES	Privada	Universidade
373	UNITAU	UNIVERSIDADE DE TAUBATÉ	Municipal	Universidade
374	UNITOLEDO	CENTRO UNIVERSITÁRIO TOLEDO	Privada	Centro Universitário
375	UNIUBE*	UNIVERSIDADE DE UBERABA	Privada	Universidade
376	UNIVALE*	UNIVERSIDADE VALE DO RIO DOCE	Privada	Universidade
377	UNIVALI	UNIVERSIDADE DO VALE DO ITAJAÍ	Privada	Universidade
378	UNIVAP*	UNIVERSIDADE DO VALE DO PARAÍBA	Privada	Universidade

Instituições usuárias do Portal de Periódicos da CAPES – 2012 (*Novas instituições em 2012)				
	Sigla	Instituição	Dep. Adm.	Tipo de organização
379	UNIVÁS*	UNIVERSIDADE DO VALE DO SAPUCAÍ	Privada	Universidade
380	UNIVASF	FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO VALE DO SÃO FRANCISCO	Federal	Universidade
381	UNIVATES	CENTRO UNIVERSITÁRIO UNIVATES	Privada	Centro Universitário
382	UNIVEM*	CENTRO UNIVERSITÁRIO EURÍPEDES DE MARÍLIA	Privada	Centro Universitário
383	UNIVERSO	UNIVERSIDADE SALGADO DE OLIVEIRA	Privada	Universidade
384	UNIVILLE	UNIVERSIDADE DA REGIÃO DE JOINVILLE	Privada	Universidade
385	UNOCHAPECÓ	UNIVERSIDADE COMUNITÁRIA DA REGIÃO DE CHAPECÓ	Privada	Universidade
386	UNOESC	UNIVERSIDADE DO OESTE DE SANTA CATARINA	Privada	Universidade
387	UNOESTE*	UNIVERSIDADE DO OESTE PAULISTA	Privada	Universidade
388	UNOPAR	UNIVERSIDADE NORTE DO PARANÁ	Privada	Universidade
389	UNP	UNIVERSIDADE POTIGUAR	Privada	Universidade
390	UP	UNIVERSIDADE POSITIVO	Privada	Universidade
391	UPE	UNIVERSIDADE DE PERNAMBUCO	Estadual	Universidade
392	UPF	UNIVERSIDADE DE PASSO FUNDO	Privada	Universidade
393	UPM	UNIVERSIDADE PRESBITERIANA MACKENZIE	Privada	Universidade
394	URCA	UNIVERSIDADE REGIONAL DO CARIRI	Estadual	Universidade
395	URI	UNIVERSIDADE REGIONAL INTEGRADA DO ALTO URUGUAI E DAS MISSÕES	Privada	Universidade
396	USC	UNIVERSIDADE DO SAGRADO CORAÇÃO	Privada	Universidade
397	USCS	UNIVERSIDADE MUNICIPAL DE SÃO CAETANO DO SUL	Municipal	Universidade
398	USF	UNIVERSIDADE SÃO FRANCISCO	Privada	Universidade
399	USJ*	CENTRO UNIVERSITÁRIO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ	Privada	Centro Universitário
400	USJT	UNIVERSIDADE SÃO JUDAS TADEU	Privada	Universidade
401	USP	UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO	Estadual	Universidade
402	USS*	UNIVERSIDADE SEVERINO SOMBRA	Privada	Universidade
403	UTFPR	UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ	Federal	Universidade
404	UTP	UNIVERSIDADE TUIUTI DO PARANÁ	Privada	Universidade
405	UVA	UNIVERSIDADE VEIGA DE ALMEIDA	Privada	Universidade
406	UVA/CE	UNIVERSIDADE ESTADUAL DO VALE DO ACARAÚ	Estadual	Universidade
407	UVV	CENTRO UNIVERSITÁRIO VILA VELHA	Privada	Universidade

Anexo 4

16. ANEXO 4: NÚMERO DE E-MAILS RECEBIDOS NO FALE CONOSCO DO PORTAL DE PERIÓDICOS DA CAPES POR ASSUNTO EM 2012



Fonte: CGPP/DPB/CAPES

Anexo 5

17. ANEXO 5 – CRITÉRIOS PARA CONCESSÃO ADICIONAL DE BOLSAS – DPB/CAPES

Classificação dos Programas de Pós-Graduação de acordo com as grandes áreas do conhecimento em três níveis de prioridade:

- **Prioridade 1:** programas de pós-graduação pertencentes as grande áreas de Engenharias, Multidisciplinar, Ciências Biológicas, Ciências Exatas e da Terra (exceto Geociências e Matemática: Probabilidade e Estatística), Ciências Agrárias (com exceção de Medicina Veterinária) e Farmácia e Saúde Coletiva (pertencentes a Ciências da Saúde);
- **Prioridade 2:** programas de pós-graduação pertencentes áreas de Ciências da Saúde (exceto Farmácia e Saúde Coletiva), Medicina Veterinária, Geociências e Matemática: Probabilidade e Estatística; e
- **Prioridade 3:** programas de pós-graduação das demais áreas (Ciências Humanas, Ciências Sociais Aplicadas e Letras/Linguística e Artes).

Anexo 6

18. ANEXO 6 - QUADRO A.5.3 – CARACTERIZAÇÃO DOS INSTRUMENTOS DE TRANSFERÊNCIAS VIGENTES NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA

Unidade Concedente ou Contratante									
Nome: Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES									
CNPJ: 00.889.834/0001-08					UG/GESTÃO: 154003/15279				
Informações sobre as Transferências									
Modalidade	Nº do instrumento	Beneficiário	Valores Pactuados		Valores Repassados		Vigência		Sit.
			Global	Contraparti da	No Exercício	Acumulado até o Exercício	Início	Fim	
1 CONVENIO	CONV-UAB-EST-096/10	80257355000108	413.546,76	4.177,24	0,00	0,00	02/JUL/2010	22/JAN/2012	4 Concluído
1 CONVENIO	CONV-UAB-EST-100/10	01112580000171	803.604,78	8.117,22	0,00	0,00	02/JUL/2010	22/JAN/2012	4 Concluído
1 CONVENIO	CONV-UAB-EST-178/10	79151312000156	179.987,92	3.500,00	0,00	179.987,92	20/DEZ/2010	15/FEV/2012	4 Concluído
1 CONVENIO	CONV-UAB-174/2010	04809688000106	465.415,08	9.498,27	0,00	465.415,08	15/DEZ/2010	25/FEV/2012	1 Adimplente
1 CONVENIO	CONV-DS-001/2008	08258295000102	89.737,68	0,00	0,00	32.137,68	03/MAR/2008	28/FEV/2012	1 Adimplente
1 CONVENIO	CONV-DS-002/2008	06740864000126	281.760,00	0,00	0,00	113.640,00	03/MAR/2008	28/FEV/2012	4 Concluído
1 CONVENIO	CONV-DS-061/2008	42180794000162	89.652,69	0,00	0,00	29.652,69	03/MAR/2008	28/FEV/2012	4 Concluído
1 CONVENIO	CONV-UAB-EST-188/10	11022597000191 FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DE PERNAMBUCO	202.948,71	2.387,34	0,00	202.948,71	31/DEZ/2010	13/MAR/2012	1 Adimplente
1 CONVENIO	CONV-PROAP-065/2008	78640489000153	93.133,30	0,00	0,00	74.800,00	01/ABR/2008	30/MAR/2012	1 Adimplente
1 CONVENIO	CONV-UAB-EST-04/2011	80257355000108	150.644,74	1.425,57	0,00	150.644,74	06/ABR/2011	05/ABR/2012	4 Concluído
1 CONVENIO	CONV-PROEQUIP-	86891363000180	310.798,20	0,00	0,00	310.798,20	23/NOV/2009	17/MAI/2012	1 Adimplente

	021/09								
1 CONVENIO	CONV- PROEQUIP- 030/09	46068425000133	951.745,15	0,00	0,00	951.745,15	19/DEZ/20 09	17/MAI/201 2	1 Adimplente
1 CONVENIO	CONV- PROEQUIP- 052/10	04809688000106	159.939,53	0,00	0,00	159.939,53	01/DEZ/20 10	01/JUN/201 2	1 Adimplente
1 CONVENIO	CONV- PROEQUIP- 012/09	63025530000104	1.894.700,32	0,00	0,00	1.894.700,32	23/NOV/20 09	30/JUN/201 2	1 Adimplente
1 CONVENIO	CONV- PROEQUIP- 049/10	11022597000191	149.998,45	0,00	0,00	149.998,45	01/DEZ/20 10	30/JUN/201 2	1 Adimplente
1 CONVENIO	CONV- PROEQUIP- 057/10	14485841000140	208.553,48	0,00	0,00	159.553,48	01/DEZ/20 10	30/JUN/201 2	1 Adimplente
1 CONVENIO	CONV-UAB-EST- 05/2011	77902914000172	229.325,43	2.103,53	0,00	229.325,43	06/ABR/20 11	30/JUN/201 2	4 Concluído
1 CONVENIO	CONV-UAB-EST- 021/11	1367770000130	1.730.473,27	17.479,53	0,00	1.730.473,27	01/SET/20 11	01/SET/201 2	1 Adimplente
1 CONVENIO	CONV-UAB-183- 2010	14045546000173	410.506,59	4.146,53	0,00	410.506,59	21/DEZ/20 10	24/SET/201 2	1 Adimplente
1 CONVENIO	CONV- PROEQUIP- 025/09	78680337000184	220.307,58	0,00	0,00	220.307,58	23/NOV/20 09	04/NOV/201 2	1 Adimplente
1 CONVENIO	CONV- PROEQUIP- 022/09	82662958000102	147.000,00	0,00	0,00	147.000,00	23/NOV/20 09	16/NOV/201 2	1 Adimplente
1 CONVENIO	CONV-PIBID- 117/2010	08258295000102	126.568,24	1.200,00	0,00	126.568,24	25/NOV/20 10	24/NOV/201 2	1 Adimplente
1 CONVENIO	CONV-UAB-EST- 082/10	13069489000108	191.346,70	1.932,80	0,00	191.346,70	02/JUL/20 10	05/DEZ/201 2	1 Adimplente
1 CONVENIO	CONV-UAB-EST- 102/10	48031918000124	118.889,10	1.200,90	0,00	118.889,10	02/JUL/20 10	06/DEZ/201 2	1 Adimplente
1 CONVENIO	CONV-UAB-EST- 103/10	07471758000157	187.036,74	1.889,26	0,00	187.036,74	02/JUL/20 10	06/DEZ/201 2	1 Adimplente
1 CONVENIO	CONV-UAB-EST- 042/11	08258295000102	1.811.268,12	90.563,41	1.811.268,12	1.811.268,12	15/DEZ/20 11	29/DEZ/201 2	1 Adimplente
1	CONV-PROAP-	63025530010096	13.543.081,16	0,00	2.764.630,00	11.723.991,58	02/ABR/20	31/DEZ/201	1

CONVENIO	086/2007						07	2	Adimplente
1 CONVENIO	CONV- PROEQUIP- 026/09	78640489000153	292.804,00	0,00	0,00	292.804,00	19/DEZ/20 09	31/DEZ/201 2	1 Adimplente
1 CONVENIO	CONV- PROEQUIP- 048/10	61821344000156	430.316,00	0,00	281.936,00	430.316,00	01/DEZ/20 10	31/DEZ/201 2	1 Adimplente
1 CONVENIO	CONV- PROEQUIP- 054/10	08258295000102	1.127.724,50	0,00	0,00	1.127.724,50	15/DEZ/20 10	31/DEZ/201 2	1 Adimplente
1 CONVENIO	CONV- PROEQUIP- 055/10	78680337000184	510.000,00	0,00	360.000,00	510.000,00	01/DEZ/20 10	31/DEZ/201 2	1 Adimplente
1 CONVENIO	CONV- PROEQUIP- 062/10	77902914000172	149.900,00	0,00	0,00	149.900,00	01/DEZ/20 10	31/DEZ/201 2	1 Adimplente
1 CONVENIO	CONV-PROSUP- 004/2006	25452301000187	384.952,00	0,00	57.750,00	209.195,00	22/MAR/20 06	31/DEZ/201 2	1 Adimplente
1 CONVENIO	CONV-PROSUP- 005/2006	46020301000188	183.436,00	0,00	13.500,00	104.470,00	22/MAR/20 06	31/DEZ/201 2	1 Adimplente
1 CONVENIO	CONV-PROSUP- 006/2006	46004883000109	5.231.178,80	0,00	551.000,00	2.788.345,00	22/MAR/20 06	31/DEZ/201 2	1 Adimplente
1 CONVENIO	CONV-PROSUP- 008/2006	33641663000306	1.669.462,20	0,00	89.850,00	1.169.541,00	22/MAR/20 06	31/DEZ/201 2	1 Adimplente
1 CONVENIO	CONV-PROSUP- 009/2006	58191008000162	5.518.048,81	0,00	886.500,00	3.668.395,01	11/ABR/20 06	31/DEZ/201 2	1 Adimplente
1 CONVENIO	CONV-PROSUP- 010/2006	33495870000138	934.330,00	0,00	159.700,00	528.460,00	22/MAR/20 06	31/DEZ/201 2	1 Adimplente
1 CONVENIO	CONV-PROSUP- 011/2006	60191244000120	1.750.762,60	0,00	196.050,00	1.107.715,00	22/MAR/20 06	31/DEZ/201 2	1 Adimplente
1 CONVENIO	CONV-PROSUP- 012/2006	60990751000124	1.534.481,60	0,00	215.800,00	713.739,00	22/MAR/20 06	31/DEZ/201 2	1 Adimplente
1 CONVENIO	CONV-PROSUP- 013/2006	44351146000157	41.784.872,00	0,00	6.901.950,00	21.399.182,00	22/MAR/20 06	31/DEZ/201 2	1 Adimplente
1 CONVENIO	CONV-PROSUP- 014/2006	10988301000129	6.900.232,80	0,00	777.000,00	4.565.694,00	29/AGO/20 06	31/DEZ/201 2	1 Adimplente
1 CONVENIO	CONV-PROSUP- 015/2006	62984091000102	709.629,35	0,00	68.200,00	312.619,75	22/MAR/20 06	31/DEZ/201 2	1 Adimplente
1	CONV-PROSUP-	71487094000113	639.554,00	0,00	126.750,00	257.100,00	22/MAR/20	31/DEZ/201	1

CONVENIO	017/2006						06	2	Adimplente
1 CONVENIO	CONV-PROSUP- 018/2006	00331801000130	168.128,00	0,00	11.650,00	55.695,00	19/MAI/20 06	31/DEZ/201 2	1 Adimplente
1 CONVENIO	CONV-PROSUP- 019/2006	60749736000270	2.889.701,07	0,00	623.750,00	1.679.407,27	05/ABR/20 06	31/DEZ/201 2	1 Adimplente
1 CONVENIO	CONV-PROSUP- 020/2006	82804642000108	190.076,00	0,00	16.500,00	108.580,00	05/ABR/20 06	31/DEZ/201 2	1 Adimplente
1 CONVENIO	CONV-PROSUP- 024/2006	96216841000100	182.936,00	0,00	14.500,00	105.080,00	06/ABR/20 06	31/DEZ/201 2	1 Adimplente
1 CONVENIO	CONV-PROSUP- 026/2006	92898550000198	546.078,00	0,00	78.200,00	370.245,00	06/ABR/20 06	31/DEZ/201 2	1 Adimplente
1 CONVENIO	CONV-PROSUP- 027/2006	88630413000109	440.514,80	0,00	31.900,00	239.890,00	11/ABR/20 06	31/DEZ/201 2	1 Adimplente
1 CONVENIO	CONV-PROSUP- 028/2006	88648761000103	32.267.152,00	0,00	4.176.450,00	15.576.772,00	12/ABR/20 06	31/DEZ/201 2	1 Adimplente
1 CONVENIO	CONV-PROSUP- 029/2006	03226149000181	2.652.603,40	0,00	277.500,00	1.406.224,40	11/ABR/20 06	31/DEZ/201 2	1 Adimplente
1 CONVENIO	CONV-PROSUP- 033/2006	91693531000162	904.640,00	0,00	142.000,00	496.355,00	11/ABR/20 06	31/DEZ/201 2	1 Adimplente
1 CONVENIO	CONV-PROSUP- 034/2006	92034321000125	184.576,00	0,00	37.500,00	123.930,00	11/ABR/20 06	31/DEZ/201 2	1 Adimplente
1 CONVENIO	CONV-PROSUP- 036/2006	95438412000114	2.526.000,40	0,00	477.950,00	1.513.851,00	11/ABR/20 06	31/DEZ/201 2	1 Adimplente
1 CONVENIO	CONV-PROSUP- 037/2006	92959006000109	2.494.135,60	0,00	362.250,00	1.665.871,00	11/ABR/20 06	31/DEZ/201 2	1 Adimplente
1 CONVENIO	CONV-PROSUP- 038/2006	62327663000172	8.108.415,60	0,00	1.452.200,00	4.259.027,00	12/ABR/20 06	31/DEZ/201 2	1 Adimplente
1 CONVENIO	CONV-PROSUP- 040/2006	55983670000167	7.042.895,60	0,00	898.700,00	2.755.122,00	11/ABR/20 06	31/DEZ/201 2	1 Adimplente
1 CONVENIO	CONV-PROSUP- 043/2006	06099229000101	1.332.082,40	0,00	123.100,00	838.260,00	19/MAI/20 06	31/DEZ/201 2	1 Adimplente
1 CONVENIO	CONV-PROSUP- 044/2006	43969732000105	1.468.638,00	0,00	290.850,00	888.380,00	12/ABR/20 06	31/DEZ/201 2	1 Adimplente
1 CONVENIO	CONV-PROSUP- 045/2006	43374768000138	182.081,00	0,00	15.100,00	110.925,00	11/ABR/20 06	31/DEZ/201 2	1 Adimplente
1 CONVENIO	CONV-PROSUP- 046/2006	52059573000194	363.152,00	0,00	28.500,00	119.465,00	11/ABR/20 06	31/DEZ/201 2	1 Adimplente
1 CONVENIO	CONV-PROSUP- 049/2006	57571275000100	743.994,00	0,00	60.000,00	447.325,00	11/ABR/20 06	31/DEZ/201 2	1 Adimplente

1 CONVENIO	CONV-PROSUP- 050/2006	17211202000185	161.276,00	0,00	12.650,00	94.815,00	11/ABR/20 06	31/DEZ/201 2	1 Adimplente
1 CONVENIO	CONV-PROSUP- 052/2006	75517151000110	937.777,60	0,00	140.000,00	618.001,00	11/ABR/20 06	31/DEZ/201 2	1 Adimplente
1 CONVENIO	CONV-PROSUP- 053/2006	17178195000167	550.308,00	0,00	48.000,00	323.050,00	11/ABR/20 06	31/DEZ/201 2	1 Adimplente
1 CONVENIO	CONV-PROSUP- 055/2006	84714682000194	6.758.656,40	0,00	1.132.250,00	3.644.048,00	12/ABR/20 06	31/DEZ/201 2	1 Adimplente
1 CONVENIO	CONV-PROSUP- 056/2006	84307974000102	387.672,00	0,00	31.500,00	211.550,00	11/ABR/20 06	31/DEZ/201 2	1 Adimplente
1 CONVENIO	CONV-PROSUP- 057/2006	83661074000104	1.484.688,00	0,00	121.700,00	913.485,00	11/ABR/20 06	31/DEZ/201 2	1 Adimplente
1 CONVENIO	CONV-PROSUP- 060/2006	10847705000100	743.994,00	0,00	61.500,00	426.120,00	11/ABR/20 06	31/DEZ/201 2	1 Adimplente
1 CONVENIO	CONV-PROSUP- 061/2006	76497338000162	1.281.332,00	0,00	122.400,00	742.320,00	11/ABR/20 06	31/DEZ/201 2	1 Adimplente
1 CONVENIO	CONV-PROSUP- 062/2006	07373434000186	190.488,00	0,00	17.400,00	110.580,00	19/MAI/20 06	31/DEZ/201 2	1 Adimplente
1 CONVENIO	CONV-PROSUP- 063/2006	33555921000170	1.087.822,00	0,00	94.500,00	421.900,00	11/ABR/20 06	31/DEZ/201 2	1 Adimplente
1 CONVENIO	CONV-PROSUP- 065/2006	20611810000191	33.681.194,12	0,00	2.286.350,00	20.405.091,32	11/ABR/20 06	31/DEZ/201 2	1 Adimplente
1 CONVENIO	CONV-PROSUP- 070/2006	08480071000140	194.528,00	0,00	17.850,00	97.775,00	27/ABR/20 06	31/DEZ/201 2	1 Adimplente
1 CONVENIO	CONV-PROSUP- 071/2006	33641663000144	163.908,00	0,00	14.850,00	84.230,00	11/ABR/20 06	31/DEZ/201 2	1 Adimplente
1 CONVENIO	CONV-PROSUP- 072/2006	76659820000151	2.311.832,00	0,00	152.500,00	1.144.927,00	27/ABR/20 06	31/DEZ/201 2	1 Adimplente
1 CONVENIO	CONV-PROSUP- 074/2006	60742855001434	4.981.010,32	0,00	850.400,00	2.803.269,92	27/ABR/20 06	31/DEZ/201 2	1 Adimplente
1 CONVENIO	CONV-PROSUP- 076/2006	25658402000109	194.528,00	0,00	16.500,00	93.460,00	27/ABR/20 06	31/DEZ/201 2	1 Adimplente
1 CONVENIO	CONV-PROSUP- 077/2006	61015087000165	191.998,00	0,00	40.150,00	141.445,00	05/MAI/20 06	31/DEZ/201 2	1 Adimplente
1 CONVENIO	CONV-PROSUP- 082/2006	25872854000199	289.290,00	0,00	23.100,00	102.260,00	22/MAI/20 06	31/DEZ/201 2	1 Adimplente
1 CONVENIO	CONV-PROSUP- 085/2006	61023156000182	382.470,00	0,00	31.500,00	198.920,00	30/MAR/20 06	31/DEZ/201 2	1 Adimplente
1	CONV-PROSUP-	03399861000182	203.904,00	0,00	15.950,00	122.210,00	18/JUL/20	31/DEZ/201	1

CONVENIO	089/2006						06	2	Adimplente
1 CONVENIO	CONV-PROSUP-092/2006	80257355000108	232.980,00	0,00	15.950,00	64.590,00	23/OUT/2006	31/DEZ/2012	1 Adimplente
1 CONVENIO	CONV-UAB-EST-012/11	14485841000140	1.159.348,50	11.711,00	0,00	1.159.348,50	10/JUN/2011	31/DEZ/2012	1 Adimplente
1 CONVENIO	CONV-PROEQUIP-010/09	83891283000136	2.986.827,50	0,00	0,00	2.986.827,50	23/NOV/2009	02/JAN/2013	1 Adimplente
1 CONVENIO	CONV-UAB-EST-013/11	14485841000140	382.866,83	3.867,34	0,00	382.866,83	01/JUL/2011	02/JAN/2013	1 Adimplente
1 CONVENIO	CONV-UAB-EST-014/11	07471758000157	535.002,93	5.404,07	0,00	535.002,93	01/JUL/2011	02/JAN/2013	1 Adimplente
1 CONVENIO	CONV-UAB-EST-173/10	04809688000106	237.619,27	4.849,38	0,00	237.619,27	15/DEZ/2010	26/JAN/2013	1 Adimplente
1 CONVENIO	CONV-UAB-EST-02/2011	34860833000144	365.829,75	3.695,25	0,00	365.829,75	04/MAR/2011	29/JAN/2013	1 Adimplente
1 CONVENIO	CONV-UAB-185-2010	33540014000157	180.141,86	3.669,50	0,00	180.141,86	21/DEZ/2010	01/MAR/2013	1 Adimplente
1 CONVENIO	CONV-UAB-186/2010	33540014000157	149.529,67	3.051,63	0,00	149.529,67	21/DEZ/2010	22/MAR/2013	1 Adimplente
1 CONVENIO	CONV-UAB-EST-172/10	48031918000124	214.395,39	2.165,61	0,00	214.395,39	15/DEZ/2010	24/MAR/2013	1 Adimplente
1 CONVENIO	CONV.UAB-EST-06/2011	07471758000157	121.969,98	1.232,02	0,00	121.969,98	31/MAR/2011	30/MAR/2013	1 Adimplente
1 CONVENIO	CONV-UAB-EST-003/11	22675359000100	139.875,64	1.412,88	0,00	139.875,64	04/ABR/2011	04/ABR/2013	1 Adimplente
1 CONVENIO	CONV.UAB-EST-07/2011	07471758000157	346.195,28	3.496,92	0,00	346.195,28	13/ABR/2011	12/ABR/2013	1 Adimplente
1 CONVENIO	CONV.UAB-EST-08/2011	07471758000157	483.481,96	4.883,66	0,00	483.481,96	13/ABR/2011	12/ABR/2013	1 Adimplente
1 CONVENIO	CONV-UAB-EST-10/2011	80257355000108	1.067.221,01	10.780,01	0,00	1.067.221,01	13/ABR/2011	12/ABR/2013	1 Adimplente
1 CONVENIO	CONV.UAB-EST-09/2011	07821622000120	175.575,51	1.773,49	0,00	175.575,51	13/ABR/2011	13/ABR/2013	1 Adimplente
1 CONVENIO	CONV-UAB-184-2010	86891363000180	286.271,04	2.891,63	0,00	286.271,04	20/DEZ/2010	19/ABR/2013	1 Adimplente
1 CONVENIO	CONV-PIBID-002/2011	14485841000140	148.500,00	1.500,00	0,00	148.500,00	20/ABR/2011	20/ABR/2013	1 Adimplente
1	CONV-PIBID-	11022597000191	118.800,00	1.200,00	0,00	118.800,00	20/ABR/20	20/ABR/201	1

CONVENIO	004/2011						11	3	Adimplente
1 CONVENIO	CONV-UAB-EST-083/10	22675359000100	702.821,91	7.197,09	0,00	702.821,91	02/JUL/2010	21/ABR/2013	1 Adimplente
1 CONVENIO	CONV-UAB-EST-176/10	79151312000156	158.611,04	3.236,96	0,00	158.611,04	15/DEZ/2010	23/ABR/2013	1 Adimplente
1 CONVENIO	CONV-PROEQUIP-043/10	40738999000195	3.530.912,02	0,00	0,00	3.530.912,02	01/DEZ/2010	30/ABR/2013	1 Adimplente
1 CONVENIO	CONV-PROEQUIP-065/10	63025530000104	1.970.898,66	0,00	0,00	1.970.898,66	01/DEZ/2010	31/MAI/2013	1 Adimplente
1 CONVENIO	CONV-UAB-EST-011/11	07885809000197	1.858.818,33	37.935,07	0,00	1.858.818,33	10/JUN/2011	08/JUN/2013	1 Adimplente
1 CONVENIO	CONV-PE-181/2010	07821622000120	4.233.034,64	0,00	0,00	4.233.034,64	13/DEZ/2010	12/JUN/2013	1 Adimplente
1 CONVENIO	CONV-PROEQUIP-011/09	46068425000133	342.731,00	0,00	0,00	342.731,00	23/NOV/2009	30/JUN/2013	1 Adimplente
1 CONVENIO	CONV-PROEQUIP-017/09	40738999000195	3.160.408,74	0,00	0,00	3.160.408,74	23/NOV/2009	30/JUN/2013	1 Adimplente
1 CONVENIO	CONV-PROEQUIP-044/10	07885809000197	981.722,40	0,00	0,00	981.722,40	01/DEZ/2010	30/JUN/2013	1 Adimplente
1 CONVENIO	CONV-PROEQUIP-050/10	79151312000156	759.440,00	0,00	0,00	759.440,00	01/DEZ/2010	30/JUN/2013	1 Adimplente
1 CONVENIO	CONV-PROEQUIP-058/10	13069489000108	819.412,43	0,00	300.308,40	819.412,43	01/DEZ/2010	30/JUN/2013	1 Adimplente
1 CONVENIO	CONV-PROEQUIP-059/10	12671814000137	635.000,00	0,00	0,00	635.000,00	01/DEZ/2010	30/JUN/2013	1 Adimplente
1 CONVENIO	CONV-PROEQUIP-060/10	04280196000176	980.399,00	0,00	484.000,00	980.399,00	01/DEZ/2010	30/JUN/2013	1 Adimplente
1 CONVENIO	CONV-PROEQUIP-061/10	07821622000120	524.480,00	0,00	0,00	524.480,00	01/DEZ/2010	30/JUN/2013	1 Adimplente

1	CONV-UAB-EST-030/11	79151312000156	235.800,89	2.381,83	0,00	235.800,89	21/OUT/2011	30/JUN/2013	1	Adimplente
1	CONV-UAB-EST-015/11	77902914000172	244.955,70	2.474,30	0,00	244.955,70	12/JUL/2011	11/JUL/2013	1	Adimplente
1	CONV-UAB-EST-104/10	79151312000156	666.617,98	6.733,52	0,00	666.617,98	02/JUL/2010	11/JUL/2013	1	Adimplente
1	CONV-PIBID-005/2011	82662958000102	99.000,00	1.000,00	0,00	49.500,00	15/JUL/2011	15/JUL/2013	1	Adimplente
1	CONV-UAB-EST-081/10	77902914000172	627.377,05	6.337,15	0,00	627.377,05	02/JUL/2010	16/JUL/2013	1	Adimplente
1	CONV-UAB-EST-094/10	06352421000168	1.495.341,14	15.104,46	0,00	1.495.340,55	02/JUL/2010	16/JUL/2013	1	Adimplente
1	CONV-UAB-EST-098/10	80257355000108	2.874.546,18	29.035,82	0,00	2.874.546,18	02/JUL/2010	17/JUL/2013	1	Adimplente
1	CONV-UAB-EST-099/10	07471758000157	2.164.214,25	21.860,75	0,00	2.164.214,25	02/JUL/2010	17/JUL/2013	1	Adimplente
1	CONV-UAB-EST-016/11	79151312000156	783.450,61	15.988,79	0,00	783.450,61	25/JUL/2011	24/JUL/2013	1	Adimplente
1	CONV-PIBID-017/2010	43586056000182	148.500,00	1.500,00	0,00	148.500,00	20/AGO/2010	31/JUL/2013	1	Adimplente
1	CONV-PIBID-020/2010	84592369000120	258.786,00	2.614,00	8.000,00	126.800,00	12/AGO/2010	31/JUL/2013	1	Adimplente
1	CONV-PIBID-022/2010	46020301000188	234.613,17	2.369,83	7.692,00	148.767,00	12/AGO/2010	31/JUL/2013	1	Adimplente
1	CONV-PIBID-024/2010	01587609000171	198.000,00	2.000,00	8.000,00	111.950,00	04/AGO/2010	31/JUL/2013	1	Adimplente
1	CONV-PIBID-026/2010	76659820000151	320.265,00	3.235,00	8.000,00	156.500,00	23/AGO/2010	31/JUL/2013	1	Adimplente
1	CONV-PIBID-027/2010	88630413000281	295.579,35	2.985,65	8.000,00	156.500,00	11/AGO/2010	31/JUL/2013	1	Adimplente
1	CONV-PIBID-032/2010	86445293000136	297.792,00	3.008,00	290.584,00	297.792,00	14/AGO/2010	31/JUL/2013	1	Adimplente
1	CONV-PIBID-033/2010	04008342000109	290.070,00	2.930,00	8.000,00	156.500,00	02/AGO/2010	31/JUL/2013	1	Adimplente
1	CONV-PIBID-036/2010	92034321000125	259.676,01	2.622,99	7.999,00	156.499,00	19/AGO/2010	31/JUL/2013	1	Adimplente
1	CONV-PIBID-038/2010	96216841000614	326.205,00	3.295,00	8.000,00	156.500,00	06/AGO/2010	31/JUL/2013	1	Adimplente
1	CONV-PIBID-	82804642000108	288.171,18	2.910,82	7.258,00	155.758,00	09/AGO/2010	31/JUL/2013	1	

CONVENIO	039/2010						10	3	Adimplente
1 CONVENIO	CONV- PROEQUIP- 045/10	01367770000130	876.543,00	0,00	0,00	876.465,00	01/DEZ/20 10	31/JUL/201 3	1 Adimplente
1 CONVENIO	CONV-UAB-EST- 085/10	06352421000168	1.712.700,00	17.300,00	0,00	1.712.700,00	02/JUL/20 10	31/JUL/201 3	1 Adimplente
1 CONVENIO	CONV-UAB-EST- 095/10	34860833000144	1.115.862,46	11.271,34	0,00	1.115.862,46	02/JUL/20 10	03/AGO/201 3	1 Adimplente
1 CONVENIO	CONV-UAB-EST- 097/10	80257355000108	483.191,28	4.880,72	0,00	483.191,28	02/JUL/20 10	03/AGO/201 3	1 Adimplente
1 CONVENIO	CONV- PRODOCEN- 001/11	78640489000153	122.664,00	24.533,00	61.332,00	122.664,00	10/AGO/20 11	09/AGO/201 3	1 Adimplente
1 CONVENIO	CONV- PRODOCEN- 002/11	40738999000195	113.880,00	28.470,00	56.940,00	113.880,00	10/AGO/20 11	09/AGO/201 3	1 Adimplente
1 CONVENIO	CONV- PRODOCEN- 005/11	78680337000184	156.000,00	31.200,00	104.000,00	104.000,00	10/AGO/20 11	09/AGO/201 3	1 Adimplente
1 CONVENIO	CONV- PRODOCEN- 006/11	08258295000102	155.520,00	38.880,00	25.920,00	103.680,00	10/AGO/20 11	09/AGO/201 3	1 Adimplente
1 CONVENIO	CONV- PRODOCEN- 007/11	11462454000109	127.419,63	31.854,90	21.236,63	84.946,43	10/AGO/20 11	09/AGO/201 3	1 Adimplente
1 CONVENIO	CONV- PRODOCEN- 008/11	33540014000157	112.564,42	4.502,57	18.760,74	75.042,95	10/AGO/20 11	09/AGO/201 3	1 Adimplente
1 CONVENIO	CONV-UAB- 017/2011	13069489000108	244.860,59	4.997,15	0,00	244.860,59	10/AGO/20 11	09/AGO/201 3	1 Adimplente
1 CONVENIO	CONV- PRODOCEN- 003/11	77902914000172	123.600,00	12.360,00	20.600,00	82.400,00	10/AGO/20 11	10/AGO/201 3	1 Adimplente
1 CONVENIO	CONV- PRODOCEN- 004/11	79151312000156	126.353,06	24.960,00	20.800,00	84.753,06	10/AGO/20 11	10/AGO/201 3	1 Adimplente
1 CONVENIO	CONV- PRODOCEN- 010/11	08240695000190	146.112,00	11.690,00	73.056,00	146.112,00	10/AGO/20 11	10/AGO/201 3	1 Adimplente

1 CONVENIO	CONV-UAB- 018/2011	14485841000140	117.515,97	1.187,03	0,00	117.515,97	10/AGO/20 11	10/AGO/201 3	1 Adimplente
1 CONVENIO	CONV-UAB-EST- 019/11	83891283000136	493.254,58	10.066,42	0,00	493.254,58	19/AGO/20 11	18/AGO/201 3	1 Adimplente
1 CONVENIO	CONV-UAB-EST 20/2011	77902914000172	209.945,40	4.284,60	0,00	209.945,40	25/AGO/20 11	23/AGO/201 3	1 Adimplente
1 CONVENIO	CONV-PIBID- 010/2011	01367770000130	300.960,00	3.040,00	150.480,00	300.960,00	01/SET/20 11	30/AGO/201 3	1 Adimplente
1 CONVENIO	CONV- PRODOCEN- 009/11	06740864000126	156.000,00	31.200,00	26.000,00	104.000,00	31/AGO/20 11	30/AGO/201 3	1 Adimplente
1 CONVENIO	CONV- PRODOCEN- 011/11	07885809000197	123.519,91	12.115,65	20.192,75	83.134,41	31/AGO/20 11	30/AGO/201 3	1 Adimplente
1 CONVENIO	CONV-PIBID- 001/2011	80904402000150	253.368,52	2.559,28	7.995,00	159.465,00	20/ABR/20 11	31/AGO/201 3	1 Adimplente
1 CONVENIO	CONV-PIBID- 003/2011	01367770000130	539.249,04	5.446,96	8.000,00	331.730,00	20/ABR/20 11	31/AGO/201 3	1 Adimplente
1 CONVENIO	CONV-PIBID- 006/2011	45176153000122	187.110,00	1.890,00	66.855,00	130.710,00	26/MAI/20 11	31/AGO/201 3	1 Adimplente
1 CONVENIO	CONV-PIBID- 007/2011	77902914000172	211.186,80	2.133,20	0,00	59.400,00	27/MAI/20 11	31/AGO/201 3	1 Adimplente
1 CONVENIO	CONV-PIBID- 015/2010	60990751000124	227.125,80	2.294,20	7.600,00	81.850,00	02/SET/20 10	31/AGO/201 3	1 Adimplente
1 CONVENIO	CONV-PIBID- 025/2010	17178195000167	204.336,00	2.064,00	163.936,00	204.336,00	29/JUN/20 10	31/AGO/201 3	1 Adimplente
1 CONVENIO	CONV-PIBID- 028/2010	45164654000199	315.216,00	3.184,00	8.000,00	156.500,00	13/SET/20 10	31/AGO/201 3	1 Adimplente
1 CONVENIO	CONV-PIBID- 029/2010	95606380002243	250.645,00	2.521,45	0,00	148.500,00	26/NOV/20 10	31/AGO/201 3	1 Adimplente
1 CONVENIO	CONV-PIBID- 030/2010	95438412000114	251.991,02	2.393,68	7.997,90	158.927,41	01/SET/20 10	31/AGO/201 3	1 Adimplente
1 CONVENIO	CONV-PIBID- 031/2010	92959006000885	339.540,30	3.429,70	374.604,60	339.540,30	02/SET/20 10	31/AGO/201 3	1 Adimplente
1 CONVENIO	CONV-PIBID- 09/2011	12671814000137	131.770,46	1.287,38	7.990,00	61.450,00	31/AGO/20 11	31/AGO/201 3	1 Adimplente
1 CONVENIO	CONV-PIBID- 114/2010	08240695000190	289.149,30	2.920,70	8.000,00	156.500,00	25/NOV/20 10	31/AGO/201 3	1 Adimplente
1	CONV-PIBID-	80257355000108	228.086,10	2.303,90	0,00	132.165,00	25/NOV/20	31/AGO/201	1

CONVENIO	115/2010						10	3	Adimplente
1 CONVENIO	CONV-PIBID-116/2010	75689760000157	195.822,00	1.978,00	7.625,00	154.640,00	25/NOV/2010	31/AGO/2013	1 Adimplente
1 CONVENIO	CONV-PIBID-118/2010	06740864000126	324.175,50	3.274,50	8.000,00	162.440,00	08/DEZ/2010	31/AGO/2013	1 Adimplente
1 CONVENIO	CONV-PIBID-119/2010	78680337000184	268.481,61	2.633,35	8.000,00	182.040,56	25/NOV/2010	31/AGO/2013	1 Adimplente
1 CONVENIO	CONV-PIBID-120/2010	14045546000173	193.619,17	1.955,75	7.999,92	141.649,92	29/DEZ/2010	31/AGO/2013	1 Adimplente
1 CONVENIO	CONV-PIBID-122/2010	48031918000124	298.982,97	151.982,97	8.000,00	156.500,00	29/DEZ/2010	31/AGO/2013	1 Adimplente
1 CONVENIO	CONV-PIBID-124/2010	13069489000108	546.747,30	5.522,70	8.000,00	346.580,00	13/DEZ/2010	31/AGO/2013	1 Adimplente
1 CONVENIO	CONV-PIBID-125/2010	79151312000156	550.013,31	5.555,69	0,00	206.415,00	29/DEZ/2010	31/AGO/2013	1 Adimplente
1 CONVENIO	CONV-PIBID-126/2010	04809688000106	419.496,49	4.237,34	7.998,76	275.298,76	29/DEZ/2010	31/AGO/2013	1 Adimplente
1 CONVENIO	CONV-PIBID-127/2010	86891363000180	163.651,57	1.580,00	7.920,00	163.651,57	20/DEZ/2010	31/AGO/2013	1 Adimplente
1 CONVENIO	CONV-PIBID-128/2010	22675359000100	322.254,30	3.255,09	8.000,00	186.200,00	29/DEZ/2010	31/AGO/2013	1 Adimplente
1 CONVENIO	CONV-PIBID-131/2010	46068425000133	350.944,11	3.544,89	113.344,11	350.944,11	29/DEZ/2010	31/AGO/2013	1 Adimplente
1 CONVENIO	CONV-PIBID-133/2010	40738999000195	235.224,00	2.450,24	8.000,00	186.200,00	13/DEZ/2010	31/AGO/2013	1 Adimplente
1 CONVENIO	CONV-PIBID-134/2010	78640489000153	399.980,00	4.120,00	8.000,00	280.349,00	29/DEZ/2010	31/AGO/2013	1 Adimplente
1 CONVENIO	CONV-PIBID-135/2010	77902914000172	459.647,17	4.480,00	8.000,00	193.417,17	27/NOV/2010	31/AGO/2013	1 Adimplente
1 CONVENIO	CONV-PIBID-136/2010	07885809000197	153.459,90	1.550,10	46.539,90	153.459,90	27/NOV/2010	31/AGO/2013	1 Adimplente
1 CONVENIO	CONV-PIBID-155/2010	63025530000104	186.120,00	1.880,00	7.920,00	186.120,00	01/DEZ/2010	31/AGO/2013	1 Adimplente
1 CONVENIO	CONV-UAB-EST-084/10	22675359000100	377.691,30	3.816,00	0,00	377.691,30	02/JUL/2010	31/AGO/2013	1 Adimplente
1 CONVENIO	CONV-PIBID-011/2011	11462454000109	712.800,00	7.200,00	0,00	420.000,00	01/OUT/2011	30/SET/2013	1 Adimplente
1 CONVENIO	CONV-PIBID-012/2011	10264877000143	103.950,00	1.050,00	0,00	51.975,00	04/OUT/2011	30/SET/2013	1 Adimplente

1 CONVENIO	CONV-PIBID- 013/2011	45176153000122	443.520,00	4.480,00	0,00	221.760,00	04/OUT/20 11	30/SET/201 3	1 Adimplente
1 CONVENIO	CONV-PIBID- 014/2011	57538696000121	475.200,00	4.800,00	0,00	237.600,00	04/OUT/20 11	03/OUT/201 3	1 Adimplente
1 CONVENIO	CONV-UAB- 024/2011	22675359000100	218.268,40	2.204,73	0,00	218.268,40	21/OUT/20 11	19/OUT/201 3	1 Adimplente
1 CONVENIO	CONV- PRODOCEN- 012/11	34860833000144	140.142,00	14.105,00	23.357,00	93.428,00	24/OUT/20 11	23/OUT/201 3	1 Adimplente
1 CONVENIO	CONV-UAB-EST- 029/11	08258295000102	128.902,02	1.204,42	0,00	128.902,02	26/OUT/20 11	25/OUT/201 3	1 Adimplente
1 CONVENIO	CONV- PROEQUIP- 063/10	78640489000153	794.604,00	0,00	0,00	794.604,00	01/DEZ/20 10	31/OUT/201 3	1 Adimplente
1 CONVENIO	CONV- PRODOCEN- 014/11	48031918000124	156.000,00	12.480,00	26.000,00	104.000,00	04/NOV/20 11	03/NOV/201 3	1 Adimplente
1 CONVENIO	CONV- PRODOCEN- 013/11	45176153000122	140.397,30	15.599,70	23.399,55	93.598,20	07/NOV/20 11	06/NOV/201 3	1 Adimplente
1 CONVENIO	CONV-UAB- 027/2011	40738999000195	1.087.156,62	10.981,38	0,00	1.087.156,62	11/NOV/20 11	10/NOV/201 3	1 Adimplente
1 CONVENIO	CONV- PRODOCEN- 015/11	03447568000143	155.812,80	32.042,00	25.968,80	103.875,20	18/NOV/20 11	17/NOV/201 3	1 Adimplente
1 CONVENIO	CONV-PARFOR- 161/2010	14045546000173	1.970.766,67	19.800,00	0,00	188.766,67	06/DEZ/20 10	05/DEZ/201 3	1 Adimplente
1 CONVENIO	CONV-UAB-EST- 105/10	79151312000156	131.259,15	1.325,85	0,00	131.259,15	02/JUL/20 10	05/DEZ/201 3	1 Adimplente
1 CONVENIO	CONV-PARFOR- 158/2010	78640489000153	1.826.912,27	18.390,00	460.350,00	564.662,27	06/DEZ/20 10	06/DEZ/201 3	1 Adimplente
1 CONVENIO	CONV-PROEB- 002/2011	48031918000124	6.799.180,00	0,00	3.042.940,00	3.042.940,00	08/DEZ/20 11	07/DEZ/201 3	1 Adimplente
1 CONVENIO	CONV-PARFOR- 169/2010	84592369000120	1.990.131,50	19.980,00	594.000,00	973.690,86	09/DEZ/20 10	09/DEZ/201 3	1 Adimplente
1 CONVENIO	CONV-UAB-182- 2010	06352421000168	306.409,45	3.095,05	0,00	306.409,45	20/DEZ/20 10	10/DEZ/201 3	1 Adimplente
1 CONVENIO	CONV.UAB- 034/2011	07885809000197	175.759,79	3.586,93	0,00	175.759,79	13/DEZ/20 11	12/DEZ/201 3	1 Adimplente

1	CONV-PROEB-001/2011	03447568000143	14.304.000,00	0,00	6.792.000,00	14.304.000,00	14/DEZ/2011	13/DEZ/2013	1	Adimplente
1	CONV.UAB-24/2011	40738999000195	718.536,38	7.257,94	0,00	718.536,38	15/DEZ/2011	14/DEZ/2013	5	Excluído
1	CONV-UAB-047/2011	01112580000171	718.536,38	7.257,94	0,00		15/DEZ/2011	14/DEZ/2013	1	Adimplente
1	CONV-UAB-EST-037/11	80257355000108	581.807,60	5.876,84	581.807,60	581.807,60	27/dez/2011	26/dez/2013	1	Adimplente
1	CONV.UAB-032/2011	77902914000172	1.430.460,98	14.449,10	1.430.460,98	1.430.460,98	27/dez/2011	27/dez/2013	1	Adimplente
1	CONV-UAB-EST-033/11	1112580000171	185.198,81	1.870,70	185.198,81	185.198,81	27/dez/2011	27/dez/2013	1	Adimplente
1	CONV-UAB-EST-036/11	1112580000171	138.283,26	1.396,80	138.283,26	138.283,26	27/dez/2011	27/dez/2013	1	Adimplente
1	CONV-UAB-EST-041/11	04809688000106	122.188,97	2.493,65	122.188,97	122.188,97	28/dez/2011	27/dez/2013	1	Adimplente
1	CONV-UAB-023/2011	07885809000197	1.768.620,58	37.000,00	1.768.620,58	1.768.620,58	29/dez/2011	28/dez/2013	1	Adimplente
1	CONV-UAB-EST-028/11	48031918000124	185.646,75	1.875,22	185.646,75	185.646,75	28/dez/2011	28/dez/2013	1	Adimplente
1	CONV-UAB-022/2011	79151312000156	3.029.545,58	30.601,47	3.029.545,58	3.029.545,58	30/dez/2011	29/dez/2013	1	Adimplente
1	CONV-UAB-025/2011	22675359000100	574.171,29	5.799,71	574.171,29	574.171,29	29/dez/2011	29/dez/2013	1	Adimplente
1	CONV-UAB-026/2011	40738999000195	2.902.167,58	29.314,82	2.902.167,58	2.902.167,58	29/dez/2011	29/dez/2013	1	Adimplente
1	CONV-UAB-035/2011	77902914000172	696.241,18	7.032,74	696.241,18	696.241,18	30/Dez/2011	29/Dez/2013	1	Adimplente
1	CONV-UAB-041/2011	07885809000197	1.019.145,82	20.798,90	1.019.145,82	1.019.145,82	30/dez/2011	29/dez/2013	1	Adimplente
1	CONV-UAB-EST-031/11	1112580000171	398.414,81	8.130,91	398.414,81	398.414,81	30/dez/2011	29/dez/2013	1	Adimplente
1	CONV-UAB-EST-039/11	08258295000102	1.100.324,52	22.455,60	1.100.324,52	1.100.324,52	30/dez/2011	29/dez/2013	1	Adimplente
1	CONV-UAB-EST-040/11	34860833000144	720.244,67	7.275,20	720.244,67	720.244,67	30/dez/2011	29/dez/2013	1	Adimplente
1	CONV-UAB-EST-111/10	40738999000195	1.395.451,53	14.095,47	0,00	1.395.451,53	02/JUL/2010	29/DEZ/2013	1	Adimplente
1	CONV-PROAP-	63025530002662	47.212.871,57	0,00	9.212.940,00	47.212.871,40	02/ABR/20	31/DEZ/201	1	

CONVENIO	055/2007						07	3	Adimplente
1 CONVENIO	CONV-PROAP- 056/2007	63025530002581	12.160.957,65	0,00	2.452.890,00	12.160.957,60	02/ABR/20 07	31/DEZ/201 3	1 Adimplente
1 CONVENIO	CONV-PROAP- 057/2007	63025530002824	5.740.318,59	0,00	1.086.580,00	5.739.868,57	02/ABR/20 07	31/DEZ/201 3	1 Adimplente
1 CONVENIO	CONV-PROAP- 058/2007	63025530002905	6.692.906,55	0,00	1.118.040,00	6.341.160,18	02/ABR/20 07	31/DEZ/201 3	1 Adimplente
1 CONVENIO	CONV-PROAP- 059/2007	08258295000102	2.952.982,66	0,00	497.200,00	2.952.982,57	02/ABR/20 07	31/DEZ/201 3	1 Adimplente
1 CONVENIO	CONV-PROAP- 060/2008	04280196000176	567.710,07	0,00	202.400,00	523.710,08	01/ABR/20 08	31/DEZ/201 3	1 Adimplente
1 CONVENIO	CONV-PROAP- 061/2007	06740864000126	912.598,70	0,00	233.200,00	842.014,65	02/ABR/20 07	31/DEZ/201 3	1 Adimplente
1 CONVENIO	CONV-PROAP- 061/2008	14485841000140	154.916,76	0,00	40.700,00	137.496,59	01/ABR/20 08	31/DEZ/201 3	1 Adimplente
1 CONVENIO	CONV-PROAP- 062/2007	13069489000108	1.047.822,43	0,00	307.120,00	1.047.822,39	02/ABR/20 07	31/DEZ/201 3	1 Adimplente
1 CONVENIO	CONV-PROAP- 063/2007	40738999000195	1.631.705,25	0,00	1.003.200,00	1.523.669,08	02/ABR/20 07	31/DEZ/201 3	1 Adimplente
1 CONVENIO	CONV-PROAP- 064/2007	07885809000197	2.469.271,63	0,00	665.720,00	2.237.282,50	02/ABR/20 07	31/DEZ/201 3	1 Adimplente
1 CONVENIO	CONV-PROAP- 065/2007	07821622000120	4.211.460,07	0,00	817.813,33	3.716.748,21	02/ABR/20 07	31/DEZ/201 3	1 Adimplente
1 CONVENIO	CONV-PROAP- 067/2007	79151312000156	9.347.327,04	0,00	2.240.244,27	8.543.659,83	02/ABR/20 07	31/DEZ/201 3	1 Adimplente
1 CONVENIO	CONV-PROAP- 068/2007	80257355000108	10.011.005,63	0,00	2.347.143,33	9.132.472,28	02/ABR/20 07	31/DEZ/201 3	1 Adimplente
1 CONVENIO	CONV-PROAP- 069/2007	78680337000184	2.542.410,51	0,00	683.869,99	2.331.052,72	02/ABR/20 07	31/DEZ/201 3	1 Adimplente
1 CONVENIO	CONV-PROAP- 070/2007	04809688000106	3.115.418,69	0,00	924.953,33	2.895.418,68	02/ABR/20 07	31/DEZ/201 3	1 Adimplente
1 CONVENIO	CONV-PROAP- 072/2007	83891283000136	5.275.520,80	0,00	1.126.620,00	4.745.477,88	02/ABR/20 07	31/DEZ/201 3	1 Adimplente
1 CONVENIO	CONV-PROAP- 073/2007	48031918000124	3.215.251,49	0,00	916.850,00	2.952.626,50	02/ABR/20 07	31/DEZ/201 3	1 Adimplente
1 CONVENIO	CONV-PROAP- 075/2007	00326036000160	41.446.423,78	0,00	9.114.034,28	40.923.077,34	02/ABR/20 07	31/DEZ/201 3	1 Adimplente
1 CONVENIO	CONV-PROAP- 076/2007	46384400002354	441.742,17	0,00	92.400,00	401.408,19	02/ABR/20 07	31/DEZ/201 3	1 Adimplente

1 CONVENIO	CONV-PROAP-079/2007	56089790000420	525.800,22	0,00	116.600,00	406.999,39	02/ABR/2007	31/DEZ/2013	1 Adimplente
1 CONVENIO	CONV-PROAP-080/2007	01112580000171	421.525,31	0,00	94.600,00	381.191,33	02/ABR/2007	31/DEZ/2013	1 Adimplente
1 CONVENIO	CONV-PROAP-081/2007	01367770000130	510.097,89	0,00	166.100,00	473.430,17	02/ABR/2007	31/DEZ/2013	1 Adimplente
1 CONVENIO	CONV-PROAP-082/2007	12671814000137	700.127,10	0,00	254.100,00	642.948,07	02/ABR/2007	31/DEZ/2013	1 Adimplente
1 CONVENIO	CONV-PROAP-083/2007	46068425000133	1.106.176,68	0,00	390.720,00	1.072.259,97	02/ABR/2007	31/DEZ/2013	1 Adimplente
1 CONVENIO	CONV-PROAP-084/2007	14045546000173	19.617.973,91	0,00	4.087.160,00	19.361.471,75	02/ABR/2007	31/DEZ/2013	1 Adimplente
1 CONVENIO	CONV-PROAP-085/2007	33540014000157	2.578.585,40	0,00	678.150,00	2.355.180,73	02/ABR/2007	31/DEZ/2013	1 Adimplente
1 CONVENIO	CONV-PROAP-087/2007	11022597000191	1.198.010,66	0,00	213.400,00	1.198.010,26	01/JUN/2007	31/DEZ/2013	1 Adimplente
1 CONVENIO	CONV-PROAP-088/2007	46374500000194	2.391.947,96	0,00	530.200,00	2.187.162,95	29/JUN/2007	31/DEZ/2013	1 Adimplente
1 CONVENIO	CONV-PROAP-089/2007	06352421000168	257.000,01	0,00	74.800,00	252.999,97	30/JUN/2007	31/DEZ/2013	1 Adimplente
1 CONVENIO	CONV-PROAP-090/2007	77902914000172	477.749,39	0,00	114.400,00	410.261,27	01/NOV/2007	31/DEZ/2013	1 Adimplente
1 CONVENIO	CONV-PROAP-095/2007	22675359000100	1.023.666,07	0,00	368.499,99	968.666,07	03/DEZ/2007	31/DEZ/2013	1 Adimplente
1 CONVENIO	CONV-PROAP-096/2007	80257355000108	1.117.334,59	0,00	312.400,00	1.027.501,30	03/DEZ/2007	31/DEZ/2013	1 Adimplente
1 CONVENIO	CONV-PROEQUIP-041/10	48031918000124	4.744.305,98	0,00	0,00	4.744.305,98	01/DEZ/2010	31/DEZ/2013	1 Adimplente
1 CONVENIO	CONV-PROEQUIP-042/10	33540014000157	5.953.261,14	0,00	0,00	5.953.261,14	15/DEZ/2010	31/DEZ/2013	1 Adimplente
1 CONVENIO	CONV-PROEQUIP-046/10	83891283000136	540.352,67	0,00	0,00	540.352,67	01/DEZ/2010	31/DEZ/2013	1 Adimplente
1 CONVENIO	CONV-PROEQUIP-047/10	86891363000180	1.257.811,40	0,00	0,00	1.257.811,40	01/DEZ/2010	31/DEZ/2013	1 Adimplente
1	CONV-	06352421000168	2.013.400,00	0,00	0,00	2.013.400,00	01/DEZ/2010	31/DEZ/2013	1

CONVENIO	PROEQUIP-051/10						10	3	Adimplente
1 CONVENIO	CONV-PROEQUIP-053/10	80257355000108	805.291,30	0,00	487.379,30	805.291,30	01/DEZ/2010	31/DEZ/2013	1 Adimplente
1 CONVENIO	CONV-PROEQUIP-056/10	06740864000126	1.114.439,62	0,00	0,00	1.114.439,62	01/DEZ/2010	31/DEZ/2013	1 Adimplente
1 CONVENIO	CONV-PROEQUIP-066/10	82662958000102	5.629.177,38	0,00	0,00	5.629.177,38	01/DEZ/2010	31/DEZ/2013	1 Adimplente
1 CONVENIO	CONV-PROEQUIP-067/10	24492886000104	693.833,00	0,00	0,00	693.833,00	01/DEZ/2010	31/DEZ/2013	1 Adimplente
1 CONVENIO	CONV-UAB-EST-179/10	77902914000172	279.222,58	5.698,42	0,00	279.222,58	20/DEZ/2010	31/DEZ/2013	1 Adimplente
1 CONVENIO	CONV-UAB-EST-187/10	11022597000191	583.285,15	5.891,77	0,00	583.285,15	20/DEZ/2010	31/DEZ/2013	1 Adimplente
1 CONVENIO	CONV-UAB-EST-101/10	40738999000195	192.140,65	1.940,81	0,00	192.140,65	02/JUL/2010	13/JAN/2014	1 Adimplente
1 CONVENIO	CONV-UAB-154/2010	80257355000108	158.866,16	1.604,71	0,00	158.866,16	17/DEZ/2010	18/JAN/2014	1 Adimplente
1 CONVENIO	CONV-UAB-EST-180/10	06352421000168	437.027,08	8.918,92	0,00	437.027,08	20/DEZ/2010	18/JAN/2014	1 Adimplente
1 CONVENIO	CONV-UAB-EST-106/10	22675359000100	448.365,65	4.528,95	0,00	448.365,65	02/JUL/2010	07/FEV/2014	1 Adimplente
1 CONVENIO	CONV-UAB-EST-001/11	13069489000108	233.244,90	4.760,10	0,00	233.244,90	08/FEV/2011	13/MAR/2014	1 Adimplente
1 CONVENIO	CONV-KLEIN-001/2010	82662958000102	950.000,00	0,00	0,00	950.000,00	14/JUN/2010	13/JUN/2014	1 Adimplente
1 CONVENIO	CONV-PARFOR-003/2010	60990751000124	1.125.248,39	10.719,93	133.650,00	375.305,61	29/JUN/2010	28/JUN/2014	1 Adimplente
1 CONVENIO	CONV-PARFOR-004/2010	04008342000109	829.355,51	7.629,63	123.016,64	385.299,28	29/JUN/2010	28/JUN/2014	1 Adimplente
1 CONVENIO	CONV-PARFOR-069/2010	01367770000130	529.729,27	4.800,00	4.950,00	170.187,28	28/JUN/2010	28/JUN/2014	1 Adimplente
1 CONVENIO	CONV-PARFOR-092/2010	55983670000167	1.647.759,22	15.983,41	326.700,00	569.783,19	29/JUN/2010	28/JUN/2014	1 Adimplente
1	CONV-PARFOR-	78680337000184	1.948.477,34	19.200,00	0,00	522.877,34	30/JUN/20	29/JUN/201	1

CONVENIO	002/2010						10	4	Adimplente
1 CONVENIO	CONV-PARFOR-068/2010	04732975000165	646.207,20	0,00	0,00	195.376,80	01/JUL/2010	30/JUN/2014	1 Adimplente
1 CONVENIO	CONV-PARFOR-086/2010	48031918000124	144.067,73	1.322,11	0,00	45.801,75	01/JUL/2010	30/JUN/2014	1 Adimplente
1 CONVENIO	CONV-PARFOR-088/2010	60967551000150	273.501,36	2.762,64	4.455,00	78.705,00	01/JUL/2010	30/JUN/2014	1 Adimplente
1 CONVENIO	CONV-PARFOR-107/2010	45164654000199	571.019,96	0,00	77.245,01	250.000,00	01/JUL/2010	30/JUN/2014	1 Adimplente
1 CONVENIO	CONV-PARFOR-089/2010	92928845000160	652.312,36	0,00	0,00	202.312,36	16/SET/2010	15/SET/2014	1 Adimplente
1 CONVENIO	CONV-PARFOR-167/2010	07821622000120	175.292,56	0,00	45.000,00	85.292,56	03/DEZ/2010	02/DEZ/2014	1 Adimplente
1 CONVENIO	CONV-PARFOR-087/2010	07885809000197	3.341.903,72	33.000,00	116.984,85	371.354,20	29/JUN/2010	28/DEZ/2014	1 Adimplente
1 CONVENIO	CONV-PARFOR-090/2010	06740864000126	1.224.000,00	0,00	270.664,78	309.000,00	01/JUL/2010	30/DEZ/2014	1 Adimplente
1 CONVENIO	CONV-PARFOR-001/2011	08186277000162	776.671,87	7.740,00	193.050,00	435.121,87	11/JUN/2011	31/DEZ/2014	1 Adimplente
1 CONVENIO	CONV-PARFOR-003/2011	86891363000180	7.824.000,00	0,00	129.000,00	129.000,00	15/DEZ/2011	31/DEZ/2014	1 Adimplente
1 CONVENIO	CONV-PARFOR-004/2011	07471758000157	219.000,00	0,00	30.000,00	69.000,00	20/OUT/2011	31/DEZ/2014	1 Adimplente
1 CONVENIO	CONV-PARFOR-005/2010	08885100000154	14.912.998,20	16.014,52	2.376.000,00	4.674.161,62	24/JUN/2010	31/DEZ/2014	1 Adimplente
1 CONVENIO	CONV-PARFOR-006/2010	96216841000100	1.569.910,49	15.749,28	27.342,34	209.650,49	24/JUN/2010	31/DEZ/2014	1 Adimplente
1 CONVENIO	CONV-PARFOR-006/2011	08240695000190	1.494.000,00	0,00	165.000,00	195.000,00	30/NOV/2011	31/DEZ/2014	1 Adimplente
1 CONVENIO	CONV-PARFOR-007/2010	11022597000191	1.130.976,75	10.800,00	237.600,00	655.316,58	29/JUN/2010	31/DEZ/2014	1 Adimplente
1 CONVENIO	CONV-PARFOR-040/2010	57538696000121	11.654.034,37	109.652,77	0,00	2.817.098,55	29/JUN/2010	31/DEZ/2014	1 Adimplente
1 CONVENIO	CONV-PARFOR-07/2011	46020301000188	1.178.145,10	11.900,00	237.600,00	257.445,10	29/NOV/2011	31/DEZ/2014	1 Adimplente
1 CONVENIO	CONV-PARFOR-070/2010	33495870000138	760.356,67	0,00	285.000,00	622.046,72	01/JUL/2010	31/DEZ/2014	1 Adimplente
1 CONVENIO	CONV-PARFOR-071/2010	85784023000197	417.873,84	0,00	30.000,00	71.273,17	01/JUL/2010	31/DEZ/2014	1 Adimplente

1 CONVENIO	CONV-PARFOR- 072/2010	54409461000141	1.050.338,27	0,00	225.000,00	345.338,27	01/JUL/20 10	31/DEZ/201 4	1 Adimplente
1 CONVENIO	CONV-PARFOR- 073/2010	82804642000108	1.633.892,68	0,00	45.000,00	88.892,68	01/JUL/20 10	31/DEZ/201 4	1 Adimplente
1 CONVENIO	CONV-PARFOR- 074/2010	44943835000150	1.914.908,31	0,00	345.000,00	549.908,31	01/JUL/20 10	31/DEZ/201 4	1 Adimplente
1 CONVENIO	CONV-PARFOR- 076/2010	44943835000231	5.926.800,51	0,00	224.657,15	346.800,51	01/JUL/20 10	31/DEZ/201 4	1 Adimplente
1 CONVENIO	CONV-PARFOR- 077/2010	44943835000312	3.188.893,49	0,00	179.744,17	263.893,49	01/JUL/20 10	31/DEZ/201 4	1 Adimplente
1 CONVENIO	CONV-PARFOR- 078/2010	58191008000162	546.902,55	0,00	44.955,20	126.902,55	01/JUL/20 10	31/DEZ/201 4	1 Adimplente
1 CONVENIO	CONV-PARFOR- 079/2010	43586056000182	830.411,90	0,00	255.000,00	380.411,90	01/JUL/20 10	31/DEZ/201 4	1 Adimplente
1 CONVENIO	CONV-PARFOR- 080/2010	04809688000106	803.605,47	0,00	255.000,00	353.605,47	03/DEZ/20 10	31/DEZ/201 4	1 Adimplente
1 CONVENIO	CONV-PARFOR- 091/2010	12671814000137	2.026.225,27	13.617,07	467.877,46	950.721,06	29/JUN/20 10	31/DEZ/201 4	1 Adimplente
1 CONVENIO	CONV-PARFOR- 093/2010	71487094000113	758.125,45	0,00	155.000,00	238.125,45	01/JUL/20 10	31/DEZ/201 4	1 Adimplente
1 CONVENIO	CONV-PARFOR- 108/2010	03226149001234	1.066.095,19	0,00	195.000,00	361.095,19	01/JUL/20 10	31/DEZ/201 4	1 Adimplente
1 CONVENIO	CONV-PARFOR- 109/2010	95438412000114	859.371,40	0,00	195.000,00	273.000,00	01/JUL/20 10	31/DEZ/201 4	1 Adimplente
1 CONVENIO	CONV-PARFOR- 110/2010	92034321000125	805.570,50	0,00	166.744,00	205.750,50	01/JUL/20 10	31/DEZ/201 4	1 Adimplente
1 CONVENIO	CONV-PARFOR- 112/2010	00737302000147	1.163.586,96	0,00	210.000,00	271.906,45	01/JUL/20 10	31/DEZ/201 4	1 Adimplente
1 CONVENIO	CONV-PARFOR- 113/2010	04280196000176	1.749.489,43	7.226,20	935.550,00	733.324,53	06/DEZ/20 10	31/DEZ/201 4	1 Adimplente
1 CONVENIO	CONV-PARFOR- 157/2010	79151312000156	7.481.000,34	75.350,00	920.700,00	2.299.340,34	08/DEZ/20 10	31/DEZ/201 4	1 Adimplente
1 CONVENIO	CONV-PARFOR- 159/2010	40738999000195	2.851.999,62	31.740,00	430.650,00	738.078,12	06/DEZ/20 10	31/DEZ/201 4	1 Adimplente
1 CONVENIO	CONV-PARFOR- 160/2010	06352421000168	2.394.858,06	24.150,00	490.050,00	805.415,04	07/DEZ/20 10	31/DEZ/201 4	1 Adimplente
1 CONVENIO	CONV-PARFOR- 162/2010	84307974000102	1.782.051,86	16.830,00	178.200,00	430.701,86	07/DEZ/20 10	31/DEZ/201 4	1 Adimplente
1	CONV-PARFOR-	14485841000140	1.160.232,76	0,00	120.000,00	320.232,76	03/DEZ/20	31/DEZ/201	1

CONVENIO	163/2010						10	4	Adimplente
1 CONVENIO	CONV-PARFOR- 164/2010	13069489000108	20.989.103,27	211.453,7 9	6.910.200,00	11.455.402,82	08/DEZ/20 10	31/DEZ/201 4	1 Adimplente
1 CONVENIO	CONV-PARFOR- 165/2010	83395921000128	3.283.108,00	16.830,00	831.600,00	1.410.808,00	07/DEZ/20 10	31/DEZ/201 4	1 Adimplente
1 CONVENIO	CONV-PARFOR- 166/2010	83661074000104	3.016.968,02	0,00	740.000,00	946.968,02	03/DEZ/20 10	31/DEZ/201 4	1 Adimplente
1 CONVENIO	CONV-PARFOR- 168/2010	08258295000102	4.246.347,85	42.810,00	935.550,00	756.597,85	09/DEZ/20 10	31/DEZ/201 4	1 Adimplente
1 CONVENIO	CONV-PARFOR- 170/2010	34860833000144	1.564.461,20	0,00	450.000,00	754.461,20	03/DEZ/20 10	31/DEZ/201 4	1 Adimplente
1 CONVENIO	CONV-PARFOR- 175/2010	03447568000143	10.433.513,95	104.120,0 0	2.311.650,00	4.725.713,95	06/DEZ/20 10	31/DEZ/201 4	1 Adimplente
1 CONVENIO	CONV-PE- 171/2010	03447568000143	15.426.237,54	0,00	3.700.000,00	6.226.237,54	13/DEZ/20 10	28/FEV/201 5	1 Adimplente

Anexo 7

19. ANEXO 7 – TERMOS DE COOPERAÇÃO



Exercício: 2012

Base: 10-FEV-2013

Moeda: REAL (Em unidade monetária)

Mês de Referência MES 14
Tipo de Valor Saldo Atual
Unidade Orçamentária 26291

			Item de Informação				
Gestão Executora		Fonte de Recurso Detalhada	Destaque Líquido	Despesas Empenhadas	Despesas Liquidadas	Valores Pagos	Desp Executada por Insc. em RP Não-Proc
11301	FUNDACAO INSTITUTO BRAS.GEOGR. E ESTATISTICA	0112915405	21.168,02	21.168,02	19.655,67	19.655,67	1.512,35
11501	COMISSAO NACIONAL DE ENERGIA NUCLEAR	0112915405	123.639,83	102.352,15	100.433,12	100.433,12	1.919,03
15201	COLEGIO PEDRO II	0112915410	17.296,00	17.296,00	5.161,20		12.134,80
15222	UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS	0112915044	1.256.699,60	1.256.699,60	1.083.597,60		173.102,00
		0112915405	1.254.895,32	1.149.156,82	941.184,91	884.482,43	207.971,91
		0112915408	1.000.656,93	898.895,60	498.161,39	452.653,51	400.734,21
		0112915044	2.953.947,94	2.885.805,55	176.165,50	116.665,50	2.709.640,05
15223	UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA	0112915045	185.474,57	185.416,35	147.408,18	129.676,86	38.008,17
		0112915405	3.164.731,77	2.948.955,58	2.609.710,29	2.294.910,02	339.245,29
		0112915412	172.966,51	172.741,45	166.241,45	159.856,01	6.500,00
		0312915045	71.893,43	71.893,43	22.656,30	10.727,95	49.237,13
15224	UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARA	0112915044	2.519.650,00	2.519.650,00			2.519.650,00

		0112915405	3.049.822,63	3.049.822,63	2.392.635,48	2.137.212,02	657.187,15
		0112915412	107.560,20	107.560,20	107.560,20	107.560,20	
		0312915408	12.260.840,80	12.260.840,80			12.260.840,80
15225	UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPIRITO SANTO	0112915040	128.100,00	128.100,00	128.100,00	128.100,00	
		0112915044	1.920.000,00	1.920.000,00	26.927,70		1.893.072,30
		0112915405	2.006.172,25	2.006.172,25	1.988.573,09	1.945.063,26	17.599,16
		0112915413	1.133.328,80	1.133.328,80	1.133.328,80		
		0312915408	1.410.333,48	1.410.333,48	1.337.671,40	1.067.538,42	72.662,08
15226	UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIAS	0112915040	554.400,00	554.400,00	329.400,00	329.400,00	225.000,00
		0112915044	1.943.223,86	1.943.223,86	298.730,02		1.644.493,84
		0112915405	2.714.233,23	2.714.233,23	2.305.152,40	2.081.180,84	409.080,83
		0112915408	4.577.365,03	4.577.365,03	2.626.432,56	2.352.625,43	1.950.932,47
		0112915412	336.041,26	336.041,26	240.233,45	239.506,04	95.807,81
15227	UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE	0112915044	2.262.086,14	2.262.086,14	2.004.379,07	2.004.379,07	257.707,07
		0112915405	3.350.159,92	3.350.159,92	2.425.792,63	2.097.170,78	924.367,29
		0112915408	497.582,46	497.582,46	420.188,46	62.163,56	77.394,00
		0312915408	6.483.337,28	6.483.337,28	817.700,74	79.547,73	5.665.636,54
15228	UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA	0112915044	1.088.546,55	1.088.546,55	709.367,59	709.367,59	379.178,96
		0112915405	1.252.900,00	1.252.900,00	693.542,11	657.002,65	559.357,89
		0112915408	3.675.982,58	3.675.982,58	2.185.798,16	1.468.094,24	1.490.184,42
		0312915408	2.995.582,50	2.995.582,50	73.493,24	16.117,52	2.922.089,26
15229	UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS	0112915040	2.232.000,00	2.232.000,00	779.787,50	779.787,50	1.452.212,50
		0112915044	2.715.282,42	2.715.282,42	2.715.282,42	2.715.282,42	
		0112915405	3.660.804,48	3.660.804,48	3.033.106,05	2.727.906,45	627.698,43
		0112915408	626.446,14	626.446,14	195.115,00	195.115,00	431.331,14
		0112915412	360.000,00	360.000,00	360.000,00	360.000,00	
		0312915408	5.637.355,78	5.637.355,78			5.637.355,78
15230	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARA	0112915044	2.295.931,00	2.295.931,00	2.224.592,86	1.307.272,86	71.338,14
		0112915045	7.217.556,50	7.184.814,66	7.099.689,61	4.932.576,56	85.125,05
		0112915405	3.107.940,00	3.107.513,09	2.150.053,83	1.954.766,16	957.459,26
		0112915408	2.293.013,86	2.293.013,86	2.293.013,86	2.293.013,86	

		0312915045	705.000,00	705.000,00	705.000,00		
		0312915408	2.787.228,50	2.787.228,50	2.787.228,50	2.787.228,50	
15231	UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAIBA	0112915044	2.173.424,07	2.173.424,07	1.642.522,39	1.642.522,39	530.901,68
		0112915405	3.401.582,68	3.401.582,68	3.195.801,87	2.965.985,68	205.780,81
		0112915408	3.140.494,17	3.140.494,17	1.607.578,32	1.577.185,38	1.532.915,85
15232	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANA	0112915040	1.248.000,00	1.248.000,00	841.100,00	770.800,00	406.900,00
		0112915044	2.720.000,00	2.720.000,00	2.320.000,00	2.318.138,54	400.000,00
		0112915405	4.055.492,33	4.055.492,33	3.606.057,75	3.272.838,58	449.434,58
		0112915408	840.454,27	840.454,27	785.785,33	779.633,97	54.668,94
		0312915408	76.000,00	76.000,00			76.000,00
15233	UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO	0112915044	2.492.182,66	2.492.182,66			2.492.182,66
		0112915045	44.882,28	44.882,28	29.652,24	25.932,24	15.230,04
		0112915405	4.297.748,66	4.297.748,66	3.591.778,04	3.376.107,46	705.970,62
		0112915408	172.010,30	172.010,30	7.880,80	7.254,80	164.129,50
		0112915412	186.670,24	186.670,24	100.179,02	71.660,16	86.491,22
		0312915408	2.168.112,47	2.168.112,47	49.919,19	38.208,91	2.118.193,28
15234	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE	0112915044	2.467.704,00	2.467.704,00	25.000,00	25.000,00	2.442.704,00
		0112915045	17.322,38	17.322,38	12.373,45	12.373,45	4.948,93
		0112915405	3.339.233,33	3.339.233,33	3.216.083,29	3.089.149,99	123.150,04
		0112915408	1.882.929,87	1.882.929,87	1.237.000,17	1.206.559,85	645.929,70
		0112915416	200.000,00	200.000,00			200.000,00
		0312915408	4.338.838,20	4.338.838,20	310.394,18	307.944,18	4.028.444,02
15235	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL	0112915040	1.093.300,00	1.093.300,00	1.093.300,00	1.093.300,00	
		0112915044	2.735.084,76	2.735.084,76	2.465.484,76	2.284.284,76	269.600,00
		0112915405	5.567.278,47	5.536.078,46	4.784.823,75	4.176.765,77	751.254,71
		0112915408	144.629,08	144.629,08	144.629,08	144.629,08	
		0112915413	1.089.291,94	1.089.291,94	1.089.291,94	1.089.291,94	
15236	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO	0112915044	2.996.977,50	2.996.977,50			2.996.977,50
		0112915405	4.738.522,28	4.738.522,28	4.328.058,42	4.195.713,17	410.463,86
15237	UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA	0112915040	3.990.000,00	3.990.000,00	2.983.000,00	2.983.000,00	1.007.000,00
		0112915044	2.760.000,00	2.760.000,00	16.990,00		2.743.010,00

		0112915405	3.900.332,62	3.899.859,74	2.755.604,62	2.315.355,09	1.144.255,12
		0112915408	753.908,18	753.908,18	412.268,08		341.640,10
		0112915413	3.510.953,19	3.510.953,19	3.010.953,19	2.510.953,19	500.000,00
		0312915408	6.286.844,94	6.286.844,94	2.698.184,09	1.556.826,03	3.588.660,85
15238	UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA - RS	0112915044	1.642.641,31	1.642.641,31	813.461,65	753.263,65	829.179,66
		0112915045	30.000,00	30.000,00	30.000,00	30.000,00	
		0112915405	2.897.181,56	2.882.389,44	1.989.639,95	1.839.574,02	892.749,49
		0112915408	6.684.938,16	6.496.633,11	6.321.975,35	1.756.849,87	174.657,76
		0112915413	423.992,36	422.201,25	422.201,25	352.663,05	
15239	UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO	0112915040	107.100,00	100.500,00	100.500,00	100.500,00	
		0112915044	1.279.347,70	1.279.347,70	220.122,00		1.059.225,70
		0112915405	1.678.086,66	1.673.288,85	1.007.982,70	923.006,73	665.306,15
		0312915045	80.000,00	80.000,00			80.000,00
		0312915408	7.108.677,85	7.108.677,85	87.677,42	49.205,72	7.021.000,43
15240	UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO	0112915044	852.735,48	852.735,48	88.800,00		763.935,48
		0112915405	1.176.431,81	1.176.431,81	1.010.002,61	967.751,95	166.429,20
		0112915408	1.396.711,12	1.396.711,12	25.000,00	25.000,00	1.371.711,12
		0312915045	179.897,59	179.897,59	26.600,00		153.297,59
15241	UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DA AMAZONIA	0112915044	357.442,74	357.442,74			357.442,74
		0112915045	1.545.094,46	1.545.094,46	1.135.776,33	1.134.359,33	409.318,13
		0112915405	267.299,43	267.299,43	263.239,71	251.131,71	4.059,72
15242	UNIVERSIDADE FEDERAL DO TRIANGULO MINEIRO	0112915040	236.800,00	236.800,00	236.800,00	225.700,00	
		0112915044	360.000,00	360.000,00			360.000,00
		0112915405	272.849,72	272.799,72	217.209,42	165.800,02	55.590,30
15243	UNIVERSIDADE FED.VALES JEQUITINHONHA E MUCURI	0112915044	499.878,00	499.878,00	3.798,00		496.080,00
		0112915405	192.317,09	192.317,09	136.589,85	102.378,50	55.727,24
		0112915408	1.262.480,64	1.262.480,64	905.545,88	840.155,92	356.934,76
		0112915412	124.536,75	124.536,75	32.076,79	24.785,26	92.459,96
		0312915408	296.202,90	296.202,90	38.507,06	38.507,06	257.695,84
15244	CENTRO FED.EDUC.TECN.CELSO SUCKOW DA FONSECA	0112915044	359.901,48	359.901,48			359.901,48

		0112915405	129.700,79	129.700,79	128.275,79	123.016,18	1.425,00
15245	CENTRO FEDERAL DE EDUCACAO TECNOLOGICA DE MG	0112915044	355.085,78	355.085,78	202.054,27	54.464,92	153.031,51
		0112915405	210.154,00	210.154,00	198.290,03	183.005,56	11.863,97
15246	UNIVERSIDADE TECNOLOGICA FEDERAL DO PARANA	0112915044	906.366,11	906.366,11	459.829,41	319.129,41	446.536,70
		0112915045	6.375,14	6.375,14	2.575,14	2.575,14	3.800,00
		0112915405	524.020,44	524.020,44	435.684,23	433.764,51	88.336,21
		0112915408	647.561,25	647.561,25	489.621,38	480.400,90	157.939,87
		0112915412	89.972,86	89.972,86	7.683,86	7.683,86	82.289,00
		0312915408	84.559,22	84.559,22	57.508,49	51.145,99	27.050,73
15248	UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALFENAS	0112915044	500.000,00	500.000,00			500.000,00
		0112915405	205.159,71	205.159,71	155.378,62	141.650,59	49.781,09
		0112915408	441.216,35	441.216,35	55.590,63	46.626,77	385.625,72
15249	UNIVERSIDADE FEDERAL DE ITAJUBA	0112915044	473.440,05	473.440,05			473.440,05
		0112915405	649.875,01	649.875,01	489.306,90	465.458,51	160.568,11
		0112915408	121.335,37	121.335,37	114.244,79	108.457,40	7.090,58
15250	UNIVERSIDADE FEDERAL DE SAO PAULO	0112915040	3.357.600,00	3.357.600,00	2.795.100,00	2.584.200,00	562.500,00
		0112915044	1.733.574,65	1.733.574,65	248.806,51		1.484.768,14
		0112915405	2.307.632,89	2.303.867,55	762.775,57	653.799,55	1.541.091,98
		0312915408	439.769,04	439.769,04			439.769,04
15251	UNIVERSIDADE FEDERAL DE LAVRAS	0112915044	1.119.895,78	1.119.895,78			1.119.895,78
		0112915405	1.736.413,76	1.736.413,76	599.425,31	470.514,39	1.136.988,45
		0112915408	1.151.015,47	1.151.015,47	229.567,83	128.858,51	921.447,64
		0312915408	490.392,26	490.392,26	7.255,37	7.255,37	483.136,89
15252	UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ARIDO - RN	0112915044	334.546,14	334.546,14	129.608,10	93.808,10	204.938,04
		0112915045	175.710,99	175.710,99	87.963,60	75.963,63	87.747,39
		0112915405	411.228,09	411.228,09	260.375,21	260.039,07	150.852,88
		0112915408	293.252,14	293.252,14	65.870,12	61.284,54	227.382,02
15253	FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCACAO	0100915410	840.000,00	840.000,00			840.000,00
		0312915410	1.743.000,00	1.743.000,00			1.743.000,00
15254	FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDONIA	0112915040	79.200,00	35.800,00	35.400,00	31.700,00	400,00

		0112915405	295.518,81	253.480,14	204.376,87	196.755,69	49.103,27
		0112915412	230.164,73	155.988,10	68.762,77	51.467,87	87.225,33
		0112915413	310.634,41	208.356,97	115.521,86	94.760,96	92.835,11
15255	FUNDACAO UNIVERSIDADE DO RIO DE JANEIRO	0112915044	669.171,57	669.171,57			669.171,57
		0112915405	426.556,71	370.891,00	356.348,71	355.615,31	14.542,29
		0112915408	78.422,88	78.422,88			78.422,88
15256	FUNDACAO UNIVERSIDADE DO AMAZONAS	0112915040	283.372,27	283.372,27	283.372,27	283.372,27	
		0112915044	1.360.000,00	1.360.000,00			1.360.000,00
		0112915045	4.412.625,11	4.412.324,59	2.888.395,15	2.614.302,07	1.523.929,44
		0112915405	1.459.669,07	1.459.669,07	1.134.720,78	1.059.119,94	324.948,29
		0112915408	1.139.578,36	1.139.578,36			1.139.578,36
		0312915408	1.000.000,00	1.000.000,00			1.000.000,00
15257	FUNDACAO UNIVERSIDADE DE BRASILIA	0112915044	3.000.000,00	2.991.959,50	81.279,43	81.279,43	2.910.680,07
		0112915405	3.351.356,47	3.350.717,07	2.280.215,14	2.008.610,87	1.070.501,93
		0112915408	2.367.651,94	2.366.138,89	1.224.739,44	1.160.757,40	1.141.399,45
		0112915413	1.224.585,30	1.093.597,66	674.019,80	601.868,55	419.577,86
		0312915408	230.565,00	181.864,84	75.495,80	43.296,05	106.369,04
		0312915412	300.000,00	289.210,90	140.194,38	6.938,40	149.016,52
15258	FUNDACAO UNIVERSIDADE DO MARANHAO	0112915044	881.755,98	869.865,98	321.196,52	86.506,26	548.669,46
		0112915045	1.053.788,11	1.053.055,46	1.051.925,46	1.049.712,96	1.130,00
		0112915405	637.066,64	590.350,05	499.409,56	473.647,71	90.940,49
		0112915408	5.032.602,71	5.032.602,71	5.011.235,29	4.788.225,79	21.367,42
		0312915045	1.000.665,00	1.000.665,00	1.000.665,00	1.000.665,00	
15259	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE - FURG	0112915040	840.000,00	840.000,00	244.800,00	178.200,00	595.200,00
		0112915044	839.142,81	839.142,78	496.712,64	496.712,64	342.430,14
		0112915045	38.940,34	38.940,34	19.764,92	13.033,48	19.175,42
		0112915405	1.282.448,95	1.282.448,65	943.750,17	777.064,03	338.698,48
		0112915408	537.151,58	537.151,58	537.151,58	537.151,58	
		0112915413	80.190,40	80.190,40	80.190,40	80.190,40	
		0312915408	1.165.114,48	1.165.114,48	1.165.114,48	1.165.114,48	
15260	FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLANDIA	0112915044	1.234.980,00	1.234.980,00	908.860,00	748.860,00	326.120,00

		0112915405	1.892.806,66	1.891.303,88	1.487.708,14	1.432.275,48	403.595,74
		0112915408	1.268.508,27	1.268.508,27	136.484,16	135.316,05	1.132.024,11
15261	FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DO ACRE	0112915044	345.951,56	345.951,56			345.951,56
		0112915405	142.725,92	142.725,92	142.725,92	104.225,92	
15262	FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO	0112915044	1.249.634,11	1.249.634,11			1.249.634,11
		0112915045	229.142,32	229.142,32	229.142,32	207.542,32	
		0112915405	1.005.109,28	1.005.109,28	998.558,71	996.108,46	6.550,57
		0112915408	1.092.267,64	1.092.267,64	1.092.267,64	1.092.267,64	
15263	UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO	0112915044	861.176,55	861.171,55	645.532,58	645.532,58	215.638,97
		0112915405	917.189,61	917.189,61	881.890,55	881.890,55	35.299,06
		0112915408	1.361.048,40	1.361.048,40	1.280.075,99	1.280.075,99	80.972,41
		0312915408	2.014.200,00	2.014.200,00	1.322.534,61	1.322.534,61	691.665,39
15264	FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS	0112915044	989.354,34	989.354,34	155.505,00		833.849,34
		0112915405	2.214.906,49	2.214.906,49	1.109.134,41	927.867,56	1.105.772,08
		0112915413	28.495,48	28.495,48	12.207,92	10.191,42	16.287,56
		0312915408	150.252,40	150.252,40	105.966,75	80.959,26	44.285,65
15265	FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUI	0112915044	1.070.185,45	1.070.185,45	231.996,00		838.189,45
		0112915405	847.697,61	813.086,20	738.867,64	653.868,97	74.218,56
		0112915412	255.078,95	240.417,20	110.923,99	70.723,99	129.493,21
15266	FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DE SAO CARLOS	0112915044	1.675.819,79	1.675.819,79	366.488,00		1.309.331,79
		0112915405	2.265.890,00	2.265.826,00	1.187.559,60	858.549,24	1.078.266,40
		0112915408	3.650.179,97	3.650.179,97	1.503.153,90	1.456.406,23	2.147.026,07
		0312915408	3.731.951,63	3.731.951,63	28.128,47		3.703.823,16
15267	FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE	0112915405	1.441.779,69	1.441.779,69	1.439.684,45	1.374.318,74	2.095,24
		0112915408	1.724.734,01	1.653.298,01	647.763,17	515.123,64	1.005.534,84
		0282915044	1.387.849,03	1.387.849,03			1.387.849,03
15268	UNIVERSIDADE FEDERAL DE VICOSA	0112915040	203.400,00	203.400,00	203.400,00	203.400,00	
		0112915044	1.765.381,27	1.765.381,27			1.765.381,27
		0112915405	2.025.065,56	2.025.065,56	998.420,47	854.325,14	1.026.645,09
		0112915408	312.564,14	312.564,14	77.564,14	77.564,14	235.000,00

15269	FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO G. SUL	0112915044	1.055.845,00	1.055.845,00	1.650,00		1.054.195,00
		0112915405	1.052.902,86	1.052.902,86	1.045.875,09	943.434,40	7.027,77
		0112915408	964.896,68	964.896,68	481.304,85	150.117,91	483.591,83
		0112915413	5.126,84	5.126,84	5.126,84	4.631,61	
		0312915408	44.843,68	44.843,68	18.243,28	10.907,42	26.600,40
15270	FUN.UNIV.FED.DE CIENCIAS DA SAUDE DE P.ALEGRE	0112915044	135.859,20	135.859,20			135.859,20
		0112915405	213.912,98	213.912,98	56.892,96	51.455,50	157.020,02
15276	FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DE S.J DEL-REI	0112915044	596.338,73	596.338,73	70.170,00	21.900,00	526.168,73
		0112915405	344.043,90	343.806,04	182.264,45	146.037,92	161.541,59
		0112915408	1.057.042,18	1.056.790,50	1.039.609,84	816.771,62	17.180,66
		0112915415	2.692.718,47	2.692.718,47			2.692.718,47
		0312915408	1.946.647,46	1.946.647,46	235.581,92	226.096,90	1.711.065,54
15277	UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA	0112915044	175.788,54	175.788,54			175.788,54
		0112915405	172.700,00	162.563,40	115.744,00	115.744,00	46.819,40
		0112915408	766.017,87	628.780,88	120.239,42	86.240,97	508.541,46
		0112915412	337.593,05	303.969,84	75.049,14	71.563,44	228.920,70
15278	FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPA	0112915044	239.537,18	239.537,18			239.537,18
		0112915045	501.294,75	472.198,35	182.026,19	182.026,19	290.172,16
		0112915405	134.762,46	134.762,44	126.226,24	126.226,24	8.536,20
		0112915408	35.925,38	35.925,38	16.364,36	16.364,36	19.561,02
15281	UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE	0112915044	746.223,57	746.223,57			746.223,57
		0112915405	1.347.825,27	1.344.345,87	1.326.643,71	1.303.740,61	17.702,16
25201	FUNDACAO OSWALDO CRUZ	0112915044	1.190.675,78	1.190.675,78			1.190.675,78
		0112915405	996.073,54	931.480,41	759.109,59	758.659,59	172.370,82
		0112915408	1.283.819,63	1.283.819,63	11.933,31	11.933,31	1.271.886,32
26230	FUND. UNIVERSIDADE FEDERAL VALE SAO FRANCISCO	0112915044	237.280,34	237.280,34	12.978,00		224.302,34
		0112915405	129.114,61	129.114,61	61.292,00	52.479,42	67.822,61
		0112915408	202.259,78	202.259,78	79.230,09	46.693,38	123.029,69
26251	FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS	0112915044	154.759,34	154.759,34			154.759,34
		0112915045	87.640,32	87.640,32	45.566,65	45.566,65	42.073,67
		0112915405	250.572,88	250.572,88	214.740,01	174.903,26	35.832,87

		0112915408	514.241,19	514.241,19	50.680,93	46.958,77	463.560,26
		0312915045	1.548.000,00	1.548.000,00	28.939,20		1.519.060,80
26266	FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA	0112915044	323.365,03	323.365,03	35.100,00	35.100,00	288.265,03
		0112915405	92.705,46	92.705,46	92.487,55	86.884,95	217,91
26350	FUNDACAO UNIVERSIDADE FED. DA GRANDE DOURADOS	0112915044	558.699,76	558.699,76	41.879,00		516.820,76
		0112915405	766.810,00	766.810,00	712.153,82	712.153,82	54.656,18
		0112915408	521.071,41	521.071,41	217.722,06	211.591,41	303.349,35
		0112915412	188.747,99	188.747,99	19.852,51	19.852,51	168.895,48
26351	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECONCAVO DA BAHIA	0112915040	8.722,30	105.086,66	105.086,66	105.086,66	
		0112915044	105.086,66	499.885,00			499.885,00
		0112915045	499.885,00	151.182,14	86.761,70	65.612,68	64.420,44
		0112915405	151.182,14	278.688,39	253.098,34	246.711,39	25.590,05
26352	FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DO ABC	0112915044	278.688,39	653.370,50	179.803,62	179.803,62	473.566,88
		0112915405	653.370,50	485.807,64	469.373,32	469.373,32	16.434,32
		0112915408	522.932,98	2.290,00	2.290,00	2.290,00	
26402	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DE ALAGOAS	0112915408	392.334,21	378.536,26	197.054,88	182.080,57	181.481,38
		0312915408	14.413,00	6.819,50			6.819,50
26403	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO AMAZONAS	0112915408	138.744,60	138.744,60	33.164,55	6.905,36	105.580,05
		0312915408	189.909,28	189.909,28	189.909,28		
26405	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO CEARA	0112915044	79.650,00	79.650,00			79.650,00
		0112915405	35.200,00	35.200,00	35.200,00	35.200,00	
		0112915408	695.905,95	695.905,95	248.521,67	218.256,85	447.384,28
26406	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO ESP.SANTO	0112915044	132.065,44	132.065,44	47.680,00		84.385,44
		0112915045	20.075,46	20.075,46	20.075,46	18.583,28	
		0112915405	23.080,85	23.080,85	18.855,00	18.855,00	4.225,85
		0112915408	573.477,35	573.477,35	563.755,24	563.755,24	9.722,11
		0312915408	919.684,13	919.684,13	85.878,09	82.580,41	833.806,04
26407	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.GOIANO	0112915044	149.702,88	149.702,88			149.702,88
		0112915405	92.399,15	92.282,25	46.550,88	38.525,28	45.731,37
26408	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO MARANHAO	0112915045	425.329,90	340.006,46	213.862,58	178.549,18	126.143,88

		0112915405	45.619,29	45.377,75	40.667,75	39.524,72	4.710,00
		0112915408	448.542,67	432.344,78	340.149,15	285.983,74	92.195,63
		0312915045	66.000,00	66.000,00			66.000,00
26413	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO TRIA.MINEIRO	0112915044	149.984,00	149.984,00			149.984,00
		0112915408	265.453,57	265.453,57	219.645,59	114.953,15	45.807,98
26414	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO MATO GROSSO	0112915044	150.000,00	150.000,00			150.000,00
		0112915405	11.000,07	11.000,07	6.829,79	6.829,79	4.170,28
		0112915408	323.179,81	323.179,81	273.332,40	250.244,92	49.847,41
26416	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO PARA	0112915045	2.154.685,11	2.154.685,11	1.855.304,44	1.491.162,48	299.380,67
		0112915408	1.047.141,79	1.047.141,79	402.603,33	316.099,19	644.538,46
26418	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DE PERNAMBUCO	0112915045	10.000,00	8.982,55	8.982,55	8.982,55	
		0112915408	164.207,75	164.207,75	122.948,26	120.496,90	41.259,49
26419	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO RS	0112915045	58.615,71	58.615,71	30.005,92	28.132,92	28.609,79
26426	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO AMAPA	0112915045	1.250,00	1.250,00	875,00	875,00	375,00
26427	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DA BAHIA	0112915412	312.455,76	312.455,76	155.243,76	155.243,76	157.212,00
26428	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DE BRASILIA	0112915045	12.088,84	12.088,84	11.664,79	11.664,79	424,05
26431	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO PIAUI	0112915405	1.041,05	1.041,05	1.041,05	1.041,05	
26433	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO R.DE JANEIRO	0112915044	138.299,12	138.299,12	45.559,07		92.740,05
26435	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO RN	0112915408	1.123.241,99	1.123.241,99	124.292,00	98.062,00	998.949,99
26436	INST.FED.DE EDUC.,CIE.E TEC.SUL-RIO-GRANDENSE	0112915045	10.588,16	10.588,16	9.270,72	7.352,64	1.317,44
		0112915408	88.443,56	88.443,56	47.672,26	27.469,74	40.771,30
		0312915408	36.338,67	36.338,67	17.730,67	16.199,30	18.608,00
26437	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DE RORAIMA	0112915045	52.488,21	52.488,21	41.077,56	37.662,81	11.410,65
		0112915408	11.926,49	11.926,49	11.926,49	11.926,49	
		0312915408	130.874,33	130.874,33	6.161,22	4.342,99	124.713,11
26438	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DE STA.CATARINA	0112915044	150.000,00	150.000,00			150.000,00
		0112915408	582.953,32	582.953,32	343.264,12	321.803,73	239.689,20
		0312915408	240.900,00	240.900,00			240.900,00
26440	UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL	0112915044	126.184,00	126.184,00			126.184,00
		0112915405	11.851,07	11.851,07	3.451,07	3.451,07	8.400,00
26441	UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARA	0112915044	149.979,39	149.979,39			149.979,39

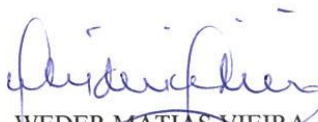
		0112915045	2.213.000,00	2.212.292,00	1.163.670,46	1.163.670,46	1.048.621,54
		0112915405	42.900,00	42.900,00			42.900,00
36201	CONSELHO NAC.DE DESENV.CIENTIFICO TECNOLOGICO	0112915410	3.000.000,00	3.000.000,00	1.082.000,00		1.918.000,00
		0112915415	16.477.171,21	16.426.523,11	14.092.417,53	8.499.988,81	2.334.105,58
		0312915410	8.000.000,00	8.000.000,00	2.218.555,06		5.781.444,94
44206	INSTITUTO DE PESQUISAS JARDIM BOTANICO DO RJ	0112915044	149.319,79	142.601,00			142.601,00
		0112915405	61.451,07	61.451,07	61.451,07	61.451,07	

Anexo 8

20. ANEXO 8 – DECLARAÇÃO SIASG E SICONV**DECLARAÇÃO**

Eu, Weder Matias Vieira, CPF nº 577.367.151-49, Coordenador Geral de Recursos Logísticos, exercido na Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES, declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todas as informações referentes a contratos, convênios e instrumentos congêneres firmados até o exercício de 2012 por esta Unidade estão disponíveis e atualizadas no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG, conforme estabelece o art. 19 da Lei nº 12.465, de agosto de 2011, e suas correspondentes em exercícios anteriores.

Brasília, 12 de março de 2013.



WEDER MATIAS VIEIRA
CPF 577.367.151-49
Coordenador Geral de Recursos Logísticos

DECLARAÇÃO

Eu, Lucy Anne Vieira de Oliveira, CPF nº 248987911-15, Coordenador-Geral de Execução Financeira, Orçamentária e de Contabilidade, exercido na Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todas as informações referentes a convênios e instrumentos congêneres firmados no exercício de 2012 por esta Unidade estão disponíveis e atualizadas no Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse – SICONV, conforme estabelece o art. 19 da Lei nº 12.465, de 12 de agosto de 2011 e suas correspondentes em exercícios anteriores.

Brasília, 13 de março de 2013.



Lucy Anne Vieira de Oliveira

248.987.911-15

Coordenadora Geral de Execução Financeira,
Orçamentária e de Contabilidade-CGOF/CAPES
Port. MEC nº 290 de 04/03/08 – D.O.U 05/03/08
Port. nº 27 de 26/03/12 – D.O.U 27/03/12

Anexo 9

21. ANEXO 9 – DECLARAÇÃO DO CONTADOR



Ministério da Educação
Coordenação de Aperfeiçoamento
de Pessoal de Nível Superior

DECLARAÇÃO DO CONTADOR DECLARAÇÃO PLENA

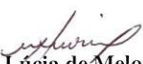
FUND COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR
CÓDIGO DA UG - 154003

Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do SIAFI (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e as Demonstrações das Variações Patrimoniais), previstos na Lei nº 4.320 e pela Norma Brasileira de Contabilidade Aplicada ao Setor Público NBC T 16.6 aprovada pela Resolução CFC nº 1.133/2008, relativos ao exercício de 2012, refletem adequada e integralmente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão.

Informamos que os demonstrativos do Fluxo de Caixa e do Resultado Econômico não estão disponibilizados no SIAFI.

Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.

Brasília-DF, 21 de fevereiro de 2013


Maria Lúcia de Melo Amorim
CRC nº DF 014358/0-8